

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TATIANA TRAMONTANI RAMOS**

**AS BARRICADAS DO HIPERPRECARIADO URBANO:  
das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial  
do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**

**RIO DE JANEIRO  
2012**

**TATIANA TRAMONTANI RAMOS**

**AS BARRICADAS DO HIPERPRECARIADO URBANO:  
das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial  
do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro  
2012

TATIANA TRAMONTANI RAMOS

**AS BARRICADAS DO HIPERPRECARIADO URBANO:  
das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial  
do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em 25 de junho de 2012.

---

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza – **Orientador** – UFRJ

---

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa – Economia/UFSC

---

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves – Geografia/UFF

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lirian Melchior – Geografia/UFRRJ

---

Prof. Dr. William Ribeiro – Geografia/UFRJ

## Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Marcelo Lopes de Souza, por toda sua dedicação e rigor. Obrigada por contribuir para que eu melhorasse, crescesse e alcançasse... a cada bronca e a casa riso. Obrigada, amigo!

Agradeço ao meu marido, Glauco, que compartilhou cada momento desse trabalho, enxugando todas as lágrimas, compartilhando ideias, dando sugestões, ouvindo muitas queixas, muxoxos e sofrendo com o meu mau humor. Você é um exemplo para mim, uma inspiração e um orgulho. Obrigada por tudo, desculpe por tudo e te amo por tudo!

Agradeço aos meus pais, Ruth e Carlos Oswaldo, que sempre tiveram muita paciência com as minhas opções, decisões e ambições. Sempre me apoiaram em tudo, mesmo achando alguns momentos e situações “arriscados”, com muitas “recomendações”, sempre me deram força, apoio e colo. Sem vocês eu não seria eu... meu amor eterno!

Agradeço à minha avozinha Lourdes, pelas incontáveis velas acendidas e todas as orações. Minha anja da guarda na Terra. Te amo!

Agradeço à minha irmã Mariah, pela amizade, pela cumplicidade, pela compreensão nos momentos em que estive muito ausente... Agradeço, também, pela ajuda especializada: tratamento das imagens, *layout*, suporte T.I. *online*, a capa do projeto, a capa da tese, impressão, enfim, minhas mãos esquerda e direita! Te amo, Bibinha!

Aos amigos do NuPeD, queridos companheiros de trabalho, conversas, debates, luta, alegrias e tristezas: Amanda Cavaliere, Marianna Moreira, Eduardo Tomazine, Matheus Gradi, Rafael Almeida, Rafael Zílio, Francine Cavalcanti e Katerine Sonoda. Seus artigos, monografias, dissertações e teses foram fundamentais para que eu aprendesse muito e me ajudaram enormemente nessa caminhada, muito obrigada por tudo!

Aos demais familiares, aos amigos da UFF, do CSB, dos quatro cantos do Brasil, que foram pacientes com minha ausência e me deram muito apoio e muita força quando eu mais precisei de abraços, risadas e aconchego: Roberto, Martha, Thiago, Gisa, Patricia Victória, Renata Neder, Felipe Mendonça, Renata Corato, Eliane Ferreira, Rachel Bloise, Ana Maria Martins, Valéria Raick, Giselle Camara, Alexandre Graseff... (com certeza meus neurônios e sinapses não são os mesmos de cinco anos e uma tese atrás e eu esquecerei alguém(s), me perdoem, por favor!) minha gratidão, minha amizade e todo meu carinho por todos vocês!

Às trabalhadoras e trabalhadores que preenchem essa pesquisa e dão vida a essa tese. Moradores da Quilombo, da Chiquinha, da Zumbi, de Nova Iguaçu e do Chapadão, vocês são, para mim, inspiração, força e vontade de continuar. Meu respeito, minha gratidão para sempre.

O que não tenho e desejo  
É que melhor me enriquece.  
Tive uns dinheiros — perdi-os.  
Tive amores — esqueci-os.  
Mas no maior desespero  
Rezei: ganhei essa prece.

Vi terras da minha terra.  
Por outras terras andei.  
Mas o que ficou marcado  
No meu olhar fatigado,  
Foram terras que inventei.

*(Testamento – Fragmento, Manuel Bandeira)*

## Resumo

A tese “As barricadas do hiperprecariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro” é resultado da pesquisa sobre uma perspectiva popular de construção e organização da economia urbana, por meio de uma análise que se constitui na interface da Geografia Econômica com a Geografia Urbana, com ênfase sobre a espacialidade dos ativismos e movimentos sociais. Destacam-se como principais discussões a precarização no trabalho, em sua abordagem conceitual, a forma com tem sido abordada pela literatura específica e sua incorporação às discussões sobre a precarização do trabalho em contextos semiperiféricos como o brasileiro; a relação entre a pobreza urbana e a (hiper)precariedade no trabalho, com destaque para a grande parcela de informalidade que está contida no mercado de trabalho brasileiro; e os circuitos econômicos alternativos que emergem de e contribuem para práticas sócio-espaciais insurgentes, norteadas por um horizonte de autonomia e radicalização democrática, ainda que sob os marcos de uma sociedade heterônoma. As experiências que inspiraram e ajudaram a construir esse trabalho são as práticas de uma organização do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e, também, interlocutores de um movimento social com origem em periferias e favelas que tem constituído um importante caminho como alternativa econômica solidária para trabalhadores e comunidades pobres no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** precarização do trabalho; hiperprecariado; circuitos econômicos alternativos; economia popular urbana; economia solidária; movimento dos sem-teto.

## **Abstract**

The thesis “The urban hyperprecarariat barricades: from the transformation in the world of labor, to the socio-spatial dynamic of ‘sem-teto’ movement in Rio de Janeiro” is the result of research into a popular view of construction and organization of the urban economy, through an analysis which constitutes the interface with the Economic Geography and the Urban Geography, with emphasis on the spatiality of activism and social movements. Stand out as the main discussions the precarious labor, in their conceptual approach, the way that has been addressed in the literature and its incorporation into specific discussions about the precariousness of labor in contexts such as the Brazilian semiperiphery; the relationship between urban poverty and (hyper) precariousness, especially for the large share of informality that is contained in the Brazilian labor market; and economic alternative circuits that emerge from and contribute to socio-spatial insurgents practices, guided by a skyline of autonomy and democratic radicalization, even under the marks of a heteronomous society. The experiences that inspired and helped to build this work are the practices of an organization of the ‘sem-teto’ movement in Rio de Janeiro, and also partners in a social movement with origins in the periphery and slums which has been an important way as an economic alternative solidarity for workers and poor communities in Brazil.

**KEY-WORDS:** labor precariousness; hyperprecarariat; economic alternative circuits; popular urban economy; solidarity economy; sem-teto movement.

## Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução da Taxa de Desemprego por país (1990-2002): PEA de 15 a 24 anos .....	58
Figura 2 - Evolução da Taxa de Desemprego por país (2003-2009): Faixa etária de 25 a 74 anos .....	58
Figura 3 - Da exclusão como estado à vulnerabilidade como processo* (CASTELL, 1995).....	62
Figura 4 - "Não há trabalho para os jovens na Europa" .....	63
Figura 5 - Grau de informalidade no Brasil, por estados da federação (2007).....	64
Figura 6 - Evolução do grau de informalidade no Brasil: Áreas Metropolitanas (1992-2009)...	101
Figura 7 - Estados Unidos: Percentual da população desempregada .....	109
Figura 8 - Europa: Taxa de crescimento do emprego por país (1992-2010).....	109
Figura 9 - Europa: Percentual de pessoas sob risco de pobreza ou exclusão social (2004-2010)	110
Figura 10 - Brasil: emprego e condições de vida (1995-2009) .....	111
Figura 11 - Brasil: variação das admissões, demissões e saldo (2000-jan/2012).....	112
Figura 12 - Variações por produtos selecionados (em %):.....	115
Figura 13 - Freguesias do Rio de Janeiro: deslocamento populacional da Área Central .....	136
Figura 14 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro: transporte ferroviário (2011) .....	140
Figura 15 - Deslocamento espacial das indústrias no Rio de Janeiro (1930-1940).....	145
Figura 16 - Concentração de áreas favelizadas por grandes Zonas da cidade do Rio de Janeiro (1948) .....	147
Figura 17 - Distribuição espacial das favelas na cidade do Rio de Janeiro (%) –.....	153
Figura 18 - Distribuição espacial da população carioca residente em favelas (%) – 1950/1960	153
Figura 19 - Evolução do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE - Índice geral e Percentual mensal (1960-2005).....	159
Figura 20 - Estrutura do orçamento doméstico (1958-1995): .....	160
Figura 21 - Variação de preços imobiliários no Rio de Janeiro (2011/2012): preço médio por m <sup>2</sup> .....	169
Figura 22 - Evolução do custo mensal da cesta básica (em Reais - R\$) .....	197
Figura 23 - Evolução do valor do salário mínimo nominal e necessário em Reais – 1994 a 2011 .....	198
Figura 24 - Benefícios emitidos pela Previdência Social por faixas de salário.....	273
Figura 25 - Número total de ocupados, no trabalho principal e em qualquer trabalho, .....	273
Figura 26 - Distribuição percentual dos moradores maiores de 18 anos em atividades.....	292
Figura 27 - Distribuição percentual dos moradores maiores de 18 anos.....	293
Figura 28 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos.....	294
Figura 29 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos.....	295
Figura 30 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos.....	298
Figura 31 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos.....	299
Figura 32 - Fotos dos calçados produzidos pela Cooperativa da OQG.....	309
Figura 33 - Seminário sobre Economia Popular Urbana na Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2008 .....	310
Figura 34 - Faixas em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro .....	312
Figura 35 - A manifestação se desloca da Prefeitura para a Central do Brasil.....	312
Figura 36 - Atividade do Fórum Contra o Choque de Ordem na Casa Amarela, .....	313
Figura 37 - Atividade do Fórum Contra o Choque de Ordem na Casa Amarela, .....	313
Figura 38 - Material Produzido pelo NuPeD para análise de conjuntura e elaboração do.....	314

Figura 39 - Material Produzido pelo NuPeD para análise de conjuntura e elaboração do.....	314
Figura 40 - Participação de ativistas do Fórum Contra o Choque de Ordem.....	316
Figura 41 - Seminário realizado na OAB-Rio, promovido pelo Fórum Contra o Choque de Ordem .....	317
Figura 42 - Prédio ocupado na Rua Mem de Sá, 234, Centro, 2009 .....	319
Figura 43 - Participação do Reunindo Retalhos no Grito dos Excluídos, 2010 .....	322
Figura 44 - Participação do Reunindo Retalhos no Grito dos Excluídos, 2010 .....	323
Figura 45 - Abertura do I Encontro de Experiências de Economia Solidária, .....	325
Figura 46 - Apresentação do Grupo de Investimento Coletivo (GIC) no I Encontro de Experiências de Economia Solidária, na Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2010 .....	325
Figura 47 - Apresentação da Escola Leonardo Boff (Petrópolis, RJ) no .....	326
Figura 48 - Desocupação do prédio da Rua Sara. Coletivo Guerreiro Urbano, 2010 .....	330
Figura 49 - Desocupação do prédio da Rua Sara. Coletivo Guerreiro Urbano, 2010 .....	331
Figura 50 - Divulgação dos produtos das atividades do Fórum Contra o Choque de Ordem .....	337
Figura 51 - Ocupações de sem-teto na Área Central da cidade do Rio de Janeiro (2009), .....	350
Figura 52 - Destaque na foto para o prédio da Ocupação Chiquinha Gonzaga,.....	361
Figura 53 - Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2009 .....	361
Figura 54 - Ocupação Chiquinha Gonzaga, moradores trabalhando na calçada como camelôs, 2009 .....	362
Figura 55 - Áreas sob intervenção do Programa Favela-Bairro: Prefeitura do Rio de Janeiro (2003) .....	369
Figura 56 - Distribuição espacial de serviços básicos e equipamentos culturais na Área Central da cidade do Rio de Janeiro (2000) .....	376
Figura 57 - Prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010 .....	379
Figura 58 - Prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010 .....	379
Figura 59 - Prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010 .....	380
Figura 60- Vão interior do prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010 .....	381
Figura 61 – Corredor no interior do prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares.....	381
Figura 62 - Assembleias de moradores na Ocupação Chiquinha Gonzaga.....	383
Figura 63 - Assembleias de moradores na Ocupação Zumbi dos Palmares.....	383
Figura 64 - Distribuição espacial das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro (2012) .....	388
Figura 65 - Concentração espacial dos espaços “pacificados” no Rio de Janeiro:.....	389
Figura 66 - Divulgação do “Projeto Novas Alternativas”: <i>Projeto Porto Maravilha</i> , .....	395
Figura 67 - Manifestação realizada em defesa da Ocupação Zumbi dos Palmares, em agosto de 2010 .....	396
Figura 68 - Manifestação realizada em defesa da Ocupação Zumbi dos Palmares, em agosto de 2010 .....	397
Figura 69 - Manifestação realizada em defesa da Ocupação Zumbi dos Palmares, em agosto de 2010 .....	397
Figura 70 - Ocupação Quilombo das Guerreiras:.....	402
Figura 71 - Ocupação Quilombo das Guerreiras: fachada da ocupação atual, na Av. Francisco Bicalho (2009) .....	402
Figura 72 - Áreas comuns da Ocupação Quilombo das Guerreiras: .....	404
Figura 73 - Áreas comuns da Ocupação Quilombo das Guerreiras: .....	405
Figura 74 - Prancha de divulgação do zoneamento por gabarito na Zona Portuária,.....	406

Figura 75 - Prancha de divulgação do zoneamento por “vocações” na Zona Portuária,.....	407
Figura 76 - Localização do Projeto Gamboa: projeto onde está previsto o reassentamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras (2010) .....	408
Figura 77 - Localização do Projeto Gamboa – vista a partir do Morro da Providência:.....	409
Figura 78 - Produção de faixas e cartazes para manifestação contra o Projeto de Revitalização	410
Figura 79 - "O que é ordem?" ... "Porto Maravilha não é Porto Popular!" .....	410
Figura 80 - Ocupação Machado de Assis. Gamboa, 2008.....	412
Figura 81 - Ocupação Machado de Assis. Fachada fundos, 2008 .....	412
Figura 82 - Perspectiva interior da Ocupação Machado de Assis, 2008 .....	413
Figura 83 - Tipologia das respostas à pergunta: .....	426
Figura 84 - Ocupação Quilombo das Guerreiras: estado do imóvel no momento da ocupação..	431
Figura 85 - Corredor no interior da OQG atualmente, .....	431
Figura 86 - Fotos da Ocupação Quilombo das Guerreiras: .....	432
Figura 87 - Fachada e portaria da Ocupação Quilombo das Guerreiras:.....	432
Figura 88 - Ocupação Chiquinha Gonzaga: estado do imóvel no momento da ocupação .....	433
Figura 89 - Fachada e interior do imóvel ocupado em 2004, Rua Barão de São Félix, 110, Centro .....	433
Figura 90 - Festa de aniversário de 5 anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2009.....	434
Figura 91 - Despensa com doações de mantimentos, cozinha coletiva.....	442
Figura 92 - Refeições preparadas nos primeiros dias de ocupação do imóvel. ....	442
Figura 93 - Ocupação Chiquinha Gonzaga: espaço de moradia e conserto em um espaço de uso coletivo, 2004 .....	444
Figura 94 - Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga .....	446
Figura 95 - Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga .....	447
Figura 96 - Croqui de parte do primeiro andar da Ocupação Chiquinha Gonzaga .....	448
Figura 97 - Registro de um dos encontros de formação e aperfeiçoamento do ITCP .....	455
Figura 98 - Capa do Projeto para Apoio e Financiamento das atividades da.....	457
Figura 99 - Produção de Chinelos e sandálias por moradores da.....	458
Figura 100 - Guarda Municipal recolhendo barracas e mercadorias de camelôs.....	460
Figura 101 - Agentes da Secretaria de Ordem Pública (Prefeitura do Rio de Janeiro) em ação na orla de Copacabana, Zona Sul da cidade, recolhendo material e barracas dos camelôs .....	461
Figura 102 - Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras no final de 2008 .....	466
Figura 103 - Fachada da Ocupação Zumbi dos Palmares coberta por uma imensa bandeira estendida em comemoração pelo dia da consciência negra (20/11/2009).....	469
Figura 104 - Salão localizado ao lado (direito) da portaria do prédio da .....	473
Figura 105 - Salão OZP ocupado com faixas contra o despejo da ocupação .....	473
Figura 106 - Salão localizado ao lado (esquerdo) da portaria do prédio da .....	474
Figura 107 - Moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras trabalhando como camelôs na entrada da ocupação, janeiro de 2010.....	475
Figura 108 - Camelôs atuando nas imediações da Ocupação Chiquinha Gonzaga, janeiro de 2010 .....	475
Figura 109 - Material de trabalho dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras que atuam como camelôs e ambulantes nas imediações, 2009 .....	476
Figura 110 – “Triciclos” e isopores dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras que atuam como camelôs e ambulantes nas imediações, 2009 .....	477

Figura 111 - Distâncias médias dos deslocamentos casa-trabalho dos moradores da.....	478
Figura 112 - Ocupação principal dos moradores maiores de 18 anos .....	479
Figura 113 - Situação profissional dos moradores maiores de 18 anos.....	480

## Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Das transformações no mundo do trabalho.....	17
1.1 - Reestruturação econômica nos países de capitalismo central e semiperiférico .....	21
1.2 - Desatar os nós das transformações no mundo do trabalho: precarização, informalização, circuito inferior e hiperprecarização.....	57
1.3 - A particularidade econômica e política da cidade do Rio de Janeiro.....	128
Capítulo 2 - ... À dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro .....	174
2.1 – Ativismos, movimentos sociais e o movimento dos sem-teto.....	174
2.2 – Da luta pela moradia à economia popular urbana – e de volta à primeira. ....	220
2.3 – Autonomia, autogestão e trabalho: O que almeja o hiperpreariado ativista? .....	270
Capítulo 3 – As ocupações e as <i>ocupações</i> dos sem-teto .....	301
3.1 – Plano metodológico: referenciais, estratégias e histórias... ..	301
3.2 – As Ocupações dos sem-teto do Centro do Rio .....	349
3.3 – As ocupações do hiperpreariado: Informalidade, autonomia, autogestão e seus limites e potencialidades .....	418
Conclusão .....	490
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	496
ANEXO .....	521

## Introdução

A tese *As barricadas do hiperpreariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro* é resultado da pesquisa sobre uma perspectiva popular de construção e organização da economia urbana, por meio de uma análise que se constitui na interface da Geografia Econômica com a Geografia Urbana, com ênfase sobre a espacialidade dos ativismos e movimentos sociais.

Destacamos como principais discussões a *precarização no trabalho*, em sua abordagem conceitual, a forma como tem sido abordada pela literatura específica e sua incorporação às discussões sobre a precarização do trabalho em contextos semiperiféricos como o brasileiro; *a relação entre a pobreza urbana e a (hiper)precariedade no trabalho*, com destaque para a grande parcela de informalidade que está contida no mercado de trabalho brasileiro; e *os circuitos econômicos alternativos que emergem de e contribuem para* práticas sócio-espaciais insurgentes, norteadas por um horizonte de autonomia e radicalização democrática, ainda que sob os marcos de uma sociedade heterônoma.

As experiências que inspiraram e ajudaram a construir esse trabalho são as práticas de uma organização do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e, também, interlocutores de um movimento social com origem em periferias e favelas que tem constituído um importante caminho como alternativa econômica solidária para trabalhadores e comunidades pobres no Brasil.

O primeiro capítulo tem como título uma parte do subtítulo (“Das transformações no mundo do trabalho...”) e está subdividido em três seções que tratam o tema da precarização como argumentação teórica e como contexto de análise.

A discussão apresentada na primeira seção do capítulo um parte do contexto de reestruturação da produção e do capital. Dentro da lógica de mudanças de rumos e estratégias do capitalismo, alguns processos podem ser considerados catalisadores da precarização do mundo do trabalho (eufemisticamente denominada de “flexibilização do trabalho”), e da ampliação da parcela (hiper)precarizada desses trabalhadores, consolidada por uma sequência de perdas sociais, políticas e jurídicas que atingem os trabalhadores de um modo geral e, no que tange o nosso objeto, os trabalhadores urbanos. Dessa forma, a seção tem como objetivo expor importantes mudanças que têm atingido o mundo do trabalho e emprego e suas consequências

sociais como a mudança do Estado de bem-estar, alterações no regime e legislação de trabalho no mundo e, especialmente, a ampliação e o aprofundamento de uma problemática urbana muito específica: a delimitação de um grupo social à margem, porém, ao mesmo tempo, integrado ao contexto social em que se inscreve, ao qual SOUZA (2008, 2009, 2009b) denomina “*hiperprecariado urbano*”.

Com essa definição e delimitação conceitual, SOUZA (2008: 131, 132 nota número 38) contribui para uma redefinição dos termos do debate acerca das condições particulares dos países semiperiféricos (países subdesenvolvidos industrializados, porém, onde jamais existiu um “Estado de bem-estar” como nos países centrais) e as condições de trabalho e de vida da maioria dos trabalhadores nesses países.

Na segunda seção, veremos que o hiperprecariado, em um sentido geral, seria um grupo social que, além de *muito amplo* (no sentido, mesmo, do número de indivíduos que o compõe), é *muito heterogêneo* (no sentido das inúmeras atividades praticadas por esses indivíduos em seu cotidiano como forma de sobrevivência) e, também, *especialmente bastante disperso* (já que a espacialidade do hiperprecariado urbano transita entre diferentes espaços da cidade, desde o espaço formal, legal, dito “socialmente incluído”, até o espaço da informalidade e da ilegalidade, que em si já possui várias nuances). Não tivemos como objetivo traçar o seu perfil mais amplo, tampouco esmiuçar a sua composição, adotamos, portanto, uma delimitação de três campos de observação e análise das práticas sócio-espaciais desse hiperprecariado que estão circunscritos um ao outro e possuem diferentes graus de aprofundamento e interesse.

O campo mais abrangente destaca o hiperprecariado de forma ampla e suas estratégias sócio-espaciais que chamaremos “hiperprecariado em geral”. Com essa abordagem pretendemos (re)colocar algumas questões quanto à sua origem e aquilo que o diferencia do “precariado europeu”, isto é, a diferença entre a precarização resultado da reestruturação produtiva nos países centrais e a precarização de uma população historicamente já precária como aquela dos países semiperiféricos e periféricos (esses serão, porém, atingidos com outra intensidade).

Destacaremos, também, a relação do *hiperprecariado* com o *circuito inferior da economia* e com o processo de *informalização* da mesma e, conseqüentemente, do trabalho. Veremos que o hiperprecariado pode ser identificado nessas categorias de análise, às vezes de forma muito direta (sua relação com a informalidade, por exemplo), mas não se confunde com essas, pois se trata de um conceito que tem por objetivo instrumentalizar um determinado aspecto

da sociedade que é o debate acerca das transformações recentes no mundo do trabalho. Por mais que diferentes conceitos, tipologias e teorias tenham contribuído para a compreensão da formação da sociedade brasileira, era necessário um esforço um pouco mais detalhado na análise das questões pertinentes ao trabalho e aos trabalhadores pobres.

A terceira seção desse primeiro capítulo traz a particularidade econômica e política da cidade do Rio de Janeiro que emerge como contexto, mas também como condicionante para certas práticas. Se a sociedade é agente na produção e organização do espaço urbano, logo, o mundo do trabalho e os questionamentos e resistências por ele engendrados e materializados nos ativismos sociais aqui mencionados, por exemplo, serão também fatores determinantes na produção de “outro” espaço urbano. Ou seja, um espaço constantemente marcado pelo trabalho precário, pela pobreza, pela indignação e pelo descaso, porém, ainda capaz de abrigar ocupações econômicas e estratégias de sobrevivência que são características de modos de vida, e consequentemente, de práticas sociais contestatórias.

O segundo campo de nossa análise, ou “campo intermediário”, será abordado no segundo capítulo intitulado “... À dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro”. Este corresponde a um recorte dentro desse “hiperprecariado em geral”, distinguindo o que chamaremos de “hiperprecariado ativista”. Dessa forma, dentro da parcela mais ampla que constitui o hiperprecariado urbano, encontra-se um grupo de menor tamanho e, nem por isso, menos heterogêneo, que se caracteriza por uma posição questionadora e crítica às condições sociais atuais. Buscamos, nesta seção, diferenciar o hiperprecariado de um modo amplo, do hiperprecariado ativista, o que define seu questionamento e sua crítica social: a emergência de um conjunto de trabalhadores hiperprecarizados que, a partir da construção de circuitos e práticas econômicas alternativas, informais e solidárias, produz estratégias sócio-espaciais que põe em questão não só o problema do emprego e do acesso à moradia, mas também, questões mais amplas como o direito à cidade – expresso no acesso a mesma, ou a determinadas partes dela – e a reforma urbana. Essas são questões fundamentais para o movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil.

Para isso, traçaremos um panorama acerca da espacialidade dos ativismos, movimentos sociais e o movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro (primeira seção), posteriormente trataremos uma fração específica desses movimentos sociais e ativismos que atua motivada pela luta por moradia e pela reforma urbana.

A segunda seção é uma extensão que aprofunda e explica determinadas opções, as bases políticas do movimento e suas ambições e, por isso, mergulha em conceitos e temas como *autonomia*, *autogestão* e qualidade(s) do trabalho. A terceira e última seção desse capítulo, procura unir as duas pontas através de uma questão: *o que almeja o hiperpreariado ativista?* Esta seção aproxima a luta por moradia, a economia popular urbana e o projeto político do movimento dos sem-teto, apontando seus limites e potencialidades em um contexto profundamente adverso no que se refere à política de Estado, economia de mercado e recentes tendências à reestruturação urbana.

O “campo principal” de nossa análise, ou o foco do trabalho, é abordado com maior ênfase no capítulo três, “As ocupações e as *ocupações* dos sem-teto”, que procura detalhar e analisar a forma como trabalhadores hiperprecarizados que fazem parte de uma organização do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro contribuem para a construção de *territórios dissidentes* através da realização e manutenção de ocupações localizadas em bairros centrais da cidade, bem como a forma como tentam sustentar suas práticas, por meio da articulação de circuitos econômicos alternativos e, em certa medida, solidários.

Nesse capítulo partimos de uma abordagem metodológica do tema, apresentada na primeira seção, que percorre a origem e desenvolvimento do tema de pesquisa, seu detalhamento empírico, bem como os seus desdobramentos e bases teóricas.

A segunda seção trata especificamente das ocupações de sem-teto estudadas na pesquisa em seus diferentes graus de envolvimento. Fazemos um breve apanhado de suas trajetórias de formação tomando como referência o contexto histórico e político em que estão inseridas. Na terceira e última seção apresentamos e analisamos as práticas sócio-espaciais desse hiperpreariado sem-teto, as experiências econômicas realizadas em diferentes aspectos: atividades coletivas de geração de renda, atividades complementares, atividades individuais e, em todos os casos, a contribuição das mesmas para transformações sócio-espaciais em diferentes escalas de análise. Nessa seção, bem como em outras, porém, com maior intensidade, tivemos por base muitos dados coletados em campo, em especial entrevistas realizadas na Ocupação Quilombo das Guerreiras, que permitiram uma aproximação bastante clara entre os principais elementos conceituais trabalhados durante a pesquisa.

O trabalho que apresentamos a seguir, como a maioria daqueles que materializam, de alguma maneira, a conclusão de uma etapa de formação acadêmico-institucional, não “cabe” nos

aproximados quatro anos e meio que duraram a sua elaboração. Não apenas porque a conclusão de um doutorado seja uma etapa que traz à tona um acúmulo, afinidades e interesses de parte de uma vida, mas, neste caso, a trajetória de formação e de construção da tese, foi, também, a formação de um outro olhar sobre o mundo, um desejo renovado de construção de um outro mundo e, principalmente, um momento privilegiado em que pude encarar minhas limitações e contradições.

Pude, junto com outros que hoje me são tão caros, recolocar, abandonar e reafirmar ideias, experimentar, colaborar e reunir a colaboração de muitos, a quem agradeço.

## Capítulo 1 – Das transformações no mundo do trabalho...

Neste capítulo refletiremos a respeito das possíveis conexões entre a reestruturação do modelo produtivo vigente até os anos 1970 e as transformações no mundo do trabalho verificadas a partir dessa década, tanto nos países centrais, quanto nos países semiperiféricos, como o Brasil. Nessa reflexão faremos uma análise crítica do processo de precarização do trabalho, buscando elementos que ajudem a evidenciar as reais consequências dessa reestruturação para o mercado de trabalho em seus contextos específicos.

É difícil estipular um ponto de partida para iniciar a discussão da *reestruturação produtiva*. O próprio processo, através de suas várias denominações, já aponta para a ampla gama de abordagens das quais podemos retirar nossa explicação/contextualização inicial. *Transição para o pós-fordismo, modelo de acumulação flexível, toyotismo, período técnico-científico-informacional*, ou simplesmente *era da informação*, são apenas alguns exemplos dessa variedade que pode, em parte, ser justificada pelo tipo de discussão que se quer ressaltar a partir desse recorte histórico-geográfico.

Falar, por exemplo, em *era da informação*, período da *economia informacional*, ou, simplesmente, *nova economia*, termos utilizados por Manuel Castells desde a década de 1990, implica “extrapolar os muros da fábrica” e transbordar a reestruturação para um “novo período técnico” de modo mais amplo. Nas palavras desse autor,

Uma nova economia surgiu em escala global nas últimas décadas. Chamo-a de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação. E ela surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação fornece a base material indispensável para essa nova economia. (CASTELLS, 1999: 87)

Na abordagem de Castells, a descontinuidade histórica determinada pelo período informacional será marcada pela emergência de um novo paradigma tecnológico, organizado em torno de técnicas, principalmente de informação e comunicação, e de um conhecimento científico mais poderoso, a ponto de tornarem a própria informação um produto desse novo processo produtivo.

Algo semelhante pode ser observado na expressão *período técnico-científico-informacional*, de Milton Santos. Esta expressão não remete apenas às técnicas produtivas, no que diz respeito ao processo de transformação industrial, mas às técnicas, também, que animam outras atividades como, por exemplo, os sistemas de transportes, de um modo geral, ou as novas tecnologias de informação e comunicação. Para Milton Santos, a emergência de um novo período técnico não aponta para a total superação do período que o antecedeu, mas, ao contrário, examinado sob esse aspecto a história do mundo, vemos que a aceitação das técnicas novas “foi sempre relativa e sempre incompleta”. Em outras palavras, no caso de nossa discussão, o fato de um conjunto técnico, o modelo produtivo pós-fordista, alcançar um patamar de maior eficiência, ou de qualquer outro, não significa a total superação do modelo de produção fordista que o “antecedeu”, mas um acúmulo de períodos técnicos, mesmo porque, os “desequilíbrios produtivos” serão/são compensados por “desequilíbrios comerciais”, como afirma SANTOS (2002: 44), “numa sábia utilização política da desigualdade tecnológica”.

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõe: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. (SANTOS, 2001: 240)

Nesse sentido, o advento do meio técnico-científico-informacional nos anos 1970, para o qual estamos utilizando a denominação de pós-fordismo, vai consolidar justamente a união entre a ciência e a técnica, união que permitirá aos objetos técnicos serem também, no dizer de Milton Santos, informacionais, “graças a extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal do seu funcionamento é também a informação” (SANTOS, 2001: 238).

Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização. (SANTOS e SILVEIRA, 2001: 21)

Essas atividades sob o espectro de um novo comportamento técnico vão interferir diretamente na forma de apropriação e de produção/transformação do espaço, na medida em que implicam novas formas de circulação da informação, das pessoas e dos objetos em geral, bem como novas formas de se fixar, de ser apropriar do espaço-tempo.

As expressões *toyotismo* e *pós-fordismo*, remetem a um outro tipo de abordagem desse mesmo momento histórico-geográfico, pois apontam precisamente para determinadas regiões do planeta, bem como para um tipo específico de produção industrial.

Não que os termos fordismo e toyotismo sejam utilizados exclusivamente para fazer referência às indústrias automobilísticas ou ao modelo de produção inicialmente aplicado nos Estados Unidos ou no Japão, mas, por fazerem parte de todo um contexto histórico particular, o qual contribui para uma espacialidade específica, as expressões *pós-fordismo* e *toyotismo* tornam-se carregadas de pré-concepções e, até mesmo, de ideologia sob certos aspectos. Falar em (pós)fordismo e toyotismo implica um mergulho mais profundo nos processos produtivos que, em sentido prático, garantiram a identidade a esses períodos, em outras palavras, quais produtos, através de quais processos, em quais empresas, de quais países, que passavam por quais transformações, motivadas por quais problemas e demandas, e em que contexto. Toda essa revisão temática, de certa forma, já atrai o foco da discussão para um problema que emerge da produção industrial, “soluciona-se” a partir dela, e que não consegue avançar muito para análises que se desenvolvam para além da fábrica, da produção industrial e do mercado de trabalho formal.

A expressão *acumulação flexível*, no que tange ao nosso tema, vai traduzir uma perspectiva concreta, porém não engessada, a transformação introduzida pela reestruturação da produção. A produção se reestrutura e esse processo de reestruturação se dá tanto na forma como se chega até essa acumulação, que passa a ser uma forma “mais flexível” do que aquelas experiências anteriores traduziam sob vários aspectos, bem como resulta em uma nova forma de

regulação econômica<sup>1</sup>. A acumulação flexível designa uma outra, não totalmente nova, mas inovadora, regularidade no processo de acumulação capitalista que remete a outras formas de organização, gestão, reprodução e articulação entre produção, trabalho e sociedade. Em outras palavras, a expressão acumulação flexível permite uma abordagem da forma como a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo contribuiu para a reelaboração das relações econômicas e sociais a partir do momento em que a flexibilidade se dá sob diferentes formas e intervenções: nas técnicas de produção, na estrutura produtiva, na organização do capital, na esfera do trabalho e nos mercados regionalizados ou territorializados de trabalho e consumo.

O leitor irá perceber que, ao logo do capítulo (e do trabalho), optaremos pelo uso das expressões *reestruturação produtiva* e *modelo de acumulação flexível*, ou simplesmente *acumulação flexível* para fazer referência a esse recorte espaço-temporal. Isso, justamente, porque o tipo de vínculo que queremos estabelecer entre esse recorte e o nosso objeto possui duas implicações: A capacidade de poder se afastar da reestruturação e da flexibilização que remetem especificamente ao ambiente da fábrica, a regiões industriais; mas, também, a necessidade de não perder de vista o nosso enfoque particular que não é tão amplo que necessite a abrangência da abordagem de expressões como “era da informação” ou “período técnico científico informacional” (e toda a sua gama de novas tecnologias e processos como as “novas tecnologias de informação e comunicação”, para ficarmos em um só exemplo). Essas expressões “vão além” por encamparem um conjunto de elementos e processos mais amplos do que aquele que precisamos nesse momento.

---

<sup>1</sup> Segundo BENKO (2002), o conjunto das formas institucionais, das redes, das normas sociais explícitas ou implícitas.

## 1.1 - Reestruturação econômica nos países de capitalismo central e semiperiférico

A reestruturação produtiva iniciada dos anos 1970 nos países de capitalismo avançado e, mais tardiamente, nos países semiperiféricos (anos 1990), surge em um contexto mais amplo de transformação do regime de acumulação do capitalismo. Isto é, a forma de acumulação, as relações de trabalho, de poder e o aparato tecnológico/produtivo vão sofrer mudanças e, conseqüentemente, vão contribuir para a transformação de outras esferas da sociedade, entre elas a própria forma de produção e apropriação do espaço urbano.

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma 'freada', senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. (SOJA, 1993: 193)

A reestruturação não é um processo mecânico e automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. (SOJA, 1993: 194)

Pode-se dizer que uma conjugação de fatores colaborou para a crise do modelo vigente até então, o modelo de produção e consumo fordista lastreado pelo Estado de bem-estar social keynesiano. A resposta à crise fordista conduziu boa parte desse mesmo modelo à uma reestruturação posta como um tipo de solução desenvolvida para superar essa crise, o modelo flexível de produção, consumo e acumulação.

Para autores como AGLIETA (1979), BENKO (2002), CORIAT (1993), a crise do fordismo aparece como uma dupla crise: uma crise da eficácia do próprio modelo e uma crise de legitimidade com a redução das "certezas" acerca do desenvolvimento inexaurível do sistema.

A crise de eficácia, segundo Georges Benko, vai se dar por problemas estruturais gerados por uma perda de eficácia do modo de regulação fordista e por uma crise no sistema de produção

em massa. A esse conjunto BENKO (2002) vai denominar “esgotamento do paradigma tecnológico fordista”, o qual vai refletir em diversos aspectos da crise do modelo. A desaceleração do crescimento da produtividade, provocada tanto pela redução do consumo de massa, quanto pelo esgotamento das próprias técnicas taylorianas e fordianas (CORIAT, 1993), com a superespecialização do trabalho, a repetitividade do mesmo, a padronização da produção que vão deixar de corresponder aos desejos do mercado de consumo que passa a exigir produtos mais diferenciados e com melhor padrão de qualidade.

A saturação da forma de consumo de tipo fordista vai reduzir a demanda por produtos e, conseqüentemente, vai contribuir para a queda na lucratividade das empresas que verão seus custos de organização e da manutenção das suas estruturas produtivas inflacionarem, resultando na queda na taxa de lucro verificada nos principais mercados capitalistas a partir de meados dos anos 1960.

Várias teorias vão tentar explicar a crise que se abateu sobre o modelo de produção, consumo e trabalho do tipo fordista a partir da década de 1970. Uma dessas explicações vai se edificar na *Teoria dos Ciclos Econômicos Longos*, a qual tentaria estabelecer uma relação entre a teoria da evolução econômica e a dimensão tecnológica dos produtos e processos<sup>2</sup>. Em outras palavras, a teoria dos ciclos longos busca uma relação de causalidade entre a crise de determinados paradigmas tecnológicos e a emergência de novas tecnologias, conseqüentemente, a emergência de novo modelo produtivo.

A interpretação schumpeteriana para a crise do fordismo pode ser esquematizada tomando-se como início uma primeira fase, definida por um período de crescimento no pós-guerra imputado ao Estado-providência keynesiano, aos investimentos em domínios específicos do mercado, como o setor de pesquisa e desenvolvimento e à liberação das trocas internacionais, que facilitou a área de difusão da inovação. Essa primeira fase seria interrompida na década de 1970 pelo alcance da maturação dos progressos técnicos, situação que, em um terceiro momento, seria agravada por causas exógenas ao próprio desenvolvimento técnico, como as crises do petróleo na década de 1970. A consequência dessa prosperidade econômica seguida de períodos

---

<sup>2</sup> Nikolai Kondratieff e Joseph Schumpeter desenvolveram teorias a cerca do desenvolvimento econômico e dos momentos de crise dos paradigmas tecnológicos que tinham como base a ideia de uma periodicidade para a ocorrência de tais eventos. De acordo com essas teorias haveria um período de duração determinada (de 40 a 60 anos), que corresponderia ao período aproximado do retorno de um mesmo fenômeno. Essas flutuações de longo prazo seriam características da economia capitalista e seriam garantidas a partir de diferentes tipos de processos e produtos responsáveis pela quebra do equilíbrio e, por conseguinte, da estagnação econômica promovida pelo mesmo.

“naturais” de recessão e depressão econômica seria um novo impulso de crescimento, estimulado por um novo período técnico estimulado por novos processos tecnológicos, isto é, uma readaptação estrutural (FREEMAN, 1984; CARVALHO, 1988). Tal interpretação suscitou várias reflexões e, também, muitas críticas, dentre essas as elaboradas pela *Escola da Regulação* francesa<sup>3</sup> que qualificava a teoria como determinista, nos quadros da moderna economia.

A perspectiva regulacionista da crise via nessa mesma a possibilidade de emergência e consolidação de um novo regime de acumulação, cujas dinâmicas espaciais devem ser analisadas como mudanças *qualitativas* da organização das forças produtivas, ou seja, uma quebra na regularidade macroeconômica constatada em regimes de acumulação anteriores que contribuiu para o surgimento de um novo modo de regulação destinado a organizar um novo comportamento individual e coletivo capaz de assegurar a reprodução do sistema e a permanência da forma institucional vigente.

Dessa forma, para a escola da regulação, a crise do fordismo inscreve-se numa quebra da regularidade na acumulação oriunda da produção em massa e consumo de massa abalizados por uma forte intervenção do Estado. Segundo Harvey (1999: 121),

o que distingue o fordismo do taylorismo, em última análise, é o seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

---

<sup>3</sup> A partir da década de 1970, no contexto da crise fordista nos países centrais, um grupo de pesquisadores franceses desenvolveu uma interpretação para a crise utilizando-se de instrumentos da teoria marxista e da teoria keynesiana. Essa interpretação resultou em um conjunto não-unificado de teorias acerca desse tema que estão agrupadas sob o rótulo de “teorias da regulação”. Alguns desses “teóricos da regulação” estão citados no nosso trabalho e são eles Aglieta, Lipietz e Coriat. Segundo BENKO (2002), as ideias centrais da teoria da regulação emergem de três conceitos básicos: *regimes de acumulação, modos de regulação e formas institucionais*.

*Um regime de acumulação designa o conjunto de regularidades que asseguram progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, isto é, que permitem assimilar ou desdobrar no tempo as distorções e os desequilíbrios que nascem permanentemente do próprio processo.* (BENKO, 2002: 244)

*Um modo de regulação é qualquer conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos, que tem a tripla propriedade de: reproduzir as relações sociais fundamentais mediante a conjunção de formas institucionais historicamente determinadas; sustentar e dirigir o regime de acumulação em vigor; assegurar a contabilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessária a interiorização pelos atores econômicos dos princípios do ajustamento do conjunto do sistema.* (BENKO, 243)

*A noção de forma institucional, definida como a codificação de um conjunto de relações sociais fundamentais, tem por objetivo exatamente realizar a passagem entre coações econômicas associadas à viabilidade de um regime de acumulação e estratégias de grupos sociais.* (BENKO, 237)

Em outras palavras, a crise monetária, industrial, do mercado de trabalho e do Estado de Bem-Estar vão contribuir para a instituição de um novo regime de acumulação flexível, capaz de assegurar a regularidade da forma institucional capitalista.

PIORE e SABEL (1984) trabalharam em uma explicação “mais técnica” para a crise do fordismo, com base nos choques inflacionistas da década de 1970, na crise do petróleo na mesma década e na escassez de emprego, bem como de alguns itens básicos da indústria de alimentos, como os cereais. Para esses autores, a saturação dos mercados norte-americanos para bens produzidos em série levará a uma crise de excedente de produção e conseqüentemente à necessidade de uma freada no tipo de modelo produtivo vigente. A estagnação seguida de recessão econômica provocadas pela desaceleração do ciclo de produção fordista fará refletir sobre as bases nas quais se consolidou esse modelo e, a partir daí, alimentará o desenvolvimento de um novo modelo que desse conta das deficiências do modelo anterior, isto é, fosse capaz de produzir bens industrializados de forma flexível, que se adaptassem mais facilmente às flutuações da demanda no mercado e de forma não padronizada, permitindo uma maior abrangência em termos de superação tecnológica, diferenças culturais e desenvolvimento técnico. Quando a relação capital/trabalho/consumo começa a contribuir para uma queda na produtividade, as empresas respondem internacionalizando a produção (Novos Países Industrializados – NPI’s), o que levou a uma crise do emprego e, conseqüentemente, da demanda.

Tanto LIPIETZ (1988), quanto LIPIETZ e LEBORGNE (1988 e 1990), fazem críticas à explicações desenvolvidas pelos autores anteriormente mencionados, PIORE e SABEL (1984). Para Lipietz e Leborgne, é falso crer que a crise do fordismo se trata de uma crise de superprodução e subconsumo mundial, mas também fazem críticas às explicações de tipo “monocausais” para a mesma.

Os autores acreditam em uma explicação que articule causas internas e externas. Uma crise de eficácia, onde a cadeia de produção peca por um excesso de rigidez e esgotamento relativo das técnicas tayloristas-foristas e, por outro lado, uma crise de legitimação, visto que a certeza no desenvolvimento inesgotável do modelo fordista é quebrada de maneira patente.

Pode-se resumir a explicação alternativa que propomos como segue. Primeiro, uma crise latente do paradigma industrial com uma desaceleração da produtividade e um crescimento da relação capital/produto, conduziu a uma queda na lucratividade nos anos 60. A reação dos empresários (via internacionalização da produção) e do Estado

(generalização das políticas de austeridade) levou a uma crise do emprego e daí à crise do Estado-providência. A internacionalização e a estagnação detonaram, por sua vez, a crise “do lado da demanda”, no fim dos anos 70. (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988: 16)

No entender de SOJA (1993), a crise que ficou intitulada “crise do fordismo” e que vai desencadear a chamada reestruturação da produção industrial em âmbito internacional, na verdade, é decorrência de uma “cadeia complexa de crises”. Segundo esse autor, crises na divisão internacional do trabalho e na distribuição global do poder político e econômico, bem como nas funções expandidas dos Estados Nacionais (o que diz respeito aos sistemas previdenciários, aos contratos estabilizados pelo keynesianismo) e nos modos como as relações de produção capitalistas se imprimem na vida cotidiana (trabalho e emprego, habitação, papéis familiares e relações de poder na esfera da sociedade e da vida privada).

Todos compartilham de um modelo similar de crise da mudança histórica e geográfica; uma ênfase na análise das classes e no processo de trabalho; uma apreciação da importância da tecnologia e da estrutura empresarial na diferenciação da produtividade e dos lucros; uma atenção explícita para com a interação entre a espacialidade, a política e o papel do Estado; um interesse pela análise da internacionalização do capital e da aceleração concomitante da mobilidade do capital e da migração da mão de obra; e uma visão que reconhece, em graus variáveis, a natureza geral e a singularidade particular da espacialização capitalista. As interpretações mais específicas giram, tipicamente, em torno de um ponto crucial histórico, situado no fim dos anos sessenta ou início dos setenta, e seu eco nas Grandes Depressões do passado; e há uma fraca aceitação da hipótese geral da reestruturação: a de que estamos, atualmente, em meio a um período em que o capital e o trabalho estão sendo significativamente reorganizados, numa tentativa (ainda não completamente bem sucedida) de restabelecer o aumento dos lucros e reforçar a disciplina do trabalho, em parte através de ataques diretos à organização, aos salários e aos padrões de vida da classe trabalhadora. (SOJA, 1993: 206)

Em outras palavras, na esteira desses acontecimentos foi gerida, ainda, uma crise intrínseca ao modelo fordista que diz respeito ao próprio modo de regulação e uma insustentabilidade do regime de acumulação e consumo que vão acarretar uma outra forma de espacialização capitalista. Essa crise intrínseca, chamada por LIPIETZ e LEBORGNE (1988) de “crise de legitimidade” pode encontrar explicação em elementos ligados, especialmente, o tipo de relações industriais estabelecidas pelo fordismo.

Neste momento abriremos uns breves parênteses para algumas considerações acerca das “relações industriais”, pois apesar do termo nos levar a pensar em um tipo de relação entre empresas (indústrias), materializada nas trocas de produtos, informações, conhecimento, técnicas etc., o conceito se distancia, de certa forma, desta abordagem geral. Inclusive, é preciso entender que relações industriais não podem existir nesses termos, pois as indústrias não são seres, não agem por si só. Quem o faz são os grupos sociais e classes de trabalho que compõem e fazem se mover sistemas de trocas, produção, comunicação etc. Teremos como referência para este assunto o trabalho de HYMAN (1981) que realizou uma pesquisa de maior fôlego sobre o assunto.

Segundo HYMAN (1981), muitos autores consideram as relações industriais como todo tipo de relações que norteiam a empresa, elas seriam o estudo das regras do sistema e suas variações no tempo. Dessa perspectiva, um sistema de relações industriais seria, antes de tudo, um sistema de normas como legislação e regulamentação legal, regulamentos sindicais, acordos coletivos, convenções sociais, decisões da direção e práticas e costumes adotados. Ou seja, relações reguladas ou institucionalizadas no seio da indústria, para regulamentação do trabalho.

Estas ideias referidas acima são reconhecidas e bastante respeitadas, porém merecem algumas considerações. Definir as relações industriais exclusivamente como “normas” é muito restritivo, pois implica que a tarefa das mesmas seja apenas manter certo tipo de “ordem” dentro da indústria e entre as mesmas. O ideal, segundo o autor citado, seria trabalhar a definição das relações industriais como “regulação do trabalho”, e tentar compreender o conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos, os quais contribuem para reproduzir as relações sociais na fábrica, alimentando a manutenção do processo produtivo e permitindo o funcionamento de todo o sistema a partir de um processo de interiorização dos princípios que regem o conjunto. No entanto, a implicação do termo, para HYMAN (1981) é dupla:

- A noção de *sistema de relações industriais* tem validade analítica à medida que incorpora a existência de processos e forças contraditórias, assim, tanto a estabilidade quanto a instabilidade possuem igual importância: ambas constituem “resultados do sistema”.
- A definição em termos de regulação do trabalho deve ser ampliada para que leve em conta as origens e as consequências do conflito trabalhista e, de forma mais profunda, da luta de classes.

Para o autor, as relações industriais são o resultado da interação entre três grupos de atores dentro do sistema: Uma hierarquia de diretores e seus representantes, uma hierarquia de

trabalhadores (e alguns encarregados) e agências (ou secretarias) de governo *ou* de mediação envolvidas. As relações industriais possuem repartições e aspectos formais e oficiais que as institucionalizam, porém, isto não as torna meras relações entre agências, mas, antes de tudo, entre grupos sociais e, fundamentalmente, entre classes, no sentido hierárquico e de poder empregado ao termo.

O registro acadêmico contemporâneo reflete que muitos dos procedimentos de controle mais importantes sobre as relações de trabalho não fluem através de canais oficiais institucionalizados, ao que se conclui que basear o estudo das relações industriais exclusivamente nos procedimentos organizacionais formais, como entidades de classe, sindicatos, agências de governo e justiça, equivale a impô-las limites por demais estreitos. Ou seja, as relações industriais extrapolam as fronteiras da formalidade e da oficialidade, não se restringindo exclusivamente aos sindicatos ou associações de empresários, nesse sentido, podem ser analisadas a partir da perspectiva das *relações de poder* estabelecidas entre os sujeitos que constituem os grupos e classes.

No entender de HYMAN (1981), o *sindicalismo* visto como uma aproximação puramente institucional pode conduzir a conclusões errôneas e até perigosas. Um sindicato é uma forma de organização peculiar, pois não produz bens ou serviços identificáveis, mas tenta intervir nas decisões dos outros (trabalhadores, empresários e legisladores). Logo, não é o sindicato que atua, negocia, defende ou ataca, mas sim a classe ou categoria que o compõe, pois ele não tem vida própria, por isso, as relações industriais são, antes de tudo, relações entre sujeitos mediadas por relações de poder institucionalizadas ou não.

Os sindicatos não devem receber atenção apenas enquanto organizações, mas também como trabalhadores em defesa de seus problemas e aspirações, que são o ponto de partida para a análise das relações industriais, segundo a perspectiva de HYMAN (1981). Essas queixas podem ser listadas de maneira sucinta, como: Um nível salarial mais justo e crescente ao nível das perdas de poder aquisitivo; condições de trabalho razoáveis; companheiros mais solidários; controle menos rigoroso; menor desgaste físico, mental e emocional; menos monotonia e repetitividade no serviço; maior liberdade no trabalho; etc.

É importante notar que a análise de HYMAN (1981) para as relações industriais é datada e evidencia um importante período do modelo de acumulação, o modelo fordista de produção. A análise desse autor não abrange a gama de variáveis encontradas hoje dentro das fábricas e a

flexibilidade que ganhou o processo de produção em termos geográficos. Ao mesmo tempo em que as relações industriais atuais não se restringem mais a uma reação entre as figuras do patrão, do empregado e dos órgãos de mediação, devido à complexificação dessas relações introduzida pelo toyotismo, o próprio processo de produção se fragmentou, fragmentando com ele seus elementos de sustentação. Ainda assim, o que nos faz destacar o trabalho de Hyman a respeito das relações industriais e a necessidade de se salientar a abordagem de um tipo específico de teoria industrial que qualifica os sujeitos envolvidos nos processos e não os quantifica, apenas.

Encerrando os parênteses, voltamos então à crise de legitimidade que se verifica nas relações industriais fordistas. Um dos elementos dessa crise intrínseca será desenhado por uma baixa ou mesmo escassa produtividade extraída a partir de coerção direta do trabalhador. Esse dado pode ser interpretado de duas maneiras, no que tange o segmento do trabalho focado na análise dos processos produtivos fordistas, quanto ao limite da mais valia absoluta e relativa extraída do trabalho assalariado.

O modelo de produção taylorista/fordista vai elevar ao máximo a possibilidade de extração da mais valia absoluta e relativa do trabalho, quando comparamos esse modelo de produção de bens industrializados/transformados com outros modelos anteriores. O tamanho das fábricas, a extensão das unidades de produção vão permitir um contingente de trabalhadores submetidos ao ritmo acelerado de produção, demanda e consumo impostos pelo modelo no ápice da sua aceitação, entre as décadas de 1950 e 1960. Ao mesmo tempo, graças à mecanização da produção e à disciplinarização gestual do trabalhador a ela associada – que garante a submissão do mesmo ao ritmo e movimentação da máquina a qual se torna, mais do que nunca, uma extensão involuntária do seu corpo – os níveis de mais valia relativa extraídos do componente trabalho no processo produtivo também se eleva a valores nunca antes registrados.

Esses valores vão garantir, durante algumas décadas, o ritmo de crescimento das economias fordistas e ajudar a sedimentar uma cultura de consumo que vai se tornar espelho do próprio sistema, a constituição da sociedade de massa que passa a vigorar a partir de então. No entanto, o que parecia ser um caminho de ascensão e de crescimento inesgotável, começa a se desmistificar no final dos anos 1960, por problemas relacionados à administração e à alimentação do próprio modelo fordista. À medida que o número de funcionários crescia acompanhando a demanda pela produção em larga escala, crescia também o aparato de vigilância e controle que demandava, da mesma forma, um número cada vez maior de funcionários “não produtivos”, além

daqueles “produtivos” que também representam um custo ao empregador. Se a divisão do trabalho já havia atingido um limite quanto ao controle do gestual do trabalhador, a taxa de mais valia absoluta começa a decrescer e com ela os rendimentos começam a se tornar decrescentes.

Como nos mostra BERNARDO (2004),

Quando o trabalhador se desinteressa, quando finge trabalhar mas trabalha menos, quando sabota – a partir de então a repressão, para ser eficaz, não poderia convergir apenas no ataque a contestações pontuais e na tortura e prisão de uma minoria de pessoas, mas teria de se multiplicar em formas redobradas de vigilância do processo de trabalho. É aqui que os custos começam a ser incomportáveis para os capitalistas. Para fiscalizar os trabalhadores no processo de trabalho, não basta saber reprimir, é necessário também conhecer os gestos e raciocínios do trabalho e sua intensidade requerida, o que representaria despesas acrescidas de formatação. Esse aumento de custos incidiria num pessoal repressivo em aumento também, no acréscimo do número de contramestres e de todo tipo de fiscais. Assim, quanto maior fosse a quantidade desses vigilantes relativamente à quantidade de força de trabalho, tanto mais se agravariam os custos, tornando-se finalmente insuportável para o capital. Por isso as formas absolutas de repressão, para terem plena eficácia, só podem ser utilizadas pontualmente, nunca enquanto estratégia geral e permanente. (BERNARDO, 2004: 92, 93)

Ao mesmo tempo, a massificação da produção fordista torna-se incapaz de atender de forma eficaz a crescente demanda do mercado consumidor que se torna cada vez mais exigente e mais atento à qualidade e aos custos do produto consumido. Essa exigência quanto à qualidade e a diversificação da produção, em oposição à rigidez da produção padronizada do fordismo vai exigir investimentos no que diz respeito ao capital constante das empresas. Estratégias de modernização e ampliação das máquinas e equipamentos industriais vão representar custos mais elevados em termos de manutenção e investimentos os quais comprometerão parte dos lucros já em fase de decréscimo no final dos anos 1960.

O que vai acontecer é que a demanda por máquinas e equipamentos industriais vai aumentar, como forma de atender a demanda do mercado consumidor, porém, esse processo ao invés de retroalimentar o sistema capitalista-fordista, no sentido de que mais capital constante investido nas fábricas, conduz a uma maior produção de bens finais, e mais produção de bens finais significa maior consumo e, conseqüentemente, maior margem de lucro que permite reinvestir no sistema. Na verdade, como nos explica João Bernardo na citação a seguir, a lógica circular de reabastecimento-investimento-demanda não se consolidará nesse caso. Isso por

motivos inerentes às características do próprio modelo de produção fordista. Como esse modelo pressupõe uma produção massificada, isto é, em larga escala de produtos em série, como forma de baratear os custos e, também, de reduzir o preço final da mercadoria para obtenção de um consumo de massa, a própria lógica da reprodução ampliada passa a contribuir para uma redução da margem de lucro à médio e longo prazos, mantendo-se a lógica de consumo e fixando-se a demanda.

Tudo o que de imediato sucede é que o capitalismo, em resposta a uma redução do tempo de trabalho, consegue fazer manter ou aumentar o número de unidades de *output* produzidas, o que significa, em qualquer dos casos, que o valor de cada unidade diminui, embora em menor ou maior grau; e isso implica que tais unidades, ao entrarem como *input* em outros processos de fabricação, constituindo assim um elemento do seu capital constante, transmitem ao novo produto uma fração de valor menor do que sucederia no caso de o sistema mais produtivo não ter começado a vigorar. Sempre que o *output* dos ramos de produção que sofreram um aumento de produtividade não se destina imediatamente a ser consumido pelos trabalhadores, mas vai servir enquanto instalações ou meios de produção ou matérias-primas a processos de fabricação subsequentes, resulta uma diminuição do valor conservado nesses processos. (BERNARDO, 2004: 100, 101)

O que queremos explicar é que o capital constante enquanto peças, matérias-primas beneficiadas, máquinas e equipamentos, produzido a baixo custo nas condições preestabelecidas pelo modelo e já expostas, ao ser incorporado ao processo de produção de outras mercadorias transmite a esses produtos uma fração de valor cada vez menor. Ou seja, a rigidez e a fé cega no modelo de produção fordista vão contribuir, em parte, para defeitos estruturais que vão ajudar a fazer ruir toda a cadeia.

Associada a essa conjuntura, a deficiência técnica, no que diz respeito à capacidade e a flexibilidade do modelo de produção fordista, também contribui para por em decréscimo a capacidade de extração da mais valia relativa, exigindo novos investimento e um novo salto de modernização.

Faz-se importante mencionar, nesse momento, o contexto em que se desenvolvem os primeiros indícios de baixa na produtividade no modelo de produção vigente e, mais tarde, o contexto em que se confirma a sua crise propriamente dita. O modelo de produção, de consumo e de sociedade, o qual teve papel decisivo para a consolidação de uma nova economia política a

partir do início do século XX não teria sido plenamente possível, sem o suporte econômico, político e ideológico do Keynesianismo.

O fordismo (modelo de desenvolvimento/regime de acumulação) fundamentou-se em uma produção industrial estandardizada, apoiada num consumo de massa – que permitiu o desenvolvimento da produção em massa – e em seu estabelecimento com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção. No plano político, essa intervenção se traduziu na emergência do Estado-providência. (BENKO, 2002: 28)

Em outras palavras, as bases que permitiram a vigência do modelo fordista de produção e consumo estavam assentadas sobre um modelo de regulação e mediação social que se tornaria o garantidor de um pleno Estado de bem-estar social, o “*welfare state*”.

Idealizado originalmente a partir das políticas econômicas inauguradas com a crise de 1929 e as estratégias de reversão da crise, como o *New Deal*, o keynesianismo buscava reverter o quadro de depressão econômica e de crise social que se abateu sobre as principais economias do mundo na época, em especial, a norte americana.

Esse conjunto de ideias propunha uma sólida intervenção estatal na vida econômica, com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego, ideias essas que contribuíram para a renovação da teoria econômica neoclássica e na política de livre mercado (liberalismo), vigentes até então.

O cerne da teoria keynesiana sugere que a economia tende a seguir o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária, isto é, com tendência ao desaparecimento graças às forças do mercado. Segundo John Maynard Keynes, em sua “*Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*” a manutenção do crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia seriam a garantia do pleno emprego, desde que não houvesse um excesso, já que isto provocaria um aumento da inflação.

Em quase todos os países industrializados o pleno emprego e o nível de vida crescente alcançados nos vinte e cinco anos posteriores à Segunda Guerra Mundial foram seguidos pela inflação. Os keynesianos admitiram que seria difícil conciliar o pleno emprego e o controle da inflação, considerando, sobretudo, as negociações constantes por aumentos salariais. Por esta razão, foram tomadas medidas que evitassem o crescimento dos salários e preços, mas a partir da década de 1960 os índices de inflação foram acelerados de forma alarmante.

Apesar de não defender a estatização geral da economia, Keynes defendia, na década de 1930, uma participação ativa do Estado nos segmentos da economia que, embora necessários para o bom desenvolvimento de um país, “*não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada*”. Logo, não se trataria de promover uma competição entre Estado e mercado, mas sim de obter uma adequada “complementação ao mercado”, que agindo sozinho não seria capaz de resolver todos os problemas, em busca de uma maior eficiência geral da Economia.

O keynesianismo atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantissem à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário-mínimo, do salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e outros. Em resumo, define-se uma política de proteção seguridade social à classe trabalhadora que vai ser a tônica a partir das primeiras décadas do século XX nos países centrais, especificamente Estados Unidos e Europa Ocidental.

Essa “época de ouro” do fordismo-keynesianismo vai ver seus pilares abalados a partir da década de 1970, a partir do momento em que começam a se aprofundar as reações capitalistas aos quadros de reprodução social em vigor, por meio de um processo de desintegração social cujo trunfo é a consolidação de um novo bloco hegemônico de classe.

Essa desintegração será alimentada por alguns catalisadores que tornarão irreversível a crise do modelo. Um desses estímulos será o impulso de desregulamentação da força de trabalho motivado pelo excesso de gastos com folhas de pagamentos e legislação trabalhista nos quadros do pleno emprego e de produção em massa e em escala do fordismo. O pesado investimento efetuado pelo modelo fordista em capital variável em situação de constante queda da taxa de lucro das empresas, associado a uma tendência à banalização da própria força e trabalho, que passa a ser encarada como mera mercadoria, dentro da engrenagem do modelo então vigente, resultarão no aprofundamento da queda na taxa de lucro e, conseqüentemente, na tendência de desregulamentação do mercado de trabalho, algo que se tornará, por seu turno, um dos ingredientes fundamentais do modelo subsequente, o pós-fordismo.

A resposta que será orquestrada à crise de lucratividade do modelo fordista, segundo BENKO (2002), será *desvalorizar a força de trabalho* através da redução dos componentes que constituem os custos de sua reprodução, isto é, desindexação e regulação concorrencial do valor dos salários, revisão em baixa do salário indireto, supressão de garantias trabalhistas,

remodelação da organização do trabalho (processo de produção, sistemas de gestão, automação), revisão da norma social do consumo, desenvolvimento do trabalho improdutivo.

A banalização das relações de trabalho e do próprio trabalho enquanto parte da produção e, em casos mais extremos, sua desregulamentação, serão decisivos no processo de despolitização vivenciado pelos trabalhadores enquanto classe e enquanto indivíduos a partir da segunda metade do século XX. A redução do trabalho a uma relação de troca meramente contratual, segundo BENKO (2002), vai acabar por ocultar a própria dimensão política embutida na separação entre produtores e meios de produção, “naturalizando”, sob certos aspectos, relações que são, em sua origem, conflituosas.

Para esse autor, “[o] aumento das ‘marginalizações sociais de massa’ que acompanham o desdobramento dessas estratégias é um índice apropriado para se avaliar o seu impacto sociopolítico” (BENKO, 2002: 21). Dessa forma, a reestruturação que marcará a transição do modelo fordista para o pós-fordista deve ser compreendida, também, dentro de um amplo contexto de lutas sociais e relações de poder que dizem respeito aos modos de existência individuais e coletivos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Isso significa dizer que a reestruturação produtiva engendra um conjunto de transformações que causam impactos de diferentes naturezas e intensidades nos mais variados aspectos da vida social. Logo, a reestruturação não é apenas *produtiva* no sentido de ficar restrita aos processos econômicos de produção de bens e serviços, mas deve ser entendida em um sentido mais amplo e profundo de *produção da própria vida social*. Nesse trabalho, vamos priorizar os impactos desse processo no mundo do trabalho, ou seja, as transformações provocadas nas relações de produção e nas forças produtivas e suas consequências territoriais, políticas e econômicas.

O contexto mais amplo da reestruturação está vinculado a dois processos: emergência de diversas lutas e movimentos sociais nas décadas de 1960 e 70 e o processo de globalização ou mundialização da economia.

O primeiro ponto está relacionado à emergência de uma série de movimentos e ativismos sociais que colocavam em questão os modos de existência hegemônicos, a saber, o capitalismo e o socialismo autoritário.

Que estamos atualmente envolvidos num período contínuo de intensa reestruturação social parece, com a crescente clareza da visão retrospectiva, difícil de negar. Há também uma ampla concordância, entre os que tentam interpretar essa reestruturação contemporânea, em

que ela foi deflagrada por uma série de crises inter-relacionadas – desde as insurreições urbanas dos anos sessenta até a profunda recessão mundial de 1973-75 – que assinalaram o fim do prolongado período de expansão econômica capitalista que se seguiu à II Guerra Mundial. Embora isso seja menos amplamente aceito, também se pode argumentar que essas crises emergiram, primordialmente, em conjunção com as estruturas institucionais específicas que sustentaram e pautaram a acumulação capitalista expansionista dos anos do surto de crescimento do pós-guerra. (SOJA, 1993: 194)

É possível, portanto, pensar a questão da reestruturação produtiva dentro de um contexto onde o capitalismo procura se contrapor aos “novos protagonistas” e poderes que entram em cena nas décadas de 60 e 70 colocando em xeque o próprio modo de existência capitalista (os movimentos e lutas pela descolonização na América, Ásia e África; contra os regimes ditatoriais na América Latina; os movimentos ambientalista, pacifista, feminista e estudantil; o movimento pelos direitos civis dos negros, especialmente nos Estados Unidos; o novo sindicalismo e o movimento operário). Nesse sentido, a reestruturação é *produtiva*, mas também é *de poder*, uma vez que consiste, simultaneamente, na emergência de mecanismos que esvaziem e desarticulem tais experiências sociais, ativismos e movimentos. Tais manifestações sociais vão atingir principalmente a Europa e os Estados Unidos, mas também outras partes do mundo, questionando modelos de produção, consumo e relações de trabalho.

Em outras palavras, essas “insurreições urbanas dos anos sessenta” mencionadas por SOJA (1993) expõem a situação de exploração, segregação, discriminação a que estavam expostos uma grande parcela de mulheres, negros, imigrantes, jovens, operários e todos aqueles que buscavam seus direitos, condições de trabalho e de vida mais dignas, uma sociedade mais justa, tese esta desenvolvida por NEGRI e GUATTARI (1987), corroborada por HARDT e NEGRI (2001).

A solução encontrada para a crise social, econômica e política (no sentido de que não deixa de ser uma crise de poder) que se desenvolve dentro e a partir do modelo fordista de produção e consumo, será uma reestruturação do sistema a partir das demandas e ofertas mobilizadas pelo próprio sistema.

O toyotismo – empregado aqui o termo numa acepção muito genérica – resultou dessa dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas, de que era necessário explorar a componente intelectual do trabalho e que era necessário fragmentar ou mesmo dispersar os trabalhadores. Os

capitalistas conseguiram assim ultrapassar os bloqueios sociais que haviam dado origem à crise de 1974 e puderam encetar um novo período de acumulação acelerada do capital, obrigando a classe trabalhadora a lutar num terreno novo, para o qual ela está muito longe ainda de ter encontrado as formas de contestação adequadas. (BERNARDO: 2004, 80)

A reestruturação produtiva dos anos 1970 vai incorporar aos padrões e processos fordistas, o paradigma industrial japonês, baseado nos modelos *just-in-time*<sup>4</sup> e *kanban*<sup>5</sup>. Fenômeno exaustivamente analisado na literatura pertinente às ciências econômicas e sociais, alguns destes autores são HYMAN (1981), LEBORGNE e LIPIETZ (1990), SCOTT e STORPER (1990), BODY (1990), BENKO (1993 e 2002), SOJA (1993), TAVARES (1993), MÉNDEZ (1997-a), CACCIA (1999), DECCA (s/d), HARVEY (1999), TOLEDO (2000), NABUCO, NEVES e NETO (2001), entre outros. Apesar de ter sido quase sempre analisado sob o viés econômico, podemos dizer, com base em alguns dos autores mencionados acima que o processo de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, a transição entre estes “modos de regulamentação”<sup>6</sup> em curso, tem se caracterizado como uma “modernização do tipo conservadora” no que tange aos “novos elementos” que farão parte do processo produtivo e seus produtos.

A essa transição do fordismo ao pós-fordismo não é homogênea, tampouco hegemônica e tende a misturar “antigas” e “novas” formas de organização e trabalho e da produção.

---

<sup>4</sup> *Just in time* é um sistema de administração da produção que determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora exata. Pode ser aplicado em qualquer organização, para reduzir estoques e os custos decorrentes. Com este sistema, o produto ou matéria prima chega ao local de utilização somente no momento exato em que for necessário e os produtos somente são fabricados ou entregues a tempo de serem vendidos ou montados. (cf. WOMACK, 2004)

Segundo João Bernardo, “na década de 1920, a própria Ford adotou certos elementos do que viria a ser mais tarde o *just in time*, mas a experiência foi de curta duração, porque era impossível integrá-la nos moldes fordistas da cadeia de montagem. Foi no setor comercial, nos supermercados, que o *just in time* começou a ser usado sistematicamente nos Estados Unidos enquanto forma de gestão de estoques” (BERNARDO, 2004: 81).

<sup>5</sup> Kanban é uma palavra japonesa que significa literalmente registro ou placa visível. Em Administração da produção significa um cartão de sinalização que controla os fluxos de produção ou transportes em uma indústria. Coloca-se um Kanban em peças ou partes específicas de uma linha de produção, para indicar a entrega de uma determinada quantidade. Quando se esgotarem todas as peças, o mesmo aviso é levado ao seu ponto de partida, onde se converte num novo pedido para mais peças. Embora o sistema de Kanban físico seja mais conhecido, muitas empresas têm implementado sistemas de Kanban Eletrônico (e-Kanban) em substituição ao sistema tradicional, permitindo sinalização imediata da demanda real do cliente em toda a cadeia de fornecimento.(cf. PACE, 2003)

<sup>6</sup> Todo modelo de produção implica uma forma de regulação da sociedade (LIPIETZ, 1994), incluindo como sugere HARVEY (1999), as materializações de hábitos, motivações e estilos de representação culturais. Se todo modelo de produção só existe graças à sociedade e esta é composta de homens e mulheres dotados de saberes, desejos e necessidades, então um modelo de produção é composto também de subjetividade (Cf. GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Em termos de análise espacial desse fenômeno reestruturação, podemos dizer que as transformações se deram em várias escalas. Desde a escala da empresa, onde a forma de organização interna, a disposição das “linhas de montagem” e a divisão do trabalho passaram a se espacializar de forma distinta de até então, até a escala internacional, na qual é impressa, em alguns casos, uma nova territorialidade industrial e uma nova divisão internacional do trabalho por consequência.

Na escala grande das indústrias e suas relações internas, a “linha de montagem”, típica do modelo elaborado por Henry Ford, foi substituída pelas “células de produção” e pelo sistema *Kanban* de Taiichi Ohno. A principal mudança nesse aspecto manifesta-se quanto aos deslocamentos dos funcionários e produtos dentro da fábrica, além, é claro, da forma e tipo de trabalho que passam a ser desenvolvidos. Na linha de montagem não havia quase nenhum deslocamento de pessoal dentro da fábrica (à exceção de fiscais e gerentes ou administradores, serviços de manutenção, urgências etc.), o que se desloca nesse ambiente é o material produzido, através das esteiras da linha de produção. Daí o tamanho das fábricas serem considerados muito superiores ao tamanho das fábricas atuais, consideradas tecnologicamente mais “modernas”. A esteira ocupava um grande espaço dentro da área construída e havia ainda a necessidade de amplos espaços para estoques (de matéria prima e produtos acabados).

Com as células de produção, muitos elementos mudam nessa organização, a começar pela própria linha que deixa de ser efetivamente “contínua” e passa a ser dividida em espaços menores no interior da fábrica que recebem o nome de “células” por fazerem parte de um sistema maior que depende de seu bom funcionamento para, também, funcionar sem problemas. Essas *células* são responsáveis por uma parte da produção, em geral, independente das demais e, em muitos casos, a produção ali é feita por empresas “parceiras” da marca para a qual trabalham e alguns prestadores de serviços. No caso das fábricas de automóveis, como Volkswagen Ônibus e Caminhões, localizada em Resende, no sul do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as células que desempenham funções na produção são responsáveis por partes da mesma como chassis e rodas, motor, estamparia, tapeçaria e estofados, vidros e plásticos. Cada uma dessas células representa uma parceira trabalhando dentro da planta da Volkswagen a qual será responsável pela qualidade do produto final que leva a sua marca<sup>7</sup>. Os espaços ocupados por essas células são

---

<sup>7</sup> Detalhes da forma da produção e organização espacial das fábricas de modelo flexível no sul fluminense extraídos de trabalho anterior, RAMOS (2005).

reduzidos em comparação com a área ocupada pela fábrica fordista, além disso, contribuem para a redução do tamanho dessas empresas a polivalência dos empregados (que passam a ser melhor qualificados e a desempenharem várias funções ao invés de serem especialistas em um só movimento ou uma só função e, assim, em número reduzido), a tecnologia dos equipamentos (informatização e comunicação) e a ausência (ou quase) de estoques eliminados pelo sistema *Kanban* e *Just in Time* de produção.

A reorganização do espaço de trabalho e produção com a introdução das células de produção no lugar da linha de montagem, bem como o modelo de regulação de estoques baseados na metodologia *Kanban* e *Just in Time* vão modificar a forma de controle e disciplina dentro da fábrica. Isso é possível, pois os estoques reduzidos dificultam a reposição rápida de peças e componentes caso haja algum erro, da parte do trabalhador, na montagem e produção. Dessa forma,

crece enormemente a pressão psicológica organizada sobre os operários, na medida em que há o risco permanente de que uma seção ou posto de trabalho se transforme em ponto de estrangulamento, sujeito a um efeito paralisante em cadeia de toda a instalação produtiva (CORIAT, 1998: 23).

Por isso, o *just in time*

é também uma técnica notável e renovada de controle social sobre o trabalho, pois seu sistema de organização permite rapidamente, e de forma transparente, enquadrar – ou ‘responsabilizar’ – os trabalhadores de postos ‘deficientes’. Nesse particular, a linha de produção fordista ‘anônima’ pela sua própria constituição, torna essa tarefa dificilmente viável (CORIAT, 1998: 32).

Em se tratando de escalas maiores de transformações o toyotismo foi responsável, especialmente, por movimentos de desconcentração e realocação industriais recentes levando, por exemplo, à perda relativa de importância de certas regiões industriais, bem como ao surgimento de novos espaços industriais em regiões anteriormente de pouca ou nenhuma tradição nesse setor. Isso vai ocorrer tanto em escala regional, como nacional ou internacional.

Nos países semiperiféricos as transformações ocorrem tanto a partir da chegada de novos investimentos materializados em filiais de empresas transnacionais, fruto da deslocalização de indústrias pouco atrativas para o mercado dos países centrais, e que passam a atuar na

semiperiferia do capitalismo por questões de economia e visando aumento das margens de lucro, quanto nos processos de deslocamentos internos de indústrias já em funcionamento no país. Nesses casos a procura passa a ser por regiões de menor tradição industrial e, conseqüentemente, com custos de produção inferiores.

No Brasil, esse processo será analisado nas décadas de 1980 e 1990, entre outros autores, por Clélio Campolina DINIZ (1995) que vai identificá-lo como uma “desconcentração do tipo concentrada ou relativa”, já que a maioria das indústrias que teriam optado por deixar os grandes centros industriais em função da “deseconomia de aglomeração” teriam apenas se espalhado a partir de seu polo original, contudo, não ultrapassariam os limites de um “polígono” identificado pelo autor, que abrange o sul e o sudeste do país.

Todo esse processo não vem ocorrendo de forma linear. Na primeira fase, o que se observou foi um movimento generalizado de desconcentração, como antes se analisou. Mais recentemente, o que ocorre é uma tendência à reconcentração na área mais desenvolvida do país. Este movimento recente está relacionado com as mudanças tecnológicas e com a reestruturação produtiva, as quais tendem a alterar os requisitos locais, especialmente daquelas atividades mais intensivas em conhecimento. Além disso, as mudanças ideológicas e políticas no que diz respeito ao papel do Estado, a abertura externa da economia, em especial do Mercosul, e o processo de democratização seguramente terão efeitos decisivos sobre a configuração regional da indústria no Brasil, indicando a possibilidade de sua reaglomeração na região Centro-Sul do país. Neste sentido, observa-se uma tendência a uma relativa reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte - Uberlândia - Londrina/Maringá - Porto Alegre - Florianópolis - São José dos Campos - Belo Horizonte. Estima-se que os estados de Minas Gerais, São Paulo (excluída a sua área metropolitana), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tenham aumentado sua participação na produção industrial de 32 para 51% entre 1970 e 1990. (DINIZ, 1995: 10)

Para DINIZ Filho (2006), o favorecimento de regiões as quais anteriormente já possuíam o *status* de “maior desenvolvimento econômico”, como o sul e o sudeste do Brasil, ocorre em função de dois elementos que vão caracterizar o processo de reestruturação produtiva nos mercados semiperiféricos: a busca novos fatores locacionais e os “novos espaços industriais”. Nesse contexto é fundamental lembrar, contudo, que a aglomeração urbana *ainda* é um importante atrativo industrial, assim como também é importante salientar que a consolidação de “novos espaços industriais” implica a pré-existência de uma rede de fornecedores e de

consumidores que, além de “retroalimentar”, de alguma forma, a concentração, em muitos casos só é encontrada em tradicionais regiões industriais do país, ou seja, a região centro-sul do país.

De acordo com DINIZ (1995), a exceção para essa desconcentração relativa, isto é, da desconcentração para “além dos limites do polígono”, estaria limitada às indústrias extrativas e aos incentivos fiscais e políticas públicas regionais, responsáveis por investimentos industriais recentes no norte e nordeste do Brasil.

No entanto, se as ações implementadas pelo Estado, associadas às estratégias dos conglomerados transnacionais, conduzem para uma desconcentração industrial, a distribuição espacial da População, dos mercados, dos fatores de produção e da infraestrutura, a estruturação da rede urbana, a distribuição dos recursos humanos (especialmente a mão de obra) e do potencial de consumo, bem como a dotação de recursos naturais acabam por reforçar, ou tornarem-se fatores de reaglomeração industrial no Brasil. Dessa forma, a desconcentração também se manifesta na continuidade do processo de interiorização da indústria brasileira na forma de uma “desconcentração concentrada”.

O mencionado exemplo da Volkswagen Ônibus e Caminhões, instalada em Resende, no estado do Rio de Janeiro ilustra essa mudança no padrão de localização industrial no Brasil e, especialmente, nas regiões metropolitanas da região sudeste. Após uma extensa negociação com os governos dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, a fábrica optou por instalar-se, em 1995, no município do sul fluminense estimulada por uma série de benefícios fiscais, bem como por concessões públicas e privadas. O que reforça a teoria (DINIZ, 1995; IANNI, 1996 e DINIZ Filho, 2006) de que a desconcentração mais ampla ocorre entre as indústrias extrativas minerais, ou de consumo intensivo de recursos naturais e monoculturas (como a celulose e a indústria de papel; as petrolíferas; as usinas de álcool etc.), enquanto a “desconcentração relativa” se dá, predominantemente, entre as indústrias de bens de consumo e bens de capital.

Outros casos ilustrativos desse processo figuram entre os países centrais e manifestaram-se, por exemplo, na desconcentração industrial das principais regiões metropolitanas da Europa em função do surgimento de regiões industriais de tecnologia avançada e/ou novos ramos de produção em cidades médias e áreas pouco industrializadas.

O surgimento dos tecnopólos nas décadas de 1970, 80 e 90 em países como França, Alemanha e Inglaterra, na Europa, bem como no centro e norte do Japão, ou na costa oeste e no

sul dos Estados Unidos, como o Vale do Silício, são exemplos que ilustram a transformação do espaço industrial promovida pela transição para o modelo pós-fordista ou toyotista de produção.

Ainda que nos países centrais a desconcentração não seja sempre relativizada pelo surgimento de tecnopólos e importantes regiões de ensino, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias – como é o caso dos novos espaços industriais na Europa, nos Estados Unidos e Japão – há que se refletir sobre o papel que teve a reestruturação produtiva nos países centrais, como consequência direta ou indireta do mesmo fenômeno, para a emergência dos Novos Países Industrializados – no sul e sudeste asiático chamados Tigres Asiáticos, ou, até mesmo, as Zona Econômicas Especiais Chinesas<sup>8</sup>.

Essas “novas economias semiperiféricas” surgem a partir de investimentos excedentes e para dar vazão às chamadas “externalidades” industriais japonesas e norte-americanas em um contexto historicamente bem demarcado de Guerra Fria e disputas geopolíticas internacionais. Esses espaços emergentes no grupo de países que vão ser denominados com a mesma expressão dão prosseguimento a uma dupla função: atender às necessidades do mercado em termos de produtos de baixo valor agregado, baixa tecnologia de produção e/ou intensivo em mão de obra/recursos; servir como válvula de escape para as indústrias que passam pelo processo de reestruturação nos países centrais supracitados que não conseguiram ou optaram por não adequar sua produção às novas formas.

São muitos os casos e muitas as regiões que passaram por transformações a reboque da grande reestruturação promovida pelo advento do pós-fordismo, porém, o mais importante nessa avaliação é ressaltar que a incorporação do pós-fordismo, seja em países centrais ou semiperiféricos, não vai significar a completa superação do fordismo e suas práticas, mas sim um novo arranjo de forças (de poder) em novos arranjos produtivos, sejam esses locais, regionais ou supranacionais.

Temos o exemplo trazido por autores que estudam o caso da reestruturação produtiva na Itália e os impactos trazidos para a economia do país. A Itália irá sofrer com enormes perdas de postos de trabalho, com a precarização de sua mão de obra, e também verá surgir um “novo” espaço industrial que passará a se integrar, sob a forma de redes de produção, à economia nacional e, também, à cadeia produtiva internacional. Esse novo espaço industrial se manifesta

---

<sup>8</sup> Guardadas as particularidades desse caso no que diz respeito ao regime político desse país e às circunstâncias de seu surgimento em relação á conjuntura econômica da própria China.

especialmente na chamada “Terceira Itália”<sup>9</sup>, no Nordeste desse país, região que é fruto da reestruturação produtiva e da emergência do pós-fordismo, mas onde o resgate de técnicas artesanais de produção e de relações de trabalho instáveis e precárias faz lembrar modelos de produção anteriores (mesmo ao fordismo).

Na Terceira Itália o trabalho doméstico e semi-artesanal tornou-se a “linha de frente” das micro e pequenas empresas circunscritas aos distritos industriais dessa região da Europa, caso descrito mais detalhadamente por URANI, COCCO e GALVÃO (1999); CACCIA (1999); GURUSATTI (1999) e CORÒ (1999) que analisam esse “modelo produtivo, marcado por uma difusão capilar e por uma conexão reticular de unidades de produção de dimensões muito pequenas (não mais que dez ou quinze trabalhadores por unidade, na maior parte dos casos)” (CACCIA, 1999: 240). Esse modelo que emerge no nordeste italiano atende, de certa forma, uma (nova) demanda do mercado “pós-fordista” que é a flexibilidade da produção (tamanhos, cores, formas, materiais etc.) e do trabalho. Uma região que não alcança o nível tecnológico de uma região industrial tradicional e rica de um país desenvolvido, com alto nível de investimento tecnológico e de qualificação, e passa a se dedicar a nichos de mercado onde há brechas para algum tipo de inovação em termos de produção onde a tecnologia não seja condição para a mesma.

Só para se ter uma ideia, na Emília-Romana, 90% das indústrias manufatureiras são compostas por pequenas firmas, correspondendo a 58% do total da força de trabalho da região. Em Modena, centro industrial da Emília-Romana, a renda per capita passou do décimo sétimo lugar, em 1970, para o segundo lugar, em 1979. Em Bolonha, o chamado Vale das Embalagens exporta 80% da sua produção para mais de cinquenta países. Em Modena e Reggio Emília, mais de duzentas minúsculas fábricas de cerâmica respondem por 80% da produção italiana e por 27% da produção mundial de ladrilhos (AMATO NETO, 2000).

É importante notar que os elementos que irão caracterizar esses espaços industriais são o baixo valor agregado dos bens produzidos (confeções e têxteis, embalagens plásticas, cerâmica e ladrilhos, como citado anteriormente), o predomínio do trabalho especializado (típico do

---

<sup>9</sup> A região leva esse nome, pois surge como um novo elemento em um país onde sempre contrastaram duas regiões bem marcadas economicamente: o sul, predominantemente rural, e o norte, urbano-industrial. A terceira Itália surge como um terceiro elemento que desponta com a formação de distritos industriais povoados de micro e pequenas empresas que trabalham em redes de cooperação e utilizam métodos flexíveis de produção. A região compreende o nordeste do país e abrange as cidades de Milão, Turim, Bolonha, Florença, Ancona, Veneza, Modena e Gênova.

fordismo e, também, anterior a ele), muitas vezes familiar e semiartesanal e o uso intensivo de mão de obra (que implica salários relativamente baixos e baixa qualificação).

Esse “novo retrato do trabalho” no nordeste italiano capturado na análise desses autores mostra que, para além da questão da viabilização desse tipo de produção (têxtil, confecções, cerâmicas etc.) considerada de baixo valor agregado, em tempos de recessão econômica e apelo para redução de custos através de investimentos tecnológicos, a indústria se readapta e reterritorializa de forma a garantir a sua fatia do mercado, muitas vezes através da

flexibilidade no desempenho do trabalho, com dias de trabalho maiores e eliminação de uma série de laços e garantias que previamente existiam no mercado de trabalho; a importância do papel desempenhado pela “economia informal” (duplo trabalho, trabalho ilegal, evasão de impostos e de contribuições à seguridade social e, até, presença de atividades ilegais e de organizações criminais); e por fim, mais recentemente, a sólida emergência da categoria “trabalho autônomo”<sup>10</sup>. (CACCIA, 1999: 242)

O caso italiano é diferente, por exemplo, da região do Baden-Württemberg, localizada ao sul da Alemanha. A região caracteriza-se pela grande concentração de pequenas empresas nos setores têxtil, relojoeiro e de construção de máquinas que, no final dos anos 1960, enfrentou junto com a crise do modelo fordista, uma grave crise produtiva. O governo alemão implementou uma série de medidas de reestruturação – “promoção do investimento imaterial, focando a formação profissional e as novas tecnologias como fatores responsáveis pela modernização da indústria tradicional alemã” (COLLETIS e WINTERHALTER, 1993) – e integrou as pequenas e médias empresas às grandes corporações, em uma rede de produção “autônoma”.

Segundo AMATO NETO (2000), o sucesso do Vale do Baden-Württemberg, pode ser explicado pela existência de especialização flexível, mão de obra versátil e máquinas de finalidade múltipla; aos sistemas de subcontratação, que tornam possível a troca permanente de conhecimentos; à coordenação das especializações das empresas, com provisão de infraestrutura; à cooperação mútua no desenvolvimento de novos produtos e processos; e ao apoio decisivo dos governos regionais e locais, materializado principalmente nas áreas de educação, treinamento e crédito. É importante salientar que, contudo, diferentemente do que ocorre na região da Terceira Itália, onde predominam as micro, pequenas e em alguns casos, médias empresas, em Baden-

---

<sup>10</sup> Retomaremos a ideia de “trabalho autônomo” no capítulo 3, no sentido de delimitar uma visão mais crítica quanto ao uso do desse termo.

Württemberg predomina a relação de pequenas empresas com as grandes empresas configurando uma quase-integração vertical<sup>11</sup>.

De um modo geral, a reestruturação produtiva que vai marcar a transição do fordismo para o modelo flexível de produção chamado “pós-fordista”, terá como objetivo funcional uma série de transformações na forma de produzir (processos) e no resultado da produção (produtos), através de uma mobilidade otimizada dentro e fora da fábrica – método *kanban* de reposição de estoques mínimos, sistema informatizado de comunicação interna e externa, organização interna em células de produção, muitas vezes, compostas por empresas terceirizadas, ou, como no jargão pós-fordista “parceiras”, logística externa de fornecedores e consumidores administrada por um moderno sistema de gerenciamento. A otimização dos processos e da circulação dos produtos permite uma maior rapidez de resposta aos mercados e uma linha de produção comparativamente mais flexível que a pesada linha de produção fordista.

Com relação à força de trabalho é que vão se dar as transformações mais marcantes no que diz respeito à transição fordismo/pós-fordismo. Se no modelo de produção fordista as tarefas eram individualizadas – apesar de estar organizada de forma a compor uma cadeia onde o trabalho de um depende diretamente da conclusão do trabalho de um anterior, isto é, existe uma necessária continuidade – no modelo flexível vai se dar uma valorização do agrupamento de tarefas e, até mesmo, da concepção das mesmas.

A responsabilização pelas atividades assumidas, a receptividade no plano da iniciativa, a organização em “times” ou “equipes” e o estímulo à competição por bônus e prêmios no âmbito da produção, colocada como uma grande “gincana” interna, contribuem para uma significativa mudança nos padrões consolidados até então. Enquanto esse novo modelo de produção é divulgado como aquele que vai garantir mais “autonomia” ao assalariado, já que ele participa da “concepção” e organização do trabalho, perceberemos que, de fato, essa maior “liberdade” e flexibilidade em comparação com o modelo fordista, mais rígido e repetitivo, pode significar, também, menos estabilidade no emprego, perda de direitos trabalhistas conquistados, mais trabalho e menos remuneração, entre outros.

---

<sup>11</sup> Segundo LIPIETZ e LEBORGNE (1988:23), “A QIV pode ser caracterizada por relações estáveis entre fornecedores e clientes; uma importante participação do cliente no volume de negócios do fornecedor; um campo de subcontratação extenso, indo da concepção à comercialização; formas não mercantis de relações interfirmas, indo da subcontratação à parceria”.

Quando dissemos alguns parágrafos atrás que o pós-fordismo trazia um tipo de modernização que também significava a manutenção de certos traços e experiências do modelo que o antecede, podemos exemplificar essa afirmação também com elementos do mercado de trabalho. Com a expansão do modelo flexível pelos países centrais a partir da década de 1970, nota-se um fracionamento da classe operária em diferentes escalas geográficas: Desde uma segmentação do mercado de trabalho no âmbito da fábrica (HARVEY, 1999; SINGER, 2000) – com a formação de um segmento primário de trabalhadores estáveis, que gozam de plenos direitos sociais e trabalhistas e um segmento secundário de trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, cooperativados, que, por sua situação trabalhista, não possuem qualquer direito e estão sujeitos à total instabilidade – até a escala global, com a coexistência entre as atividades “nobres” do pós-fordismo metropolitano dos países centrais (como aquele do vale do silício americano, ou os tecnopólos na Europa e no Japão), e persistência nos países semiperiféricos de espécies de “bolsões fordistas” nos quais encontraremos a mesma rigidez de produção e forma de trabalho complementada por regimes de trabalho abertamente despóticos (BENKO, 2002).

Como nem todos os tipos de produtos e de processos de produção tornam-se rentáveis sob o modelo produtivo pós-fordista, que apesar de ter como objetivo a maximização dos lucros e minimização dos custos e externalidades da produção industrial, torna-se um processo caro no que diz respeito aos investimentos em capital fixo, tecnologia e qualificação. Quando se trata de um produto de valor agregado relativamente elevado, como automóveis e equipamentos eletrônicos de ponta, o modelo flexível é o mais indicado, mas a ascensão do pós-fordismo não faz desaparecer a demanda por produtos de baixo valor agregado e, quase sempre, de maior demanda, como peças plásticas para equipamentos em geral, embalagens, matérias primas beneficiadas e semibeneficiadas, alimentos processados, confecções e tecidos etc. Esse tipo de produção, o qual depende de processos de trabalho tradicionais, vai sofrer um movimento de deslocalização industrial, ou, simplesmente de realocação de atividades, que passa a se beneficiar de *pools* da força de trabalho barata em países mais pobres.

Dessa forma, percebe-se que a emergência de um novo modelo de produção em países centrais vai contribuir para uma transformação também nos países semiperiféricos, em *uma intensa fragmentação dos espaços econômicos e produtivos mundiais*. Além das indústrias de alta tecnologia e dos complexos de produção típicos dos países centrais, ocorre também uma

*hipertrofia do setor de serviços nos espaços metropolitanos mundiais*, o que não extingue, por sua vez, as atividades artesanais bem como as pequenas e médias empresas (PME), isso se nos restringirmos ao chamado de setor formal da economia.

A revolução gerencial engendrada pelo pós-fordismo vai estabelecer um tipo de liberdade de gestão social e fiscal que, associada à racionalização das intervenções do Estado (Estado Mínimo), favorece o que BENKO (2002: 32) vai denominar “economia subterrânea” e desenvolvimento de um “salariedade de duas velocidades”, dos quais trataremos mais detalhadamente no próximo subcapítulo.

O processo de reestruturação produtiva não está dissociado, contudo, de um contexto mais amplo que diz respeito à globalização ou mundialização da economia e à internacionalização dos fluxos, processos analisados por diversos autores, entre eles, O'BRIEN (1992), HARVEY (1985, 1999), GIDDENS (1991), ROBERTSON (1995), SWINGEDOUW (1997), CASTELLS (1999), SANTOS (2000), WALLERSTEIN (2001) e BENKO (2002).

Georges BENKO (2002) sintetiza essa “nova era” econômica a partir de novas perspectivas que vão fazer referência a uma nova economia política, visto que as transformações se dão no âmbito das relações de produção (capital e trabalho), do consumo (mercados) e da regulação (Estado).

Essa visão de uma nova era econômica, a da globalização, é, pois, justificada. Dentre numerosas características desse fenômeno, podem-se sublinhar três elementos essenciais: 1. um mercado unificado, já que a economia mundial vai transformando-se em uma zona única de produção e de trocas; 2. empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; 3. um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadequado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária interdependência econômica e política. (BENKO, 2002:86)

Tais transformações podem ser traduzidas em uma série de novas dinâmicas ou estratégias de acumulação que vão compor essa “nova era do capitalismo”. Entre essas estratégias vai aparecer a internacionalização do capital sob a forma de investimentos em empresas transnacionais a uma escala planetária (possibilitada pelas novas redes de comunicações e transportes), internacionalização essa que, por sua vez, não ficará restrita ao processo produtivo

em si, mas que se disseminará pelas várias esferas da organização societária, como sintetiza IANNI (2006):

A rigor, a internacionalização do capital significa simultaneamente a internacionalização do processo produtivo. E é óbvio que essa internacionalização do capital produtivo envolve não só a ideia da fábrica global e do *shopping center* global, mas também a internacionalização da questão social. (...)

Quando se mundializa o capital produtivo, mundializam-se as forças produtivas e as relações de produção. Esse é o contexto em que se dá a mundialização das classes sociais, compreendendo suas diversidades internas, suas distribuições pelos mais diversos e distantes lugares, suas múltiplas e distintas características, culturais, étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e outras. Nesse sentido é que as classes sociais, por seus movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião podem transbordar as nações e regiões, manifestando-se em âmbito cada vez mais amplo. (IANNI, 2006: 63; 64, 65)

Além da internacionalização da produção, os avanços tecnológicos nas telecomunicações e nos sistemas de transportes vão permitir uma maior eficácia e velocidade nas ações, constituindo o pano de fundo dos discursos do “encolhimento” ou da “planificação do globo” produzidos e repetidos de forma acrítica para caracterizar o atual período. Na realidade, o discurso não é novo em si, mas uma atualização das “teses” do “fim dos territórios”, “fim da Geografia” e “superação das distâncias”, trabalhadas por autores como BADIE (s.d.), VIRILIO (1984), O’ BRIAN (1992), BAUMAN (1999) e FRIEDMAN (2005).

Enquanto BADIE (s.d.) anuncia o “fim dos territórios” em função de um processo de globalização que promove, segundo o autor, um imenso processo de desterritorialização política (perda de importância do Estado Nação) e econômica (descentralização espacial da produção e fluidez dos fluxos financeiros no bojo da reestruturação produtiva), VIRILIO (1984) afirma que, em função dos avanços tecnológicos de transportes e de telecomunicações, a Geografia está sendo substituída por uma “cronopolítica”. O’ BRIAN (1992) vai mais longe e anuncia o definitivo “fim da Geografia” a partir da análise da globalização, onde o que comanda os processos sociais contemporâneos é a forma como a produção é organizada e articulada através do controle e da organização do tempo das cadeias produtivas.

Podemos destacar, ainda, a obra de Manuel CASTELLS (1999) no que se refere a “aproximação dos lugares” e da emergência da “sociedade em rede” em oposição à “sociedade territorial”. Essa nova forma de organizar a sociedade, segundo esse ator, torna secundária a

importância do espaço para a compreensão das dinâmicas sociais, tendo em vista que as novas formas de produção, calcadas na revolução tecnológica, dos meios de transporte, das comunicações e nas novas formas de controle do trabalho e da gestão dos processos produtivos iriam anular as restrições impostas pela distância.

Alguns geógrafos, já há algumas décadas, ressaltaram a negligência de certas interpretações vindas das ciências sociais no que diz respeito ao espaço, entre eles HARVEY (1975, 1980 e 1999), SOJA (1993), SANTOS (1978 e 1996), SOUZA (1997 e 2000), HAESBAERT (2004), são alguns exemplos. Uma das formas sob as quais se apresenta essa negligência é através da interpretação da dinâmica da globalização e sua relação com o espaço.

A “superabundância” de espaço na sociedade pós-moderna, tal como referido por Jameson, contrasta com a outra ponta do mesmo discurso dissociativo espaço-tempo, o do “esvaziamento” do espaço, da sua “supressão” pelo tempo, pela velocidade. Ao falar-se da “aniquilação do espaço pelo tempo”, como dizia Marx, fala-se mais, na verdade, de uma extensão ou “distanciamento” maior do espaço no tempo (acontecimentos “em tempo real” afetando áreas extremas ao redor do mundo, por exemplo) do que do desaparecimento de um sob o domínio do outro. Em outras palavras, o espaço – ou o território – não desaparece, mas muda de “localização”, ou melhor, adquire outro sentido relacional. (...) Mais uma vez se trata aqui da interpretação, equivocada, que resgata o debate sobre a espacialidade – ou a territorialidade – para decretar sua dissolução. (HAESBAERT, 2004: 156)

A maior facilidade no deslocamento de mercadorias e pessoas e a facilidade de comunicação à distância proporcionada pelos sistemas de telefonia móvel, digital e pela Internet, vão promover uma maior flexibilização do processo produtivo (o qual deixa de estar, necessariamente, verticalmente integrado<sup>12</sup>), bem como da circulação de capitais (sistema financeiro) e informação. Dessa forma, vão levar ao desempenho de atividades com maior rapidez e eficiência e, daí, às metáforas do “encolhimento” (IANNI, 2006), ou “planificação” (FRIEDMAN, 2005) do globo para definir o atual período.

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) vão facilitar a mobilidade espacial de determinadas atividades, assim como estimular uma reorganização e refuncionalização dos espaços de produção, consumo e circulação. A partir dessas inovações

---

<sup>12</sup> “Fala-se em integração vertical quando uma firma única opera com mais de um estágio de produção. O tipo mais completo de integração vertical compreenderia todos os estágios de produção (desde a transformação das matérias-primas até o acabamento e a distribuição do produto acabado).” (BENKO, 2002:328)

tecnológicas veremos surgir, na Geografia, algumas discussões sobre os temas como a “deslocalização industrial” (HARVEY, 1999), “descentralização” das atividades econômicas e “desconcentração produtiva e de atividades” (LIMONAD, 1996, 2001, 2002a), “desverticalização” dos circuitos produtivos (BENKO, 2002), o “mito” da desterritorialização (HAESBAERT, 2004; HAESBAERT e RAMOS, 2004), em geral, associados ao surgimento de novos “arranjos produtivos locais” (LIPIETZ e LEBORGNE, 1990), “novos distritos industriais” e “novos espaços industriais” (SCOTT e STORPER, 1988), “meios inovadores” e “tecnopólos” (BENKO, 1993, 2002) etc.

O processo de globalização terá como consequência não apenas novos tipos de relações econômicas e políticas, mas também novos tipos de práticas sócio-espaciais, no sentido em que “[a] direção dos processos de globalização das redes informático-comunicativas é quem decide sobre a nova divisão internacional do poder e da riqueza” (VASAPOLLO, 2005: 24). A divisão internacional do trabalho e, junto com ela, as relações de poder ao nível internacional, serão profundamente alteradas pela “nova sociedade baseada na informação” (CASTELLS, 1999).

O modelo pós-fordista vai introduzir a “flexibilização” da produção<sup>13</sup>. Não só quanto aos produtos, mas, principalmente quanto aos processos.

A flexibilidade tornou-se conceito-chave da economia e da Geografia nos anos 80. Após a crise do período de acumulação fordista, o capitalismo entrou numa nova fase, chamada acumulação flexível. Essa constatação baseia-se na evolução da observação do sistema produtivo contemporâneo. (...) As cinco principais formas de flexibilidade são: a) os equipamentos flexíveis na produção, que permitem grande adaptabilidade na organização produtiva; b) a aptidão dos trabalhadores para mudar de posto de trabalho no interior de uma dada organização de conjunto, isto é, para controlar diversos segmentos de um mesmo processo produtivo; c) ela se mede também pela fraqueza das coações jurídicas que regem o contrato de trabalho e em particular as decisões e licenciamentos; d) a flexibilidade para designar a sensibilidade dos salários à situação econômica, própria a cada firma ou geral referente ao mercado de trabalho; e) o termo é entendido também como a possibilidade, para

---

<sup>13</sup> Os processos e produtos se modificam à medida que a “economia de escala” do fordismo, isto é, em grandes lotes, com grande estoque de produtos finais e armazenagem de matéria-prima, é substituída pela “economia de variedade” ou “*economy of scope*” do modelo pós-fordista. Nesse tipo de processo a produção se dá à proporção que se coloca a demanda, isto é, só é produzido o que está vendido ou o que está calculado para abastecer uma demanda quase imediata, sem armazenagem e estoques de mercadorias. Associada a essa modificação está a definição do produto final. No modelo fordista a produção em larga escala implica a produção em série de produtos idênticos, ou muito semelhantes (com pequenas alterações referentes à cor, por exemplo), o que torna a disponibilidade do mercado muito restrita em termos de variabilidade de opções de produtos.

empresas, de se subtrair a uma parte dos saques sociais e fiscais e, mais geralmente, de se libertar das regulamentações públicas que lhes limitam a liberdade de ação.

Todos esses elementos mostram que um novo regime de acumulação e de modo de regulação emerge, criando novos espaços de produção ao reorganizar o sistema produtivo (de maneira flexível). (BENKO, 2002: 235, 236)

Os produtos ganham maior flexibilidade no que diz respeito às suas características gerais e específicas, ganhando um “ar de exclusividade”, graças à tecnologia que permite alterações constantes na linha de montagem (que deixa de ser exatamente uma “linha” e passa aos “círculos”, ou “células”, ou “módulos” de produção<sup>14</sup>) e assim, reprogramações daquilo que se deseja produzir.

Mas a flexibilidade não se restringe aos produtos, sendo ainda mais operada nos processos que levam a esses: A *flexibilização* como adaptação aos mercados de consumo cada vez mais “voláteis” e “exigentes”, o que implica uma constante “reacomodação” das atividades produtivas. A *flexibilização* das relações de trabalho diretas e indiretas, em que o trabalhador “estável”, sindicalizado, especializado, em “tempo integral”, com salários “fixos” previstos em contratos de trabalho regulamentados e protegido por leis trabalhistas, características típicas do fordismo, será substituído pelo “trabalho flexível”, isto é, temporário (contratos de curta duração), ou em tempo parcial (jornada reduzida), “polivalente” (capaz de desempenhar diferentes tarefas e ocupar diferentes cargos e funções dentro da empresa), terceirizado, “cooperativado” (escamoteamento de uma terceirização mais explícita com menos encargos trabalhistas), desregulamentado por contratos inexistentes e sem carteira assinada, superexplorado por extensas jornadas de trabalho com baixos salários, com poucas ou nenhuma garantia trabalhista (precarizado) e, no limite, desempregado.

O desemprego em muitos casos se dá, porque, em favor de uma localização mais favorável em termos de custos produtivos e demanda, ou devido à “crises do mercado”, as empresas “flexíveis” simplesmente fecham suas portas, se deslocam para outras regiões ou outros países em busca de condições mais “favoráveis” de atuação. O rastro dessas medidas é a grande quantidade de desempregados, subempregados, trabalhadores que vêem sua qualidade de vida cair enormemente de um momento para o outro.

---

<sup>14</sup> Vide o uso de termos como “célula de trabalho”, “círculos de controle de qualidade - CCQ” em empresas desse tipo, ou o “consórcio modular” utilizado na Volkswagen Ônibus e Caminhões, localizada em Resende no RJ.

A estratégia comemorada pelos adeptos do modelo pós-fordista que vai “flexibilizar” a produção e os produtos tem íntima relação com a “flexibilização” das relações trabalhistas que pode ser traduzida em *precarização*<sup>15</sup> das mesmas no sentido em que ganhos conquistados e acumulados pelos trabalhadores ao longo da sua história são eliminados ou reduzidos drasticamente em favor de uma vida tornada instável e sujeita às mais diversas ameaças, como refletem LIPIETZ e LEBORGNE (1990: 21): “Pedia-se a uma classe operária cada vez mais educada que trabalhasse sem refletir, o que era ao mesmo tempo ineficiente (do ponto de vista capitalista) e insuportável (do ponto de vista dos assalariados)”.

CACCIA (1999) relaciona a seguinte taxonomia para identificar o que ele vai chamar de “as novas figuras do trabalho” que emergem com a produção flexível: 1. O *trabalhador precário e desqualificado*, isto é, organizado em associações ou “cooperativas”, ou o trabalho individual desregulamentado, bem como o trabalho “autônomo” e o trabalho dos imigrantes; 2. O *trabalho feminino* e, 3. A chamada “*bacia de trabalho imaterial*”, definida pela inteligência social que é competência intelectual e criativa de profissionais, segmento, em geral, extremamente desregulamentado e informal (vide CACCIA, 1999: 251 e 252).

A reestruturação da produção industrial fordista sob o novo signo do pós-fordismo, ou toyotismo, vai proporcionar uma série de modificações que se iniciam a partir da fábrica, em suas relações empresariais, trabalhistas e comerciais, mas que, conseqüentemente, atingirão outras esferas da sociedade e outras atividades.

Nos países de economia central, esse processo de flexibilização esteve acompanhado de uma crise do Estado de bem-estar que elimina grande parte da proteção social a que estava sujeita a classe trabalhadora e, em alguns casos, é acompanhado de medidas desregulamentadoras que vão ampliar as táticas utilizadas nos ganhos de “flexibilidade” da produção para outras esferas da sociedade.

Posto que o poder aquisitivo continuava a crescer no ritmo anterior, as taxas de lucro caíram, seguidas pelas taxas de investimento. O desemprego começou a crescer, pesando sobre a arrecadação do *welfare state*. A extração da renda do petróleo acelerou esta primeira sequência: crise de organização do trabalho – crise do investimento – crise do

---

<sup>15</sup> Como apontam ARBIX (1996), BUENO e FARO (1991) e TOLEDO (2000) sobre o mercado de trabalho e o novo cenário sindical na economia pós-fordista, ou ANTUNES (2001, 2006), DECCA (s/d), FERREIRA (2003), MÉNDEZ (1997-b), POCHMANN (2001), RAMALHO e SANTANA (2002), SENNETT (1999), SINGER (2000) e THOMPSON (1998), sobre a perda de qualidade e precarização do trabalho na economia “flexível”.

*welfare state*. Entretanto, de 1973 a 1979, funcionaram plenamente os “freios de segurança” do modo de regulação da crise. (...) Mas, por volta de 1979, as elites industriais, financeiras e políticas do Norte tiveram de constatar que as políticas “keynesianas” de apoio à demanda não resolviam a crise da oferta – a crise da lucratividade. Os lucros não se elevaram, a inflação se acentuava perigosamente, o dólar amplamente emitido se desvalorizava rapidamente. Então, em favor do segundo choque do petróleo, impuseram-se as ideias “monetaristas”: Baixemos os salários. Desmantelemos o *welfare state*. Fechemos as torneiras do crédito. Haverá vítimas, mas sobreviverão as empresas que souberem inventar um novo modelo de desenvolvimento. De 1979 a 1982, o choque foi terrível. (LIPIETZ e LEBORGNE, 1990: 21, 22)

As consequências da transformação na forma do trabalho serão levadas, também, aos setores de comércio e prestação de serviços. As “políticas” de terceirização, subcontratação, “cooperativização”, vão se estender a esses setores e, junto com essas, as suas mazelas sociais como contratos de trabalho instáveis ou inexistentes, jornada de trabalho e direitos trabalhistas desregulamentados, falta de perspectiva de futuro e aposentadoria, associados à perda no poder aquisitivo etc.

Nos países semiperiféricos tais medidas custam um pouco mais de tempo para se fazerem presentes. A partir da década de 1990, a América Latina experimenta, ao mesmo tempo, um processo de reestruturação produtiva (desconcentração industrial nas grandes metrópoles; terceirizações na indústria, no comércio e nos serviços; automação e informatização do processo produtivo; precarização das relações de trabalho e demissões) e de implantação de políticas de cunho neoliberal (privatizações, reformas na previdência social, diminuição dos investimentos produtivos estatais, desenvolvimento de parcerias público-privadas, cortes nos gastos sociais, principalmente nos setores de educação e cultura, programas de demissões voluntárias, novas políticas de cargos e salários nas empresas etc.) que serão responsáveis por significativas transformações das práticas sócio-espaciais e, mais especificamente, na organização do espaço urbano.

A incorporação dessas novas políticas econômicas às empresas vai se dar sem maiores ajustes e sem preocupação com especificidades locais e projetos de adaptação e implementação, o que levará muitos desses países a mergulhar em profundas crises econômicas e sociais<sup>16</sup> e à

---

<sup>16</sup> Vide as crises econômicas no México (1994), provocada pela falta de reservas internacionais, causando desvalorização da moeda, e Argentina, no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

necessidade de planos de governo e de “auxílio” internacional que ficarão conhecidos como “planos de ajuste estrutural” – PAE.

Os PAE não configuram meros instrumentos de reformas macroeconômicas. Esses devem ser entendidos como um conjunto de estratégias de reestruturação das relações sociais e de poder que vão viabilizar a implementação da reestruturação e a inserção dessa região no processo de globalização econômica de uma forma subordinada, isto é, uma promessa de desenvolvimento e modernização “pós-década perdida”. Entre os principais instrumentos dos Planos de Ajuste Estrutural para a América Latina destacam-se: A privatização de empresas e serviços públicos, bem como a concessão da gestão de recursos naturais a empresas privadas; estratégias para redução e controle dos gastos públicos como reformas tributárias, estímulo aos investimentos privados em detrimento do estatal, política de juros, câmbio e controle da inflação; investimentos em infraestrutura que beneficie os principais agentes econômicos como grandes empreendimentos comerciais, indústrias e a construção civil (cf. SOARES, 2001).

Todas essas medidas vão fazer parte da cartilha seguida pelos países que compõe o que Alain Lipietz vai chamar de “fordismo periférico<sup>17</sup>”, como forma de controlar a crise em seus mercados e melhor adaptá-los à nova realidade internacional.

Um elemento que falta, mas é crucial para qualquer explicação válida do motivo pelo qual países como Brasil, México ou Chile nunca atingiram uma fase equilibrada de crescimento e expansão macroeconômicos, é que eles nunca elevaram os salários a ponto de rendas mais altas permitirem a expansão do consumo pela população a uma taxa suficiente para sustentar um investimento industrial firme e contínuo. Disso resultou uma típica armadilha keynesiana: indústrias altamente produtivas foram inseridas em economias carentes de um crescimento de renda que sustentasse uma expansão contínua do consumo de seus produtos.

Em outras palavras, a industrialização baseada na substituição de importações implantou modernas forças de produção sem relações sociais

---

<sup>17</sup> “Trata-se de um autêntico fordismo, com a união da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis. Mas permanece periférico, primeiro no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação qualificada e, sobretudo da engenharia permanecem largamente exteriores ao país. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais e das exportações para o centro desses mesmos produtos manufaturados a baixo preço. Assim, o aumento da demanda social, notadamente para os bens duráveis das famílias, é decerto antecipado, mas não é institucionalmente regulado numa base nacional em virtude dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas locais. Em certos países (México, Brasil, Coréia etc.), nos anos 70, aparece a conjunção de um capital local autônomo, de classes médias relativamente abundantes e de embriões significativos de uma classe operária experiente. Essa conjunção abre para alguns Estados a oportunidade de desenvolver uma nova lógica, denominada fordismo periférico.” (BENKO, 2002: 237)

que lhes fossem compatíveis. Alguns chamam a isso de “fordismo periférico” (Lipietz, 1986). (STORPER, 1990: 123)

Não podemos, contudo, cair no simplismo de alicerçar todos os problemas trabalhistas, sociais, urbanos dos países semiperiféricos à assimilação do modelo flexível e à crise do fordismo.

Os fracassos do fordismo no Terceiro Mundo foram certa vez atribuídos a uma espécie de lógica totalizante do imperialismo. Como Lipietz (1986) bem enfatizou, este se tornou a “besta do apocalipse” para muitos estudiosos do desenvolvimento, o inimigo externo universal, em cujos pés podiam ser depositos os problemas do Terceiro Mundo. Esse desvio da teoria foi infeliz, pois distraiu a atenção da intrincada dinâmica política e de classes nas próprias sociedades em desenvolvimento, especialmente o fracasso em complementar a produção fordista com estruturas de renda e dinâmicas de crescimento compatíveis. (STORPER, 1990: 144)

Em outras palavras, há, sim, uma correspondência entre a crise que abalou os pilares do fordismo em escala mundial e os problemas sociais vivenciados pelos países semiperiféricos, contudo, há que se considerarem, ainda, as características específicas de cada um dos países analisados, visto que as medidas de regulação social, política e econômica estabelecidas historicamente em cada caso serão decisivas para os resultados colhidos em contextos de transformação mais amplos, como é o caso da reestruturação produtiva.

É importante mencionar que a inauguração desse novo modelo produtivo e a reestruturação que ele impõe ao modelo antigo não extinguem por completo as empresas fordistas da realidade industrial mundial<sup>18</sup>. Ao contrário. Em muitos casos, o que ocorre, é um “simples” arremedo técnico, ou uma “simples” readaptação a algumas máquinas e equipamentos mais modernos, ou a mesma produção fordista com uma proporção um pouco reduzida. Especialmente na semiperiferia mundial o fordismo não só não foi extinto como ainda se faz fortemente presente com sua contribuição para a economia internacional, até porque, uma completa reestruturação

---

<sup>18</sup> Não podemos dizer que este seja um processo automático, no qual se potencializa a produção através de máquinas e técnicas mais modernas. Seus resultados e consequências não estão e nem são predeterminados, muito menos é este um processo que se deu ou tem se dado de forma hegemônica e simultânea em todo o mundo. Pelo contrário, muitas vezes os significados e consequências de tal processo podem ser antes surpreendentes do que previsíveis.

implica investimentos em capital fixo e variável que não é tão vantajosa para as realidades de alguns países e tipos de produção já tão lucrativas por outros motivos<sup>19</sup>.

O que será importante analisarmos na economia política internacional são as implicações dessa reestruturação para o *mundo do trabalho* e para o *espaço*. As transformações do trabalho, as quais modificarão não só a relação entre “burguesia industrial/empresariado” e “proletariado/operariado”, mas entre *empregadores e empregados* em um *sentido mais amplo*. As transformações resultantes de uma nova forma de produção e apropriação do espaço urbano.

Em relação ao mercado de trabalho global, esta transição tem acarretado transformações negativas para os trabalhadores urbanos em função de processos como a anteriormente mencionada segmentação do mercado de trabalho<sup>20</sup>, desarticulação organizacional e sindical e aumento do grau de exploração do trabalho pelo aumento das exigências do mercado. Tais transformações caracterizam a precarização do trabalho e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, como vêm salientando HYMAN (1981), BUENO e FARO (1991), ARBIX (1996), MÉNDEZ (1997-b), THOMPSON (1998), SENNETT (1999), SINGER (2000), POCHMANN (2001), ANTUNES (2001, 2006), DECCA (s/d), LAZZARATO e NEGRI (2001), CHOMSKY (2002), RAMALHO e SANTANA (2002), FERREIRA (2003), VASAPOLLO (2005, 2006), SOUZA (2006a, 2006b, 2008a, 2009b), DRUCK e FRANCO (2007).

Para SINGER (2000),

[a] precarização do trabalho não está confinada no Primeiro Mundo. (...) É possível afirmar que o conjunto dos países ativamente envolvidos no processo de globalização, isto é, todos os membros da OCDE mais uma ou duas dúzias de países da Ásia e América Latina, estão em graus variados sendo submetidos ao mesmo processo. A precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições. (SINGER, 2000: 28, 29)

<sup>19</sup> Superexploração do trabalho, inclusive infantil, feminino e, em alguns casos, relações servis e de (semi)escravidão, como ocorre em países latinoamericanos (confecções que exploram a mão de obra sulamericana nesses países), e asiáticos (produção de calçados, roupas e acessórios de famosas marcas internacionais em países do sul e sudeste asiático).

<sup>20</sup> Separação do mercado de trabalho em dois grandes segmentos, o segmento *primário* que remete aos trabalhadores contemplados com contratos de trabalho formais, estabilidade e garantias sociais, e um segmento *secundário*, com trabalhadores informais, ou com contratos instáveis como temporários e terceirizados, trabalhadores de “cooperativas” e prestadores de serviços por conta própria (para mais detalhes sobre “mercado de trabalho segmentado”, vide HARVEY, 1999 e SINGER, 2000).

Quanto às formas de produção, apropriação capitalista do espaço urbano e as práticas sociais intrínsecas a essas, podemos dizer com base em CASTELLS (2000), HARVEY (1975 e 1980), LEFEBVRE (1999, 2001a, 2001b, 2008) e SOJA (1993) que “a industrialização que um dia foi produtora do urbanismo, é agora, em grande parte, produzida por ele”, ou seja, observamos a transição do período em que predominaram as questões do crescimento econômico e industrial, para aquele em que “a problemática urbana se torna decisiva” (LEFEBVRE, 1999).

A facilidade com que os investimentos em produção industrial passaram a ser feitos em diversas partes do mundo, associada a uma concentração da gestão e, conseqüentemente, da acumulação de capital, nas economias industriais avançadas, isto é, nos países centrais, serão responsáveis por grande parte da problemática urbana atual nos países subdesenvolvidos industrializados.

As metrópoles da semiperiferia, como as metrópoles brasileiras, tornar-se-ão “lugares da riqueza”, como consequência da descentralização industrial vivenciada pelos países centrais e do recebimento dessas atividades “transplantadas” destes para os novos espaços de produção, capazes de garantir maiores lucros sem os custos econômicos e sociais que seriam típicos dos países de origem. Mas, SOUZA (2005: 192) nos lembra, todavia, que “a metrópole é, também, cada vez mais, um *locus* da pobreza e da miséria, assim como, por tabela, da insegurança e da violência”. Esse autor, entre outros, sustenta, com base nos estudos de Sonia ROCHA (2006) que “a pobreza urbana no Brasil é, em primeiro lugar, metropolitana”.

Trata-se, bem ao contrário da pobreza rural nordestina, de uma pobreza articulada ao funcionamento do centro dinâmico da economia brasileira, espelho das transformações dos setores mais dinâmicos da economia nacional e seus impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Não é à toa que uma das características básicas dessa pobreza metropolitana são as elevadas taxas de desemprego, registrando-se também um alto percentual de mulheres chefiando domicílios (Rocha, 1996). (SOUZA, 2005: 192, 193)

A nova dinâmica econômica que atinge a esfera da produção industrial associada ao mesmo modelo aplicado à produção rural tem como resultado um processo de urbanização intensa acompanhada de uma pobreza aguda nas grandes cidades, ou se deslocando em direção a elas, como observaram STORPER (1990), LIPIETZ (1994), SOUZA (2000b, 2006a, 2006b, 2008, 2009), KLINK (2005). Analisaremos essa questão ainda nesse capítulo.

Uma vez que se aceite que a

organização do espaço é um produto social - que emerge da prática social deliberada - a questão já não é a de ele ser uma estrutura separada, com regras de construção e transformação independentes do contexto social mais amplo. O que passa a ser importante é a relação entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas, dentro de determinado modo de produção. (SOJA, 1993: 102)

A forma de organização do modo de produção será um fator determinante para a produção do espaço e as relações sociais, bem como as *relações de trabalho* serão fatores determinantes para a conformação do modo de produção.

Assim, pode-se afirmar que a transformação potencial do capitalismo passou a girar cada vez mais em torno de uma luta simultaneamente social e espacial, de um conflito conjunto, baseado nos salários e no consumo, de uma organização e uma conscientização da mão de obra, tanto na condição de trabalhadores, quanto na de consumidores; em outras palavras, uma luta decorrente das estruturas de exploração inerentes às divisões verticais e horizontais de classe da sociedade, numa dialética sócio-espacial. Assim, a resistência e a luta no contexto contemporâneo, implicam a articulação da práxis social e espacial. A priorização categórica do primeiro termo de cada uma dessas combinações, em detrimento do segundo, já não pode ser aceita. (SOJA, 1993: 122)

Se a sociedade civil é um importantíssimo agente na modelação do espaço urbano, logo, o mundo do trabalho e os questionamentos e resistências por ele engendrados materializados nos movimentos sociais aqui mencionados, por exemplo, serão também fatores determinantes na produção do “novo” espaço urbano. Ou seja, um espaço constantemente marcado pelo trabalho precário, pela pobreza, pela indignação e pelo descaso, porém, ainda capaz de abrigar ocupações econômicas e estratégias de sobrevivência que são características de modos de vida, e conseqüentemente, de práticas sociais contestatórias.

Nosso intuito com a discussão apresentada da reestruturação produtiva foi levantar as mudanças que têm atingido o mundo do trabalho e emprego a partir da mesma. Para isso, será necessário um levantamento de como vem se apresentando as transformações impostas por essa reestruturação para os trabalhadores em diferentes países e qual será o legado espacial originado pela mesma para as economias do século XXI.

## **1.2 - Desatar os nós das transformações no mundo do trabalho: precarização, informalização, circuito inferior e hiperprecarização**

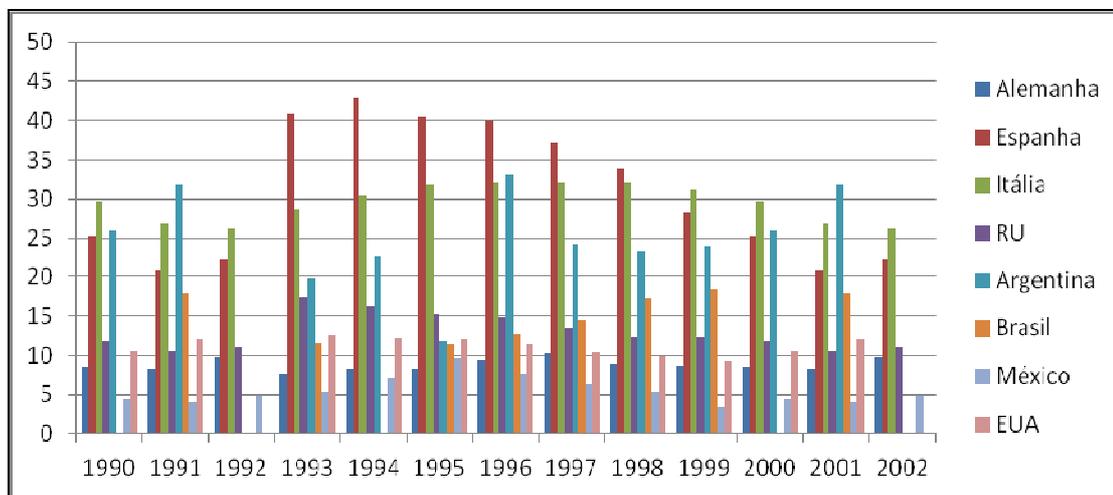
O que vai diferenciar a reestruturação da produção e as transformações no mundo do trabalho ocorridas nos países centrais daquelas que se desdobram para os países semiperiféricos será a forma como a perda de garantias sociais e de estabilidade no emprego, as perdas salariais e a própria pobreza vão se apresentar e, também, como essas passam a se articular dentro do contexto socioeconômico mais amplo.

Enquanto nos espaços centrais do capitalismo a precarização do trabalho formal é um fenômeno que vem se manifestando desde os anos 1970 sobre classes que sempre gozaram de uma certa estabilidade e conforto social no que diz respeito ao rendimento e garantia de ter atendidas as necessidades básicas do indivíduo e da família, nos países semiperiféricos, que tomaram contato com a reestruturação produtiva mais tardiamente em relação aos países centrais, essa precarização possui um outro caráter; ou, melhor dizendo, ela vem acompanhada de um sentido complementar.

Entre os países semiperiféricos, como o Brasil, vem ocorrendo, à semelhança do que vem se passando nas últimas quatro décadas, nos Estados Unidos e em países da Europa, um movimento no sentido da desregulamentação do trabalho. Esse movimento ainda não refletiu na modificação de legislação trabalhista, mas já se mostra em termos salariais, no aumento do mercado de trabalho informal e aumento das taxas de desemprego.

Podemos perceber nos dados registrados no gráfico a seguir que a década de 1990 e o início dos anos 2000 foram períodos de forte impacto negativo sobre o mercado de trabalho formal, em especial para a população mais jovem, que tenta ingressar no mercado de trabalho com, ou sem, qualificação.

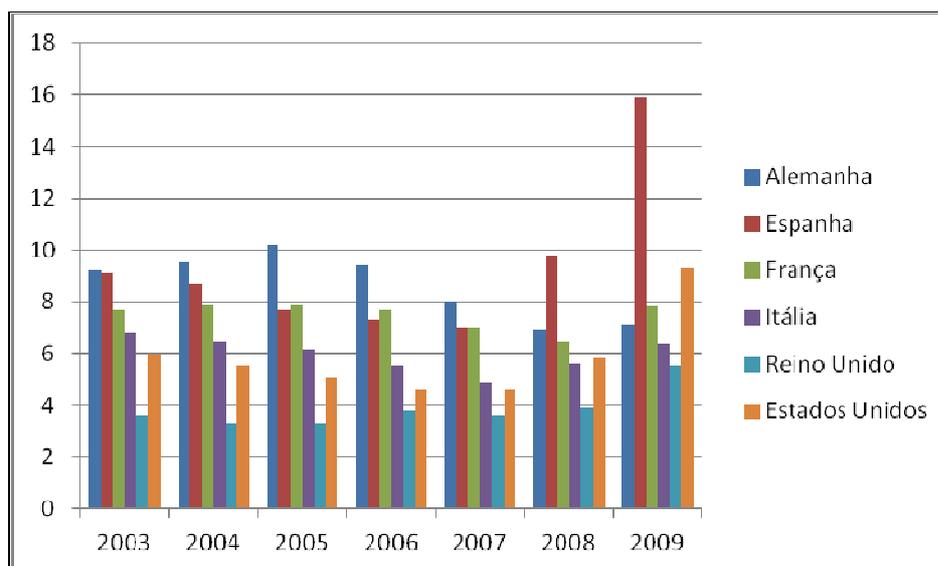
**Figura 1 - Evolução da Taxa de Desemprego por país (1990-2002): PEA de 15 a 24 anos**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do Banco Mundial, *World Development Indicators*, 1960 a 2004.

Esses dados refletem uma crise do emprego que voltará a se aprofundar drasticamente no final da primeira década do século XXI, com a crise que se inicia em 2008 nos Estados Unidos e também com a crise da União Europeia, no início da segunda década.

**Figura 2 - Evolução da Taxa de Desemprego por país (2003-2009): Faixa etária de 25 a 74 anos**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do Eurostat, 2010 e U.S. Bureau of Labor Statistics, 2010.

Entendemos que as perdas registradas no mercado de trabalho dos países centrais – postos de trabalho, direitos trabalhistas e seguridade social –, referentes a um processo de precarização que começou há mais de 30 anos, possuem relação, e mesmo influência, sobre a precarização do trabalho em países semiperiféricos como o Brasil, já que se trata de um sistema-mundo onde economias, políticas e culturas são esferas interligadas, em especial pelo consumo material e imaterial. As grandes corporações que atuam nesses diferentes países compõem redes funcionais que, em grande parte, hegemonomizam mercados e determinam “ações e reações” em tais mercados. Contudo, esses processos de precarização possuem impactos diferentes nas sociedades em que incidem e, ao mesmo tempo, provocam reações distintas de demonstração de insatisfação, práticas de resistência, ou mesmo estratégias alternativas de sobrevivência em meio às adversidades por parte de trabalhadores atingidos.

Procuramos, desta forma, nesse subcapítulo aprofundar discussões acerca dos conceitos de *precarização*, *hiperprecarização* e *informalidade*, para melhor compreendermos as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas. Pensamos que a contribuição de SOUZA (2008a, 2009a) com o conceito de *hiperpreariado urbano* pode contribuir para a análise das recentes transformações no mundo do trabalho, relacionando os impactos da reestruturação produtiva para economias centrais e semiperiféricas à proliferação dos *circuitos econômicos alternativos* e às *práticas sócio-espaciais insurgentes* sem, no entanto, abrir mão das especificidades espaço-temporais desses processos.

\* \* \*

As transformações no mundo do trabalho começaram a se tornar tema de discussão e argumento de estudo na década de 1980 nos países centrais, especialmente em países como França e Alemanha. Mas também Reino Unido, Itália e Estados Unidos, pelo fato de esses países apresentarem um processo de industrialização clássico em um capitalismo historicamente diferente quando comparado aos países da semiperiferia do capitalismo mundial e que possuem um desenvolvimento “incompleto” das forças produtivas.

A experiência dos Estados de Bem-Estar Social (ou pacto fordista), na sua plenitude, não se mundializou: ficou restrita a alguns países mais desenvolvidos, dentre os quais a França ocupa um lugar de destaque. Nesses países, “os trinta gloriosos” foram especialmente marcados por

avanços sociais resultantes do pacto fordista: melhoria dos salários, das condições de trabalho e da vida da classe operária. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007: 25)

É consenso que os países de industrialização avançada conquistaram uma situação de estabilidade no que se refere ao desenvolvimento social, isto é, os cidadãos locais tradicionalmente gozaram de relações de trabalho estáveis e formais e uma seguridade social firmada em acordos entre as partes, em geral, favoráveis a uma situação trabalhista substancialmente melhor do que em países dependentes, tardiamente industrializados. No entanto, também é importante notar que essa “estabilidade” não se refletia em uma verdadeira “paz social”, na medida em que esses países sempre apresentaram problemas com relação ao desemprego e subemprego quando se trata de imigração e de diferenças étnicas. A “paz” é abalada à medida que a *instabilidade*, antes reservada a um determinado grupo social “de segunda classe”, passa a atingir os “cidadãos de primeira classe”.

As novas políticas econômicas inauguradas com a reestruturação dos anos 1970 e 80 vão promover um retrocesso nos termos dessa “paz social”, isto é, significativas perdas de direitos e garantias sociais (previdência, educação, saúde), além da onda de privatizações dos serviços públicos e todas as suas consequências possíveis. As transformações no modelo de produção fordista e no Estado keynesiano vão contribuir de forma decisiva para o que alguns autores europeus vêm caracterizando nas últimas décadas como um processo de “precarização do mundo do trabalho”.

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social. (VASAPOLLO, 2006: 45)

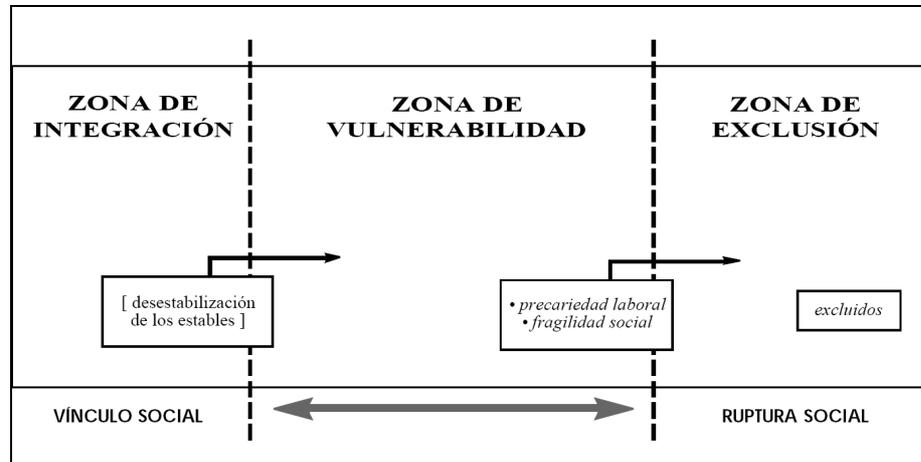
Em países como França e Alemanha, esse debate já se encontra bastante consolidado, o que não significa, contudo, que esses países sejam, efetivamente, os mais atingidos pelos processos acima mencionados. Ambos apresentam taxas relativamente altas de desemprego nas duas últimas décadas, como vimos nos gráficos anteriores (Figuras 1 e 2), mas ainda assim são taxas que seguem a média dos demais países do bloco.

Segundo KALLEBERG (2009: 25), o surgimento e a ampla utilização da expressão *precariedade* estão diretamente associados ao contexto de questionamento e, em vários momentos, de enfrentamento, promovido pelos movimentos sociais europeus. Isso porque, se sentindo desvalorizados pelas empresas, vendo seu poder de negociação e de tencionamento diminuir frente o enfraquecimento dos sindicatos, e vislumbrando um sistema de previdência e proteção social em queda – o que fatalmente os levaria a enfrentar a insegurança e instabilidade também no campo social como na questão da moradia e garantia de necessidades básicas como alimentação e saúde para suas famílias –, os trabalhadores europeus tornaram-se extremamente vulneráveis em relação ao mercado de trabalho e passaram a organizar um debate e uma estratégia de luta contra a precariedade. Dessa forma, o termo *precariedade* ganhou uso corrente em países como a França e a Alemanha para protestar contra o declínio do trabalho seguro e das proteções sociais.

Para HIRATA e PRÉTECEILLE (2002: 55), a precarização social pode ser vista como uma “dupla institucionalização da instabilidade”, manifestando-se através da *precarização econômica* (que se traduz na transformação de estruturas produtivas tradicionais que, em geral, promovem perdas como a mudança de função ou acúmulo de funções na empresa, alterações na jornada de trabalho, déficit em termos de qualificação profissional e exigências de mercado levando a alterações de salário etc.). Ou da *precarização da proteção social* (a qual diz respeito à legislação vigente e direitos trabalhistas pertinentes a cada espaço). Segundo os mesmos autores, na França é mais comum uma definição de precarização em relação aos direitos (categorias sociais específicas) que em relação à segurança no trabalho ou à qualidade do mesmo. Nesse país, diferentemente dos EUA ou do Reino Unido, o enfraquecimento ou desmantelamento do *welfare State* não são considerados causas centrais da precarização socioeconômica (HIRATA e PRÉTECEILLE, 2002: 48; 50).

A precarização socioeconômica que animou e anima tantos debates na França, e na Europa de forma mais ampla, segundo CASTEL (1992), ainda no início dos anos 1990 era conceituada como “exclusão”, como expressa a figura a seguir.

**Figura 3 - Da exclusão como estado à vulnerabilidade como processo\* (CASTELL, 1995)**



Fonte: CASTEL, Robert. \*"De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso", 1995.

De acordo com esse autor, os anos 1980 e início da década de 1990 foram períodos de intensos debates em torno da transição de uma “era de estabilidade”, caracterizada por um vínculo social, para uma ruptura social que vai conduzir a uma “era de instabilidade”. Para CASTEL (1992), o que vai conduzir a esta “ruptura social” e, conseqüentemente, à “exclusão”, será a introdução nessa relação de uma “zona de vulnerabilidade”, em que uma parcela considerável dos trabalhadores que antes eram classificados como “estáveis”, passam a se situar.

Isso porque, na Europa, a discussão sobre exclusão social apareceu na esteira do crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente de desemprego a longo prazo, da falta de acesso a empregos e rendas por parte de minorias étnicas e imigrantes, da natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho (cf. DUPAS, 1998: 121). Como observamos em pesquisas referentes aos dados sobre mercado de trabalho na Europa, os mais afetados pelo desemprego e precariedade/instabilidade são os jovens recém incorporados ao mercado de trabalho, ou que tentam ingressar neste.

Figura 4 - "Não há trabalho para os jovens na Europa"



"Não há trabalho para os jovens na Europa": manchete de primeira página do diário Politiken (Dinamarca - 27 de junho de 2011) que apresenta dados do Eurostat segundo os quais 20% dos jovens europeus com menos de 25 anos estão desempregados, 5% mais do que há três anos<sup>21</sup>.

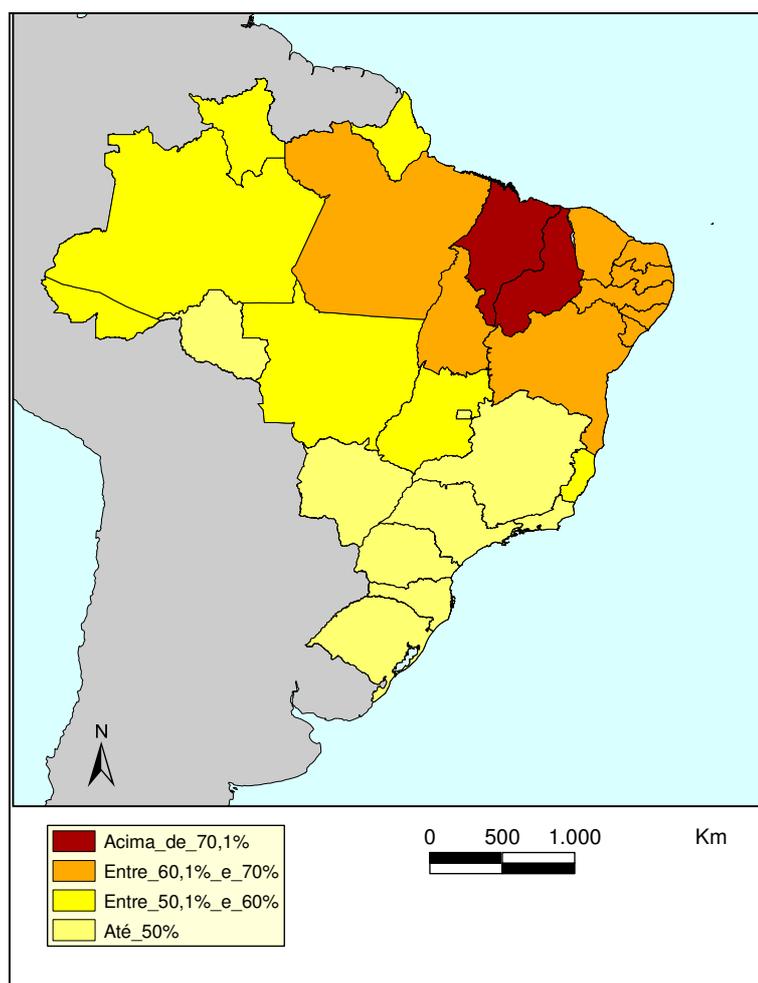
Quando se fala de trabalho precário na economia formal, ou em precarização do trabalho formal, a tendência é que se pense em países centrais (industrializados “desenvolvidos”), onde os aspectos-chave do trabalho precário estão associados a diferenças em termos de qualidade do emprego, como desigualdade de salários, questões relativas à segurança, vulnerabilidade a demissões e acordos de trabalho não normatizados.

Em países semiperiféricos, por sua vez, (como alguns países da Ásia, África e América Latina), o trabalho precário é, muitas vezes, o padrão quando se fala em assalariamento, e está quantitativamente mais relacionado ao trabalho na economia *informal* do que na formal. Apenas

<sup>21</sup> <http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief-cover/742331-20-dos-jovens-europeus-estao-desempregados>. Acesso em 17/02/12, 11h 50min.

a título de ilustração, entre 1995 e 2007 o grau de informalidade no Brasil calculado pelo IPEA com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, em nenhum momento esteve inferior a 55,4% (2007), ultrapassando a taxa de 60% dos empregos no país em seis, dos doze anos analisados na série histórica.

**Figura 5 - Grau de informalidade no Brasil, por estados da federação (2007)**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do *Ipeadata* – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

É importante salientar que o mapa anterior foi elaborado tomando-se por referência os dados da pesquisa sobre o grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro que aponta índices alarmantes. As únicas Unidades da Federação com taxas inferiores a 40% foram o Distrito Federal (37,2%), Santa Catarina (38,4%) e São Paulo (39,4). Todos os demais estados com índices até 50%, como mostra o mapa, apresentaram taxas próximas desse valor.

Nesses casos, a precariedade corresponde a uma situação que não é transitória, mas sempre existiu, e não se refere à remoção de proteções sociais existentes, como na Europa.

No caso dos Estados Unidos, porém, KALLEBERG (2009) afirma ser consenso que a era mais recente do trabalho precário teve início do meio para o fim da década de 1970, com o início da ascensão da agenda neoliberal. A primeira metade dos anos 1970 marca o começo de mudanças macroeconômicas (consequência de eventos importantes como o primeiro “choque do petróleo”) e de mercado (tal como a competição com a Ásia) que levaram a um aumento na competição global dos preços. “Os fabricantes tiveram que competir inicialmente com empresas do Japão e da Coreia do Sul, nas indústrias automobilísticas e metalúrgicas, respectivamente” (KALLEBERG, 2009: 22). Essa corrida contra o relógio, no que diz respeito à produção e competitividade durante a década de 1970, vai resultar no que alguns autores vão denominar uma “política de precarização maciça” até o final dos anos 1990.

A política de precarização maciça chega a uma situação extrema nos casos em que é verdadeiramente institucionalizada como forma de organização normal da força de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, na passagem do milênio, cerca de um quarto da população ativa, o que representa mais de trinta milhões de pessoas, trabalhavam em empresas em que a duração média do emprego era inferior a um ano, ou seja, empresas que em menos de um ano renovavam a totalidade do pessoal. (BERNARDO, 2004: 133)

Jean-Claude BARBIER (2002) recupera diferentes significados da expressão “precariedade” em seus estudos sobre a Sociologia do Trabalho na França, e também sobre a precarização nos mercados de trabalho na Europa e nos Estados Unidos. Em seus estudos, o autor apresenta quatro usos distintos do termo “precariedade”, no caso francês:

No primeiro caso, o termo precariedade remeteria a uma noção especificamente relacionada a *problemas sociais* que surgem nos anos 1970 e se referem a uma condição social, a um aprofundamento da vulnerabilidade e da instabilidade das famílias. Nesse sentido, o termo passa a ser usado especificamente nos estudos sobre pobreza e redes de solidariedade entre famílias, não se referindo especifica, ou necessariamente, a questões de emprego e trabalho.

O segundo uso apresentado para o termo precariedade, por BARBIER (2000), perpassa o que vai ficar conhecido como “as novas formas de emprego”, incluindo o que alguns autores vão chamar de “empregos atípicos”, que surgem na década e 1970, quando os contratos estáveis ainda eram a “regra”. Nesses casos, a precariedade está relacionada ao tempo reduzido do vínculo

empregatício (encurtamento da permanência no emprego e proliferação de contratos temporários de curta duração), não especificação de cargos e funções em contrato de trabalho (característica de uma certa instabilidade, de uma “flexibilidade forçada”, características da atipicidade no emprego), indefinição de carga horária e salário nos contratos etc. Tal situação insere no *hall* dos contratos de trabalho e dos empregos uma nova categoria que começa a perder *status* de exceção e ganhar *status* de regra: o trabalho precário, atípico, torna-se parte integrante e permanente do mercado de trabalho.

BARBIER (2000) levanta como terceiro tipo de uso para o termo precariedade a sua vinculação, nos anos 1980, às estatísticas e estudos do mercado de trabalho, bem como da legislação e administração pública, como forma de se referir aos “contratos de emprego precários”, sem que houvesse, contudo, a necessidade de qualificá-los como tal, pelo menos até o início dos anos 1990. Nesse sentido, as referências estatísticas e estudos sobre mercados de trabalho eram realizados periodicamente sem que houvesse uma preocupação com a qualificação de certos tipos de empregos e trabalhos que se multiplicavam à revelia da legislação e instituição formal das atividades. Em outras palavras, aquilo que não se enquadrava nos contratos regulamentados pelo Estado e pelos sindicatos era considerado “contrato de emprego precário” para fins estatísticos.

Por fim, o quarto e último uso do termo precariedade identificado pelo autor refere-se a uma atribuição mais recente, levantada por estudiosos que passaram a tratar o processo de precarização como processo social e, por isso, presente em toda a sociedade capitalista.

Nem todos os autores que discutem o tema da precarização do trabalho concordam com os usos categorizados acima sem restrições. Luciano VASAPOLLO (2005, 2006), por exemplo, trata o “trabalho atípico” (que não se restringe a um único tipo, mas uma gama variada de atividades que se assemelham pelo fato de serem representativas de uma perda de qualidade e garantias no trabalho) como uma das facetas da precarização do mundo do trabalho. Para esse autor, o desemprego gerado pelas transformações estruturais do capitalismo, postas em curso pela reestruturação do sistema produtivo, foi parcialmente “solucionado” pelo mercado com a introdução de formas de trabalho atípico, ou seja, flexível ou precário. Logo, os conceitos de flexibilização, atipicidade e precarização no trabalho estão todos ligados ao abandono do modelo estável e por tempo indeterminado do trabalho. São formas de adaptação às novas regras impostas pela globalização e pelo novo paradigma socioeconômico produtivo. No entanto,

Béatrice APPAY (1997) critica o uso do termo *precariedade* como um sinônimo ou uma referência ao *trabalho atípico*, ou às novas formas de emprego, pois essa relação entre precariedade e atipicidade daria a entender que os trabalhos considerados “*típicos*” não estariam sujeitos a transformações, perdas sociais e salariais ou mesmo não estariam sendo colocados em risco.

Há uma concordância entre essa autora e aquilo que Pierre BOURDIEU (1998) afirmou acerca da precariedade: de que ela estaria hoje por toda parte. Para esse autor, a flexibilidade é uma “estratégia de precarização” inspirada em razões econômicas e políticas, isto é, seria mais produto de uma “vontade política” do que de uma “fatalidade econômica” dada, supostamente, pelo fenômeno da globalização/mundialização. Assim, para BOURDIEU, a precarização “se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” e, por isso, faz parte de um “regime político” e não simplesmente de um contexto de externalidades econômicas (BOURDIEU, 1998: 124).

Para THÉBAUD-MONY e DRUCK (2007), as mudanças das fontes do Direito do Trabalho é que legitimaram as estratégias de precarização e flexibilização do trabalho na Europa, sendo os países do sul do continente os mais atingidos atualmente. Afirmação essa corroborada por VASAPOLLO (2005 e 2006), quando apresenta sua análise do processo de precarização e do trabalho atípico a partir das transformações recentes na legislação trabalhista italiana. Segundo esse autor, a Lei número 196, de junho de 1997, conhecida como “Pacote Treu”<sup>22</sup>, institui novas normas em relação à promoção no emprego e à contratação de empregados e passa a introduzir no mercado de trabalho italiano novas formas de contratação como: o trabalho temporário, denominado “*interino*”; as bolsas de estudo de trabalho<sup>23</sup>; os estágios de aprendizado<sup>24</sup>, o trabalho de meio período, denominado “*part-time*”, os “trabalhos socialmente úteis”<sup>25</sup> e a formação profissional.

---

<sup>22</sup> Em referência ao nome do senador responsável por sua laboração.

<sup>23</sup> Instrumento criado para favorecer os jovens desempregados do sul da Itália e que tem favorecido, particularmente, as pequenas e médias empresas.

<sup>24</sup> Que mudaram o sentido dos estágios anteriores, isto é, dos estágios de aprendizado supervisionados.

<sup>25</sup> Cujo objetivo é oferecer apoio, mesmo que parcial, para algumas faixas de desempregados, contribuindo para a criação de novas formas de ocupação dirigida àqueles excluídos do mundo do trabalho, por meio da realização de projetos. Por exemplo, oferecer uma contribuição para melhoria ou a criação de serviços para a comunidade. (Para maiores detalhes, ver VASAPOLLO, 2005, pp. 29 a 33)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por seu turno, identificou, entre 1997 e 1998, sete *dimensões de precariedade*. Elas estão, muitas vezes, inter-relacionadas, e poderíamos afirmar que algumas seriam, por assim dizer, “causa” de outras. Cinco dessas dimensões de precariedade *referem-se diretamente a emprego e trabalho*:

- (1) Insegurança do mercado de trabalho (por falta de oportunidades de emprego).
- (2) Insegurança do trabalho (devido à proteção inadequada contra a perda de emprego ou demissão arbitrária).
- (3) Insegurança de emprego (por inabilidade de continuar em uma ocupação particular devido à falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho).
- (4) Insegurança quanto aos quesitos segurança e saúde (por condições precárias de segurança ocupacional e saúde).
- (5) Insegurança de reprodução de experiência (quantificada através da falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional).

As outras duas dimensões de precariedade, segundo a OIT, seriam:

- (6) Insegurança de renda (significa nível inadequado de renda, ou nenhuma garantia de recebimento de pagamento ou auxílio, ou ainda nenhuma expectativa de um nível adequado de renda atual e futura).
- (7) Insegurança de representação (falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar). Esse tipo de insegurança pode ser visto como uma causa dos outros tipos, no sentido em que, se trabalhadores são capazes de exercer representação individual e coletiva, eles são menos propensos a ficarem inseguros em outras dimensões.

A partir dessas dimensões a organização criou o *Índice de Segurança Econômica* (OIT, 2004), o qual aponta para a existência de diferentes graus de precariedade no/do trabalho e insegurança econômica em diversos países.

Reafirma-se, então – especialmente no caso dos países europeus, cuja população vivenciou profundamente as mudanças na política de seguridade social garantida pelo *welfare State* – a tese de HIRATA e PRÉTECEILLE (2002), de que a precarização do trabalho decorre de uma dupla institucionalização da instabilidade. Se por um lado é caracterizada por uma *precarização econômica*, isto é, uma precarização da estrutura produtiva, associada a uma significativa perda salarial (incluídos aí o desemprego e o subemprego). Por outro lado, é uma *precarização da proteção social* através da transformação da legislação do trabalho, bem como

do sistema legislativo dito “de fora do trabalho”. Em outras palavras, a precarização é dita “institucionalizada”, pois se realiza nos quadros do trabalho formal.

Talvez seja oportuno, contudo, ressaltar algumas especificidades acerca do debate sobre a precariedade e a precarização nos países centrais, especialmente algumas ressalvas acerca do debate norte-americano da precarização. Isso porque, o tipo de precarização que ocorreu e vem ocorrendo nesses países, apesar de ter como desencadeadores, os mesmos tipos de processos – em geral a mudança na lógica de acumulação do capital com a transição para uma economia mais flexível, a globalização dos mercados, a reestruturação da produção industrial – difere em termos do tipo de ambição política, econômica e cultural pertinente às populações e governos desses países e, também, ao tipo de carga ideológica com que é identificada e debatida a questão nos dois lados do Atlântico.

De fato, jamais existiu nesse país [EUA], como na França, um ideal de constituição de uma classe social homogênea beneficiando-se de direitos iguais, ou uma vontade coletiva de redistribuição em escala nacional do custo social ou dos riscos trabalhistas. Assim, o lugar do contrato social e o papel do movimento sindical são mais determinantes do que geralmente se crê. Utilizamos o termo *trabalho precário* porque a precariedade é realmente o traço característico que marca a experiência do conjunto dos trabalhadores dessa categoria, criando um fenômeno social. Isso é tanto mais verdade nesse país – que não oferece proteção universal pública, principalmente em matéria de plano de saúde – porque é o *status* salarial que tradicionalmente dá acesso a essa vantagem social fundamental (KESSELMAN, 2010: 68).

Se na Europa e especialmente na França a precarização esteve predominantemente vinculada ao debate em torno dos direitos trabalhistas, isto é, às mudanças na legislação do trabalho e no rigor da regulamentação do trabalho assalariado, como já mencionamos anteriormente, pode-se dizer que o mesmo não vai se produzir nos Estados Unidos.

O debate francês, a seu turno, baseia-se em conceitos como exclusão, rejeição, desqualificação ou desfiliação social. Afirma que não se trata apenas daqueles que não puderam pagar o preço do progresso, ficando à margem de uma sociedade que se modernizava, mas, cada vez mais, após os anos de 1980, também dos que ocupam posições centrais no sistema produtivo do qual foram desconectados: seguindo as trilhas da *tradição republicana e jacobina*, as análises, variando nos diagnósticos e nas propostas, enfatizam a necessidade de uma forte presença estatal, que tem como responsabilidade primeira fornecer os recursos materiais e

culturais que promovam a (re)inserção social e econômica dos grupos marginalizados. (KOWARICK, 2003: 62)

Notava-se naquele momento que a desigualdade social se tornava ainda mais palpável no que diz respeito aos direitos como seguridade social, aposentadoria, salário desemprego e outros auxílios, assim como era fácil perceber que grande parte desses “excluídos” de direitos tratava-se de imigrantes, isto é, de grupos étnicos determinados. Daí a associação da precarização com a exclusão e do trabalho precário com os imigrantes pobres das periferias urbanas.

É a partir da década de 1970 e, principalmente, nos anos 1980 que o debate da precarização do trabalho surge como motivo de preocupação institucional e por parte dos próprios trabalhadores ameaçados. Isto é, quando a classe média branca, de ascendência europeia se vê ameaçada em sua estabilidade, em seus direitos sociais, ou desempregada, manifesta-se a preocupação com o tema. Antes, quando as mesmas condições estavam restritas apenas aos imigrantes e sua descendência “de cor”, esse debate nem mesmo existia.

Nesse momento a precarização passa a significar, efetivamente, a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores organizados em movimentos sociais e sindicatos e que agora viam seus ganhos serem convertidos em um “luxo”, em algo “supérfluo” e oneroso que precisava ser banido para o bom funcionamento do mercado e da economia como um todo.

A população das periferias urbanas, os imigrantes e ilegais continuam constituindo um grupo “excluído”, ou como melhor definiu José de Souza Martins (1997), “precarosamente incluído” (visto que dele também depende o tão almejado bom funcionamento da economia), porém, a categoria dos “precários” é elevada para grupos sociais que antes gozavam de plenos direitos e de uma qualidade de vida superior em comparação com tais periferias.

Nos Estados Unidos, por sua vez, a discussão sobre a precariedade surge como decorrência do declínio das relações trabalhistas originadas pelo *New Deal* na década de 1970.

Segundo KESSELMAN (2010), no período em que vigoraram as políticas do *New Deal*, a legislação trabalhista norte-americana (chamada *Labor Law*) permitiu a implantação do *welfare State* que incluía direitos como: seguro-desemprego, auxílio social às famílias pobres e aposentadoria através da *Social Security*<sup>26</sup>. Com o passar do tempo a legislação foi aperfeiçoada. Passa a estabelecer normas mínimas em matéria de condições de trabalho – semana de quarenta

---

<sup>26</sup> Caixa única nacional que abrange o conjunto dos trabalhadores americanos, inclusive os independentes, e equivalente ao seguro de velhice europeu. (KESSELMAN, 2010)

horas com pagamento das horas extras, salário mínimo, idade mínima do trabalhador – e a implantar um controle estatal direto sobre a relação do emprego.

Nos anos 1960, contudo, ocorreu uma grande reviravolta em termos de legislação e direitos no Estados Unidos. Tratava-se da incorporação na legislação trabalhista dos direitos individuais atribuídos por lei contra a discriminação, o preconceito e suas consequências. Tal incorporação contribuiu para uma mudança na forma e no conteúdo dessa legislação, que passou a incorporar muitos trabalhadores até então excluídos dos direitos civis garantidos por essa legislação por serem negros ou imigrantes, especialmente trabalhadores agrícolas e domésticos.

[O] que se denominaria *Employment Law* introduziu uma regulamentação pública nacional dos termos do contrato individual e das condições de trabalho. Ela gerou direitos individuais para os empregados, mas, diferentemente dos direitos sociais coletivos oriundos das lutas operárias (...), levaram a uma certa transferência das lutas das fábricas para os tribunais. Essa intervenção direta do Estado nacional aplica-se ao conjunto das empresas presentes no território e a todos os empregados, inclusive aqueles não cobertos pelos contratos coletivos. (KESSELMAN, 2010: 71)

Nos anos 1970 assiste-se, então, o declínio do modelo das relações de trabalho estáveis e o surgimento do trabalho precário. Segundo a autora anteriormente mencionada, ambos procedem de um mesmo movimento:

o patronato compreendeu o interesse das novas formas de emprego flexível em sua resistência às restrições impostas às suas prerrogativas de gestão. O desenvolvimento da precariedade na indústria alimentou-se das ondas de reestruturações, de deslocalizações e de desregulamentação (transporte aéreo, rodoviário), assim como da lógica financeira subjacente. (KESSELMAN, 2010: 72)

Nesse país, a ambiguidade sobre a definição do *status* jurídico dos empregados, isto é, aquele que é provido de direitos, bem como a legislação que ampliou os direitos civis individuais na década de 1960, abrem certas brechas para que os patrões explorem-nas em seu benefício. Além disso, ainda segundo a autora, nos Estados Unidos, o trabalho precário nunca foi objeto de uma legislação nacional global, ele é simplesmente regulamentado por uma adaptação progressiva do direito trabalhista, levando-os a classificar os trabalhadores precários como

“trabalhadores independentes” – expressão tão abusiva quanto a classificação como “autônomos”<sup>27</sup>, frequentemente utilizada no Brasil.

Essa fragilidade regulamentar não impediu o patronato de apropriar-se do trabalho precário como uma estratégia de resposta às pressões institucionais ou econômicas que lhe foram impostas, tanto no terreno jurídico quanto no das negociações coletivas. Ele tinha as mãos livres, contrariamente ao caso europeu, onde leis foram criadas para garantir aos trabalhadores precários a igualdade de tratamento dos empregados com CDI<sup>28</sup> em matéria de salários e de proteção social. (KESSELMAN, 2010: 74)

De qualquer forma, não podemos deixar de associar a existência de “bolsões” de precarização nos Estados Unidos à questão étnica. Apesar da dificuldade do acesso ao emprego formal, regulamentado e permanente para uma parcela considerável da população, especialmente mulheres, jovens e imigrantes, por exemplo – o que não deixa de ser comum entre os países industrializados de um modo mais amplo – o que é específico à situação dos Estados Unidos é a notável precarização encontrada em determinados segmentos da população. Segmentos esses destacadamente delimitados por critérios étnicos que se manifestam espacialmente na forma de guetos, bairros de imigrantes etc.

Apesar dos Estados Unidos serem um país central, o que o inclui, sob vários aspectos, no grupo dos países europeus anteriormente mencionados, é importante perceber, e o texto de KESSELMAN (2010) contribui para isso, que o tema da precarização nesse país é, também, um tema controverso e abertamente político-ideológico. Isso acontece especialmente por dois motivos.

Primeiro porque a questão do emprego – não do trabalho como fonte de remuneração para garantir o sustento, mas o emprego estabelecido por contrato de trabalho regulamentado – está intimamente vinculada às questões elementares da vida. Nos Estados Unidos,

[a] atribuição de direitos, proteções e benefícios, simultaneamente legislativos, contratuais e jurisprudenciais, define-se de acordo com cada relação salarial. Neste país, onde os custos do seguro social jamais foram

<sup>27</sup> Pretendemos aprofundar essa discussão a respeito da categoria autonomia e do “trabalho autônomo” no capítulo 2.

<sup>28</sup> O contrato de duração indeterminada (CDI) é uma forma jurídica de direito comum do contrato de trabalho. As formas particulares do emprego regulamentadas a partir dos anos 1970 que tomam como referência o CDI, são: o trabalho interino (emprego temporário ou *temps*); o CDD (contrato de duração determinada) e o tempo parcial (*part time*). (KESSELMAN, 2010)

estendidos a toda a nação, a questão apresenta-se como eminentemente política: todo enfraquecimento do *status* de empregado permanente – que trabalha em tempo integral para o mesmo empregador – acarreta uma diminuição do bem-estar social de todos. (KESSELMAN, 2010: 76, 77)

Isso significa que perdas relacionadas ao emprego, ou às suas condições de manutenção, como a precarização em termos de contrato trabalhista, implicam diretamente em perdas, também, em termos de bem-estar social sob a forma de direitos elementares, como saúde, acesso à Justiça e aposentadoria. Não que a perda do emprego, ou a precarização deste, não signifique também a perda de acesso à saúde considerada de qualidade em outras partes do mundo.<sup>29</sup> Está claro que a capacidade de arcar com custos maiores no que diz respeito a esses tipos de serviços, bem com outros ainda, está diretamente relacionada ao poder aquisitivo individual e familiar, o qual perpassa o emprego e a renda. Porém, nos Estados Unidos, praticamente não há uma “opção” para os que não podem arcar com esses custos. Em outras palavras, ou o indivíduo possui um emprego formal que o inscreve em um seguro de saúde privado financiado em parte pelo empregador, ou não tem acesso a nada.

Nos Estados Unidos não há, por exemplo, um sistema integrado de saúde pública. Todos os cidadãos têm seu atendimento médico vinculado ao pagamento de um seguro saúde que, em geral, é financiado em parte pelo empregador, outra parte do salário do empregado. Segundo UGÁ (2001), no caso dos aposentados e demais pensionistas (doentes e incapazes) existe um subsídio estatal para o atendimento gratuito em hospitais particulares, chamado *Medicare*. Para famílias declaradamente pobres (isso implica comprovação de pobreza junto aos órgãos públicos) existe um sistema de saúde chamado *Medicaid* que garante atendimento também gratuito. Ainda assim, uma grande parcela da população estadunidense, composta de desempregados, subempregados, trabalhadores precários de todo tipo, (inclusive trabalhadores ilegais, em geral imigrantes) não tem a opção de atendimento médico por não possuir um emprego formal. A única alternativa é o endividamento (venda de bens e/ou aquisição de empréstimos) para pagamento de contas exorbitantes nos hospitais particulares. Estima-se que mais de 50 milhões de

---

<sup>29</sup> Vide, por exemplo, a situação do Brasil, que expõe o contraste entre aqueles que podem arcar com um plano de saúde e ser atendido em hospitais e consultórios particulares e aqueles que não têm a mesma possibilidade, e precisam se submeter ao atendimento (quando há) em postos de saúde e hospitais públicos, em situações lastimáveis. Essa também é uma questão de renda (diferente de ser uma questão de emprego), mas de outro gênero, pois diz respeito ao poder aquisitivo dessa renda, e não somente ao fato de ser ou não um empregado registrado. No Brasil, com todas as mazelas e descaso, há um sistema de saúde público que atende a quem não possui um plano de saúde particular. Nos Estados Unidos, não.

estadunidenses estejam, atualmente, nessa situação<sup>30</sup>. Tanto que uma das bandeiras de campanha do então candidato do partido Democrata e atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi a reforma na saúde, tendo em vista o caos que se instalou no país e suas cifras de pessoal “de fora” de qualquer tipo de atendimento médico-hospitalar com o atual modelo.

Dentre as opções [a respeito da reforma no sistema de saúde] levadas em consideração, o presidente Obama recusou duas de três: aquela que teria estendido o sistema atual pela prestação obrigatória aos empregados de uma cobertura médica pelo empregador, sob pena de penalidades (*play-or-pay*); aquela, preferida pelos sindicatos e pela ala esquerda do partido democrata, de um sistema nacional público chamado de *single payer*, como já existe, por exemplo, no Canadá. Ele preferiu o plano individual obrigatório do cidadão (*individual mandate*), comparável ao seguro-automóvel. Assim, cada indivíduo deverá providenciar um plano, seja por meio de seu empregador, seja particularmente, sob pena de sanções financeiras por parte da agência nacional dos impostos, a IRS (*Internal Revenue Service*). A lei não impõe às grandes empresas fornecer um plano a seus empregados. (...) Prevê-se um auxílio aos mais desfavorecidos, não em forma de atendimento, mas de subvenção para associar-se a um plano, o que lamentam muitos democratas, que esperavam, com a vitória de seu candidato, ao menos a possibilidade de optar por uma forma de segurança social pública, dita *public option*. No fundo, a lei se direciona para a individualização da cobertura médica, não sem vantagem para as companhias privadas de planos de saúde. (KESSELMAN, 2010: 92, 93)

Esses dados significam que o desenvolvimento do trabalho precário nos Estados Unidos deixou transparecer a inexistência de um princípio unificador que conseguisse vincular o direito trabalhista às necessidades básicas das instituições sociais como seguro-saúde, por exemplo, que nesse país é uma exigência inclusive para atendimentos médicos emergenciais.

O segundo motivo aponta para a existência de uma clivagem na arena política estadunidense, que instituiu dois campos em oposição permanente, o campo conservador e o campo liberal.

O termo “liberal”, conforme a acepção utilizada nesse país, tem um significado bastante distinto daquele com que temos contato no Brasil, por exemplo, bem como em outros países do mundo. No Brasil, a expressão “liberal” tem um significado que a associa à defesa da liberdade

---

<sup>30</sup> “Sistema de saúde dos EUA está a beira do colapso financeiro. Gastos com tratamentos chegam a quase um quinto do PIB americano. Mesmo assim, cerca de 50 milhões de pessoas não têm plano médico”. (Por Luis Fernando Correia para *GI* - <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia>, em 11/09/08 - 12h29).

individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual; assim como mantém posição contra as intervenções e, principalmente, as limitações do poder do Estado. Nesse sentido, o termo liberal, assim como o *liberalismo*, caracterizam uma posição mais *conservadora*, valorizadora das qualidades e potencialidades individuais em detrimento das mesmas qualidades e potencialidades no âmbito coletivo. Dessa forma, defender medidas liberais e o próprio liberalismo, no Brasil, é uma prática que aproxima daquilo que se intitula na política como “direita”.

Nos Estados Unidos, por seu turno, “ser liberal” significa o mesmo que ser “progressista”, alguém inspirado nas tradições que fundamentam as políticas de bem-estar social, que pensa e se preocupa com o coletivo, como um bem comum, capaz de ser catalisador de benefícios para todos. Nesse cenário, as práticas voltadas de forma mais veemente para o reconhecimento de méritos individuais, a propriedade particular, o patrimônio privado e onde os direitos são medidos como conquista singular, são práticas consideradas conservadoras. Consequentemente, nos termos postos nesse país, ser liberal seria o mesmo que ser de “esquerda”, em oposição ao que conhecemos, por aqui, como liberal.<sup>31</sup>

Lúcio KOWARICK (2003) resume a relação entre a precarização e a política estadunidense da seguinte forma:

De um lado [dos conservadores], *blaming the victim*, aberta e feroz culpabilização das pessoas que se encontram em precárias condições sociais e econômicas, pois, nessa vertente interpretativa, esta situação é vista como fruto de sua própria e única (ir)responsabilidade. Mais ainda: segundo essa visão, as políticas públicas só serviriam para reproduzir ou aumentar a anomia, a ociosidade e a indolência, a desestruturação familiar, o consumo de drogas e as várias formas de criminalidade. De outro lado, os liberais enfatizam que não é no comportamento ou nos valores do indivíduo que se deve buscar as causas do problema, mas nos processos estruturais amplos, na desindustrialização de determinadas regiões, nas transformações tecnológicas e gerenciais, nas mudanças no perfil da mão de obra, nas transformações sociais e urbanas das grandes cidades ou no secular preconceito racial que desaba, particularmente, sobre a população afro-americana. Como será detalhado, a hegemonia do

---

<sup>31</sup> Segundo BOBBIO (2000), a dificuldade de se precisar consensualmente o conceito de liberalismo está relacionada à história do liberalismo, que se acha intimamente vinculada à história da democracia, nos termos da Revolução Francesa, a tal ponto, que é difícil separar “o que existe de democrático e o que existe de liberal nas atuais democracias liberais”, porque, de fato, segundo a teoria política, o liberalismo é o critério que distingue as democracias liberais das suas outras formas não-liberais (populista, plebiscitária, totalitária).

pensamento liberal dos anos de 1960-1970 é superada pelo conservadorismo predominante na década de 1980. (KOWARICK, 2003: 62)

Nos Estados Unidos, o conceito que alimentou o debate acadêmico e político a respeito da precarização do trabalho e, conseqüentemente, da sociedade constituída de trabalhadores, entre a década de 1960 e o início dos anos de 1990 foi o conceito de *underclass*, termo que poderia ser traduzido como “subclasse”.

O conceito de *underclass* foi introduzido na literatura das ciências sociais e econômicas no início dos anos de 1960 pelo economista Gunnar Myrdal para designar o processo de precarização do mercado de trabalho assalariado e formal que marginalizou uma parcela da mão de obra de baixa qualificação.

Segundo Loïc WACQUANT (2005),

Myrdal desmascara, em *Challenge to Affluence*, a ficção de uma sociedade norte-americana “aberta e livre” em que cada um pode elevar-se socialmente e prosperar por sua simples vontade. Ele se alarma com a emergência de uma camada “de famílias e indivíduos subempregados, sem emprego e que se tornam, pouco a pouco, mão de obra inutilizável, situados no nível mais baixo da ordem social”, que não são “realmente parte importante da vida nacional, mas que formam um estrato supérfluo e miserável.” (Myrdal, 1963, p. 34-35) (...) Myrdal invoca o termo “*underclass*” com parcimônia e prudência – ele até o utiliza entre aspas e com hífen. A seus olhos, tal coletivo é menos uma realidade solidamente estabelecida do que uma “ameaça” que se projeta no horizonte da sociedade pós-industrial (Myrdal, 1963, p. 37-38). Sua suposta configuração não é menos clara: ela se apóia sobre a – ou à margem da – estrutura de classes; ela é tanto rural quanto urbana, tanto branca quanto negra; enfim, é diretamente afetada pelas políticas públicas em matéria de moradia, de assistência social e de planejamento urbano. Para Myrdal, é o caráter da sociedade, notadamente da estrutura socioprofissional, que está em questão, e não o caráter dos indivíduos reféns do funil do novo mercado de trabalho, seus comportamentos cotidianos ou a cultura do grupo ao qual pertencem. O elemento decisivo é a relação precária ou mesmo rompida com o mundo assalariado e o único verdadeiro remédio à “maldição do desemprego” permanente, o pleno emprego. (WACQUANT, 2005: 98, 99)

Na citação de WACQUANT (2005), percebemos que, para MYRDAL (1963), que concebeu o conceito de *underclass*, a única solução para a “maldição do desemprego” seria o “pleno emprego”. Essa proposta de solução pode ganhar diferentes interpretações dentro do

contexto político e econômico dos Estados Unidos na época, ou mesmo atualmente. E foi o que, de fato, ocorreu. O conceito foi apropriado tanto pelo campo mais progressista (ou liberal) da política e do meio acadêmico estadunidense, quanto pelo ala conservadora desses dois ambientes, o que destinou a expressão a um certo “ostracismo” acadêmico-político.

O conceito de *underclass* foi considerado “nebuloso com conotações diabólicas” (PETERSON, 1991 apud WACQUANT, 2005: 96). É possível observar o contexto em que o conceito é aplicado com a citação de AULETTA (1981) utilizada por KOWARICK (2003) em um texto que remonta à precarização nos Estados Unidos em comparação com a mesma situação de outros países centrais e do Brasil.

[...] não há números precisos, mas estima-se que nove milhões de norte-americanos não são assimiláveis. Eles constituem a *underclass*. Em termos gerais, podem ser agrupados em quatro categorias distintas: (a) os pobres passivos, que, no mais das vezes, são recipientes de longo prazo de serviços sociais; (b) o hostil criminoso de rua, que aterroriza grande parte das cidades e que, geralmente, foi expulso da escola e é consumidor de droga; (c) o escroque (*hustler*), [...] que ganha a vida na economia subterrânea [...]; (d) os bêbados traumatizados, vagabundos, moradores de rua [...] e os doentes mentais, que, frequentemente, vagueiam ou morrem nas ruas da cidade. (AULETTA, 1981, p. 16 apud KOWARICK, 2003: 65)

O conceito pode ter uma conotação bastante negativa, pejorativa e foi utilizado tanto por aqueles que tentavam desqualificar completamente a pobreza e classificá-la como uma patologia social, quanto pelos que buscava uma distinção entre “o bom e o mau pobre” – distinção que, no contexto estadunidense, não deixa de demonstrar um olhar cuidadoso e, por isso, mais progressista, por mais estranho que possa parecer para uma leitura de esquerda no Brasil, por exemplo –, o termo tornou-se controverso e permaneceu “congelado” por mais de uma década, sendo resgatado, segundo WACQUANT (2005), em poucas situações, em discussões sobre questões étnicas e em textos mais descritivos na área da sociologia urbana. Para esse autor,

[n]a verdade, esta “*underclass*” não é nem o subproletariado da teoria marxista (o termo é, nesse caso, enganoso, pois não representa uma classe), nem a parcela mais desfavorecida da sociologia inspirada no catolicismo social (ela é mais objeto de terror e desprezo do que de compaixão), nem os “novos pobres” e outros “excluídos” do recente debate francês sobre as desigualdades urbanas (o primeiro termo não passou de um modismo efêmero no início dos anos 1960; o segundo está

ausente do vocabulário norte-americano sobre o assunto). É um agregado heterogêneo composto de categorias fundamentalmente heteróclitas, que só devem estar amalgamadas desse modo pelo fato de serem recebidas como geradoras de uma ameaça, ao mesmo tempo física, moral e fiscal, à integridade da sociedade urbana. (WACQUANT, 2005: 95, 96)

Para SOUZA (2006a), todo esse debate em torno de expressões e conceitos como “exclusão”, “*urban underclass*”, “subproletariado” etc. merece ser tratado com cuidado, pois com frequência são debates que originam interpretações e apropriações conceituais que podem ser bastante díspares.

Não só autores posicionados na esquerda do espectro político se utilizam da expressão *urban underclass* – muitíssimo pelo contrário: como fez notar WEHRHEIM (2002:35 e segs.), há um enfoque culturalista muito disseminado que atribui aos próprios pobres a responsabilidade por sua situação e os criminaliza aprioristicamente (conquanto se estabeleça que nem todo integrante da *underclass* é pobre – por exemplo, para Ken Auletta [apud WEHRHEIM, 2002: 36] a maior parte dos *street criminals* não é exatamente pobre, tendo abraçado o crime por razões morais e culturais), com isso ajudando a insuflar o medo e a legitimar medidas hiperconservadoras, antipopulares e repressivas. (SOUZA, 2006a: 328, nota 81)

De um modo geral, em se tratando de países do capitalismo central, o problema da precarização do trabalho não caminha sozinho, mas acompanhado de alguns outros como o desemprego, a queda no poder aquisitivo individual (do poder de compra dos salários) e familiar (com um, ou mais membros da família desempregados há bastante tempo), o aumento do número de pessoas trabalhando sob contratos “atípicos” (VASAPOLLO, 2005 e 2006) e com baixos salários. O que pode caracterizar a existência, nesses países, de um componente qualitativo da precarização que se expressa através das perdas econômicas e sociais deflagradas em um momento histórico específico, do qual emana um contexto social e político perturbador da ordem vigente até então. Em outros termos, a tradição do trabalho formal, garantidor de uma vida digna e de um envelhecimento seguro e estável, típica do *welfare State* e da época de ouro do fordismo, dá lugar à incerteza, insegurança e queda no padrão de vida. Contudo, a geração que vivenciou os quadros de segurança e bem-estar ainda não está totalmente superada, o que oportuniza uma situação de permanente conflito entre o Estado que se adapta (confortavelmente) à “nova economia”, a geração de trabalhadores que sofreu as perdas mais expressivas, e a geração que é, por assim dizer, “nativa da era da precariedade”.

Assim, o grau e a natureza da precarização do trabalho ainda se dão, hegemonicamente, no quadro do trabalho formal, regido por lei, que define direitos dos trabalhadores, mesmo que num processo crescente de perdas e no interior de um Estado de Bem-Estar social que não foi destruído, embora num quadro de forte regressão, como atestam as políticas focalizadas de emprego, de caráter compensatório. (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007: 43)

A Alemanha e a França, países mencionados anteriormente por sua discussão acumulada sobre o tema da precarização, podem ser destacados em alguns aspectos quando os comparamos a economias relevantes no continente europeu, assim como Reino Unido e Itália.

Enquanto essas duas últimas, de certo modo, e ainda que por motivações entre si diferentes, têm registrado perdas maiores em termos de indicadores de desenvolvimento humano e seguridade social, França e Alemanha têm registrado problemas relacionados aos obstáculos colocados pela reestruturação produtiva e flexibilização econômica, como aumento da pobreza e do desemprego, porém, nesses países, ainda há uma presença forte do Estado como “regulador”, mesmo que seja para formalizar ou institucionalizar a precarização (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007).

Se no Reino Unido a política de privatizações, acelerada a partir dos anos 1990, provocou um aumento das desigualdades e da disparidade de renda (no ano 2008 era de 13,6% o percentual da população considerada pobre, segundo dados do *Eurostat*<sup>32</sup>), na Itália as causas da problemática social estão, em grande parte, relacionadas à nova estrutura do mercado de trabalho e à introdução da flexibilização da mão de obra. Os contratos temporários que ampliaram o desemprego e diversificaram sua composição, graças à exploração desmedida, o trabalho em tempo parcial, o trabalho doméstico de tipo artesanal, como o *put-out-system* das indústrias de confecção são, em parte, responsáveis pela disseminação da precarização típica do nordeste italiano, às outras regiões do país.

Na França e na Alemanha o aumento das disparidades de renda e da proporção de pobres compondo a massa da população assalariada, mesmo entre pessoas empregadas, vem se tornando uma preocupação cada vez maior para o Estado. O percentual da população considerada em situação de pobreza se mantém elevado na última década e atingiu valores de 13,4% na

---

<sup>32</sup> *Eurostat (Statistical Office of European Communities)*.

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search\\_database](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database), acessado em 07/09/2010, às 18:20h.

Alemanha e 11,6% na França, em 2008. Esses países apresentaram taxas de desemprego de 8% e 7%, respectivamente, no ano de 2007, e acompanharam a taxa média de desemprego nos 16 países que compõe a chamada “Zona do Euro”, que é de 7,7% (a taxa de desemprego entre os 27 países do bloco, no mesmo período, era de 7,6% entre a população na faixa dos 25 aos 74 anos).

A preocupação do Estado alemão e do francês com o problema da precarização e do empobrecimento se demonstra através de dados referentes aos benefícios sociais pagos pelo governo aos desempregados que corresponde à 5,8% do total de benefícios pagos na Alemanha e 6,1% na França. A título de comparação, esses valores são de 1,8% na Itália e 2% no Reino Unido, apesar desses dois países possuírem indicadores de situação de pobreza superiores aos dos anteriormente mencionados, chegando a 14,1% no Reino Unido e 17,6% na Itália. Segundo dados do *Eurostat* (2012), a situação de precarização se agravou na Europa: 23% dos cidadãos europeus viviam sob risco de pobreza ou exclusão social em 2010; 10% das pessoas de até 59 anos viviam em situação doméstica de baixíssima intensidade de trabalho; 8% dos europeus estavam sob severas privações materiais e 36% dos europeus não poderiam arcar com despesas financeiras inesperadas<sup>33</sup>.

Nos Estados Unidos, segundo dados de KESSELMAN (2010) e do *U.S. Census Bureau*,<sup>34</sup> entre 1980 e 1988, o índice de empregos precários passou de 26,7% para 30,1% da população ativa – um crescimento 75% mais rápido do que o do emprego – e depois continuou a crescer, nos cinco anos seguintes, em um ritmo menos acelerado. O apelo às agências de trabalho interino (*temp agency*) aumentou mais rapidamente do que o trabalho em tempo parcial que, constituindo o segmento mais importante dos empregos precários, terminou por representar quase de um trabalhador em cinco (18%).

A proporção de empregos precários entre os operários estadunidenses (“*blue collar*”) progrediu, principalmente devido a uma multiplicação dos trabalhadores interinos na produção. Em um contexto de escalada do setor terciário – dois terços dos 15,2 milhões de empregos criados nesses oito anos –, uma parte do crescimento correspondeu à terceirização dos empregos da indústria. A proporção de trabalhadores precários estabilizou-se de meados dos anos 1990 até 2005 em cerca de 30% da população ativa e teve uma leve baixa durante a expansão econômica

---

<sup>33</sup> 23 % of EU citizens were at risk of poverty or social exclusion in 2010; 10% of people aged 0-59 living in a household with a very low work intensity; 8% of Europeans were severely materially deprived; 36 % of Europeans could not afford unexpected financial expenses. EUROSTAT, 2012.

<sup>34</sup> <http://www.census.gov/compendia/statab>. Acesso em 07/02/2011, 12:00h.

do final dos anos 1990, idade do ouro da “máquina americana de criar empregos”, salvo no caso do emprego temporário, que continuou a progredir. Em certas categorias, o índice é relativamente pouco elevado – a cifra para o interino antes de 2005 era três vezes mais alta na França, sete vezes mais na Espanha.

Isso corresponde ao comportamento estrutural clássico de um país que enfrenta pouco desemprego, tem crescimento rápido do emprego e com poucas restrições regulamentares, sobretudo no que diz respeito às demissões. (KESSELMAN, 2010: 74)

As perdas sociais resultantes da reestruturação do modelo produtivo e da globalização econômica têm se manifestado na Europa e nos Estados Unidos através de novas oportunidades de emprego cada vez mais difíceis e de condições de trabalho e contratos cada vez mais sujeitos à falta de direitos, de garantias sociais e de certeza de continuidade, porém, dentro dos marcos da formalidade. A queixa principal é justamente como o trabalho formal vem se tornando, cada vez mais, semelhante ao informal em diversos aspectos. Especialmente nos quesitos remuneração e estabilidade.

É justamente esse dado que diferenciara a precarização compreendida dos marcos do capitalismo avançado, daquela preexistente, transplantada, ou incorporada pelas economias subdesenvolvidas e industrializadas da semiperiferia capitalista. No caso brasileiro, por exemplo, a precarização se apoia, cada vez mais, na informalidade e na ilegalidade, no contexto de uma progressiva retirada do Estado, apesar do trabalho precário, informal e mal remunerado ter sido, sempre, uma característica do mercado de trabalho nesse país.

Se nos países do norte ainda podemos encontrar alguns poucos resquícios do *welfare State*, do que um dia denominamos de Estado de Bem-Estar Social – ainda que o padecimento do trabalho e do emprego também sejam seus traços ascendentes – nos países do Terceiro Mundo, os trabalhadores e trabalhadoras oscilam, cada vez mais, entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor. (ANTUNES, 2006: 14)

É importante mencionar, à propósito da citação de ANTUNES (2006), que há dois níveis distintos de análise e não podemos minimizar as diferenças entre periferia e semiperiferia capitalista. Os países chamados anteriormente de “Terceiro Mundo”, compõem um grupo bastante heterogêneo que compartilha carências, deficiências e ineficiências, mas expressa grande

diversidade econômica (em termos de riqueza nacional e condições de vida) e política. Em termos gerais, as discussões aqui colocadas acerca da precarização e hiperprecarização do trabalho referem-se a um diálogo que diz respeito, em medida bem mais substancial, aos países chamados de semiperiféricos, por suas condições de industrialização, os impactos dessa atividade sobre a organização sócio-espacial e sua participação no mercado globalizado na atualidade.

(...) América Latina, onde também foi expressivo o processo de feminização do trabalho. Essa expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são, em média, inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. (ANTUNES, 2006: 19)

Podemos enxergar, portanto, dois processos distintos no que se refere à precarização (enquanto processo) e trabalho precário (enquanto constatação de um fato) no Brasil e na América Latina. Um é constatação da existência de uma parcela permanente de trabalhadores precários que sobrevivem, há muito tempo, preexistindo ao processo de reestruturação da produção e à flexibilização, típico da economia nos países centrais, como ilustramos a seguir com reportagens escolhidas, entre tantas, sobre as condições do trabalho em países semiperiféricos como o Brasil e outras da América Latina.

Outro processo relacionado à precarização é aquele que se assemelha à precarização vivenciada pelos países centrais e que consiste na perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora em termos de legislação e políticas públicas para o trabalhador, do qual passamos a tratar agora.

A legislação da terceirização, subcontratação, trabalho temporário, ou mesmo da precarização, no Brasil, não é de fato algo que se possa classificar como “recente”. Um levantamento dos decretos, leis, Medidas Provisórias, mostra que algumas datam dos anos 60 e 70, apesar da própria CLT<sup>35</sup>, de 1947, já apresentar um artigo (art. 455<sup>36</sup>) que autoriza os chamados “contratos de subempreitada”, isto é, a subcontratação de terceiros para realização de

<sup>35</sup> Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>36</sup> Art. 455, CLT, Decreto-Lei 5452/43 - Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

*Parágrafo único* - Ao empreiteiro principal fica ressalvada, nos termos da lei civil, ação regressiva contra o subempreiteiro e a retenção de importâncias a este devidas, para a garantia das obrigações previstas neste artigo.

trabalhos e prestação de serviços. A chamada “Lei do trabalho temporário” no Brasil (Lei número 6.019<sup>37</sup>) data de 1974 e autoriza a subcontratação temporária de trabalhadores por empresas.

O primeiro dispositivo de lei a liberar expressamente a realização de terceirização em atividades predeterminadas no país data de 1983 (Art.10, § 2º<sup>38</sup>) e autoriza a contratação de empresas “especializadas” e prestadores de serviços para áreas de *segurança, vigilância e transporte de valores*. É interessante notar que as primeiras atividades a se tornarem “legalmente terceirizadas” no Brasil são aquelas que implicam risco iminente para a vida do trabalhador por lidarem com situações de estresse individual e com a crescente violência urbana, cujas consequências não se pode prever e com as quais as empresas não estão dispostas a arcar.

As grandes alterações surgidas na legislação trabalhista brasileira com relação as subcontratações e terceirizações estão concentradas na década de 1990. Durante os anos 90 cerca de dez novas leis foram sancionadas (entre aquelas votadas pelo parlamento e Medidas Provisórias, emendas e enunciados) referentes a esse assunto.

Pode-se dizer que a lei que “inaugurou” esse período é a Lei número 8.031<sup>39</sup> de 1990, o chamado “Programa Nacional de Desestatização” (PND) que visava privatização em larga escala e o início do desmonte do setor estatal brasileiro. Essa lei inaugurou o período da flexibilização do trabalho no país, pois com as privatizações, um grande contingente de trabalhadores perde sua estabilidade e, associado a isso, tantos outros são levados pela mesma maré da flexibilização. Em 1993 é emitido um enunciado do Tribunal Superior do Trabalho (TST, Enunciado 331) que garante que “a subcontratação e a terceirização não caracterizam vínculo empregatício”.

<sup>37</sup> Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.

<sup>38</sup> DECRETO Nº 89.056, DE 24 DE NOVEMBRO 1983. Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências”.

<sup>39</sup> Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.

*Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Desestatização, com os seguintes objetivos fundamentais:*

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Enunciado esse que prepara a Lei número 8.949<sup>40</sup>, de 1994, que acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Isto é, autoriza a organização de “cooperativas de prestação de serviços” *dentro de empresas* e estabelece que “qualquer tipo de cooperativa não caracteriza vínculo empregatício”.

Note que esse tipo de cooperativa não se assemelha, nem de longe, a idéia das cooperativas de trabalho vislumbradas pelos socialistas utópicos do século XIX. O ideal do trabalho coletivo e da autogestão, onde um homem não seria explorado por outro em seu trabalho e um não teria rendimento maior do que o outro ao desempenhar tarefas sob a forma de cooperativas, foi absolutamente deturpada pelas “novas cooperativas” da economia flexível. Essas novas cooperativas se constituem, quando muito,

em associações civis de pessoas, sem fins mercantis ou lucrativos. São fundadas objetivando a exploração de uma determinada atividade econômica em benefício de seus membros e devem obedecer os seguintes princípios: 1) livre acesso e adesão voluntária; 2) controle, organização e gestão democrática; 3) participação econômica dos seus associados; 4) autonomia e independência e relação de compromisso com a comunidade. (...) A cooperativa de trabalho é, portanto, concebida como uma sociedade de pessoas para o exercício de determinada atividade econômica, com proveito comum e sem fins lucrativos. Nesse sentido, o resultado do trabalho deve ser repartido entre os membros da organização. (SILVA, 2007: 149)

Contudo, as novas cooperativas surgem, em sua maioria, como forma de escamotear o trabalho desregulamentado. A substituição dos empregos e, até mesmo, das vagas de temporários ou subcontratados por cooperativas representa para a empresa empregadora uma dupla vantagem: primeiro, porque essa deixa de arcar com qualquer tipo de benefício e garantia trabalhista, abrindo mão de toda e qualquer responsabilidade sobre os empregados (saúde, alimentação, transporte, segurança); segundo, porque a eliminação dos encargos trabalhistas (recolhimento de

---

<sup>40</sup> Art. 1º Acrescente-se ao art. 442 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, o seguinte parágrafo único:

"Art. 442. ....

Parágrafo único. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

FGTS, INSS, pagamento de descanso remunerado, férias, 13º salário, licença doença/maternidade etc.) reduz substancialmente o gasto com os funcionários. Dessa forma, o custo final da mão de obra cooperativada é consideravelmente inferior para o empregador em comparação ao custo do trabalhador assalariado e com carteira assinada.

Os argumentos que apoiaram e convenceram muitos trabalhadores da implementação desse tipo de atividade dentro de empresas eram argumentos como o da não existência da ‘figura do patrão’. “Todos são patrões”, pois possuem “direitos e deveres iguais” dentro da cooperativa além de todos terem igual participação nos lucros gerados pela mesma. No entanto, rapidamente percebeu-se a falácia desse tipo de argumentação. Primeiro, porque esse tipo de cooperativa sempre apresenta a figura do “coordenador/gerente/supervisor” que também pode ser interpretado como o “chefe” dentro da cooperativa. Ou seja, a relação de subordinação presente na relação patrão-empregado não só se mantém, como também se torna mais perversa, visto que os trabalhadores cooperativados quase nunca possuem algum tipo de garantia trabalhista e seguridade social. Segundo, porque o tipo de rendimento que era esperado pelos trabalhadores com a “sociedade” na empresa não se mostrara satisfatório por várias razões. Todos os benefícios a longo prazo, ou em caso de emergência, como FGTS, INSS, aposentadoria, deixam de existir; os benefícios a curto e médio prazos como descanso remunerado, férias remuneradas, abono de férias, décimo terceiro salário, reajuste anual, também, já que o trabalhador passa a ser um “sócio de uma empresa” (com seus ônus e bônus) que só rende equilibradamente com o trabalho constante de todos os cooperativados. Ou seja, deixar de trabalhar (por qualquer motivo, férias ou doença), significa deixar de receber e reduzir os ganhos dos demais “associados”. Daí a enorme rotatividade de trabalhadores nas cooperativas existentes no mercado. Poucos suportam a carga ininterrupta de trabalho e o baixo rendimento, associados aos constantes atrasos de pagamento.

Engana-se quem acredita que as cooperativas ocuparam apenas os ramos de atividade de baixa qualificação profissional em indústrias e pequenas e médias empresas como setores de alimentação e limpeza. Hoje as cooperativas vão da prestação de serviços de limpeza, alimentação e transportes (considerados pouco qualificados), até as cooperativas de médicos e enfermeiros<sup>41</sup>, de professores<sup>42</sup>, de advogados etc.

---

<sup>41</sup> Que atualmente dominaram os hospitais públicos e postos de saúde municipais, aproveitando-se da demanda cada vez maior por uma série de motivos (aumento da população, planos de saúde com valores inacessíveis à população de baixa renda, queda no poder aquisitivo da classe média que passa a utilizar mais esses serviços públicos etc.),

As diversas modalidades de autogestão [entre elas as cooperativas] têm se configurado em novas formas de segregação e precarização do mundo do trabalho. (...) Tais modalidades em vez de se constituírem em economias solidárias, na realidade, representam a “economia da pobreza” ante sua reprodução generalizada. (...) Nesse sentido, as falsas cooperativas têm sido identificadas como dispositivos de precarização do trabalho que se processa com intermediação de mão de obra. (SILVA, 2007: 153)

No entanto, o que gostaríamos de colocar, juntamente (e indo além da) a questão das metamorfoses da legislação – que não parece ser algo encerrado, nem no Brasil, nem em outros países – é o segundo desdobramento do processo de precarização e do trabalho precário no Brasil. Nós tratamos primeiramente da precarização do trabalho formal, da flexibilização da legislação trabalhista e da sua perda de rigor ao tratar de proteção social e salarial para o empregado. Vimos que a mudança de uma série de leis junto aos processos de terciarização e terceirização maciça da economia e do mercado de trabalho, respectivamente, contribuíram para a formação de uma classe de trabalhadores precários no Brasil.

Com ou sem qualificação, com especialidade ou não, com diferentes graus de escolaridade, esses trabalhadores vivenciaram uma deterioração da sua qualidade de vida familiar e domiciliar, traduzida na perda do poder aquisitivo e instabilidade. Essa era uma das facetas da precarização em território semiperiférico. Estamos propondo uma distinção entre a precarização nos moldes como se desenvolveu nos países centrais, da precarização que vem sendo identificada nos países semiperiféricos como o Brasil. Essa distinção é necessária, ao nosso ver, por dois motivos.

O primeiro está relacionado à própria utilização do termo precarização. Nesse caso, há uma importante diferença entre a precarização desencadeada pelas transformações no modelo produtivo e no sistema político-econômico no continente europeu e nos Estados Unidos, a qual vem sendo alvo de análises e estudos desde a década de 1970; e a precarização do trabalho no Brasil e em outras economias semiperiféricas, posto que a realidade objetiva e intersubjetiva nesses dois grupos de países gera parâmetros muito distintos de comparação. Enquanto no continente europeu a precarização se manifesta através de uma sequência de perdas em termos de

---

associada à falta de concursos públicos para o suprimento da demanda de profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, técnicos e cirurgiões dentistas.

<sup>42</sup> Tanto na educação básica quanto no ensino superior, com a diferença que essas, por enquanto, estão restritas às empresas privadas.

seguridade social e, também, de salários (a que alguns autores, como já mencionamos, vão denominar precarização econômica e institucional, pois se dá nos marcos do trabalho formal), nos países semiperiféricos, como o Brasil, é muito mais difícil trabalhar com esses “parâmetros de formalidade”, pois o trabalho formal não abrange a parcela mais significativa da nossa força e trabalho. Para se ter uma idéia, os dados da PNAD/IBGE revelam que ao longo de toda a década de 1990 a taxa de informalidade no trabalho esteve sempre acima dos 40%, chegando a ultrapassar os 60% entre 1995 e 2002. Assim, não podemos justificar as nossas perdas em termos de regulamentação trabalhista e salarial com base, apenas, em parâmetros de formalidade no emprego. Resumidamente, o que colocamos nesse parágrafo é a seguinte questão: O que verdadeiramente significa precarização nos países centrais e nos semiperiféricos? Estamos falando das mesmas causas e dos mesmos impactos?

O segundo motivo pelo qual se faz necessária a distinção entre a precarização “lá e cá” é a existência de grupos sociais historicamente precários em termos de trabalho, renda e condições de existência. O que estamos chamando de “precarização histórica” do mercado de trabalho é um fenômeno que pode ser notado em boa parte dos países semiperiféricos, e que Marcelo Lopes de SOUZA (2008a) vai denominar *hiperpreariado urbano*, mas que também, pode ser encontrado nos países centrais (em proporção significativamente menor).

Iremos desenvolver detalhadamente a pertinência do conceito de *hiperpreariado* introduzido por SOUZA (2008a e 2009a) para a análise da realidade dos trabalhadores no Brasil, bem como das transformações recentes no mundo do trabalho, porém, gostaríamos, antes, de explicitar a existência de um precariado que também é “histórico” entre os países centrais. Não um *hiperpreariado* que se constitui como uma massa de trabalhadores excluídos de qualquer seguridade social e salarial, como na semiperiferia, mas de trabalhadores historicamente destinados a empregos de baixa remuneração, subempregos e a ilegalidade por se tratarem, substancialmente, de uma população negra (em geral de origem africana, mas também latinoamericana), por imigrantes “do sul” (isto é, América Latina, África e países do sul e sudeste asiático) e corresponderem a uma parcela pouquíssimo integrada sócio-culturalmente, bem como precariamente incluída economicamente. Em outras palavras, esses trabalhadores produzem, prestam serviços, pagam impostos, contribuem para o crescimento da economia, mas não fazem, efetivamente parte da sociedade desses países, pois a sua origem, constituição enquanto grupo, aceitação social, incorporação ao mercado de trabalho, suporte do Estado, proteção de políticas

públicas os torna, não raras vezes, indivíduos excluídos, ainda que sejam filhos, ou netos de imigrantes, nascidos na Europa.

Em países como França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido, essa população habita o entorno metropolitano, os bairros periféricos, as *cités* (bairros populares) e as *banlieues*, ou “bairros sociais” franceses, que nada mais são que

bairros periféricos pobres das cidades francesas constituídos majoritariamente de conjuntos habitacionais de baixo aluguel, [que impõem-se] como um problema recorrente no espaço público. Construídos ao longo dos “trinta anos gloriosos” no intuito de servir como remédio para as dificuldades habitacionais e como um tratamento de drenagem para os *habitats* insalubres, esses bairros pouco a pouco se transformaram: sob o efeito de diferentes crises econômicas, os habitantes se pauperizaram, enquanto os mais abastados abandonavam essas áreas de habitação coletiva para se instalar em casas para apenas uma família em outros bairros. Um outro fenômeno que marca essas zonas periféricas é a concentração de populações estrangeiras ou de origem estrangeira. Muitos desses bairros acolheram os trabalhadores imigrantes que vieram trabalhar em usinas francesas. Estes foram os mais atingidos pelas várias crises econômicas enfrentadas pelo país a partir dos anos 1970. Uma grande proporção de seus filhos, mesmo que tenham se tornado franceses legalmente e por direito, se sentiram rejeitados pelo sistema econômico e pelo sistema escolar. Certos ou errados, eles associaram seus problemas a suas origens estrangeiras e ao caráter “visível” de sua “diferença”: cor da pele, ou nome que soa claramente árabe ou africano. Aqueles que conseguiram se integrar melhor à sociedade francesa abandonaram esses *bairros sociais* em favor de áreas mais favorecidas, contribuindo assim para ampliar ainda mais o sentimento de exclusão dos primeiros. À questão social superpõe-se uma questão “racial”: por meio do jogo de sucessivas partidas de populações de origem europeia e da chegada de novos imigrantes estrangeiros, é imposta a esses bairros a imagem de espaço povoado de estrangeiros ou de minorias chamadas “visíveis”, que não se integram suficientemente à nação. (MOUHANNA, 2010: 173, 174)

O que gostaríamos de salientar com essa rápida explicação é que a discussão acerca da precarização do trabalho nos países centrais, também possui uma clivagem. Ela trata de uma precarização nos marcos do trabalho formal (do “*blue collar*” ao “*white collar*”), mas não aprofunda a discussão para as camadas “subterrâneas”. Ainda que os trabalhadores mais atingidos pelas perdas salariais e diversas formas de desregulamentação registradas em cargos e funções sejam de origem étnico-social distintas, o que irá despertar a discussão, o questionamento, as

reivindicações será aquilo que é identificado dentro dos padrões de formalidade. Enquanto a instabilidade, os baixos salários e a exploração física e mental do trabalhador restringiam-se ao quadro de trabalhadores imigrantes (muitas vezes informais, por serem ilegais) ou de origem imigrante (filhos e netos), a precarização e a existência de um precariado não era um tema de interesse nos países centrais. Apenas quando essa precarização se estende para os trabalhadores europeus, brancos, é que o problema se tornou objeto de discussão e passou a inspirar análises de conjuntura e matrizes estruturais das sociedades.

Problemas assim têm tido muita repercussão na Europa na última década. Manifestações de revolta promovidas principalmente por jovens nas periferias das grandes metrópoles têm dado visibilidade a um problema que não é recente, mas que acaba ganhando mais visibilidade à medida que atinge uma camada progressivamente maior da classe trabalhadora de todas as origens. O problema não está apenas nas questões relacionadas ao trabalho e emprego, de fato, mas também está intimamente relacionado ao tipo de política de segurança colocado em prática nesses países por governos mais ou menos conservadores em diferentes momentos. A falta de emprego, os baixos salários, o acesso desigual às políticas de seguridade social, associados ao racismo e à xenofobia elevam em muitos graus o clima de tensão permanente nas periferias metropolitanas da Europa (em especial na França, nas duas últimas décadas) e torna os enfrentamentos entre policiais e jovens trabalhadores e estudantes quase uma constante.

Podemos dizer que também existe um precariado que antecede o período áureo do fordismo e sua crise nos países centrais. E podemos dizer, também, que esse precariado foi atingido por adaptações ao modelo de produção flexível, bem como pelas mudanças relacionadas às políticas de segurança adotadas na Europa e nos Estados Unidos, especialmente após os atentados de 2001 e 2003. Hoje esses grupos sofrem com as investidas violentas da polícia e das forças armadas, além de terem de sobreviver em condições econômicas cada vez mais adversas. Mas o que diferencia esse trabalhador precário dos países centrais, do processo de precarização que atinge o mercado de trabalho na semiperiferia capitalista como no Brasil?

Tudo indica que apesar de constituírem um grupo excluído de muitas facetas sociais (acesso a determinados bens e serviços, ou mesmo a algumas áreas das cidades) e precariamente incluído em outras (no mercado de trabalho formal ou informal que contribui de alguma forma para movimentar a economia e fazer funcionar o sistema nesses países), esse grupo corresponde a uma parcela comparativamente menor dentro do universo da população urbana total nos países

centrais. Daí a sua identificação e denominação, ao longo do tempo, como “minorias” (étnicas, isto é, cultural, religiosa, fenotípica etc.).

O que podemos dizer antes de explorar a origem e o desenvolvimento do trabalho precário no Brasil é que a incorporação do termo à discussão das transformações no mundo do trabalho, tanto no nosso país, como em outros países semiperiféricos, se deu sem atentar para certas diferenças intrínsecas, históricas e culturalmente constitutivas e, por isso, decisivas para uma análise adequada, como a instabilidade no trabalho, a falta de fiscalização e a corrupção que permitem a superexploração da mão de obra, o subemprego e a informalidade.

Todos esses elementos podem ser enunciados tanto como parte do receituário da “flexibilização trabalhista”, quanto como uma parte perversa da reestruturação dos mercados globalizados. No entanto, o que desejamos ressaltar é que muitas dessas medidas, se não todas, em maior ou menor escala, já fazem parte da história do trabalho no Brasil e de seus vizinhos latinoamericanos há muito mais tempo do que a contagem da tão propalada “reestruturação produtiva” nos permite referenciar. Com a agravante de que, mesmo se considerarmos apenas as economias (semi)periféricas, sem compará-las às nações do centro do capitalismo mundial, não podemos tratar o tema da precarização de forma homogênea. Um país com as dimensões e a diversidade do território brasileiro apresenta, no mínimo, algumas especificidades regionais que permitem enxergar largas diferenças culturais, educacionais, de rendimento, entre tantas outras dentro do seu próprio território. Quanto ao mercado de trabalho, não haveria de ser diferente.

Nesses países a situação de precariedade não é exatamente uma novidade, mas uma característica intrínseca. Os países que hoje compõem a chamada semiperiferia do capitalismo mundial sempre vivenciaram situações de grande instabilidade, deficiência e vulnerabilidade social, o que, desta forma, não caracteriza a precarização do trabalho exatamente como “fato novo” para extensa parcela da população pobre desses países.

Por isso, não é suficiente uma interpretação que simplesmente “importe” o conceito de precarização dos países centrais ou, o que talvez fosse pior, relacione a precarização a um processo de “exclusão social”, uma visão que dicotomiza a sociedade entre incluídos e excluídos, até porque já temos contribuições significativas a esse respeito que nos mostram que dificilmente encontraremos casos de exclusão (a não ser em caso de prisões e campos de trabalho forçado, campos de refugiados e de contenção política, territórios de exceção etc.), mas sim diferentes formas de *inclusão precária* (MARTINS, 1997) já que, mesmo deficiente, inadequada e, por

vezes, perversa, a participação econômica e social dessa população se insere em um movimento necessário ao funcionamento da produção, dos serviços, do consumo etc.

A incorporação (e pouca adaptação) do termo precarização e suas variáveis como trabalho precário, precariado etc. tem relação, em grande parte, com a sua aproximação pouco criteriosa com outras noções, especialmente com a de informalidade. Se na Europa o debate sobre a precarização joga luz sobre as adaptações e modificação que vem sendo feitas nas legislações em cada países e suas consequências trabalhistas e sociais, o que não deixa de fora, por suposto, a incorporação cada vez maior do trabalho em tempo parcial, os contratos abertos (temporários, por serviço) e a própria informalidade, no Brasil, isto é, na semiperiferia capitalista, tem sido tomado o caminho mais curto e, por vezes, associando o trabalho precário ao trabalho informal, quase como sinônimos.

Essa associação é inadequada sob vários aspectos. Primeiro, por uma questão de generalização problemática: nem toda precarização leva à informalidade, assim como nem toda informalidade trata-se de trabalho precário. Segundo, o debate sobre a precarização introduz toda uma discussão sobre conquistas e perdas em termos de direitos e garantias que a questão da informalidade não atende, necessariamente. Terceiro, a noção de precarização conforme foi concebida no contexto histórico, político e econômico europeu, pressupõe um fenômeno não muito recente no cenário europeu (tem cerca de 40 anos) e recente no cenário brasileiro e latino americano (em torno de 20 anos), gerando, conseqüentemente, um debate novo em termos de produção de dados, análises e literatura.

A informalidade pode ter tido um aumento expressivo nas últimas décadas no mundo devido às transformações econômicas, políticas e sociais que temos analisado, mas não se trata, por isso de uma novidade, como reforça a afirmação de Márcio POCHMANN (2008):

A informalidade e sua relação com o emprego não são tema novo no Brasil. A informalidade do trabalho faz parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma economia periférica que se industrializou tardiamente. Por isso há diversos tipos de produção e reprodução da informalidade, sobretudo porque o país se mostrou incapaz de realizar as chamadas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social). A prevalência de um padrão de capitalismo selvagem também contribuiu para que a valorização do trabalho ficasse em segundo plano. Assim, no ciclo da industrialização nacional (1933 a 1980), com avanços significativos na valorização do trabalho, grande parcela da população foi excluída do emprego

protegido. Nas últimas duas décadas, diante do quadro geral desfavorável ao mercado de trabalho, destacou-se a sua informalização. (POCHMANN, 2008: 195)

Em outras palavras, ela não só não corresponde a um fenômeno recente, como, especialmente no caso de países subdesenvolvidos, preexiste ao processo de incorporação da economia flexível, à globalização e às transformações no mundo do trabalho. A definição e delimitação do setor informal variam nos diferentes países, e de acordo com os diferentes contextos (nível de desenvolvimento, tipo de economia) e interesses (quem desenvolve a pesquisa e com qual objetivo).

Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993<sup>43</sup> (ILO, 2003), chegou-se a algumas delimitações para se definir a informalidade e o que se entende por trabalho informal. Essas propostas de delimitação podem não atender todas as necessidades de conceituação e análise que o tema exige, especialmente na complexidade do capitalismo atual, mas ajudam a traçar um parâmetro um pouco mais preciso em termos de economia, trabalho e renda.

Considerou-se nessa conferência que, para delimitar o âmbito do *setor informal*, o ponto de partida seria a *unidade econômica* – entendida como unidade de produção – e não o *trabalhador individual* ou a *ocupação* por ele exercida.

Fazem parte do setor informal as unidades econômicas *não-agrícolas* que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo. (ILO, 1993)

Essa distinção entre o setor e o trabalhador informal já contribui para a definição do tipo de atividades que constituem a informalidade. São excluídas as atividades para produção e prestação de serviços para autoconsumo, por serem atividades não-capitalistas, isto é, não gerarem excedente e acúmulo de renda. Ao mesmo tempo distingue-se, também, o *setor informal* do *trabalhador informal* que, por si só, não pode ser representante de um setor econômico, isso porque são múltiplas as formas de trabalho desregulamentado e “por conta própria” que não servem para designar o setor informal *de baixo rendimento* que pretende definir a OIT: “As

---

<sup>43</sup> - International Labor Organization: <http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm> (acesso em 21/02/2011, 10h e 50 min).

unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção”.

De maneira mais clara, embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros (carteira assinada, contrato de trabalho, recolhimento de impostos e direitos trabalhistas), pelos critérios da OIT, não serve como critério para a definição do informal na medida em que “o substrato da informalidade se refere ao *modo de organização e funcionamento* da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas”. Isto é, havendo vários tipos de registro e formas de regulamentação – de acordo com o país e o tipo de trabalho que se têm em análise – esse critério não apresenta uma clara base conceitual e de distinção. Segundo a OIT (ILO, 1993) a utilização de registros e regulamentação formal junto aos governos como instrumento de medida e avaliação da informalidade não ajuda em comparações históricas e, ainda menos, em se tratando de pesquisas internacionais, podendo levantar resistência junto aos informantes e dificuldades na obtenção de dados confiáveis de estudo.

Pelos critérios utilizados pela OIT, a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (se é permanente, sazonal ou ocasional) ou do fato de tratar-se de atividade principal ou secundária do proprietário da empresa. A definição se dá pelo tipo de trabalho realizado (pequena escala, baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho) e no fato de serem atividades caracterizadas pelo baixo rendimento. Dessa forma, um trabalhador *freelancer*, um prestador de serviços de alta qualificação, como consultores, *designers* e administradores que trabalham por conta própria, entre tantos outros profissionais liberais, não se enquadrariam, pelos critérios estabelecidos pela OIT entre os chamados “informais”, por não se caracterizarem como trabalhadores pouco qualificados empregados em atividades de baixo retorno financeiro.

Tendemos a concordar com a distinção proposta pela OIT, porque também vemos uma necessidade de estabelecer uma distinção entre tantos trabalhadores tratados como “informais”. Existem diferenças marcantes entre esses diversos tipos de trabalho – um escritório em casa (*home Office*), um consultório particular, um computador pessoal do qual se presta consultorias e serviços a terceiros são situações de trabalho diferentes de um encanador, um electricista, ou um pedreiro que trabalhem por conta própria a domicílio e, por sua vez, também são trabalhos que

diferem de uma barraca de camelô, um ambulante no sinal de trânsito, um catador de material reciclável – que não podem ser negligenciadas. Dessa forma, o termo “informal” sugere, sempre, uma (não-)relação com a dimensão jurídica, ou seja, legal/formal. O que ocorre é que esse aspecto da delimitação é *insuficiente*, mas nem por isso inútil.

Essas diferenças abrangem a qualificação para o trabalho, a qualidade técnica empregada, o conforto ambiental no trabalho, os riscos do mesmo, sem falar no retorno financeiro. Assim, não vemos sentido em qualificar todos os tipos de trabalho que não sejam assalariados formais na categoria informal. Há muitas nuances e motivos que levam à informalidade e essa pode ser voluntária ou compulsória em diferentes casos. A título de comparação, há pessoas que trabalham em casa, em algum tipo de pequena produção ou prestação de serviços e exerce um trabalho regulamentado pelo recolhimento de impostos (com CNPJ, ou mesmo como pessoa física emitindo recibo pelos pagamentos<sup>44</sup>, por exemplo) e previdência (INSS). Ou seja, o fato de não possuírem um contrato de trabalho e uma carteira de trabalho assinada não os torna trabalhadores informais, pelo contrário, seu trabalho é plenamente regulamentado. Ao mesmo tempo, há empresas e pessoas físicas que empregam trabalhadores em situações de total irregularidade (como forma de reduzir encargos com impostos e negociações trabalhistas) e, com isso, empurram os trabalhadores para uma informalidade forçada (é o caso das cooperativas de fachada e dos empregados domésticos, por exemplo).

Pensamos que a forma utilizada pela OIT para definir o setor informal e o trabalho informal pode ser adequada, por considerar apenas as formas de trabalho de baixo grau de organização e rendimento, porém, no que tange o trabalho assalariado, ela possui a limitação (especialmente em se tratando do mercado de trabalho brasileiro) de não levar em consideração os casos de informalidade provocada por negligência ou intenção da parte do empregador.

No Brasil, as pesquisas oficiais relacionadas ao mercado de trabalho e à forma do trabalho são realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo IBGE, em parceria ou contratando os serviços de outras instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Dieese, o IPEA, o Sebrae etc.

O MTE realiza várias pesquisas e estudos sobre o trabalho no Brasil, entre essas o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) e a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). As três primeiras garantem um

---

<sup>44</sup> RPA – Recibo de Pagamento à Autônomo.

panorama bastante abrangente sobre o mercado de trabalho no Brasil como níveis de salário e poder de compra, rotatividade no emprego, qualificação da mão de obra etc. A última, que é um relatório enviado pelos empregadores (obrigatório sob pena de algumas sanções em temas de negociações coletivas e salariais) dá um panorama sobre a evolução do emprego formal no país.

O MTE não trabalha com pesquisa da informalidade. Isto é, não possui uma metodologia de investigação, registro e análise de dados sobre informalidade no trabalho, mas apenas com deduções e análises de que chagam à informalidade como conclusão a partir de outras investigações como desemprego e trabalho precário<sup>45</sup>.

O IBGE, de um modo geral, também não se dedica diretamente à investigação da informalidade. As pesquisas realizadas pelo instituto variam conforme o interesse do estudo encomendado, o universo de abrangência, a amostragem definida e, nesses casos, as definições utilizadas para categorizar os trabalhadores que não estão empregados dentro dos critérios de formalidade são as mesmas utilizadas pelo MTE (desemprego aberto, desemprego oculto pelo desalento e desemprego oculto pela precariedade) atribuindo diferentes critérios para coleta e tratamento de dados, segundo o tipo de pesquisa realizada e o tipo de produto em execução.

A PNAD<sup>46</sup>, por exemplo, classifica o trabalho de três formas:

- *Trabalho remunerado na produção de bens, serviços e trabalho doméstico* (inclui remuneração em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios como moradia, alimentação, roupas, etc.);

<sup>45</sup> O MTE produz, em parceria com o Dieese, um Anuário dos Trabalhadores com informações e dados sobre o mercado de trabalho no Brasil. Esse anuário traz em sua metodologia as seguintes **definições** para coleta de dados e análises acerca do **desemprego**:

**DESEMPREGADOS** - São as pessoas que se encontram em uma das seguintes situações: desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário ou desemprego oculto pelo desalento e outros.

**DESEMPREGO ABERTO** - Situação das pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.

**DESEMPREGO OCULTO PELO DESALENTO E OUTROS** - Situação das pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

**DESEMPREGO OCULTO PELO TRABALHO PRECÁRIO** (anteriormente denominado “desemprego disfarçado”, ou “subemprego”) - Situação das pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou das pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás. (Fonte: *Anuário dos Trabalhadores 2009*, <http://www.dieese.org.br/anu/anuarioTrabalhadores2009/Arquivos/bibliografia.html>).

<sup>46</sup> *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* realizada pelo IBGE investiga características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável. Levantamento que constitui um importante instrumento para análises, bem como para formulação de políticas orientadas para a melhoria das condições de vida no Brasil. ([www.ibge.gov.br/pnad](http://www.ibge.gov.br/pnad))

- *Trabalho não-remunerado* (ocupação sem remuneração em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse empregado na produção de bens primários como agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; por conta-própria ou como empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou ainda, como aprendiz ou estagiário);
- *Trabalho na produção para o próprio consumo, ou na construção para o próprio uso* (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação ou de pelo menos mais um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar).

A metodologia utilizada pelo IBGE na PNAD também não inclui conceitualmente o trabalho definido como *informal*, tratando apenas do tipo de remuneração do trabalhador pesquisado.

Para análise desse tipo de trabalho o IBGE, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, criou uma metodologia de investigação específica que resultou na pesquisa *Economia Informal Urbana* (Ecinf 2003), que busca um conhecimento mais aprofundado do papel e dimensão do setor informal na economia brasileira. Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que

pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. (IBGE/SEBRAE, 2005: 16)

Na própria descrição da metodologia há referências a algumas limitações da pesquisa. A primeira delas diz respeito ao recorte urbano, que deixa escapar diversas atividades não agrícolas realizadas em domicílios rurais brasileiros e que, pela forma de organização e cálculo econômico deveriam estar inseridas entre os dados da economia informal.

Outra limitação apontada pela pesquisa é a dificuldade em mensurar a economia informal gerada e movimentada pela “população em situação de rua” nos centros urbanos brasileiros (economia essa que demonstra uma cifra e uma importância crescente nos últimos anos, no Brasil). Essa limitação se dá por se tratar de uma pesquisa de abordagem domiciliar, no que tange

a amostragem levantada. É uma pesquisa sobre trabalho informal que, no entanto, depende da “moradia formal” para ser levada a cabo. O que coloca mais um problema para a nossa metodologia de trabalho, pois estão frequentemente excluídas dessa pesquisa as atividades realizadas por “moradores de rua”, moradores de ocupações urbanas (sem-tetos), moradores de favelas e loteamentos irregulares (especialmente nas periferias metropolitanas) e, conseqüentemente, os próprios trabalhadores dos dados produzidos.

Além dos dados oficiais, produzidos e oferecidos pelo governo, e daqueles produzidos pelas reconhecidas instituições de pesquisa e análise de dados estatísticos no Brasil, várias contribuições de cunho teórico foram produzidas para se tentar buscar um entendimento mais preciso da economia e do trabalho informal.

Uma dessas contribuições é a “teoria dos dois circuitos” de Milton Santos (1979), a qual, apesar de não ter se ocupado diretamente do setor informal da economia e do trabalho informal propriamente dito, tem sido uma referência (às vezes equivocada) para os estudos acerca desse setor e desse tipo de trabalho. Essa teoria se define pela existência de dois circuitos na composição das relações socioeconômicas, o *superior* ou *moderno*, “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”; e o *inferior*, “constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos oferecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979: 31). A definição da origem e delimitação da abrangência desses dois circuitos pode ser traduzida pelo autor da seguinte forma:

o circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente nas populações pobres é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 1979: 16)

(...) A diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto que no circuito inferior, a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto que o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. (SANTOS, 1979: 33, 34)

Podemos perceber, não apenas pela definição e delimitação dos circuitos presente no texto e nos esquemas do livro “O espaço dividido” (1979), que há uma forte relação entre os circuitos da economia e a questão das diferenças sociais, expressas nas formulações “ricos” e “pobres”, “classes superiores”, “classe média” e “classes inferiores”. O autor traça uma relação bastante clara entre os conceitos auxiliares de “setores da sociedade” e “classes sociais” – retomando, inclusive, o debate conceitual existente dentro da sociologia e da economia – e a sua teoria dos circuitos.

Milton Santos dedica longos trechos à revisão de temas da Sociologia, principalmente da Sociologia Urbana, como a definição de pobreza (em especial a pobreza urbana), classes superiores e classes médias, ou intermediárias. Ao revisar tais conceitos, SANTOS (1979) expõe a importância de considerar o perfil da renda para a teoria dos circuitos. Não que a existência de diferentes circuitos esteja vinculada à existência de diferentes classes sociais, ou simplesmente reduzida a existência de um setor “formal” e outro “informal”, mas por diversos outros aspectos, como o próprio fato da classe superior ser aquela que se vale da possibilidade de recorrer a qualquer um dos circuitos. Como essa, em geral, é detentora do controle da economia (poder econômico), seu raio de ação transpassa as escalas local, regional e nacional, adquirindo um caráter cosmopolita, e garantindo um perfil que se inscreve, predominantemente, nas atividades do circuito superior.

A classe média, por sua vez, se define na situação intermediária entre as classes pobres e as superiores, assim, mesmo que “sejam beneficiárias da atividade econômica na cidade, não dispõe de seu controle” por isso, transitam entre os dois circuitos de forma bastante equilibrada, acessando cada um conforme a possibilidade e o contexto. Já a classe inferior, os pobres da cidade,

são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usurárias. Trata-se, em geral, dos não-empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco. (SANTOS, 1979: 38)

Por isso, esse grupo seria aquele que vivencia, predominantemente, o circuito inferior da economia, recorrendo poucas vezes ao circuito superior.

Essa teoria contribui para identificar as diferentes atividades que constituem a economia e a existência de uma hierarquia entre essas atividades. Essa hierarquia diz respeito a uma série de elementos em conjunto: volume de capital investido e movimentado, tecnologia empregada, qualificação e quantidade de mão de obra, rendimento/retorno financeiro, vínculos espaciais que se manifestam em escalas variadas, desde a escala local, até a internacional. Dessa hierarquia entre as atividades, surge uma relação de subordinação e dependência que aponta para uma relação desigual de poder. “O funcionamento atual da economia urbana leva a que as únicas contribuições do setor moderno ao outro setor só possam ser feitas ao preço da dependência e da dominação” (SANTOS, 1979: 288).

Essa relação hierárquica construiu-se de forma dual, mas não antagônica, pois as forças que esses dois sistemas expressam são forças desiguais e desproporcionais. Só existiria antagonismo, ou dualismo, caso houvesse um certo equilíbrio de poder entre os dois lados, o que não procede. Como reforça o autor:

(...) não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e estão interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar da sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior, do mesmo modo que as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas. Essa situação que tantos autores continuam a chamar de “dualismo” não seria outra coisa senão o resultado, sobre a sociedade global, da posição hegemônica do circuito superior, representado essencialmente pelas formas monopolísticas de atividades. O subemprego e as formas de atividades que a ele se ligam são uma consequência direta disso. (SANTOS: 1979, 43)

O autor, mais do que o desenvolvimento de uma nova teoria para análise da dinâmica capitalista, procura contribuir com uma crítica ao tipo de análise que a economia, e mesmo a Geografia e outras ciências sociais, vinham produzindo sobre esse modo de produção e seu contexto de expansão, dominação (monopolização), urbanização etc. Para ele, “só o circuito moderno [superior] foi objeto de pesquisas sistemáticas. A análise econômica e, em sua esteira, a análise geográfica, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade inteira” (SANTOS, 1979: 16).

Gostaríamos de resgatar tal crítica por dois motivos: 1) para estabelecer uma distinção efetiva entre o *circuito inferior* e a *informalidade* em sentido amplo, ou o *trabalho informal*, de forma mais restrita. Por mais que existam ligações entre a informalidade e o circuito inferior, não

podemos restringi-la a este. O circuito inferior condensa atividades variadas que podem ser produtivas, comerciais ou de prestação de serviços. Em todas elas há de comum o fato de se tratar de baixo investimento em tecnologia e capital, bem como baixo rendimento; e em cada uma delas há o diferencial quanto ao tipo de trabalho que pode ser familiar, coletivo, de cooperação, autogerido, assalariado etc., mas sempre sob a égide do rendimento que beira o mínimo e, às vezes, fica aquém desse mínimo, definindo então, a pobreza em seu sentido econômico. A informalidade, por sua vez, pode significar um amplo espectro de formas de trabalho e atividades, de baixo ou alto teor tecnológico e rendimento, mas ainda designa, predominantemente, a falta de segurança, de possibilidade de planejamento e, especialmente, de baixa remuneração, em todas as partes do mundo. Assim, a informalidade de baixo rendimento e baixo teor tecnológico está contida no circuito inferior, como diferentes formas de produção, geração de renda e trabalho, mas não o contém e nem se confunde, necessariamente, com ele.

2) para reforçar a ideia de que a análise econômica da sociedade destacou predominantemente, e até pouco tempo, o circuito superior, característica que contaminou, por assim dizer, as análises geográficas que têm como norte a economia e suas atividades; tentaremos, nesse trabalho, inverter essa máxima e buscar os sujeitos e as atividades que dão movimento ao circuito inferior.

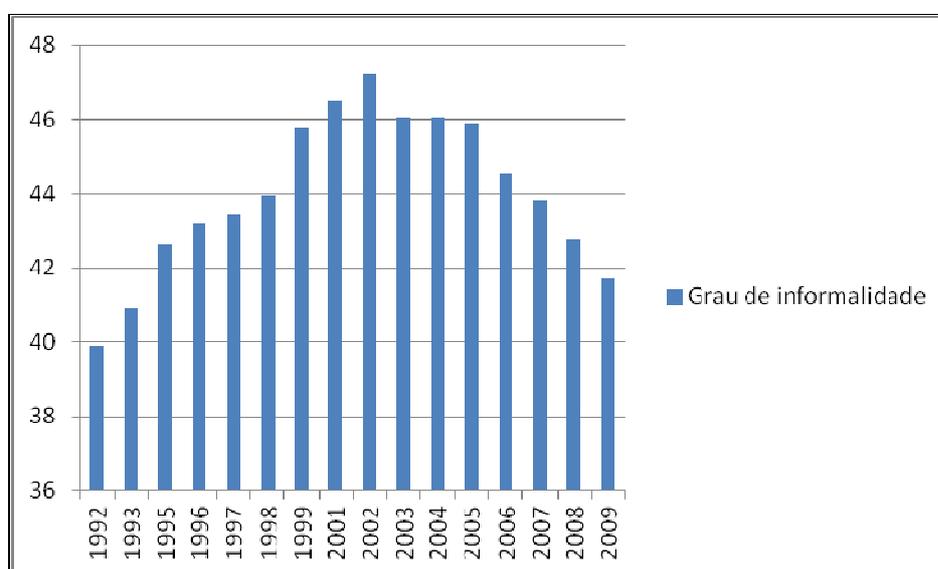
Para encerrar a seção acerca da teoria dos circuitos e sua relação com uma série de temas que temos enfatizado, como relações de trabalho, pobreza e, especialmente a informalidade, é importante frisar que seja o setor informal, ou o circuito inferior da economia, o elemento que vincula esses dois campos de trabalho para a análise social é a pobreza e o que podemos traduzir de sua Geografia. A pobreza que se materializa nos espaços segregados, nas periferias precariamente incluídas, nos espaços preenchidos por atividades econômicas subalternas, nas redes de informalidade e precariedade (como o comércio ambulante, os camelôs, os pequenos prestadores de serviços, os vendedores de drogas a varejo, a prostituição, o jogo ilegal etc.), nas paisagens conflitantes produzidas por miséria e riqueza lado a lado, por mundos tão próximos e, em alguns sentidos, tão distantes.

A partir dos anos 1980, por meio das contribuições de trabalhos como os de Paulo SOUZA (1980) e Maria Cristina CACCIAMALI (1983), o setor informal passa a ser entendido como o de *espaços ocupados por atividades que variam com a expansão e a retração da economia formal*. Esse possui baixa capitalização e está subordinado ao movimento das empresas

capitalistas. Em geral, desenvolve atividades não capitalistas, pois não propicia acúmulo ao trabalhador, mas apenas a sua subsistência.

Nos anos 1990 há um grande crescimento do trabalho informal nas regiões metropolitanas brasileiras, dado que vai englobar um conjunto heterogêneo de atividades e trabalhadores, resultado do crescimento de outras formas de trabalho não regulamentado pela legislação e ampliação do contexto mais amplo de precarização do trabalho na semiperiferia capitalista.

**Figura 6 - Evolução do grau de informalidade no Brasil: Áreas Metropolitanas (1992-2009)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do *Ipeadata* - Grau de informalidade - definição I<sup>47</sup> - áreas metropolitanas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Anual, de 1992 até 2009. (%)

Conforme mostrado no gráfico, de 1992 a 2002, o percentual de trabalhadores informais passou de cerca de 40% para mais de 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE. De 2002 a 2009, grau de informalidade diminuiu, ficando próximo de 42%, valor, ainda assim, muito elevado.

Na verdade, o crescimento da informalidade deveu-se, em boa medida, ao fato de os anos de 1990 terem testemunhado mudanças profundas na estrutura ocupacional metropolitana. Houve uma vasta gama de

<sup>47</sup> Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no *Ipeadata* com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Fonte: Disoc/Ipea.

alterações, que, ao menos em uma primeira análise, podem ser sintetizadas pelo exame do comportamento de dois setores emblemáticos da economia: a indústria de transformação e o setor de serviços. Por um lado, a indústria de transformação, que foi, sem dúvida, o segmento mais afetado pelo processo de abertura e exposição da economia à concorrência internacional, experimentou uma perda de importância relativa com sua participação do nível de ocupação, caindo da faixa de 22% em 1991 para o patamar de 16% no final de 1999, mantendo-se estável daí em diante. Por outro lado, o setor de serviços, em parte não só pela própria estratégia de terciarização utilizada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva, mas também por acolher grande parte dos trabalhadores que ingressaram no mercado, aumentou sua participação relativa de pouco menos de 36% para cerca de 42% no mesmo período, sendo que essa expansão se deu com maior intensidade até o início de 1999, mantendo-se, notadamente ao longo de 2001, bastante próximo desta marca de 42%. Parece lícito argumentar que o fato de a inserção informal no mercado de trabalho ter crescido de forma substantiva na década de 1990 até atingir o quadro atual quando o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria é, para todos os efeitos práticos, igual ao de assalariados com carteira, esteja diretamente ligado à realocação setorial da força de trabalho nesse ínterim. A razão de ser para esse raciocínio deve-se às características dos postos de trabalho em cada um desses setores: enquanto a indústria contratou majoritariamente através do assalariamento com carteira assinada. Em torno de 70% dos vínculos trabalhistas na indústria eram desta natureza em 2001, o oposto acontece com o segmento de serviços, onde o grau de informalidade era próximo de 60% neste mesmo ano. (RAMOS, s/d: 52)

Argumento que corrobora para a discussão trazida por GUERRA et al.:

Sendo assim, a partir da década de 1990, o país passou a experimentar um outro regime de inserção econômica por meio da introdução de políticas de caráter neoliberal que gerou modificações tanto no ritmo de crescimento econômico, quanto na forma de inserção dos trabalhadores urbanos no mundo do trabalho. Esse período representou o início de um mercado de trabalho marcado pela desestruturação, que afetou profundamente a base do trabalho urbano, incluindo uma reversão do assalariamento, uma extensão da subocupação e uma disseminação do desemprego. A partir desse período, verificou-se uma redução relativa dos empregos industriais, base do emprego urbano, em detrimento de uma elevação do setor de serviços. Ao mesmo tempo, o desemprego e a precarização das ocupações tornam-se um dos maiores problemas brasileiros. (GUERRA *et al.*, 2007: 68)

Podemos dizer, então, que o processo de *informalização e precarização* do trabalho em economias subdesenvolvidas e industrializadas como a brasileira, ou as de outros países latinoamericanos acompanham um contexto mais amplo de reestruturação econômica e readaptação do mercado de trabalho às novas necessidades da produção e do mercado. Contudo, essa não seria a *única* causa, ou a causa isolada de nossa “precarização histórica”.

Se os processos de industrialização, reestruturação da produção industrial (introduzida pela flexibilização produtiva) e transformações no mundo do trabalho materializadas na precarização desse segmento social fazem parte de uma trajetória que diz respeito aos países anteriormente mencionados, da Europa e América do Norte, o processo não se aplica de forma idêntica aos países latino-americanos, asiáticos e africanos.

Não estamos afirmando com isso que os países periféricos e semiperiféricos encontram-se à parte do processo de precarização que vem atingindo o mundo do trabalho desde a década de 1970. A questão que se coloca são os marcos desses processos de precarização, a introdução e pouca adaptação do termo precarização como uma categoria de análise das particularidades político-econômicas brasileiras ou latinoamericanas, por exemplo.

Muitos autores já trabalham com o tema da precarização do trabalho no Brasil há uma década ou mais (KOWARICK, 1993, 2003; ARBIX, 1996; DUPAS, 1998; ALVES, 2000; SINGER, 2000; ANTUNES, 2001, 2005, 2006, 2007; POCHMAN, 2001; BERNARDO, 2001, 2004; RAMALHO e SANTANA, 2002; ANTUNES e ALVES, 2004; ALVES e TAVARES, 2006; DRUCK e FRANCO, 2007; GUERRA et. al, 2007; SILVA, 2007; THÉUBAUD-MONY e DRUCK, 2007). Esses autores normalmente vão tratar do tema, em suas discussões, tomando como ponto de partida o debate sobre precarização conforme vem sendo conduzido nos países centrais, isto é, a *precarização do trabalho formal* e, por vezes, suas consequências em termos de contribuição para a informalização da economia. Em alguns outros casos, a precarização é associada ao trabalho informal (trabalho informal = trabalho precário), por seu baixo rendimento e insegurança, isto é, de uma precariedade preexistente e não um processo de perdas que se inicia em um dado momento e transforma boa parte do mercado de trabalho e da sociedade.

A “fórmula” da precarização que vem sendo aplicada para se fazer uma leitura do mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas é eficiente em algumas situações (para uma leitura da reestruturação produtiva no ABC paulista, por exemplo), mas não é eficiente para uma análise global do mercado de trabalho no Brasil. A começar pelo fato de que o marco zero da

precarização nos países centrais, especialmente em países como França, Reino Unido e Alemanha (economias fortes e Estados de bem-estar consolidados no continente europeu), é a conjunção de alguns fatores, como a crise do modelo de produção fordista e a reestruturação que levará ao pós-fordismo (toyotismo), a adoção de práticas cada vez mais liberalizantes em um contexto de ajuste estrutural do capitalismo que alimentarão ou o desmonte, ou o enfraquecimento desse Estado de bem-estar social vigente. O que nos leva a uma conclusão balizada por dois argumentos.

Um deles, que já foi discutido na primeira parte desse capítulo, trata-se do descompasso entre a reestruturação produtiva nos países centrais e nos semiperiféricos. Vimos que a reestruturação que levará a uma drástica mudança na forma da produção e do consumo na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, não só não será concomitante na semiperiferia, como se beneficiará desse “atraso” como forma de manutenção de uma produção de baixíssimo custo para produtos de baixo valor agregado e pouco conteúdo tecnológico. O que LIPIETZ (1988) vai chamar de “fordismo periférico”, e que será fundamental para a transição com sucesso para o pós-fordismo nos países centrais e garantia de tranquilidade no mercado internacional. Resumidamente, a nossa precarização aconteceu não só em época diferente, mas também em um contexto social e econômico profundamente distinto, no qual as práticas mais massificantes e as relações de trabalho mais exploratórias que podem existir no fordismo, continuam existindo em consonância com as práticas da “nova economia” e, também, com as relações de produção e trabalho desregulamentadas que sempre existiram em economias periféricas e semiperiféricas.

O outro argumento se refere ao Estado de bem-estar que vigorou nas pujantes economias europeias e nos Estados Unidos (cada qual ao seu estilo) até os anos 1970 e que começou a ser desmontado, ou foi enfraquecendo, e dando lugar às perdas de conquistas sociais e trabalhistas nos seus respectivos países. A “erosão do *welfare State*” é apontada por muitos autores como uma das vertentes da precarização, especialmente na Europa. Mas, em se tratando de economias semiperiféricas como a brasileira, podemos fazer a mesma aproximação?

Se na Europa a discussão de precarização se dá em torno de uma sequência de perdas econômicas e sociais vivenciadas pela classe trabalhadora nas três últimas décadas, essas perdas se referem, nos termos da discussão europeia, “aos efeitos no mercado de trabalho e nas condições de moradia, da erosão do *welfare State*”. Nas palavras de Marcelo Lopes de Souza,

“tais conceitos muito pouco se aplicam a uma realidade como a brasileira, em que jamais existiu um Estado de bem-estar” (SOUZA, 2008a: 131, nota 38).

Nesse parágrafo abrimos parênteses para aprofundar um pouco mais a questão do Estado de bem-estar social e explicar a causa da concordância com a posição de Marcelo Lopes de Souza a respeito de não ter existido no Brasil, bem como em outros países latinoamericanos, um verdadeiro *welfare State*. Para isso recorreremos aos trabalhos de OFFE (1972 e 1989), DUPAS (1998a), SOARES (2001), SEIBEL (2005) e, principalmente, de FIORI (1997).

Segundo FIORI (1997), é possível distinguir três posições conceituais fundamentais para o *welfare State*. A primeira, constituída de pouca densidade teórica e maior preocupação historiográfica, privilegia a ideia de “proteção social” e tende a sublinhar a *evolução*, mais do que as *descontinuidades*. A segunda, bem mais precisa no manejo conceitual, trabalha com a ideia de “políticas sociais”. Usa esse conceito sem nenhuma distinção com o de *welfare State* e vê uma nítida continuidade e evolução dessas políticas. Uma terceira posição, que aparece em escritos mais recentes, sustenta a existência de uma ruptura qualitativa entre as políticas sociais anteriores à Segunda Guerra Mundial e o que veio a ser o *welfare* contemporâneo. Disso se conclui que o Estado de bem-estar apresenta uma grande variedade de trajetórias, e as formas de sua construção e expansão também diferem de um país para o outro. Essa variedade garante que suas práticas vão além do exercício público da proteção social e demonstram diferentes graus de profundidade e universalidade.

Nas palavras de Fiori, podemos identificar dois padrões originários para a intervenção social do Estado: O inglês e o alemão.

Com relação à Inglaterra a investigação histórica permitiu identificar as estreitas relações originárias entre a centralização do poder que acompanhou o nascimento dos Estados absolutistas e a “liberação” da força de trabalho camponesa que acompanhou a mercantilização das terras, e a proteção originária que lhes foi dada aos pobres. Legislação preocupada explicitamente com a nova questão da *ordem* e do *disciplinamento do trabalho*, mas que deu lugar também a um tipo pioneiro de assistencialismo que não apenas difundiu-se pela Europa como manteve-se presente como uma marca que atravessa a História inglesa chegando até o Speenhamland Act de 1796, e a Poor Law Act de 1834. No plano legal, a dissolução das Poor Laws inglesas só ocorrerá em 1929. Com relação à Alemanha, os historiadores souberam identificar a estreita associação entre a nova legislação bismarckiana e a *repressão/antecipação* ao *movimento socialista*, mas a pesquisa

comparada sobre as políticas sociais soube identificar claramente a enorme diferença que separava o assistencialismo e as várias formas prévias de ajuda mútua do novo sistema securitário e compulsório que nasce nos anos 80 do século passado. O que o distinguia foi o fato de propor medidas e práticas permanentes; assentar-se sobre um núcleo institucional diferenciado; concentrava-se sobre trabalhadores masculinos e os obrigava à contribuição financeira compulsória e, finalmente, institucionalizava procedimentos completamente diferentes dos que foram utilizados pelo assistencialismo prévio. Nascia ali um novo paradigma, conservador e corporativo, onde os direitos sociais, definidos de forma contratual, eram outorgados "desde cima" por um governo autoritário que ainda não reconhecera os direitos elementares da cidadania política. (FIORI, 1997: 2, 3)

Tomando como ponto de partida tais distinções, esse mesmo autor identifica os quatro grandes pilares sobre os quais se depositaram o Estado de bem-estar social. Isto é, os quais viabilizaram e tornaram possível o sucesso dos diferentes modelos de *welfare State* contemporâneos, especialmente no que diz respeito à Europa Ocidental.

O primeiro pilar constitui-se dos fatores materiais ou econômicos que se manifestaram na generalização do paradigma fordista e no consenso suprapartidário em torno aos valores do crescimento econômico constante e do pleno emprego. O segundo constitui-se no “ambiente econômico global” criado pelos acordos de *Bretton Woods* que abriu espaço para uma conciliação entre o desenvolvimento dos Estados de bem-estar e a estabilidade da economia internacional. O terceiro constituiu-se, inicialmente, pelo “clima de solidariedade nacional” que se instalou logo depois da Segunda Guerra Mundial dentro dos países vencedores e vencidos e, logo depois, pela “solidariedade” supranacional gerada pelo novo quadro geopolítico bipolar. O quarto e último pilar constitui-se do avanço das democracias partidárias e de massa que, pelo menos nos países centrais onde de fato pode-se falar de *welfare*, permitiu que a concorrência eleitoral aumentasse o peso e a importância das reivindicações dos trabalhadores, dos seus sindicatos e partidos.

Inspirados por TITMUS (1963), AURELIANO e DRAIBE (1989), MISHRA (1990) e ESPING-ANDERSEN (1991), tanto FIORI (1997), quanto DUPAS (1998a) concordam que a diferenciação dos “regimes” quanto à qualidade dos direitos sociais, o grau em que o sistema promove ou reproduz a estratificação social e a forma em que se relacionam, em cada um dos casos, o Estado, o mercado e as famílias, permite uma distinção entre três grandes grupos:

i. O “*welfare State* liberal”, no qual predomina a assistência aos comprovadamente pobres, são reduzidas as transferências universais, ou mesmo planos modestos de previdência social, e onde

as regras para habilitação aos benefícios são estritas e muitas vezes associadas ao estigma. São seus exemplos típicos: Estados Unidos, Canadá e Austrália.

ii. O “*welfare State* conservador e fortemente corporativista”, onde predomina a preservação das diferenças de *status*; os direitos, portanto, aparecem ligados à classe social e às diferentes origens socioeconômicas. A ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto em termos de redistribuição de renda é desprezível. Incluem-se aqui, como casos típicos, Áustria, França, Alemanha e Itália.

iii. Os “regimes social-democratas”, onde o universalismo e a desmercantilização atingem amplamente a classe média e onde todos os segmentos sociais são incorporados a um sistema universal de seguros no qual todos são simultaneamente beneficiários, dependentes e, em princípio, pagadores. Trata-se de um número limitadíssimo de países, como Suécia e Noruega.

Em nenhum momento a (semi)periferia capitalista, e latinoamericana em particular, aparece considerada nestas tipologias e, entre as questões colocadas, dificilmente poderia. Para FIORI (1997) os casos latinoamericanos e, especificamente, o brasileiro, tendem a se *aproximar* do que ESPING-ANDERSEN (1991) chamou de “*welfare* conservador e fortemente corporativista”, posto que as discussões teóricas, e também a prática, inevitavelmente, deslocam-se para matizes de assistencialismo, intervenções tópicas de estilo liberal (como sistemas de serviços públicos de tipo universal e seguridade ampliada) e populismo, mas não conduzem aos benefícios concretos capazes de elevar o padrão de vida como aqueles considerados nas sociedades onde vigora esse modelo.

Tomamos como referência as observações de OFFE (1989), FIORI (1997), DUPAS (1998a) e SOARES (2001) acerca do *welfare State* para concluir que, diante do quadro de não existência efetiva de uma matriz de governo semelhante ao Estado de bem-estar europeu na periferia e semiperiferia capitalista (a não ser por um ou outro elemento quase isolado, gerador de práticas, isso sim, assistencialistas), dificilmente poderíamos associar a precarização do trabalho no Brasil a uma crise do Estado de bem-estar como é feito entre os países europeus, isso porque dificilmente poderíamos afirmar a existência de um verdadeiro *welfare State* no Brasil.

Segundo SEIBEL (2005), o declínio do Estado de bem-estar social, nos padrões clássicos que assumiu entre o final da Segunda Guerra e o início dos anos 1980, é uma questão relativamente amadurecida e consensual na literatura. Para esse, as condicionantes do declínio do Estado de bem-estar social nas últimas décadas são uma questão complexa e que ainda não foram

esclarecidas. Tais causas perpassariam o plano político e econômico, mas também a geopolítica internacional e as mudanças de paradigmas ideológicos. Resumidamente, seriam elas:

- i. A perda de credibilidade no “pleno emprego” como fator de crescimento nacional e sua substituição pela busca dos “equilíbrios macroeconômicos”. Isto é, há uma descrença nas políticas keynesianas por parte de quase todos os governos, à exceção dos EUA;
- ii. A quebra do paradigma fordista de produção e consumo e sua substituição por modelos flexíveis, enxutos e segmentados (especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, com enfraquecimento dos sindicatos, aumento do desemprego e segmentação dos trabalhadores<sup>48</sup>);
- iii. A desaceleração do crescimento econômico nas principais nações do mundo capitalista<sup>49</sup> em função das políticas de controle inflacionário;
- iv. O fim da Guerra Fria e a crise do socialismo real desfizeram os laços de “solidariedade” mantidos entre os países centrais, e entre esses e os países (semi)periféricos, reduzindo a necessidade de estratégias, bem como de medidas de inclusão e contenção. Por seu turno, surgem os grandes blocos econômicos organizados em torno da competição e manutenção de uma supremacia econômica e política que alcance, ao menos, a esfera regional;
- v. Com a insolvência do socialismo real diminuiu enormemente a possibilidade de divergências entre políticas econômicas que possam afetar a credibilidade internacional dos governos e, conseqüentemente, de suas economias candidatas aos investimentos dos capitais globalizados, garantindo uma certa “reserva de estabilidade”.

Ao expor, mesmo que de forma sucinta, esse conjunto de fatores que teriam contribuído para a crise dos Estados de bem-estar ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, reforçamos ainda mais a tese de que o Brasil e talvez nenhum outro país da periferia e semiperiferia capitalista tenha vivenciado, verdadeiramente, um regime de *welfare*. Nesses termos não temos uma base consistente para justificar nosso processo de precarização do mercado de trabalho pelo viés “importado”. Os elementos que costumam o processo de precarização do trabalho nos países centrais, em poucos e isolados casos, são encontrados por aqui, e esses poucos e isolados casos não são suficientes para classificar a precarização como um fruto da grande reestruturação e transição econômico-produtiva, e ainda menos, como consequência da crise do *welfare State*.

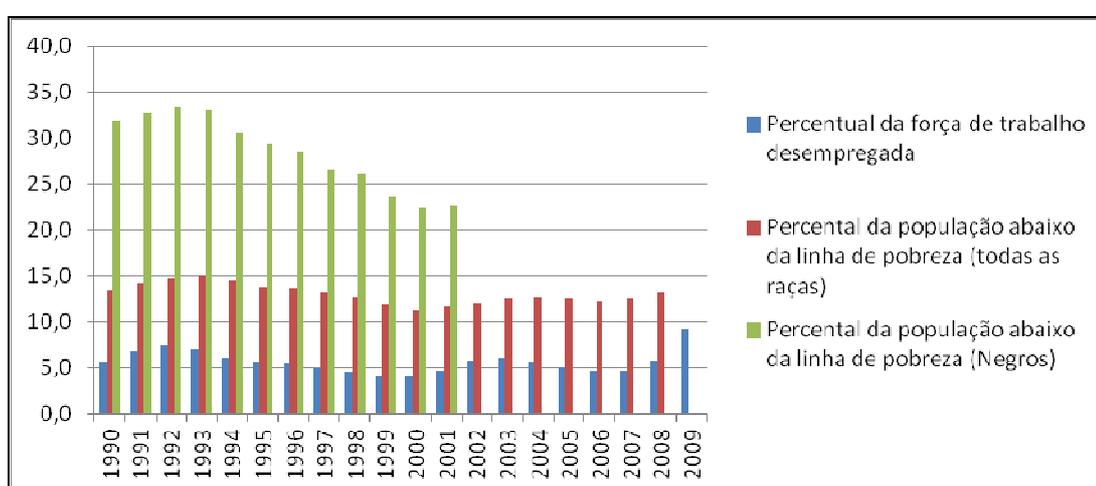
---

<sup>48</sup> Sobre *mercado de trabalho segmentado* ver HARVEY (1999) e SINGER (2000).

<sup>49</sup> Fizemos questão de frisar “entre as principais nações *capitalistas*” com claro intuito de excluir as China dessa generalização, posto que é a economia que mais cresce (em constância e em pontos percentuais) nas duas últimas décadas, mas mantém seu rótulo de república popular socialista.

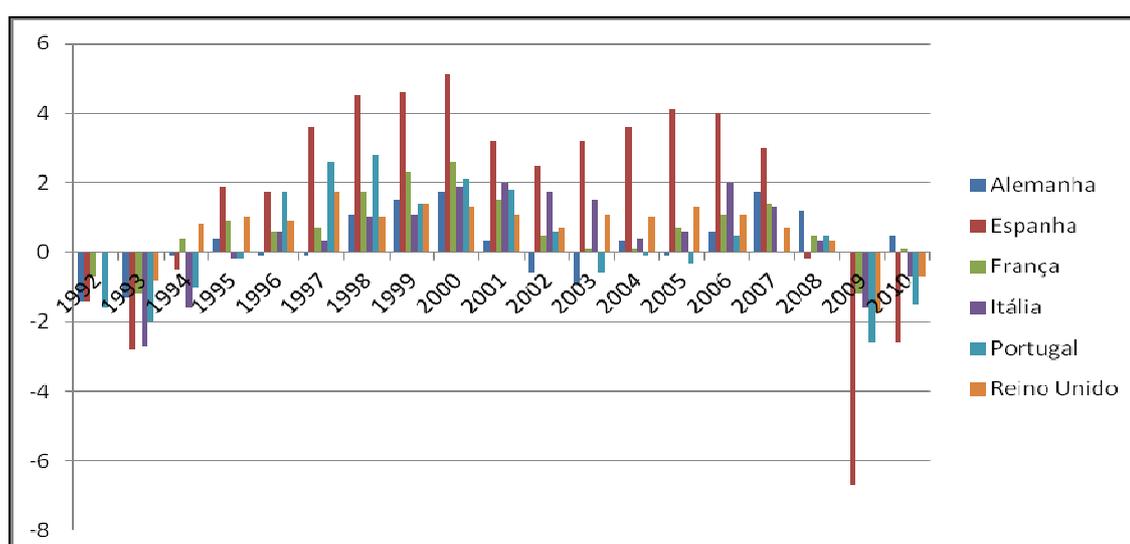
Os gráficos a seguir (figuras 7, 8 e 9) mostram possíveis perdas resultantes da redução do *welfare State* e seus impactos sobre o trabalho, o que pode ser classificado, nesses países, como um processo de precarização do trabalho. Aumento do percentual de pessoas vivendo na linha da pobreza e crescimento do desemprego são dados bastante ilustrativos a esse respeito na Europa e nos Estados Unidos, como vemos a seguir.

**Figura 7 - Estados Unidos: Percentual da população desempregada e percentual da população abaixo da linha de pobreza (1990-2009)**



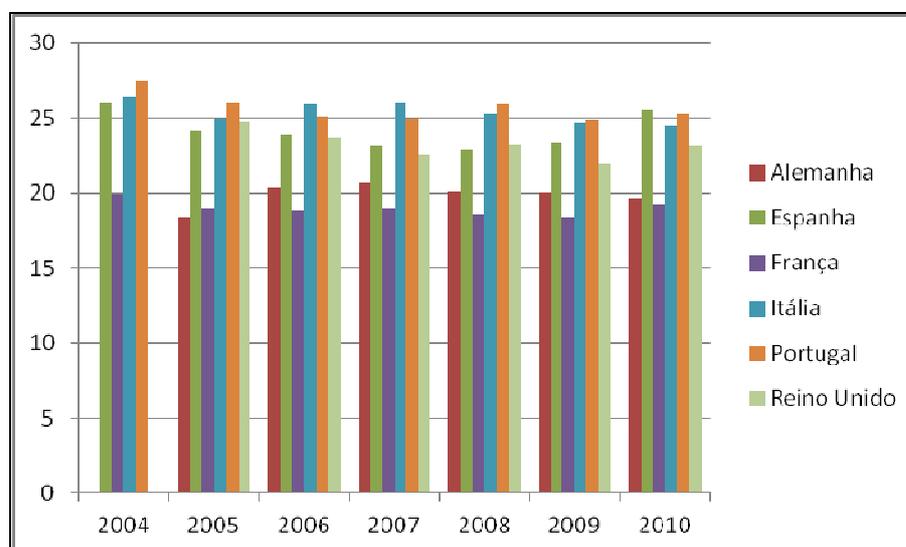
Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do *U.S. Bureau of Labor Statistics*, "Employment and Earnings Online". Janeiro, 2010. Obs.: Dados sobre percentual de população negra abaixo da linha de pobreza 1990-2001.

**Figura 8 - Europa: Taxa de crescimento do emprego por país (1992-2010)**



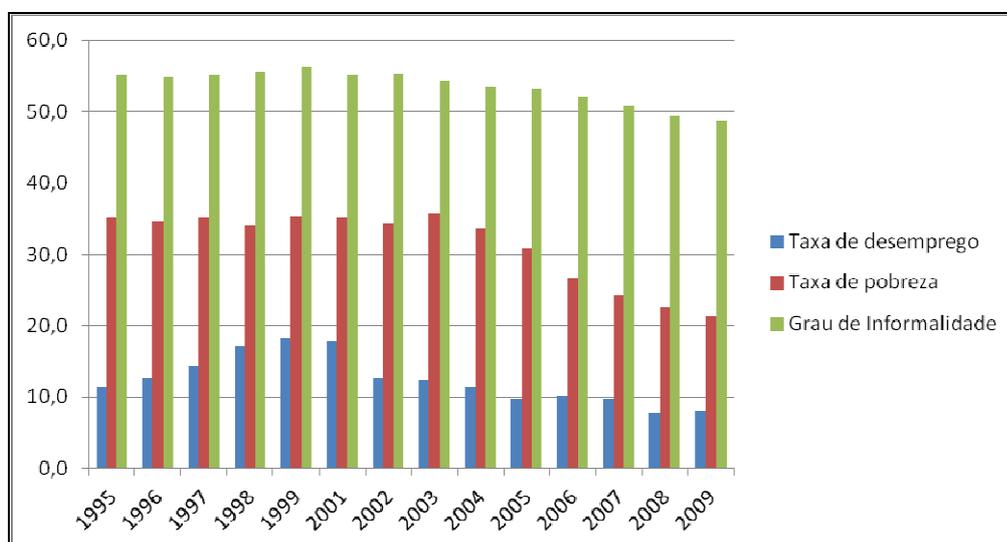
Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do *Eurostat*, 2010 - *Employment growth by gender. Annual percentage change in total employed population (1992-2010)*.

**Figura 9 - Europa: Percentual de pessoas sob risco de pobreza ou exclusão social (2004-2010)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do *Eurostat*, 2010. Pessoas sob risco de pobreza ou exclusão social (percentual da população).

No caso do Brasil, percebemos que esses mesmos dados referidos anteriormente (pobreza e desemprego) sempre tiveram destaque nas condições sociais gerais do país. Não podemos afirmar, deste modo, que as condições de emprego e renda sejam consequências diretas de mudanças macroeconômicas nacionais ou mundiais, como a reestruturação produtiva e a mudança no ritmo de produção e consumo de bens e mercadorias, ou mesmo uma alteração no padrão de proteção social proporcionada por um Estado de bem-estar. Vemos na figura 10 que não só os indicadores de desemprego e pobreza apresentam-se elevados há décadas, como o grau de informalidade a que está submetida sua força de trabalho tem grande destaque.

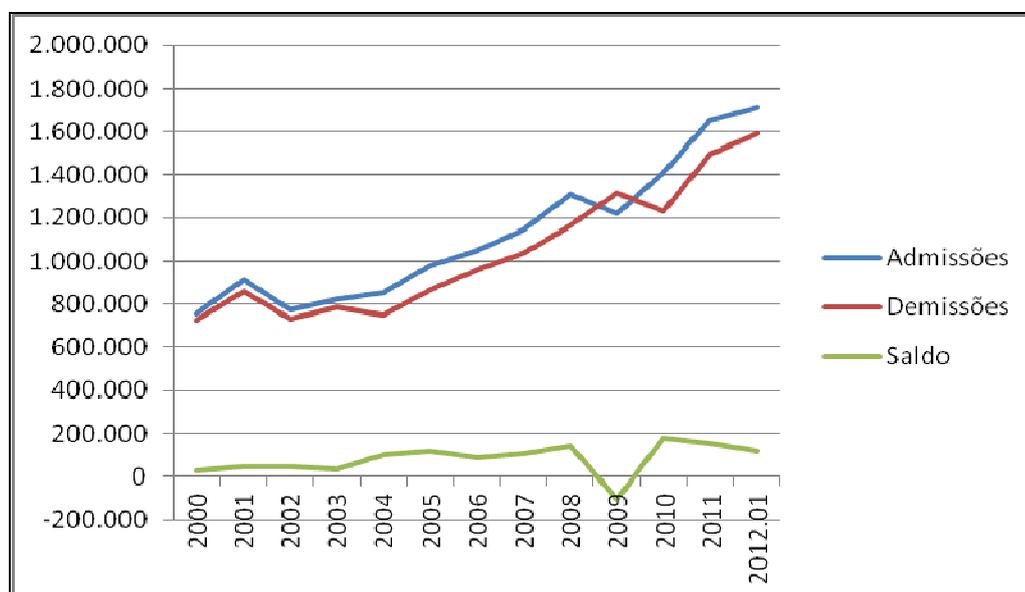
**Figura 10 - Brasil: emprego e condições de vida (1995-2009)**

Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do *Ipeadata* – Taxa de Desemprego (1995-2010) – Taxa de Pobreza (1995-2009) – Grau de informalidade - definição I<sup>50</sup> - Total (1995-2009). (%)

Outro detalhe a ser comentado é a afirmação de que a taxa de desemprego vem caindo no Brasil, ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores formais vem aumentando. A partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho é possível verificar que, há anos, a geração de empregos no Brasil é elevada (número de admissões), mas, ao mesmo tempo, o número de demissões se mostra, também, elevado, revelando um saldo predominantemente positivo, porém, não necessariamente digno de grande comemoração, como se observa no gráfico 8. Isso remete a um outro fator de precarização no Brasil que é a grande rotatividade da mão de obra no emprego. Na última década, a taxa de rotatividade no emprego passou de 45% para 53,8%, segundo o Dieese, ou seja, a cada 100 trabalhadores formalmente contratados, ao menos 53 são demitidos e retornam à reserva de mão de obra. Essa rotatividade reduz as indenizações trabalhistas, o depósito de FGTS e, principalmente, pressiona os salários para baixo.

<sup>50</sup> Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no *Ipeadata* com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Fonte: Disoc/Ipea

**Figura 11 - Brasil: variação das admissões, demissões e saldo (2000-jan/2012)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (MTE/CAGED).

Marcelo Lopes de Souza talvez seja um dos autores que mais tem contribuído para uma redefinição dos “termos do debate” acerca da precarização do trabalho, nesse sentido. O autor tem se preocupado em salientar as diferentes trajetórias políticas e econômicas percorridas pelos países centrais e (semi)periféricos, conseqüentemente, os diferentes processos que vem sendo chamados de “precarização” nesses espaços.

Para além de qualquer teorização que se tenha feito acerca do “ser/estar precário” enquanto conceito, ao tomarmos a expressão como uma palavra com significado “em si” e anterior a qualquer comparação sobre o tema, é válido concordar com SOUZA (2008a) a respeito de que “*as condições de trabalho e de vida da maioria dos trabalhadores em um país semiperiférico sempre foram precárias*” (SOUZA, 2008a: 131, nota 38) (vide gráficos 7 e 8). O difícil, talvez, seja mensurar essa “precariedade”.

Em se tratando de uma expressão que pode ser utilizada para diversas situações e em diversos contextos, a “precarização”, bem como o termo “precário”, podem imprimir uma série de estigmas e juízos de valor quando utilizadas em sentido lato, ou mesmo em sentido estrito, quando falamos de um tipo específico de trabalho, um determinado espaço, um serviço prestado etc. Essa talvez seja uma das dificuldades associadas ao tema. É importante reforçar que estamos trabalhando com uma definição acadêmica para esse termo e, dessa forma, todas as vezes que nos

remetemos à “precarização” e ao “trabalho precário” estamos nos movimentando conforme os limites colocados pelo referencial bibliográfico pertinente ao assunto que, a despeito de ser amplo e diverso, possui uma abordagem que busca ser analítica, e não puramente interpretativa e avaliativa. Do contrário, seria ainda mais complicada a tarefa de estabelecer uma comparação entre universos tão distintos quanto os mercados de trabalho em países centrais como aqueles da Europa, já mencionados, e em países semiperiféricos como o Brasil e tantos outros. O balizamento conceitual é mais do que útil, nesse sentido, é indispensável, por garantir um certo parâmetro de comparação menos elástico e mais técnico.

Está claro que muitas formas e tipos de trabalho existentes e amplamente aceitos como “regulares” no Brasil, em países como a França, o Reino Unido, a Alemanha, seriam considerados “subempregos”, “trabalhos subalternos”, “desqualificado”, “irregular” e uma série de outros adjetivos poderiam ser enumerados. Esse exemplo serviria para o caso de grande parte da mão de obra empregada na construção civil no Brasil, a título de ilustração. As condições de trabalho a que são expostos os nossos trabalhadores, em termos de salário, riscos, salubridade, conforto ambiental, garantias e seguridade trabalhista etc. seriam consideradas condizentes a um trabalho extremamente precário nos países europeus supracitados. A começar pelo fato de que a maioria desses trabalhadores ganha “por empreitada”, ou por serviço concluído, por etapas, e em valores subdimensionados se considerarmos o tipo de esforço e de risco a que se expõem diariamente. Nessas condições, um legítimo “pedreiro” brasileiro seria considerado, na Europa, um dos mais precários tipos de trabalhadores em termos de renda, seguridade e condições de trabalho. No entanto, no Brasil, não se utiliza a expressão “precário” para qualificar os pedreiros, carpinteiros, pintores e tantos outros trabalhadores desse ramo de atividade. Por quê?

Em grande parte, porque nosso padrão de avaliação para o que seja, ou não, um trabalho precário, varia não apenas conforme os critérios de segurança no emprego, direitos trabalhistas e salário, como orienta a literatura, mas também quanto ao tipo e à qualidade do trabalho desempenhado de acordo com os critérios estabelecidos pelo “status social” dessas atividades. Essas variáveis possuem um elevado grau de subjetividade que pode ser flexibilizado de acordo com a origem social do trabalhador (um trabalhador que sempre viveu de pequenos serviços – chamados “bicos – ou de alguma atividade informal, caracterizada pela instabilidade e insegurança, como os ambulantes, provavelmente vai considerar muito satisfatório – e inclusive uma ascensão em termos de trabalho – um emprego por “contrato temporário” na construção

civil; o que para um trabalhador especializado, com um curso técnico de nível Médio, por exemplo, não seria muito atraente, ou mesmo para um trabalhador menos qualificado, mas que tenha uma situação trabalhista estável, por exemplo) e com o tipo de sociedade em que esse trabalhador está inserido (entre países centrais e (semi)periféricos há uma grande diferença entre o que é, ou não, considerado um trabalho precário, e o mesmo pode ser reproduzir de uma região para outra, em se tratando de países de grandes extensões e grandes desigualdades como é o caso brasileiro). Dessa forma, a avaliação da precariedade estaria inserida muito mais no ganho que se pode extrair, ou não, do trabalho, do que da classificação, em si, do próprio trabalho.

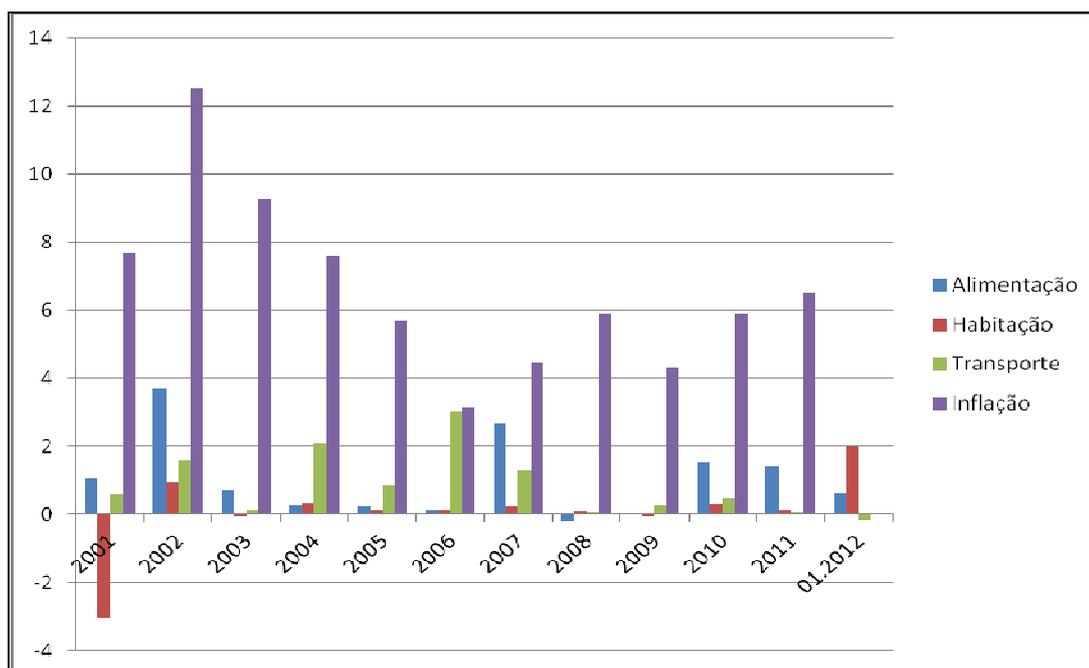
Por isso, Marcelo Lopes de SOUZA (2008a) afirma na citação apresentada anteriormente que as condições de trabalho na semiperiferia capitalista *sempre foram precárias*. Está subentendido na afirmação do autor o fato de que, em comparação com as condições gerais de trabalho nos países centrais e conforme os critérios de balizamento do que seja a precariedade nesses mesmos países, as nossas condições de trabalho *foram e são* predominantemente *precárias*.

Nessas condições, como poderíamos definir e analisar, então, o processo de precarização trazido pelas transformações recentes do capitalismo nos países semiperiféricos, como o Brasil? Não podemos chamar simplesmente de precarização a transformação de um trabalho que já é majoritariamente precário. A falta de qualidade, os baixos salários e a ausência de outros benefícios já são características presentes nesse mercado de trabalho, mas ele também será atingido, direta ou indiretamente, pelas transformações manifestadas através da reestruturação produtiva, da flexibilização da produção e do consumo, da desindustrialização, da desregulamentação do trabalho, em resumo, das políticas de ajuste neoliberal e da globalização que vão aprofundar os problemas já existentes para esses trabalhadores. É claro que um trabalhador que sempre pertenceu ao setor informal, dedicando-se à atividades “no estilo prestação de serviços”, não será atingido diretamente pela reestruturação produtiva, mas certamente será atingido por outras implicações do “pacote neoliberal” e pela “globalização”.

A redução do poder de compra manifestada na desvalorização dos salários diante dos preços dos produtos e serviços (inclusive produtos e serviços considerados essenciais como itens da cesta básica, medicamentos, fornecimento de água e luz etc.), a elevação do custo de vida com a subida dos aluguéis e dos preços dos transportes públicos, a perda de clientes devido à redução

do poder aquisitivo de forma mais ampla que acaba reduzindo o rendimento daqueles que estão sujeitos às variações do mercado.

**Figura 12 - Variações por produtos selecionados (em %):  
alimentação, habitação, transportes e inflação (2001-2012)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos a partir de dados do Dieese, Banco de dados do Índice do Custo de Vida (ICV).

Através da figura 12 percebemos que a comparação entre variação acumulada em dez anos entre os principais componentes do custo de vida (alimentação, habitação e transportes) e os acumulados da inflação e do reajuste do salário mínimo apontam para ganhos muito pequenos, ou mesmo perdas para os trabalhadores, em especial aqueles com menores rendimentos e mais suscetíveis às variações de preços e custo de vida.

Enfim, para ajudar na redefinição dos termos desse debate, SOUZA (2008a e 2009a) propõe as expressões “*hiperprecarização*” e “*hiperpreariado*”.

Os conceitos de “*hiperprecarização*” e “*hiperpreariado*” designam, portanto, coisas diferentes daquelas cobertas pelo debate europeu. A “*hiperprecarização*” se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como “ajustes estruturais”, desindustrialização e transformações no modo de regulação e no regime de acumulação (reestruturação produtiva, “acumulação flexível”, terceirização,

desregulamentação parcial do Direito do Trabalho), tudo isso nos marcos da globalização e da hegemonia das políticas econômicas neoliberais (elementos que conectam o centro e a [semi]periferia, ainda que as formas e intensidades evidentemente difiram), atira maciçamente trabalhadores pobres do setor informal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que era precário em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma frequente deterioração do modesto padrão de consumo. O “hiperprecariado”, de sua parte, constitui o heterogêneo universo de trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas. O “hiperprecariado” sempre existiu. Apenas, a partir das décadas de 80 e 90, expandiu-se e, principalmente, tornou-se sociopoliticamente mais visível, especialmente no que concerne à sua parcela ligada a atividades ilegais e fortemente criminalizadas, como o tráfico de drogas de varejo. (SOUZA, 2008a: 131, nota 38)

O autor reforça, ainda, a necessidade dos conceitos de hiperprecarização e hiperprecariado a partir da comparação do Brasil e outras semiperiferias, com os países centrais, onde a situação econômica, o Estado de bem-estar e as reduzidas desigualdades sociais amenizam as consequências da precarização nas camadas mais vulneráveis da sociedade:

É claro que, em contraste com a Europa Ocidental e os Estados Unidos, na semiperiferia do sistema-mundo capitalista, precariedade ou mesmo extrema precariedade é sempre um problema crônico, devido à ausência de um Estado de bem-estar. Como consequência, o conceito de ‘hiperprecariado’, que tem intenção de descrever os trabalhadores que dependem (e frequentemente são expulsos para) o setor informal em países semiperiféricos, e que trabalham e vivem sob condições muito vulneráveis, não tem muito a ver com a discussão europeia (principalmente francesa e alemã) sobre *précarisation/Prekarisierung*<sup>51</sup>. (Tradução livre a partir de SOUZA, 2009a: 28)

Essa parcela da população que desempenha atividades informais, de baixíssima qualificação, rendimento e que, em geral, nunca ou poucas vezes esteve inserida no circuito

---

<sup>51</sup> “Of course, in contrast to Western Europe and the USA, at the semi-periphery of the capitalist world-system, precarity or even extreme precarity was always a chronic problem, due to the absence of a welfare state. As a consequence the concept of ‘hiperprecariat’, which intends to describe the workers who depend on (and often were expelled to) the informal sector in semi-peripheral countries, and who work and live under very vulnerable conditions, does not have much to do with the European (above all French and German) discussion about *précarisation/Prekarisierung*”. (SOUZA, 2009a: 28)

formal da economia, é a que SOUZA (2008a, 2009a e 2009b) vai denominar “hiperprecariado”. Esse “hiperprecariado” possui, diante das suas condições físicas, sociais, psicológicas, político-culturais, pouca ou nenhuma chance (a partir, única e exclusivamente, das disponibilidades de vagas) de conseguir um emprego ou uma ocupação formal, ou mesmo informal, porém, melhor qualificada.

É importante salientar que o conceito de hiperprecariado não é balizado pela ideia de classe. Temos consciência do quão espinhoso é o debate em torno desse tema e não temos a intenção de trabalhá-lo aqui, mas apenas identificar os pontos que distanciam o conceito de hiperprecariado da de “uma *classe* de hiperprecários”. A palavra classe, com toda a polêmica que sua definição nas ciências sociais levanta em suas mais diversas correntes, está carregada de significados que remetem a algo de subjetividade (coletiva), poder econômico, propriedade material, prestígio social, identidade, consciência de grupo, profissão, convenções sociais etc. Enfim, algum desses elementos, ou mais de um, em maior ou menor grau, seriam necessário(s) para a caracterização de uma classe, em diferentes teorias e seus autores (Marx, Weber, Thompson, Bourdieu etc.). A questão é que, seja qual for o elemento de coesão, quando se trata do hiperprecariado urbano como um todo, ele simplesmente não existe. Pelo menos não a ponto de podermos chamá-lo de *classe*.

Trata-se de uma parcela tão heterogênea e tão dispersa da sociedade, que se torna difícil até mesmo denominá-la como *grupo*. Talvez seja mais correto falarmos de grupos (no plural) que constituem o hiperprecariado, cada qual com seu aspecto agregador. Se tomássemos, por exemplo, a noção de “consciência de classe”, utilizada por Marx na sua teoria social, ela não poderia ser utilizada para entender o hiperprecariado. Isso não só porque o hiperprecariado não *se* identifica e nem é identificado (por outrem) por determinadas convenções sociais (logo, não constitui “uma comunidade subjetivamente consciente”), como porque ele não possui *qualquer* consciência de seu papel político-econômico. A questão de classe simplesmente não é uma questão para esses trabalhadores. Como mencionamos, trata-se de um universo muito amplo e heterogêneo de pessoas em diferentes atividades que vão da legalidade à ilegalidade dentro de um amplo espectro de informalidade.

Esse assunto nos remete a outro ponto importante levantado por SOUZA (2008a) na elaboração do conceito de “hiperprecariado”, que é a necessidade de uma diferenciação entre o hiperprecariado e o “*lumpemproletariado*” dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels.

Para Marx, os pobres urbanos “respeitáveis” englobavam, além dos assalariados de baixo nível de vida, também os artesãos pobres os empregados domésticos e outras categorias. Os assalariados de baixa renda, circunscritos a funções de mera execução (trabalhadores manuais), correspondiam àquilo que ele designou alternativamente de *proletariado* (*Proletariat*) ou *classe operária* ou *trabalhadora* (*Arbeiterklasse*, *working class*); trata-se, no caso dos trabalhadores industriais (o proletariado *stricto sensu*, em oposição a um “proletariado do comércio”), dos representantes do chamado *trabalho produtivo*, ou seja, aquele do qual se extrai mais-valia. A população desempregada ou não-empregada na indústria é vista por Marx como um excedente populacional, mas apenas em termos relativos – uma *superpopulação relativa*, portanto. (SOUZA, 2005: 186)

Ou seja, para Marx (e de acordo com o seu contexto histórico) existiam duas classes sociais que definiam o modo de produção capitalista: a classe trabalhadora, ou os proletários (explorados na sua força de trabalho) e a classe privilegiada, os proprietários dos meios de produção, ou a burguesia (que explorava os proletários). Como nos mostra (a citação de) SOUZA (2005), entre os proletários estavam incluídos apenas aqueles trabalhadores considerados “respeitáveis” no que se refere ao tipo de trabalho desempenhado e à situação social que esse lhe conferia. Aqueles trabalhadores pobres que, no espaço da cidade, não estivessem incluídos nessa categoria considerada “respeitável”, isto é, que não fossem passíveis de uma conscientização política e de uma mobilização para a “luta de classes”, seriam definidos por Marx como o “lumpemproletariado”:

uma pequena parcela da superpopulação relativa, [que] devido à sua degradação física e/ou psicológica, ou mesmo por causa de seu envolvimento com atividades criminosas, não seria um subconjunto dos pobres respeitáveis e nem tampouco da classe trabalhadora; por conseguinte, não seria também parte do exército industrial de reserva. Trata-se, justamente, do conjunto formado por aqueles indivíduos que Marx e Engels identificavam com expressões nada sutis como “rebotalho do proletariado” (MARX, 1980: 746-7) ou “rebotalho de todas as classes” (MARX, 1978: 71) e “putrefação passiva das camadas inferiores da velha sociedade” (isto é, do campesinato desenraizado, e dos artesãos empobrecidos) (MARX & ENGELS, 1982: 116) – notadamente, os “mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas” (MARX, 1978: 119). (SOUZA, 2005: 187; as referências bibliográficas são do autor)

Para Marx e Engels, o *lumpemproletariado*, a despeito de sua condição de pobreza, exploração e de compartilhar os mesmos espaços da cidade que o proletariado, não é considerado uma classe. Isso porque o *lumpemproletariado* não possuiria uma “consciência de classe”, não se identificaria a partir de uma subjetividade coletiva e, por isso, não se enxergando enquanto tal. Por não possuir tal identidade e tal consciência, o *lumpemproletariado* não teria condições física, psicológica e, principalmente, moral para lutar contra a injustiça, a exploração e, conseqüentemente mudar sua condição de vida. Sua condição estaria fadada à degeneração total. Para os autores que o definiram, o *lumpemproletariado* não passava de uma parcela da sociedade que reúne vagabundos, bêbados, prostitutas, viciados, trapaceiros, punguistas, ladrões, jogadores, agiotas, entre outros. Verdadeiramente o “proletariado em farrapos”.

Por isso, SOUZA (2008a, 2009a e 2009b) considera extremamente necessário discernir entre os dois conceitos, pois o “*lumpem*” pode fazer parte do hiperprecariado, e certamente faz, porém o hiperprecariado *não se resume ao lumpemproletariado*. Apesar de Marx não tratá-lo e não identificá-lo como uma *classe social* e essa se tratar de uma semelhança cabível entre o “*lumpem*” e o hiperprecariado, a questão é a conotação pejorativa de que está carregada a expressão.

Comparar ou igualar o *hiperprecariado* ao “proletariado em farrapos” dos escritos marxistas significaria não só desqualificar uma ampla parcela de trabalhadores que ganha o seu sustento de forma honesta e que vive em certas condições por falta de opção, oportunidades, por uma organização social e econômica que lhe é desfavorável etc., como imputar a eles a responsabilidade da sua condição; já que para Marx, esses trabalhadores classificados como o “rebotinho da sociedade”, são desprezíveis e problemáticos por serem a parcela do proletariado que dificulta e quiçá impede o bom andamento da revolução, por sua indolência, sua passividade, seu individualismo e, principalmente, sua falta de consciência de classe. Como nos mostra Marcelo Lopes de Souza:

Marx e Engels não dão atenção ao lumpemproletariado sob o ângulo econômico, e a ele conferem um papel político irrelevante ou, quando muito, negativo, como quando, segundo Marx, serviu de massa de manobra para as ambições de Napoleão III (Marx, 1978). Os fundadores do pretense “socialismo científico” não disfarçavam, portanto, um juízo de valor francamente negativo sobre os lumpemproletários, alicerçado tanto em um inequívoco viés de julgamento moral, segundo o qual a grande maioria do lumpemproletariado não poderia ser posta lado a lado

com os trabalhadores “respeitáveis”, quanto por sua alegada inclinação para servirem de suportes para forças reacionárias. Finalmente, também devido à sua desorganização ou, pelo menos, não-enquadramento na ordem preconizada e profetizada por eles: uma nova ordem – o socialismo – a ser instaurada pela classe revolucionária por excelência, o virtuoso proletariado explorado, evidentemente conscientizado, mobilizado e conduzido pelo partido comunista. (SOUZA, 2005: 186 e 187)

Dessa forma, para SOUZA (2008a, 2009a, 2009b), o uso do termo *hiperprecariado*, além de garantir uma identificação mais apropriada quanto à origem e às condições dos trabalhadores informais de baixíssimas qualificação e rendimento nos países (semi)periféricos, possui “uma vantagem adicional de permitir que se evite o problemático termo (e a problemática noção) ‘lumpemproletariado’, herdado do pensamento marxista ocidental” (SOUZA, 2009b: 479).

A delimitação do hiperprecariado ainda é uma tarefa difícil, bem mais do que a sua identificação, pelo fato do hiperprecariado ser um grupo social que, em países semiperiféricos como o Brasil, é numericamente muito amplo, profundamente heterogêneo e, espacialmente, bastante disperso – ao contrário do proletariado brasileiro que é “numericamente reduzido e geograficamente bastante concentrado”, além de ter tido um peso, “desde sempre limitado pelo caráter incompleto e geograficamente concentrado da industrialização brasileira” (SOUZA, 2005: 191).

Na teoria marxista o *lumpemproletariado* tratava-se de uma categoria definida a partir de um determinado padrão político-econômico, ético, moral, estético, que retratava uma época e uma (entre outras) forma de se pensar o mundo, em uma realidade cheia de problemas e contradições como a dos países pobres que herdaram de seu passado colonial e da escravidão, profundas feridas como o racismo e o preconceito, em suas diversas nuances (raça, credo, cor, religião, gênero, costumes etc.). Designa uma conotação que, desde o princípio, possui um sentido pejorativo, moralista e, por isso, assim como antes, não atende às necessidades em termos de instrumentos para interpretação do mundo do trabalho (hoje ainda mais complexo), além de contribuir para criar mais clivagem nesse meio.

A expressão *hiperprecariado* trata-se de um conceito novo e de uma nova proposta de interpretação das relações de trabalho (e, nesse aspecto, de poder) na cidade. Assim como o lumpemproletariado inclui “os ladrões, os trapaceiros e os agiotas”, o hiperprecariado não *resume a*, mas *inclui, também*, uma parcela de pessoas envolvidas com atividades ilegais e

criminosas que se distinguem em seus contextos histórico-sociais por graus variados de risco (pessoal e para o outro), uso de violência e retorno financeiro. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que podemos identificar o catador de material reciclável (latas de alumínio, papel, plástico) e o pequeno ambulante (vendedor de balas e outras guloseimas em sinais de trânsito da cidade) como parte do hiperpreariado, também estamos falando dos vendedores de CDs e DVDs falsificados (“piratas”), de pequenos objetos roubados (rádios de automóveis, relógios, telefones celulares etc.) e de drogas no varejo. Nem sempre quem pratica o roubo, ou quem faz a cópia falsificada, é aquele que vende o produto nas ruas, assim como existem diversas funções entre a produção, comercialização, até chegar ao consumo de drogas (e nem todas elas estão diretamente relacionada ao contato com entorpecentes, mas passam por tráfico de armamentos, suborno e outras formas de corrupção). Em resumo, estamos falando de um vastíssimo espectro de atividades e ocupações que se torna muito difícil de ser mapeado o que, no entanto, não invalida, prejudica o conceito.

Não é necessário compartilhar os preconceitos de Marx contra o lumpemproletariado para admitir que grande parte do ‘hiperpreariado’ contemporâneo que está diretamente envolvido com violência, atividades criminosas e, talvez, irremediavelmente perdido para uma luta anti-sistêmica, ou para propósitos construtivos acerca de metas para ultrapassagem do capitalismo e da heteronomia. Muitas dessas pessoas já foram capturadas e deformadas pelos valores capitalistas e heterônomos (do consumismo, do patriarcado, da adoração à violência e até mesmo a tortura) a tal ponto que sua ‘conversão’ ao altruísmo, à democracia-radical, aos valores autônomos é provavelmente irreal. (...) Isto é unicamente para dizer que não há conexão automática entre pertencer ao hiperpreariado e ser um potencial aliado dos movimentos sociais emancipatórios. Na verdade, uma parte do hiperpreariado, concretamente, constitui um risco crescente e um desafio para ativistas urbanos de orientação libertária em vários países<sup>52</sup>. (tradução livre a partir de SOUZA, 2009a: 46)

---

<sup>52</sup> “It is not necessary to share Marx’s prejudices against the *Lumpenproletariat* to admit that a large part of the contemporary ‘hiperpreariat’ which are directly involved with violent, criminal activities is perhaps irremediably lost for an anti-systemic struggle or constructive purpose regarding the goal of overthrowing capitalism and heteronomy. Many of these people have been already captured and deformed by capitalist and heteronomous values (from consumerism to patriarchy to adoration of violence and even torture) to such an extent that their ‘conversation’ to altruistic, radical-democratic, autonomous values is probably unrealistic. (...) That is only to say that there is no automatic connection between belonging to the hiperpreariat and being a potential ally of emancipative social movements. In fact, a part of the hiperpreariat concretely constitutes an increasing danger and challenge for freedom-and-justice-oriented urban activists in several countries”. (SOUZA, 2009a: 46)

Os conceitos de *hiperprecarização* e *hiperprecariado* não vêm para substituir a *precarização* e o *precariado* em um contexto semiperiférico. Tampouco para fazer referência a uma parcela da população de baixa renda, reflexo da pobreza urbana. A proposta é de um aprofundamento da discussão acerca do que vem a ser essa parcela *hiperprecarizada* da sociedade e qual o seu contexto sócio-espacial de formação. Qual a sua origem? Qual o seu papel social? Quais são suas táticas e estratégias de circulação na cidade, de apropriação do espaço urbano e de territorialização?

Já mencionamos que o *hiperprecariado* diz respeito a uma parcela da sociedade (tratamos, inclusive, da dificuldade de identificá-lo mesmo como um grupo) definida a partir da pobreza, das atividades de baixo rendimento, pertencentes ao setor informal e ao circuito inferior da economia. Essa parcela destaca-se através do prefixo *hiper*, porque se refere àqueles que, mesmo sempre tendo vivido sob as condições mais difíceis, do trabalho mais precário, do rendimento mais baixo, são atingidos pelas perdas econômicas e sociais da última grande onda de transformações do modo de produção capitalista.

A origem do *hiperprecariado* urbano brasileiro remete, sob vários aspectos, a como foi instituída e como vem se (re)produzindo a nossa sociedade. Segundo CASTORIADIS (1982: 159), “a instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”. Ela remete a uma “criação originária do campo social-histórico que ultrapassa, toda ‘produção’ possível dos indivíduos ou da subjetividade” (CASTORIADIS, 1992: 121). Logo, a sociedade é “sempre já instituída, é *autocriação* e *capacidade de auto-alteração*, obra do imaginário radical como instituinte que se faz ser como sociedade instituída e imaginário social” (CASTORIADIS, 1992: 122). No caso da sociedade brasileira essa rede simbólica que atende à certas exigências e parâmetros peculiarmente nacionais está intimamente relacionada à uma identidade coletiva que não se resume a um sentimento de pertencimento, de uma identidade territorial, mas de uma identificação, isto é, de um reconhecimento de si como parte de um grupo e, a partir daí reconhecimento desse grupo. Dessa forma, a identidade e o pertencimento retroalimentam constantemente a instituição de que fala CASTORIADIS, ao contribuírem para a tessitura da rede simbólica e para o sancionamento, ou veto, das componentes que vão constituir a sociedade.

Referimo-nos a esses trechos de CASTORIADIS e a essa temática específica para entendermos, ainda que superficialmente, a formação das identidades coletivas no Brasil e suas

contribuições para certas heranças culturais que, de algum modo, explicam relações desiguais e, conseqüentemente, uma série de outras questões da nossa sociedade, como aquela que nos referimos anteriormente: a origem do hiperpreariado urbano brasileiro, ou sua trajetória histórica de precariedade, perdas e (re)adaptação. Essa trajetória está sensivelmente vinculada à existência da escravidão no Brasil e ao papel do negro na sociedade brasileira a partir de então. É indiscutível o fato de que no Brasil, a pobreza, o trabalho subalterno, as mais baixas remunerações, a menor escolaridade e, conseqüentemente o hiperpreariado, possuem uma cor, ou melhor, uma etnia, e essa é predominantemente negra.

Há uma vasta literatura acerca do papel do negro na sociedade e na formação territorial brasileira, e de como foram trabalhadas as ideias de raça, etnia e racismo no Brasil. SKIDMORE (1976), RIBEIRO (1978 e 1995), d'ADESKY (2001) e CAMPOS (2005) ajudam a relacionar a realidade extremamente precária e vulnerável do trabalhador pobre brasileiro, que vive na/da informalidade/ilegalidade, à contribuição do negro para a construção (literalmente) do Brasil.

A sociedade brasileira se instituiu sob uma economia política que tinha como um dos seus pilares a escravidão (e conseqüentemente uma determinada forma de ser e estar do negro na sociedade brasileira). A escravidão, dessa forma, só vai deixar de ser uma das bases de sustentação dessa economia-política no momento em que esse tipo de trabalho e de relação social não apenas se torna desnecessário, como prejudicial à construção político-econômica brasileira e ao tipo de sistema-mundo que se buscava a partir de meados do século XIX. Nesse sentido, descarta-se o trabalho do escravo (do negro), como se descarta um item que se torna obsoleto na produção, mas não se descartam, todavia, as heranças socioculturais instituídas e instituintes das relações desiguais dentro da sociedade.

A população de escravos no Brasil até a abolição no final do século XIX, consistia numa população de imigrantes (forçados), negros (de várias etnias africanas), explorados no trabalho, em atividades subalternas e possivelmente degradantes, submetidos a humilhações e violência de todo tipo. Tal população correspondeu ao que se pode chamar de *a mais antiga parcela hiperprecarizada da sociedade brasileira*. Por mais que esse grupo não consistisse em uma “classe que vive do trabalho” (do princípio marxista do assalariamento), por não viverem dos ganhos de um trabalho deliberado, correspondiam ao que existia de pior em termos de ocupação e trabalho, ao mesmo tempo em que tinham poucas ou nenhuma chance de melhora em termos de qualidade de vida, trabalho e participação social.

Com a abolição da escravidão, no entanto, a situação não mudou muito para essa parcela da população,

milhares de escravos deixaram às tontas, as fazendas e mergulharam como grileiros (SIC) numa agricultura de subsistência onde quer que pudessem encontrar terras, muito embora muitos ficassem logo ansiosos para juntar-se de novo à massa trabalhadora rural e procurassem seus antigos senhores. Outros muitos migraram para as cidades, que, aliás, despreparadas para receber tamanho influxo de oferta de mão de obra não especializada. Alguns como se presumia, incorporaram-se a bandos de marginais urbanos cujos membros (capoeiristas) incrementavam uma forma peculiar de ataque e defesa aterrorizando as cidades assaladas [sic] por aquelas multidões de cor sem eira nem beira, largadas à sorte numa nova realidade social. (SKIDMORE, 1976: 63)

Hoje a sociedade brasileira é muito mais complexa do que foi entre os séculos XVI e XIX, nos aspectos materiais e imateriais. As atividades econômicas e, concomitantemente, as atividades e ocupações humanas se multiplicaram e proliferaram. Os problemas, por sua vez, também acompanharam a complexificação da sociedade, como percebemos nas palavras de Andreilino CAMPOS,

deixam-se para trás, em nível de importância os roubos de fazendas (quando a sociedade era basicamente rural) ou os furtos de residência nas cidades (perdeu a importância para a segurança pública), para enfrentar problemas ligados ao chamado tráfico de drogas, que para o Estado assume a condição de tema estratégico, tal a proporção a que chegou nos últimos anos, sobretudo no caso das duas maiores metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro. (...) Historicamente, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, as favelas, assim como os cortiços, surgiram no cenário urbano carioca para suprir o hiato formado pelo déficit habitacional, abrigando, inicialmente, em sua grande maioria, uma massa de pobres que procuravam habitar próximo aos locais onde era oferecido trabalho, principalmente para aqueles que não detinham qualificação profissional. Por não se constituírem em indivíduos fenotipicamente enquadrados nos ideais de monarquistas e, posteriormente, de republicanos, nos termos colocados por CHALHOUB (1996a; 1996b), SODRÉ (1988) e CUNHA (1985), entre outros tantos autores, eles observam que os negros escravos ou alforriados foram excluídos da prática política e marginalizados economicamente, apontados pela sociedade da época – e permanecendo até os dias atuais, agora de maneira mais subjetiva – como “vadios”, “vagabundos”, “desocupados” e outros termos depreciativos sociais, que, na base, tinham como pano de fundo o preconceito racial, fruto do

estigma legado pela coroa portuguesa ainda no século XVII. (CAMPOS, 2005: 21 22)

A longa citação retirada de CAMPOS (2005) sublinha a origem do nosso hiperpreariado dentro de um contexto de construção histórica e sociológica de Brasil. O que gostaríamos de reforçar com esses importantes autores, para além da existência de uma classe segregada e explorada historicamente e cuja existência é parte integrante e força motriz do crescimento econômico brasileiro – a população escrava negra (e uma parcela menor de indígenas) e sua descendência sócio-biológica – é justamente o processo de (hiper)precarização sofrido por uma parcela de nossa sociedade no contexto de evolução do modo de produção capitalista.

Nos países centrais, como vimos no início dessa seção, a leitura que se faz das perdas vivenciadas pela classe trabalhadora, em termos de poder econômico e seguridade social, vem sendo identificada na literatura como um processo de precarização do trabalho. Nos países semiperiféricos como o Brasil, vimos que as condições históricas e sociais não garantiram uma realidade similar que fosse compatível com a mesma identificação para tal sequência de perdas por parte dos trabalhadores, isso por já se tratarem esses trabalhadores, em grande parte, de um grupo precarizado e, mais do que isso, dedicado à informalidade. Vimos que existe, também, em países centrais, na Europa e na América do Norte, situações de precariedade crônica que poderiam ser identificadas como uma hiperprecariedade, cuja constituição se faz, essencialmente de migrantes “do sul” (africanos, latinoamericanos e asiáticos), contudo, em termos relativos, esse grupo representa uma parcela muito menor entre os trabalhadores dessas sociedades do que aquele representado pelo hiperpreariado na semiperiferia como o Brasil. Essa diferença irá se fazer presente na forma como tais sociedades se estratificam e no significado de cada estrato para a composição geral da mesma.

Muitos autores já analisaram e produziram teorias que hoje estão consolidadas a respeito da estratificação social no Brasil, alguns deles aqui citados, mas nosso objetivo não é definir uma outra categoria nessa estratificação, ou propor qualquer correção ou complemento. Queremos chegar a uma categoria que ajude a descrever, com mais precisão, a situação da população trabalhadora brasileira em um contexto recente de transformações no mundo do trabalho. A ideia fundamental é a de que *precarização* e *hiperprecarização* são processos distintos (por sua origem e suas questões) e que, no entanto, coexistem quando tratamos de certas particularidades do capitalismo contemporâneo.

Quando mencionamos no início desse subcapítulo que a precarização do trabalho que vem sendo amplamente estudada e tem produzido um vasto referencial bibliográfico na Europa e nos Estados Unidos não cabia como “fórmula pronta” para a análise da realidade brasileira, expusemos uma série de argumentos para detalhar cada uma dessas realidades. Concluímos que, no que diz respeito aos parâmetros de avaliação dos países centrais, grande parte da população que vive do trabalho no Brasil *sempre* foi precária, daí a necessidade de um *outro* termo para a caracterização das perdas sociais vivenciadas também nos países semiperiféricos como o Brasil. A partir do estudo de autores que se debruçaram sobre a questão étnica e a segregação social/racial no Brasil, queremos encontrar a origem dessa nossa precarização histórica e da consequente hiperprecarização.

Como já havíamos mencionado, reafirmamos a partir de outros argumentos que o hiperpreariado possui uma *definição* muito abrangente e muito complexa e não é nosso objeto de estudo traçar o seu perfil e esmiuçar a sua composição. O hiperpreariado, em um sentido geral, seria um grupo social que, além de *muito amplo* (no sentido mesmo do número de indivíduos), é *muito heterogêneo* (no sentido das inúmeras atividades praticadas por esses indivíduos em seu cotidiano como forma de sobrevivência) e, também, *espacialmente disperso* (a espacialidade do hiperpreariado urbano transita entre diferentes espaços da cidade, desde o espaço formal, legal, dito “socialmente incluído”, até o espaço da informalidade e da ilegalidade, que em si já possui várias nuances).

A título de organização de nossa análise e método de pesquisa, reafirmamos que estamos trabalhando com três campos de observação circunscritos e com diferentes graus de interligação e de aprofundamento, distinção essa que será a linha mestra para as próximas seções.

O campo mais abrangente destaca o hiperpreariado de forma ampla e suas estratégias sócio-espaciais. Trata-se do “hiperpreariado em geral” que vimos trabalhando nesse subcapítulo. Sua origem e aquilo que o diferencia do precariado europeu, isto é, a diferença entre a precarização resultado da reestruturação produtiva nos países centrais e a precarização de uma população historicamente já precária como aquela dos países semiperiféricos e periféricos (esses serão, porém, atingidos com outra intensidade). Sua relação com o circuito inferior da economia e com o processo de informalização da mesma e, conseqüentemente, do trabalho. Vimos que o hiperpreariado pode ser identificado nessas categorias de análise, às vezes de forma muito direta (sua relação com a informalidade, por exemplo), mas não se confunde com essas, pois se trata de

um conceito que tem por objetivo instrumentalizar um determinado aspecto da sociedade que é o debate acerca das transformações recentes no mundo do trabalho. Por mais que diferentes conceitos, tipologias e teorias tenham contribuído para a compreensão da formação da sociedade brasileira, era necessário um esforço um pouco mais detalhado na análise das questões pertinentes ao trabalho e aos trabalhadores. Com o hiperprecariado e a hiperprecarização se deseja ajudar a preencher essa lacuna.

O segundo campo, que trata do campo intermediário, corresponde a um recorte dentro desse “hiperprecariado em geral” e distingue o que chamaremos de “hiperprecariado ativista”. Ou seja, dentro da parcela mais ampla da sociedade que se define por e a partir de características que definem o hiperprecariado, encontra-se um grupo de menor tamanho e, nem por isso, menos heterogêneo, que se caracteriza por uma posição questionadora e crítica às condições sociais atuais. Trataremos nos capítulos seguintes do que diferencia o hiperprecariado de um modo amplo, do hiperprecariado ativista. O que define seu questionamento e sua crítica social.

Por fim, trataremos do “campo principal”, ou o foco do trabalho que se trata do hiperprecariado sem-teto, isto é, dos trabalhadores hiperprecarizados que fazem parte de um movimento social articulado sob diferentes organizações, o Movimento dos Sem-Teto no Rio de Janeiro, e vivem em ocupações localizadas em bairros centrais dessa cidade.

Antes de partirmos para o detalhamento do hiperprecariado acima mencionado faremos duas pausas: Uma para tratarmos das particularidades econômicas, políticas e, conseqüentemente espaciais da cidade do Rio de Janeiro, dado de grande importância para entendermos as contradições sócio-espaciais de nossa cidade e, dessa forma, os problemas apontados pelos ativistas e enfrentados pelo hiperprecariado sem-teto. A segunda pausa será para o subcapítulo metodológico onde procuramos expor a forma como a pesquisa foi planejada e executada, qual o seu objetivo acadêmico e o seu sentido prático.

### 1.3 - A particularidade econômica e política da cidade do Rio de Janeiro

O objetivo fundamental deste subcapítulo é apresentar, de forma sintética e geral, as particularidades do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro que nos ajudam a entender, ao menos sob alguns aspectos, a gênese do hiperpreariado urbano da forma como o temos considerado, bem como contextualizar as práticas sócio-espaciais do movimento dos sem-teto como parte desse hiperpreariado que vive, trabalha e integra o espaço do Centro da cidade. Nessa perspectiva, iremos destacar elementos que consideramos importantes para a produção constituição do espaço da cidade do Rio de Janeiro e que são, também, fundamentais para a compreensão da emergência destes protagonistas. Esses elementos a que nos referimos estão relacionados, em grande parte, às contradições sócio-espaciais que se instituíam concomitantemente ao nascimento da cidade e que, por isso, também dão forma a esse espaço (elementos, portanto, constitutivos de sua geografia histórica), condicionando e influenciando as práticas e os questionamentos dos ativistas que protagonizam essa pesquisa.

A forma como a cidade foi fundada, bem como sua evolução em tamanho, população, atividades e funções, ajudam a compreender as mudanças e permanências que figuram no espaço urbano carioca e que ajudam a compreender a formação de um grupo de trabalhadores hiperprecarizados e, ao mesmo tempo, a motivação e a razão da luta para os sem-teto no Rio de Janeiro. Nesse sentido, os temas que vão nortear essa sessão estão relacionados às questões como *a origem e o tipo de segregação sócio-espacial existente na cidade do Rio de Janeiro; as relações sociais e de trabalho que contribuíram para o seu surgimento, intensificação e consolidação como tradução do espaço carioca; as particularidades econômicas, políticas e culturais do processo de formação da cidade, bem como as marcas atuais dessas mesmas particularidades.*

O ponto de partida de nossa análise será o processo de consolidação do Rio de Janeiro como uma cidade capitalista e a ruptura com dinâmicas urbanas típicas do período colonial, isto é, as transformações nas relações de trabalho (do trabalho escravo ao assalariamento capitalista), a complexificação da produção, das trocas e da apropriação do espaço, que passa a estar condicionada por diferentes interesses (econômicos, políticos, socioculturais). Essas transformações ganham mais visibilidade a partir da primeira década do século XX, quando a dinâmica da economia brasileira, baseada fundamentalmente nas produções de café e borracha,

inserir o Brasil de forma cada vez mais intensa na dinâmica do capitalismo internacional e o Rio de Janeiro, como capital da república, como uma das cidades que mais absorve e dissemina essas mudanças.

A economia agrário-exportadora e a importação de produtos industrializados exigiam uma modernização cada vez maior da infraestrutura e dos serviços urbanos para acelerar a circulação de mercadorias, capitais e pessoas pelo território: exigia-se cada vez mais velocidade nos transportes e nas comunicações, espaços para as operações de importação e exportação, aumento da circulação de pessoas nas áreas comerciais das principais cidades brasileiras. Ao mesmo tempo, colocava-se de forma cada vez mais evidente, uma contradição crucial para a continuidade do processo de modernização do Rio de Janeiro e sua integração aos principais centros econômicos do mundo: a força de trabalho que movia, de forma predominante, a economia local e também era representativa de uma situação nacional, era responsável por impulsionar esse processo, mas, ao mesmo tempo, estava alijada do mesmo por sua condição escrava ou semiescrava que a inseria precariamente no modo de produção que então se apresentava de forma cada vez mais evidente.

A classe trabalhadora no Rio de Janeiro, no início do século XX, se constituía predominantemente de um grupo social de origem negra ou mestiça que, diferentemente da paulista, onde o estímulo à imigração de trabalhadores assalariados foi anterior e com claro objetivo, aqui a composição social deixava perceber claramente a origem de cada indivíduo e, por consequência, sua posição e seu papel na sociedade, como expõe Sidney CHALHOUB:

Refletindo sobre a experiência histórica das classes pobres no Rio de Janeiro nas décadas anteriores ao advento do movimento operário na República parece verdadeiro que as divisões nacionais e raciais fossem elementos profundamente arraigados na mentalidade popular. Afinal, na composição étnica da classe trabalhadora do Distrito Federal predominavam imigrantes — especialmente portugueses — e brasileiros não-brancos — a cidade apresentava a maior concentração urbana de negros e mulatos no Sudeste. Isto significa dizer que duas das principais clivagens da sociedade colonial e depois imperial continuavam a ser parte integrante da experiência de vida popular: refiro-me as contradições senhor-patrão branco *versus* escravo-empregado negro, e colonizador-explorador português *versus* colonizado-explorado brasileiro. No nível das mentalidades e atitudes populares, isto significava que muitas vezes a igualdade de situação de classe entre portugueses e brasileiros pobres ficava obscurecida pelo ressentimento que o imigrante trazia de sua terra natal — e reforçava ainda em terras tropicais — sua concepção de ser

racial e culturalmente superior aos brasileiros pobres de cor; e estes, por outro lado, para quem a escravidão era ainda um passado bastante recente, ressentiam-se dos brancos em geral e, mais ainda, dos imigrantes, que vinham chegando ao Rio de Janeiro em grandes levadas desde os últimos anos da Monarquia, abocanhando boa parte da fatia de empregos disponíveis na cidade. (CHALHOUB, 2001: 60, 61)

O Rio de Janeiro era a maior cidade brasileira, capital da República e um dos principais centros comerciais do país. Passava por transformações que refletiam a dinâmica econômica do momento: o adensamento populacional da Área Central, que apresentava um crescimento significativo direcionado para a Zona Norte e Zona Sul<sup>53</sup>, adensamento esse, em grande parte, expressão de uma migração campo-cidade acelerada pela abolição da escravidão no final do século XIX e que, por sua vez, não se fez acompanhar de uma ampliação das oportunidades de emprego, moradia e sobrevivência na cidade em condições de “liberdade” para a mais recente população pobre, isto é, os escravos libertos e seus descendentes.

A cidade do Rio de Janeiro, na época, reunia contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e de serviços. Essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade ingente em arrumar emprego e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioravam ainda mais suas condições de existência. (...) Para complicar ainda mais o quadro, essa abundante oferta de força de trabalho, aumentando a competição entre os trabalhadores, dificultava a organização das lutas reivindicatórias. (CHALHOUB, 2001: 61, 62)

Tais transformações aceleraram o crescimento do mercado imobiliário e a expansão de áreas comerciais, sem garantir, contudo, a inserção de uma ampla parcela da população carioca nessa dinâmica virtuosa. Nessa época, aos primeiros anos do século XX, a concentração e centralização da população e das atividades na cidade tornavam-se um problema para a continuidade do processo de reprodução do capital, visto que o mercado de trabalho não era capaz de absorver todo o contingente de mão de obra disponível e as condições de vida na cidade se deterioravam à medida que a remuneração pelo trabalho, formal ou, na maioria das vezes,

---

<sup>53</sup> Esse crescimento era estimulado pela ampliação e sofisticação do bonde elétrico (desde o final do século XIX, ligava o Centro à Tijuca e à Zona Sul, era principal meio de transporte de massa da cidade), pelo sistema ferroviário (também inaugurado no final do século XIX, ligava o Centro à bairros da Zona Norte pertencentes ao subúrbio da cidade e, então, à Baixada Fluminense), bem como pelo surgimento do automóvel (privilégio de poucos nas primeiras décadas do século XX).

informal, ou mesmo a falta absoluta dele, não eram suficientes para garantir habitação adequada, alimentação etc.

Podemos dizer que esse período marca, substancialmente, a informalização do mercado de trabalho no Rio de Janeiro por dois aspectos: primeiro, pela impossibilidade de reprodução de relações formais, tradicionalmente definidas na expressão capital-trabalho e traduzidas na relação patrão-empregado, como esclarece CHALHOUB.

Seria importante, por exemplo, esclarecer que "mercado de trabalho" é este, pois neste momento seria ilusório pensar que toda a situação se resume ao velho esquema do trabalhador despossuído, dono apenas de sua capacidade de trabalho, que se encontra então no tal "mercado" com um capitalista altivo e carrancudo que, detentor dos meios de produção, acena-lhe com a possibilidade de um emprego. Esse esquema não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal "mercado", mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc. Em síntese, o problema das rivalidades nacionais e raciais entre os membros da classe trabalhadora remete tanto a aspectos inerentes a mentalidade popular, já há muito internalizados por brasileiros pobres e imigrantes, quanto a conjuntura específica de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro da época. (...) Neste sentido, é importante perceber os inúmeros conflitos individuais em situações de trabalho dentro do contexto mais amplo da competição entre populares pela viabilização de sua sobrevivência em condições extremamente desfavoráveis, sendo os conflitos nacionais e raciais a expressão mais comum dessas tensões provenientes da luta pela sobrevivência. (CHALHOUB, 2001: 62, 63)

O segundo aspecto seria a própria complexificação das atividades diante do crescimento da cidade na sua forma e no conteúdo. O papel político e econômico do Rio de Janeiro no contexto nacional impunha transformações e revelava uma completa contradição com a dinâmica urbana da sua Área Central. O Rio de Janeiro era uma cidade que deveria cumprir o papel de capital da República, Distrito Federal onde se concentravam as sedes dos poderes institucionais e administrativos do país. Além e por causa disso, o Rio tornou-se uma capital de comércio e serviços.

No Centro localizavam-se os principais edifícios da administração pública local e nacional, bem como bancos, empresas e a maior parte do comércio da cidade. Ao mesmo tempo, esse centro político e econômico também era o espaço habitado por uma grande massa de trabalhadores composta de pessoas com os mais variados graus (e origens) de rendimentos – de

empresários e funcionários públicos e privados bem remunerados, passando por uma grande massa de ex-escravos negros e seus descendentes que, em geral encontravam-se permanentemente desempregados (formalmente desempregados) e viviam de pequenos serviços (“bicos”), até pequenos comerciantes, ambulantes, mendigos, prostitutas, punguistas, jogadores, trapaceiros que viviam pequenos delitos etc.

A cidade do Rio de Janeiro recebeu grande número de estrangeiros nos anos imediatamente anteriores e seguintes a Abolição, sendo que este contingente de imigrantes veio se estabelecer numa cidade que continha na época um grande número de negros e mulatos que viviam suas primeiras experiências como trabalhadores livres. Os dados referentes à estrutura ocupacional da cidade em 1890 mostram uma marginalização ocupacional dos não-brancos ocorrendo em parte devido à presença dos imigrantes europeus. Mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhava no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas, ou seja, os imigrantes ocupavam os setores de emprego mais dinâmicos. Enquanto isso, 48% dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se nos serviços domésticos, 17% na indústria, 16% não tinham profissão declarada e o restante encontrava-se em atividades extrativas, de criação e agrícolas. Estes dados sugerem uma questão fundamental para a investigação histórica, mas que tem sido estranhamente ignorada pelos historiadores — em parte talvez pela dificuldade de levantamento de uma documentação adequada, e em parte sem dúvida pela influência notável do poderoso mito da "democracia racial brasileira"; a questão, bastante complexa, pode ser enunciada de forma relativamente simples, qual seja, como explicar o fato da subordinação social do negro no Rio de Janeiro no período pós-Abolição, fato este amplamente comprovado pelos dados disponíveis sobre a estrutura ocupacional da cidade? (CHALHOUB, 2001: 80, 81)

Em outras palavras, as elites econômicas e políticas dividiam o mesmo espaço com a população pobre da cidade, espaço marcado por ruas estreitas, vielas, casas, sobrados, lojas, cortiços (como o famoso “Cabeça de Porco”), tudo isso entremeado por muita sujeira oriunda de lixo acumulado e não recolhido, esgoto a céu aberto etc. Assim, forma-conteúdo do Centro da cidade estava em completo desacordo com as exigências dos novos tempos:

A importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam ‘status’ às rivais platinas. Era preciso acabar com a

noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”. (ABREU, 1997:60)

Colocava-se uma imperiosa necessidade de se reestruturar completamente o espaço urbano da capital do país e adequá-lo às necessidades do modo de produção e da inserção definitiva do Brasil na economia capitalista internacional. Era necessário superar a forma-conteúdo colonial do centro da cidade para possibilitar maior velocidade e efetividade no processo de reprodução e acumulação do capital, agilizar o processo de importação-exportação, melhorar a circulação de pessoas e mercadorias na Área Central, ordenar o uso do espaço, ampliar ruas e avenidas, aumentar a capacidade de operação portuária e ferroviária, promover a expansão residencial da cidade para as Zonas Sul e Norte, bem como incentivar o uso do automóvel. Mais do que tudo, era fundamental transformar a cidade em um símbolo de modernidade e progresso, supostamente um reflexo das suas elites e de seu projeto de desenvolvimento nacional, e não de pobreza, desemprego e precariedade.

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social (ABREU, 1997:59)

O início da reestruturação urbana do Rio de Janeiro ocorre na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) que realiza uma série de obras, intervenções e alterações no uso do solo urbano. O conjunto das transformações realizadas pelo prefeito ficou conhecido como Reforma Passos, no entanto, é importante sublinhar que existiram ações e investimentos realizados também pelo Governo Federal (como a abertura das Avenidas Rio Branco, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves e as obras do porto do Rio de Janeiro). Uma vez que as intervenções da prefeitura foram muito mais numerosas e as ações da União estavam absolutamente de acordo com projeto político e econômico de Pereira Passos, é possível ver todas essas ações dentro do mesmo processo de reestruturação urbana do Rio de Janeiro.

O objetivo fundamental da reestruturação urbana da Reforma Passos era modernizar a cidade para adequá-la ao novo momento político e econômico brasileiro. As ações e intervenções abrangiam a totalidade da dinâmica sócio-espacial da cidade, no entanto, os eixos fundamentais estavam centrados na questão da funcionalidade (alargamento e abertura de ruas, avenidas, construção de viadutos e túneis), infraestrutura e saneamento (obras para a construção do porto, calçamento, iluminação, ampliação do sistema de transporte e energia, dragagem e canalização de rios, coleta de esgoto e recolhimento do lixo), usos do solo (proibição da venda ambulante e comércio não autorizado, regulamentação de construções) e estética (construção ou reforma em praças e jardins, arborização de ruas, instalação de monumentos e chafarizes) (para maiores detalhes, ver ABREU, 1997:59-67).

As intervenções da Reforma Passos trouxeram profundas transformações para a dinâmica da cidade. A abertura de ruas e avenidas, a construção do porto e a ampliação do sistema de transportes possibilitaram um aumento na velocidade de circulação de pessoas, mercadorias e capitais, favorecendo o processo de reprodução e acumulação de capital. Ao mesmo tempo, a reforma começou a transformar a imagem do Rio de Janeiro, o que era fundamental para adequá-la ao espírito de modernidade e desenvolvimento. Nesse sentido, as obras de saneamento, o combate ao uso desordenado do solo urbano, a criação de praças e passeios públicos, a arborização e a inauguração de inúmeros monumentos foram fundamentais para produzir uma nova imagem do Rio de Janeiro e do Brasil.

No lugar de uma cidade suja, pobre e doente, foi criada a imagem de uma cidade moderna, cosmopolita, limpa, com traços europeizados, assim como Buenos Aires e Montevideú, as principais rivais do Rio de Janeiro no plano simbólico.

Existem dois pontos fundamentais acerca da Reforma Passos que são importantes para nossa análise. O primeiro ponto refere-se às consequências sócio-espaciais das intervenções realizadas no espaço urbano. Estamos nos referindo ao efetivo início da segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro, materializada no intenso e violento processo de expulsão da população pobre desempregada e trabalhadores de baixa renda das áreas centrais da cidade e a demolição de suas moradias. Até então, de um modo geral, a população que habitava a Área Central da cidade era composta das mais variadas classes, “cores” e origens.

O principal elemento material que diferenciava “ricos e pobres” no Rio era os tipos de moradias e as condições de trabalho, porém, compartilhavam os mesmos espaços, os mesmos

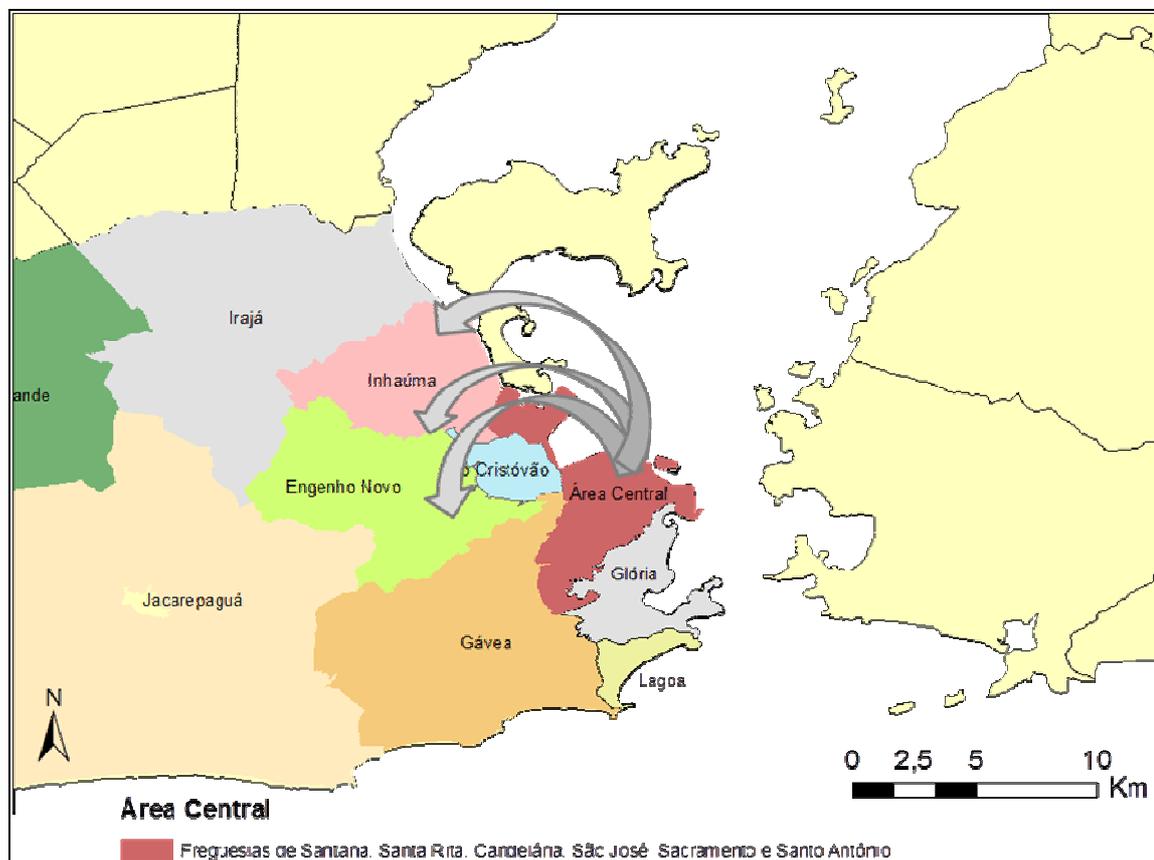
bairros na cidade. Nossa intenção em resgatar esse período é estabelecer o marco inicial do processo de diferenciação dos espaços da cidade e da segregação sócio-espacial contemporânea, engendrados pela dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Era necessário remover os pobres e suas atividades cotidianas (trabalho, moradia, encontro e lazer) da Área Central da cidade, afinal, não havia nenhuma compatibilidade entre a modernização e renovação do centro político e econômico com a manutenção de uma população pobre e suas atividades. As obras realizadas principalmente na Área Central destruíram oficinas, pequenas indústrias, casas, cortiços, armazéns, enfim, todas as construções que abrigavam pessoas ou atividades que não eram “compatíveis” com as novas funções definidas para o Centro. A Reforma Passos inicia, assim, um processo de segregação que deixa de ser *resultado* e torna-se *condição* para a reprodução do capital. Tal condição transforma-se em um componente estrutural da dinâmica urbana da cidade e, por isso, está diretamente associada à gênese do hiperpreariado.

As remoções e demolições foram feitas de forma arbitrária e autoritária, quase sempre sem o pagamento de indenizações e sem nenhum tipo de política habitacional que garantisse o reassentamento das pessoas e famílias que perderam suas casas (ABREU, 1997: 66). A população que foi expulsa da Área Central teve que buscar formas alternativas de moradia na cidade, ou outras áreas da mesma.

Uma grande parcela da população era constituída de operários, artesãos, trabalhadores do porto e de outros tipos de serviços e possuíam algum recurso que lhes permitiam pagar aluguéis nos bairros do subúrbio em expansão da cidade, como Engenho Novo e Inhaúma.

**Figura 13 - Freguesias do Rio de Janeiro: deslocamento populacional da Área Central para o norte da cidade (final do séc. XIX e início do XX)**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, com base em ABREU (1997).

No entanto, a população mais pobre, que vivia nas piores condições, a qual não possuía trabalho fixo, ou que vivia com uma renda muito baixa não tinha condições de pagar os aluguéis dos bairros suburbanos, e nem de arcar custos com deslocamentos até o Centro.

A estratégia utilizada por essa parte da população foi ocupar as encostas dos morros localizados na própria Área Central e, posteriormente, na Zona Sul, uma vez que constituíam as poucas áreas desocupadas e possuíam baixo ou nenhum valor comercial, o que possibilitou sua ocupação sem maiores obstáculos imediatos.

O baixo custo dos aluguéis e a proximidade do mercado de trabalho tornaram a favela cada vez mais atraente em termos de custo de vida e colocava-a como uma estratégia fundamental de sobrevivência da população urbana pobre do Rio de Janeiro.

É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela. (...)

A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. (ABREU, 1997:66)

A Reforma Passos inaugurou uma forma de ordenamento do território calcada nos critérios socioeconômicos e culturais. Esse período consolidou a diferenciação dos espaços da cidade e, também, a diferenciação dos seus habitantes, os quais se segmentaram de acordo com a origem social (europeus, descendentes de europeus, negros, mestiços, descendentes de escravos etc.) e o trabalho o qual desempenhavam. Nessa diferenciação, segregação e segmentação do mercado de trabalho, percebe-se já a definição de um grupo social que, por toda sua história de vida (presente e passado familiar) e condições de trabalho (informais, não-qualificados, sem ou com pouca experiência em atividades do secundário ou terciário, analfabetos, ou semi-alfabetizados, com pouca disponibilidade de recursos, física ou emocional para qualquer investimento profissional) caracteriza-se como uma população que dificilmente conseguiria ascender socialmente e economicamente. Associada a essa condição de trabalho que já nasce precária, está a baixíssima qualidade de vida de modo geral, com habitações insalubres, em áreas de risco iminente (encostas, beiras de córregos e áreas alagáveis), onde a única opção é sobreviver.

O segundo ponto fundamental com relação à reforma Passos refere-se ao marco que essa vai representar para a prática do planejamento urbano promovido pelo Estado com um viés fortemente autoritário e voltado claramente para atender às necessidades de reprodução e acumulação do capital sem levar em conta a qualidade de vida e a inserção dos trabalhadores cariocas na nova dinâmica urbana.

A Reforma Passos inicia uma prática que vai se tornar comum ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, o planejamento urbano sendo utilizado para promover uma apropriação seletiva e elitista do espaço urbano em detrimento de qualquer tipo de projeto que sublinhe a importância de um desenvolvimento sócio-espacial autêntico, ou seja, pautado pela redução das desigualdades sócio-espaciais e econômicas, maior acesso aos bens e serviços urbanos e a democratização do planejamento e da gestão urbanos (SOUZA, 1997, 2003, 2005 e

2006). A Reforma Passos dá origem a um determinado padrão de segregação sócio-espacial que vai marcar toda a produção do espaço da cidade e seu tipo de desenvolvimento a partir de então.

É possível afirmar, nesse sentido, que a inserção definitiva do Rio de Janeiro no processo de reprodução e acumulação do capitalismo internacional se deu através de uma profunda reestruturação da dinâmica urbana promovida pelo planejamento autoritário do Estado, que passa a definir quais são as classes e as funções que podem ocupar determinados espaços na cidade.

Concluindo, o período Passos, verdadeiro período Haussman à la carioca, representa, para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista. Neste movimento de transição o papel do Estado foi fundamental, tanto no que diz respeito à sua intervenção direta sobre o urbano, como no que toca ao incentivo dado à reprodução de diversas unidades do capital. Dialeticamente, o período Passos representa também a etapa inicial de desenvolvimento de novas e importantes contradições – agora de base totalmente capitalista – que marcarão profundamente a evolução da cidade no século XX, e que serão discutidas a seguir. (ABREU, 1997:67).

O período imediatamente posterior à Reforma Passos, entre 1906 e 1930, é caracterizado pela intensificação do processo de segregação sócio-espacial e pelo desenvolvimento e disseminação de uma estrutura industrial que dará início à formação da região metropolitana do Rio de Janeiro. A expansão urbana do Rio de Janeiro será marcada basicamente por três eixos: 1. a expansão da Zona Sul, calcada nos investimentos públicos com objetivos de valorização imobiliária<sup>54</sup> (iluminação, paisagismo, pavimentação de ruas e avenidas, distribuição de redes de água e esgoto, transportes públicos etc.) para atender interesses de capitais imobiliários,

---

<sup>54</sup> Segundo ABREU (1997), a Zona Sul irá receber uma série de investimentos públicos (municipais e federais) que serão utilizados fundamentalmente para melhorar a infraestrutura urbana da área com o objetivo de valorização imobiliária. Bairros até então praticamente desabitados, como Leblon, Ipanema e Copacabana receberão investimentos que servirão como preparativos para ocupação da área que se tornará a mais rica e elitizada nas décadas seguintes. Inúmeras obras de pavimentação, abertura, alargamento e construção de ruas e avenidas serão realizadas, como por exemplo, o alargamento da Avenida Atlântica em Copacabana, a construção da atual Avenida Delfim Moreira e o alargamento da Avenida Niemeyer e a recuperação da Praia de Botafogo, destruída em uma ressaca. Além disso, foram realizadas obras de saneamento em Ipanema e Copacabana, com o objetivo de dotar os bairros de infraestrutura urbana básica para sua posterior ocupação efetiva, assim como diversas obras para a construção ou manutenção de parques e jardins, bem como diversas ações de arborização para dotar os bairros de conforto ambiental e estético. A área central, por sua vez, continuou a sofrer intervenções no sentido de melhorar o fluxo de pessoas, mercadorias e informações, que se materializavam na abertura e calçamento de ruas e avenidas. O destaque para as intervenções vai para a administração Carlos Sampaio que promoveu duas ações de grande impacto na área central da cidade: o desmonte do Morro do Castelo e a remoção do bairro da Misericórdia.

financeiros e comerciais; 2. investimentos em melhorias na Área Central da cidade para torná-la cada vez mais adequada e atrativa à reprodução do capital, ou seja, obras de infraestrutura de serviços (transporte, comunicação e energia) e estímulo/incentivo aos investimentos privados (bancos, sedes de empresas etc.) associados, é claro, à remoção de populações pobres; 3. expansão dos subúrbios e das favelas concomitantemente ao início da formação da região metropolitana, ambos os processos diretamente condicionados pelo crescimento da industrialização que ocorre nesses espaços.

Ao mesmo tempo em que o Centro e a Zona Sul da capital da República passavam por um processo de modernização, expansão e adensamento populacional, o tecido urbano também crescia em direção aos subúrbios da Zona Norte, para além dos sub-centros já consolidados da Tijuca, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí e Méier (que contavam com uma grande população operária) e para a atual Zona Oeste, em direção a Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz. Além disso, o período é marcado pelo início da configuração da região metropolitana a partir da articulação do Rio de Janeiro com os municípios da Baixada Fluminense, por conta da expansão dos meios de transporte, principalmente o trem, que ligava o núcleo metropolitano aos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis e Nova Iguaçu. A expansão urbana para essas áreas da cidade ocorreu, fundamentalmente, a reboque do crescimento industrial registrado no período. Inúmeras fábricas de pequeno, médio e grande porte começaram suas atividades na cidade, contribuindo decisivamente para a ocupação dessas novas áreas.

A expansão das vias férreas foi fundamental para a consolidação desta dinâmica, uma vez que a ampliação do sistema de transporte ligava diretamente os subúrbios ao centro da cidade, facilitando o transporte de pessoas e, principalmente, de mercadorias. A relativa facilidade de transporte, o baixo valor do solo urbano (o que implicava baixos aluguéis e preços de terrenos) e a oferta de empregos fizeram dos subúrbios áreas com forte capacidade de atração de população. A expansão das atividades industriais motivada pelas facilidades criadas pela expansão das linhas férreas dava origem à constituição de bairros cada vez mais distantes das áreas centrais, expandindo o tecido urbano da cidade. Nesse movimento, Abreu (1997:80) mostra que as maiores taxas de crescimento da população ocorreram nas freguesias suburbanas de Inhaúma (92%) e Irajá (263%), demonstrando a intensidade e velocidade da expansão para os subúrbios.



No mesmo período, a Baixada Fluminense passava por um grande e importante processo de saneamento realizado pelo presidente Nilo Peçanha, que criou as condições para uma ocupação mais efetiva da área. Após a conclusão das obras de saneamento, as antigas propriedades rurais passaram por um intenso processo de desmembramento e foram incorporadas ao mercado imobiliário principalmente como áreas ocupadas por populações pobres que buscavam reduzir o custo de vida mediante o pagamento de aluguéis mais baixos e utilizar a rede ferroviária para ter acesso ao mercado de trabalho no Rio de Janeiro<sup>55</sup>.

O crescimento dos subúrbios cariocas e, principalmente, da Baixada Fluminense era marcado pela industrialização sem nenhum tipo de intervenção ou projeto estatal no sentido de realizar investimentos de infraestrutura para alocar as atividades produtivas. Mesmo o sistema de transporte, que permitiu o desenvolvimento deste processo, era insuficiente para atender plenamente a demanda das indústrias e dos trabalhadores em deslocamento.

Diante de tamanho descaso para com as atividades produtivas, é possível imaginar, por antecipação, qual era a postura do Estado diante da população que ocupava as novas áreas da cidade, constituída de operários, trabalhadores mal remunerados do setor de serviços, subempregados, desempregados, etc. Os novos espaços urbanos que foram incorporados à dinâmica da cidade e que deram início à formação da região metropolitana eram caracterizados pela ausência total, parcial ou pela precariedade dos serviços e infraestrutura urbana mais básica como calçamento, pavimentação, saneamento, eletrificação, limpeza, coleta de lixo etc..

O padrão de segregação sócio-espacial iniciado pela Reforma Passos estava se consolidando e marcando profundamente a dinâmica urbana do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. Uma pequena parte do núcleo metropolitano formada pela Zona Sul, Centro e partes da Zona Norte (Tijuca e Grajaú) ia se constituindo como uma área elitizada ocupada pela classe média e elite carioca e dotada de ampla infraestrutura e serviços urbanos, apesar de contar com inúmeras áreas ocupadas por população proletária e pobre como, por exemplo, diversos morros localizados na Zona Sul e partes de bairros com uma significativa presença de indústrias de pequeno e médio portes, como Vila Isabel, Lagoa, Gávea, Glória e Andaraí.

---

<sup>55</sup> Segundo Abreu (1997), as principais áreas a passarem por este processo foram os atuais municípios de São João do Meriti, Duque de Caxias e Nilópolis, todos com estações ferroviárias que faziam a ligação com o Rio de Janeiro. A grande exceção neste processo foi o atual município de Nova Iguaçu, o qual mantinha uma dinâmica basicamente rural, devido à retomada de atividades agrícolas voltadas para a exportação após o fim da Primeira Guerra Mundial. Assim, a maior parte deste município só foi incorporada à dinâmica urbano-industrial durante a década de 1930, por conta da crise do modelo agroexportador brasileiro.

O fundamental é que se perceba que estes espaços da cidade consolidaram-se como áreas predominantemente ricas nas quais se proliferaram núcleos de baixa renda. Enquanto isso, vastas áreas formadas pelos subúrbios da Zona Norte, Zona Oeste e municípios da Baixada Fluminense apresentavam maior contingente de população pobre e elevado grau de precariedade em termos de infraestrutura e transportes, como esclarece ABREU:

Resumindo o período de 1906-1930 caracterizou-se pela expansão notável do tecido urbano do Rio de Janeiro, processo esse que se efetuou de maneira distinta no que se refere aos dois grandes vetores de crescimento da cidade. De um lado, a ocupação das zonas sul e norte pelas classes média e alta intensificou-se e, foi comandada, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro, os subúrbios cariocas e fluminenses cada vez mais se solidificaram como local de residência do proletariado, que para aí se dirigiu em números crescentes. Ao contrário da área nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos (ABREU, 1997:82).

A década de 1930<sup>56</sup> vai representar um momento de ruptura com o modelo agrário-exportador e com a hegemonia política e econômica das oligarquias cafeicultoras, marcando o início da dinâmica urbano-industrial brasileira.

No período situado entre a década de 1930 e o início da ditadura militar em 1964 o Brasil passa por profundas transformações políticas, econômicas e sociais que influenciam e condicionam diretamente a dinâmica do espaço urbano do Rio de Janeiro. O primeiro ponto a ser destacado é o enfoque na indústria como “novo” motor da economia e não como uma atividade secundária e complementar. Uma atividade que agora passa a ter centralidade no processo de crescimento e transformação sócio-espacial do Brasil.

A partir daí, o Estado inicia uma política industrial de envergadura tentando transferir capitais disponíveis da agricultura para a atividade industrial com o intuito de iniciar um desenvolvimento industrial efetivo e duradouro. Paralelamente aos incentivos dados à atividade industrial, o Estado brasileiro assume a tarefa de investir em infraestrutura (produção e distribuição de energia, redes de transportes e telecomunicações) e no suporte industrial (indústria de base) para induzir o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo.

---

<sup>56</sup> A crise de 1929 e a Revolução de 1930 representam marcos importantes nessa ruptura.

O modelo nacionalista e populista de desenvolvimento que caracteriza as décadas de 1930, 40 e 50 irá influenciar e condicionar diretamente a dinâmica da capital da República. O padrão de segregação sócio-espacial que se inicia com a Reforma Passos e é aprofundado e irá se consolidar completamente neste período.

A dinâmica da consolidação deste processo é complexa e será determinada basicamente por quatro movimentos que ocorrem ao mesmo tempo: 1. a expansão e crescimento das áreas populares da cidade (subúrbios, favelas e periferias); 2. consolidação da região metropolitana por conta do crescimento da Baixada Fluminense como área periférica integrada ao Rio de Janeiro; 3. expansão e consolidação da “nova” Zona Sul (esta, além da orla voltada para a Baía de Guanabara, inclui a orla oceânica que se prolonga até São Conrado e bairros interiores, estendendo-se até o sopé do Maciço do Tijuca) como área mais rica e elitizada da cidade e, finalmente, 4. uma relativa estagnação do Centro da cidade após as últimas grandes intervenções realizadas na década de 1950.

No que diz respeito à expansão das áreas populares de baixa renda, é possível afirmar que a dinâmica de transformação da cidade entre 1930 e 1950 está diretamente associada ao grande crescimento da atividade industrial na cidade<sup>57</sup>.

Ao contrário do período anterior, a expansão industrial na cidade contou com o apoio do governo federal que passou a intervir diretamente no desenvolvimento do setor através da implementação de infraestrutura, incentivos financeiros e na regulamentação do uso do solo pela atividade industrial. O crescimento industrial foi acompanhado do crescimento populacional da cidade em virtude do próprio crescimento vegetativo, mas principalmente por conta de grandes fluxos migratórios de população de outros estados e regiões ao longo do período. O processo de industrialização associado ao processo de modernização da agricultura no Centro-Sul e às precárias condições de vida no campo no Nordeste tornou a cidade de Rio de Janeiro uma importante área de atração de população, estimulada por uma maior oferta de empregos e de infraestrutura de serviços básicos. Ao mesmo tempo, o campo se constituía como uma área repulsora devido à concentração fundiária, aos baixos salários, à mecanização do trabalho, à precariedade ou mesmo inexistência de infraestrutura e serviços básicos que vão desencadear no

---

<sup>57</sup> Entre 1940 e 1950 o número de estabelecimentos comerciais cresceu em 30% conforme pesquisa de ABREU (1997: 96), passando de 4.169 estabelecimentos para 5.693. O número de pessoal ocupado, segundo o mesmo autor teve um aumento de 40% (de 115.020 trabalhadores para 160.105) e do número total de empresas, apenas 509 eram anteriores a 1930.

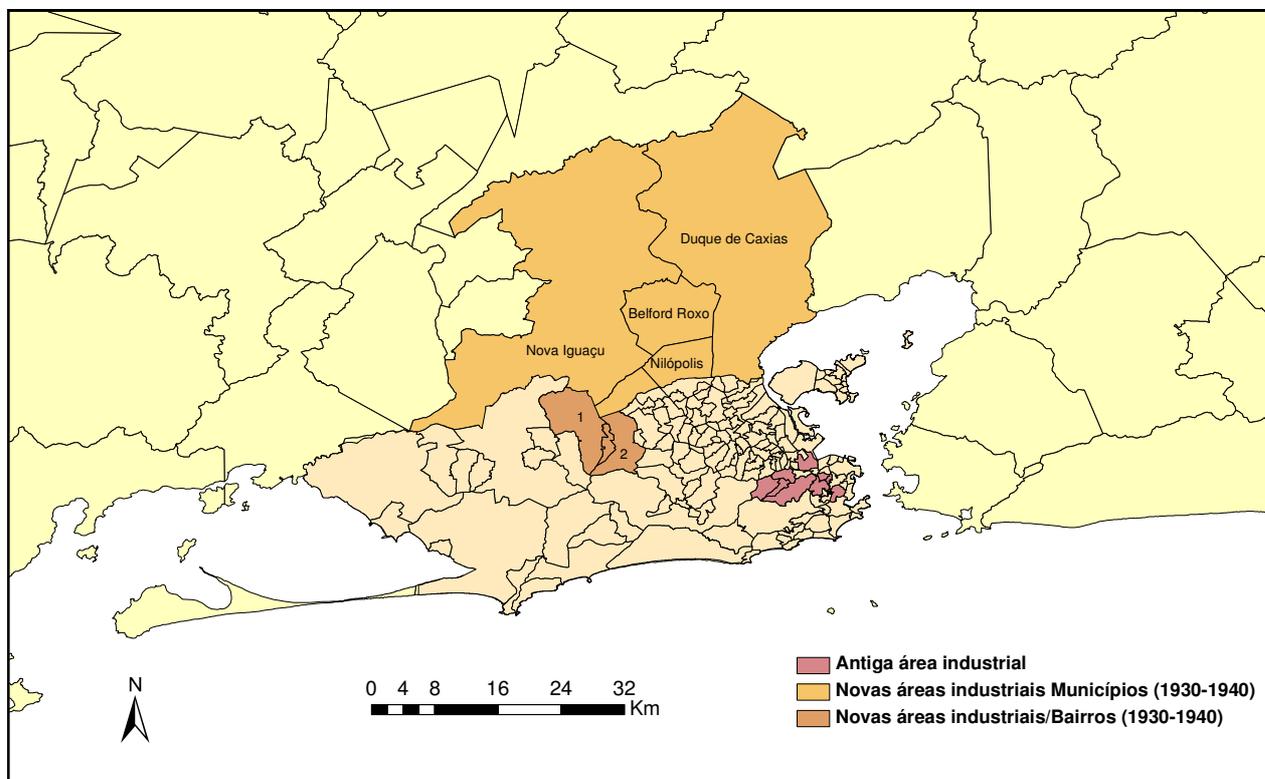
desemprego e baixa qualidade de vida rural. Situação que será agravada quando o Governo Vargas cria uma legislação trabalhista válida exclusivamente em áreas urbanas. Tal medida também contribuiu para o aumento do êxodo rural, afinal, os trabalhadores rurais em situação precária buscavam a cidade para ter acesso ao salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas diárias, indenizações trabalhistas, licenças, férias etc.

Conforme os investimentos são feitos, inúmeras indústrias mudavam-se para terrenos nas margens dos eixos ferroviários, transformando essas áreas em pólos cada vez mais atraentes tanto para novos empreendimentos, quanto para trabalhadores em busca de emprego formal e reduzido custo de habitação. O crescimento industrial é indutor, assim, de um grande crescimento populacional do subúrbio ferroviário, uma vez que grandes fluxos migratórios se constituem em função da oferta de empregos gerada pela atividade industrial.

A dinâmica da localização das indústrias e do crescimento populacional também foi condicionada pela legislação de uso do solo implementada a partir da década de 1930. O decreto lei 6.000/37 define áreas de uso industrial e áreas onde esta atividade é proibida. Os bairros da Zona Sul e da Zona Norte já consolidados e com predomínio da classe média e da elite são excluídos das áreas onde a atividade industrial é permitida.

Muitos bairros com forte tradição fabril (Gávea, Jardim Botânico, Laranjeiras, Vila Isabel) passam por um processo de esvaziamento industrial, uma vez que essas atividades não podem mais se desenvolver nessas áreas centrais. Impedidos de continuar a expandir e desenvolver suas atividades em terrenos altamente valorizados, as indústrias abandonam estas áreas e se instalam nas novas áreas industriais dos subúrbios metropolitanos.

**Figura 15 - Deslocamento espacial das indústrias no Rio de Janeiro (1930-1940)**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, elaborado a partir de dados de ABREU (1997).

**Obs.:** No Mapa apresentado acima foram utilizadas bases cartográficas atuais de bairros e municípios (IBGE) que não correspondem exatamente aos limites da época, contudo a localização das informações mencionadas é fiel.

A partir do final da década de 1940 o sistema rodoviário começa a despontar como um dos principais meios de transporte do país por conta do avanço do uso do automóvel no Brasil.

Em 1947 é inaugurada a Avenida Brasil, que se tornará rapidamente o principal eixo rodoviário da cidade do Rio de Janeiro. A importância desta via está relacionada à articulação que ela faz entre os bairros da Zona Norte e da Zona Oeste com o Centro da cidade. A construção de uma via de tal porte deve ser compreendida também como uma forma de incorporar novos terrenos ao mercado imobiliário do Rio de Janeiro para que fossem ocupados principalmente por indústrias, armazéns, garagens e oficinas. A construção da Avenida Brasil fazia parte de uma estratégia de planejamento para destinar uma nova localização às atividades industriais, mantendo-as relativamente próximas ao Centro e ao Porto pela via expressa, mas, ao mesmo tempo, distantes o suficiente dos bairros residenciais ocupados pelas classes médias e altas da cidade. Essa estratégia justificava os investimentos na produção de um novo espaço localizado

nos bairros periféricos da cidade para receber as atividades industriais e, simultaneamente, contribuía para a valorização crescente dos espaços do Centro e, principalmente, da Zona Sul carioca. Todavia, o crescimento rápido e o fluxo descontrolado de pessoas em direção aos subúrbios ferroviários e às margens da Av. Brasil vão levar a um substancial processo de favelização que coloca em xeque a possibilidade da implantação de novas indústrias conforme o planejamento inicial.

Serão justamente as transformações na estrutura industrial e de transportes os principais condicionadores para a expansão dos espaços populares na cidade do Rio de Janeiro. Esses espaços são constituídos basicamente de três tipos: os subúrbios, as favelas e as periferias.

Os *subúrbios* cresceram a partir da expansão dos troncos ferroviários, da construção da Avenida Brasil e da oferta de empregos no setor secundário, o que ampliou a mobilidade e permitiu a desconcentração da população na cidade, possibilitando o acesso à moradia em lugares mais baratos e com relativa facilidade de acesso ao Centro e bairros importantes da Zona Norte (Tijuca, Méier, Grajaú). Esse tipo de transformação espacial (a produção desses espaços populares) reflete uma *desconcentração*, mas não uma *descentralização*, justamente porque a região polarizadora, isto é, a área financeira, de negócios, de comércio e prestação de serviços, bem como de maior concentração da renda, continuam sendo a região central e a Zona Sul da cidade.

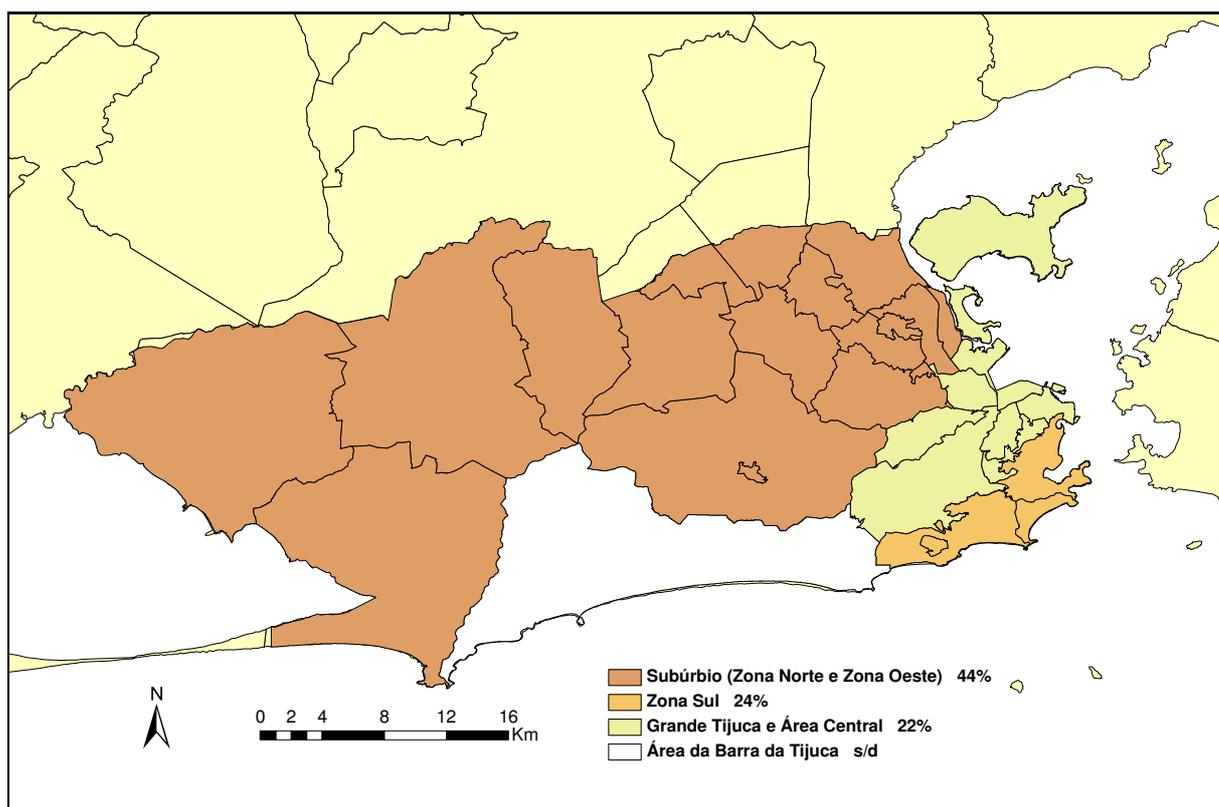
As favelas tiveram um surgimento bem anterior a esse período ao qual estamos nos remetendo (1930-1950)<sup>58</sup>. Nesse período o crescimento das favelas vai se caracterizar pelo seu adensamento nos subúrbios da cidade. ABREU (1997), através dos dados do censo de 1948, nos revela que até esse ano existiam 105 favelas na cidade, nas quais moravam quase 140 mil pessoas, o que representava algo em torno de 7% da população da cidade. Nesse período, 44%

---

<sup>58</sup> As referências (ABREU, 1981, 1986, 1987a, 1987b, 1994, 1997b, 1998) apontam que a primeira favela do Rio de Janeiro foi o Morro da Providência, então Morro da Favela, localizado no bairro da Gamboa, região central da cidade. Um fator que contribuiu para a consolidação e o adensamento populacional do Morro da Providência foi a demolição do cortiço chamado Cabeça-de-Porco, durante o governo do Prefeito Barata Ribeiro. Esse cortiço localizava-se nas proximidades de onde hoje se localiza a Rua Barão de São Félix, atrás da Central do Brasil e foi demolido em 1893. Outros moradores que passaram a figurar entre os moradores do Morro da Favela foram os soldados que retornavam da Guerra de Canudos e passaram a se fixar no local por volta de 1897. Os soldados foram para o Rio com a promessa do Governo de receberem casas na então capital federal. A promessa não foi cumprida e os mesmos acabaram se fixando de forma rudimentar e provisória nas encostas do morro, então desocupadas. A partir do final do século XIX e início do século XX as favelas já se multiplicavam nos bairros do centro e Zona Sul da cidade.

das favelas localizavam-se nas áreas suburbanas, enquanto 24% estavam na Zona Sul e 22% no Centro e na Tijuca.

**Figura 16 - Concentração de áreas favelizadas por grandes Zonas da cidade do Rio de Janeiro (1948)**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, com base em dados de ABREU (1997).

Obs.: No Mapa apresentado acima foram utilizadas bases cartográficas atuais de bairros e municípios (IBGE) que não correspondem exatamente aos limites da época, contudo a localização das informações mencionadas é fiel.

Quanto à população que habitava esses espaços, em grande parte, trata-se do hiperpreariado urbano ao qual nos remetemos nessa pesquisa, isto é, uma parcela da população que desempenha atividades informais, de baixíssima qualificação e rendimento e que, em geral, nunca ou poucas vezes esteve inserida no circuito formal da economia. Esse hiperpreariado possui, diante de sua origem familiar (negros e mestiços, descendentes de escravos; imigrantes de outros estados e regiões brasileiras, especialmente do norte e nordeste, conseqüentemente, com pouca ou nenhuma experiência em setores de trabalho urbano, ou mesmo com o “estilo de vida” da cidade), das suas condições físicas, sociais, psicológicas, político-culturais, dificilmente

conseguiria (a partir, única e exclusivamente, das disponibilidades de vagas) um emprego ou uma ocupação formal, ou mesmo informal, porém, melhor qualificada.

Desses trabalhadores, 77% daqueles que residiam em favelas do centro da cidade e 79% dos que residiam em favelas da Zona Sul, trabalhavam na própria região de moradia. Situação diferente dos moradores de favelas do subúrbio os quais apenas em 58% dos casos trabalhavam na própria região de moradia. Esses dados nos remetem a dois tipos de análises: 1. O descompasso entre o crescimento dos empregos na região central da cidade (incluída a Zona Sul como uma área polarizadora) e no subúrbio e periferias. A economia se mostrava muito mais dinâmica nessas áreas, em termos de geração de oportunidades em diferentes atividades, sejam elas formais ou informais, do que nas regiões periféricas as quais apresentavam uma grande estagnação relativa e configuravam-se muito mais como bairros dormitórios, do que áreas economicamente integradas à região *core*. E essa análise dá margem à segunda. 2. Ao mesmo tempo em que se percebem diferenças entre o ritmo de crescimento econômico e da geração de emprego e renda entre essas áreas da cidade, é possível afirmar que os mesmos bairros e municípios periféricos, suas favelas e seus conjuntos habitacionais de baixa renda, suas ocupações e loteamentos irregulares, nunca estiveram “excluídos” do processo de crescimento e desenvolvimento da região *core* da metrópole, ao contrário. A dinâmica segregacionista que ordena o território da metrópole e seu entorno com políticas públicas e intervenções privadas direcionadas para isso sempre esteve intimamente relacionada à expansão e manutenção de certas formas de trabalho e determinadas condições de vida de parte da população que pudessem garantir a reprodução do capital em condições favoráveis. Ou seja, de certa forma, uma “limpeza” da Área Central era necessária, dentro dos padrões desejáveis para uma metrópole do porte e da importância do Rio de Janeiro, mas não a eliminação de parte da “engrenagem” que contribui para sua sustentação, isto é, a força de trabalho de baixa qualificação, que contribui para a construção civil, para os serviços domésticos, para trabalhos braçais, para o comércio informal etc. Os trabalhadores precários e hiperprecários não constituem, assim, uma parcela “excluída” da sociedade, ao menos em sentido estrito. A mesma sociedade que os rejeita e discrimina, depende de sua disponibilidade para uma série de atividades e para sua própria manutenção enquanto tal.

No que diz respeito à ocupação principal dos assalariados, o setor secundário revelou-se predominante, já que absorvia 30% da população, seguido da construção civil e dos serviços domésticos (20% cada). Estas duas últimas fontes de emprego ao contrário da primeira – localizavam-se

sobretudo na Zona Sul (...). Seguiam-se em importância o comércio e os transportes (10% cada) e a administração pública (6%) (ABREU, 1997: 106).

Se analisarmos os dados trazidos por ABREU (1997), perceberemos que as atividades que mais empregavam os trabalhadores pobres no final dos anos 1940 não eram do setor industrial, mas as atividades de mais baixa remuneração e com grande probabilidade de situação de informalidade, como os setores da construção civil e de serviços domésticos que empregavam juntos 40% desses trabalhadores. Se levarmos em consideração que os dados referem-se apenas à atividade principal dos trabalhadores e considerando ainda que muitos possivelmente exercessem mais de uma atividade para complementação de renda, verificamos que se trata de uma parcela expressiva da população trabalhadora (quase a metade) empregada em atividades de baixa renda ou precárias.

O autor menciona ainda, referindo-se aos dados do censo dos anos 1940, que desse universo de trabalhadores pobres, cerca de um quarto desses (aproximadamente 26%) tinham renda inferior a um salário mínimo e mais da metade (cerca de 55%) recebia entre 1 e 2,5 salários mínimos da época (ABREU, 1997: 106). O que reafirma o que vínhamos analisando acerca das condições de vida e trabalho nas áreas pobres da cidade.

O crescimento em número e população das favelas no período de 1930 a 1950 foi um processo muito significativo, no entanto, a dinâmica urbana foi caracterizada principalmente pela constituição e consolidação das periferias cariocas e metropolitanas, o que inclui os municípios da Baixada Fluminense.

A constituição das periferias está diretamente associada ao grande crescimento populacional da cidade em função dos intensos fluxos migratórios registrados no período. Os subúrbios mais afastados do Centro e os municípios da Baixada Fluminense foram as principais áreas apropriadas por essa população, afinal, apresentavam os aluguéis mais baratos à disposição na cidade e arredores.

Para termos uma ideia do crescimento das áreas periféricas, ABREU (1997: 109 e 110) aponta que entre 1940 e 1950, a Zona Suburbana composta pelos bairros da Pavuna, Anchieta e Realengo, teve o maior crescimento da cidade (78%) e já abrigava, nessa época, 14% da população do Rio de Janeiro (parcela apenas 1% menor que a população residindo na Zona Sul). A área rural (atualmente denominada Zona Oeste e formada pelos bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz) teve o expressivo aumento de 58% e passava a abrigar 5% da população

da cidade. Segundo o mesmo autor, o crescimento dos municípios da Baixada Fluminense foi ainda mais espetacular do que o dos bairros periféricos do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu apresentou taxas de crescimento de 189%<sup>59</sup>, Duque de Caxias 226%, Nilópolis 108%, São João do Meriti 93%.

A expansão das periferias estava ligada basicamente a quatro fatores: obras de saneamento na Baixada, realizadas na década de 1930; a eletrificação do tronco da Central do Brasil; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio e a abertura da Avenida Brasil. As melhorias na infraestrutura e a demanda por moradia deram início a um intenso processo de loteamento dos terrenos da Baixada Fluminense, sendo que inúmeros foram realizados de maneira irregular.

A incorporação de vastas áreas da Baixada Fluminense resultou na consolidação definitiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, afinal, tal processo de crescimento urbano das periferias não poderia estar dissociado da dinâmica da metrópole carioca. A expansão do tecido urbano da Baixada Fluminense deve ser compreendida à luz do crescimento econômico do Rio de Janeiro e das novas necessidades de reprodução do capital (industrial, comercial e financeiro) no sentido de criar espaços para a reprodução da força de trabalho. Os grandes contingentes populacionais de migrantes que chegavam ao Rio de Janeiro não tinham condições de residir nem mesmo nos subúrbios populares já consolidados e ocupados por principalmente por operários. No entanto, havia a necessidade de mão de obra para as atividades que surgiam, serviços e comércio que se desenvolviam nas áreas centrais. Era necessária uma vasta área para abrigar os grandes fluxos migratórios e a população mais pobre que não tinha condições de morar no núcleo metropolitano. Essa dinâmica caracterizava a Baixada Fluminense como uma periferia fortemente integrada ao município do Rio de Janeiro em termos físicos e funcionais, por conta do processo de conurbação, expansão da rede de transportes (ferrovias e rodovias) e integração do mercado de trabalho, serviços e comércio ao núcleo metropolitano.

A relação entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro era basicamente uma relação centro-periferia, onde o núcleo metropolitano concentrava o mercado de trabalho, serviços e atividades comerciais diversificadas e importantes, era bem servido de infraestrutura,

---

<sup>59</sup> O grande crescimento de Nova Iguaçu deve-se, principalmente, à crise da citricultura após o início da Segunda Guerra Mundial. A redução dos mercados e a dificuldade de exportar as laranjas levaram ao colapso da produção, o que permitiu a incorporação de vastas áreas agrícolas à dinâmica do mercado imobiliário urbano. (ABREU, 1997:109-110)

enquanto a periferia era basicamente uma área dormitório, muito precária em termos de oferta de empregos, comércio, serviços e infraestrutura urbana básica, ocupada por uma população pobre e pouco qualificada.

A Zona Sul da cidade podia ser dividida em duas: a nova, constituída pelos bairros da orla (Copacabana, Ipanema e Leblon) e pela Lagoa, enquanto a velha era constituída pelos bairros de Laranjeiras, Botafogo, Flamengo. As duas passaram por processos distintos no mesmo período de 1930 a 1950. A nova Zona Sul foi marcada por uma grande expansão do tecido urbano e forte crescimento populacional e econômico, ao passo que a velha Zona Sul foi caracterizada por uma relativa estagnação física, populacional e econômica.

Conforme se dava o crescimento físico (novos empreendimentos como edifícios e espaços comerciais) e populacional dos bairros da Zona Sul, a demanda por serviços e comércio também aumentou, tornando a região atraente para diversos investimentos nas atividades terciárias para suprir as necessidades de uma população com alto poder aquisitivo.

O crescimento econômico alavancado pela construção civil e atividades terciárias transformou alguns bairros da Zona Sul, como Copacabana, áreas de atração de população pobre que buscava oportunidades no novo mercado de trabalho que se desenvolvia. Assim, houve o surgimento de novas favelas nas áreas de encostas de morros – que não eram interessantes para o mercado imobiliário naquele momento e, por isso, sua existência era tolerada pelo Estado – e o crescimento daquelas que já existiam no bairro e suas adjacências. Segundo ABREU (1997), em 1942 a Zona Sul possuía pouco mais de 10 favelas, enquanto que em 1950, esse número subiu para aproximadamente 25 com uma população de 40 mil pessoas.

O Centro sofreu grandes intervenções no período, como a construção do Aeroporto Santos Dumont em área de aterro da Baía de Guanabara, a urbanização da Esplanada do Castelo e, principalmente, a construção da Avenida Presidente Vargas que se estende do Rio Comprido até a Igreja da Candelária, próxima à Praça XV (onde está a estação das barcas, que fazem a ligação com Niterói).

O período de 1950 a 1964 é caracterizado pela maior expansão física e populacional região metropolitana do Rio de Janeiro. A dinâmica urbana mais uma vez foi caracterizada por um elevado crescimento dos espaços populares da região metropolitana e, principalmente pela “explosão metropolitana”, para utilizar a expressão de ABREU (1997:118). Novamente, a localização industrial, o desenvolvimento do setor terciário, a expansão e modernização da rede

de transportes foram os processos que condicionaram e orientaram o crescimento das áreas populares<sup>60</sup>.

A inauguração da Avenida Presidente Dutra influenciou diretamente na expansão dos subúrbios cariocas, mas principalmente no crescimento dos municípios da Baixada Fluminense, aumentando e consolidando a periferia metropolitana. Esse processo teve início com a instalação de diversas indústrias ao longo da rodovia atraídas por um programa de incentivos fiscais, o que valorizou demasiadamente os terrenos localizados nas margens da via. No entanto, os terrenos mais afastados do eixo rodoviário sofreram um intenso processo de loteamento e foram rapidamente ocupados por uma população pobre atraída pelo potencial mercado de trabalho das indústrias, principalmente nos distritos de Nova Iguaçu.

Ainda que a expansão rodoviária tenha contribuído de forma importante para o crescimento da periferia metropolitana, a rede ferroviária ainda era o principal fator de indução da expansão urbana.

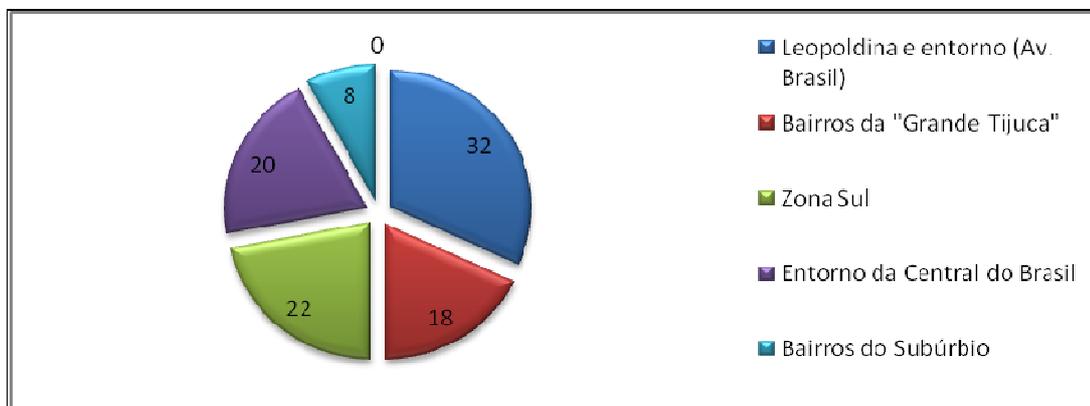
A expansão física e populacional região metropolitana do Rio de Janeiro no período de 1950 a 1964, também se expressa na marcante expansão das favelas e crescimento de sua população. Se em 1950 a população que residia em favelas na cidade do Rio de Janeiro era de quase 170 mil habitantes, segundo ABREU (1997), em 1960 essa população chegava a mais de 330 mil, ou seja, houve um aumento de 98% em apenas dez anos, segundo o autor.

É importante notar que o crescimento das favelas se deu de forma diferenciada na cidade: no centro e na área polarizada pelo bairro do Méier (o que engloba Engenho Novo, Engenho de Dentro, Rocha), a expansão foi menor do que 50%; na Zona Sul e na Tijuca o crescimento ficou entre 51% e 100%; e nos subúrbios a expansão ficou entre 150% e 200% (área da Leopoldina e de Madureira, respectivamente).

---

<sup>60</sup> Novos eixos rodoviários foram importantes para o crescimento das periferias cariocas, com como a Avenida das Bandeiras, que aumentou a circulação de veículos na Pavuna e Anchieta, além de permitir a incorporação de novas áreas para o mercado imobiliário, que foram inclusive utilizadas para a construção de conjuntos habitacionais para programas de habitação popular financiados pelo Instituto de Previdência.

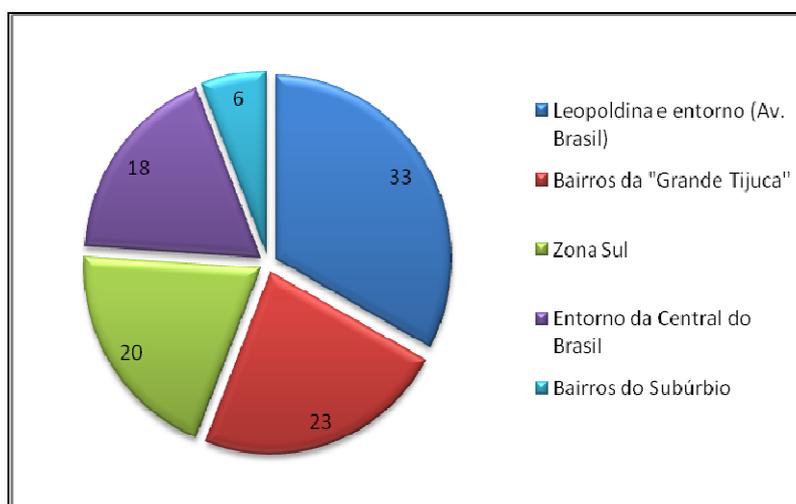
**Figura 17 - Distribuição espacial das favelas na cidade do Rio de Janeiro (%) – Décadas de 1950 e 1960**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados de ABREU (1997).

Já a distribuição da população residente nas favelas, na mesma época, era a seguinte:

**Figura 18 - Distribuição espacial da população carioca residente em favelas (%) – 1950/1960**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados de ABREU (1997).

Em relação à inserção no mundo do trabalho, segundo dados do censo de 1960 (ABREU, 1997), 36% da população pobre residente em favelas estava ocupada na indústria e na construção civil, 34% no setor de serviços e de 6% a 8% distribuídos na administração pública, comércio e transportes. Percebe-se com esses dados que, da década anterior para essa, houve uma redução da população pobre empregada no setor secundário (indústria de transformação e construção civil), já que os valores das duas áreas de atividades somados, no censo anterior, computavam cerca de

50% dos empregos gerados. Provavelmente essa redução se deu de forma mais significativa na indústria de transformação, já que o Rio de Janeiro vinha perdendo espaço para São Paulo nesse setor da economia. Percebe-se, também, um aumento considerável do número de empregados no setor de serviços, que passa de 20% para 34%, marcando um processo de terciarização da economia carioca que reforça a afirmação feita anteriormente acerca da redução da importância da atividade industrial na RMRJ em comparação com a RMSP. Por fim, é interessante perceber uma ligeira redução nos empregos no comércio e transportes, que passam de taxas de 10% de empregabilidade cada, para menos de 8% cada.

No que se refere à remuneração do trabalhador assalariado, o censo de 1950 revela que a maior parte dessa população (mais de 55%) recebia, agora, menos de um salário mínimo por mês. A proporção que era de cerca de um quarto no censo anterior, mais do que dobra, passando a abranger mais da metade da população que trabalha.

Os dados deixam claro que as áreas de maior crescimento populacional e expansão física das favelas são justamente aquelas onde houve expansão das indústrias (subúrbios), serviços e construção civil (Tijuca e Zona Sul) e melhoria no acesso às áreas centrais por conta da expansão e melhoria do sistema de transporte (Avenida Brasil e Leopoldina). Além disso, se levarmos em conta que a Zona Sul, os bairros do centro e a região da Tijuca configuravam as áreas polarizadoras e mais ricas da cidade, onde estavam concentradas as atividades do setor terciário e da administração pública, podemos concluir que estas áreas aglutinavam cerca de 40% das favelas e mais de 43% da população.

Fica evidente que a expansão das favelas está associada a uma estratégia de sobrevivência das frações mais pobres da classe trabalhadora que buscam ocupar as áreas menos valorizadas da cidade e, simultaneamente, próximas dos importantes espaços econômicos da cidade, o que resulta em uma redução no gasto com transportes, habitação e, conseqüentemente, significa uma redução no custo de vida.

A expansão das favelas está associada à apropriação de áreas de difícil acesso e sem valor para o mercado imobiliário, como morros, encostas ou margens de rios e canais sem a infraestrutura urbana básica (fornecimento de água tratada, sistema de esgoto, coleta de lixo, distribuição de luz e gás etc.). No entanto, tais áreas estão próximas ao sistema de transporte e ao mercado de trabalho, principalmente na indústria (subúrbios da Leopoldina e Zona Norte) e nos serviços (Zona Sul e Tijuca). As favelas localizadas na Zona Sul e na Tijuca ainda permitem a

seus moradores um difícil, porém possível, acesso a determinados bens e serviços básicos como saúde, educação de melhor qualidade, além de opções lazer (praia, praças, áreas arborizadas) maior quantidade do que os disponíveis nos subúrbios e nas periferias.

A expansão dos espaços populares na região metropolitana do Rio de Janeiro foi marcada por três processos importantes: 1. a especulação imobiliária, que induziu um processo de urbanização em “saltos” na periferia; 2. a constituição de subcentros comerciais e de serviços; 3. a precariedade e a ausência de infraestrutura e serviços básicos. Na verdade, os dois últimos não deixam de ser consequências do primeiro.

Conforme a expansão urbana se desenvolvia, inúmeros proprietários fundiários preferiram não construir nos terrenos mais próximos às áreas centrais esperando sua valorização posterior. Como a expansão da mancha urbana era uma necessidade e um processo inevitável, áreas cada vez mais distantes eram incorporadas ao mercado imobiliário e dotadas de uma infraestrutura mínima pelo Estado, principalmente transportes e energia. Assim, os terrenos vazios ficavam localizados entre duas áreas já urbanizadas, o que garantia sua valorização sem que os proprietários tivessem feito nenhum tipo de investimento ou melhoria e dessa forma conseguiam auferir renda sem gastar nenhum capital. O Estado contribuía decisivamente para tal processo uma vez que não havia nenhuma política de uso do solo urbano que obrigasse a construção de terrenos vazios para evitar a especulação e, ao mesmo tempo, o Estado investiu em projetos habitacionais em áreas distantes, contribuindo para a ocupação periférica (talvez os melhores exemplos sejam a Cidade de Deus, construída em 1960, em Jacarepaguá e a Vila Kennedy, construída perto de Bangu às margens da Avenida Brasil em 1964).

As distâncias cada vez maiores entre a moradia e o local de trabalho e o aumento do preço do solo urbano induziam cada vez mais à favelização e formas alternativas de habitação, como a volta das casas de cômodo e a divisão de um único imóvel entre duas ou mais famílias. Além disso, as novas áreas incorporadas ao mercado imobiliário apresentavam uma infraestrutura urbana extremamente precária de serviços básicos como iluminação, saneamento e canalização, coleta de lixo, pavimentação, saúde e educação. Os investimentos estatais concentravam-se basicamente nos sistema de transporte, implementação de redes de energia e obras de drenagem que permitiam a incorporação de novos terrenos ao mercado imobiliário, no entanto, estavam muito aquém do que era necessário para melhorar efetivamente as condições de vida da

população (afinal, apesar das obras, as inundações e enchentes eram constantes, assim como os elevados índices de doenças transmitidas pela água não tratada e pelo esgoto não saneado).

A expansão dos espaços populares ao longo do período de 1950-1960 caracterizava, na verdade, uma crise de habitação não só na cidade, mas na região metropolitana. A crise de habitação que se apresenta é caracterizada basicamente pela existência de vastos espaços populares caracterizados basicamente pela inexistência ou precariedade na infraestrutura urbana e das próprias habitações, principalmente na periferia e nas favelas. A crise da habitação não era tratada de forma efetiva, mas de forma paliativa e sem colocar em questão as causas profundas de sua existência. Nesse sentido, as poucas e ineficazes ações do Estado resumiam-se na construção de poucos e distantes conjuntos habitacionais para a classe trabalhadora.

O processo de segregação sócio-espacial se intensificava cada vez mais com a expansão da periferia e assumia um caráter muito singular por conta do processo de favelização nas áreas centrais da cidade, consolidando um padrão de segregação diferente daquele tipicamente baseado na estrutura centro-periferia, mesmo que tal padrão também possa ser identificado na dinâmica metropolitana do Rio de Janeiro. É possível identificar espaços segregados dentro das próprias áreas centrais da cidade (Zona Sul, Tijuca e Centro), que são as favelas. Após o golpe de 1964, as elites tentariam remediar tal situação com um intenso processo de remoção de favelas das áreas centrais da cidade, principalmente da Zona Sul.

É importante um breve parêntesis acerca da dinâmica da constituição dos espaços populares no Rio de Janeiro. Faremos isso com base em trabalhos de ABREU (1981, 1986, 1987a, 1987b, 1994, 1997b), PRETECEILLE e VALLADARES (2000), VALLADARES (1980 e 1991) e dados do IPLAN-RIO (1993 e 1997).

Entre 1906 e 1930, a relação entre o Estado e os espaços populares é fortemente marcada pelo autoritarismo e pela violência das remoções e das cirurgias urbanas. A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek até João Goulart, é estabelecida uma relação marcada fortemente pelo populismo, práticas assistencialistas e pelo clientelismo. Isso significa dizer que ao mesmo tempo em que a segregação se intensificava e determinadas intervenções exigiam remoções, também existia certa tolerância com o crescimento das áreas populares, principalmente das favelas, e o estabelecimento de vínculos entre partidos/políticos profissionais com a população destes espaços marcada pela troca de favores: o político conseguia benefícios pontuais (cestas básicas, instalação de bicas, materiais de construção) em troca de

votos e apoio político. Sem dúvida não eram relações simples e comportavam uma complexidade que não pode ser reduzida a uma fórmula simplista que transforma o interesse eleitoreiro na única causa da existência desses espaços segregados. Sim, o interesse eleitoral ajuda a compreender uma parte da dinâmica desses espaços, no entanto, não pode ser tomado como o único elemento que condiciona e induz a dinâmica urbana.

O populismo e o clientelismo alimentavam políticas ambíguas em relação às favelas na cidade do Rio de Janeiro. Não existia uma unidade de ação em relação às favelas, o que criava situações ambíguas onde as diferentes esferas de administração pública adotavam práticas completamente opostas. Um bom exemplo desta questão era a existência da Companhia de Habitação Popular (COHAB), órgão criado pelo governador Carlos Lacerda (1960-1965) com o objetivo claro de estabelecer uma política de remoção de favelas das áreas centrais e assentar a população em conjuntos habitacionais construídos em bairros distantes do seu antigo local de moradia. Ao mesmo tempo, existiam inúmeras intervenções que buscavam intervir nas favelas através do que ficou conhecido como “urbanização de favelas”, o que significava, na prática, introduzir melhorias de infraestrutura e serviços urbanos sem realizar a remoção.

Examinando rapidamente as intervenções realizadas nas favelas do Rio de Janeiro até a década de 1960, consequência da inquietação dos poderes públicos e de algumas organizações privadas quanto à realidade geográfica, social e política, observa-se que todos os projetos concebidos e levados a termos giravam em torno de duas tendências de ação, ou seja, extinção ou introdução de melhorias nas favelas. (VALLADARES, 1980: 24)

O golpe militar de 1964 altera essas relações. A tolerância para com a ocupação de espaços nas áreas centrais da cidade, a apropriação, a rigor, ilegal, de áreas públicas e privadas por uma parcela significativa da população passa a ser substituída por relações violentas e autoritárias. Evidente que o discurso contrário aos espaços populares e, principalmente, em relação à favela, sempre existiu, mesmo no período populista, no entanto, ele não conseguia se materializar de forma explícita em programas ou projetos relativamente duradouros ou com alguma importância. O novo contexto autoritário permite que este discurso torne-se hegemônico e o tipo de ação em relação às favelas, principalmente, seja inspirado nos padrões inaugurados pela Reforma Passos. O novo contexto dá origem a programas e projetos de remoção de favelas das áreas centrais do Rio de Janeiro, principalmente da Zona Sul.

A maior parte das remoções ocorreu justamente na Zona Sul da cidade, começando pela remoção das favelas localizadas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, no entanto, outras favelas localizadas na Zona Norte e Centro da cidade também foram alvo do programa de remoções.

O programa de remoção de favelas ficou muito longe de atingir seus ambiciosos objetivos – a erradicação completa das favelas cariocas –, no entanto, ele coloca a favela no centro do debate da política urbana e contribui para consolidar e disseminar um discurso elitista que marginaliza e estigmatiza a favela e seus moradores (VALLADARES, 1980 e 1991). Não podemos esquecer que além de um claro preconceito fundado nas diferenças entre classes, existe um forte coeficiente de preconceito racial no discurso contra a favela e seus moradores, predominantemente negros e pardos.

A força das palavras e das imagens que eram utilizadas nas primeiras décadas do século XX para designar as favelas como “doenças” da cidade, isto é, espaços insalubres e anti-higiênicos, são atualizadas para produzir o que PERLMAN (1976) chamou de *mito da marginalidade*, onde os moradores são considerados parasitas, aproveitadores, bandidos em potencial e as favelas lugares perigosos, insalubres, onde a violência domina sobre qualquer tipo de lei e norma.

segundo este ponto de vista, a favela é uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses elementos marginais vivem em condições “subumanas” sem água encanada, esgotos, coleta de lixo e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o “pitoresco” panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à parte não contribuem nem com aptidões nem ao menos com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais as terras que ocupam são em geral muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas (PERLMAN, 1976: 42).

Os anos de 1980 trouxeram importantes transformações para a cidade do Rio de Janeiro, mas ficaram conhecidos como a “década perdida”, por conta das graves crises econômicas (inflação descontrolada, congelamento de preços, redução do poder de compra, aumento da

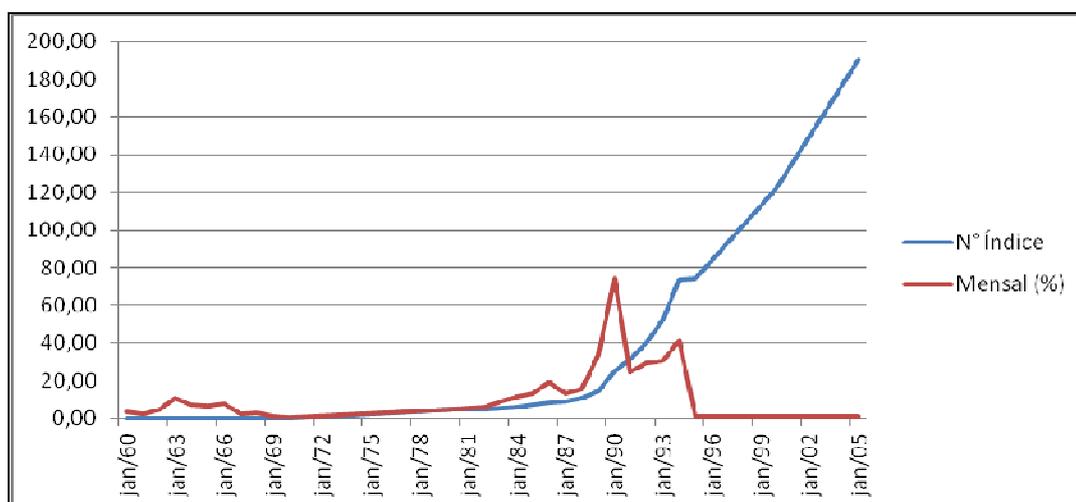
dívida externa) que atingiram o país na época. Não apenas a cidade, mas o estado do Rio de Janeiro entrou, então, em um franco processo de estagnação econômica que adentrou a década de 1990.

Os problemas macroeconômicos (inflação, desvalorização da moeda, dívida externa, falta de liquidez) e a deseconomia de aglomeração (sistema de transportes arcaico e deficiente, infraestrutura precária, alto custo dos impostos e da mão de obra) impactaram de forma negativa a indústria causando uma substancial perda na capacidade produtiva, o que significava, entre outras coisas, perder a capacidade de manter o mesmo nível de salários e mão de obra, o que culminou no fechamento ou transferência de diversas empresas da cidade para outros locais.

Outro componente importante para se compreender a crise econômica do estado do Rio de Janeiro é o fechamento ou transferência de diversas empresas e órgãos estatais (federais e estaduais) localizadas na cidade, heranças de seu passado como sede do Distrito federal.

A crise econômica reduziu a renda do trabalhador, principalmente em função da inflação que corroía o poder de compra em questão de dias e do aumento exponencial do custo de vida, em grande parte, impulsionado pela inflação. Para amenizar ou evitar a redução da renda, uma parcela significativa de trabalhadores teve que iniciar uma segunda jornada de trabalho e os membros da família que não trabalhavam deveriam agora conseguir alguma ocupação para complementar a renda familiar.

**Figura 19 - Evolução do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE - Índice geral e Percentual mensal (1960-2005)**

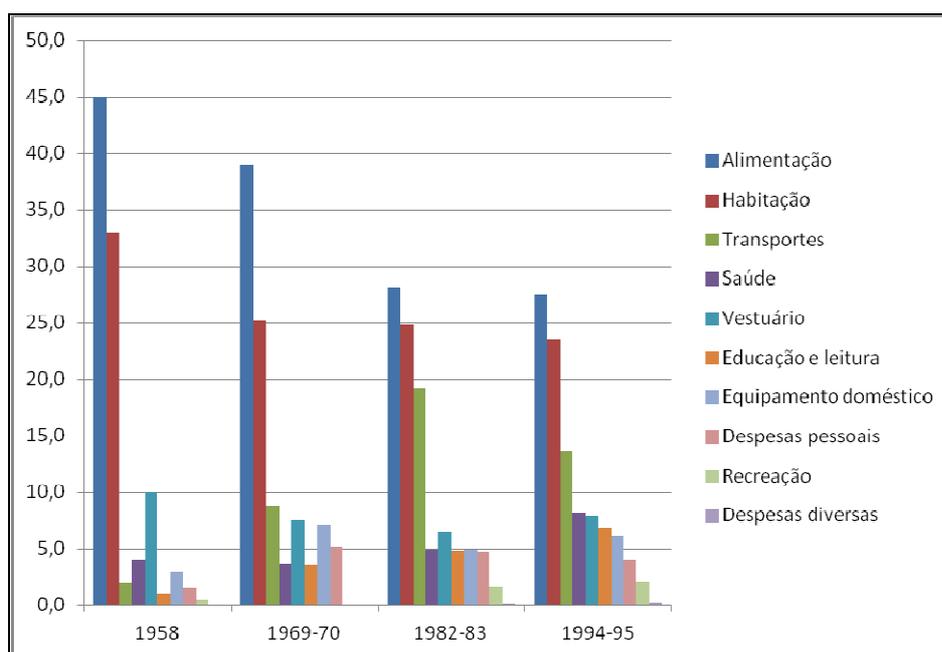


Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE. Índice geral.

A nova dinâmica econômica e suas repercussões sobre o mercado de trabalho atingiam com força os assalariados formais, que se precarizavam na medida em que viam seu poder aquisitivo cair, sua condição de vida piorar por conta dessa perda salarial e tinham que se dedicar à jornadas extras, muitas vezes em atividades informais, para complementar a renda familiar, tornando o trabalho algo exaustivo.

Os trabalhadores que já viviam de atividades informais, trabalhando “por conta própria”, quase sempre já precariamente, tiveram ainda mais dificuldade em lidar com essas transformações e se hiperprecarizaram. Isso, pois o aumento do custo de vida no que diz respeito às necessidades básicas, como alimentação e habitação, praticamente inviabilizava uma das duas *necessidades*, e impeliam o trabalhador a escolher entre “comer” e “morar”.

**Figura 20 - Estrutura do orçamento doméstico (1958-1995):  
distribuição percentual da renda familiar para finalidades diversas**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do Dieese; Estrutura do orçamento doméstico, Pesquisa de Orçamento Familiar, 1958 a 1995, Município de São Paulo.

De qualquer forma, é possível afirmar que as condições de vida dos pobres urbanos pioraram e a expressão espacial deste processo foi a intensificação do processo de favelização e do crescimento da periferia metropolitana.

É importante salientar que a década de 1980 também presenciou a consolidação de um bairro rico na região litorânea da Zona Oeste, a Barra da Tijuca, que foi acompanhada, como não podia deixar de ser, pela formação e expansão áreas favelizadas, sendo, talvez, a mais expressiva a favela de Rio das Pedras. O processo de favelização da Barra da Tijuca foi induzido, em primeiro lugar, pela grande oferta de empregos na construção civil: ao longo de duas décadas, os operários da construção civil estabeleceram moradia em barracões e moradias improvisadas próximos ao local de trabalho, uma vez que o acesso à Barra da Tijuca via transporte público não era (e talvez ainda não seja) um dos mais fáceis.

Após a consolidação do Bairro e a redução das oportunidades na construção, o setor de serviços oferecia uma grande quantidade de empregos formais e informais para a população que vivia nessas favelas. Empregadas domésticas, porteiros, babás, jardineiros, pedreiros, auxiliares de manutenção em geral e tantos outros trabalhadores de baixa renda começaram a ser incorporados ao mercado de trabalho local e contribuírem para o crescimento econômico do bairro e adjacências. Porém, tal crescimento manteve e reproduziu o mesmo padrão de segregação singular do Rio de Janeiro, onde as favelas ocupam áreas centrais e, por isso, ambos podem tirar proveito dessa associação. Os moradores das favelas podem se beneficiar de certas vantagens locais como a proximidade do trabalho, além de comércio e serviços, transportes etc. Já os bairros formais e seus moradores tiram proveito da oferta de uma mão de obra farta e barata, disponível para atividades que não seriam atraentes para os habitantes de espaços formais nas redondezas.

Outro fator de extrema importância para a dinâmica urbana do Rio de Janeiro ainda na década de 1980 é a territorialização das favelas cariocas por criminosos que movimentam o tráfico de drogas na cidade. Nas décadas seguintes, com o surgimento das facções que passam a comandar do tráfico de drogas na cidade, territorializando as favelas e, também, o “asfalto”, como pontos de vendas, observação da movimentação, roubos, assaltos e outros crimes, a cidade vai presenciar uma intensificação da violência urbana e um novo componente vai caracterizar a relação entre o Estado e as favelas: a violência policial.

Para SOUZA (2005: 49, 50), as quadrilhas estão longe de serem os maiores exemplos de organização criminosa, portanto, não se deve exagerar na sua capacidade de organização e atuação; além disso, as quadrilhas que operam no varejo são apenas uma parte da grande rede criminosa que além das drogas envolve a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas. É fácil

concluir que as quadrilhas que operam nas favelas cariocas são os nós mais frágeis de uma grande e poderosa rede que opera em diversas escalas (SOUZA, 2005).

A base logística das quadrilhas são as favelas (principalmente os morros), uma vez que oferecem diversas vantagens estratégicas para o comércio de drogas: uma mão de obra numerosa, carente de educação e qualificação, em grande parte desempregada ou subempregada, exposta aos atrativos de consumo típicos de uma grande cidade (estética, produtos, bens, lazer) e, ao mesmo tempo, quotidianamente lembrada do seu papel subalterno nessa sociedade e consciente da desigualdade que a cerca.

Cria-se um verdadeiro totalitarismo tendencial da racionalidade - isto é, dessa racionalidade hegemônica, dominante, produzindo-se, a partir do respectivo sistema, certas coisas, serviços, relações e ideias, não outras coisas. Esta, aliás, é a base primeira da produção de carências e de escassez, já que uma parcela considerável da sociedade não pode ter acesso às coisas, serviços, relações, ideias que se multiplicam na base da racionalidade hegemônica.

(...)

Nessa situação, as técnicas, a velocidade, a potência criam desigualdades e, paralelamente, necessidades, porque não há satisfação para todos. Não é que a produção necessária seja globalmente impossível. Mas o que é produzido - necessária ou desnecessariamente - é desigualmente distribuído. Dai a sensação e, depois, a consciência da escassez: aquilo que me falta a mim, mas que o outro melhor situado na sociedade possui. A ideia vem de Sartre, quando registra que "não há bastante para todo o mundo". Por isso o outro consome e não eu. Cada homem é, afinal, definido pela soma dos possíveis que lhe cabem, mas também pela soma dos seus impossíveis. (SANTOS, 1999b: 1, 2)

Essa população constitui, em grande medida, o hiperprecariado urbano que, com grande dificuldade de conseguir um trabalho capaz de garantir o seu sustento dignamente, ou impossibilitado por outras causas de alcançar essa posição (por problemas com vícios, absoluta falta de preparo físico e cognitivo, complicações familiares, como a incapacidade de sustentar os filhos, por terem responsáveis ausentes etc.), passa a ser alvo do assédio dos narcotraficantes com a oferta de trabalho e remuneração em atividades ilícitas.

As vantagens iniciais parecem atraentes: dependendo da atividade exercida, o trabalho garante um tipo de status e capacidade de exercer poder no local de moradia, um tipo de respeito calcado na coação dos moradores, a facilidade com que se tem acesso a armas e drogas e o retorno financeiro que dificilmente seria o mesmo em um emprego lícito na favela, ou “no

asfalto”. São diversas as atividades do tráfico, vigia dos acessos da favela, preparação das embalagens das drogas que serão vendidas, venda, entrega de encomendas, proteção dos pontos de preparo e venda das drogas, observação do movimento no interior da favela e no entorno; são todas atribuições de quem está familiarizado com a geografia do lugar. Uma geografia marcada por becos, ruas estreitas, esconderijos para pessoas, armas e drogas, atalhos e as moradias e seus habitantes. Essa familiaridade garante a vantagem tática no momento do conflito por conta do seu conhecimento do terreno.

O espaço territorializado pelas quadrilhas opera uma transformação no cotidiano dos moradores da cidade com a introdução, ou aumento da sensação de medo e insegurança, mas principalmente, dos moradores das próprias favelas. Novas regras e normas são instituídas nesses espaços e substituem, em diversas ocasiões, as leis formais do Estado brasileiro: toques de recolher, códigos de conduta e postura, prática de investigação, julgamento e condenações sumárias dos moradores (que trabalham ou não para o tráfico) por meio de “tribunais” constituídos pelos traficantes e suas quadrilhas.

A relação entre os traficantes e os moradores é bastante complexa, onde diversos interesses e necessidades estão em jogo, no entanto, é possível afirmar que, ao fim e ao cabo, as quadrilhas representam um poder heterônomo e extremamente violento.

Nos anos 80 é possível afirmar que a influência do tráfico na vida cotidiana fica relativamente restrita ao território da favela. No entanto, nas décadas seguintes (1990 até os dias atuais), é indiscutível como a atividade criminosa condiciona a dinâmica da cidade. O tráfico de drogas não é sinônimo de violência urbana, no entanto, para o conjunto da cidade e de seus moradores, a dinâmica violenta do tráfico e de crimes associados direta ou indiretamente a ele (roubos e furtos para viabilizar a compra de drogas, assaltos a estabelecimentos comerciais e de serviços, roubo de cargas para financiar as atividades e o sustento das quadrilhas etc.) imprimiram uma nova dinâmica urbana na cidade do Rio de Janeiro pautada pelo medo e pela insegurança conforme aponta SOUZA (2008a).

Em função do aumento da violência e da sensação de insegurança, vários espaços da cidade passaram a ser evitados em determinados dias e horários, o temor de estar em determinado bairro, via expressa ou perto de alguma favela era compartilhado coletivamente, alimentando imagens e discursos estigmatizantes das favelas e seus moradores como lugares violentos e ocupados por pessoas cúmplices do tráfico. Na esteira deste medo generalizado, a cidade foi se

fechando para evitar a violência e o contato com o outro: inúmeros condomínios fechados foram surgindo oferecendo segurança e conforto para que seus moradores não precisassem se “aventurar” na cidade para fazer compras ou ter momentos de lazer. Ao mesmo tempo, praças foram cercadas, inúmeras grades e câmeras de vigilância foram instaladas nas portarias de prédios e casas, a vida noturna ficou restrita em diversos bairros da cidade devido ao medo de sair à rua, os *shoppings* se transformaram na principal opção de lazer de grande parte da população justamente por oferecer a segurança de um espaço fechado e monitorado, de onde se entra e sai de automóvel e com estacionamento controlado.

Este contexto que caracteriza o período que vai da década de 1990, aos dias atuais, expressa aquilo que Souza (2005: 216) denomina de “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”. Este processo se define, em primeiro lugar, a partir da fragmentação territorial da cidade no sentido explícito do conceito de território. O que se coloca em questão é a territorialização de espaços urbanos por diferentes protagonistas criando um contexto geral de erosão da sociabilidade e do espaço público (SOUZA, 2005, 2008).

O que está em jogo, na esteira da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, é a própria cidade em seu sentido usual – ou seja, como uma unidade na diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrente não eliminam a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente. A fragmentação, como o nome indica, relativiza ainda mais e decisivamente uma unidade desde sempre já relativizável à luz de sua diversidade. (SOUZA, 2005: 217)

O primeiro aspecto importante deste processo é a “fragmentação” da cidade que se materializa no fechamento e relativo isolamento de diversos espaços motivados justamente pela sensação de insegurança, pelo medo, pela violência e pela desconfiança em relação ao outro. Portanto, a

territorialização de favelas pelo crime organizado é, assim, um fator de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial do tecido urbano e de *desordem* à escala da cidade como um todo, embora represente, ao mesmo tempo, uma *nova ordem* social e espacial em construção (SOUZA, 2005: 196. Grifos no original).

Os efeitos da crise da década de 1980 somados ao novo contexto político e social da década de 1990 engendraram um processo de autosegregação das elites urbanas (Souza, 2005:

97). O aumento da pobreza urbana e da informalidade, a degradação física da cidade (principalmente no Centro e na Zona Norte), o aumento da favelização, o incremento da violência e a territorialização das favelas pelo tráfico de drogas motivaram a parcela mais rica da classe média e as elites urbanas a buscar espaços cada vez mais individualizados, privados, isolados, vigiados e protegidos contra os perigos da cidade. As melhores expressões da autosegregação elitista são os condomínios fechados, os *shopping centers* e o fechamento de ruas com a utilização de cancelas, grades ou muros.

O fechamento e o isolamento motivados pela violência e pela busca por segurança contribuem para erodir a capacidade de ação coletiva e pública nas metrópoles brasileiras e, particularmente, no Rio de Janeiro. Essa erosão é mais perceptível nos espaços da “cidade formal”, onde o individualismo, o distanciamento (dos espaços ou, no limite, dos olhos, com muros altos, interfones, vidros escuros nos automóveis) e a falta de interesse pelo outro se torna uma característica cada vez mais presente e disseminada. Nos espaços populares da precariedade da vida e dos trabalhadores hiperprecarizados, como favelas, ocupações de sem-teto, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais de baixa renda e outros, esse aspecto da proximidade, da solidariedade, do “estar junto” em bons e maus momentos, do compartilhamento, do agir coletivamente, a adaptação e flexibilidade na solução de problemas ainda estão muito mais presentes e permitem diferenciar esses espaços com o que Milton Santos chamou de “flexibilidade tropical”, que pode ser estendida para uma “solidariedade tropical”.

Com a divisão do trabalho por cima dá-se uma solidariedade criada de fora e dependente de vetores verticais e de relações pragmáticas frequentemente longínquas. A racionalidade é mantida às custas de normas férreas, exclusivas, radicais, implacáveis. Sem obediência cega não há eficácia.

Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais. Aqui são as relações de proximidade que avultam, este é o domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores, uma adaptabilidade que é fundada de dentro. A cada movimento novo, há um novo equilíbrio em favor da sociedade local e regulado por ela.

A divisão do trabalho por cima é um campo de maior velocidade, com sacrifício do simbólico. Nela, a rigidez das normas econômicas (privadas e públicas) impede a política e toma o seu lugar. Por baixo, há maior dinamismo, maior movimento, mais encontros, maior complexidade, mais riqueza (a riqueza e o movimento dos homens lentos), mais combinações.

Produz-se uma nova centralidade do social, segundo a fórmula sugerida por Ana Clara Torres Ribeiro, o que constitui uma nova base para a afirmação do reino da política. (SANTOS, 1999b: 3)

A resposta estatal para a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial foi dividida em duas frentes, segundo SOUZA (2002 e 2008). A primeira foi a introdução do *planejamento mercadófilo* (cf. SOUZA, 2002) e a segunda foi a *militarização da questão urbana* (cf. SOUZA, 2008: 140).

A militarização da questão urbana representa o ápice de uma política de segurança pública baseada no confronto físico e violento como principal estratégia de combate às quadrilhas que operam o tráfico de drogas varejo na cidade do Rio de Janeiro. Mais do que o confronto em si, a militarização implica uma mudança de sentido do que é a segurança pública. Souza (2008: 150. Grifos no original) nos lembra que a segurança pública é

*a segurança do público* – isto é, em uma acepção simultaneamente ampla e rigorosa, *a segurança da coletividade, dos cidadãos* -, seja em espaços públicos, seja em seus espaços privados de residência ou trabalho. É a garantia de saber que nenhuma violência ocorrerá (o que seria um delírio, mesmo em uma sociedade basicamente autônoma: como evitar um crime passionnal?...), mas, sim, que o risco de alguém sofrer uma agressão, especialmente no tocante a certos tipos de crime violento, foi tão reduzido quanto possível. Essa redução de risco não deve derivar meramente do emprego de um aparato de segurança do Estado.

O autor deixa claro que a segurança pública não deve ser reduzida a uma questão policial, seja na prevenção ou na repressão de ações criminosas. A segurança pública remete diretamente à questão do exercício efetivo dos direitos dos cidadãos em ter acesso a bens e serviços que lhes permita viver dignamente e participar de forma concreta do exercício do poder político. A militarização dissolve esses significados e mais do que reduzir a questão da segurança pública, ela transforma os criminosos (que, apesar de tudo, são cidadãos, logo, portadores de direitos) em *inimigos* que devem ser derrotados (presos ou mortos). E para derrotar o inimigo é necessário ampliar e melhorar o aparato de segurança, que acaba se transformando em uma máquina de guerra. Nesse momento, a polícia sofre pressões para se transformar nessa máquina de guerra (daí

a existência do BOPE) e, quando ela não é capaz de dar as resposta que parte da sociedade exige, as Forças Armadas são chamadas a intervir<sup>61</sup>.

A militarização da questão urbana trouxe impactos negativos para a população que mora em favelas. A transformação do criminoso em inimigo é rapidamente transposta também para o morador que não tem nenhuma ligação direta com a atividade criminosa. Nesse sentido, o tratamento dado aos moradores pela polícia do Rio de Janeiro, principalmente pela Polícia Militar é marcado por inúmeras violações dos direitos humanos, arbitrariedades e violência. Se o traficante é inimigo, a população é vista como aliada ou, pelo menos, cúmplice e isso, na visão da corporação, é motivo para a suspensão dos direitos constitucionais. Essa postura alimentou ainda mais o estigma e a marginalização dessa população que é vista como cúmplice, aliada ou como criminosa em potencial. Essa forma de atuação nas favelas é marcada pelas ações mal planejadas e coordenadas, pelo descaso com a segurança do público, afinal, o que esperar de um conflito armado entre traficantes e policiais em áreas com elevada densidade populacional? Os mortos e feridos por balas perdidas, as execuções sumárias, os “autos de resistência”, a invasão de domicílios, as extorsões, torturas e humilhações levaram a uma relação de ódio, raiva e ressentimento entre a polícia e a população local.

No campo das políticas de compensação, destacamos o *Projeto Favela Bairro I*, destinado a realizar obras de infraestrutura e melhoramento em 62 favelas do Rio de Janeiro e o *Favela Bairro II*, que atingiu 89 favelas e 17 loteamentos<sup>62</sup>. Outro projeto de relevância foi o *projeto Rio Cidade*, implementado em 1993, que atingiu inúmeros bairros em todas as partes da cidade e teve como objetivos fundamentais a melhoria dos equipamentos urbanos como calçamento, pavimentação, sinalização, modernização das redes subterrâneas de energia, comunicação e esgoto, construção de abrigos em paradas para ônibus, manutenção de praças, entre outros. Retomaremos esse assunto no último capítulo.

Recentemente, a política de segurança pública vem sendo sincronizada à lógica do planejamento mercadofilo que foi implementado no Rio de Janeiro no início da década de 1990.

---

<sup>61</sup> É importante recordar o marco desse processo: a ocupação das ruas da cidade pelo Exército durante a Eco-92 e a Operação Rio, iniciada em 31 de outubro de 1994, sendo que nesta última, diversas favelas (Borel, Alemão, Dendê, Adeus, Juramento, Pavão, Pavãozinho) foram ocupadas pelas tropas do Exército com a função de combater o crime organizado. Mais recentemente, em novembro de 2010, a ocupação de diversos bairros da Zona Norte da cidade, por motivo da ocupação do Complexo do Alemão pela polícia e pelas forças armadas, com tanques de guerra, helicópteros, diversos veículos militares e transmissão ao vivo pela TV em rede nacional. Essa última ocupação resultou em dezenas de mortes, algumas não divulgadas, não investigadas, apenas lamentadas pelos familiares em denúncias feitas em jornais, sites na internet, programas de televisão e redes sociais.

<sup>62</sup> [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/64\\_riodejaneirofavela-bairro.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/64_riodejaneirofavela-bairro.PDF)

O planejamento mercadofílico a que se refere SOUZA (2003, 2006a) é aquele que trata a gestão urbana a partir de uma lógica empresarial, ou seja, promove flexibilizações e desregulamentações, além de reduzir a presença do Estado e da sociedade civil organizada no planejamento e na gestão através da utilização de dispositivos como as “parcerias público-privadas” e suas intervenções não colocam em questão as causas efetivas dos problemas urbanos, promovendo modernizações pontuais e paliativas (SOUZA, 2003: 136, 142).

Dentro dessa perspectiva, as ações do poder municipal são pautadas na perspectiva de promover a imagem da cidade através de peças de *city marketing* (SOUZA, 2003: 140) na tentativa de atrair investimentos e facilitar a reprodução das diferentes frações do capital. Dois exemplos disso são os projetos de “revitalização”<sup>63</sup> e “pacificação”<sup>64</sup> que vêm sendo implementados no Rio de Janeiro recentemente, com vistas aos megaeventos esportivos que a cidade sediará em 2014 e 2016. Esses projetos têm uma clara missão de limpar, embelezar e preparar o território para tornar-se atraente para empreendimentos privados de grande vulto, no sentido mesmo de comercialização da imagem e da própria cidade.

A política de segurança e “pacificação”, por exemplo, está sendo conduzida, de fato, como uma guerra: favelas que tenham uma importância simbólica para a cidade ou que estejam estrategicamente localizadas próximas aos locais onde as delegações, turistas e a imprensa mundial ficarão hospedadas e onde serão realizados os jogos e as competições olímpicas, estão passando por uma “limpeza”, ainda que temporária, para evitar que a violência prejudique os eventos e, conseqüentemente, a imagem da cidade<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> Vide o *Projeto Porto Maravilha* (<http://www.portomaravilhario.com.br/index.aspx>), proposto e implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com os governos Estadual e Federal, além dos investimentos privados, como compra de terrenos, demolição e construção de edifícios etc. O projeto tem como objetivo revitalizar os bairros da Zona Portuária e partes do Centro da cidade. “*Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho*”.

(<http://www.portomaravilhario.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>, consulta em 29/08/2011, 20:09).

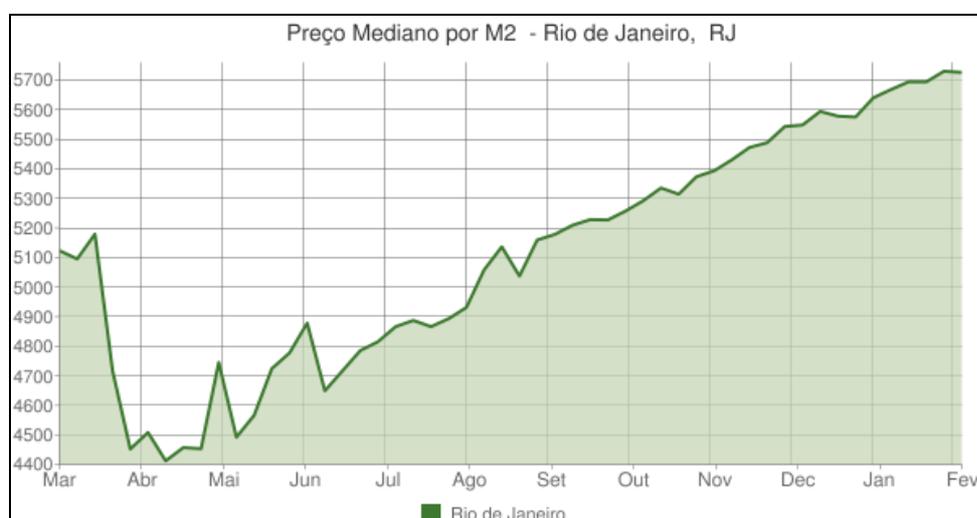
<sup>64</sup> Através da implantação de batalhões da Polícia Militar, denominados Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que têm como objetivo eliminar o tráfico de drogas e armas dentro das favelas e entre elas e os bairros do entorno, reduzindo episódios de violência e a criminalidade (<http://upprj.com/wp/>).

<sup>65</sup> O processo de “pacificação” consiste na ocupação da favela pelas forças policiais (primeiro pelo BOPE e, em seguida, por policiais militares, em sua maior parte, recém-formados na Academia de Polícia). Geralmente a ocupação é feita sem resistência por parte dos traficantes, que abandonam a favela dias antes da ocupação acontecer. Após a ocupação é feita uma grande operação de busca por armas e drogas escondidas na favela e por algum traficante que tenha ficado escondido. Depois da busca (chamada de “pente-fino” no meio policial) é implantado, então, o Batalhão sede da UPP.

Nas UPPs a Secretaria de Segurança fez a opção por policiais recém-formados, o que está relacionado à ideia de que os policiais não tragam “vícios” de outros batalhões e da própria rotina da profissão, especialmente a corrupção e a violência, e que desfaçam a visão estigmatizada por parte dos moradores de favelas. A princípio existem notícias e denúncias de algum tipo de violência policial, mas em uma quantidade menor do que o habitual. Assim, a política de segurança pública está sendo utilizada para criar um corredor de segurança que proteja, principalmente, os investimentos que serão realizados antes, durante e, se tudo der certo (na perspectiva estatal e privada), após os eventos.

É importante ressaltar que esses projetos têm sido implantados e levados a diante absolutamente à revelia dos cidadãos cariocas e, especialmente, daqueles diretamente atingidos pelas obras e remoções. A classe média e alta da cidade apoia as medidas, tanto pelas questões socioeconômicas e culturais aqui já expostas, mas especialmente, porque as obras e pacificações têm elevado os valores dos imóveis na cidade a cifras exorbitantes, com uma valorização que pode chegar a 400% em algumas áreas da cidade, como a região da Tijuca e Copacabana (bairros que receberam uma grande quantidade de UPPs).

**Figura 21 - Variação de preços imobiliários no Rio de Janeiro (2011/2012): preço médio por m<sup>2</sup>**



Fonte: <http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj>

Segundo dados divulgados acerca das tendências do mercado imobiliário carioca, o preço mediano por metro quadrado no Rio de Janeiro teve um aumento de 1,5% em fevereiro de 2012, em relação ao mês anterior, alcançando os R\$ 5.726. Durante no mesmo período o preço mediano

dos imóveis anunciados no Rio de Janeiro aumentou 0,3%, chegando aos R\$ 600.000. Simultaneamente, o número total de imóveis anunciados para venda caiu 21,5%<sup>66</sup>.

No entanto, a população pobre, e até a classe média baixa, que vive em favelas, em imóveis de baixo valor nas áreas do Centro e Zona Portuária da cidade, vem sofrendo com as remoções, desapropriações sumárias e, no limite, a “expulsão branca”, quando a valorização dos imóveis, especialmente os preços dos aluguéis, e a elevação do custo de vida, inviabilizam a permanência das famílias nesses locais.

Nesse sentido, a “revitalização” não tem sido propriamente fonte de nova vida, ou estímulo e vigor para essas pessoas, mas justamente o contrário. A violência, as arbitrariedades e o descaso são a moeda com que os pobres da cidade vêm sendo pagos na comercialização da mesma.

“Revitalização” é um termo que, em seu uso costumeiro, é profundamente ideológico, por dar a entender que o que havia, antes da intervenção “revitalizadora”, estava “morto”, “sem vida” – quando, na verdade, o que há, na área central do Rio e em espaços similares em muitas cidades pelo mundo afora, são bairros residenciais populares, não raro densos de vida e cultura. (SOUZA, RAMOS e MOREIRA, 2009)

Na esteira desse processo de revitalização, ou expulsão da pobreza da região central da cidade, foram iniciadas políticas determinadas a erradicar determinados “problemas”, como as ocupações irregulares (de prédios e terrenos), as atividades informais (comércio e serviços) e o trabalho ambulante.

Sob o nome fascistófilo de “Choque de Ordem”, uma campanha da administração municipal do Rio de Janeiro, com o apoio dos governos estadual e federal, está em curso desde que o prefeito Eduardo Paes assumiu, em janeiro deste ano. Entre as ações que visariam a garantir a tão sonhada “ordem” se contam a erradicação do comércio informal e, mais amplamente, a expulsão dos usos informais (isto é, legalmente irregulares ou ainda não “regularizados”) do Centro da cidade e de seu entorno, notadamente da Zona Portuária. Eliminar a favela do Morro da Providência (a mais antiga do Rio, localizada na Zona Portuária), seria um objetivo desejável para a burguesia da “Cidade Maravilhosa” (e, mais importante ainda, seria poder remover todas as favelas, em especial as da Zona Sul); mas, como, diferentemente da malograda onda de remoções de

---

<sup>66</sup> Dados de <http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj>, acessados em 03/03/2012, às 12:25h.

favelas dos anos 60 e 70, não há, na atual conjuntura, nem recursos nem viabilidade política para isso, a abordagem torna-se mais pragmática: “pacificar” as favelas (que é a atual linguagem disciplinar oficial) e – aí sim –, no caso das ocupações de sem-teto, impedir novas e “regularizar” ou, sempre que possível, preferivelmente erradicar as existentes. (SOUZA, RAMOS e MOREIRA, 2009)

É explícita e gritante a falta de políticas públicas em todas as esferas de governo que atendam minimamente às famílias afetadas pelo déficit habitacional. O alarde desproporcional criado em torno dos últimos programas habitacionais do Governo Federal, em conjunto com debates e discussões sobre a “revitalização” das áreas centrais de grandes cidades desconsidera completamente o fato de cerca de 90% da população que sofre com o déficit habitacional brasileiro possuir uma faixa de renda que não é contemplada por qualquer política pública de habitação. Segundo MOREIRA (2009: 32)<sup>67</sup> a estimativa do déficit habitacional total (déficit habitacional quantitativo<sup>68</sup> + inadequação de moradias<sup>69</sup>) no Brasil é de quase 6 milhões de domicílios, e da cidade do Rio de Janeiro, cerca de 150 mil domicílios<sup>70</sup>.

Grande parte da população que vive no Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro encontra-se na faixa considerada de baixa renda (0 a 3 salários mínimos de rendimento mensal), se elas não serão beneficiadas por políticas públicas para habitação, que destino terão com a conclusão da “revitalização” e a consequência valorização da área em questão?

Retoricamente, vários são os órgãos públicos das três esferas de governo que dizem se preocupar em destinar seus imóveis vagos e ociosos para moradia de interesse social. Como exemplos emblemáticos temos o próprio INSS e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cada um destinando de um a dois de suas centenas de imóveis para moradia popular (atingindo conjuntamente, se muito, pouco mais de 200 famílias). A Secretaria do Patrimônio da União, com incontáveis imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (dentre outros tantos), tem até o momento se comprometido a encaminhar os imóveis localizados no centro do Rio de Janeiro para a iniciativa privada, ao invés de destinar para moradias de interesse social. Da mesma maneira os imóveis da

<sup>67</sup> Com base no estudo de 2004 da Fundação João Pinheiro, que utilizou dados do Censo Demográfico de 2000, a pedido do Ministério das Cidades sobre os municípios.

<sup>68</sup> Domicílios rústicos, domicílios improvisados, coabitação familiar, cômodos próprios, alugados e cedidos.

<sup>69</sup> Densidade excessiva de moradores por dormitório, carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo), inadequação fundiária urbana, inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.

<sup>70</sup> Estes são os somatórios dos totais referentes à coabitação familiar (número de famílias conviventes secundárias e número de famílias residentes em cômodos), aos domicílios improvisados e aos domicílios rústicos.

Prefeitura e do estado (ociosos ou devedores) também têm servido de moradia para diversos outros tipos de animais (à exceção dos humanos), contribuindo para a constante dissolução das construções pelas intempéries – enquanto crianças, idosos, mulheres e homens são obrigados a disputarem metros quadrados de calçadas e marquises. (GRANDI, RAMOS, ALMEIDA e MOREIRA, 2010)

Note-se que não se trata de uma discussão retórica sobre necessidade e possibilidade, tampouco se trata de viabilidade técnica, limitações burocráticas ou orçamentárias. A questão resume-se ao que é, de fato, prioridade e interesse da parte de órgãos de governo e entidades privadas, na destinação dos imóveis da região central da cidade. Definitivamente não é a população de baixa renda.

O Centro e a Zona Portuária do Rio de Janeiro, antiga sede do governo federal, repleto de edifícios públicos e de importantes empresas hoje extintas ou transferidas, é hoje uma região degradada em vias de ser transformada na “mais nova Barcelona ou Buenos Aires tropical”. Edifícios públicos em estado de abandono e decomposição no centro poderiam ser destinados à habitação social, para pessoas que têm necessidade de morar em áreas centrais, mais favorecidas com infraestrutura, transportes públicos, serviços e comércio. Porém, quanto esses imóveis podem render abrigando sedes de importantes empresas nacionais e internacionais? Quanto capital podem movimentar em investimentos nos projetos “da moda” (megaeventos esportivos, *showbizz*, petróleo/Pré-sal)? Por que regularizar o comércio informal, criar alternativas ou melhorar as condições de trabalho no centro para os desempregados e subempregados se a iniciativa privada de grande porte tem projetos para investimentos de grande monta em casas noturnas, hotéis, bares e restaurantes, museus, centros de exposições e convenções, cinema, teatro, lojas e tantas outras opções de comércio e serviços geradoras de lazer, entretenimento, além de “de emprego e renda”?

O Estado parece se empenhar para que cada tipo de alternativa popular à crescente precarização de suas condições de vida seja enfraquecida e impossibilitada, tanto no que diz respeito à própria reprodução da vida (saúde, trabalho, habitação), quanto a qualidade da mesma (educação, cultura, por exemplo).

Da mesma maneira, um verdadeiro *projeto popular* precisa ser construído com bases sólidas de mobilização e discussões densas sobre qual cidade se quer, sobre quais são as prioridades e sobre como um processo auto-

gerido, auto-organizado, auto-planejado pode ser feito. (GRANDI, RAMOS, ALMEIDA e MOREIRA, 2010)

Retomaremos essa discussão nos capítulos seguintes, quando nos remeteremos às formas como esses projetos heterônomos vem sendo discutidas pelos movimentos sociais, quais as alternativas que vêm sendo propostas a essas medidas de segregação, exclusão, e violência, bem como as estratégias dos trabalhadores sem-teto, o hiperprecariado ativista, no Rio de Janeiro, em seu projeto de viabilização do trabalho e apropriação do espaço no centro da cidade, garantindo, assim, moradia e renda.

Esse breve panorama da conjuntura, do planejamento e dos projetos que nortearam e norteiam a produção do espaço da cidade mostra que as perspectivas privatistas, elitistas, tecnocráticas predominaram ao longo da história e determinaram a geografia da cidade, mas não se encerram aí.

## **Capítulo 2 - ... À dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro**

### **2.1 – Ativismos, movimentos sociais e o movimento dos sem-teto**

O debate sobre os ativismos e movimentos sociais não é novo nas ciências sociais e, particularmente, na teoria social crítica, que incorporou sistematicamente essa temática nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970. Um período histórico caracterizado por um aumento da conflitividade social e pela emergência de um grande conjunto de lutas e conflitos que colocavam em questão os modelos sociais hegemônicos daquele momento, ou seja, o capitalismo e o “socialismo real”. Uma conjuntura marcada, em primeiro lugar, pelo processo de reestruturação produtiva do modelo de produção capitalista nos países centrais, o que significava, concretamente, uma reestruturação das relações de poder no seio das relações de produção. Este processo de reestruturação levou a um novo engajamento dos trabalhadores em um novo ciclo de lutas reivindicatórias para manter determinados direitos e evitar a degradação das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, uma série de novos protagonistas emerge para colocar em questão valores que sustentam o capitalismo e o “socialismo real”: são os jovens que questionam as relações autoritárias nas instituições de ensino, na família e no trabalho; as mulheres que colocam em xeque os pilares da sociedade centrada no gênero masculino e exigem direitos iguais aos dos homens na participação política e econômica, bem como colocam as questões da sexualidade – como o aborto e os métodos anticoncepcionais – em outro patamar de discussão; são pacifistas, que apontam para os riscos de uma economia fortemente atrelada à indústria bélica e à proliferação dos conflitos e intervenções para resolução de questões geopolíticas; os ambientalistas, que chamam a atenção para a insustentabilidade política, econômica e social do modelo urbano-industrial-consumista; os negros iniciam lutas contra o racismo, a segregação e pela afirmação dos direitos civis. Simultaneamente, na África, na Ásia e na América Latina se desenrolam as lutas de libertação nacional, pelo fim das heranças persistentes da colonização, bem como movimentos contra as ditaduras militares e pela redemocratização política.

A conjuntura das décadas de 1960 e 1970 instigou diversos intelectuais e pesquisadores (militantes ou não) a incorporar as novas dinâmicas das ações sociais às suas reflexões. Em outras palavras, a grande variedade de ações, a emergência de novos protagonistas, novas questões, inúmeros conflitos e lutas em diversas partes do mundo demandavam novas análises teóricas, metodológicas e políticas. Era necessário compreender o conteúdo e a natureza daquela grande variedade de experiências.

O sociólogo Alain TOURAINE (1973, 1974 e 1977) torna-se, nesse contexto, um intelectual pioneiro na reflexão crítica acerca da natureza e das ações sociais que caracterizam esse período e, de certa forma, institui uma tradição no pensamento social crítico, que estabelece distinções entre as formas da ação social. Nesse sentido, esse autor estabelece um importante marco teórico e político no debate acerca das ações coletivas e, principalmente, no que se refere ao debate acerca dos ativismos e movimentos sociais.

TOURAINE vai se dedicar às formulações acerca dos movimentos sociais, na tentativa de estabelecer as diferenças de conteúdo e natureza entre eles e outras formas de ação coletiva. Nessa perspectiva, o sociólogo francês vai compreender os movimentos sociais como um tipo muito específico e particular de ação social, que representa o grau máximo das contradições sociais e, por isso, encarnam práticas que buscam superar a sociedade instituída. Para esse autor, um movimento social deve ter um amplo horizonte de luta política, deve ser capaz de articular diversas escalas de luta, agir orientado conscientemente por um determinado projeto político e econômico. Nessa perspectiva, os movimentos sociais devem buscar alterar as estruturas de poder da sociedade instituída, elevando ao máximo as contradições sociais até o momento de ruptura.

As formulações de TOURAINE apontam para um *processo revolucionário*, ou seja, o movimento social deveria ter como horizonte político a instituição de uma sociedade *socialista*. SOUZA (1988) chama a atenção para o fato de que o papel dos movimentos sociais, na visão de TOURAINE, é de substituir as classes dominantes, mas não necessariamente acabar com a heteronomia.

Esta acepção é sem dúvida estreita, mas não é o que importa aqui. O que interessa é que Touraine, ao mesmo tempo, vê o movimento social como a expressão máxima das contradições da sociedade – tanto é que ele está presente quando de uma revolução -... sendo assim, por conseguinte, sempre revolucionário, desde que por revolução não se compreenda somente um processo destinado a, no final, frustrar a esperança de pôr termo à heteronomia. Mas Touraine, como já indiquei na Introdução, não

aposta na autonomia efetiva. Ele aposta, como alternativa ao estatismo marxista-leninista, na democratização e na modernização da sociedade capitalista, graças à ação polinizadora e crítica dos movimentos e ao advento da tecnologia pós-industrial. Sem questionar radicalmente o Estado, a heteronomia. (SOUZA, 1988: 100, 101)

A despeito das discordâncias, é preciso reconhecer o fato de Alain TOURAINE ter estabelecido determinados parâmetros, que culminaram na consolidação de uma tradição que busca identificar e diferenciar a natureza e o conteúdo das ações sociais. Manuel CASTELLS, referência crucial para o debate dos movimentos sociais urbanos, insere-se nesta tradição, apesar de significativas divergências com o primeiro; ele permanece fiel à formulação de que os movimentos sociais são um tipo particular de ação social. Em *A questão urbana*, CASTELLS (2000: 540) define movimentos sociais como

Um conjunto de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que o seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial das relações de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado.

Em um trabalho publicado posteriormente, chamado *The City and the Grassroots*, CASTELLS (1983) formula de forma clara e explícita um conceito de movimento social, que o diferencia de outras formas de ação coletiva.

Uma vez que os interesses socialmente dominantes têm sido institucionalizados e resistem às mudanças, a maior parte das inovações na dinâmica e estrutura urbanas, principalmente, vem de demandas e mobilizações dos ativismos sociais; quando essas mobilizações resultam em transformações da estrutura urbana, nós podemos chamá-las de movimentos sociais. (Tradução livre a partir de CASTELLS, 1983: xviii<sup>71</sup>)

Acreditamos que tal debate é de fundamental importância para garantir a maior consistência teórica e política das análises e pesquisas produzidas acerca das ações sociais, principalmente no que se refere ao conjunto da produção brasileira acerca dos ativismos e movimentos sociais. De forma geral, como nos mostra SOUZA (2006a e 2008b), as décadas de

---

<sup>71</sup> “Because socially dominant interests have been institutionalized and resist change, major innovations in the city’s role, meaning, and structure tend to be the outcome of grassroots mobilization and demands; when these mobilizations result in the transformation of urban structure, we call them urban social movements.” (CASTELLS, 1983: xviii).

1970 e 1980, no Brasil, foram marcadas por um predomínio de trabalhos basicamente empíricos (essencialmente descritivos e pouco analíticos), com pouca reflexão ou embasamento teórico e estes, quando existiam, estavam fortemente influenciados por uma perspectiva marxista e estruturalista<sup>72</sup>, o que caracterizava uma apropriação acrítica da produção intelectual estrangeira, salvo raras exceções como, por exemplo, SANTOS (1981), SADER (1988) e SOUZA (1988).

Este quadro originou uma grande quantidade de trabalhos nos quais não havia a preocupação em se distinguir, de forma mais consistente, o conteúdo e a natureza das ações sociais, o que caracterizava um contexto de imprecisão conceitual (e política) acerca das ações sociais. Inúmeras expressões e palavras eram utilizadas, sem maiores formulações críticas, para identificar as ações coletivas: movimentos reivindicativos, movimentos associativos, movimentos urbanos, movimentos populares, ativismos, etc. O problema ocorre quando a mesma palavra ou expressão é utilizada para qualificar ações com conteúdos e naturezas distintas, o que vai ocorrer, com frequência, na produção brasileira: tudo (ou quase tudo) passa a ser movimento social. Tal imprecisão teórica levava a análises, também, imprecisas, e gerava distorções na interpretação da dinâmica política da ação coletiva. Assim, um quebra-quebra, um saque ou um “episódio de violência” eram tratados da mesma forma que uma ação coletiva organizada, estruturada e pautada por princípios e objetivos políticos relativamente claros.

Em um texto sintético, porém importante, o qual serve de norte para esta nossa reflexão, SOUZA (2008b), realiza um balanço crítico da produção brasileira acerca dos ativismos e movimentos sociais, particularmente no que se refere à produção da Geografia. O autor chama atenção para o fato de que a década de 1990 foi caracterizada por uma estagnação dos trabalhos referentes ao tema, apesar da emergência de “novíssimos movimentos sociais”, como o *hip hop* e o movimento dos sem-teto. Foi apenas após a virada do ano 2000 que a temática dos ativismos sociais passou a ser recuperada pelos pesquisadores brasileiros e de outras áreas do conhecimento. No caso específico da Geografia é possível observar, a partir desse período, um grande crescimento do número de trabalhos acerca dos ativismos, demonstrando um renovado interesse pela temática.

A experiência com a participação e apresentação de trabalhos, bem como as publicações dos anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG/AGB) entre 2000 e 2010 nos permitiram

---

<sup>72</sup> São exemplos, os trabalhos de GOHN (1979, 1982 e 1985), JACOBI (1980 e 1989) e NUNES (1985).

identificar, a retomada de pesquisas desse tipo por um grande número de profissionais e estudantes. É interessante ressaltar que, a maior parte dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas, foram, ou são dedicadas, principalmente, aos ativismos no campo, ou ainda relacionados às populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, populações indígenas), enquanto os trabalhos relativos aos ativismos urbanos ainda figuram como minoria. É importante sublinhar ainda outro ponto observado por SOUZA (2008b) que se trata da maior consistência teórica dos trabalhos relativos aos ativismos do campo, principalmente no que se refere a uma análise adequada da espacialidade. Já no que diz respeito às pesquisas sobre ativismos urbanos, é possível identificar lacunas e inconsistências teóricas significativas, especialmente quanto a dois pontos fundamentais: *primeiro*, em relação aos *conceitos* de ativismo e movimento social; *segundo*, a apreensão da *espacialidade* dos ativismos.

No que tange ao primeiro ponto, podemos nos colocar na tradição inaugurada por TOURAINE (1973), que busca identificar e distinguir o conteúdo e a natureza das diferentes formas de ação social. Devemos reconhecer a existência e a importância de diversas ações que podem ser consideradas espontâneas, esporádicas e pontuais, como um saque, um quebra-quebra, um bloqueio de uma rua. Essas ações não se definem por serem conscientemente planejadas, não fazem parte de uma ação coletiva minimamente organizada em torno de determinados objetivos (pré)definidos, ou, pelo menos, razoavelmente claros para as pessoas envolvidas. Tais ações “não visam à conquista de direitos e/ou não veiculam um projeto que ultrapasse os estímulos mais imediatos da conjuntura” (RIBEIRO *et al*, 2001:10), são ações onde os objetivos são pontuais e imediatos, não apontam para um questionamento sistematizado da sociedade instituída. Nessa perspectiva, não se tratam de ativismos sociais. No entanto, não devemos desvalorizar ou subestimar tais ações, uma vez que elas exprimem, de forma concreta, as contradições e conflitos da sociedade. São manifestações que exprimem sentimentos não verbalizados, formulados ou sistematizados, de dor, revolta e de percepção das desigualdades e injustiças. Eles representam formas imediatas de se fazer ver, ouvir e tentar conquistar direitos básicos e indispensáveis à vida cotidiana.

Segundo SOUZA (2006a), podemos compreender os ativismos sociais como um amplo conjunto de ações sociais minimamente estruturadas e organizadas, que possuem certa duração e são conscientemente orientadas para alcançar determinado fim. Nessa perspectiva, os ativismos englobam um conjunto muito amplo de diferentes formas de mobilização e

participação política de grupos e classes na dinâmica da sociedade, incluindo os movimentos sociais.

*[O]s ativismos sociais* (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os ativismos sociais, como ações públicas *organizadas e relativamente duradouras*, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (“vandalismo de protesto”), saques e outras; e, como ações *públicas*, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies, em sentido restrito, que tendem a atuar nos “corredores do poder estatal”, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não propriamente públicas. Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos paroquiais. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar. São, não raro, prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo. (SOUZA, 2006a: 278)

Os ativismos “puramente reivindicativos” são formas de mobilização e organização que expressam lutas por demandas relativamente pontuais e específicas, as quais devem ser satisfeitas dentro dos marcos do *status quo* como, por exemplo, a pavimentação de uma rua, obras de infraestrutura urbana, a formalização de um determinado direito para um grupo ou classe específica (obras que facilitem o acesso de deficientes físicos a lugares públicos, por exemplo). No entanto, essas mobilizações ainda que sejam bem organizadas e estruturadas, geralmente não garantem a continuidade das articulações da sociedade envolvida e assistem à desmobilização dos protagonistas após a conquista da sua reivindicação. Esse cenário define o caráter efêmero e passageiro deste tipo de ação.

O conteúdo e a natureza política dos ativismos reivindicativos nos indicam formas de ação social que não colocam em questão, de forma ampla e explícita, as relações de poder que constituem a sociedade, não apresentam críticas e questionamentos mais profundos, não articulam a conjuntura e a estrutura para poder produzir um discurso e uma prática política mais contundente. Mesmo atuando de forma multiescalar, articulando diversas organizações e promovendo diferentes mobilizações, esses não conseguem (ou não almejam) superar a barreira

da reivindicação. São exemplos desse tipo de experiência os ativismos de favelas e periferias, geralmente apoiados por ONG's e organismos de financiamento estrangeiros ligados, principalmente, a projetos educacionais e culturais, ou os ativismos ligados à questão ambiental, que trabalham basicamente a partir do mote da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental. Por fim, outras características relativamente comuns aos ativismos reivindicativos são a presença de lideranças de caráter populista e clientelista, a forte influência de partidos oficiais e políticos, que possuem objetivos puramente eleitorais (os “currais eleitorais”), ou a presença do Estado influenciando, cooptando e controlando a sua organização (SOUZA, 1988, 2003 e 2006a).

Os movimentos sociais, como sublinhado anteriormente, são um tipo de ativismo caracterizado, principalmente, pela radicalidade das suas ações, objetivos e projeto político. Diferentemente do ativismo reivindicativo, ele é capaz de fazer articulações entre a conjuntura e a estrutura e formular um discurso crítico acerca do *status quo*. Possui uma organização relativamente consistente, seus objetivos visam transformações mais ou menos profundas nas relações de poder e na organização social, o que caracteriza um amplo horizonte de luta política, econômica e cultural. Geralmente, é capaz de articular, prática e/ou teoricamente, diferentes escalas de ação e pensamento para fundamentar práticas concretas e discursos que legitimem a sua existência e permitam alcançar seus objetivos, conforme SOUZA (1988, 2003, 2005, 2006a)

É importante ressaltar que um movimento social não possui, *a priori*, um caráter progressista (GOHN, 2000; RODRIGUES, 2005; SOUZA, 2006a e 2009a). Existem diversos exemplos históricos que demonstram a existência de movimentos sociais de caráter reacionário, fundamentados em aspectos fascistas ou fundamentalistas religiosos, que conseguiram alterar *estruturalmente* as organizações sociais onde se desenvolveram (o nazismo alemão, o fascismo italiano, o regime talibã afegão). Nessa perspectiva, é importante sublinhar a importância do caráter *emancipatório* para aqueles movimentos sociais que pautam suas ações na redução das desigualdades e na luta contra as heteronomias.

Fazer a distinção entre ativismos e movimentos sociais se mostra mais fácil na teoria do que na prática (cf. SOUZA, 2009a). A experiência concreta dos protagonistas não é regulada por uma regra dada e os conflitos, problemas, circunstâncias políticas e econômicas que se colocam como desafio diante deles, fazem com que suas práticas sejam variáveis. O que pensamos ser um ativismo puramente reivindicativo pode se transformar em um movimento social na medida em

que há um amadurecimento político da base e este passe a se articular em outras escalas e recolocar, de forma mais ampla, suas questões. O contrário também pode ocorrer, um movimento social pode, ao longo do tempo, perder consistência, vitalidade e, aos poucos, transformar-se em um ativismo reivindicativo, ou até mesmo se dissipar. Ao mesmo tempo, não podemos desprezar os ativismos reivindicativos simplesmente porque esses teriam um caráter mais local, específico e não colocam críticas e propostas para a transformação das relações sociais e de poder. Essas experiências possuem limites, é certo, mas podem se mostrar espaços interessantes de sociabilidade, contribuindo para uma formação política e pedagógica (ainda que com muitas limitações), que podem culminar na transformação do ativismo em movimento social.

Em relação ao segundo ponto destacado anteriormente, acerca da espacialidade dos ativismos sociais, é importante fazer algumas considerações gerais e, posteriormente, desenvolver a questão propriamente da singularidade dos ativismos urbanos.

Retornando ao ponto que tínhamos deixado em aberto quanto à identificação das lacunas e inconsistências teóricas significativas das análises sobre ativismos e movimentos sociais, retomamos agora o *segundo* ponto: a apreensão da *espacialidade* dos ativismos.

Acreditamos que o geógrafo deve ter em mente uma preocupação com a análise *explícita* da espacialidade dos ativismos sociais, ou, ao menos, na relação entre ação social e espacialidade. Nessa perspectiva, é perceptível a desvalorização do espaço e a inconsistência da análise espacial, fazendo com que grande parte da produção geográfica assuma um caráter bem mais sociológico ou econômico, do que propriamente geográfico.

A primeira questão que se coloca é: o que, efetivamente, deve-se entender por *espacialidade dos ativismos sociais*? Na tentativa de preencher tal lacuna e contribuir para o debate, SOUZA (2008b: 368, 369), propõe cinco pontos que as reflexões e as pesquisas empíricas deveriam ser capazes de revelar:

1. O espaço de referência identitária, ou seja, a identidade e a subjetividade coletiva produzida com uma referência explicitamente espacial que funda e constitui o próprio ativismo;
2. O espaço enquanto lugar, ou seja, um espaço vivido e percebido, apropriado simbolicamente e afetivamente;
3. As estratégias espaciais, ou seja, as formas como o espaço é utilizado tática e estrategicamente pelos ativismos durante suas lutas;

4. A forma como o substrato espacial (a materialidade) influencia, condiciona ou determina as demandas ou questões que são a razão de existência do ativismo (concentração fundiária, carência e deficiência dos bens de consumo coletivo, poluição, desmatamento, segregação sócio-espacial, etc.);

5. As transformações espaciais realizadas pelos ativismos a partir das relações sociais e de poder produzidas de forma imanente. Novas relações sociais e de poder engendram novas espacialidades. Em outras palavras: que nova organização sócio-espacial é instituída pelo ativismo em questão.

Esses cinco pontos propostos por SOUZA (2008b) nos ajudam a orientar a pesquisa geográfica acerca dos ativismos sociais, uma vez que fornecem elementos para tornar explícita a relação entre espaço e ação social, demonstrando, de forma clara, que a espacialidade é uma parte constituinte dos ativismos e não meramente um palco ou uma arena onde eles se desenvolvem.

A grande variedade de lutas transformou a cidade em um espaço privilegiado para o desenvolvimento das ações e experiências. Isso ocorreu porque a cidade é o centro político e econômico do mundo contemporâneo, portanto, ocupar o espaço urbano é crucial para o desenvolvimento e, principalmente, para o sucesso das mobilizações. Desse modo, a cidade ganha centralidade pela importância estratégica que assume, quando se torna a principal, porém não a única, arena de conflitos para uma grande variedade de protagonistas, ativismos e movimentos. Ainda assim, o fato do espaço urbano ganhar centralidade tática, estratégica e política, não significa dizer que todos os ativismos e movimentos que o utilizem colocam em questão uma problemática especificamente urbana, ou a dinâmica urbana em si. Contudo, surgem ativismos e movimentos que colocam a problemática da espacialidade urbana como elemento que funda a própria luta: a segregação, os transportes, os bens de consumo coletivo, a moradia, etc. começam a emergir de forma evidente junto com as demais lutas.

SOUZA (2006a) propõe, então, realizar a distinção entre ativismos urbanos *lato sensu* e ativismos urbanos *stricto sensu*. Os primeiros dizem respeito à ativismos que, apesar de possuírem uma determinada espacialidade e utilizarem o espaço urbano para suas manifestações e reivindicações (afinal, a cidade é o *locus* do poder e da política), são animados por questões que não colocam a dinâmica do espaço urbano em questão. Ou que se referenciam apenas *indiretamente* à espacialidade e são animados fundamentalmente por questões como a luta contra o racismo, a homofobia, o machismo, por melhores condições de trabalho, pela melhoria de

serviços como a educação e a saúde, por exemplo. Ainda que tais ativismos utilizem de forma estratégica o espaço urbano e estabeleçam vínculos entre suas questões fundamentais com a espacialidade (racismo e segregação sócio-espacial, distribuição espacial dos equipamentos de saúde e educação, por exemplo), a questão da dinâmica do espaço urbano não funda ou constitui o cerne dos ativismos.

Os ativismos urbanos *stricto sensu* são aqueles que colocam de forma direta e explícita a dinâmica do espaço urbano em questão, ou seja, são aqueles onde o espaço assume uma centralidade que funda a própria ação social, cria identidades e vínculos, condiciona as estratégias e os objetivos da coletividade. São exemplos desse tipo de ativismo a luta por moradia, melhorias nos bens de consumo coletivo, regularização fundiária, meio ambiente urbano, contra a especulação imobiliária e a segregação sócio-espacial etc. Nesse tipo de ativismo o espaço urbano é o catalisador, a causa da mobilização, institui as identidades coletivas (espaço de referência identitária), é utilizado de forma estratégica e tática e, por fim, a transformação de sua dinâmica, ou, pelo menos, de parte dela, é o objetivo final da mobilização.

SOUZA (2006a: 281) estabelece uma articulação entre a *distinção conceitual* de ativismos e movimentos sociais e a distinção entre os sentidos *lato e stricto*. A partir dessa articulação, o autor criou a seguinte tipologia:

1. “*Mero*” *ativismo urbano em sentido fraco* (por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo de ‘sindicalismo de resultados’, desinteressado de ou não sintonizado com uma crítica social ampla).
2. “*Mero*” *ativismo urbano em sentido social forte* (por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo).
3. Movimento social urbano em sentido fraco (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos).
4. Movimento social urbano em seu sentido forte (por exemplo, um *squatting movement* capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação dos imóveis mantidos vazios por questões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais) SOUZA (2006a: 281).

Podemos compreender melhor a distinção entre o *ativismo urbano forte* e o *movimento social urbano forte* a partir de uma reflexão feita por SOUZA (1988 e 2006a) a respeito do ativismo de bairro. Neste trabalho, o autor chama pela distinção entre luta *de* bairro e luta *a partir*

*do* bairro. A luta de bairro encarna o ativismo reivindicativo, o qual não é capaz de ampliar sua agenda de luta e seu horizonte político para além daquele recorte espacial, limitando-se, basicamente, a agir ao sabor da conjuntura, sem ser capaz de articular, de forma ampla, a dinâmica conjuntural às características e processos estruturais. A luta *do* bairro não coloca, de forma crítica e radical, o sentido e a dinâmica das relações sociais que condicionam e determinam certa organização sócio-espacial, e busca, de forma limitada, resolver ou suprir demandas imediatas. A luta *a partir do* bairro assume um caráter mais crítico, pois, a partir de questões locais e conjunturais, pode ser capaz de produzir um movimento de crítica e de luta mais amplo, estabelecendo e explicitando as relações entre a conjuntura e a estrutura, o que permite colocar em questão a dinâmica urbana em si, fazendo com que a pauta de lutas e reivindicações aponte para transformações estruturais no sistema urbano.

Com a luta de bairro, presa dentro dos limites de uma mentalidade “corporativista” e vulnerável, em sua acanhada escala, perante os riscos e perigos do caciquismo, da pouca renovação de líderes, etc., a tendência é, sem dúvida, que os ativistas atuem como um grupo de interesse como outro qualquer. Nessas circunstâncias, a satisfação de uma demanda imediata tende a levar à dispersão ou à acomodação dos ativistas (...). Na luta *a partir do* bairro, a satisfação de necessidades básicas materiais, ainda que seja, via de regra (especialmente se tratando de uma população pobre), o elemento que deflagra a ação, não é o único. Os horizontes políticos mais amplos e a possibilidade (ou a realidade) de articulação com outros ativismos e organizações em escala que vá além da micolocal vacinam contra a cooptação, ainda que não de modo inteiramente eficaz, e começa a conferir ao ativismo o perfil de um verdadeiro movimento social. (SOUZA, 2006a: 286)

A diferença de natureza e de conteúdo dos ativismos urbanos só pode ser plenamente compreendida quando conseguimos apreender as causas fundamentais de sua existência e constituição. Em outras palavras, quais são os fatores e as causas que levam à constituição dos ativismos reivindicativos e, especialmente, dos movimentos sociais?

A constituição dos ativismos sociais é um processo complexo, que envolve múltiplas dimensões da vida social e, *a priori*, não pode ser reduzida a uma única causa ou relacionado a um determinado fator que teria uma preponderância sobre os demais. Nesse sentido, é importante ressaltar, que a constituição de um ativismo social está diretamente relacionada a uma determinada *experiência coletiva* de viver determinadas condições objetivas e subjetivas de existência, como propõe THOMPSON (1981). Em outras palavras, um ativismo social é uma

ação coletiva engendrada por protagonistas que, a partir da experiência e da vivência dos conflitos e contradições existentes nas sociedades (tanto no que tange as condições objetivas, quanto subjetivas), instituem para si uma determinada identidade, uma subjetividade, um discurso, interesses e objetivos em comum.

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [a experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência com sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica [de Althusser]) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981: 183).

A formulação de THOMPSON (1981) é de grande importância para compreender os ativismos sociais a partir de uma relação entre conjuntura e estrutura, objetividade e subjetividade, tentando superar tanto reducionismos de caráter economicistas, quanto generalizações de perspectiva culturalista. Não são apenas a estrutura e as relações econômicas que determinam ou explicam a dinâmica dos ativismos, assim como a cultura, a subjetividade e a identidade, não são os elementos capazes de engendrar todas as ações.

A tradição marxista, de forma geral, no que se refere aos ativismos urbanos, privilegiou uma análise excessivamente estruturalista e economicista, onde as causas fundamentais que explicam a existência dos ativismos sociais devem ser buscadas na dinâmica estrutural do modo de produção capitalista, negligenciando e colocando em um plano secundário as ações e o protagonismo de seus agentes. Nessa perspectiva, as ações são compreendidas, fundamentalmente, como respostas à dinâmica da reprodução do capital. Esta perspectiva foi dominante nos trabalhos das décadas de 1970 e 1980 e, ainda hoje, encontra-se presente em uma quantidade significativa de trabalhos (o que se confirma a partir da leitura do que foi publicado em encontros como a ANPEGE, ENG e SIMPURB ao longo dos últimos dez anos).

O ponto fundamental a se destacar do legado marxista é entender os ativismos como uma resposta ao processo mais global de reprodução do capital e da força de trabalho. O espaço urbano é considerado a partir de duas perspectivas, que são complementares, mas ao mesmo tempo hierarquizadas. Primeiro, o espaço urbano é produto e condição de reprodução do capital,

através da infraestrutura técnica, produtiva e da circulação de produtos; em segundo lugar, é o espaço de reprodução da força de trabalho, ou seja, o espaço onde a classe trabalhadora adquire bens e serviços indispensáveis à sua reprodução biológica e social.

CASTELLS (1974 e 2000) chama de “contradições primárias” aquelas que dizem respeito à contradição capital-trabalho, enquanto a reprodução da força de trabalho exprime as chamadas “contradições secundárias”, ou seja, aquelas que dizem respeito ao consumo coletivo, aos bens e serviços urbanos indispensáveis à classe trabalhadora (moradia, transporte, iluminação, pavimentação, etc.). Assim,

quaisquer que sejam o nível e o conteúdo das diferentes “questões urbanas”, estas se caracterizam como contradições estruturalmente secundárias, quer dizer, que não colocam diretamente como foco de análise o modo de produção de uma sociedade, nem a dominação política das classes dirigentes. (Tradução livre a partir de CASTELLS, 1974: 113<sup>73</sup>)

As contradições secundárias são derivadas da contradição primária, ou seja, daquela existente entre o capital e o trabalho. Segundo essa lógica, para se entender os problemas urbanos e, conseqüentemente, os ativismos urbanos, é necessário entendê-los à luz da dinâmica do modo de produção. Assim, a dinâmica mais geral do modo de produção produz um espaço urbano marcado por fortes desigualdades que se expressam no processo de segregação sócio-espacial. Em função da dificuldade, ou impossibilidade, de adquirir bens e serviços indispensáveis por conta do reduzido poder aquisitivo (consequência da exploração do trabalho), a classe trabalhadora se apropria dos espaços com a menor oferta de bens de consumo coletivos disponíveis, colocando em risco sua reprodução enquanto força de trabalho. Para superar essa condição, parte da classe trabalhadora se engaja em ações coletivas ou, mais especificamente, em ativismos:

O consumo coletivo (moradias, serviços, transportes etc.) se converte assim, e por sua vez, em elemento funcional indispensável, objeto permanente de reivindicação e setor deficitário na economia capitalista. (...)

A problemática dos movimentos sociais urbanos se situa, por conseguinte, em um duplo projeto: enquanto, por um lado, uma análise se

---

<sup>73</sup> “cualesquiera que sean el nivel y el contenido de las diferentes ‘cuestiones urbanas’, estas se caracterizan como contradicciones estructuralmente secundarias, es decir, que no ponen directamente en tela de juicio el modo de producción de una sociedad ni la dominación política de las clases dirigentes.” (CASTELLS, 1974: 113).

encontra nos processos sociais de transição dos modos de consumo coletivo, expressos na organização urbana; em outra parte está a apreensão das formas de articulação das novas contradições sociais que emergem nas sociedades industriais capitalistas e as contradições econômicas e políticas que se encontram na base da estrutura social. (Tradução livre a partir de CASTELLS, 1974: 7-10<sup>74</sup>)

O problema central desta formulação é explicar a ação dos protagonistas apenas em função da dinâmica geral do modo de produção, sem considerar todas as mediações culturais, simbólicas e subjetivas e, ao mesmo tempo, negligenciando, ou, pelo menos, marginalizando os aspectos conjunturais, que são de fundamental importância para compreender o surgimento de um ativismo urbano. Nesse sentido, não basta apenas articular, de forma direta e mecânica, as condições gerais de exploração e de reprodução do capital com a gênese dos ativismos, afinal, não basta que a pobreza e a exploração existam para que um ativismo se constitua. Em outras palavras, tanto as dinâmicas estruturais como as condições objetivas de existência (o acesso aos bens de consumo coletivo) devem ser contextualizados à luz da produção de significados, valores, direitos e sentidos que os homens e mulheres constroem no decorrer de suas vidas.

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais a características ‘estruturais’, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão dos fenômenos. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado. (SADER, 1988: 38)

Os ativismos sociais são ações coletivas complexas e dinâmicas, logo, é necessária uma abordagem que possa superar as simplificações, as dicotomias, os reducionismos e as hierarquias que são estabelecidas *a priori* (para ajudar nessa tarefa, consulte, por exemplo, CASTORIADIS, 1982; GUATTARI e NEGRI, 1987; SADER, 1988; THOMPSON, 1988; SOUZA, 1988, 2006a; PORTO GONÇALVES, 2003). A questão não passa por determinar se é a cultura ou a economia, a estrutura ou a conjuntura, a materialidade ou a subjetividade, o elemento principal, mas sim de

---

<sup>74</sup> “el consumo colectivo (viviendas, servicios, transporte, etc...) se convierte así y a la vez en elemento funcional indispensable, objeto permanente de reivindicación y sector deficitario en la economía capitalista. (...) La problemática de los movimientos sociales urbanos se sitúa, por consiguiente, en un doble plano: por una parte, en tanto que análisis de los procesos sociales de cambio de los modos de consumo colectivo, expresados en la organización urbana; por otra parte, en tanto que aprehensión de las formas de articulación entre las nuevas contradicciones sociales que emergen en las sociedades industriales capitalistas y las contradicciones económicas y políticas que se encuentran en la base de la estructura social”. (CASTELLS, 1974: 7-10)

que forma todos esses elementos estão articulados e, principalmente, como eles são ressignificados pelos protagonistas, à luz de suas próprias experiências.

Uma forma de tentar sistematizar a análise dos ativismos sociais sem deixar de considerar a sua complexidade pode ser expressa através da identificação dos seus *atributos*. É claro que não somos os primeiros a propor categorias para análise, e tipologias para os movimentos sociais, muitos outros de muito maior experiência já se debruçaram sobre essa atividade e essas referências podem ser encontradas em BORJA (1975), RIBEIRO (2001), GOHN (1997), CASTELLS (2003 [1972]). Os atributos<sup>75</sup> que estamos propondo para essa discussão foram sistematizados por RAMOS (2003) e por RODRIGUES (2005), com a contribuição de PORTO GONÇALVES (1999, 2002a, 2003) e SOUZA (1988, 1997, 2005, 2006a, 2008b). Os atributos seriam os seguintes:

### **1. Os protagonistas**

São os homens, mulheres e jovens que se colocam *em movimento*, que agem, instituem práticas, relações sociais, criam organizações, produzem discursos, compartilham desejos e identidades. Os ativismos sociais são formas de ações coletivas e, como salientamos anteriormente, se constituem na experiência concreta das contradições, lutas e conflitos sociais. O que é fundamental para a pesquisa é tentar aprender quem são essas pessoas: quais são as identidades que as definem (classe, etnia, gênero)? Qual é o espaço de referência identitária que contribui para instituir e consolidar a sua identidade? Quais são os discursos produzidos por esses protagonistas? O que eles pensam de si e do mundo? Quais são os valores, os códigos, as linguagens criadas e compartilhadas que dão sentido às suas ações e luta? Quais são referenciais políticos, éticos, estéticos, culturais que vão dotar de *significado* a “realidade objetiva”?

### **2. Os motivos e objetivos**

Os motivos constituem as razões que levaram ao surgimento de um determinado ativismo. Compreender as razões de existência de um ativismo social nos obriga a considerar o complexo processo de constituição dos protagonistas, afinal, somente ocorre a mobilização coletiva a partir

---

<sup>75</sup> O desenvolvimento dessas categorias de análise se fez no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO/UFF) e é fruto de uma produção coletiva da qual participaram Carlos Walter Porto Gonçalves, Glauco Bruce Rodrigues, Luiz Henrique, Pedro Quental e Tatiana Tramosntani Ramos entre 2003 e 2005.

do momento em que os protagonistas constroem valores e referenciais minimamente comuns, os quais lhes permitem avaliar suas condições de existência e, a partir daí, lutar para melhorar essas condições e/ou afirmar-se diante outros grupos sociais. Os motivos devem levar em consideração aspectos estruturais e conjunturais, objetivos e subjetivos da dinâmica social.

Os objetivos nos remetem ao horizonte de ação e aos projetos definidos pelos protagonistas. Em outras palavras, os objetivos remetem àquilo que os ativismos almejam conquistar: ganhos pontuais, o reconhecimento de um determinado direito, reformas estruturais importantes, um processo revolucionário etc.

### **3. As formas de organização**

Este atributo possui dois significados. O primeiro refere-se às maneiras através das quais os ativismos buscam *se* organizar para *organizar suas lutas*: sindicatos, coletivos, associações, frentes etc. O segundo refere-se às diferentes *organizações* (instituições) de um determinado ativismo social (cf. SOUZA, 2006a). Por exemplo, o MST (Movimento dos Sem-Terra) é *uma* das organizações do movimento dos sem-terra; o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) é *uma* das organizações do movimento dos sem-teto.

Em relação ao primeiro aspecto, é importante salientar a natureza política da organização do ativismo para avaliarmos se ela está de acordo com os princípios e valores defendidos pelos protagonistas. Em outras palavras, a natureza da organização é democrática, centralizadora, hierárquica, horizontal, autônoma? O funcionamento e a dinâmica da organização são coerentes com os valores e princípios defendidos? As formas de organização são aspectos meramente formais pelos quais são estabelecidas responsabilidades, ou são parte constitutiva fundamental da natureza organizativa dos protagonistas? Dessa forma podemos identificar possibilidades, potencialidades, limites e contradições entre o discurso, os objetivos e as práticas efetivas que constituem um movimento social. O que significa que uma série de relações de poder instituídas e vivenciadas pelos protagonistas passam por este atributo. A instituição dessas relações no interior do movimento, de certa forma, prenuncia a ordem sócio-espacial que se pretende estabelecer.

Em relação ao segundo aspecto, é importante destacar apenas que se deve sempre tomar cuidado para não confundir uma *organização* com o próprio *ativismo social*, isto é, não tomar a parte pelo todo.

#### **4. Os tipos de manifestações e estratégias de ação**

São as práticas, ações, táticas e estratégias desenvolvidas pelos ativismos para conseguir engendrar suas lutas e alcançar seus objetivos. São as formas através das quais os protagonistas buscam ocupar um espaço na arena política para se colocarem como sujeitos ativos e engendrar suas lutas.

A capacidade de mobilização das organizações dos ativismos lhes garante maior ou menor acesso ao espaço público, conseqüentemente, maior ou menor visibilidade, o que é crucial para a manutenção de suas lutas. Além da questão da visibilidade, as manifestações são práticas concretas para se atingir determinado objetivo. Não que uma manifestação tenha apenas o objetivo de alcançar visibilidade, mas também proporciona ganhos objetivos concretos, como a demarcação de terras indígenas e de quilombolas, a ocupação estratégica do espaço público ou privado etc. Inúmeros são os tipos de manifestação, no entanto, é importante destacar o papel estratégico do espaço e seu uso na maioria das práticas dos ativismos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes formas de manifestação: as ocupações (de terras, imóveis, instituições públicas e privadas) e acampamentos; passeatas, marchas e bloqueios (ruas, estradas, pedágios e pontes); piquetes, greves, motins, paralisações, vigílias, saques etc. Todas essas formas de manifestação, em algum grau, colocam a importância do uso político do espaço.

#### **5. As escalas**

As escalas apresentam dois aspectos importantes, que dizem respeito à *área de abrangência e extensão da ação* de um determinado ativismo e, também, em relação à sua *capacidade de articulação e questionamento crítico*.

Em relação ao primeiro aspecto, é importante ressaltar que os ativismos possuem uma determinada escala de manifestação concreta onde as ações se desenvolvem: uma ocupação de sem-teto, um bairro, uma favela, um conjunto de bairros, uma região, etc. Dessa forma, é necessário definir a escala de análise concreta do ativismo para que ele não seja nem superestimado, nem subestimado. Ainda assim, outra questão se coloca: dificilmente um ativismo pode ser compreendido em apenas uma escala de análise, afinal todos os processos e fenômenos que o constituem, provavelmente operam em diversas escalas, obrigando-nos a realizar uma análise multiescalar do ativismo.

Essa questão nos leva ao segundo aspecto da escala, que é a capacidade de articulação do ativismo para além do espaço concreto em que as ações do cotidiano se desenvolvem. Isso significa que o fato de um ativismo agir em determinada escala, não significa dizer que as questões por ele colocadas, as bandeiras que defende ou as articulações políticas que faz, estejam circunscritas ao local. A possibilidade e a capacidade de articulação com outros protagonistas e instituições variam de organização para organização, assim como a radicalidade de sua crítica, o que pode fazer uma “questão local” transformar-se em uma “questão global”.

Voltando-nos para o movimento dos sem-teto e para as ocupações do centro do Rio de Janeiro, como todas as suas especificidades culturais e políticas, podemos agora passar a uma análise mais aprofundada. Quem são os seus protagonistas? O que os move? Como se organizam e como atuam politicamente e territorialmente? Qual a sua escala de ação?

Começaremos por retomar algumas diretrizes conceituais para melhor definir o protagonista dessa ação.

No capítulo anterior, vimos que o hiperpreariado é composto basicamente por trabalhadores que têm em comum a informalidade, a intensa precariedade de suas condições de trabalho e de vida, o baixo rendimento do seu trabalho e uma profunda instabilidade econômica. Vimos também que, não se tratam de condições atuais, de uma conjuntura desfavorável, para esses trabalhadores, mas de uma história familiar, de gerações de pobreza, informalidade e precariedade que se traduz em pouca, ou mesmo nenhuma chance, de alcançar um tipo de trabalho que garanta condições mais adequadas para o atendimento de suas necessidades.

Quando tratamos do tipo de realidade a qual estamos nos referindo não há mais como exigir certas qualidades, mesmo as mais simples, por parte dos trabalhadores, pois tudo aquilo que lhe garantiria a dignidade e o reconhecimento no que se refere ao trabalho já não existe. Eles vivem dos rejeitos (como catadores de recicláveis – “carroceiros” –, ou dos lixões), ou na ilegalidade (como camelôs e ambulantes não registrados pelas Prefeituras, sem mencionar atividades ilícitas como comércio de produtos falsificados, ou mesmo drogas e jogos), enfim, vivem de um trabalho fisicamente desgastante e emocionalmente desolador. Milton SANTOS, no texto “A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual”, traduz essa realidade em uma situação onde,

boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer leis, normas, regras, mandamentos, costumes,

derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de "ilegais", "irregulares", "informais". Essa incapacidade mistura, no processo de vida, práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções. (SANTOS, 1999b: 3)

Nesse trecho, o autor tenta relacionar as condições adversas a que é submetida grande parte da força de trabalho em países periféricos e semiperiféricos à capacidade de superação, de inovação ou de simplesmente conseguir sobreviver e produzir em condições nas quais a grande maioria de nós não o conseguiria. O autor vai ressaltar nesse curto texto, transcrito de uma palestra, que a transposição de certas barreiras sociais, a superação de inúmeros obstáculos econômicos é que vão garantir a força e a criatividade muitas vezes necessária para a produção e manutenção das “barricadas” desse hiperprecariado urbano.

É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se, desta maneira, a redescoberta pelos homens da razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também “não conformes” à racionalidade dominante. (SANTOS, 1999b: 3)

Tomando a liberdade de utilizar a elaboração de SANTOS (1999b) para fazer uma leitura da realidade do hiperprecariado organizado no movimento dos sem-teto, isto é, enquanto protagonista de uma ação social, podemos afirmar que a forma encontrada para reverter o quadro de privação (do ir e vir, do trabalhar, do morar, do alimentar-se e a sua família) ao patamar de conquistas econômicas, socioculturais e políticas, vai ser a base da formação de uma consciência coletiva, isto é, a conquista de uma capacidade de reflexão crítica, da formação e organização política em torno de uma agenda de luta comum e pautada em uma leitura própria do mundo, e não da mera assimilação de reivindicações e “fórmulas prontas”, derivadas de uma leitura engessada, previamente “estruturada” de mundo – como a luta por “emprego”, “contra as desigualdades”, ou “por equipamentos de uso coletivo” – mas a incorporação desses elementos à um projeto político que pretende conduzir por um caminho alternativo e insurgente.

Quando SANTOS (1999b) afirma que a superação do conformismo é parte de uma “etapa superior de produção da consciência”, nos ajuda a compreender porque o hiperprecariado *organizado* em torno da questão urbana, *protagonista* da luta por moradia, deixa de ser apenas uma “consequência negativa” de um “sistema injusto”, um “efeito colateral do capitalismo”, ou

uma “mera” externalidade socioeconômica e passa a ser um “não-conforme”. Isto é, não se adapta às *formas* sociais e espaciais pré-estabelecidas e não se *conforma* com as fatalidades da engrenagem sistêmica.

Os protagonistas desse movimento, que se constituem da *parcela ativista* desse hiperpreariado, refletem a dialética espacial a qual se refere o autor, isto é, as práticas econômicas, políticas e sócio-espaciais que mais se distanciam do conformismo são mais fecundas justamente nos espaços “não-conformes à racionalidade dominante”, como as ocupações-moradia dos trabalhadores sem-teto e as atividades (ocupações-trabalho) por eles desenvolvidas nesses espaços.

Ao mesmo tempo esses espaços são produzidos e se reproduzem quotidianamente com vistas a *superação* dessa “racionalidade dominante”, ou seja, das relações de poder que (co)instituem as práticas sócio-espaciais mais cotidianas, mais comuns, as práticas “microbianas” (DE CERTAU, 1996), a microfísica do poder (FOUCAULT, 1998a), mas, ao mesmo tempo, dotadas de elementos que fundamentam a existência de “espaços outros” (FOUCAULT, 1986) no que se refere a *outros tipos de relações de poder espacializadas e outra dimensão do poder nas relações sociais*, aquilo que poderíamos chamar, partindo de *uma* das possíveis interpretações cabíveis ao texto desse último autor citado, de “heterotopias urbanas” (RAMOS, 2010).

Entre outros sentidos passíveis de interpretação em FOUCAULT (1986), as *heterotopias* seriam espaços onde as relações de poder podem ser lidas através de práticas que se equilibram entre a gestão institucional (o que formalmente se espera, o que é “permitido”, o que se “aprova”, ou, simplesmente, o poder formal) e aquilo que é (re)apropriado, (re)significado, contrariado, ou subvertido a partir das práticas cotidianas dos que verdadeiramente “usam”, produzem e reproduzem o espaço. Práticas essas que permanentemente *atualizam* forças, embates e contradições entre diferentes interesses e significados.

Consideramos importante a incorporação da análise das *heterotopias* produzidas por FOUCAULT (1986) à compreensão da dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto, pois essa teoria pode contribuir na análise de práticas que residem e se equilibram justamente entre, de um lado, o “formal”, o “institucional”, o “moralmente aceito” e, do outro, aquilo que é necessário, justo, viável, possível, para a sobrevivência das lutas na cidade.

O que estamos entendendo, nesse contexto sócio-espacial emancipatório, como *heterotopias* remete às *formas de organização do movimento* e suas práticas cotidianas que

tendem a revelar organizações com maior tendência à autonomia em um sentido político libertário, isto é, não-centralizadas e que não têm necessidade, para serem válidas, da concordância de um sistema e instituições comuns. Isso não quer dizer um ecletismo débil, práticas oportunistas, total permeabilidade a qualquer proposta ou empreendimento, ou, um ascetismo plenamente voluntário. O fato de, muitas vezes, irem na “contramão desse sistema”, não significa pobreza política e “princípio do ser-contra”, mas saberes (e poderes) particulares, locais, diferenciados, não-unânimes, politicamente divergentes e que, por isso, devem sua força à dimensão que os opõe à todos aqueles que o circundam.

A utilização que propomos para o conceito de *heterotopia* interpretado do texto de FOUCAULT (1986) remeteria a uma insurreição dos saberes “de baixo”, contra os efeitos de poder centralizadores e centralizados (“de cima”). Assim, as heterotopias, em sua *multiplicidade* e sua *imanência* (DELEUZE, 1992), nas “práticas microbianas, singulares e plurais” (DE CERTAU, 1996: 175), e não em sua *transcendência*, isto é, nas práticas autoritárias de governantes, dirigentes, burocratas e gestores, conseguiriam transpor ou “driblar”, de certa forma, a formalidade da sociedade instituída, bem como suas formas de organização, e inscrever *outras práticas de poder no espaço*.

Por essas razões e, diante de tais estratégias e práticas, podemos afirmar que o hiperpreariado urbano sem-teto constitui uma *organização* e um *movimento social*, para além, de uma “simples” *condição social*. Suas práticas sócio-espaciais não são triviais, muito menos acidentais. Suas ações são planejadas, refletidas e coletivamente deliberadas, isto é, trata-se de um projeto político e não de um “passivo estrutural”.

SOUZA (2006a) nos ajuda a compreender os tipos de questionamento colocados por esses protagonistas e, ao mesmo tempo, joga luz sobre a forma como essas ideias, como esses questionamentos da ordem social instituída se transformam em *ação*, em *prática*. Esse autor, como já mencionamos, identifica os *movimentos sociais* como um tipo especial de ativismo, por se tratarem de uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo e, no que tange os *movimentos sociais urbanos em sentido forte*, possuem uma forte ligação com o espaço, buscando uma maior humanização do espaço urbano e o desenvolvimento de *outros* tipos de vínculos entre sociedade e espaço urbano. Podemos afirmar assim, com base nesse autor, que a forma de ativismo proposta pelo hiperpreariado que constitui os sem-teto é um exemplo de

*movimento social*, visto que suas *críticas*, sua *ação* e o tipo de *ligação* que estas têm *com o espaço* urbano, o identificam como tal.

É um movimento crítico, pois rompe com o *status quo*, com a norma geral que rege a vida urbana formal e institucional, criando e transformando espaços ao promover ocupações de edificações e terrenos. Rompe não só no sentido de transgredir a lei de propriedade (pública ou privada), de apropriar-se do bem (imóvel) “alheio”, mas no sentido de desequilibrar a ordem vigente, a ordem heterônoma, imposta, não participativa e, por tudo isso, não democrática. Rompem com o *status quo* não só por proporem normas e usos diferenciados do espaço urbano, mas por ousar questionar a “ordem capitalista” das coisas: aquela na qual se valoriza a propriedade, aquilo que se compra, ou herda, as “conquistas” e o “mérito individual”. A “nova ordem” colocada pelas ocupações de espaços urbanos, como terrenos, prédios e casas pelos sem-teto, inverte a lógica do capital e prioriza o *uso* em detrimento da *acumulação*, a *justiça social* em detrimento da *justiça oficial*, o *direito* em detrimento do *Direito*.

Terrenos, prédios e galpões abandonados, fábricas há tempo desativadas, ruínas de antigas edificações urbanas, são transformados, re-significados, re-apropriados por pessoas que passam a dar vida a esses espaços com sua rotina e seu trabalho, tornando-os, realmente, *parte* do espaço urbano, como aponta SOUZA (2006a):

[p]or mais relevante que seja o substrato, do ângulo da mudança social é evidente que ele não tem interesse isoladamente; não importa o espaço social “morto”, mas sim o espaço “vivo”, que é “vivificado” pela sua relação com os seus produtores. E o espaço social, em suas várias facetas, por condicionar as relações sociais, é uma dimensão essencial da sociedade concreta. (SOUZA, 2006a: 111)

Os espaços de que tratamos, os espaços apropriados e (re)produzidos pelo hiperprecariado urbano, as ocupações-moradia dos sem-teto, ainda que estejam *dentro* do espaço urbano carioca ou de qualquer outra metrópole, mesmo totalmente conectadas aos outros espaços da cidade, integrados, “vivificados” por aqueles que o produzem e habitam, pela necessidade de trabalho e sobrevivência, pela cultura e lazer, pelos vínculos afetivos, esses espaços, ainda assim, carregam em si o estigma da ilegalidade, da violência e do desrespeito que os tornam “mal vistos” pela sociedade da qual fazem parte e para a qual seus moradores trabalham e produzem. Porém, trazem consigo, também, a capacidade de suspender, neutralizar e inverter o conjunto de relações

pré-concebidas, através de novos tipos de relações sociais e econômicas: *propriedade e uso coletivo* dos espaços, formas alternativas e solidárias de trabalho e geração de renda.

Aquilo que era fábrica vira moradia, o que era terreno baldio vira horta e pomar, estacionamento transforma-se em espaço de trabalho e produção coletiva. Em outras palavras, esses espaços estão conectados a todos os outros, visto que são edificações ou terrenos que fazem parte do substrato da cidade com suas fachadas, calçadas, que já tiveram diferentes funções, diferentes formas, foram partes de outros processos e estruturas sociais, porém, atualizam-se e atualizam o espaço da cidade. Deixam de ser espaços “mortos”, decadentes, abandonados e que precisam de “revitalização” e se traduzem em formas diferenciadas de dar nova funcionalidade, significado e sentido às formas preexistentes.

Esses espaços ocupados pelo hiperpreariado sem-teto, essas *heterotopias urbanas*, independentemente do julgamento e da interpretação do poder público (do Estado de direito) e da sociedade civil instituída, definem-se a partir de suas próprias posições, ou até mesmo, a partir de “contra-posições”, na medida em que as práticas de seus moradores questionam a propriedade privada diante do imenso déficit habitacional no país; na medida em a necessidade e a disposição para o trabalho de seus moradores se contrapõem a perseguição implacável dos órgãos de repressão públicos ao trabalhador informal (camelôs, ambulantes, prestadores de serviços etc.) diante das imensas fileiras de desempregados, subempregados explorados existentes no país.

Esses trabalhadores conscientes de sua situação, inconformados e organizados questionam os “projetos de revitalização de regiões centrais de negócios” em andamento em cidades do Brasil e do mundo<sup>76</sup>. O movimento dos sem-teto questiona a validade de se manterem espaços vazios, entregues à especulação imobiliária, à degradação e ao abandono, nas áreas centrais da cidade – justamente aquelas mais bem servidas de transportes públicos, equipamentos de uso coletivo, espaços de cultura e lazer – diante da constante elevação do custo de vida, como os preços dos transportes, alimentação, dos aluguéis, os impostos diretos e indiretos e dos serviços básicos.

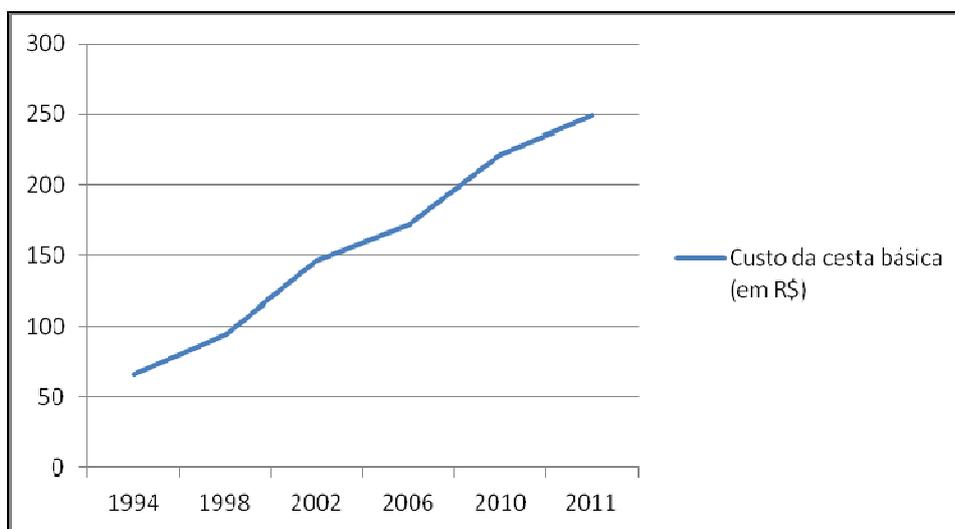
Para se ter uma ideia dessa elevação, abriremos parênteses para fazer referência a alguns dados.

---

<sup>76</sup> Vide o “Projeto de Revitalização da Zona Portuária – Porto Maravilha”, no caso do Rio de Janeiro, levado à cabo por um consórcio público-privado, e que tem despejado a população de baixa renda residente no Centro e, quando muito, reassentado essa população em bairros distantes, ou municípios da periferia metropolitana.

Em 1994, ano que marca o início do Plano Real, o custo total com a cesta básica para o brasileiro era de R\$ 66,22, segundo o Dieese. Passados 17 anos do início do plano de estabilização da economia, o custo dessa mesma cesta passou a ser R\$249,02. Considerando que em 1994 os aproximados 66 Reais equivaliam a 66 dólares americanos, o custo atual em dólares da cesta básica teve um aumento de 122%, aproximando-se hoje dos 146 dólares.

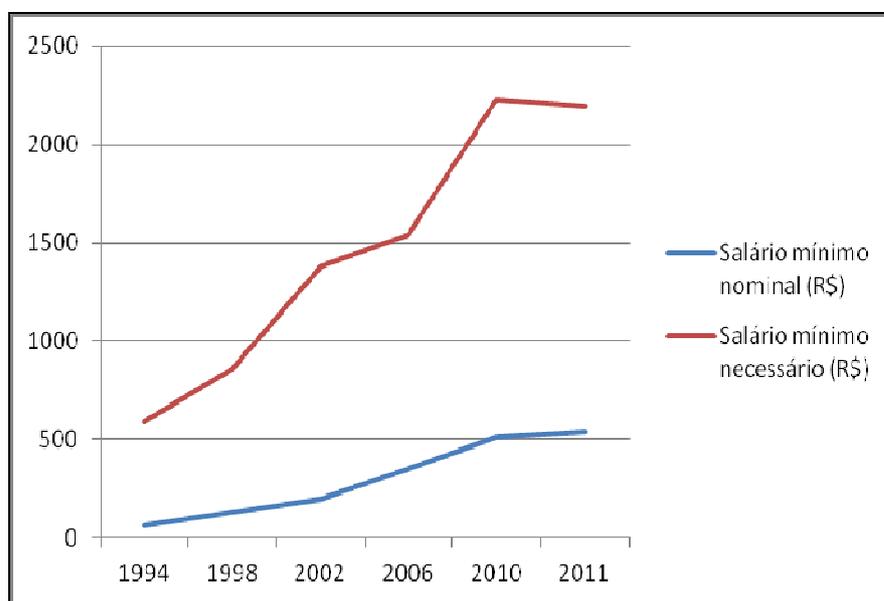
**Figura 22 - Evolução do custo mensal da cesta básica (em Reais - R\$)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do Dieese, 2011.

O salário mínimo nominal<sup>77</sup>, por sua vez, evoluiu dos 64 Reais em 1994 (equivalente a 64 dólares americanos), para os 540 Reais em 2011, aproximadamente 317 dólares.

<sup>77</sup> Salário mínimo nominal: salário mínimo vigente na época no país (Segundo o Dieese).

**Figura 23 - Evolução do valor do salário mínimo nominal e necessário em Reais – 1994 a 2011**

Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do Dieese, 2011.

Há que se concordar que houve uma melhora nas condições econômicas do país, especialmente no que diz respeito à macroeconomia – mercado de bens e serviços, mercado de trabalho, balança de pagamentos, taxa de câmbio, inflação, valorização da moeda, poder de compra, produto interno bruto – e aos indicadores de pobreza. Isso se comprova quando comparamos os dados referentes ao custo de vida ao salário mínimo vigente: a evolução do custo de vida repercutiu em um aumento deste, porém o aumento do salário mínimo também se deu em um patamar positivo e, comparativamente, de um crescimento maior comparado ao custo de vida.

Podemos, contudo, fazer duas observações a respeito desses dados. A primeira se refere ao fato de que estamos falando de indicadores e números que refletem aspectos gerais da economia nacional, isto é, tratam-se de médias e, de alguma forma, aproximações. Em outras palavras isso significa que os custos gerais de reprodução da vida, especialmente em espaços urbanos, é bastante variável em um país como o Brasil, com realidades econômicas, sociais e políticas bastante distintas; além disso, não podemos esquecer que a referência “salário mínimo” não é uma realidade para uma parcela considerável dos brasileiros. Informações do Ministério do Trabalho e Emprego e do Dieese, calculados com base nos dados coletados na PNAD mostram que entre 2007 e 2010, de 55% a 53% dos trabalhadores brasileiros pertenciam ao setor informal da economia, o que significa que não há um parâmetro seguro para afirmar que a maior parte

desses trabalhadores tem ao menos um salário mínimo garantido ao final de cada mês de trabalho.

A segunda observação diz respeito ao poder de compra real do salário mínimo, ou o “salário mínimo necessário”<sup>78</sup>. Mesmo reconhecendo a melhora nos valores comparativos entre o salário vigente e o necessário – o salário mínimo necessário chegava a ser quase dez vezes superior ao valor vigente em 1994, atualmente essa diferença é de cerca de quatro vezes. Ainda assim, temos que ressaltar o fato de que milhões de pessoas vivem, no Brasil, com um salário *quatro vezes menor* do que aquele mínimo necessário para uma vida digna. Sem falarmos daqueles que sequer recebem um salário mínimo vigente que, provavelmente, encontram-se entre os mais de 50% de informalidade no mercado de trabalho. A realidade do mercado de trabalho ainda é um problema sério a ser considerado em nosso país e está diretamente relacionada à moradia, já que essa última consome, junto com os gastos com alimentação e deslocamentos, a maior parte do salário do trabalhador.

Encerramos esse parêntese salientando que os trabalhadores hiperprecarizados se movimentam, se posicionam, enfrentam e definem seus espaços a partir de *outros espaços*, os espaços das ocupações-moradia e do movimento ao qual se dedicam (sem deixar de enfatizar que sua *posição*, e aqui entendemos posição como *situação*, sua *geografia*, como uma *contra*-posição), o que não deixa de ser, portanto, uma insurgência ao formal, moral e legalmente instituído e, também, às condições socioeconômicas injustas a que vêm sendo submetidos há anos.

A luta nessas ocupações é, ao mesmo tempo, a luta que parte *do* movimento social urbano em sentido forte – contra a segregação sócio-espacial, contra a avassaladora privatização do espaço urbano, contra a falta de emprego e moradia, contra o elevado custo de vida, principalmente para a população de baixa renda, e contra a falta de participação (especialmente dos pobres) nas decisões políticas que dizem respeito à sua cidade, seu bairro, sua vida – mas

---

<sup>78</sup> Salário mínimo necessário (Cálculo do Dieese): Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

também é a luta que reside *dentro* do próprio *movimento* e dentro das próprias *ocupações*, no sentido de fazer germinar e alimentar uma verdadeira educação para a autonomia<sup>79</sup>.

Insurgentes ou transgressores esses espaços questionam estruturas profundamente enraizadas fora, mas, também, dentro das ocupações, afinal, seus moradores são parte constituinte da mesma sociedade que os rejeita.

Em suas práticas quotidianas de moradia e trabalho, em sua forma de organização política e na leitura crítica do mundo em que vivem, os homens e mulheres do movimento social urbano dos sem-teto no Rio de Janeiro, vem tentando ultrapassar as adversidades de um espaço heterônomo, ou seja, onde a capacidade e “autorização” para decidir é constantemente reduzida, ou nula e, ao mesmo tempo, tentando, mesmo com pequenos ganhos, alcançar a autonomia (individual e coletiva) por meio de conquistas graduais.

SOUZA (2006a: 304, 305) nos adverte que os sem-teto, em sua proposta e práticas organizativas, avançam em luta na direção de uma regularização fundiária e do direito à moradia que vão além dos marcos legalmente (juridicamente) instituídos no Brasil, já que estes não propõem uma legalização e reintegração do solo à lógica (preexistente) do mercado. As práticas relacionadas à constituição de circuitos econômicos alternativos (solidários), o estímulo à criação e manutenção de ambientes culturais contestatórios (livres) e modos de vida que tendem à autogestão remetem a horizontes de luta pela autonomia, ainda que por meio de resistência e pequenos quotidianos, no contexto de uma sociedade profundamente heterônoma. Esse traço *pode* definir o movimento dos sem-teto como um movimento social urbano em sentido forte, para além de um ativismo social, mesmo que composto por indivíduos integrantes com diferentes graus de politização e senso crítico.

Por que insistimos, então, na relação entre o movimento dos sem-teto e o tema da hiperprecarização? Ou, melhor colocando, por que ressaltamos e valorizamos o pertencimento de certa parcela do hiperpreariado urbano ao movimento dos sem-teto e suas ocupações? Para nós, a resposta a esse questionamento está justamente no fato de se tratar de um *movimento social*, por suas reivindicações não serem, como define SOUZA (2006a), pontuais ou paroquiais, mas buscarem articular várias escalas de ação (local, regional, nacional) em uma agenda de luta mais

---

<sup>79</sup> Na Grécia antiga, essa educação era a *paideia*, ou o processo de formação do caráter do indivíduo em sua forma verdadeira, natural e genuinamente humana. Consistia na educação que ia do nascimento à morte dos indivíduos, sendo, desta forma, “uma dimensão central de toda política da autonomia”. Trataremos mais detidamente desse tema no subcapítulo 2.3.

ampla e contestatória da ordem sócio-espacial hegemônica. Seus protagonistas almejam transformações mais, ou menos, profundas na sociedade instituída, o que implica um amplo horizonte de luta política, econômica e cultural. No caso específico dos sem-teto suas referências de luta e contestação vinculam de forma irrevogável trabalho e moradia, traduzidos em um entendimento de qualidade de vida como uma situação que inclui direito à *habitação digna* (acesso facilitado a esta por transportes e uma localização central, equipamentos urbanos e serviços básicos, como luz, água, saneamento, gás, educação, saúde, cultura e lazer) e, também, direito ao *trabalho digno*.

Este último está necessariamente atrelado ao primeiro por relacionar as condicionantes individuais, familiares e do mercado onde esses trabalhadores estão inseridos. Em outras palavras, o trabalho não é um elemento isolado de outras condicionantes e variáveis. Esse depende de deslocamentos, habilidades, qualificação, boas condições físicas e emocionais etc. Assim, as condições adequadas para a dedicação ao trabalho, dentro ou fora das ocupações-moradia, bem como as variáveis que nele interferem, podem ser melhor equalizadas quando a luta por moradia não é uma simples luta por “casa”, por um “teto sobre as cabeças”, mas por todo o dispositivo social que esse tema compreende.

A “experiência coletiva” que está implicada na constituição de um ativismo social e, conseqüentemente, de um movimento social, está diretamente relacionada à *experiência de determinadas condições objetivas e subjetivas de existência* (THOMPSON, 1981) o que, de certo modo, permite fazer algumas aproximações no caso do movimento dos sem-teto: 1. a relação entre a questão da habitação e as exigências do mercado de trabalho, a qual já mencionamos em parágrafos e páginas anteriores; e 2. a vinculação entre a natureza geográfica do movimento social e o motivo de sua luta. Essa última, como já vem salientando SOUZA (2006a, 2008a, 2008b, 2009b), nos lembra que a conjuntura que leva à luta por trabalho e moradia não se esgota no espaço onde essa luta se desenrola, mas remete, também, a uma estrutura social, política e econômica fundada na distribuição desigual da riqueza, dos recursos, da renda e das oportunidades. Essa estrutura não se resume ao espaço urbano, mas se estende aos espaços não-urbanos e, conseqüentemente, às lutas não-urbanas.

Nesse sentido, trazemos uma reflexão de Boaventura de Sousa SANTOS, acerca dos movimentos sociais urbanos que nos ajuda a reforçar a ideia que colocamos anteriormente. Para SANTOS (2008: 84, 85),

um perigo existe no modo de conceber os movimentos sociais urbanos: o de os conceber como contraparte da questão urbana tal como esta é concebida pelo Estado capitalista. Ou seja, uma concepção duplamente amputada da questão urbana pode conduzir a uma concepção duplamente amputada dos movimentos sociais urbanos. Sobretudo no contexto latino-americano é importante não separar os movimentos sociais urbanos da questão agrária, não só porque muitos dos seus participantes são “urbanos” de primeira geração, camponeses lançados na cidade em razão da dissolução do setor de subsistência, mas também porque novas formas de proletarização ocorrem em que se misturam elementos urbanos e rurais (por exemplo os “boias-frias”). Por outro lado, embora vinculados à reivindicações no âmbito do consumo coletivo urbano, os movimentos sociais urbanos não podem ser separados do mundo do trabalho e da produção.

Duas afirmações são bastante relevantes para a nossa discussão no trecho acima, a primeira, na qual o autor faz menção à *origem dos participantes dos movimentos e lutas sociais urbanas*, remetendo a um possível passado rural recente, seja do próprio ou de gerações próximas (pais e avós). A segunda diz respeito ao *vínculo entre as diferentes motivações de lutas vinculadas ao espaço urbano* (moradia, água, saneamento, pavimentação, saúde, transportes) e o *trabalho*. Não queremos afirmar, com essas observações, que todo o hiperprecariado urbano, ou todo o movimento dos sem-teto (seus integrantes) têm uma origem rural, ou que os problemas relacionados à vida no campo explicam e justificam todos os problemas e as lutas na cidade na atualidade. Mas não é desprezível o número de trabalhadores que hoje constituem o hiperprecariado urbano que tem alguma relação direta (do próprio), ou próxima, com um passado de trabalho rural, como mão de obra familiar, ou assalariada temporária, em geral em cidades do interior do estado ou estados do norte e nordeste do Brasil<sup>80</sup>.

As dificuldades enfrentadas no trabalho e, conseqüentemente, na sobrevivência, colaboraram, segundo dados coletados, para o abandono das regiões de origem e opção pela vida na cidade, em empregos/ocupações informais, precários e, não raras vezes, incapaz de garantir as necessidades mínimas de abrigo e alimentação. A inserção no movimento dos sem-teto e o ato de ocupar imóveis permitem *problematizar e politizar* a questão do trabalho e da moradia nas grandes cidades, para além da melhora em suas condições gerais de vida e de sua família, com a

---

<sup>80</sup> Tal informação pode ser verificada em entrevistas realizadas em 2009 e 2010, em uma das ocupações de sem-tetos localizada na Zona Portuária, área central do Rio de Janeiro, à qual nos deteremos mais pormenorizadamente em capítulo posterior.

liberação de parte da renda familiar (a maior parte, em muitos casos) para outras necessidades que não o aluguel.

A segunda afirmação do trecho que destacaríamos se refere ao vínculo estabelecido entre as diferentes motivações das lutas urbanas e o trabalho. Trazendo essa afirmação para a realidade empírica à qual nos debruçamos podemos, mais do que corroborá-la, enfatizar que o par habitação-trabalho torna-se inseparável no movimento e nas ocupações que vêm aqui se colocar. A ampla argumentação que vai balizar, contextualizar e justificar as reflexões e as ações dos sem-teto, tem no trabalho e na geração de renda a sua linha-mestra. As discussões que buscam refletir sobre o motivo da existência de problemas como o déficit habitacional ao lado de um sem número de imóveis vagos, “abandonados”, entregues a especulação, remonta sempre à relação capital-trabalho, ao trabalho assalariado e à exploração do trabalhador de baixa renda que nunca será capaz de arcar com custos de um imóvel próprio, a não ser que recorra a autoconstrução em loteamentos irregulares e favelas. A própria justificativa para as ocupações de prédios e outros imóveis vagos em áreas centrais se vale de argumentos que remetem, de alguma forma, ao trabalho e suas implicações: os deslocamentos diários de ida e volta, as oportunidades mais numerosas e, também, de melhor qualidade e salários, as facilidades para criar os filhos mesmo estando fora de casa para trabalhar, pois há mais opções de creches, escolas e áreas de lazer, sem muitos riscos com violência e criminalidade etc.

Essa articulação entre moradia e trabalho já contribui para explicar de forma absolutamente clara a opção e a reivindicação pela moradia no Centro da fração do movimento dos sem-teto com a qual colaboramos. Não se trata de capricho, não se trata provocação gratuita, não se trata de “corpo mole”, como fazem questão de colocar os estratos mais conservadores da sociedade, ao se referirem aos “invasores” de imóveis nos centros urbanos. É uma questão de geografia, como expõe os próprios ativistas:

*(...) a pessoa conseguindo uma moradia no centro pode ter uma qualidade de vida boa, é tudo perto, tudo mais fácil. Todos os outros não têm direito a morar no Centro, feliz no centro da cidade? Por que não os pobres? É essencial.* (Entrevista com uma importante liderança do MCP, em setembro de 2011)

*O governo tinha que tentar fazer casas mais perto do trabalho.* (Entrevista para Mini-censo da OQG realizada pelo NuPeD com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em julho de 2009)

*Meu trabalho é perto daqui, o acesso aos transportes, farmácia, mercados.. Tudo é mais perto. (Entrevista para Mini-censo da OQG realizada pelo NuPeD com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em julho de 2009)*

*Tem mais oportunidades de empregos, a vida é mais digna no Centro do que nas favelas. (Entrevista para Mini-censo da OQG realizada pelo NuPeD com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em julho de 2009)*

*Para conseguir emprego. As empresas não estão contratando quem mora longe. Não pagam mais do que R\$2,20 por passagem. (Entrevista para Mini-censo da OQG realizada pelo NuPeD com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em julho de 2009)*

*Muito importante! Se oferecessem casa em Sepetiba, minha luta seria em vão; pra mim não tem sentido. Morar lá em cima é muito difícil. A minha vida é toda no centro, médico sempre foi aqui! Eu não abro mão de morar aqui no Centro. (Entrevista para Mini-censo da OQG realizada pelo NuPeD com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em julho de 2009)*

*É onde tem vida. Tudo é a partir do Centro. Tudo é muito mais prático, acessível. Tem mais possibilidade de outros tipos de renda! (Entrevista para Mini-censo da OQG realizada pelo NuPeD com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, em julho de 2009, em julho de 2009)*

A argumentação que evoca a necessidade de moradia nas áreas centrais para as populações de baixa renda desprovidas de habitação e sem condições de arcar com os custos de um aluguel, ainda que em ambientes precários, como muitas favelas, se constrói sobre a distribuição dos equipamentos urbanos de uso coletivo, sobre a logística dos deslocamentos diários, o acesso aos serviços de transportes públicos e a maior oferta de empregos e trabalhos, ainda que temporários, nessa área ou em bairros próximos e, principalmente, sobre o tempo, tão caro a todo ser humano, que é “roubado” dia a dia desses homens e mulheres que dependem de longas jornadas de trabalho longe de casa.

Os bairros centrais da cidade dispõem desses requisitos e, especialmente no caso do Rio de Janeiro, nossa referência empírica, mas não menos em outras capitais brasileiras, é uma região dotada de grande quantidade de imóveis vagos, em processo de deterioração pela longa espera na definição de problemas judiciais ou, simplesmente, entregues à especulação imobiliária, como vimos no item 1.3.

O movimento dos sem-teto, a partir dessa situação, questiona a legitimidade e a legalidade de se manterem tantos imóveis desocupados na Área Central da cidade, diante de um déficit habitacional tão elevado no país<sup>81</sup> e nas grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro (BRASIL, 2011), posto que a Constituição Federal artigo 5º (incisos XXII, XXIII e XXIV) garante o *direito de propriedade* e, ao mesmo tempo, condiciona esse direito ao dever de toda propriedade de atender a sua *função social*; sob pena de desapropriação por necessidade, utilidade pública, ou por *interesse social*.

O movimento questiona, também, a forma como vem sendo tratada a questão da moradia para a população de baixa renda. Segundo a pesquisa da Fundação João Pinheiro de 2008, atualizada com dados da PNAD de 2009 realizada para o Ministério das Cidades, a concentração do déficit habitacional é maior na faixa “até três salários mínimos” e corresponde a 89,6% da carência (BRASIL, 2011: 35). Normalmente, os programas habitacionais não só não são suficientes para suprir a demanda acumulada entre as famílias com baixa faixa de renda, levando-as a imensas listas de espera em cadastros onde aguardam por uma casa, com também não levam em consideração as *necessidades* e a *rotina* do trabalhador pobre.

Os bairros e as áreas a que se destinam os programas habitacionais para população de baixa renda, em geral, localizam-se em áreas muito afastadas dos centros polarizadores e de negócios da cidade, bem como carecem, muitas vezes, de infraestrutura das mais modestas, como disponibilidade de transporte público para diferentes regiões da cidade, escolas, creches e hospitais, entre outros. Ou seja, para os órgãos de planejamento os trabalhadores pobres não precisam, não merecem, ou não são dignos de certos atributos para tantos outros considerados elementares, ou essenciais.

As ocupações realizadas em bairros da Área Central do Rio de Janeiro, como Centro, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, se justificam, de acordo com o movimento, pela grande quantidade de imóveis desocupados nesses bairros em contraste com a necessidade absoluta de moradias para aqueles que não podem arcar com seus custos. Esses bairros, no caso específico da

---

<sup>81</sup> “Em 2008, o déficit habitacional estimado corresponde a 5,546 milhões de domicílios, dos quais 4,629 milhões, ou 83,5%, estão localizados nas áreas urbanas. (...) Do total do déficit habitacional, 36,9% localizam-se na região Sudeste, o que corresponde a 2,046 milhões de unidades. (...) As nove áreas metropolitanas do país selecionadas pela Pnad possuem 1,537 milhão de domicílios classificados como déficit, o que representa 27,7% das carências habitacionais do país. (...) Nas Unidades da Federação, os valores absolutos do déficit habitacional são muito expressivos em São Paulo, único estado cuja necessidade de novas unidades habitacionais ultrapassa um milhão de moradias, correspondendo a 1,060 milhão, 8,2% dos seus domicílios particulares permanentes. Desse total, 510 mil unidades estão na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). (...) Rio de Janeiro, com 426 mil, 8,1%, sendo que na RM do estado estão expressivos 320 mil domicílios.” (BRASIL, 2011: 29, 30)

cidade do Rio de Janeiro, contam com *serviços* básicos de água e esgoto, luz, gás, coleta de lixo e outros de extrema importância como educação, saúde e cultura; sem mencionar a grande concentração de atividades de comércio, as diversas opções de transportes públicos (trem, metrô, ônibus e barcas) e a disponibilidade de áreas de lazer e recreação. Esses bairros estão localizados em uma região estratégica da cidade e da região metropolitana, deles é possível se deslocar com facilidade para a Zona Sul, Zona Norte e Oeste (utilizando um único transporte), ou para outros municípios, como Niterói, São Gonçalo, ou cidades da baixada fluminense, por trens ou vias expressas como a Av. Brasil, Linha Vermelha e Ponte Rio-Niterói, o que facilita e barateia os deslocamentos mais longos.

A ocupação urbana em áreas centrais, para esse movimento, se justifica por uma necessidade socioeconômica, mas também por uma *referência identitária*, isto é, hoje esses são trabalhadores *urbanos* os quais *dependem* do espaço urbano e seus atributos para adquirirem seu sustento e, mais do que isso, são pessoas que, assim como outros moradores e trabalhadores de outras condições sociais, faixas de renda, vivenciam um *pertencimento* em relação à cidade sob diversos aspectos. A cidade depende de seu trabalho e esses têm direito a ela, assim como qualquer outro morador de outras classes sociais, faixas de renda etc.

A forma encontrada pelos sem-teto para alcançar a posição de desfrutar dos espaços centrais da cidade, diante de uma condição de renda que não lhe permite esse acesso, são as ocupações de edifícios públicos ou privados, que estejam fechados e desocupados há um longo tempo. Para isso, existe um longo e organizado processo que envolve pesquisa e levantamento da situação jurídica dos imóveis, muitas reuniões de planejamento, definição de estratégias de ação coletiva e individuais, cadastramento das famílias interessadas e necessitadas, reuniões de formação política, até que, meses depois, se efetive o processo com a ocupação do imóvel.

O movimento faz questão de ressaltar a diferença entre as expressões “ocupação” e “invasão”, que acabam ganhando adeptos de acordo com o grau de “simpatia”, ou especialmente, de posição/inclinação política, quanto ao tipo de ação praticada. Aqueles que, por convicção política apoiam, ou aqueles que simplesmente são “mais simpáticos” (por uma questão de solidariedade, vamos dizer) às ações dos sem-teto, diante do problema da habitação no país e da subutilidade de muitos imóveis nas cidades, assumem o termo ‘*ocupação*’ como forma de apropriação, de dar *utilidade*, dar *vida* a algo que estava desocupado, sem utilidade social, sem

vida. Esse seria, inclusive, um verdadeiro sentido para a expressão “revitalização”, tão esvaziada e tão desgastada na atualidade por inúmeros projetos públicos em várias cidades do país.

O termo “invasão” exprime uma violação, uma agressão, no limite, um *crime*, que não se adéqua ao tipo de ação desse movimento. A invasão ocorreria quando um imóvel ocupado, utilizado, fosse tomado por um grupo, expulsando seus antigos proprietário/ocupantes. Nesse caso, o imóvel já teria sua *função social* e esta função estaria sendo violada. Não é o caso das ocupações realizadas pelo movimento dos sem-teto e do tipo de reflexão que se faz a respeito das mesmas por parte dos seus moradores e apoiadores, como podemos perceber no relato a seguir, extraído de uma entrevista concedida em 2008 para SOUZA e TEIXEIRA, por um dos moradores de uma das ocupações destacadas nesse trabalho (hoje já despejada):

*Ocupar é porque a gente quer a garantia de ter um lar. A invasão, quando a pessoa faz uma invasão, às vezes a invasão é feita pra roubar as coisas que tem, ou no prédio, ou mesmo na roça, né? E ocupar é quem quer morar. No meu pensamento é isso. (Entrevista com morador da Ocupação Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro, em 15/07/2008). (apud SOUZA e TEIXEIRA, 2009: 38)*

Eles ocupam imóveis que não estejam, há muitos anos, cumprindo a sua função social, como prevê o artigo 182 da Constituição Federal, com objetivo claro de garantir a moradia digna, de ter acesso a certos predicados exclusivos (ou quase) a determinados espaços da cidade. Buscam, ao mesmo tempo, promover uma crítica ao *status quo* especulativo e segregacionista. Os únicos entre aqueles com direitos violados, nesse caso, são as famílias que não possuem uma moradia e nem conseguem desfrutar de determinados espaços da cidade, os sem-teto.

O longo processo de organização e planejamento da ocupação, a discussão política a respeito do seu sentido na cidade e da prática de seus moradores não tem por objetivo burocratizar o acesso aos imóveis por parte do movimento, ou “valorizar” a ação, mas visa garantir que o ato de ocupar um imóvel, público ou privado, não reproduza em seus novos moradores a mesma lógica de propriedade a qual o movimento critica. Ou seja, a formação política, o planejamento e a organização da ação demonstram forte preocupação com a coerência das propostas assumidas pelo movimento e com a crítica que é feita por ele ao mercado imobiliário capitalista, à exploração do trabalho dos pobres, à segregação sócio-espacial e à injustiça social.

É fato que existem diferentes formas de ocupação de imóveis, no centro, ou em outras partes da cidade. Nem todas seguem essa *forma de organização*, esse planejamento ou o mesmo tipo de *manifestação* espacial. Na verdade, uma minoria delas, constitui espaços organizados onde há uma luta verdadeiramente *coletiva* por trás daquela ação. Estamos falando de centenas, talvez milhares de casas, sobrados, edifícios, terrenos, canteiros de obras abandonados, enfim, muitos imóveis no Rio de Janeiro que abrigam famílias de forma irregular, não sendo reconhecido o direito legal àquela moradia.

Apenas em muito poucos casos, desses mencionados, tratam-se de ocupações organizadas e planejadas por um movimento social, como essas as quais nos referimos nessa pesquisa.

Entre essas ocupações que tratamos como “organizadas”, existem diferenças, ainda, quanto à forma de organização interna, parcerias e apoio político, ou apoio externo. No que tange a dinâmica de organização interna do movimento e suas relações externas, podemos dizer que as formas são variáveis. Elas podem expressar maior, ou menor, grau de hierarquização, bem como diferentes graus de abertura (da total intervenção e aparelhamento, até nenhuma intervenção) para parcerias com partidos políticos, centrais sindicais ou outros movimentos sociais.

Quando mencionamos hierarquia, ou hierarquização, buscamos fazer referência ao entendimento de quais sejam a *expressão* (como se apresenta) e as *formas de circulação* do poder no interior desses movimentos. Hannah ARENDT, através de seu texto *Da Violência*, de 1958, nos ajuda nessa interpretação ao afirmar que o *poder* corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo, jamais sendo propriedade de um indivíduo, mas pertencente a um grupo e enquanto o grupo estiver e se mantiver unido. É a “união”, a coesão que garante, segundo a autora, a *legitimidade* do poder. O poder só existe quando possui respaldo, legitimidade. Nesse tipo de abordagem do poder não cabe a busca de sua origem, nem os “mecanismos gerais” de funcionamento, mas as suas ramificações e capilaridades. Michel FOUCAULT também ajudou enormemente nessa nossa compreensão, ao afirmar que não cabe buscar “quem detém o poder”, tomá-lo como algo que possa ser *dividido*, *concentrado*, ou *apropriado* como um bem, uma riqueza; mas sim como algo que *circula*, funciona em *rede* e, a partir desse tipo de funcionamento, contribui para as diferentes formas de uso e apropriação dos espaços.

A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder.

Existe atualmente um grande desconhecido: Quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. (...) Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1998a: 75)

A abordagem mais apropriada, assim, para a compreensão dos mecanismos de funcionamento, e da “microfísica do poder”, como refere Michel FOUCAULT (1998a), seria qual o seu *interesse*, qual a sua *intenção*, *onde* esse poder se relaciona com seu objeto, *onde* ele produz seus efeitos. Desta forma, o poder, em Foucault, assim como em ARENDT (2003), não se aplica aos indivíduos como alvos inertes, mas é transmitido *através* deles e depende deles para existir.

[Q]uando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seu gestos, sua atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (FOUCAULT, 1998a: 131)

Como essas diferentes maneiras de transmitir, fazer circular, aplicar o poder, se traduzem nas práticas do movimento e condicionam a forma de organização interna e externa das ocupações dos sem-teto em suas diferentes territorialidades? A resposta é que esse movimento e suas diferentes organizações possuem entendimentos distintos a esse respeito e, conseqüentemente, diferentes estratégias sócio-espaciais e territorialidades. Já estabelecemos anteriormente uma distinção entre as ocupações “organizadas” e aquelas que “não são organizadas”, isto é, que não possuem uma prática de convivência comunitária e *em comunidade*, cujo processo de ocupação se deu, em sua maior parte, por iniciativas individuais e a permanência no imóvel existe muito mais por questões econômicas (pagamento de “aluguel”, exploração de diferentes formas de trabalho – lícitas e ilícitas – em troca de moradia etc.) e até mesmo de violência, do que por uma crítica social e política, por uma luta conjunta. Passamos agora a uma distinção que caracterize as ocupações que estamos chamando de “organizadas”.

Antes de qualquer coisa, essas ocupações são espaços onde as pessoas que ali residem conhecem e reconhecem um *porquê* de estarem juntas. Não são aglomerados de famílias e indivíduos que ali estão exclusivamente por falta de opção. São ocupações onde a forma de organização política – que se traduz nas práticas individuais e coletivas, dentro ou fora das ocupações – pode caracterizar-se por uma prática hierárquica, verticalizada (heterônoma), ou por práticas mais autônomas e horizontalizadas de poder. Essas duas formas de organização são identificadas por SOUZA e TEIXEIRA (2009) como “variante por coordenação” e “variante por coletivo”. No primeiro caso, o modelo de organização apresenta maiores traços de hierarquia, destacando uma instância formal de deliberação que se distingue do conjunto da maioria dos moradores. Essa instância pode ser denominada *coordenação*, *direção*, *liderança* e é responsável por responder e tomar todas as decisões relativas ao grupo e à ocupação. No segundo caso, por sua vez,

[a] instância máxima de discussão e deliberação das ocupações desta variante “por coletivo” é a assembleia de moradores. O Coletivo (denominação de tal instância) é o responsável por debater quais as prioridades, organizar a execução das atividades e deliberar sobre os assuntos relativos à coletividade dos moradores. Nele, todos os moradores possuem formalmente o direito à voz. Já os votos são distribuídos de acordo com as unidades de moradia (sendo um voto para cada uma). Por essa instância são passados todos os assuntos referentes às práticas, expectativas e horizontes sociopolítico-espaciais dos moradores da ocupação, definindo inclusive as divisões, usos e funções dos espaços internos do prédio (bem como as intenções de relações a serem estabelecidas com seu entorno). Dessa forma, os moradores reivindicam uma organização política interna horizontal, caracterizada por relações políticas formais não hierarquizadas. (ALMEIDA, 2011: 30)

Os movimentos organizados com base na “variante por coordenação” – como o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), atuante na periferia da cidade e na região metropolitana de São Paulo; ou do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), atuante na Área Central da mesma cidade; ou ocupações apoiadas por organizações como a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento das Comunidades Populares (MCP), na Área Central, na Zona Oeste e na Baixada Fluminense (RMRJ) – por se pautarem em uma vertente marxista mais ortodoxa, têm uma reflexão acerca do poder que não ultrapassa a clássica estrutura dos partidos, conselhos, coordenadores e dirigentes. Essa reflexão vai estar pautada e referenciada na crítica à estrutura do

modo de produção capitalista e os tipos de questionamento colocados por esses movimentos remetem à substituição desse pelo socialismo, substituindo o poder heterônomo típico do capitalismo (as frações do capital privado e o Estado) pelo poder heterônomo do partido e do Estado socialista. Em outras palavras, autonomia, a liberdade individual e coletiva, a autogestão econômica e política não estão em questão para grande parte dessas organizações.

A variante “por coordenação” não apresenta apenas um modelo organizativo único. Cada corrente desenvolve táticas específicas para a mobilização de moradores e para a luta institucional. O MNLM do Rio de Janeiro, por exemplo, possui laços estreitos com o PSOL; já a UNMP<sup>82</sup> é ligada ao PT; e a FIST prega o voto nulo e a não vinculação partidária, contudo, também adota, internamente, um modelo político-organizativo baseado em coordenações. (ALMEIDA, 2011: 180)

Podemos perceber, assim, a semelhança entre as ocupações que integram a *variante por coordenação*, como MTST, e as ocupações e acampamentos organizados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), tanto na forma e no regime hierárquico interno, quanto na articulação com outros movimentos e partidos políticos e estratégias sócio-espaciais. Em movimentos desse tipo não é raro que as organizações estejam ligadas, filiadas, associadas, ou estejam diretamente sob a área de influência de algum partido político de esquerda, centrais sindicais, igrejas, comunidades e pastorais religiosas, ONG’s, ou outros movimentos sociais. Nesses casos, a “relação” pode se dar em um plano meramente consultivo, solidário, ou “aparelhador”.

Os movimentos organizados com base na *variante por coletivo*, por sua vez, são “conscientemente inspirados por princípios autogestionários” (SOUZA, 2006a: 288) e têm por base uma forma de organização mais horizontal e não-hierárquica. Essa forma de organização inspirada em princípios autogestionários busca questionar algo mais amplo que o acesso à moradia, ou a desigualdade como consequência do modo de produção capitalista (ainda que essas questões sejam pautadas pelos sem-teto do Rio de Janeiro), mas a própria ideia de representatividade, democracia e liberdade.

O “coletivo” (denominação dada a tal instância) é o responsável por debater quais as prioridades, organizar a execução das atividades e deliberar sobre os assuntos relativos à coletividade dos moradores. Por essa instância passam todos os assuntos referentes às práticas, expectativas e horizontes sociopolítico-espaciais dos moradores da

---

<sup>82</sup> União Nacional de Movimentos Populares.

ocupação, definindo inclusive as divisões, usos e funções dos espaços internos do prédio (bem como as intenções de relações a serem estabelecidas com seu entorno). Dessa forma, os moradores reivindicam uma organização política interna horizontal, caracterizada por relações políticas formais não-hierarquizadas. (...) Essa autonomia dos “coletivos” permitiu que cada ocupação desenvolvesse suas próprias estratégias políticas internas e externas. (MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009: 13)

*A escala de ação do movimento dos sem-teto e as transformações espaciais realizadas a partir das relações sociais e de poder por eles produzidas estão diretamente relacionadas ao grau de ambição e ao projeto político que o movimento coloca para si e para a sociedade onde se insere. Ou seja, não é o local onde atua o movimento que vai determinar a abrangência e os desdobramentos de sua ação, mas seu horizonte de luta, ou o projeto político que o movimento toma para si, juntamente com sua capacidade de*

costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais. (SOUZA, 2006a: 281)

É importante perceber, e a citação de SOUZA ajuda a esclarecer essa análise, que, apesar de uma ocupação tratar-se de um “nanoterritório”<sup>83</sup> (cf. SOUZA, 2006a: 317), isto é, um território extremamente pequeno em comparação com o espaço urbano em que ela se insere e que, ao mesmo tempo, “enfrenta” todos os dias com a sua (r)existência, esse território pode ganhar uma grande importância e uma grande capacidade crítica, a medida que conseguir articular escalas diferenciadas, como explicita, Souza,

a eficácia política de um ativismo repousa, largamente, em sua capacidade de obter apoio de diferentes tipos e granjear simpatia da

---

<sup>83</sup> “‘Nanoterritórios’ são territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, sendo atinentes a espaços com os quais, diferentemente de espaços de nível escalar microlocal como o bairro ou o setor geográfico (que é um agregado de bairros), os trabalhos de geógrafos urbanos não costumam lidar específica ou diretamente: a moradia, o local de lazer ou distração (uma praça, uma praia ou trecho de praia...), entre outros. Nos ‘nanoterritórios’, as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença. Nesses espaços eles exercem, quotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, espacialmente referenciadas (desejo de ocupar espaço, vontade de possuir objetos inscritos no espaço etc.), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta, seja apenas demarcando e alterando territórios, seja eventualmente alterando o próprio substrato espacial.” (SOUZA, 2006a: 317, 318)

opinião publica a partir de uma bem-sucedida articulação de escalas, isto é, de atividades e frentes de combate situadas em escalas distintas. (SOUZA, 2006a: 306)

Em outras palavras, no momento em que a ocupação e o movimento que lhe dá sustentação conseguem pautar suas ações e sua análise por propostas de humanização do espaço urbano e de um novo tipo de vínculo entre moradores e seus espaços residenciais, é possível afirmar que, mesmo a partir de uma escala “microlocal”, são ultrapassados os limites de um simples ativismo “paroquial” e “meramente reivindicativo”, como define SOUZA (2006a: 281), para alcançar uma agenda de luta bastante crítica. O autor define e analisa o processo como um “alargamento de horizontes”, que vai demandar “articulação de esforços *e de escalas* (o que os anglo-saxões têm chamado de *politics of scale*)” SOUZA (2006a: 280).

A “política de escalas” admite ser definida, em uma primeira e muito sumária aproximação, como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.). (SOUZA, 2010: 42)

Eduardo Tomazine TEIXEIRA (2009) e Matheus GRANDI (2010) dedicaram-se mais pormenorizadamente em suas pesquisas de dissertação, ao tema da *escala* como instrumento de apreensão do movimento dos sem-teto, especialmente das ocupações do Centro e Zona Portuária com as quais colaboramos. Para esses autores, a importância da escala como uma construção social que serve como instrumento de apreensão *e* compreensão das práticas espaciais dos sem-teto e é um elemento essencial para o tipo de ação política pautada por esse movimento. Para Eduardo Tomazine TEIXEIRA,

um movimento social tem como referência um ou mais projetos políticos, sendo conformado por indivíduos e grupos a partir dos quais, e em meio aos quais, se procura forjar identidades coletivas e novas representações do espaço, sendo constituído por instituições, campos e arenas com escopos espaciais *multiescalares*. (...)

Saber quem é o sem-teto do discurso do movimento social que se referencia por esse sujeito é fundamental, entre outras coisas, para uma

definição mais clara de sua política de escalas, sobretudo por parte do próprio movimento. (TEIXEIRA, 2009: 94; 103)

Para GRANDI (2010),

[o] movimento dos sem-teto brasileiro tem, por sua vez, se inscrito nessas experiências de gestação e criação de “territórios dissidentes” (SOUZA, 2006a, 2009b, 2009c, 2009d, no prelo) que se valem de práticas espaciais insurgentes específicas. Esses tipos de práticas espaciais podem ser reforçadas e potencializadas pela atenção às diferentes escalas de reflexão, ação e articulação. (...) Mostra-se fundamental, portanto, refletir mais atentamente a respeito das consequências e possíveis interlocuções entre, por um lado, as práticas sociopolítico-espaciais cotidianas dos indivíduos e grupos/organizações que se inserem no atual contexto desse movimento social urbano em sentido forte (SOUZA, 2006a: 281) e, por outro, as diversas dimensões de relações sociais (políticas, culturais, simbólicas, econômicas etc.; mas também dimensões de magnitude e alcance das reflexões e ações) nas quais tais práticas se inserem e com as quais dialogam. Isso certamente auxilia na elucidação do papel dos movimentos sociais (mas desse movimento em especial) e de suas margens de manobra para se investir diretamente nos processos de construção social das escalas espaciais. (GRANDI, 2010: 93, 94)

É esse aspecto *multiescalar* em que se insere o movimento dos sem-teto, e no seu potencial de articulação entre diferentes escalas, e de insubordinação no que se refere à construção de novos territórios, que vão garantir a continuidade da luta por uma territorialidade autônoma, ainda que, como nos lembra SOUZA (2006a), esses ganhos de autonomia sejam graduais e no interior de uma sociedade heterônoma.

O espaço herdado da heteronomia, e não somente as relações sociais em si mesmas, constitui um obstáculo, um estorvo, a ser superado. O mesmo vale para todas as tentativas de obter ganhos de autonomia mesmo dentro de uma sociedade heterônoma: a criação de institucionalidades e rotinas que favoreçam a participação popular, uma maior justiça social e uma melhor qualidade de vida exige uma “espacialização” adequada, em matéria de malha territorial, de formas espaciais, de incorporação e valorização de sentimentos de lugar, de eliminação de signos opressores inscritos na paisagem... (SOUZA, 2006a: 112)

Voltaremos aos detalhes acerca dos espaços das ocupações e suas atividades nos capítulos posteriores, no entanto, gostaríamos aqui, de mencionar alguns exemplos de como essa articulação de escalas, essa política de ação *multiescalar*, tem contribuído para ganhos graduais

de autonomia, que ajudam a caminhar para uma autogestão, tanto no que se refere ao “nanoterritório”, a própria ocupação, quanto escalas maiores, do bairro, região, cidade.

As *ocupações* de forma ampla, isto é, como formas precárias de moradia para aqueles que não têm condições de arcar com aluguel ou prestações de um espaço melhor, podem se dar tanto em imóveis localizados em áreas favorecidas por serviços diversos e dotadas de uma centralidade de grande importância socioeconômica, ou em áreas menos centrais, em bairros periféricos ou com menor poder de polarização na cidade. Esse último caso caracteriza as ocupações de terrenos e imóveis em bairros da Zona Oeste e Zona Norte do Rio de Janeiro, por exemplo, e o primeiro caso, as ocupações em áreas centrais, que engloba aquelas da *variável por coletivo* com as quais temos colaborado.

O fato de localizarem-se em bairros do centro da cidade não significa, por isso, pleno acesso e oferta de equipamentos urbanos e serviços básicos nesses imóveis e seu entorno. Ao contrário. Normalmente as ocupações se dão em áreas com precariedade de iluminação noturna, com um aspecto deteriorado em termos de fachadas e mobiliário urbano, grande ocupação de atividades de comércio e serviços, mas baixa ocupação residencial, o que determina uma pequena circulação de pessoas a pé pelas calçadas nos períodos da noite e de finais de semana. No caso das ocupações com as quais colaboramos, são imóveis na Área Central (Centro e Santo Cristo), próximos a áreas de grande circulação de pessoas (Terminal da Central do Brasil e Rodoviária), no entanto, esse espaço se traduz na forma de ruas com aspecto pouco convidativo à circulação de moradores, pela precariedade do calçamento, da iluminação e, especialmente, pela falta de segurança.

Apesar de serem bairros centrais, com uma localização extremamente importante em termos de valor do solo e de volume de negócios para a cidade do Rio de Janeiro, essa área há muito tempo não recebe qualquer investimento em melhorias e foi “esquecida” nas mãos do mercado imobiliário. Apenas muito recentemente, desde 2009, 2010, com o projeto de “revitalização do Centro e Zona Portuária” para os mega-eventos que a cidade sediará nos próximos anos, é que esses espaços começaram a se tornar alvo de melhorias urbanísticas (pavimentação, asfalto, iluminação, reformas em prédios históricos e praças, inauguração de espaços de lazer, reforma ou instalação de equipamentos como telefones públicos, bancos, cestos de lixo, abrigos em paradas de ônibus etc.) e, claro, do interesse imobiliário.

Como as ocupações organizadas pelo movimento dos sem-teto têm contribuído para implementar transformações sócio-espaciais nas áreas e nos bairros onde se localizam? Entendemos que os espaços das ocupações já começam a ser transformados no ato da ocupação. Prédios sujos, feios, cheios de entulho, lixo e todo tipo de fauna compatível com o abandono e degradação, começam a ser limpos, pintados, efetivamente *revitalizados*. A divisão de tarefas entre os moradores (limpeza, coleta de lixo, pintura, serviços de manutenção elétrica, hidráulica e negociação da regularização desses serviços, atividade de portaria, entre outras) reflete-se na manutenção das condições gerais do prédio, na circulação e acesso ao seu interior, o que, de certa forma, repercute na qualidade e nas condições gerais no entorno daquela ocupação (calçadas do prédio, quarteirão, pontos de ônibus próximos, comércio etc.).

Um imóvel que antes era motivo de preocupação, para a vizinhança e aqueles que costumam circular pela área, com infestação de ratos e insetos, odores indesejados pelo acúmulo de lixo e possível esconderijo para a criminalidade, passa por uma transformação em si, pois seus moradores preocupam-se com a qualidade do ambiente em que vão morar e com os espaços que vão compartilhar, mas também para outras escalas: o bairro, a região, a cidade. As ocupações com as quais trabalhamos, apesar de todas as dificuldades como a falta de dinheiro, de material, a resistência inicial de vizinhos e os enfrentamentos com a polícia e instâncias jurídicas, conseguem minimamente melhorar o aspecto visual da rua ou do quarteirão onde se localizam. Realizam melhorias, ainda que provisórias e improvisadas, fazem uma manutenção do entorno como limpeza e retirada de mato, alguns consertos, além da constante presença de pessoas na porta, ou circulando, que transmite maior sensação de segurança. Contribuem, ainda, para as atividades de comércio e serviços, tanto formais (pequenos mercados, farmácia, salão de beleza), quanto informais (bancas de camelô, atividades de reciclagem, comércio lanches etc.), pelo número de famílias que ali reside, que representa uma população considerável em termos de consumo e trabalho.

O fato de haver sempre moradores na portaria (uma atividade definida como obrigatória pelo *coletivo*) e a constante entrada e saída de pessoas do prédio, proporciona um contato face a face que estabelece uma relação de vizinhança e, conseqüentemente, outra forma de ver o prédio, a rua, o bairro, ou mesmo a região. Isso sem levarmos em consideração os aspectos políticos e jurídicos que envolvem a ação desse movimento, suas críticas e reivindicações.

Como foi mencionado anteriormente, tomando por base SOUZA (2006a), o movimento dos sem-teto se destaca enquanto tal justamente por se tratar de uma organização capaz de articular questões referentes às mais diversas escalas, vejamos. Ao citar o tema da reforma urbana, não apenas como ponto de discussão, mas como projeto político para o movimento dos sem-teto, faz-se referência a uma escala constituída ao nível nacional. Quando remetemos à prática da ocupação de imóveis vazios como forma de sanar o problema imediato da falta de moradia, mas também como forma de expor o problema crônico do déficit habitacional brasileiro e da especulação imobiliária nas grandes cidades, estamos tratando de uma escala metropolitana, local, que pode se constituir em uma rede de amplitude nacional. Quando falamos da luta pela humanização do espaço urbano através da tentativa de introdução de outros tipos de vínculos entre os moradores e suas residências, estamos falando de uma escala ainda local, mas da esfera do “microlocal”. Enfim, são muitas as perspectivas e os tipos de interpretação que tornam necessária a leitura multiescalar do movimento dos sem-teto, elas vão do plano das necessidades quotidianas (econômicas e sociais), passam pelas referências simbólicas e culturais (influência, referenciais, pertencimento e apropriação), ao campo político, jurídico, institucional.

Podemos afirmar, assim, que o ato de ocupar um prédio não é uma fonte de transformação que se esgota em si e naquelas pessoas que passam a ali residir, mas reproduz uma dinâmica que perpassa várias escalas e aponta para ganhos (que não são desprezíveis) em termos de qualidade para todos os envolvidos. Se houvesse o reconhecimento das necessidades dessas pessoas e, ao mesmo tempo, do papel que esses imóveis podem passar a desempenhar, ainda que como ganho secundário, para o entorno, certamente esses benefícios e esses ganhos poderiam ser mais perceptíveis e se multiplicar de forma ainda mais positiva. É preciso multiplicar e ampliar essas possibilidades, esses horizontes de ação e de luta para que, desta forma, possamos também multiplicar a ampliar as possibilidades de criação de espaços mais autônomos como os que vêm sendo criados pelos sem-teto através de suas ocupações.

Com frequência, nas bordas do sistema podem ser observados sinais e evidências não só de reapropriação e ressignificação de espaços públicos (como bem mostram os grafites do *hip-hop*), como também de criativa conversão de espaços improváveis em palcos improvisados de algum tipo de cena pública, menos ou mais inclusiva, especialmente por parte de jovens. Isso “compensa” a negatividade das tendências observáveis? Decerto que não. São, essas ramificações, suficientes, por si sós, para reverter o quadro? Por enquanto não passam de reações interessantes, mas

não muito mais do que isso. Mas são, também, *sintomáticas* – no sentido de que a tese do “conformismo generalizado” não pode ser absolutizada a ponto de nos cegar para o que se passa “nas nossas barbas”, e sintomas de que é justamente nas bordas do sistema e em meio aos escombros que ele produz que devem ser procurados os germes e os maiores potenciais da superação do quadro por todos lamentado. É da luta por autonomia e do apoio a iniciativas que representem ganhos de autonomia que, enfim, se trata... (SOUZA, 2006a: 329, 330)

Aproveitar as fissuras/falhas do sistema e as “rugosidades do espaço herdado” (SANTOS, 1978) é uma estratégia fundamental para se avançar na obtenção de ganhos de autonomia, seja através da luta cotidiana pela construção de uma consciência de direitos e deveres que somem ao coletivo da sociedade, seja através de uma “pedagogia urbana” que contribua para a educação das mentes para ambição da liberdade, seja através da criação de *espaços outros*, onde as relações de poder não sejam desproporcionais e opressoras, mas possam contribuir para a auto-reflexão, autodeterminação e autogestão.

Os sem-teto afrontam a instituição mesma da propriedade privada – o que não os impede de se valerem de certas brechas ou possibilidades legais para evitarem expulsões e consolidarem as ocupações. E mais: fazem-no autonomamente, sem esperar pelo Estado, por meio da ação direta, ocupando e exigindo a garantia jurídica da posse, independente do prazo mínimo legal de cinco anos de ocupação ininterrupta e sem oposição, estipulado para a aplicação tanto da usucapião (em terras privadas) quanto da concessão de direito real de uso (terras públicas). (SOUZA, 2006a: 289)

Certamente várias organizações diferentes em termos de propostas, alianças e forma de organização, impulsionam o movimento da luta por moradia. Sua radicalidade varia, assim como sua expressão numérica, sua capacidade de articular diferentes escalas, o que se traduz, de certa forma, no alcance de sua luta. Contudo suas reivindicações longe de serem meramente paroquiais, avançam para questionamentos no que se refere à regularização fundiária urbana, direito à moradia, ao trabalho e à qualidade de vida, bem como o enfrentamento da propriedade imobiliária ociosa e da especulação.

Como as ocupações citadas vêm se inserindo nas transformações implementadas na esteira do projeto de “revitalização” da Área Central e, ao mesmo tempo, qual o tratamento que tem recebido por parte daqueles que anseiam pela “revitalização” nos moldes conservadores, isto é, amplas frações do poder público e da iniciativa privada? Quais as formas de aglutinação que

podem surgir a partir da luta por moradia? Como consolidar, manter autônoma e mobilizada a organização comunitária na base dessas lutas? São algumas questões que nortearão os capítulos subsequentes. Neles, procuraremos realçar a forma como o movimento dos sem-teto, para além da satisfação da necessidade de moradia, preocupa-se com a consistência e durabilidade daquilo que vem sendo construído: não apenas a garantia da habitação como um direito fundamental, mas as estratégias que proporcionarão a continuidade dessa ação, aquilo que permitirá sua consolidação, isto é, o trabalho, “*a constituição de circuitos econômico-solidários alternativos em seu espírito*” (SOUZA, 2006a: 289).

A ideia é que esses “circuitos econômicos alternativos” se constituam através de atividades coletivas e autogestionárias ao estilo das cooperativas em seu sentido de origem e, dessa forma, reproduzam e estimulem, além de sustentarem (em sentido forte), *relações humanas mais solidárias*. Não são “remendos”, ou simples “alternativas” ao capitalismo que não passam de “mantenedoras de uma temporária paz social”, mas sua importância está na manutenção da consciência crítica acerca da produção do espaço urbano e da importância dos movimentos sociais nesse processo.

## 2.2 – Da luta pela moradia à economia popular urbana – e de volta à primeira.

Na seção anterior trouxemos uma discussão acerca do conceito de ativismos e movimentos sociais, suas formas de constituição e de manifestação, seus questionamentos, objetivos e propostas, tendo como direcionamento de nossas análises as críticas e as práticas sócio-espaciais pautadas pelo movimento dos sem-teto da Área Central da cidade do Rio de Janeiro.

Vimos que a constituição de um movimento social não pode ser entendida apenas a partir de uma perspectiva econômica, mas também de aspectos culturais, de experiências e condições de existência que vão além do poder *aquisitivo* e do *custo* de vida. A pobreza no sentido da impossibilidade financeira de viabilizar e garantir *necessidades básicas*<sup>84</sup> de alimentação, moradia e deslocamento não é a única força impulsionadora de um movimento social como o dos sem-teto, mas também questões mais amplas e mais ambiciosas que se entrelaçam ao *ser e estar* na cidade. Essas traduzem um modo de vida objetivo e uma experiência subjetiva que se relacionam com o espaço de uma forma muito específica, como o significado da casa/moradia, a relação entre o “morar” e o “trabalhar” (esses espaços *podem* ser, mas *nem sempre são* compartilhados, como ocorre nos movimentos não-urbanos), a relação de vizinhança e seus aspectos de sociabilidade e solidariedade, a maior dependência dos serviços públicos quando se trata de espaço urbano e a crítica que pode ser feita aos mesmos.

De um modo geral, apesar de termos como objetivo relacionar a hiperprecariedade dos trabalhadores às formas de resistência encontradas nas ocupações urbanas, que os tornam capazes de enfrentar e transformar a relação capital-trabalho-moradia, não gostaríamos de traduzir essa conflitividade em uma análise econômica que, de forma *linear*, escamoteia aspectos simbólicos, culturais e políticos desse embate.

As reivindicações em termos de acesso ao espaço urbano, luta pela moradia e trabalho digno não são meras exigências conjunturais, mas *direitos fundamentais* de todo ser humano e devem ser tratados como tal a partir de uma abordagem que se preocupe com a *qualidade de*

---

<sup>84</sup> “As necessidades mais básicas são, sem dúvida, aquelas relacionadas à sobrevivência física das pessoas. (...) Adotar a abordagem de necessidades básicas insatisfeitas significa ir além daquelas de alimentação para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação etc. (...) Existe, portanto, amplo escopo para julgamento de valores associados à definição das necessidades básicas, à forma de ordenar os pobres em função do número de necessidades não atendidas e à ponderação relativa atribuída a cada uma das necessidades consideradas”. (ROCHA, 2006: 19, 20)

vida<sup>85</sup> e com o *desenvolvimento sócio-espacial* (no sentido como vem sendo trabalhado por SOUZA em 2003, 2005 e 2006),

o espaço não é redutível às relações sociais, nem é delas uma simples “instância” (como a cultura, a economia e a política são dimensões ou facetas delas), mas é uma *dimensão da sociedade concreta*, compreensível mediante o processo de sua produção material e simbólica e à luz das relações sociais que o modelam e que, por seu turno, são por ele influenciadas. Devido a essa consciência acerca da importância da dimensão espacial é que se julga razoável e legítimo falar de desenvolvimento sócio-espacial. Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser *socioespacial*), mas à transformação das *relações sociais e do espaço social*. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva. (...) Sem abrir mão de um horizonte analítico e político-filosófico radical, a presente reconstrução do conceito de desenvolvimento enquanto desenvolvimento sócio-espacial reconhece que ganhos e perdas de autonomia ocorrem nas mais diversas escalas temporais e espaciais, inclusive quotidianamente, e é necessário saber estimar adequadamente cada vitória (e cada derrota). (...) À luz disso, “desenvolvimento sócio-espacial” refere-se a um *processo*, a um *dever*, e não a um *estado*. (SOUZA, 2006a: 111, 112, 113)

É em acordo com essa perspectiva de análise, que tomamos o “desenvolvimento” como um conceito mais amplo, mais completo e mais “social” e “político”, do que “econômico”, que compreendemos o significado da prática e da reflexão do movimento dos sem-teto. A luta pela moradia não deixa de ser, também, a luta pela transformação das relações sociais e do espaço social em busca de uma ampla “mudança para melhor”. Essa mudança para melhor que se quer e se tenta construir não se esgota na conquista do seu espaço material, um “teto”, no ato da ocupação de um prédio, mas almeja a conquista de um espaço, também, imaterial, com a garantia do direito real e legítimo à cidade. Para tanto, é fundamental a “incessante busca por mais justiça social”, não apenas para si, mas para todos e, também, não só em sentido econômico-material –

---

<sup>85</sup> “sobre o conceito de qualidade de vida, é conveniente esclarecer a diferença entre ele e o conceito de padrão de vida. Enquanto este diz respeito ao poder aquisitivo de um indivíduo, expressando-se através de uma grandeza mensurável – o dinheiro – e tendo como referência o mercado, a qualidade de vida é algo muito mais abrangente. Ela engloba também as coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado (e, em vários casos, nem sequer podem ser mensuradas, a não ser, eventualmente, em uma escala ordinal), mas que interferem no seu bem-estar. Exemplos são a beleza cênica, a qualidade do ar e a liberdade política.” (SOUZA, 2005: 117)

como acesso aos bens de consumo coletivo, o dinheiro e a distribuição de renda – mas, como nos lembra SOUZA (2005: 117), no que diz respeito às coisas que não podem ser simplesmente compradas, alugadas, trocadas, enfim, que remetam a algum tipo de valor de mercado.

Essa busca por justiça social deve traduzir a busca por aquilo que conduz ao bem-estar. Uma bela paisagem, a possibilidade de dormir sem preocupação com segurança física de sua família, o direito de ir e vir, a perspectiva de desfrutar de um dia de lazer em um espaço público agradável, a qualidade da educação recebida pelos filhos, a saúde (própria e da família) e, especialmente, a liberdade. Esses são todos elementos que *qualificam* a vida de um indivíduo e da coletividade e que não estão, ou *não deveriam estar* condicionados necessariamente ou diretamente por sua situação econômica e de renda, mas pelo grau de *desenvolvimento urbano* alcançado por uma dada sociedade em um dado momento histórico. Quando se fala da *luta pela moradia* e por uma *economia popular* é da luta por esse *desenvolvimento urbano* que se trata.

Para o autor anteriormente citado e que serve de referência para essa análise, a questão fundamental a ser considerada para avaliação das condições, e planejamento das estratégias, para o desenvolvimento urbano, não fogem à regra proposta para o desenvolvimento sócio-espacial. Em outras palavras, o *aumento da justiça social* e os *ganhos em termos de qualidade de vida* dependem, fundamentalmente, da *conquista contínua de autonomia individual e coletiva*. Essa também é uma proposta do movimento dos sem-teto da *variante por coletivo*, conforme o tipo de organização política que o movimento constrói para si e que se busca praticar entre os seus: uma práxis não hierárquica, horizontalizada, participativa e democrática.

Após essa introdução, pretendemos começar a costurar a relação entre a *luta pela moradia* e a *constituição de circuitos econômicos alternativos, solidários* e que tenham como objetivo garantir a *qualidade de vida* e contribuir, ainda que através de “doses homeopáticas”, para o *desenvolvimento urbano* que se quer.

Vimos que as *ocupações do movimento dos sem-teto* constituem uma estratégia não só para abrigar o hiperpreariado, incapaz de arcar com o custo de vida de uma cidade que não lhe garante os meios para nela viver, mas também, para contribuir para o questionamento quanto ao tipo de cidade e o tipo de relações humanas com as quais vivemos diariamente. Como ressalta Lúcio KOWARICK, a “condição de morador urbano, se não significa o acesso a determinados bens, abre, pelo menos em princípio, o caminho para reivindicar sua obtenção”. (KOWARICK, 1993: 91) As ocupações dão conta, ainda que precária e provisoriamente, de um objetivo, ou

melhor, uma necessidade imediata, dessa forma, *são taticamente fundamentais*. Porém, são, ao mesmo tempo, *heterotopias*, ou “utopias efetivamente realizadas”, de um objetivo mais amplo que é a urgência de uma reforma urbana, aqui se tratando do Rio de Janeiro, mas podendo remeter a muitas outras cidades, e essa é a *estratégia de luta* definida pelo movimento dos sem-teto.

O que entendemos por reforma urbana, qual a origem dessa expressão e desse conceito, como o movimento dos sem-teto entende esse tema e põem em prática tais princípios? Tomaremos como base para essa abordagem alguns trabalhos de SOUZA (2003, 2005 e 2006a), que já vem se dedicando à pesquisa sobre esse tema há cerca de vinte anos, e SOUZA e TEIXEIRA (2010), sem deixar de fazer referência aos trabalhos de SANTOS (1990), MARICATO (1997 e 2003), ROLNIK (1997), SAULE Jr. E ROLNIK (2001) que têm muito a contribuir para esse debate. São trabalhos que viabilizam um ótimo panorama do surgimento das discussões sobre essa temática e de sua evolução teórica, política e empírica (não que essas duas excluam as anteriores).

O que vem a ser, então, a *reforma urbana*? Com base na literatura mencionada, podemos dizer que: o parentesco entre a reforma urbana e a reforma agrária, remete a afinidades e diferenças. As afinidades encontram-se no *alcance* das propostas e, guardadas as especificidades da natureza geográfica de cada uma, no *conteúdo* referenciado em seus objetivos. Em termos práticos: assim como a *(re)distribuição de terra* não deve ser o objetivo único da reforma agrária, isto é, a mudança na *estrutura fundiária*, mas sim a transformação da própria *estrutura agrária*, no sentido de gerar condições adequadas para o sucesso do trabalho, da produção e do sustento das famílias, a reforma urbana também não tem por finalidade uma “simples (re)distribuição” dos imóveis localizados nas cidades, mas a *garantia da qualidade de vida*, como definido anteriormente, e das *condições de reprodução da força de trabalho*, em particular da população de baixa renda e alvo da segregação sócio-espacial.

(...) buscar garantir o acesso a uma moradia digna, tanto na escala da construção (pressupondo-se, então, programas de construção de habitações populares) quanto na escala do bairro (o que exige um enfrentamento do problema da escassez de infra-estrutura técnica e social). Logo, a reforma urbana visa à criação de melhores condições de regulamentação estatal (direta e compartilhada com a sociedade civil, em regime de cogestão) e à redistribuição indireta de renda, mediante uma reorientação antielitista dos gastos públicos. (...) [A] reforma urbana não

deve ser pensada isoladamente, mas como uma complementação necessária de uma reforma agrária. (SOUZA, 2005: 286-287)

Justamente por se tratar de um debate que não pode ser classificado como recente, por apresentar aproximadamente cinquenta anos, a reforma urbana é uma questão-chave para o movimento dos sem-teto, a despeito de não ter sido esse o movimento responsável por “finçar a primeira bandeira” dessa luta. Muitos outros movimentos sociais e ativismos urbanos já traziam em sua pauta e em sua essência o debate sobre a reforma urbana – vide as referências na literatura (BORJA, 1975; RIBEIRO, 1980; JACOBI, 1980, SANTOS, 1981; LOJKINE, 1981; BERNARDES, 1983; NUNES, 1985; MIZUBUTI, 1986; SILVA, 1986; SADER, 1988; SOUZA, 1988), algumas citadas no capítulo anterior, a respeito do ativismo de bairro, do movimento operário, das Comunidades Eclesiais de Base, dos ativismos de favelas, dos movimentos reivindicativos por transportes públicos, os quais, em maior ou menor escala, tinham na reforma urbana uma questão em pauta – a chamada “segunda geração dos novos movimentos sociais”<sup>86</sup>, na qual se inclui o movimento dos sem-teto, muito mais recente em comparação aos anteriores, por datar do final dos anos 1990 (no caso de São Paulo) e início dos anos 2000 (no Rio de Janeiro e outras cidades), têm tomado para si esse debate há muito pouco tempo, comparativamente.

Talvez eles venham a representar, com sua radicalidade crítica, uma injeção de sangue novo. Seja pela presença direta de militantes desses outros movimentos, seja por influência indireta, talvez novos fatores venham permitir que temas como o racismo, segurança pública e outros tantos, tradicionalmente negligenciados pela agenda da reforma urbana, sejam adequadamente tratados e devidamente integrados ao núcleo do ideário. (SOUZA, 2006a: 233)

Apesar desta vinculação entre o movimento dos sem-teto e o tema da reforma urbana se apresentar de forma bastante nítida para uma análise global da questão urbana, tanto para um olhar que parta de dentro do movimento, quanto para um olhar mais crítico que capture essa relação “de fora”, essa associação nem sempre é acreditada, ou mesmo conhecida e

---

<sup>86</sup> “Os ativismos que, nos anos 70 e 80 (e, em alguns outros países, já nos anos 60) eram chamados de ‘novos’ (‘novos movimentos sociais’), já não são, hoje em dia, assim tão novos, especialmente considerando-se o desgaste e o enfraquecimento da década passada. (...) Se os ‘novos movimentos sociais’ já não são mais tão ‘novos’, como entender os ativismos (alguns deles propriamente movimentos) que, nos últimos anos, vêm emergindo e se afirmando como atores relevantes em muitas das nossas cidades – sem-teto, *hip-hop*?... O mais adequado parece ser considerar duas ‘gerações’ dentro do estilo geral trazido pelos ‘novos’ em comparação com os ‘velhos’ (como, em muitos países, o movimento operário do século XIX e das primeiras décadas do século XX). Teríamos, assim, uma ‘nova’ e uma ‘velha geração’ dos ‘novos movimentos sociais (urbanos)’”. SOUZA (2009c: 14 e 15)

compreendida pelos moradores (os sem-teto). Isto é, para aqueles moradores que não se envolvem de forma mais politizada ao movimento, ou que não demonstram tanto interesse pelo debate em torno dessa questão, a expressão “reforma urbana” torna-se mais um “jargão” do que uma ambição concreta.

Essa falta de clareza acerca do tema entre os ativistas sem-teto foi percebida nas entrevistas feitas por SOUZA e TEIXEIRA em 2008, para trabalhos publicados em 2009<sup>87</sup>, nas quais a resposta para uma indagação a respeito do conhecimento acerca da expressão “reforma urbana”, trouxe respostas que variavam entre o “desconhecimento absoluto”, a associação dessa expressão a uma “mera reforma urbanística”, uma “vaga ideia” e o conhecimento com certa elaboração crítica. Vejamos:

*Não, pra mim é novidade. (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro)*

*Reforma urbana? Eu entendo que é uma mudança que eles têm que fazer a nível de moradia, reurbanização das favelas, reurbanização das comunidades. (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro)*

*Eu diria o seguinte. Eu acho que, eu diria assim: o povo que mora nas cidades sofre uma série de consequências do desenvolvimento dessas cidades pensando o lucro e não a vida. Do ponto de vista dos serviços públicos, do ponto de vista da infraestrutura, mesmo de um ponto de vista até menos pensado pelo movimento, até a quantidade de carro, de como a cidade é feia, de como a cidade é barulhenta. As pessoas sofrem com isso, sofrem os danos disso a todo momento. E aí vários movimentos existem e existiram, né? (...) E, por isso, dizer que o movimento luta por moradia trás as pessoas que ainda não perceberam que essa sociedade é tão ruim, que sentem isso todos os dias, mas que não elaboram ainda. Enquanto elas veem por moradia, a gente fala nos outros problemas, e quando a gente pensa na solução dos outros problemas, a gente pensa em reforma urbana, é o segundo passo. E quando a gente pensa com a nossa comunidade o que é reforma urbana, a gente tá desenhando o que será a cidade. A gente sabe o que é a cidade do capital, que é até o nome do texto, né? E qual será a cidade da nova sociedade? Eu acho que reforma urbana é um ponto de partida pra gente fazer um rascunho de muitos sonhos, né? (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).*

---

<sup>87</sup> A dissertação de mestrado de Eduardo Tomazine TEIXEIRA (2009) e um artigo publicado por SOUZA e TEIXEIRA em um número temático da Revista Cidades (2009).

(Entrevistas realizadas por Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazine Teixeira no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 2008; publicadas em SOUZA e TEIXEIRA, 2009: 43-46)

Para esses mesmos autores,

[o] grande desconhecimento dos moradores das ocupações estudadas e a pouca reflexão a respeito da matéria demonstrados pelas entrevistas – em parte, provavelmente, como resultado da “captura ideológica” da reforma urbana pelos “tecnocratas de esquerda” – revela o quanto essa bandeira de luta encontra-se ainda distante da maior parte das organizações de movimentos sociais urbanos. Por outro lado, revela também a pouca capacidade do próprio movimento em investir politicamente, tanto para apropriação dessa bandeira – afinal, por mais problemática que possa ser a sua história, algumas das suas conquistas referentes aos marcos legais são de interesse direto para os sem-teto – quanto para sua ressignificação. (SOUZA e TEIXEIRA, 2009: 53)

A própria definição de reforma urbana não se manteve inalterada ao longo da história, desde o seu surgimento, até os dias atuais. Essa expressão surge com uma conotação muito menos politizada do que aquela com a qual trabalhamos nos dias de hoje, o que significa que esse é um debate em aberto e que, ao que a experiência de campo e a revisão da literatura indicam, não é, ainda, um debate amplamente dominado por ativistas e, ainda menos, por moradores menos engajados.

Segundo SOUZA (2003, 2005 e 2006a), a origem das ideias e das discussões em torno da *reforma urbana* com o sentido *progressista* que este tema possui na atualidade, remete à década de 1960. O autor aponta que em períodos anteriores aos anos 1960 e, em especial, aos anos 1980, a expressão ainda estava muito vinculada ao estilo de uma reforma *urbanística*, com intervenções estatais autoritárias e de conteúdo antipopular, como as reformas aplicadas à cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX citadas no capítulo um (cf. SOUZA, 2003: 155).

Um evento realizado em Petrópolis, município da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1963, pode ser considerado, entretanto, um marco no processo de “reciclagem ideológica” da expressão que passa a enfatizar, sobretudo, a questão da moradia. Isso, em parte, pode ser explicado pela conjuntura política que se estabelecia internamente – as consequências da arrancada industrial do país nos anos 50 e da chegada das multinacionais, a urbanização acelerada e caótica que o país passou a apresentar – e a situação de dependência e vulnerabilidade em relação à conjuntura internacional. Esse cenário refletia-se em uma carência cada vez maior de

moradias e espaços adequados a habitação, especialmente para os trabalhadores de baixa renda pela impossibilidade destes em arcar com o custo de vida, além de uma incapacidade do Estado de prover o mercado interno de oferta de moradias pela falta de material, de indústrias, e de interesse em atender certas parcelas da população.

Dentro desse quadro, assume para nós particular importância um aspecto da crise de abastecimento que se vivia e dos movimentos populares que surgiam: aquele vinculado a aguda carência de habitação popular e de classe média com que se defrontou a população urbana de todas as cidades brasileiras no período do pós-guerra. Esta crise específica ganha grande interesse, pois ultrapassa os limites da conjuntura em que se deu. Embora os efeitos da guerra tenham aprofundado e acentuado a escassez de habitações – sobretudo devido à falta de materiais – esta crise é clara evidência de uma modificação mais estrutural no processo de produção e de comercialização de moradias no Brasil e, em especial, na cidade de São Paulo. Foram essas transformações que geraram e impuseram as soluções habitacionais mais comuns nas décadas posteriores e até hoje – a autoconstrução de casas próprias em loteamentos periféricos e as favelas – e que criaram as condições materiais para o surgimento de um forte e vigoroso movimento popular vinculado às questões habitacionais e urbanas. (BONDUKI, 1994: 115)

No entanto, o debate sobre a reforma urbana tinha nos anos 1960 um concorrente de peso, no que se refere à atenção dos veículos de comunicação, da literatura e do debate acadêmico e do apelo popular – numa época onde uma parcela considerável da população brasileira ainda vivia de *atividades econômicas não-urbanas*. A década de 1960 foi um período agitado por mobilizações no campo, especialmente em torno da formação das Ligas Camponesas e da bandeira da reforma agrária<sup>88</sup>, o que fazia muito sentido em um momento de transição mais acelerada de uma economia agrária para uma etapa de maior peso da indústria e da urbanização do país. Os conflitos no campo e os movimentos sociais rurais ganhavam não só adeptos entre os

---

<sup>88</sup> A respeito das comparações entre a reforma urbana e a reforma agrária, Marcelo Lopes de Souza faz importantes considerações e ressalta alguns limites que devem ser observados nessa comparação, especialmente no que diz respeito à *função da propriedade da terra no campo e na cidade para os trabalhadores*:

“(…) a reforma agrária possui uma capacidade maior e mais direta de gerar renda para os seus beneficiários, por meio da redistribuição de patrimônio (terra) e devido ao fato simples de que, para o agricultor, o solo é um *meio de produção*, o que não ocorre com o trabalhador assalariado urbano. De toda maneira, não se deve negar que, como o autor já notara, programas específicos de geração de emprego e renda podem e devem ser acoplados a políticas de reforma urbana, principalmente quando se tratar da urbanização de favelas e loteamentos (SOUZA, 2000a: 286, 325-326 [citação do autor]). Cooperativas e formas autogestionárias de organização dos trabalhadores podem, então, ser tentadas, ainda que sem ilusões, e sem subestimar o fato de que será, amiúde, difícil vencer a barreira do imaginário capitalista introjetado nos pobres”. (SOUZA, 2003: 158, 159)

trabalhadores, mas apoio político de organizações sociais, partidos e de frações da população o que, de certa forma, fazia esmaecer as cores da bandeira pela reforma urbana.

Esse momento, que vai dos anos 60 até o começo ou meados da década de 80, pode ser apelidado de “pré-história” da reforma urbana, porquanto, ainda que o núcleo da ideia já estivesse presente, com o seu conteúdo crítico de busca de maior justiça social no espaço urbano, um ideário mais amplo, que fosse bem além da questão da habitação e incluísse reflexões sobre instrumentos, só viria a se constituir duas décadas após o encontro de Petrópolis. (SOUZA, 2003: 157)

Além do menor apelo dos movimentos urbanos em comparação com os movimentos rurais durante os anos 60, essa década e a seguinte vão assistir a um enfraquecimento devido ao período do regime autoritário imposto pelo governo militar de meados dos anos 60 à primeira metade dos anos 80. A abertura política do país e a aspiração por uma nova Constituição Federal capaz de refletir essa nova fase serão catalisadores para dar nova força à mobilização pela reforma urbana e até transformá-la em um movimento: o *Movimento Nacional pela Reforma Urbana* (MNRU).

Foi nesse momento, entre meados e o fim da década de 80, que amadureceu a concepção progressista de reforma urbana. Essa concepção pode ser caracterizada como um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (objetivos auxiliares ou complementares, como a coibição da especulação imobiliária, foram e são, também, muito enfatizados). Dessa forma, a reforma urbana diferencia-se, claramente, de simples intervenções urbanísticas, mais preocupadas com a funcionalidade, a estética e a “ordem” que com a justiça social (ou, fantasiosamente, imaginando que a remodelação espacial trará, por si só, “harmonia social”), não obstante ela conter uma óbvia e essencial dimensão espacial. (SOUZA, 2003: 158)

O MNRU não alcançou, contudo, o objetivo de incorporar, de forma radical, a reforma urbana à pauta da nova constituição federal (1988). Uma emenda popular foi votada e aceita pelo Congresso, porém, não havendo obrigatoriedade para que essa fosse incorporada na íntegra, as suas exigências foram sendo cortadas, “adaptadas” e o que restou foram os artigos 182 e 183 que versam sobre a *política de desenvolvimento urbano encaminhada pelos municípios, o direito e a garantia da propriedade e seus condicionantes*.

SOUZA (2003, 2005 e 2006a) vê muitos problemas técnicos e políticos na lei que foi promulgada, o que levou o autor a classificar sua promulgação e resultados práticos como frutos de um “tecnocratismo de esquerda”<sup>89</sup>:

A importância de planos e garantias formais foi exagerada, em detrimento de uma análise social mais ampla. A participação popular, que deveria ser vista como o fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano em comparação com instrumentos como o “solo criado”(…) tanto nas discussões acadêmicas quanto nos planos diretores progressistas (...). Perda de criatividade, de ferrão crítico e mesmo de eficácia foram os corolários. No entanto, muitas potencialidades subsistem e vários ganhos têm também ocorrido, inclusive sob a forma de lições e um certo aprendizado técnico. (SOUZA, 2003: 161)

Mencionamos anteriormente que a busca de um real desenvolvimento urbano, no sentido aqui defendido, só pode se dar a partir de ganhos substanciais em termos de qualidade de vida e aumento da justiça social e que esses dois dependem diretamente da introdução e/ou ampliação da autonomia, tanto no plano individual, quanto no plano coletivo. Assim, a busca de uma sociedade melhor e mais justa é, também, a possibilidade e a responsabilidade de construí-la e sustentá-la da forma que gostaríamos. No entanto, nas últimas páginas tratamos da *reforma urbana* enquanto uma expressão, um conceito e um projeto a ser concretizado, o qual tem como primeiro signo da expressão a palavra “reforma”, que está longe de ser traduzida como uma guinada *radical* da proporção da instituição de uma sociedade verdadeiramente autônoma.

Para SOUZA (2006a: 235), mesmo não se confundindo com uma *revolução* que levaria à superação do capitalismo e da sociedade heterônoma instituída, os ganhos obtidos com a *reforma urbana*, ainda que pequenos e lentos, representam passos na direção desse horizonte. Ou seja, pequenos ganhos conquistados a partir da luta pela reforma urbana refletem de alguma forma, também, pequenos ganhos de autonomia na construção de uma sociedade mais justa e com mais qualidade para todos os cidadãos, pois “se a mobilização por uma reforma possuir grande

---

<sup>89</sup> “Por ‘tecnocratismo de esquerda’ entende-se uma superestimação dos marcos legais e instrumentos e documentos técnicos, aí se destacando os planos diretores. Essa superestimação se dá em detrimento de análises mais globais sobre a sociedade e sua dinâmica, a começar pela análise do que se passa com os ativismos sociais, e de um investimento em parcerias mais orgânicas com esses ativismos, os quais não devem ser confundidos inclusive conceitualmente, com ONGs. O ‘tecnocratismo de esquerda’ se fortaleceu em um momento de crise e enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos.” (SOUZA, 2006a: 222)

vitalidade e horizonte político suficientemente largos, essa reforma conterà, em si, dialeticamente, o germe de sua auto-superação.” (SOUZA, 2006a: 235-236)

Essa temática que relaciona a reforma urbana à construção de uma sociedade mais justa abre caminho para a nossa discussão acerca das fissuras, das “margens de manobra” encontradas pelos movimentos para atuarem em busca de um horizonte de autonomia/autogestão em favor de ganhos reais em termos de qualidade de vida e do desenvolvimento urbano, mesmo que ainda sob marcos de uma sociedade heterônoma. Isso joga luz sobre uma questão fundamental que é a *ligação entre as reivindicações e as lutas originadas do mundo do trabalho* com aquelas que dizem respeito às *melhorias urbanas*.

Esta separação decorre do fato de serem raros os movimentos que conseguem articular, de modo amplo e permanente, demandas originárias do local de moradia e do trabalho. Mas o simples fato de haver como regra geral esta segmentação de reivindicações já levanta o crucial problema de se perguntar: por que trabalhadores explorados, que são também moradores espoliados, não se unem num esforço para atacar de forma integrada as várias facetas da exclusão sócio-econômica? (KOWARICK, 1994: 47)

É a partir dessa articulação mencionada por Lúcio KOWARICK que traçamos o vínculo entre a luta por moradia e as *estratégias* de sobrevivência e resistência dos trabalhadores hiperprecarizados na cidade, às quais estamos chamando de “barricadas do hiperpreariado urbano”. Justamente por materializarem-se na cidade através da ocupação e transformação do espaço urbano, da configuração de territórios e de redes que constituem circuitos econômicos alternativos e, por vezes, solidários, as práticas sócio-espaciais dos sem-teto não podem ser analisadas de forma separada, sem vínculos, pois nesse caso, as condicionantes que interferem nas questões “moradia” e “trabalho” agem de forma dialética e inseparável.

A habitação sempre representou um grande ônus e um problema dos mais graves a ser resolvido pela classe trabalhadora urbana. Visto consumir o aluguel da moradia uma parcela considerável do salário e assumir as características da habitação um alto significado simbólico, a formulação pelo Estado de um padrão de habitação – vinculado à casa unifamiliar – e, sobretudo, o lançamento de projetos estatais de produção de moradias subsidiadas tinha ampla aceitação pelas massas populares urbanas e procuravam mostrar um Estado preocupado e atuante em relação às condições de vida da “população menos favorecida”. (BONDUKI, 1994: 120)

Sabemos que as dificuldades que envolvem a organização, o grau de politização, o déficit educacional, o escasso acesso à informação assimilável, sem mencionarmos a pobreza, a fragilidade, a vulnerabilidade e a heterogeneidade de atividades em que estão envolvidos os trabalhadores hiperprecarizados, dificultam muito e, no limite, até inviabilizam qualquer prática política mais consistente ou mais duradoura, mas temos exemplos a mencionar de espaços e situações em que essas dificuldades puderam ser mitigadas e onde as *atividades econômicas* deram lugar aos *circuitos econômicos* capazes de construir *práticas sócio-espaciais de base popular*, mais humanas e solidárias. Isso faz da *economia popular urbana* e da *economia social/solidária* diferentes daquilo que genericamente se define como “atividade informal”.

Para SOUZA (2006a: 289), a diferença fundamental entre esses tipos de “circuitos” e aqueles que compõem o contexto econômico-social “maior” é “o grau de valorização e aposta em uma racionalidade não estritamente mercantil e novas formas de sociabilidade vinculadas a esses circuitos alternativos” (SOUZA, 2006a: 289, nota 72). As expressões que remetem a tais circuitos econômicos denominados por SOUZA como “alternativos”, no entanto, são múltiplas e, por mais que sejam tratadas de forma semelhante ou sinônimas, expressam diferenças quanto a sua natureza político-filosófica, quanto ao local de origem e ao contexto histórico no qual, predominantemente, se desenvolvem.

Economia social, economia solidária, terceiro setor, economia popular, sócio-economia solidária, cooperativismo e associativismo são os termos mais utilizados para fazer referência às atividades desse circuito econômico que se traduz como “alternativo” ao circuito econômico “oficial”, ou institucional – na forma das instituições empresa, Estado, profissional liberal ativo no circuito superior – como práticas de/para *iniciativa popular*, com vistas a constituição de uma outra economia, mais humana e solidária.

Por trás da diversidade de conceitos que visam a instituir novos modos de organização do trabalho e da produção – *economia social, economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia, economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária* – existe uma busca comum de se recuperar o sentido original do vocábulo *economia*, que em grego significa *a gestão, o cuidado da casa*. Aristóteles apontava que a emergência e o predomínio da atividade mercantil vieram desfigurar o sentido original da economia, que se

transformou em algo que ficou conhecido como *crematística*, ou a atividade de acumular riqueza material. (ARRUDA, 2003: 234, 235)

Faremos, por isso, uma breve revisão da literatura pertinente ao tema para que possamos compreender melhor as especificidades de cada uma dessas expressões e, assim, caminhar com mais segurança para uma caracterização das práticas sócio-(econômico)-espaciais do hiperpreariado sem-teto.

Muitos autores vêm trabalhando nesse tema há anos (CORAGGIO, 1987, 1996, 2001, 2003, 2006; LISBOA, 1997, 2003, 2004, 2005; CARPI, 1997; AHLANDER, 2001; FRANÇA Filho, 2002; NORONHA, 2003; SINGER, 2002, 2003; LIMA, 2004), especialmente na Economia e na Sociologia, mas esse ainda é um assunto com pouca repercussão dentro da Geografia. Mesmo quando se trata da Geografia Econômica e da Geografia Urbana, essas áreas têm se preocupado, há bastante tempo, muito mais com a macroeconomia e sua interface geopolítica, ou com o “circuito superior” e o papel das corporações e empreendimentos (rurais e urbanos) – novas tecnologias e meios de inovação e seus impactos territoriais, regiões funcionais, ou, mais recentemente, de temas ligados à discussão sobre cidades médias, reestruturação produtiva e impactos na economia e no trabalho, como já havíamos mencionado em RAMOS (2005) – com base na análise de trabalhos de BENKO (1993, 2002), BODY (1990), HARVEY (1999), LEBORGNE e LIPIETZ (1988, 1990), SANTOS (1979, 1996, 1999a), SCOTT e STORPER (1988) e outros –, do que com esse tipo de abordagem que foca no “circuito inferior”.

Paul SINGER, Armando de Melo LISBOA e José Luis CORAGGIO são autores que, já nos anos 1980 e 90, dedicavam-se ao tema da economia que por ora chamamos “alternativa” (por não termos detalhado, ainda, as principais definições e conceitos pertinentes a esse tema). Nesses trabalhos os referidos autores começam a delinear conceitos e definir as fronteiras entre as principais expressões relacionadas ao tema, reservando cada um, é claro, espaço para suas afinidades, posições e convicções político-filosóficas.

Tanto FRANÇA Filho (2002), quanto LISBOA (2004) dedicaram-se recentemente a um refinamento acerca das semelhanças e diferenças entre os principais temas do circuito econômico alternativo, a saber, o “terceiro setor”, a “economia social”, a “economia solidária” e a “economia popular (urbana)”. Abordaremos ainda alguns outros temas importantes como “socioeconomia solidária” e “economia do trabalho”, discutidos por vários autores. Começaremos pelo aprimoramento dos limites conceituais.

O termo “terceiro setor”, segundo FRANÇA Filho (2002) e LISBOA (2004), é uma expressão que se originou de uma tradição anglo-saxônica e que se encontra particularmente impregnada pelas ideias de filantropia e voluntariado. A própria expressão “terceiro”, de um ponto de vista estadunidense, remete àquele setor que não se conecta e não depende diretamente do Estado – que, teoricamente, deve exercer a função de mediador das relações sociais e assegurar o bem-estar da sua população sem que, para isso, deva extrair vantagens financeiras de suas práticas –, e nem da iniciativa privada enquanto setor produtivo que visa o lucro e a acumulação de riquezas.

Nessa perspectiva de análise, o *terceiro setor* seria aquele que se destaca por ações sociais em prol da melhoria do bem-estar de frações da sociedade, ou da mesma como um todo, sem que, para isso, tenham de ser feitas reivindicações junto ao poder público e de forma independente de empresas que atuem de acordo com a lógica do mercado, isto é, com vistas ao retorno financeiro. Essas premissas promovem um esvaziamento político dessas iniciativas e lhes confere um caráter muito mais identificado com o “voluntariado” e a “solidariedade” enquanto expressões de altruísmo, caridade e benevolência, do que uma crítica social seguida de uma tomada de iniciativa (cf. COELHO, 2002; MONTAÑO, 2002; GOHN, 2005).

No âmbito jurídico as iniciativas pertencentes ao chamado *terceiro setor* são identificadas como “atividades ou organizações sem fins lucrativos” e “atividades ou organizações voluntárias”, isto é, entidades *da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativas*. Inserem-se entre as atividades do *terceiro setor* as ONGs (Organizações Não-Governamentais), as entidades filantrópicas, as OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e outras formas de associações, entidades, fundações e organizações religiosas que visem o bem comum.

Existe, contudo, uma longa e acalorada discussão a respeito das práticas do *terceiro setor*, visto que, ao fim e ao cabo, a grande maioria das entidades nele compreendida utiliza-se de recursos do Estado e do mercado, tornando sem sentido a designação “terceiro”. Ou seja, “a grande diversidade do que se descreve [como terceiro setor] traz divergências, confusões e debilidades conceituais, metodológicas e operacionais” (LISBOA, 2003: 253).

Essas críticas estão mais direcionadas às ONGs, já que elas não lidam *apenas* com o trabalho voluntário (no qual uma pessoa doa o seu tempo e talento em prol de uma causa), o que implica uma relação de assalariamento e, conseqüentemente, custos fixos que vão demandar fontes de financiamento. Em grande parte das vezes essas “fontes” são públicas – por meio de

projetos custeados pelo Estado, direta ou indiretamente (através de empresas estatais) – ou privadas, como grandes empresas cujo objetivo principal acaba sendo o abatimento de impostos<sup>90</sup>.

Enquanto a noção de *terceiro setor* inscreve-se em um contexto estadunidense e inglês (este em bem menor proporção que no primeiro), as noções de *economia social* e *economia solidária* inscrevem-se, conforme FRANÇA Filho (2002) e LISBOA (2004), em um contexto europeu, mais geral, e francês, em particular.

Para SINGER, (2003) a principal inspiração da economia social e solidária é o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência contra a Revolução Industrial, ao longo do século XIX e XX. Nele estavam contidos os princípios que iriam nortear as práticas e os discursos de muitos empreendimentos do tipo solidário/cooperativista/associativo (sérios) na atualidade. Alguns antecedentes que serviram de inspiração e modelo para muitas dessas práticas foram: o movimento operário do século XIX e a instituição dos “bancos de trabalho”, onde se podiam trocar produtos por notas que representavam o número de horas gastas para produzi-lo; as comunas agrícolas, onde se pratica o princípio da repartição e da solidariedade na produção, no consumo, na poupança e em todas as áreas da vida social, levando o igualitarismo às últimas consequências; as cooperativas autogestionárias (diferentes das cooperativas por cotas), que pressupunham igualdade política (“1 cabeça 1 voto”), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa; entre tantos outros (SINGER, 2003: 117 a 119).

Essas noções relacionam-se a um contexto histórico que remete às experiências revolucionárias fortemente inspiradas no Socialismo Utópico, que afirmavam o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo como *alternativos* à economia capitalista, em meio às trágicas consequências da revolução industrial como a superexploração da força de trabalho e as péssimas condições de vida a que eram submetidos os trabalhadores nesse período.

Segundo DIAS (2005), é na virada para o século XX que essas iniciativas passam a ser identificadas, primeiro e especialmente na França, como parte de um conjunto que vai ser intitulado “economia social”, por sua grande contribuição nos momentos de crise e fragilidade social. Os princípios da *economia social* serão não apenas reconhecidos como extremamente

---

<sup>90</sup> As doações para entidades com fins sociais permitem grandes abatimentos em imposto de renda, sem falarmos nos incentivos promovidos pelo governo brasileiro como a *Lei Rouanet* que garante abatimentos na carga tributária para empresários que financiem a cultura e o esporte no país.

favoráveis ao contexto social europeu da primeira metade do século XX, como foram incorporados às práticas governamentais na forma do *welfare state*, ou Estado de bem-estar social, ou ainda, Estado-providência, cujas próprias denominações remetem a alguns dos princípios da *economia social* do século XIX.

Com a ascensão do Estado de bem-estar, a *economia social*, em si, praticamente desaparece e sede lugar, nos países centrais e especialmente na França, a uma economia fortemente institucionalizada que funciona como um “apêndice do Estado”. O Estado se torna, então, o “detentor”, a “fonte” de onde emana a *economia social*, e essa condição retira dessas iniciativas econômicas o potencial insurgente e a capacidade de inovação das diversas práticas autogestionárias que são incorporadas ao padrão estatal.

É a partir do final da década de 1960 e dos anos 1970 que os princípios da *economia social* começam a ser retomados pela sociedade, com a crise do Estado de bem-estar nos países centrais, em especial na Europa Ocidental, e o início do processo de desregulamentação da economia e precarização do trabalho sobre o qual já nos debruçamos no primeiro capítulo e que costumamos ao tema deste capítulo com a citação de SINGER.

A economia solidária, tal qual ela surge no fim do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregularão da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero etc. (SINGER, 2003: 116, 117)

Com a retirada paulatina do Estado de uma série de setores que até então eram assegurados pelo poder público (trabalho, saúde, educação, alimentação, transporte etc.) e a crise econômica desencadeada pela reestruturação do modelo de produção fordista, a sociedade, especialmente aqueles grupos sociais menos privilegiados ao longo da história bem enfatizados por SINGER (2003), se vê sem outra opção que não a retomada de práticas que objetivem a garantia do trabalho, do salário e da qualidade de vida, o que será feito por meio de práticas econômicas partindo da sociedade e voltadas para a sociedade, em sentido *strito*. Será uma retomada da *economia social* associada a um processo de renovada politização e atualização histórica, que vão promover atividades econômicas para fins e objetivos sociais, por meio da afirmação de ideais de cidadania e crítica ao *status quo*.

Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ainda que ela se distinga também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional, a novidade da ES reside na articulação inédita que ela permite entre as economias mercantis, não mercantis e não monetárias. (LISBOA, 2004: 18)

Pode-se dizer que a *economia solidária* vai ampliar as questões postas pela *economia social*, passando a envolver, além das dimensões social e político-econômica, também a cultura, a questão ecológica, a questão de gênero, entre outras. Seu intuito não é (apenas) remediar uma problemática social motivada por escassez de empregos, economia em recessão, custo de vida elevado e baixos salários, mas criar formas alternativas de viver em meio à isso e, quem sabe, superar “isso” por uma transformação social mais ampla.

Sendo a afirmação de uma outra racionalidade (e não meramente uma estratégia de inclusão dos excluídos), as emergentes experiências de ES não podem ser avaliadas apenas pela sua dimensão econômica, nem ficarem confinadas enquanto um segmento da economia, pois elas constituem também um amplo movimento social, estando triplamente inscrita tanto na esfera econômica, quanto social e política na medida em que são formas de produzir e consumir competitivas, inclusivas e emancipatórias, democratizando as instituições e relações de poder dominantes. Ela é parte, portanto, de um processo maior com múltiplas dimensões, exigindo a construção de um conceito (bem como indicadores) mais apropriado. Em suas experiências concretas, a ES não se contenta em ser simplesmente um organismo econômico, não cabendo num enfoque meramente funcional. Mais que um outro modo de produção, ela se insere num outro *ethos*: ela é um modo de vida que não se coaduna com o fundamentalismo mercantil. (LISBOA, 2004: 21, 22)

Para SINGER (2002), a *economia solidária* reafirma a emergência de atores sociais importantes, através da emancipação dos trabalhadores e seu redimensionamento como *sujeitos históricos*. Isso porque durante e logo após longas décadas de uma “paz social” motivada pelo “pleno emprego”, pela estabilidade econômica e social dos anos Pós-Guerra, a classe trabalhadora perdeu muito do seu poder de organização, da sua capacidade de se colocar coletivamente em questões sociais, políticas e econômicas e, principalmente, de seu poder de

subverter, fugir ao esquema dado, criticar, se opor, inovar. Por isso, a economia solidária, especialmente em terreno europeu, vai se destacar por recolocar os trabalhadores como protagonistas de direitos e, assim, se afastar de qualquer tipo de comparação com o chamado *terceiro setor* anglófono, que substituiu o Estado nas suas obrigações e inibe a emancipação dos trabalhadores.

Não há, contudo, um consenso entre os autores que trabalham o tema da economia solidária. Paul Singer, por exemplo, define a economia solidária como

a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003: 116)

No entanto, essas organizações teriam uma ambição, um horizonte mais amplo que seria alcançar “*outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual*” (SINGER, 2002: 10), definição esta que não entra em pleno acordo com o que pensa Aníbal QUIJANO sobre o mesmo tema:

não se trata de um ‘modo de produção’ alternativo, mas de organizações ‘não capitalistas’ aptas a pertencerem a um ‘mercado globalizado’, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo. (QUIJANO, 2002: 497)

Para QUIJANO, o principal a ser considerado nas atividades da economia solidária são as *alternativas*, isto é, a ênfase está no “*apesar de*”, no “*para além de*”, e não no “*contra*”, quando se refere ao modelo capitalista em que nos inserimos. Isso pode soar “reformista”, ou “chapa branca”, mas tendemos a concordar com o autor na medida em que a “*superação do modo de produção capitalista*” implica a superação de um sem número de práticas introjetadas, de um *ethos capitalista* (como nos sinalizam alguns autores – LISBOA, 2004; SOUZA, 2006a), o que enfrentará difíceis obstáculos como a superação do consumismo, do produtivismo, da acumulação etc. Para tanto, há que se mudarem as mentes; as *práticas instituintes* antes das *instituições*, para ficar com expressões de CASTORIADIS (1982).

Luis Inácio GAIGER (2002) tende a se aproximar mais de QUIJANO (2002), do que de SINGER (2002), quando se trata da interpretação e definição da *economia solidária*. Ao sinalizar

que os empreendimentos solidários não promovem mudanças profundas na *base técnica* e nem, tampouco, na *base organizacional*, onde residem os fundamentos das relações de produção e trabalho capitalistas (GAIGER, 2002: 02), a *economia solidária* não estaria, efetivamente, construindo uma *independência* frente ao capitalismo, e nem preparando um *outro* modo de produção, mas traçando estratégias para nele sobreviver dignamente. Esse autor sugere, então, a expressão “forma social de produção” em comparação com a “forma assalariada capitalista”.

LISBOA (2004), por sua vez, faz uma crítica aos três anteriores ao afirmar que eles valorizam em demasia o *sentido econômico* da ‘*economia*’ *solidária* e deixam de dar a devida atenção para o adjetivo ‘*solidária*’, ou seja, há que se pensar *além* da economia,

outra racionalidade alimentada por um ideário ético-cristão-libertário, imersa e forjadora de um particular estilo de vida (de um modo de ser, pensar, sentir e comportar-se próprio, integrador e includente) que contrapõe-se ao *ethos* capitalista (conflitivo e excludente). (LISBOA, 2004: 14)

Por isso, este autor defende a adoção da expressão *socioeconomia solidária*, pois, para ele, "socioeconomia" explicitaria tanto “o amálgama da economia na sociedade”, quanto a subordinação da economia a essa mesma sociedade, expressando a compreensão de que a economia não é um fim em si mesma, mas apenas um “instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana” LISBOA (2004: 22). No entender desse autor, seriam partes dessa *socioeconomia solidária* atividades que, simultaneamente, reforçassem o pertencimento social a uma comunidade, gerando trabalho e renda, rompendo com a lógica da mera adaptação ao fundamento da forma mercantil e recuperando o sentido original da economia: *o cuidado da casa* (cf. LISBOA, 2004: 22).

José Luis CORAGGIO, por sua vez, contribui com uma análise propositiva e crítica. Para esse autor, a vida, a sobrevivência e a continuidade de nossas atividades econômicas, políticas, culturais, afetivas em meio ao modo de produção capitalista e todas as suas mazelas e prejuízos humanos é a constatação de um fato *evidente*, porém, não *inexorável*. Para CORAGGIO (2006), a crítica ao capitalismo deve ser, sim, um norteador para as nossas propostas e alternativas. Nesse sentido, a *economia solidária* deixa de ser “apenas” uma alternativa ao desemprego e a dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho (formal) e passa a ser uma estratégia de resistência e luta silenciosa, ou nem tanto.

A economia solidária, quando mal entendida, pode se por como um programa de integração social que trata de minimizar e reduzir a falta de coesão da sociedade. Mas, assim, estaríamos querendo integrar os excluídos na mesma sociedade capitalista que os excluiu; agora como micro empreendedores que seja, mas, com mais das mesmas regras de jogo do sistema, que vai continuar reproduzindo essa exclusão e reproduzindo, sobretudo, a desigualdade extrema. Isso, sim, é o que temos que discutir. (CORAGGIO, 2006: 06)

Para esse autor, práticas econômicas solidárias não significam “integrar (de outra forma, ou da mesma) os excluídos no sistema que os exclui”, como se fosse uma *resposta* ao desemprego, à precarização e à alienação, por meio de empreendimentos associativos, mas colocar-se, *coletivamente*, contra o modelo de sociedade e de economia que impõe esses problemas como um *projeto de autonomia*, análise com a qual concordam TRAJANO e CARVALHO (2003).

A experiência de construção do trabalho co-labor-ativo e da autonomia dos trabalhadores não se constitui em um processo linear, sem conflito e sem contradições. Exige o rompimento com práticas heterônomas ou, numa outra linguagem, práticas paternalistas e autoritárias, em que o outro decide por mim, em que normas e valores devem ser interiorizados, sem possibilidade de reflexão crítica. (TRAJANO e CARVALHO, 2003: 175)

Para isso, e *por isso*, a clareza acerca das práticas coletivas, associativas e cooperativas é fundamental. Aprender a produzir de forma diferente e consumir de forma diferente é aprender, por exemplo, a fazê-lo de forma *autogestionária*, ou com vistas à *autonomia*. Uma autonomia, como não poderia deixar de ser, *coletiva e individual*. Dessa forma, seria possível a construção de uma economia (ou uma socioeconomia) permanentemente aberta a ser rediscutida (como, quanto, onde, quando, para quem, por quê? Etc.).

Uma “redefinição da economia que leve em consideração seu pertencimento às relações sociais”, ou socioeconomia, latente ou expressamente presente, nesses intercâmbios tem, ao menos, uma tripla dimensão:

- a. uma crítica teórica ao pensamento único, que apresenta e molda a economia como mecanismo sem sujeitos, separada da sociedade;
- b. uma ação prática, crítica da realidade em si própria, na qual o mercado capitalista vem sendo “autonomizado” efetivamente da sociedade, inclusive da política. O que implica que não podemos construir uma economia global da solidariedade sem participar ativamente da

construção real dos sistemas de exclusão que tendem a impor poderes políticos e econômicos.

c. um componente utópico, que preconiza e torna crível e iluminadora a perspectiva de uma sociedade onde a solidariedade prime sobre a competência e o individualismo<sup>91</sup>. (Tradução livre a partir de CORAGGIO, 2001: 04)

O termo *economia solidária* identifica, hoje, uma série de práticas organizacionais inscritas numa dinâmica que gira em torno das chamadas “novas formas de solidariedade”. Para CORAGGIO (2001, 2006), a *economia solidária* não deve se definir apenas na sua relação com o mercado capitalista e o Estado – “por um lado porque, como utopia, a nega em alguns aspectos estruturais. Por outro porque, como proposta real, é insuficiente para alcançar os objetivos que propunha (outra globalização)<sup>92</sup>” (Tradução livre a partir de CORAGGIO, 2001: 06) – mas sim como parte, e com referência, a todo o conjunto da *economia popular* do qual ela faz parte.

No primeiro mundo a desmontagem do Estado-providência tem gerado uma febril procura de novos mecanismos de solidariedade. Entretanto, os desafios que se apresentam para a periferia e semi-periferia em parte são diferenciados dos países capitalistas mais desenvolvidos. A crise derivada da reestruturação produtiva e da globalização econômica nos países periféricos é agravada pelo simultâneo colapso do modelo de substituição de importações. Além disto, como estes países nunca foram exatamente uma sociedade salarial, seus caminhos para construir a cidadania não são os mesmos que se apresentam para as sociedades que construíram sua base de integração no trabalho assalariado. Todo o grande esforço para inventar novas solidariedades nos povos do Sul tem um outro sentido, pois cabe aqui primeiramente re-conhecer – e em seguida apoiar – o que os mais pobres já vêm fazendo, uma vez que estes nunca dependeram do débil Estado-de-bem-estar. (LISBOA, 2004: 05)

Diferentemente da situação do *terceiro setor* na América Anglo-Saxônica, e da *economia social e solidária* de tradição europeia, na América Latina a *economia solidária* não surge a partir

---

<sup>91</sup> “Una ‘redefinición de la economía que tenga en cuenta su pertenencia a las relaciones sociales’, o socioeconomía, latente o expresamente presente en estos intercambios, tiene al menos una triple dimensión:

a. una crítica teórica al pensamiento único, que presenta y modeliza a la economía como mecanismo sin sujetos, separada de la sociedad,

b. una acción práctica, crítica de la realidad misma, en la cual el mercado capitalista se ha venido autonomizando efectivamente de la sociedad e incluso de la política. Lo que implica que no podemos construir una economía global de la solidaridad sin participar activamente de la deconstrucción *real* de los sistemas de exclusión que tienden a imponer poderes políticos y económicos

c. un componente utópico, que preconiza y hace creíble e iluminadora la perspectiva una sociedad donde la solidaridad prime sobre la competencia y el individualismo”. (CORAGGIO, 2001: 04)

<sup>92</sup> “por un lado porque, como utopía, la niega en algunos aspectos estructurales. Por otro porque, como propuesta real, es insuficiente para lograr los objetivos que propugna (otra globalización)” (CORAGGIO, 2001: 06)

do movimento operário, como acontece na Europa no século XIX, ou com o esgotamento de um *welfare state*, que nunca existiu de fato, ou existiu de forma residual, mas a partir de experiências de exclusão duradoura ou permanente do mercado de trabalho e de situações de falência de empresas que passaram a constituir experiências de autogestão<sup>93</sup>.

Como vínhamos afirmando no capítulo anterior, a fragilidade do mercado de trabalho nos países periféricos e, especialmente, na semiperiferia capitalista mundial não se constitui predominantemente de trabalhadores precarizados pela reestruturação do modelo de produção e reforma do Estado, mas de um *hiperpreariado* que sempre viveu de, e conviveu em meio à pequena produção de caráter artesanal e semiartesanal, atividades precárias de prestação de serviços e baixíssima remuneração, constituindo um circuito econômico inferior, subalterno que complementa e, ao mesmo tempo, garante as condições de existência e funcionamento de um circuito superior. Em outras palavras, exprimem as atividades desenvolvidas por esses que se encontram fora do mercado de trabalho formal/assalariado, ou nunca conseguiram ingressar nesse grupo, como também pelos trabalhadores que, devido aos baixos salários, buscam no “trabalho por conta própria” (individual ou associativo) a complementação de sua renda,

uma dimensão de economia que transcende a da obtenção de ganhos materiais e está estreitamente vinculada à reprodução ampliada da vida (...) os atores da economia popular criam estratégias de trabalho e sobrevivência que visam não apenas à obtenção de ganhos monetários e excedentes que possam ser trocados no mercado, mas também à criação das condições que lhes favorecem alguns elementos que são fundamentais no processo de formação humana, como a socialização do saber e da cultura, saúde, moradia etc. (ICAZA e TIRIBA, 2003: 101)

---

<sup>93</sup> “É importante diferenciar os dois grandes vetores que forjam a socioeconomia solidária latino-americana: os derivados daqueles tradicionalmente excluídos do mercado de trabalho e que organizam associações e cooperativas populares solidárias (vetor que temos designado como EPS, na sua concepção mais estrita), e os que surgem de empreendimentos que passaram por situação falimentar e constituíram empresas de autogestão (EAg), constelação onde atuam em particular a ANTEAG [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão] e a ADS [Agência de Desenvolvimento Solidário] (ainda que não exclusivamente). Uma vez estabelecidas, e diante da sua nova condição, as EAg se identificam como componentes do campo popular, acabando por se dissolver junto à EPS (e ampliando a conotação da mesma).

Porém, diferentemente das cooperativas e associações populares, por advirem do fechamento das fábricas as EAg estão menos sujeitas ao princípio do solidarismo: em geral seus integrantes foram obrigados pelas circunstâncias a participar do projeto autogestionário. Este não nasce de uma escolha, mas da busca pela preservação dos seus postos de trabalho. Esta é a conclusão de uma recente e longa pesquisa junto às bases da ANTEAG: “*em todos os casos que estudamos, a autogestão jamais foi uma opção política prévia dos trabalhadores. Em sua grande maioria, estes não tinham, nem passaram a ter engajamento político ou sindical. Visavam à sobrevivência e não à transformação política*” (Valle et al., 2002: 160).” (LISBOA, 2004: 12). Abordaremos essa questão da autogestão e da autonomia no trabalho na próxima seção desse capítulo.

Ao contrário da *economia social* e da *economia solidária*, que remetem a um contexto e a uma realidade europeia e anglo-saxônica, LISBOA (2004) nos lembra que a *economia popular* possui um “caráter muito latino-americano” na medida em que relaciona o contexto social e político semiperiférico a uma realidade econômica *muito heterogênea* que se desenvolve e se explica por meio de numerosas e variadas atividades produtivas, comerciais e de serviços em setores pobres das grandes cidades, das franjas urbanas e, também em espaços rurais.

Quando se fala da economia popular, conceitualmente, trata-se da produção de bens, mercadorias e da prestação de serviços por meio do desenvolvimento de atividades econômicas que se inscrevem em um espaço específico, em geral urbano, mas não exclusivamente, e com uma dinâmica temporal também específica. Essas atividades, normalmente, estão calcadas numa base popular, de estilo comunitário, onde os indivíduos compartilham não apenas o substrato material, o espaço concreto, mas uma espacialidade e uma territorialidade construídas pelas suas histórias de vida, pela sua forma de estar ali e estar no mundo, pelas relações culturais, afetivas e pelos conflitos ali inscritos.

A articulação entre a necessidade de quem trabalha, a demanda de quem espera por esse trabalho, e os saberes populares ancestrais apontam que ser um vendedor ambulante, ou um camelô, que compartilha o espaço de um “camelódromo”, ou uma simples calçada, um sinal de trânsito é, também, fazer parte de um fenômeno que pode ser lido e interpretado a partir de uma análise sócio-espacial. De onde veio, por que veio e por que está, onde vive, onde “ganha a vida”? São perguntas que explicam a constituição de uma economia popular não por uma conjuntura desfavorável ao emprego e uma estrutura que impede ou dificulta a realocação de certos postos de trabalho, ou uma falta de assistência do poder público, mas por uma condição de hiperprecariedade para certos grupos sociais que é historicamente reproduzida na *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial* da cidade, como definido por SOUZA (2005 e 2008), “[a] fragmentação, como o nome indica, relativiza ainda mais e decisivamente uma unidade desde sempre já relativizável à luz de sua diversidade”. (SOUZA, 2005: 217).

A referência à fragmentação do tecido sociopolítico-espacial ajuda na definição de territórios definidos e delimitados por práticas econômicas e sociais quotidianas de caráter popular, no sentido de se restringir a certos grupos sociais de baixa renda e condições de vida precárias. No entanto, a *economia popular* não se resume a uma *economia* meramente *informal* praticada por pobres em áreas precárias. Normalmente a *economia popular* se constitui de

atividades informais, mas nem toda atividade informal corresponde à *economia popular*. Além disso, há uma diferença entre essas que pode remeter a um projeto político de fato.

A economia informal, analisada de maneira geral, assume a forma de “microprojetos individuais”, que configuram uma espécie de *simulacro precário* das práticas econômicas (produtivas e mercantis) formais (cf. LISBOA, 2004), de forma que essas práticas não afirmam, necessariamente, uma relação com a base social local, comunitária ou com um saber ancestral. Ou seja, enquanto a economia informal tem como característica a adoção de práticas que tentam reproduzir, ainda que precariamente, as relações formais de produção e trabalho capitalistas, a economia popular, por princípio político, teria como fundamento a reinvenção dessas práticas, sua adaptação (completa ou parcial) aos problemas, projetos e possibilidades da comunidade a qual está vinculada. Assim,

o que caracteriza a EPS, insistimos, não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal), ou estarem desvinculados do mercado, mas sua condição de estar voltada para prover o sustento do grupo (experiência associativa) sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isto não podemos confundila com uma espécie de "capitalismo popular". (LISBOA, 2004: 10)

Aliás, essa parece que tem sido a única, ou a maior preocupação dos governos nos últimos anos em relação à precarização e hiperprecarização do trabalho: a tributação da renda e o pagamento de impostos. Como se a responsabilidade sobre os inúmeros problemas relacionados à administração pública e a “falta de dinheiro” para investimentos em setores como hospitais, escolas, universidades, transportes etc., fosse exclusivamente dos trabalhadores que não pagam seus impostos e não “contribuem” para a construção social do país. Apenas “usam” os hospitais, “usam” as escolas públicas com seus “montes de filhos”, “lotam” os transportes públicos, “competem” com os lojistas/empresários (que pagam regularmente os seus impostos) ao instalarem bancas de camelôs com produtos mais baratos (sem nota fiscal, sem registro de procedência, sem pagar luz, IPTU, ou aluguel) nas calçadas, nas portas das lojas. Para o governo, e para uma grande parcela da população, em especial a classe média, o hiperpreariado e o trabalhador informal precarizado são problemas sociais e econômicos que podem ser “sanados” com um registro administrativo e uma regularização fiscal. Ninguém se questiona a respeito do

por que de tal situação. Não existe o olhar prospectivo, apenas a visão embaçada pela lógica de exploração e competição capitalista.

As tentativas de “legalização” e formalização do trabalho predominantemente informal no Brasil já percorrem alguns anos. Desde 2007 circulava no congresso brasileiro a lei que propunha a criação da *Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios* (REDESIM)<sup>94</sup>, originada de *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa*<sup>95</sup> de 2006. A REDESIM procurava estabelecer “normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas” e por “empresários” e “pessoa jurídica” entenda-se toda sorte de trabalhadores informais que atuam “por conta própria” na prestação de serviços e pequenas produções familiares, domésticas e afins.

Em 2008 é criada a figura do *Microempreendedor Individual* (MEI)<sup>96</sup>, a partir da modificação de partes da *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa* e, no ano de 2009, é aprovado o regimento interno do *Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios* (CGSIM)<sup>97</sup> que trata sobre o procedimento especial para registro e legalização do MEI.

Em 2010 esse comitê altera a legislação referente à inscrição de novos microempreendimentos individuais e passa a incluir na composição dos seus subcomitês estaduais e do Distrito Federal um representante da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o que, em si, já aponta para uma aproximação de “concorrentes” e concorrência desproporcional em termos de força política.

A próxima resolução desse comitê será o estabelecimento de regras a serem seguidas quanto a pesquisas prévias para abertura das empresas e à regulamentação da classificação de risco da atividade para concessão de alvará de funcionamento (provisório ou definitivo) no âmbito da REDESIM. Ainda em 2010 é finalmente aprovado pelo CGSIM o sistema que altera, cancela e dá baixa do registro de MEI concretizando sua integração ao SIMPLES nacional<sup>98</sup>.

De acordo do o cadastro no SIMPLES Nacional, o trabalhador que deseja fazer sua inscrição deverá pagar taxas fixas mensais que variam de acordo com as atividades realizadas, quantia essa que será reajustada com o salário mínimo. Uma observação em destaque no

---

<sup>94</sup> LEI Nº 11.598/2007.

<sup>95</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (*LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA*).

<sup>96</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2008.

<sup>97</sup> RESOLUÇÃO CGSIM Nº 1/2009 até Nº 23/2009; DECRETO No 6.884/2009.

<sup>98</sup> RESOLUÇÃO CGSN Nº 58/2009.

cadastro, contudo, é a de que a atividade exercida, ainda que na residência do MEI, necessita de autorização prévia da Prefeitura para o seu funcionamento (cf. <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>, acesso em 07 de outubro de 2011).

O que se deduz dessa trajetória legislativa de cerca de cinco anos é uma política demagógica de “inclusão social” e “valorização do trabalho”. O fundamento da lei que buscava registrar de maneira simplificada e barata o trabalhador, em qualquer situação de trabalho, desde que este atuasse em atividade lícita e dispusesse de cerca de 50 reais mensais em taxas em troca de seguro previdenciário, aposentadoria e crédito bancário, transformou-se em um emaranhado de leis revistas e revogadas por um jogo político que, ao fim e ao cabo, dificultou e até impossibilitou o acesso a esse recurso para grande parte dos trabalhadores informais precarizados.

A introdução de representantes de associações comerciais e empresariais não aconteceu por acaso ou para ampliação e democratização da participação, mas para defender os interesses dos gestores, dentro daquela visão da “competição” que mencionamos algumas linhas a cima. Essa participação coincide exatamente com a introdução de novas “exigências” trazidas pelos subcomitês e pelos grupos de discussão criados em torno dos temas do Licenciamento e Avaliação de Riscos, sob uma ótica elitista, burocrática e autoritária. Observe o trecho que “alerta” especificamente os *trabalhadores ambulantes* no momento de efetuar seu registro no “SIMPLES”.

No momento da inscrição o interessado irá declarar que está cumprindo a legislação municipal, motivo pelo qual é fundamental que ele consulte essas normas e declare, de forma verdadeira, que entende a legislação e obedecerá, sob pena de ter o seu alvará provisório cancelado. Esse alvará provisório tem validade de 180 dias.

O ambulante ou quem trabalha em lugar fixo deverá conhecer as regras municipais antes de fazer o registro, com relação ao tipo de atividade e ao local onde irá trabalhar. Apesar do Portal Empreendedor emitir documento que autoriza o funcionamento imediato do empreendimento, as declarações do empresário, de que observa as normas e posturas municipais, são fundamentais para que não haja prejuízo à coletividade e ao próprio empreendedor que, caso não seja fiel ao cumprimento das normas como declarou, estará sujeito a multas, apreensões e até mesmo ao fechamento do empreendimento e cancelamento de seus registros. Caso o município averigüe e constate alguma ilegalidade nessa declaração, nesses 180 dias de validade do documento que equivale ao

alvará provisório, o registro da empresa poderá ser cancelado. (Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>. Acesso em 07/10/2011)

O que podemos deduzir desse tipo de iniciativa, ou “contra-iniciativa”, é que não há qualquer interesse por parte de governo em modificar as estruturas econômicas e torná-las menos desiguais, isto porque as “marcas registradas” e “CNPJs” se travestem há muito tempo de “governo”. O custo financeiro para se tornar um “micro empresário” era baixo com o projeto do MEI e continua sendo baixo com o SIMPLES (algo em torno de 50 reais mensais para empreendimentos com rendimento de até 36 mil reais ao ano), no entanto, as dificuldades burocráticas se multiplicam. A vinculação da inscrição a uma série de documentos e alvarás inviabiliza esse tipo de regularização para a grande maioria dos trabalhadores que não têm como consegui-los ou arcar com seus custos. Mesmo aqueles que trabalham em espaços regularizados como os “camelódromos”, já que os alvarás nem sempre são individuais, mas para funcionamento coletivo como associação. Nesses casos, o CNPJ, normalmente é da associação, e não do trabalhador, o que implica uma série de outras exigências jurídicas. Ou seja, do ponto de vista jurídico, dificilmente será alterada a situação de trabalho de grande parte dos trabalhadores informais precarizados, da *economia popular*, no Brasil como ambulantes/camelôs, prestadores de serviços entre outros, ainda que a questão dos custos financeiros não seja fundamental. E isso demonstra o tipo de política vigora no país e a serviço de quem.

Segundo ICAZA e TIRIBA (2003) foi a partir do início da década de 1980 que alguns economistas e sociólogos começaram a esboçar as diretrizes conceituais que poderiam se utilizadas para interpretar as iniciativas/alternativas econômicas dos setores populares, com base nos argumentos de que os conceitos de *formalidade* e *informalidade* são *insuficientes* para a análise da complexidade das relações econômicas, logo insuficientes para delimitar a economia popular solidária.

Nesse sentido, consideraram que mais que classificar as atividades em “economia formal” e “economia informal”, trata-se de analisar o sentido e a racionalidade interna dos empreendimentos econômicos geridos pelos próprios trabalhadores. A análise dessas iniciativas populares, desde a perspectiva, não da “economia informal”, mas da economia popular, possibilitou uma resignificação dessas próprias práticas, permitindo que a economia popular se transformasse num poderoso meio para opor resistência à exclusão política, cultural e social do mundo popular e sua precária economia. (ICAZA e TIRIBA, 2003: 103)

O espectro da economia popular, no entanto, é muito amplo e diverso, assim como também o é a definição e delimitação do hiperprecariado urbano, como havíamos mencionado no capítulo um. Apesar da expressão “economia popular” ser utilizada com frequência na literatura para fazer referência a algumas experiências de (auto)organização popular em torno de uma solução ou alternativa a certas dificuldades e obstáculos do mundo do trabalho e de reprodução da vida, a experiência mostra que nem sempre essa é uma realidade alcançada. Em geral, a economia popular passou a abrigar uma gama muito variada de atividades que não expressam, necessariamente, algum tipo de projeto político comum ou de organização coletiva. O caráter de resistência tão destacado na literatura como uma característica marcante em diferentes experiências e movimentos tem se diluído em uma ampla miscelânea de atividades de produção e serviços, únicas ou complementares para um número grande, e cada vez maior, de trabalhadores nas cidades brasileiras, latinoamericanas e certamente outras. Isto é,

[n]ão conseguindo uma ocupação no mercado formal de trabalho e, tendo que fazer frente ao desemprego estrutural e aos demais processos de exclusão social, os atores da economia popular organizam seus empreendimentos, individual ou associativamente, contando com a sua própria força de trabalho. (ICAZA e TIRIBA, 2003: 103)

Segundo os próprios ativistas que se dedicam a discussão e à práxis político-econômica como forma de estabelecer críticas ao modo capitalista de produção e criar alternativas ao mesmo, a definição de *economia popular* encontra-se, por demais, desgastada, ou mesmo nunca correspondeu ao que o nome deveria designar. Ela descreve atividades precárias de sobrevivência na cidade para uma parcela considerável da população que não encontra outra possibilidade de fazê-lo. Na visão de um ativista que vem se dedicando, há quase quarenta anos, ao trabalho com organizações de movimentos sociais que têm, entre outros objetivos, a crítica às condições de trabalho e a que são submetidas os trabalhadores no sistema capitalista, a economia popular possui uma definição simples e, ao mesmo tempo, desafiadora.

*A economia popular é a economia que tá aí, a economia do povo. Aos trancos e barrancos, se virando, ganhando uma mixaria aqui, gastando ali, né? Essa é a economia popular, por exemplo, os camelôs... é uma economia popular. Agora, essa nossa aqui é uma economia popular organizada. Coletiva. O que as pessoas chamam por aí, até porque esse nome já virou banalidade, economia solidária. É um nome bem aceito*

*pela mídia e tal. Por que é que eles aceitam economia solidária? Porque é uma economia que tem mais humanismo...*

(...)

*Eu acho que a economia popular, a tendência, é cada vez mais sofrer perseguição. A tendência é essa: vai ficar cada vez mais difícil as pessoas sobreviverem na economia informal. Por quê? Porque é isso que a gente vê, né? Os espaços sendo ocupados pela Guarda Municipal, e o próprio capitalismo não aceita isso, né, e vai forçando... Então as pessoas têm que migrar pra uma iniciativa dessas como a que a gente tá propondo, ou vai viver eternamente nessa dificuldade aí... Muito complicado... Não tem futuro, não tem futuro! O futuro é se organizar! E aí as propostas dos grupos que têm por aí, pra se organizar, é juntar os camelôs e se organizar pra se firmar em determinado lugar e tudo mais. Mas não propõe essa organização que a gente tá propondo, que é a autogestão. Criar grupos, associações que possam gerir seu próprio negócio de forma coletiva, de forma que beneficie a todos.*

(Entrevista com uma importante liderança do MCP<sup>99</sup>, realizada em 29/09/2011)

Como bem ressalta CORAGGIO,

[n]ão podemos idealizar a economia popular existente hoje. É verdade que, nela, podemos encontrar atores que são solidários, mas isso não quer dizer que ela seja solidária. Pois vamos encontrar também, no meio dela, vários atores que são altamente competitivos; podemos encontrar, dentro da própria economia popular, setores que são altamente destrutivos da vida dos outros. (CORAGGIO, 2006: 02)

As autoras ICAZA e TIRIBA (2003) destacam cinco tipos de atividades e empreendimentos que seriam definidos como pertencentes ao setor da economia popular. Apesar de estarmos conscientes de que a nossa experiência empírica – junto aos sem-teto, ao Movimento das Comunidades Populares e suas diversas atividades, por exemplo – não é uma amostra representativa para tecermos conclusões mais gerais sobre as atividades rotuladas como “economia popular” de modo amplo. No entanto, ainda assim, arriscamos ressaltar que, cada vez menos, as atividades rotuladas como *economia popular* constituem-se de práticas *politicamente organizadas* e *solidárias* por princípio. Essa, aliás, é tanto uma crítica, quanto uma dificuldade enfrentada por esses movimentos na tentativa de construção e manutenção de atividades econômicas alternativas e inspiradas por um sentido de autonomia e autogestão.

---

<sup>99</sup> Movimento das Comunidades Populares.

Para as autoras supracitadas, a economia popular incluiria tanto soluções emergenciais, desesperadas, criticáveis como mendicância de rua, atividades ilegais, como pequenos delitos como o furto; passando pelas iniciativas individuais não estabelecidas e informais, como o comércio ambulante e pequenos serviços, até chegar às microempresas e pequenas oficinas de caráter familiar, ou efetivamente às organizações econômicas populares (OEPs) – “*pequenos grupos que buscam, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares)*” (RAZETO, 1993 *apud* ICAZA e TIRIBA, 2003: 106)

A partir dessa perspectiva, os microempreendimentos, ou redes – familiares, ou não – aparecem como formas *ad-hoc* em que se dá a economia doméstica, sem mudar seu sentido. Esta visão é muito distinta daquela que vê o microempreendimento como forma atrasada de organização empresarial. E distintas são as propostas de ação para promover (e não “superar”) seu desenvolvimento. Do mesmo modo, atividades e formas de organização que usualmente são vistas como parte do “setor social” passam a ser vistas como constitutivas da economia real, cujo sentido é – como reconhecem todos os manuais de economia – a alocação de recursos escassos para a satisfação de necessidades dos membros de uma sociedade<sup>100</sup>. (Tradução livre a partir de CORAGGIO, 1996: 21)

Essa dificuldade em se estabelecer um parâmetro de análise que ajude a elucidar e salientar o princípio e fundamento das práticas econômicas surgidas das camadas populares é que vai levar alguns autores (especialmente CORAGGIO e LISBOA) a tomarem como referência de análise a expressão *economia popular*, acrescida do adjetivo *solidária*, ou *economia popular de solidariedade*, somando à economia solidária (e seus princípios econômicos-políticos) a realidade *hiperprecária* do trabalho e da vida nas áreas urbanas da semiperiferia capitalista.

A expectativa desses autores é de que a economia popular, com todos os obstáculos materiais e imateriais enfrentados por seus protagonistas, guarde em si o germe de uma possível

---

<sup>100</sup> “Desde esta perspectiva, los microemprendimientos o redes – familiares o no – aparecen como formas *ad-hoc* que se da la economía doméstica sin cambiar su sentido. Esta mirada es muy distinta de la que ve al microemprendimiento como forma atrasada de la organización empresarial. Y distintas son las propuestas de acción para promover (y no “superar”) su desarrollo. Del mismo modo, actividades y formas de organización que usualmente son vistas como parte del “sector social” pasan a ser vistas como constitutivas de la economía real, cuyo sentido es – como reconocen todos los manuales de economía – la asignación de recursos escasos para la satisfacción de necesidades de los miembros de una sociedad”. (CORAGGIO, 1996: 21)

transformação social. Dessa forma, o grupo social, ou parte desse grupo que aqui definimos como o hiperpreariado urbano, guardaria o potencial (que pode ser manifestado, ou não) de se transformar numa *opção* social, econômica e política. Assim, ICAZA e TIRIBA (2003: 107) advertem e, ao mesmo tempo, sintetizam que

nem toda “economia de solidariedade” é economia popular, uma vez que é possível encontrar elementos de solidariedade em outros setores sociais. Do mesmo modo, nem toda economia popular é economia de solidariedade, devido ao fato de que na primeira nem sempre está presente o “fator C” (letra que, em muitos idiomas, é a inicial das palavras como cooperação, comunidade, coletividade, colaboração etc.). (ICAZA e TIRIBA, 2003: 107)

É fato que existem diferentes esferas da macroeconomia. Para ficar apenas em uma classificação bem geral, existe uma economia *pública*, de base estatal, e uma economia *privada*, extremamente complexa, composta pelas diferentes e diversas frações do capital. A economia popular insere-se nessa esfera da economia não-estatal, como uma das frações da economia privada capitalista. Ela faz parte de um conjunto bastante heterogêneo na forma de acumulação e, também, na relação/exploração do trabalho.

É preciso afirmar que o sistema econômico capitalista não é um sistema homogêneo, formado apenas por *empresas* ou *empreendimentos privados formais*. Nele se incluem, também, as atividades todas que são chamadas de *informais*; todas as formas de reprodução da força de trabalho que compartilham uma base popular. Se na fase atual do capitalismo e, em especial, em determinados países e regiões do mundo, há um excedente de força de trabalho nesse setor “privado formal” que também não é passível de se absorvido pelo setor estatal, como acontecia durante as décadas de ouro das economias centrais no pós-guerra, esses trabalhadores terão de se inserir em outros setores e outros tipos de atividade para garantir sua sobrevivência e, nesse aspecto, cabe ressaltar o potencial criativo e a “flexibilidade tropical”, para ficar com a expressão de Milton SANTOS (1996 e 1999b).

Nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas

metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades cria o que, em um outro lugar (Santos, 1991), denominamos de “flexibilidade tropical”. Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais. Desse modo, as respectivas divisões proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis, plásticas, adaptam-se a si mesmas, mediante incitações externas e internas. Sua solidariedade se cria e se recria ali mesmo, enquanto a solidariedade imposta pela cooperação de tipo hegemônico é comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide. (SANTOS, 1996: 324)

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, nas outras esferas surgem contra racionalidades e racionalidades paralelas, corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade, produzidas e mantidas pelos que estão "em baixo", sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante. Devemos, mais uma vez, reconhecer o ensinamento de Sartre quando ele lembra que é a escassez o que torna a história possível, graças à "unidade negativa da multiplicidade concreta dos homens". (SANTOS, 1999b: 03)

Apesar disso, esse grupo social, esses trabalhadores, não deixam de fazer parte do modo de produção e do modelo produtivo em curso sob a forma de um setor econômico popular, seja ele *solidário*, ou *não*.

Partindo-se, então, de uma visão da economia popular que tem um *setor solidário* e, também, um *não-solidário*, e que ambos se reproduzem no interior de uma macroeconomia que, efetivamente, não é solidária, estamos nos referindo, com base em CORAGGIO (2006), a empreendimentos que apresentam graus variados ou extremamente diferentes de solidariedade e horizontalidade interna. Nesses setores os diferentes conjuntos e as diferentes experiências de economia popular solidária podem se manifestar tanto apenas no interior do empreendimento (entre os membros da unidade domiciliar, ou da unidade de produção familiar/comunitária, por exemplo), ou se expandir na forma de redes de solidariedade para estabelecer relações com outros empreendimentos de tipo semelhante, ou configurar formas de solidariedade entre diferentes iniciativas e com diferentes graus de profundidade.

Assim como a *empresa capitalista* é a forma elementar de organização microeconômica própria do capital, a *unidade doméstica* (UD) é a forma

elementar de organização microssocioeconômica própria do trabalho. As empresas capitalistas podem coligar-se, formar redes de fato ou formais, e consolidar grupos com interesses comuns (*lobbying*, etc.) para melhorar as condições de acumulação dos capitalistas e de altos salários de seus executivos. Do mesmo modo, as unidades domésticas podem gerar extensões de sua lógica de reprodução mediante associações, comunidades organizadas, redes formais ou informais de tipos diversos, consolidando organizações socioeconômicas orientadas para melhoria das condições de reprodução da vida de seus membros. Essas organizações podem atender a aspectos específicos da produção (sindicatos, associações de produtores autônomos, cooperativas de autogestão e de serviços, redes de abastecimento), barateando o custo de vida, movimentos reivindicatórios de recursos – terra, habitação, serviços de saúde, educação, etc. –, associações de bairro, ou apresentar um enfoque mais holístico e abrangente de toda sociedade: movimentos ecológicos, de direitos humanos, de gênero, de incidência e controle nas políticas do estado, etc. (CORAGGIO, 2003: 88, 89)

No que tange as experiências *oficiais* relacionadas à economia popular solidária na cidade do Rio de Janeiro, é importante destacar que, em 2009, foi criada uma Secretaria Municipal especificamente para “promover o desenvolvimento econômico solidário”, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Cidade do Rio de Janeiro (SEDES).

Nessa Secretaria está inserido o projeto *RIO ECOSOL*, um projeto que visa promover a economia solidária em quatro comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro (Complexos do Alemão e de Manguinhos, Morro Santa Marta e Cidade de Deus), bem como o desenvolvimento econômico local. Isso através de programas de *capacitação* do trabalhador para a economia solidária e fortalecimento de empreendimentos desse tipo já existentes nas comunidades.

O projeto foi idealizado e está sendo coordenado pelo *Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (Soltec/UFRJ) – responsável pelo desenvolvimento da sua metodologia, calcada na “pesquisa-ação” e na “participação” – e pelo *Centro de Ação Comunitária* (CEDAC), uma ONG que é responsável pela “formação e educação popular para o trabalho”. Os promotores e idealizadores do projeto podem estar repletos de boas intenções e boa vontade para o seu desenvolvimento e sucesso, contudo, um projeto que conta com investimentos públicos da ordem de oito milhões de reais de um pacote de 100 milhões em projetos sociais aprovados para a Prefeitura do Rio no âmbito do *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* – o PRONASCI – não contém em si fundamentos e princípios que estimulem a

autogestão e a autonomia individual e coletiva, já que eles estão inseridos na mesma lógica de exclusão e higienização dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura com parcerias públicas e privadas, para transformar o Rio de Janeiro em uma cidade-vitrine, passível de comercialização material e imaterial: UPPs, revitalização do Centro e Zona Portuária, megaeventos esportivos, shows e eventos internacionais etc.

O projeto acaba, com isso, se assemelhando muito mais a um paliativo para questões bem mais profundas existentes na cidade do Rio de Janeiro, sua região metropolitana e em outras, que é a gigantesca segregação sócio-espacial existente na cidade que reproduz a lógica do trabalho precário informal como única alternativa possível para milhares de cidadãos, como argumenta LISBOA (2005):

A solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais. A socioeconomia solidária depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade. (LISBOA, 2005: 06)

A “economia solidária”, no sentido colocado nesses projetos e leis, pode ser traduzida apenas como uma “regularização” de parte do *trabalho informal*, sem, contudo, alterar sua situação de *subalternidade*, como coloca um ativista entrevistado, a respeito da comparação entre os programas de Economia Solidária Oficiais, como o ECOSOL da Prefeitura do Rio e a experiência do GIC – Grupo de Investimento Coletivo:

*Veja os bancos comunitários incentivados pelo capitalismo por aí. É totalmente diferente. Não tem a participação popular, usa o povo como massa de manobra. Como no emprego. Cadê a poupança? Cadê a participação nas discussões, no destino, na forma? Totalmente diferente do que a gente propõe, onde se discute tudo. E com isso, além de você sentir como a coisa é sua, você aprenda a administrar. É aquele negócio: é o tipo de consciência. Hoje existe a consciência do empregado, do gestor e do patrão. Nós queremos que as pessoas adquira a consciência de gestor, e de um gestor coletivo. E que desapareça a consciência patronal e de empregado. É o que temos de diferente. Nosso grupo, o GIC, os GIC que nós propomos eles têm uma consciência de gestão coletiva. (Entrevista com uma importante liderança do MCP, realizada em 29/09/2011)*

Há aproximadamente três anos temos acompanhado de perto as propostas, as atividades e a dinâmica de organização de uma *experiência popular de economia solidária*, cuja

particularidade está no fato de ter sido criada e ser apoiada por um movimento social com mais de 40 anos de atuação no Brasil. Essa experiência é denominada GIC, o Grupo de Investimento Coletivo. O GIC consiste em *uma* das atividades, de *um* dos setores – o de economia – de atuação do MCP<sup>101</sup>. Nessa área de atuação do movimento desenvolvem-se diferentes práticas do âmbito econômico sobre bases *comunitárias, solidárias e coletivas*.

Os *grupos* que compõem o setor econômico do MCP são o de *produção coletiva* (GPC), *vendas coletivas* (GVC), *trabalho coletivo* (GTC) e *investimento coletivo* (CIC). No caso desse último, as atividades estão relacionadas a aplicações, resgates e empréstimos em condições mais favoráveis ao trabalhador de baixa renda e de forma coletiva, ao estilo “banco do povo”, porém com a moeda corrente vigente no país.

O primeiro GIC foi criado em 1999, em uma comunidade popular do interior da Bahia, e hoje existem 25 GICs em todo Brasil (24 vinculados a comunidades populares e um em uma empresa de transportes do Rio de Janeiro), reunindo mais de 200 membros, cerca de 800 investidores e dando apoio a 73 grupos coletivos. Os GICs mais recentes foram criados em 2011 em municípios do interior do Maranhão e de São Paulo.

Resumidamente, o GIC funciona da seguinte maneira: Todo dinheiro investido no grupo rende juros mensais de 2%<sup>102</sup> e sobre todo dinheiro emprestado são cobrados juros amortizados<sup>103</sup> de 4% (para membros) e 5% para investidores e clientes avalizados<sup>104</sup>. A garantia do dinheiro disponível para o pagamento dos juros aos investidores que sacarem seus depósitos está na diferença entre os juros pagos e os juros cobrados, que pode ser de 2%, 3% ou 4%.

---

<sup>101</sup> *Movimento de Comunidades Populares*. Um movimento de bases populares fundado por trabalhadores rurais e urbanos pobres que hoje possui uma escala de atuação ao nível nacional. Reportar-nos-emos mais detalhadamente a essa organização de movimento social no próximo capítulo.

<sup>102</sup> Os 2% de rendimento valem no caso do GIC-Metrô. O rendimento dos demais GICs varia de 1% a 2%, dependendo das regras definidas por cada GIC.

<sup>103</sup> Os juros citados de 4% e 5% são valores cobrados pelo GIC-Metrô, entre os demais GICs esse valor varia de 2% a 5% de acordo com as regras de cada GIC.

<sup>104</sup> Os **membros** são aqueles que participam regularmente das reuniões mensais do GIC e, dessa forma, contribuem para a sua manutenção e permanente reavaliação. Os membros têm que fazer depósitos mensais (investimento) em quantias determinadas por cada GIC. Esse valor é definido nas regras elaboradas por cada comunidade de acordo com a sua realidade socioeconômica. Os **investidores** são aqueles que apenas depositam dinheiro no GIC, sem obrigatoriedade de regularidade ou valor e sem uma obrigatoriedade de frequência nas reuniões mensais. O investidor tem que possuir em depósito no GIC ao menos um terço do valor requerido no empréstimo para contraí-lo. Os **clientes avalizados** são aqueles que não têm depósitos no GIC e têm seu empréstimo avalizado por um membro do GIC. Nesse caso a autorização ou não para o empréstimo é levada à reunião mensal do GIC. Para mais detalhes sobre o funcionamento do GIC vide o anexo sobre as “Regras do GIC - Metrô”.

O excedente dessa diferença, chamado de “rendimento do GIC”, é dividido em três partes iguais: uma para cobrir *despesas*<sup>105</sup>, outra para o *Fundo Social do GIC*<sup>106</sup> e a terceira para o *Fundo Nacional* do MCP<sup>107</sup>.

O que garante o sucesso das várias experiências econômicas *populares* e de caráter verdadeiramente *social/solidário*, mencionadas (GPC, GVC, CTC e GIC) no Rio de Janeiro e em diferentes estados de todas as regiões brasileiras, é a adesão e o compromisso assumido pela *comunidade* onde a experiência está inserida e, no caso do último a constante movimentação do dinheiro investido. A comunidade investe no GIC e se utiliza de empréstimos neste, pois confia no seu funcionamento e vê nessa atividade benefícios que ela não teria em bancos convencionais, ou aos quais estaria impossibilitada de acessar por não ter comprovação de renda, ter “o nome sujo”, não possuir documentação pessoal regularizada, entre outros fatores. O interessante de ser observado é que o GIC acaba fortalecendo os laços comunitários, pois o dinheiro pego como empréstimo, muitas vezes é a única chance de garantir pequenos ganhos em termos de melhora nas condições de vida das pessoas, com a compra de uma geladeira, a reforma da casa, e isso cria um sentimento de segurança que remete ao sentido primeiro da economia e da vida em comunidade.

*Os empréstimos do GIC, em sua maioria, são para investimentos na economia coletiva e familiar, para reforma e compra de casas de moradia, compra de eletrodomésticos, tratamento de saúde, pagamento de dívidas etc. (“Jornal Voz das Comunidades”<sup>108</sup>, agosto de 2011, ano 6, n.º. 14, p.4)*

*O GIC consegue resolver vários problemas. Problemas de moradia, por exemplo. Lá no morro nós temos mais de 30 casas que foram compradas com dinheiro do GIC. Nós temos três experiências de geração de renda, né? Que foram implementadas em função do GIC. Nós temos hoje quase*

<sup>105</sup> As *despesas* consistem na compra de material e melhorias para o GIC (livros caixa, material de papelaria, comemorações do grupo etc.). Recentemente o GIC Metrô adquiriu um computador e passou a informatizar todo o cadastro dos investidores e a movimentação por meio de um software de contabilidade. O dinheiro gasto nessas despesas veio desse fundo do GIC.

<sup>106</sup> O *Fundo social* só pode ser utilizado mediante deliberação da assembleia do GIC, para *situações de emergência* (desastres que levem a perdas materiais por parte dos moradores da comunidade, sepultamentos, compra de medicamentos etc. – esse dinheiro é usado sempre sob a forma de **doação**, não retornando para o caixa do GIC) e *atividades de formação/articulação do movimento social* (pagamento de passagens para os membros e gastos com a organização de encontros regionais, estaduais e nacionais do GIC).

<sup>107</sup> O *Fundo Nacional* do MCP tem basicamente a mesma função do Fundo Social do GIC, porém em escala nacional, isto é, pode ser utilizado para emergências grandes, que exijam esforços maiores, e para despesas com eventos de grande porte como *Encontro Nacional do MCP* que aconteceu no mês de setembro de 2011, na Bahia.

<sup>108</sup> O *Jornal Voz das Comunidades* é redigido e editado pelo MCP.

*200 investidores.* (Entrevista com uma importante liderança do MCP, realizada em 29/09/2011)

Não é fácil, nem simples “tocar” um GIC, nem qualquer um dos demais projetos coletivos do MCP. Exige compromisso, vontade de mudar uma realidade local, mas com um horizonte de transformação bem mais amplo e ambicioso. Não é a toa que o movimento social de base comunitária no qual o GIC está inserido completou 40 anos de existência e de atividades ininterruptas.

Para que o GIC entre em funcionamento, além de todo um processo de formação política e técnica, é necessário, também, muita dedicação de tempo. Não são apenas algumas reuniões ao ano, ou ao mês, mas é um trabalho diário e minucioso. Para a formação da comissão que se responsabilizará pelas atividades são necessárias três pessoas que assumam as funções de *secretaria, tesouraria e articulação política* (chamada de *coordenação*<sup>109</sup>), todos esses são considerados membros, mas os membros não se restringem a comissão, mas a qualquer investidor que assuma o compromisso de participar as reuniões periódicas do GIC.

*O GIC, além dos investidores e clientes, precisa ter um grupo de membros que, junto com a comissão, conduz o GIC para garantir os princípios da Comunidade, principalmente a política participativa, evitando, com isso, a burocratização e o economicismo.* (“Jornal Voz das Comunidades”, agosto de 2011, ano 6, nº. 14, p.4)

Essas funções são absolutamente voluntárias, não há qualquer remuneração, benefício ou favorecimento a elas relacionado. A única exigência da organização é que se *“obedeça a capacidade e a especialização de cada pessoa, evitando que pessoas não habilitadas ou não dispostas assumam tarefas, para que não haja prejuízo para si e para o próximo”* (extraído das *Regras do GIC-Metrô*, 2010). E o trabalho é muito grande. Por isso a ideia é que essas funções sejam voluntárias e que haja rotatividade dos mesmos, para evitar a fadiga, o desgaste pessoal com a comunidade, a desconfiança e, principalmente, para que se estimule a responsabilidade de outros integrantes da comunidade, com a iniciativa, *capacitando para o trabalho e politizando a questão econômica e social.*

---

<sup>109</sup> Apesar da referência hierárquica que a expressão *coordenação* carrega, nesse caso, o “coordenador” não manifesta nenhum tipo de poder superior aos demais membros da comissão, a não ser o fato de ser responsável por fazer a articulação política com outros GICs, movimentos sociais e com o próprio MCP. No GIC-Metrô, por exemplo, há uma espécie de “coordenação compartilhada” com outro GIC e com o próprio MCP, pois o responsável por essa função não é “exclusivo desse GIC”, mas transita em todas as demais atividades citadas.

*Sem contar que favorece aquele núcleo de poder popular, porque a partir daí entra toda a discussão da comunidade, dos problemas, da organização, as atividades que se realiza, e vai criando uma ligação forte ali, de companheirismo, de solidariedade, de conhecimento mútuo que aquilo vai se transformando numa família. Assim, uma vez que essa comunidade, sendo, digamos assim, perseguidas, essas pessoas tão unidas pra se defender juntas. Certo? Isso que a gente chama de poder. E assim é o GIC. Se você não tem uma proposta dessa, se você não tem nada? Em nome de quê você vai reunir as pessoas? Então olha como é importante! Então, todo esse núcleo que o MCP se propõe a construir ele tem essa importância. Porque põe as pessoas reunidas em discussão. Põe as pessoas para refletir sobre suas vidas, sobre seus problemas, aí começa: “nossa, mas eu nem imaginei”...*

*Imagina se a gente chegar um dia que tiver milhões de grupos desse no Brasil?... Entendeu? Então, isso é a base! Diferente de você querer recrutar as pessoas para a revolução, tomar o poder ... fazer o que depois?*

*E nesse processo tem toda uma discussão de como se governar... você aprendendo a governar um GIC, uma “empresa”, um GIC é um banco, né? Você vai saber governar uma Prefeitura, vai poder governar uma escola, de forma coletiva, solidária, sem corrupção, com transparência, tudo diferente do que tá aí. (Entrevista com uma importante liderança do MCP, realizada em 29/09/2011)*

No que se refere à experiência pessoal, reconheço com grande admiração a capacidade de trabalho dessas pessoas. Participo como membro do GIC-Metrô desde 2010, quando esse grupo tinha um ano de existência e, desde então, tenho assumido algumas responsabilidades junto ao grupo. Diferente dos outros GICs do Rio de Janeiro e do Brasil, que possuem uma vinculação forte ao espaço de moradia, isto é, à comunidade onde ele foi criado e onde residem seus membros e investidores – como o “GIC Campo Belo”, em Nova Iguaçu; o “GIC da Comunidade Chico Mendes”, no “Morro do Chapadão”, em Costa Barros; e outros 22 GICs existentes no Brasil, em comunidades rurais e urbanas – o GIC-Metrô tem como vínculo comunitário o trabalho no Metrô-Rio. Alguns dos funcionários do Metrô já participavam do MCP e/ou de outros GICs do Rio de Janeiro (Campo Belo e Chico Mendes) e, ao relatar a experiência para colegas do trabalho, acabaram motivando entre esses trabalhadores a criação de um GIC no Metrô, para inserir os que não viviam naquelas comunidades. Assim, uma das importantes lideranças do MCP do Rio de Janeiro, bem como do movimento Nacional, fundador do GIC da comunidade Chico Mendes e funcionário do Metrô, deu o suporte técnico e o apoio na formação política para que o GIC-Metrô fosse criado, o que aconteceu em 31 de julho de 2009. A ideia de

se criar um GIC no Metrô, viria suprir uma demanda popular por esse tipo de iniciativa na Área Central da cidade (já que as demais estão na periferia metropolitana) e serviria como referência não só para os funcionários do Metrô, como para comunidades próximas, como as ocupações de sem-tetos do centro do Rio, onde tive contato com o GIC, através de apoiadores da ocupações que são ativistas do MCP.

Segundo relatos dos funcionários do Metrô que hoje são membros ou investidores do GIC, inicialmente a experiência não foi bem recebida pela direção da empresa – que classificava a atividade, inicialmente, como “agiotagem” e, depois, vendo o crescimento dos participantes e da confiança por parte dos funcionários, como “incitação política” –, nem mesmo pela maioria dos funcionários, que comparavam o GIC às já tradicionais “caixinhas” de empréstimos existentes em empresas de médio e grande porte, que sempre provocam discussões e desconfiança pela má fé por parte dos “administradores”. A empresa proibiu que qualquer atividade do GIC, especialmente as reuniões, mas também conversas e transações fossem realizadas dentro das suas dependências. As reuniões passaram a acontecer, então, na sede do Sindicato dos Metroviários, na Avenida Rio Branco, Centro do Rio de Janeiro. No entanto, as reuniões e atividades do GIC também têm problemas com o Sindicato por divergências políticas entre os princípios da organização do GIC/MCP e os do sindicato, vinculado à CUT e aparelhado por partidos políticos.

No que diz respeito à relação com os funcionários, hoje essa é muito diferente do início, devido às práticas bastante democráticas e horizontalizadas. A honestidade creditada aos trabalhadores envolvidos nas tarefas da administração, a clareza, objetividade e transparência das reuniões mensais são aspectos bastante reconhecidos e valorizados pelos membros e investidores. O GIC-Metrô acabou ganhando força e conta, atualmente, com cerca de 60 participantes, entre investidores (maioria), membros e clientes, com investimentos da ordem de 20 mil reais e movimentando mais de 30 mil reais entre empréstimos e juros.

O GIC-Metrô é o menor GIC do Estado do Rio de Janeiro, o GIC da Comunidade Chico Mendes, por exemplo, tem mais de 200 investidores e movimenta mais de 230 mil reais. Hoje esses GICs, além de empréstimos e investimentos, realizam *sorteios* de prêmios (adquiridos com dinheiro do Fundo Social do GIC) e *consórcios* com prêmios em dinheiro ou produtos, adquiridos com investimentos dos próprios participantes.

O GIC não tem nenhum fim lucrativo, sua única finalidade é a promoção da economia popular solidária e de ganhos de qualidade de vida para a comunidade em que se insere. As atividades práticas são desempenhadas por membros da comunidade de forma voluntária e essas funções não são fixas, mas provisórias, pois há uma troca periódica entre os ativistas envolvidos.

*(...) o objetivo do grupo é ajudar as famílias a melhorar sua renda, aprender a poupar e transformar o GIC no Banco da Comunidade para sair da dependência dos capitalistas e financiar a construção das comunidades populares autônomas. (Relato de um dos administradores voluntários do GIC de São Lourenço da Mata – PE, para o “Jornal Voz das Comunidades”, agosto de 2011, ano 6, nº. 14, p.4)*

As demais atividades *coletivas* desenvolvidas pelo setor econômico do MCP englobam *grupos de produção* (alimentação – refeições e, também, doces e salgados; pintura e costura de roupas e artigos de cama, mesa e banho; produção de velas artesanais; vassouras; produtos de limpeza; entre outros). No caso dos GPC de áreas rurais, há também a produção coletiva de artigos como hortaliças, leite, ovos etc. Esses produtos são comercializados e a renda é revertida para o sustento dos participantes. É interessante que nesses grupos não são valorizadas apenas as vantagens de se produzir mais, quando se produz coletivamente, mas a troca de experiências, o aprendizado, o aperfeiçoamento do que já se sabe e a transmissão desse conhecimento para outras gerações.

Os *grupos de trabalho coletivo*, em geral, lidam com a prestação de serviços para a comunidade (serviços de mecânica, como consertos de lavadoras de roupa, fogões, rolamentos de motores e serviços de oficina em geral). Esses grupos de trabalho consistem tanto no *curso de treinamento* e capacitação da mão de obra para o serviço, quanto na própria atividade realizada que se reverte em lucro que será partilhado coletivamente entre os integrantes do grupo. A Comunidade Chico Mendes, por exemplo, encontrou nessas oficinas de treinamento e prestação de serviços nas áreas de mecânica e elétrica uma forma de envolver adolescentes e jovens, especialmente meninos e, com isso, afastá-los da influência do tráfico de drogas que domina a comunidade. É claro que o GIC e as oficinas não vão resolver o problema da violência e da criminalidade nas favelas, mas não deixa de ser uma contribuição que tem um forte apoio das famílias da comunidade.

Os *grupos de venda coletiva* são aqueles que se dedicam a comercialização de mercadorias que não são produzidas na/pela comunidade, em especial produtos industrializados,

sob a forma de “mercadinhos populares”. Esses mercados são equipados pelo GIC, através do Fundo Social e do Fundo Nacional e funcionam com um lucro mínimo, para arcar com as despesas mensais de luz, água etc. e seu objetivo é melhorar o acesso da comunidade a certos produtos, por meio de preços um pouco mais baixos e facilidades na compra como “fiado”, “caderninho” e até a troca.

*O mercadinho é outra coisa. É do setor econômico, também, porque as pessoas podem comprar objeto barato ali, sem ter que se deslocar, enfim. E o GIC, então, resolve todos esses problemas. Sem falar que proporciona um incentivo as pessoas a poupar, porque é uma característica das pessoas não poupar. E o GIC surgiu para essa dificuldade. E as pessoas se dão conta de como é importante poupar. Porque todo mundo tem aquelas necessidades que surgem assim, o inesperado. E aí tá ali o dinheiro das pessoas, sem ter feito empréstimo. É TEU dinheiro. Então tem muitos casos em que, acaba o gás e a pessoa não tem dinheiro para comprar gás. Lá toda hora acontece isso. Então, com as pessoas que fazem parte do GIC esse problema acabou. Acabou o gás? Vai no GIC, pega o dinheiro! Tem dinheiro lá. Ou toma emprestado. Aí toma emprestado, o juro é baixinho, sem burocracia... então é uma coisa, assim, formidável. Todo mundo se beneficia. (Entrevista com uma importante liderança do MCP, realizada em 29/09/2011)*

Podemos dizer que o GIC, o GVC, o GPC e o GTC correspondem a experiências bem sucedidas de economia popular solidária, ou sócio-economia solidária, por conseguirem realizar uma economia que remete ao seu sentido original, do *cuidado com a casa*, e essa “casa” não se refere apenas à *unidade habitacional* familiar, mas à vida em *comunidade*. Essas experiências não estão desvinculadas de uma economia profundamente heterônoma, dominada pela economia empresarial e de base estatal, nem são isentas de influências e obstáculos sérios, mas demonstram a força e o poder de *organização popular* mesmo em condições muito difíceis e até hostis como o enfrentamento de uma grande empresa, da violência e a criminalidade que tem dominado as favelas e bairros populares em todo o país, em busca de alternativas em sentido crítico, projetos autogestionários e busca de um horizonte político mais autônomo.

José Luis CORAGGIO (1997: 08) sugere um quadro de comparação e articulação para melhor compreender a dinâmica de funcionamento da economia urbana atual:

<b>Subsistema</b>	<b>Lógica</b>	<b>Agentes</b>
Economia empresarial	Acumulação de capital	Empresas, suas redes de intercâmbio, autorregulação, cooperação e suas organizações corporativas.
Economia pública	A serviço da acumulação e legitimação do poder político	Organizações administrativas e de política de diversos níveis do Estado, partidos e redes de ação política, clientelista, <i>lobbies</i> , etc.
Economia popular	Reprodução ampliada da vida	Unidades domésticas, suas redes e organizações econômicas.

Para CORAGGIO (1997 e 2003) a *economia popular* que existe e ganha vulto a cada ano entre os países da semiperiferia do capitalismo e, recentemente, com a crise econômica mundial, entre alguns países centrais, com todas as suas características, não garante condições de sobrevivência para todos os trabalhadores e famílias. Para esse autor, faz-se necessária “uma aproximação sistêmica para transformar esse todo caótico em um conjunto organicamente vinculado de produção e reprodução, que volte a vincular o trabalho à satisfação de necessidades definidas historicamente por sociedades democráticas” (CORAGGIO, 2003: 90). Isto posto, o autor sugere a expressão *economia do trabalho*, ao mesmo tempo como uma qualificação de que “lado” da economia está se referindo, e como uma contraposição ao que ele define como *economia do capital*.

Assim como, desde a *economia do capital*, o conjunto da economia é visto a partir da lógica do capital e de sua acumulação, e o sistema de interesses na sociedade resulta hegemônico pelos interesses gerais ou de determinadas frações dos capitalistas, desde a *economia do trabalho* o conjunto da economia é visto a partir da lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada confrontando essa hegemonia e afirmando essa primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos. (CORAGGIO, 2003: 94)

Para esse autor, a mudança nas bases do sistema atual e sua conversão em um sistema que demonstre respeito e integre de forma participativa esses trabalhadores não vai ocorrer com programas assistencialistas de governo, ou como ele denomina, “programas unidimensionais”, como o microcrédito, as regras de inserção e regularização do trabalho informal (como o registro no “SIMPLES”, mencionado anteriormente), a capacitação para o trabalho na linha da “reciclagem da mão de obra”, as “cooperativas de fachada”, ou o “financiamento da economia solidária” (como o ECOSOL proposto pela Prefeitura do Rio), mas com uma estratégia consciente que implica uma mudança da correlação de forças, nas relações de poder, entre

diferentes grupos sociais. Para isso, devem estar incluídos fatores relativos às políticas para o trabalho, habitação, educação, cultura entre outros, de forma articulada. E isso exige um estado de democracia e participação que realmente conduzam à práticas mais horizontais e autogestionárias.

Hoje o problema mais urgente para dezenas de milhões de latino-americanos é comer e vestir-se, mas também volta a ser necessidade insatisfeita refugiar-se, transportar-se, ter acesso a saúde, obter tarifas sociais de serviços indispensáveis, ter acesso à educação secundária e continuada e recuperar espaços de sociabilidade e contenção afetiva. Esse conjunto de necessidades, o verdadeiro objetivo da economia, reclama a organização solidária das unidades domésticas dos trabalhadores e trabalhadoras, organizando sistemas de segurança alimentar, comprando juntos para aumentar seu poder nos mercados, intercambiando trabalhos forma do mercado monetizado como nas redes de troca, que hoje se multiplicam na Argentina. Reclama também que o sistema científico-tecnológico, as universidades e institutos terciários e o sistema educacional público em geral estejam conectados com as necessidades de aprendizagem dos agentes e organizações deste setor da economia. (CORAGGIO, 2003: 95, 96)

A economia informal é secular no Brasil, assim como a precariedade do trabalho. O hiperprecarizado urbano atual traz em si a essência do trabalho árduo, mal remunerado, de risco que muitos cidadãos insistem e classificar como “invisível”: a “economia invisível”! Quando na verdade essa economia não tem nada de invisível, mas, ao contrário grita diante de nós a cada passo nas ruas, a cada olhar pela janela de casa, do carro, do ônibus... Os “invisíveis” sempre viveram dos mercados locais, de abrangência espacial relativamente restrita, de baixo teor tecnológico, mas elevado potencial criativo e de flexibilidade na dificuldade (o famoso “jeitinho brasileiro”, o “jogo de cintura” não estão apenas no futebol e no samba) e contribuem para esses mercados, ainda que subordinados à lógica de uma economia considerada “visível”, reforçando o que, em 1979, Milton Santos já denominava como o *espaço dividido* da articulação dos dois circuitos: o inferior e o superior, que já trabalhamos aqui.

A classe trabalhadora da América Latina foi fragmentada junto com as cadeias produtivas, mas, especialmente, pela massiva desocupação e precarização da metade dela. Esse processo já começa a ser revertido por meio da reunificação – não sabemos quão perdurável – de movimentos de desempregados, dos sem-terra, de trabalhadores assalariados e de por

conta própria, assim como de poupadores ou de pequenos proprietários ameaçados da expropriação pelo capital. (CORAGGIO, 2003: 95)

Como dizíamos no início dessa seção, há saídas, há experiências de sucesso e há, também, obstáculos e fracassos. A existência dessas experiências, bem ou mal sucedidas serve como um farol para nos prepararmos, aperfeiçoarmos e mais do que isso, para fazer refletir sobre o que temos e o que queremos, especialmente em se tratando de trabalho e espaço urbano. Para KOWARICK,

[f]alta ainda muito esforço teórico e de pesquisa para obter instrumentos conceituais adequados que deem conta da problemática referente à ligação entre *exploração do trabalho e espoliação urbana* que, segundo tudo indica, só por razões de facilidade analítica podem ser abordadas de maneira separada. Ou seja, falta ainda quebrar a separação que usualmente se faz entre “esferas” da produção e reprodução da força de trabalho. (KOWARICK, 1994: 49)

É esse trecho lapidado por KOWARICK que vai tornar oportuno, nesse momento, o vínculo entre a *luta pela moradia* e a *economia popular urbana* e a *economia popular solidária*, no que diz respeito às ocupações da variante por coletivo que fazem parte desse trabalho. Trabalho e geração de renda *foi* (como motivador), *é* (como necessidade imediata de sobrevivência) e *sempre será* (como projeto político) uma questão fundamental dentro e fora das ocupações, nos espaços destinados a esse debate.

Grande parte dos moradores das ocupações com as quais colaboramos, localizadas no Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro, tem sua origem relacionada a uma história de vida em *favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais*, ou mesmo de *outros estados brasileiros*.

Aqueles que vieram de favelas relatam um histórico de vida e sofrimento com a violência comandada pelos traficantes e facções criminosas que, por uma postura agressiva em uma rotina de quase permanente conflito com a polícia – não menos violenta – impõem um estado quase permanente de estresse e medo aos moradores, como aponta Katerine SONODA (2010), em sua pesquisa sobre violência urbana e mal-estar psíquico entre líderes comunitários em favelas do Rio de Janeiro. Para essa pesquisadora,

a violência urbana deve ser pensada em dois níveis que se articulam: um relacionado aos impactos sobre os indivíduos e outro ao *desenvolvimento sócio-espacial*. Para considerarmos os efeitos da violência sobre a

subjetividade e o processo saúde-doença, tomamos por base a ideia de que a violência (e a sensação de insegurança) nas cidades pode desencadear vários tipos de sofrimento, somatizações, mal-estar psíquico e, dependendo da gravidade, psicopatologias. Consideramos aqui, portanto, a violência como um fator social para o adoecimento. No segundo nível, embora não desarticulado do primeiro, levamos em conta, especialmente, a produção de SOUZA (2005, 2006a,b, 2008a), que pensa o *desenvolvimento sócio-espacial* estreitamente relacionado com a mudança para uma sociedade melhor (...). (SONODA, 2010: 06)

A autora anteriormente mencionada ressalta, ainda, em pesquisa posterior, que o engajamento em ativismos sociais tem ajudado na superação de alguns traumas da violência, bem como tem servido como forma de (auto)reflexão acerca dos problemas relacionados à violência e a moradia nas metrópoles como o Rio de Janeiro.

Quando se estudam as possibilidades de enfrentamento da violência, a mobilização popular se destaca nesse processo. Estudos feitos em diversas partes do mundo têm evidenciado que a existência da coesão social, resultante das práticas de participação da comunidade, é um dos fatores de proteção mais eficazes contra a violência. A mobilização popular desperta valores que estimulam a união, a cidadania e o cultivo da paz entre os indivíduos (Souza e Grundy, 2004), porém, é um processo dinâmico e variável entre as populações (Amaro, Andrade, e Garanhan, 2010). (SONODA, 2012: 24)

Os moradores originários de *loteamentos irregulares*, por sua vez, apontam o fato de estes serem espaços onde não podiam arcar com os valores dos aluguéis, ou com os custos dos transportes, ou foram forçados a sair da casa própria – da família – por conta do crescimento da mesma – como casamento, filhos etc. Algo que acontece, também, de certo modo, nos *conjuntos habitacionais*, hoje, também, bastante “favelizados”, no sentido em que partilham dos mesmos problemas – pobreza, rotina de violência, tráfico de drogas etc. – que os espaços das favelas.

Os moradores que vieram de *outros estados brasileiros*, em geral, viviam de atividades rurais junto da família ascendente<sup>110</sup>. A opção por uma ocupação, na maioria dos casos, não era algo óbvio, nem livre de preconceitos e receios por parte dessas pessoas. A maioria, antes de

---

<sup>110</sup> Essas informações foram coletadas por meio de um mini-senso que o NuPeD realizou na Ocupação Quilombo das Guerreiras, na Zona Portuária, que ajudou a traçar um perfil sócio-espacial dos moradores. A demanda por essa pesquisa partiu do coletivo da própria ocupação e o NuPeD elaborou o roteiro das entrevistas que seria realizadas com ao menos um morador de cada unidade habitacional. Os dados foram tabulados por Amanda Cavaliere Lima e, em sua maioria, fazem parte da sua monografia de final de curso “*O que mudou na sua vida?*”: Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como subsídio para a avaliação da eficácia do *squatting* como estratégia de luta (LIMA, 2010). Nos dedicaremos a esses dados no próximo capítulo.

fazer parte do coletivo que daria origem à ocupação, não era ativista político de nenhuma causa específica, não militava em nenhuma organização de movimento social em sentido forte ou fraco, tampouco produzia uma argumentação mais elaborada acerca da relação entre a sua condição de *trabalhador (hiper)precarizado*, sua condição de *sem-teto* e a quantidade de *imóveis vagos* na sua cidade.

Hoje, esses moradores de Ocupação não pagam aluguel, vivem próximo aos seus locais de trabalho, já que a maioria trabalha como ambulante ou camelô nas imediações da ocupação, no Centro, ou em bairros próximos. Se, por um lado, essa nova localização não representa um incremento direto na renda média de cada família, por outro permite que as mesmas não tenham grandes despesas com transporte para o trabalho, o que para os trabalhadores que não possuem emprego formal é uma vantagem, visto que quem arca com as passagens é o próprio. Além disso, a proximidade do local de trabalho traduz-se na possibilidade de utilizar o seu tempo de forma mais “produtiva”. Quando dizemos “produtiva”, não estamos nos referindo ao trabalho que pode ser realizado nesse tempo para geração de riqueza, mas a outras formas de produção: o tempo em família, o tempo de descanso, o tempo de lazer, o tempo ocioso que permite pensar, refletir, elaborar, como mostra de forma brilhante o relato de um ativista do movimento dos sem-teto, ex-ocupante, morador de um conjunto habitacional popular em Nova Iguaçu, apoiador de várias ocupações atuais:

*Outro dia eu tava lembrando: tem mais de 40 anos, tem uns 48 anos, eu trabalhei na remoção do pessoal que morava ali no morro do Pasmado, em Botafogo, na época era favela do Pasmado. Eu trabalhava com caminhão e ajudei a tirar os móveis e as coisas dos pessoal de lá para levar lá para Vila Kennedy e Vila Aliança. Na época aquilo ali era mato, não tinha nada lá. Aí eu fiquei pensando... é incrível como a Prefeitura, o Governo, faz hoje em dia a mesma coisa. Usa a mesma ferramenta. Joga o povo lá pra cima, lá pra longe, pra periferia. Na época que eu participei da ocupação na Barão de São Félix [atual Ocupação Chiquinha Gonzaga] a gente foi abrigado por dois meses em um daqueles galpões ali do porto, naqueles armazéns na altura da Rodoviária. Eu perguntava para o secretário: “tem projeto de geração de renda para esse povo?” Ele respondia: “Não. Só moradia!”. A gente conseguiu 41 casas em um conjunto que tava sendo construído em Nova Iguaçu para sermos reassentado. Eu perguntei de novo, após um tempo, e ele disse a mesma coisa: “aqui não tem projeto de renda. É pra moradia!”. Sabe o que eu penso? Sabe por que eles jogam os pobres nessas áreas? É pra pessoa não pensar. Pra ela viver menos. Quem não pensa não vive, sabe? A pessoa passa três horas de ida e três horas de*

*volta do trabalho na condução. São seis horas, um quarto do dia! Seis horas que ela podia tá pensando, produzindo, mas tá no ônibus. De cada dez pessoas no ônibus essa hora [era em torno de 20h] nove tão dormindo. É o povo exausto que não pode pensar...* (Entrevista realizada com um ativista do MCP e apoiador importante das ocupações com a qual trabalhamos, em 23/09/2011)

Esses trabalhadores encontraram nas ocupações espaços que proporcionam uma maior tranquilidade e segurança para morar, criar os filhos, trabalhar, *pensar* e... viver.

O planejamento urbano conservador durante muito tempo priorizou uma “organização” da cidade que relegou a população de baixa renda às periferias.

A distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. (KOWARICK, 1993: 33)

Contudo, esse trabalhador que constitui o hiperprecariado e que *ocupa* o espaço da cidade e seus imóveis ociosos, conhece e questiona esse tipo de política urbana, lutando pelo seu lugar (literalmente) na cidade. Eles querem trabalhar onde há mais oportunidades de trabalho, querem morar onde há disponibilidade de transportes, equipamentos urbanos de consumo coletivo, serviços básicos etc. Em outras palavras, querem também, uma radicalização da participação popular no sentido da democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2003, 2006 e 2006b),

Mesmo se nós aceitarmos que o aparelho de Estado (local) nem sempre produza a segregação residencial ou defenda os interesses das empresas contra a classe trabalhadora (embora o Estado o faça, muito frequentemente, e embora essa dinâmica seja parte de sua *essência estrutural* para assegurar a reprodução do capitalismo do *status quo* heterônomo como um todo), nós devemos tentar superar o preconceito intelectual (e, possivelmente, também ideológico), que nos impede de ver que a sociedade civil não apenas crítica ao (e como uma ‘vítima’ do) planejamento conduzido pelo Estado, mas também pode diretamente e (pro)ativamente conceber e, em certa medida, implementar soluções independente do aparelho de Estado. Essas soluções, muitas vezes, merecem ser concebidas como ‘planejamento urbano (de baixo para cima)’<sup>111</sup>. (Tradução livre a partir de SOUZA, 2006b: 327)

<sup>111</sup> “even if we accept that the (local) state apparatus not *always* plans for residential segregation, for the interests of enterprises and against those of working class residents (although the state does it very often, and although it is part of its *structural essence* to assure the reproduction of capitalist and heteronomous status quo as a whole), we must try

Muitos espaços passíveis de uma reintegração à sua função social por meio de uma reforma urbana encontram-se “abandonados” no Centro e em outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, enquanto milhares de cidadãos demandam por habitação, renda e condições de vida dignas. É uma questão de relacionar esses elementos.

O ato de ocupar o imóvel, contudo, não encerra a luta nem elimina os demais obstáculos a permanência no imóvel e sobrevivência na cidade. Ter “o teto” não garante o almoço e o jantar, os remédios e a roupa do corpo, o direito e os meios “de ir e vir”. Inserida em uma cidade regida pelo capital, onde os aspectos sociais e culturais mais arraigados ainda recebem muito mal iniciativas desse tipo, a luta pela moradia e pela sobrevivência na cidade é uma luta diária, permanente. Trabalhar é um direito e uma necessidade também para esses moradores. É o que vai ajudar na reconstrução da vida em *outro espaço*, pensado e produzido coletivamente.

O que não quer dizer que a vida em uma ocupação resolva todos os problemas pessoais, familiares, de trabalho e renda. Ao contrário, muitas vezes será fonte de novos conflitos e dificuldades. A vida em comunidade é difícil, a vida em comunidade onde se tem que partilhar aquilo que, na visão ocidental, capitalista, burguesa, corresponde às esferas mais íntimas e privadas, como o dormitório, a cozinha, o banheiro, é ainda mais complicado.

O trabalho, nesse sentido, acaba sendo um elemento e um momento de conexão com a esfera da vida pública e com uma realidade muito dura que é a conquista do sustento. Esse talvez seja o elemento mais difícil de ser transformado e coletivizado. O peso da responsabilidade de “trazer dinheiro para casa” é enorme e esse é um campo onde as “experiências”, os “testes” não são suportados por muito tempo. Não há condições e margem de manobra para tal, não há “reserva de caixa”. Na maioria das vezes a vida em comunidade, a discussão política e os afetos são transformados e o coletivo passa a ser um espaço onde há grande margem para a autonomia, no entanto, quando o assunto é trabalho, continua vigorando uma lógica trazida “de fora” em que não há tempo a perder, a esperar: cada um precisa “defender o seu”. Não podemos julgar essas reações. São reações de quem já passou ou passa por situações-limite. A prática da autonomia se constitui de pequenos ganhos em diferentes interfaces de relacionamento. Há conquistas

---

to overcome the intellectual (possibly also ideological) prejudice which prevents us from seeing that civil society does not only *criticize* (as a ‘victim’ of) state-led planning, but also can directly and (pro)actively conceive and, to some extent, implement solutions independently of the state apparatus. These solutions often deserve to be understood as ‘(grassroots) urban planning’”. (SOUZA, 2006b: 327)

extremamente importantes em diferentes aspectos e há pontos nevrálgicos extremamente difíceis de serem modificados e um desses pontos é a relação com o trabalho e a forma do trabalho.

Hoje, quase todos os moradores, se não todos, obtêm o seu sustento de atividades realizadas fora do espaço das ocupações. A ocupação continua sendo uma garantia de trabalho próximo de casa, de redução do custo de vida, de segurança e apoio, até de garantia das condições de trabalho, mas o trabalho em si, é realizado fora. Camelôs, vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, prestadores de serviços como pedreiros, eletricitas, pintores, bombeiros hidráulicos, cozinheiros, empregadas domésticas, enfim, quase todos estão inseridos na lógica econômica e de trabalho heterônoma, capitalista e têm muita dificuldade em encontrar alternativa para a mesma, ainda que esse seja um pensamento, um sonho distante.

Trabalhar coletivamente, trabalhar em um espaço de produção, venda, prestação de serviço que seja autogerido, organizado e mantido pelos próprios moradores é um desejo, mas uma possibilidade que parece sempre muito longe de ser alcançada.

As dificuldades apontadas pelos moradores são muitas: (1) a renda nesse tipo de atividade coletiva acaba sendo muito baixa, insuficiente para sustentar a família; (2) simultaneamente, o trabalho toma muito tempo, o que inviabiliza uma complementação por outros meios; (3) o custo para montar, equipar, colocar para funcionar um espaço de produção ou prestação de serviços para trabalho coletivo, isto é, um tipo de oficina de trabalho, é alto, exige investimentos em máquinas, ferramentas, que os moradores não têm como arcar; (4) isso gera um desânimo, uma falta de compromisso e de confiança no sucesso do empreendimento que leva as pessoas a se dedicarem cada vez menos, até por que “o tempo não para” e elas têm que se sustentar de alguma forma. A saída acaba sendo o trabalho individual ou familiar, de sempre.

Quando os moradores foram questionados a respeito da vontade de trabalhar em uma atividade coletiva, em uma ou mais cooperativas, por exemplo, dentro das ocupações, a resposta era sempre positiva: “*sim, gostaria!*”, mas vinha sempre seguida de um “porém...”: “*mas tenho que sustentar a minha família...*”, “*mas preciso ganhar dinheiro hoje...*”, “*mas isso leva tempo e eu não posso esperar para alimentar meus filhos...*”. Todos têm consciência de caminhos, alternativas, críticas ao modelo onde estão inseridos, mas as condições objetivas muitas vezes são, de imediato, intransponíveis.

É justamente dentro desta temática (do emprego, da segregação sócio-espacial urbana, infraestrutura e habitação) e neste sentido (questões vinculadas ao trabalho urbano, à habitação e

ao *direito à cidade*) que, no próximo capítulo, trabalharemos os dados primários e secundários coletados, na colaboração com o movimento dos sem-teto e suas ocupações em edifícios no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Veremos as principais experiências desenvolvidas pelos trabalhadores nessa tentativa de mudar, transpor essa realidade quase inexorável. São experiências de trabalho coletivo, de criação de cooperativas, de aproximação mais orgânica com o GIC. A maior parte delas, como deixamos antever, não foi bem sucedida, mas de todas as formas, serviram como oportunidades de elaboração e crescimento individual e coletivo.

### 2.3 – Autonomia, autogestão e trabalho: O que almeja o hiperpreariado ativista?

Há cerca de trinta anos, a expressão “autônomo” vem sendo empregada para qualificar uma gama muito ampla de diferentes formas de trabalho e ocupação, que englobam atividades muito heterogêneas, tornando impossível encontrar elementos que permitam uma identificação socioeconômica e cultural específica deste grupo social, o “trabalhador autônomo”. Por outro lado, o traço identitário que definiria conceitualmente esse grupo seria o seu não assalariamento e a sua não subordinação a uma estrutura hierárquica de trabalho, ou seja, não serem empregados ou funcionários de uma empresa, de uma pessoa ou família e, por isso, poderem dispor do seu tempo e de sua força de trabalho da forma que bem desejassem.

O conjunto bastante heterogêneo de “trabalhadores autônomos” pode ser dividido basicamente em dois grandes subconjuntos. O primeiro é constituído por aqueles “trabalhadores autônomos” qualificados, que oferecem uma série de serviços especializados ao mercado, instituem relações contratuais de trabalho e prestação de serviços por tempo determinado (um projeto, uma consultoria, a execução de um determinado serviço, por exemplo), possuem níveis diferenciados de rendimentos (podemos encontrar desde profissionais qualificados, mas de baixa remuneração, até remunerações bastante elevadas) e contribuem para a economia formal através do recolhimento de impostos e contribuições para a previdência. Nesse caso, a maior parte dos trabalhadores que se inserem em tal contexto não se trata de *trabalhadores informais*, pois os vínculos de trabalho estabelecidos com outros agentes econômicos são mediados e regulados por uma legislação e eles estão inseridos dentro de uma dinâmica formal de recolhimento de impostos e contribuições previdenciárias, além de desenvolverem atividades que, em sua maioria, exigem certo grau de qualificação profissional e investimento técnico/tecnológico.

Esses trabalhadores possuem, além disso, condições de poupar recursos (investimentos, poupanças), acesso a linhas de crédito, bens e serviços que os coloca distante de uma informalidade e, mais do que isso, de uma precariedade significativa no mercado de trabalho (ainda assim, alguns desses trabalhadores podem ter passado por um processo de precarização<sup>112</sup>,

---

<sup>112</sup> Apenas para reforçar, esta “precariedade” não está associada ao processo que ocorreu nos países centrais, mas sim a uma significativa perda de qualidade de vida diante das transformações do mundo do trabalho que também afetaram países semiperiféricos como o Brasil. Nesse sentido, é significativo o número de “autônomos”, que antes eram empregados de empresas públicas que foram privatizadas – e de onde esses saíram após acordos como o “Programa de Demissão Voluntária (PDV)” praticado por empresas estatais como a CSN, a Vale do Rio Doce, entre

no entanto, estão bem distantes da definição de hiperprecariado, conforme salientamos anteriormente).

O segundo subconjunto é constituído, efetivamente, por *trabalhadores informais* sem nenhum tipo de vinculação legal ou formal com o mercado de trabalho, recolhimento de impostos diretos, com o sistema previdenciário ou a redes de proteção social. Os trabalhadores informais também apresentam uma significativa heterogeneidade e podemos identificar uma parcela que, apesar da informalidade dos vínculos de trabalho, possui condições para ter acesso a direitos previdenciários, poupança, acesso a bens e serviços disponíveis no mercado. Nossa preocupação fundamental é com a parcela dos trabalhadores informais que compõe o *hiperprecariado*.

Nosso intuito nessa seção é justamente fazer uma análise crítica do uso da expressão “autônomo” para qualificar os trabalhadores informais das mais diversas origens e nas mais diversas situações de trabalho, inclusive em situação de hiperprecariedade, à luz do pensamento autonomista, buscando resgatar o significado mais profundo e radical da *autonomia* e da *produção social do indivíduo* e da *coletividade autônoma*.

Uma primeira aproximação pode ser feita a partir da contextualização do uso do termo “autônomo” para qualificar esses trabalhadores do setor informal marcados pela hiperprecarização. As transformações *do e no* mundo do trabalho, no bojo do processo de reestruturação produtiva nos países centrais e seus impactos nos países semiperiféricos contribuiu para a formação e ampliação desses trabalhadores informais, como vimos no capítulo um.

A partir da década de 1990, com a retomada do discurso e de práticas de caráter neoliberal, é possível observar a utilização do termo “autônomo” como um *eufemismo* para a nova situação a que está exposto não só o trabalhador urbano, mas também o trabalhador rural. Essa “eufemização” faz parte de uma estratégia de atuação do capitalismo dito “pós-industrial” que envolve novos tipos de propaganda (*new marketing*) e uma nova psicologia social: o trabalhador que não tem carteira assinada, direitos trabalhistas e acesso a benefícios sociais, não é informal, é “autônomo”, pois trabalha “por conta própria” e “só depende do seu próprio trabalho e de mais ninguém”. Seguindo essa mesma lógica, aquele trabalhador que possui direitos trabalhistas assegurados em lei por sua relação regular de trabalho e por estar submetido a uma

---

outras. Esse programa garantia, além da rescisão do contrato de trabalho com todos os direitos pertinentes a funcionário da iniciativa privada, um “prêmio”/indenização calculado com base no valor salarial médio recebido e participação nos lucros – ou empresas privadas, como grandes multinacionais, que passaram por processos de reestruturação e demitiram quantidades significativas de seu quadro de pessoal.

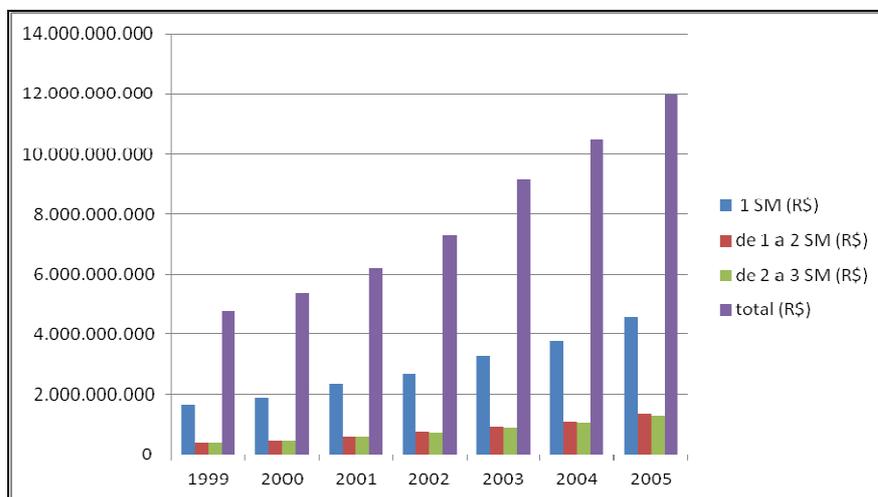
relação de assalariamento, por sua vez, não é mais considerado/tratado como um *empregado* (termo carregado de subjetividade e de um peso jurídico muito forte), mas é agora um “*colaborador*” da empresa. Os funcionários *terceirizados* e *temporários*, não são mais *trabalhadores subcontratados*, mas “cooperativados”, ou chamados de “parceiros”, o que distribui (injustamente) o peso da responsabilidade da tarefa entre os envolvidos na atividade: contratantes e contratados. E o círculo se expande...

A *informalidade* e o “trabalho autônomo” contribuem para escamotear as condições concretas/objetivas e subjetivas de exploração do trabalho e (hiper)precarização das condições gerais da vida do trabalhador (a longa rotina de trabalho, a insegurança do presente e do futuro, a instabilidade do emprego/ocupação, a baixa remuneração, o aumento do custo de vida, as novas doenças da contemporaneidade, como depressão, pânico e *stress*, que tem atacado de forma indiscriminada todas as classes sociais<sup>113</sup> etc.). Assim, ao mesmo tempo em que a informalidade faz parte e é necessária à dinâmica da reprodução do capital, ela também faz parte de um discurso moralizante e é tratada pela mídia e pelos aparelhos oficiais de Estado como um dado econômico negativo que deve ser combativo. Cria-se uma interpretação esquizofrênica do assunto: trabalhar por conta própria é bom, “não ter patrão” é bom, fazer sua própria rotina e ficar com todo o rendimento do seu trabalho é bom, logo, ser um “trabalhador autônomo” é ótimo! Porém, temos mais de 40 milhões de trabalhadores vivendo na informalidade, não sabemos em que condições de trabalho e remuneração todos eles vivem, eles não contribuem para a previdência e para os cofres públicos, mas desfrutam de seus (deficientes) benefícios, contribuindo para um déficit orçamentário.

---

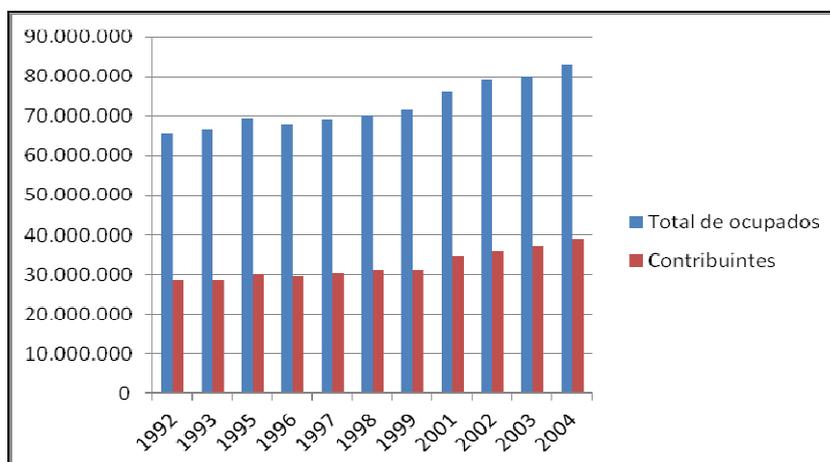
<sup>113</sup> Evidentemente, a possibilidade de tratamento é muito maior nas classes médias e elites do que para o hiperprecarizado que não tem acesso a medicamentos, tratamento e acompanhamento adequado para lidar, de forma satisfatória, com essas doenças.

**Figura 24 - Benefícios emitidos pela Previdência Social por faixas de salário com base no Salário Mínimo Nacional (1999 – 2005) (Valor total gasto pela PS, em Reais X Ano)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do Boletim Estatístico da Previdência Social, MPAS (1999-2005)<sup>114</sup>.

**Figura 25 - Número total de ocupados, no trabalho principal e em qualquer trabalho, em comparação com o número de contribuintes para a Previdência Social (1992 - 2004)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados da PNAD/IBGE, Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência, no trabalho principal e em qualquer trabalho segundo sexo e grupos de idade<sup>115</sup>.

<sup>114</sup>Dados acessados em [http://www.mpas.gov.br/pg\\_secundarias/previdencia\\_social\\_13.asp](http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_13.asp).

<sup>115</sup>Dados acessados em <http://www.ibge.gov.br/>.

O que percebemos é que há uma carência de instrumentos, ferramentas de análise para dar conta de uma realidade tão complexa, tão heterogênea e tão ampla. Não é uma questão de ponto de vista, mas uma questão de evidências práticas, objetivas e de método.

A informalidade é vista como uma condição negativa para o trabalhador, na medida em que ela dificulta ou impede o acesso aos direitos e benefícios constitucionais, no entanto, o discurso não vai além da superfície do problema ao associar a informalidade à degradação das condições de vida do trabalhador, em todas as dimensões de sua existência. Essa (re)adaptação da economia às novas questões do mercado e da sociedade hipertrofiaram o segmento dos “trabalhadores autônomos” no sentido em que inserem na informalidade quantidades cada vez maiores de trabalhadores desempregados, precarizados, superexplorados, contribuindo para uma banalização da ideia de *autonomia*.

A palavra autonomia é empregada para designar uma série de situações e processos, nos mais diversos contextos políticos, econômicos e culturais. Desde a busca de “autonomia” dos filhos em relação aos pais, até a luta pela “autonomia” de uma determinada região, por exemplo, em todos se quer destacar um determinado grau de liberdade, *independência* e *emancipação*, no entanto seu conteúdo geralmente não é completamente explicitado. Assim, quando se fala, escreve ou lê sobre a autonomia, mesmo que não se tenha uma ideia clara e precisa sobre seu significado, é comum remeter-se diretamente a esse conjunto de ideias pertencentes ao senso comum. Nossa intenção é ultrapassar esse sentido e explicitar o conteúdo desta categoria nos marcos do *pensamento autonomista*.

Autonomia vem do grego *autós*, próprio, mais *nómos*, que tanto significa ‘lei’ quanto ‘convocação’, nesse sentido, ser autônomo significa, “dar-se sua própria lei”, “ao invés de recebê-la por imposição” (CASTORIADIS, 1983, 1992, 2002, 2004). A autonomia enquanto *projeto político* visa criar e sustentar as condições para a instituição de uma sociedade basicamente autônoma (SOUZA, 2006a). O que isso significa?

A constituição de uma organização societária baseada na auto-instituição das leis formuladas pela coletividade, onde cada membro possui as mesmas condições formais e de fato para participar efetiva e diretamente do processo político. Uma *sociedade basicamente autônoma* é aquela onde seus membros podem debater, dialogar e, de forma explícita e consciente, tomar as decisões que julgam mais pertinentes de forma a aumentar cada vez mais sua própria autonomia e reduzir a heteronomia.

A constituição de uma organização social é o processo de produção de suas instituições, suas leis e normas, através do exercício e da efetivação do *poder*<sup>116</sup>. Portanto, a questão fundamental é a forma como o poder está sendo exercido e que efeitos tem produzido durante o processo da instituição e da reprodução da sociedade, qual a natureza das relações de poder que fundam e garantem a reprodução social. Nesse momento, devemos retomar as formulações de CASTORIADIS (1982 e 1992) acerca da *sociedade instituída* e da *sociedade instituinte*. Por *sociedade instituída*, devemos entender aquela organização social na qual somos socializados, é anterior a nossa própria existência e possui suas leis, normas e valores. Tal sociedade produz mecanismos e estratégias de defesa que visam sua proteção e reprodução (poder explícito e infrapoder). Enquanto isso, a *sociedade instituinte* remete ao processo histórico aberto e indefinido, onde o poder é exercido *sobre* a *sociedade instituída*, o que nos permite pensar possibilidades de ruptura e transformação da organização social, ou seja, de suas instituições.

As sociedades modernas, ocidentais, contemporâneas são fundamentalmente heterônomas, ou seja, são constituídas por instituições produzidas por um conjunto de relações de poder que consolidam e reproduzem relações de dominação, subordinação e exploração de uma classe sobre a outra. Assim, a produção social do indivíduo e da coletividade é fortemente caracterizada por relações heterônomas de poder, que buscam reproduzir e perpetuar as condições de exploração e dominação. Nessa perspectiva, a heteronomia pode se apresentar em todas as dimensões da vida humana: o machismo, a homofobia e o racismo são exemplos de relações heterônomas que constituem as sociedades contemporâneas de forma mais arraigada. No entanto, vamos nos ater, neste momento, à dimensão do político.

O primeiro ponto importante a ser destacado é que a autonomia se coloca de maneira radicalmente contrária ao poder heterônomo de caráter transcendental, ou seja, a qualquer tipo de poder cujo princípio e exercício encontram-se separados da sociedade. Se a autonomia pressupõe

---

<sup>116</sup> É oportuno ressaltar a distinção que Cornelius CASTORIADIS faz entre o “poder explícito” e o “infrapoder”, modalidades complementares e indissociáveis da dinâmica do poder, ainda que passíveis de serem confundidos. O *poder explícito* está diretamente associado à constituição de um espaço de deliberação formal que institui as leis e normas de determinada organização societária, portanto, “o *poder explícito* aparece como enraizado também na necessidade da decisão referente ao que se tem que fazer, ou não fazer, com relação aos fins (mais ou menos explícitos) daquilo que o impulso da sociedade considerada se dá como objetos”. (CASTORIADIS, 1992:131). Sobre o *infrapoder*, o autor afirma que “Antes de todo poder explícito, e muito mais, antes de toda ‘dominação, a instituição da sociedade exerce um *infrapoder* radical sobre todos os indivíduos produzidos por ela. Esse *infrapoder* – manifestação e dimensão do poder instituinte do imaginário radical - não é localizável. Certamente, nunca é o poder de um indivíduo ou mesmo de instâncias designáveis. É ‘exercido’ pela sociedade instituída”. (CASTORIADIS, 1992:127).

a *capacidade de uma coletividade dar a si própria suas leis e normas*, os fundamentos do poder que a constituem só podem estar nela mesma, e nunca em uma esfera superior ou separada, que só pode ser acessível a uma minoria.

O conteúdo da autonomia só pode ser apreendido de forma consistente através da análise de dois elementos que a constituem que são a *autonomia individual* e a *autonomia coletiva*. Ao mesmo tempo em que não se confundem, são absolutamente complementares e indissociáveis, pois permitem apreender a complexa dinâmica entre o indivíduo singular (e sua produção social) e a coletividade.

A concepção [de autonomia] que apresentamos mostra ao mesmo tempo, que não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva. Se não se trata mais de entender por este termo nem a liberdade inalienável de um sujeito abstrato, nem o domínio de uma pura consciência sobre um material indiferenciado o ‘essencialmente o mesmo’ para todos e para sempre, obstáculo bruto que a liberdade teria de superar (as ‘paixões’, a ‘inércia’, etc.); se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é seu e que tem que transformá-lo utilizando-o; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão presentes como alteridade e como ipseidade do sujeito – então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social. (CASTORIADIS, 1982: 129, 130)

A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: *autonomia coletiva*, ou *consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade*, o que depreende garantias político-institucionais, assim como a possibilidade material efetiva, e *autonomia individual*, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. (SOUZA, 2003: 174)

Uma sociedade autônoma só é possível se constituída por indivíduos autônomos. A autonomia individual diz respeito ao exercício da liberdade e da afirmação do caráter fundamental, único, da singularidade de cada indivíduo. Por liberdade devemos entender a condição concreta e efetiva através da qual o homem é capaz de dispor de sua própria vida, de poder pensar e agir de acordo com sua potência e afirmando sua singularidade. Compreendendo a liberdade dessa forma, só é possível concebê-la como um projeto e como uma produção coletivos. Nesse sentido, a *condição* para a vivência e efetivação da *liberdade* é a *igualdade* dos indivíduos. Igualdade de condições para o exercício da liberdade, o que significa, efetivamente,

igualdade de *capacidade, possibilidade e oportunidade* de exercício de poder, afinal, as desigualdades e a heteronomia se expressam pela desigualdade no exercício desse.

Pois a desigualdade (social), por exemplo, é sempre também desigualdade de poder, logo, ela se transforma em desigualdade de participação no poder instituído. Como alguém pode ser livre se os outros possuem mais poder? Poder, no sentido social e efetivo, é levar alguém ou alguns a fazerem o que, de outro modo, com conhecimento de causa, não teriam desejado fazer. Ora, como a ideia de uma sociedade sem nenhum poder é uma ficção incoerente, a primeira parte da resposta à questão da liberdade é a igualdade de participação de todos no poder. Uma sociedade livre é uma sociedade onde o poder efetivamente se exerce pela coletividade, por uma coletividade da qual todos efetivamente participam na igualdade. E essa igualdade de participação efetiva, com fim a atingir, não deve permanecer uma regra puramente formal; deve ser assegurada, tanto quanto possível, por instituições efetivas. (CASTORIADIS, 1983:16)

A constituição de uma sociedade autônoma, na qual a liberdade só é possível na igualdade, depende, igualmente, da criação de instituições e mecanismos que permitam o exercício efetivo do poder. Não basta a declaração formal de que todos são iguais e possuem os mesmos direitos e deveres, mas é necessário criar as condições para que o poder possa, de fato, ser exercido. Assim, a coletividade autônoma deve criar os meios físicos, materiais e a infraestrutura necessária para a participação: lugares adequados para encontros, reuniões e deliberações, meios de transporte e de comunicação que permitam a circulação e a participação de pessoas que moram em lugares mais distantes ou de difícil locomoção, meios efetivos de distribuição e circulação das informações (relatórios, projetos, boletins etc.).

Outro aspecto fundamental é a ampliação das possibilidades de formação política e intelectual da população através de sistemas de educação e práticas concretas e cotidianas que envolvam as pessoas no processo de tomada de decisões para que se crie um hábito, uma subjetividade que contribua para produzir indivíduos familiarizados e, assim, aptos a participar dos assuntos públicos. Assim, procedimentos, instituições e estratégias que contribuam para a formação do indivíduo autônomo devem ser criados pela coletividade autônoma. Uma importante observação: criar as condições de igualdade de participação não significa, em hipótese alguma, a homogeneização dos indivíduos, tão pouco a eliminação dos conflitos e desentendimentos. Criar condições iguais de acesso à educação, informação, infraestrutura, não significa dizer que todos terão as mesmas características, talentos ou capacidade de aprendizado: sempre existirão os

tímidos, aqueles que conseguem se expressar melhor, que possuem mais dificuldade para aprender etc. A questão fundamental é que a *coletividade* deve garantir as condições para a livre participação de todos no processo de instituição de leis e normas.

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis. (CASTORIADIS, 1983: 22)

A liberdade efetiva (não discuto aqui a liberdade “filosófica”) é o que denomino ‘autonomia’. A autonomia da coletividade, que só pode se realizar pela auto-instituição e pelo autogoverno explícitos, é inconcebível sem a autonomia efetiva dos indivíduos que a compõem (...). Mas o inverso é igualmente verdadeiro: a autonomia dos indivíduos é inconcebível sem a autonomia da coletividade. O que significa, como é possível, o que pressupõe a autonomia dos indivíduos? Como podemos ser livres se somos obrigatoriamente colocados sob a mesma lei? Existe uma primeira condição: é preciso que se tenha a possibilidade efetiva de participar da formação da lei. (CASTORIADIS, 2002: 262)

A autonomia coletiva possui aspectos únicos e singulares que estão interligados. O primeiro aspecto é o fato de que em uma coletividade autônoma, não há a *alienação do poder* da maioria em benefício de um pequeno grupo ou de um único indivíduo. Assim, diferentemente das democracias representativas, dos regimes ditatoriais e totalitários, os indivíduos e a coletividade não alienam seu poder para seus representantes através de eleições (democracias representativas), para pequenos grupos (oligarquias), ditaduras, monarquias etc. que passam a governar e decidir *em nome* e, na maioria dos casos, *à revelia da coletividade*, que não possui capacidade de exercer, de forma efetiva, seu poder. Em uma sociedade basicamente autônoma não há alienação do poder, o que traz os homens ao mesmo estado de liberdade, pois eles têm as mesmas condições para agir e participar do processo instituinte.

Outro aspecto fundamental da autonomia coletiva é a possibilidade de revisão, debate e alteração das leis e normas a todo o momento que a coletividade julgar necessário. A instituição da sociedade autônoma é, portanto, um processo permanentemente aberto, onde a *sociedade instituída*, a todo o momento, é confrontada com a *sociedade instituinte*, em um infinito processo de transformação. Por isso, uma

*sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade de interrogação sobre a lei e os fundamentos da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição. (CASTORIADIS, 1983: 33)*

É notório que o conteúdo e o significado da autonomia, nessa perspectiva, é mais preciso, contundente e radical do que as ideias gerais e vagas do senso comum, como salientamos anteriormente. Nessa perspectiva, a autonomia é um projeto político que busca combater, fundamentalmente, a heteronomia das relações de poder e, com isso, aumentar a liberdade coletiva e individual. Portanto, essa noção está além das noções e ideias vagas que podem ser utilizadas por diversas classes, e grupos sociais, assim como diferentes correntes do pensamento: movimentos conservadores que almejam “autonomia” regional, estadual ou a emancipação municipal, as empresas reivindicam “autonomia” para contratar e dispensar mão de obra, os bancos e grandes investidores demandam “autonomia” em relação aos Bancos Centrais e assim por diante.

Em relação à questão do trabalho, não poderia ser diferente. Quando o hiperpreariado, por conta da sua informalidade, é qualificado como “autônomo”, o significado da autonomia é esvaziado, banalizado e até deturpado. Usar a expressão “trabalhador autônomo” para designar o camelô, o ambulante, o flanelinha, é uma forma de reconhecer nele um *diferencial* que diz respeito às estruturas de poder sociais, ou trata-se de um *eufemismo* para escamotear graves problemas econômicos, políticos e sociais das metrópoles do Brasil e do mundo? Recorremos a SOUZA para refletir sobre o assunto. Para esse autor, de forma direta e sucinta, ser um trabalhador autônomo significa

não ser oprimido e explorado; significa não ser governado por leis de cuja elaboração a esmagadora maioria das pessoas não teve a menor chance de participar. É claro que, nesse sentido, os “trabalhadores autônomos” pobres são muito pouco autônomos, uma vez que estão inseridos, de maneira subalterna, em uma sociedade profundamente desigual e injusta. Apesar disso, o fato de não terem um patrão, de não estarem submetidos à disciplina de uma fábrica e de poderem, de alguma maneira, organizar seu tempo do modo como lhes parece melhor, merece ser visto como uma possibilidade interessante. Não se deseja sugerir, com isso, que a informalidade e a precarização crescente das relações de trabalho não sejam, de forma imediata, problemas graves nos marcos da problemática geral do capitalismo contemporâneo. O que se quer dizer é simplesmente

isso: que a situação dos “autônomos” não precisa ser vista apenas como *limitação*; ela pode e deve ser vista, também, em parte, como *potencialidade*, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas. (SOUZA, 2008c: 05)

Qualifica-se como “autônomos”, uma significativa parcela da classe trabalhadora que se encontra em uma grave condição de vulnerabilidade econômica e social, afinal de contas, trata-se de uma população pobre, desempregada ou subempregada, que vivem de bicos ou atividades informais, porém regulares, mas que não possuem grandes margens de manobra para modificar essa situação ou perspectivas em obter ganhos em termos de qualidade de vida a curto prazo.

São pessoas que não possuem ou tem acesso apenas a canais de representação frágeis e pouco significativos, o que os coloca em uma condição de marginalidade política, uma vez que não tem como se fazer presente, de forma efetiva, nos espaços formais de representação política e, além disso, possuem poucos recursos e força política para exercer pressões em partidos e no aparelho de Estado. Essa condição de precariedade econômica e social, aliada à marginalidade política, afasta esse conjunto da classe trabalhadora da concepção de autonomia que estamos abordando. Politicamente, considerar tais trabalhadores como “autônomos”, é uma forma de escamotear um intenso processo de exploração e espoliação do trabalho e da vida. Por isso, SOUZA (2008c) afirma que, nesse sentido, os ‘trabalhadores autônomos’ *pobres* são  *muito pouco autônomos*. Por sua inserção subalterna e, quase sempre, com muito pouca margem para transformação, em uma sociedade profundamente desigual e injusta.

A autonomia, em relação ao mundo do trabalho, foi basicamente debatida a partir da ideia da autogestão operária<sup>117</sup>, que, no século XX, ganhou força, principalmente, a partir da década de 60, culminando com os acontecimentos de maio de 68. Quando analisamos e comparamos o significado e o uso político da expressão autonomia para qualificar a natureza das relações de produção e de organização do trabalho, podemos afirmar que seu uso contemporâneo esvaziou completamente o sentido mais radical e profundo de uma das questões mais importantes formuladas pelos trabalhadores ao longo de suas lutas.

A autogestão é, basicamente, o exercício da autonomia coletiva:

---

<sup>117</sup> Em relação ao pensamento social, a questão da autonomia no mundo do trabalho não é propriamente nova, é central para o movimento operário que se consolida no século XIX, seja aquele animado por Marx, Engels e seus colaboradores ou pelo movimento anarquista. No século XX o debate continua central no seio do marxismo e do anarquismo, assim como nas formulações dos Conselhistas (Anton Pannekoek) e, finalmente, do pensamento autonomista, representado, principalmente pelo grupo Socialismo ou Barbárie, do qual fazem parte intelectuais como Cornelius Castoriadis e Claude Lefort (cf. SOUZA, 1988 e 2006a)

Queremos uma sociedade autogerida. O que isso quer dizer? Uma sociedade que se gere, isto é, dirige a si mesma. Mas isto ainda deve ser precisado. Uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é, um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente *o que* devem fazer e *como* fazê-lo nos limites exclusivos que lhes traçar sua coexistência com outras unidades coletivas. Dessa forma, decisões que dizem respeito aos trabalhadores de uma oficina devem ser tomadas pelos trabalhadores desta oficina; aquelas que se referem a outras oficinas ao mesmo tempo, pelos respectivos trabalhadores ou pelos delegados eleitos e revogáveis; aquelas que dizem respeito a toda a empresa, por todo o pessoal da empresa; aquelas que se referem ao bairro, pelos moradores desse bairro, e aquelas que dizem respeito a toda a sociedade, pela totalidade dos homens e das mulheres que nela vivem. (CASTORIADIS, 1983: 212)

É possível concluir que a autogestão remete diretamente à autonomia coletiva, uma vez que coloca em questão do exercício do poder para a organização das atividades comuns aos homens.

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um 'coletivo'. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. (ALBUQUERQUE, 2003: 20)

Nesse sentido, é possível falar de autogestão nas mais diversas dimensões da vida humana onde a coletividade deve se organizar, criar leis, normas, resolver ou superar conflitos, normatizar comportamentos e hábitos, etc. No entanto, é importante sublinhar, que a maior parte do debate sobre autogestão está centrado nas questões do mundo do trabalho.

A questão fundamental da autogestão da produção foi colocada já no século XIX por Marx, Engels, Bakunin, Kropotkin e outros: a apropriação dos meios de produção e da riqueza social, bem como a organização do trabalho, pelos próprios trabalhadores. Em outras palavras, a autogestão significa que os meios de produção pertencem aos próprios trabalhadores, que serão os responsáveis por definir *o que, como, por que e para quem* produzir, qual tipo de tecnologia utilizar, estabelecendo sua própria organização do trabalho e, finalmente, socializando,

efetivamente a riqueza produzida, permitindo uma apropriação integral da riqueza pelos produtores e também pela sociedade, que se beneficiaria diretamente do que foi produzido.

A autogestão produtiva não é uma questão simplesmente econômica em sentido estrito. Sem dúvida ela levanta questões econômicas claras e relevantes, no entanto, a autogestão é, antes de tudo, expressão de relações de poder, logo, ela remete, de forma explícita, a um sentido político. A questão do regime de propriedade, por exemplo, não pode ser tratada apenas do ponto de vista técnico e da eficácia produtiva, como querem os economistas e intelectuais conservadores, que argumentam que a propriedade privada é o regime que permite maior ganho produtivo e maior eficiência dos fatores de produção e, por isso, seria melhor para a sociedade em seu conjunto. A questão do regime de propriedade coloca, antes da questão econômica, a questão do poder: em uma sociedade heterônoma, quem detém a propriedade dos meios de produção, possui uma capacidade maior de exercer poder do que os demais, logo, um problema político se coloca imediatamente.

A forma como a produção está organizada, seus pressupostos (como, o que, para quem produzir), a distribuição da riqueza, mais do que um problema econômico, expressa relações de poder, se coloca claramente no plano do político. A organização da estrutura produtiva e do trabalho expressam a heteronomia das relações de poder globais da sociedade, na medida em que uma minoria decide o que a sociedade deve produzir, quais suas necessidades (socialmente criadas), como os homens serão organizados para produzir, a forma da distribuição da riqueza (através do salário) e do consumo dos bens e serviços (através de uma economia de mercado capitalista, de acordo com o poder aquisitivo). A partir do momento em que há a separação entre possuidores e despossuídos, uma relação desigual se estabelece entre as classes, onde os primeiros exploram a expropriam os segundos através do processo do trabalho.

A instituição da autogestão da produção é indissociável da autogestão societária global, ou seja, da instituição de uma sociedade autônoma. Portanto, o que é dito acerca da autogestão produtiva, pode ser estendido para outras dimensões e atividades da vida social.

A questão do regime de propriedade colocado acima é apenas um exemplo da radicalidade da ideia de autogestão e uma forma de colocar no centro do debate aquilo que é o cerne da autonomia. E, mais do que isso, demonstra como a instituição de uma sociedade autônoma é impossível sem a alteração na organização do trabalho, começando pelo regime de propriedade. No entanto, declarar a expropriação da propriedade privada e estatal não basta para eliminar

outras estruturas heterônomas, como a organização hierárquica das unidades produtivas e as formas de distribuição e apropriação da riqueza social.

Homens que são escravos em seu trabalho, a maior parte de sua vida estão em estado de vigília, e que à noite adormecem esgotados diante de uma televisão embrutecedora e manipuladora não são e nem podem ser livres. A supressão da heteronomia é tanto a supressão da dominação de grupos sociais particulares sobre o conjunto da sociedade quanto a modificação da relação da sociedade instituída com sua instituição, a ruptura da submissão da sociedade em relação a sua instituição. Os dois aspectos aparecem com clareza extraordinária no caso da produção e do trabalho. A dominação de um grupo particular sobre a sociedade não poderia ser eliminada sem a abolição da dominação de grupos particulares sobre o processo de produção e trabalho – sem a abolição da hierarquia burocrática na empresa, como, aliás, em toda parte. Consequentemente, o único modo concebível de organização da produção e do trabalho é a *gestão coletiva* por todos os participantes, como não tenho parado de dizer desde 1947, o que em seguida se chamou de autogestão – na maior parte do tempo para fazer dela um cosmético reformista do estado de coisas existente ou um ‘terreno de experimentação’, calando-se cuidadosamente sobre as implicações colossais que acompanham do começo ao fim a ideia de autogestão. (CASTORIADIS, 1983: 20)

A autogestão da produção significa, em primeiro lugar, transformação no regime de propriedade, onde cada unidade produtiva é socializada e é autogerida pelos próprios trabalhadores. Assim, em cada fábrica, serviço, oficina, fazenda, sítio etc., são os próprios trabalhadores que vão organizar e decidir, de forma autônoma, todo o processo de trabalho, definindo o que, como, quanto, com que tecnologia, jornada de trabalho, normas e condutas que devem ser seguidas, por exemplo. Em segundo lugar, as estruturas hierárquicas e autoritárias devem ser desarticuladas para que novas formas de organização e tomada de decisões horizontais sejam implementadas, reduzindo ao máximo a heteronomia e oportunizando, por fim, a instituição de uma nova forma de distribuição da riqueza.

As empresas, sejam elas privadas ou estatais, são instituições fortemente hierárquicas, incompatíveis com os princípios da autogestão. As empresas são instituições onde uma minoria toma as decisões, que serão acatadas pela maioria dos trabalhadores, que estão submetidos a uma série de aparelhos de vigilância, disciplina e controle por parte da mesma. O conjunto dos trabalhadores não decide fundamentalmente sobre nada a respeito do seu próprio trabalho, logo,

não é capaz de exercer, de forma efetiva, nenhum tipo de poder sobre algo tão fundamental para si e para a própria sociedade.

CASTORIADIS (1983) argumenta que a hierarquia é uma forma de *organizar a coerção*, ou seja, de organizar e orquestrar todos os mecanismos e estratégias disciplinares que moldam e condicionam as atividades do trabalhador. Em outras palavras, são necessários mecanismos que obriguem os trabalhadores a alcançar determinada produtividade. E porque os trabalhadores, de forma espontânea, não alcançam determinada produtividade ou não demonstram entusiasmo no trabalho? *“Porque nem o seu trabalho, nem o seu produto lhes pertence, porque se sentem alienados e explorados, porque eles próprios não decidiram o que devem fazer e como fazê-lo, nem o que será feito daquilo que eles produziram”* (CASTORIADIS, 1983: 215).

A superação da hierarquia passa pela criação de instituições e mecanismos autônomos dentro das unidades produtivas. Isso significa dizer que são necessárias novas formas de organização da produção que superem o caráter heterônomo da hierarquia.

O primeiro passo é a destituição de qualquer cargo de direção e vigilância, ou seja, de qualquer órgão ou instância de poder que se separa do coletivo dos trabalhadores e exerça sobre eles qualquer tipo de coerção, ameaça ou subordinação. Em segundo lugar, é necessário criar espaços de deliberação coletivos, onde todos os trabalhadores possam participar em condições de igualdade da tomada de todas as decisões referentes à organização do trabalho e da produção. Nessa perspectiva, a constituição de assembleias como órgãos deliberativos e a utilização do sistema de delegação<sup>118</sup> contribuem de forma significativa para atingir tais objetivos.

Outro ponto fundamental diz respeito à remuneração do trabalho em uma sociedade basicamente autônoma. Na sociedade capitalista, a hierarquia de cargos e de salários nas empresas, corresponde a uma hierarquia de poder na sociedade: no topo da hierarquia os proprietários, em seguida profissionais muito bem remunerados, como grandes executivos e CEO's; abaixo deles diretores, gerentes e supervisores, que ocupam postos inferiores na hierarquia, mas participam da tomada de certas decisões e, em alguma medida, da organização do processo de trabalho e, além disso, desfrutam de uma posição relativamente privilegiada na sociedade, pois são os responsáveis diretos pelo controle e disciplina dos trabalhadores; por fim,

---

<sup>118</sup> A delegação é uma forma de organizar o processo de tomada de decisões onde os delegados são eleitos para executar, verbalizar ou comunicar as decisões tomadas pela assembleia dos trabalhadores. Dessa forma, o exercício do poder é da coletividade dos trabalhadores e não do delegado. Assim, não há alienação do poder da maioria em benefício de uma minoria (cf. SOUZA, 2006).

os trabalhadores alienados do processo de trabalho e da riqueza que produzem. É possível identificar com clareza que existe uma correlação direta entre a hierarquia de cargos e salários com a capacidade de exercício de poder de cada classe e grupo. E, do ponto de vista da economia política, além de concentrar capacidade de exercício de poder, essa minoria também vai se apropriar da maior parte da riqueza socialmente produzida. Em outras palavras, a organização hierárquica da empresa também expressa a forma desigual de apropriação da riqueza através do pagamento diferenciado pelo trabalho. Portanto, pensar a autogestão da produção significa abolir a hierarquia dos cargos e dos salários, afinal, tal hierarquia é a expressão da heteronomia das relações de poder.

CASTORIADIS (1983) faz uma análise crítica dos diversos argumentos que são utilizados para legitimar e justificar tal organização. Em primeiro lugar, é utilizado o argumento da competência, ou seja, aqueles mais competentes, com melhor formação, deveriam assumir as responsabilidades de conduzir e decidir sobre os assuntos em comum e fundamentais da organização do trabalho, pois são os mais aptos, mais bem preparados técnica e intelectualmente que a massa de trabalhadores, que não possuem condições de compreender problemas e situações complexas e, por isso, não saberiam lidar com questões importantes e fundamentais do seu cotidiano. Não se trata, como aponta o autor, de desqualificar ou negligenciar o saber e a competência no tratamento de qualquer questão colocada para a sociedade. No entanto, devemos atentar para dois pontos fundamentais. Primeiro: não é o fato de um indivíduo, ou um grupo, ter determinada competência, ou possuir determinado conhecimento, que lhe autoriza, automaticamente, a decidir em nome de todos. Um engenheiro, por ter o conhecimento para construir uma ponte, por exemplo, não pode ter o poder de decidir quais pontes serão construídas e onde. Além disso, o fato de um indivíduo ser um grande especialista em um determinado assunto não o transforma em um especialista para organizar uma quantidade de inúmeras outras atividades necessárias para que uma fábrica funcione ou uma obra seja realizada (o engenheiro pode ser muito competente em seus cálculos, mas não sabe como executar, efetivamente, o trabalho de centenas de operários e técnicos para que a ponte seja construída, tomando-se o exemplo anterior). Além disso, diretores, gerentes, entre outros, usam o saber e os conhecimentos de diversos especialistas e técnicos para tomarem suas decisões. Em outras palavras, aqueles que decidem não são plenamente competentes e não possuem *todos* os conhecimentos necessários à sua própria atividade, do contrário, não iriam necessitar do auxílio de outros. Nesse caso, uma

coletividade autônoma poderia tomar as suas decisões baseadas nos conhecimentos fornecidos por técnicos e especialistas, tal qual o dirigente. Por fim, talvez a crítica mais importante de CASTORIADIS seja que, nem sempre (ou, quase nunca), os membros da classe dirigente são os mais competentes, mas “*são aqueles que se mostraram capazes de subir no aparelho hierárquico, ou aqueles que, em função de sua origem familiar e social, desde o início encaminhados para ele, após a obtenção de alguns diplomas*” (CASTORIADIS, 1983: 217).

O segundo argumento refutado por CASTORIADIS é aquele que justifica a hierarquia por considerá-la mais racional e eficiente do que a autogestão. Afirma-se que uma fábrica autogerida seria ineficiente, pois a tomada de decisões e o excesso de democracia iriam comprometer o andamento das atividades, reduzindo a produtividade, enquanto uma organização hierárquica e baseada na especialização do trabalho seria muito superior em termos produtivos e de eficiência econômica. Não há motivos para imaginar porque uma fábrica autogerida seria improdutiva nessas circunstâncias, afinal, as atividades produtivas seriam iniciadas somente após todas as decisões importantes serem tomadas e, assim como na empresa capitalista, pressões internas e externas independentes da vontade dos trabalhadores levarão os trabalhadores a dar início às atividades. Não é plausível imaginar que o trabalho seria paralisado a todo o momento por conta de determinadas insatisfações pessoais ou desentendimentos que já foram debatidos no fórum político da fábrica (a assembleia). Além disso, esse argumento subestima a capacidade de organização dos trabalhadores que, através da criação de comitês e do sistema de delegação, podem observar, analisar e realizar mudanças no processo de organização do trabalho com um prejuízo tão grande quanto de uma empresa capitalista ou estatal que detecta um problema na produção.

No que diz respeito à questão da diferença salarial entre os trabalhadores da empresa, essa diferença é legitimada, em primeiro lugar, pelo argumento segundo o qual os cargos de direção possuem uma *responsabilidade* maior do que os cargos ocupados pelos operários, comerciários etc. Por assumirem uma responsabilidade maior, os diretores deveriam ter uma remuneração maior. Ora, se a remuneração está, em parte, atrelada à responsabilidade, logo, ao exercício do poder (tomada de decisões), é necessário compartilhar o poder para compartilhar as responsabilidades e, dessa forma, extinguir a diferenciação salarial.

Quanto ao argumento da *produtividade* e da *disponibilidade* de determinado profissional no mercado, argumenta-se que existem trabalhos que podem ser executados por uma quantidade

muito maior de pessoas, no sentido de que muitas pessoas teriam competência intelectual e habilidade física para trabalhar nessas atividades, como uma linha de montagem ou na colheita do café, por exemplo. Enquanto outras atividades requerem uma qualificação e uma habilidade que apenas um número reduzido de pessoas pode oferecer, tornando o valor do trabalho desta pessoa maior do que o dos trabalhadores anteriormente mencionados, por exemplo. Assim, o mérito e a competência são convertidos em vantagens justas e legítimas que se expressam monetariamente, fundando uma meritocracia. No entanto, como questiona CASTORIADIS, qual o critério utilizado para estabelecer que uma determinada remuneração equivalha a duas ou três vezes a outra? Por que não dez ou vinte vezes? A remuneração está atrelada a uma estimativa da riqueza produzida pelo indivíduo, uma vez que é impossível uma definição precisa daquilo que foi efetivamente produzido, por conta da grande complexidade da divisão social e técnica do trabalho. Além disso, os argumentos utilizados para justificar e legitimar esta hierarquia afirmam que as desigualdades são um estímulo para que aqueles que estão recebendo salários piores se empenhem em se qualificar e aqueles que estão em posições hierarquicamente superiores, busquem sempre maneiras de se manterem em tais posições, como inovações, por exemplo.

A competição entre os indivíduos seria uma forma de garantir um progresso contínuo da própria sociedade, a despeito das desigualdades. Este argumento funciona como uma cortina de fumaça para escamotear o fato de que as possibilidades de ascensão social são muito reduzidas e aqueles exemplos de pessoas que conseguiram mudar sua função social são transformados em regra, quando na verdade, são exceções. A regra é que a organização social se reproduza *na e pela* desigualdade: filhos das elites e das classes médias irão continuar nessas posições, enquanto os filhos dos pobres continuarão pobres. Essa é a regra geral da dinâmica da sociedade capitalista hierarquizada.

O último argumento utilizado para defender a hierarquia salarial é o de que ela é necessária para atrair pessoas para ocuparem os postos mais “difíceis” e “complexos”, do contrário, as pessoas tenderiam a querer desenvolver atividades mais simples, como a faxina, por exemplo. Este argumento é facilmente refutado quando observamos exatamente o contrário. Nos países centrais os trabalhadores nativos, durante muito tempo<sup>119</sup>, não se sentiram “à vontade”

---

<sup>119</sup> Com a crise econômica em que mergulharam a Europa e os Estados Unidos, na última década, esse cenário sofreu certa transformação. Nem todos os empregos passaram a ser considerados “inferiores” ou “dispensáveis” diante de uma grave onda de desemprego e precarização. Essa situação tem promovido episódios, ou agravado casos já

para ocupar os trabalhos considerados subalternos, como os de empregadas domésticas, babás, camareiras, faxineiros, estivadores, entregadores etc. São atividades que, na Europa e nos Estados Unidos, foram ocupadas por imigrantes, ou descendentes de imigrantes, que aceitam condições mais árduas e menor remuneradas de trabalho por conta da necessidade de sobrevivência. Ou seja, as pessoas querem, aceitam os trabalhos mais “difíceis” e, nesse caso, não os mais “fáceis”.

O cerne da argumentação a favor da autogestão da produção é, em primeiro lugar, político. A questão fundamental que se coloca é a questão do *poder*, da participação direta do conjunto dos trabalhadores em condições iguais de decidir sobre suas próprias vidas. Nessa perspectiva, a crítica feita à hierarquia de cargos e rendimentos é feita, basicamente, a partir da questão do poder. No entanto, ela coloca para nós desafios concretos de se pensar uma nova economia autogerida nos marcos de uma outra forma de se pensar a organização não somente da produção, mas também da distribuição e do consumo. Desafios que impõem uma transformação de práticas e, também, de princípios e subjetividades... como mostra a reflexão de uma das lideranças do MCP<sup>120</sup> no Rio de Janeiro:

*(...) como as pessoas, normalmente, têm o capitalismo impregnado dentro de si, aí prevalece o individualismo. Fica cada um no seu cantinho e aí fica nessa situação de conflito a vida toda. Alguns vai se dar bem, porque se associa ao capitalismo, se beneficia daqui e da lá, cresce, aí o outro vê “se aquele cresceu, eu vou crescer também!” e continua, e é isso aí a vida toda. A saída é se organizar de forma coletiva. Aí, sim! (Entrevista com uma importante liderança do MCP realizada em 29/09/2011)*

Tais desafios começam no plano das ideias, uma vez que é necessário romper e superar com uma forma de se pensar em termos de economia capitalista, onde a produção, o consumo e a distribuição estão atrelados aos processos de exploração, acumulação, assalariamento e hierarquização, o que torna a ideia de uma organização do trabalho sem hierarquia e diferenciação de remuneração estranha para nós, afinal, já incorporamos a ideia de que é normal uma pessoa ganhar mais do que a outra em função da obtenção de um título acadêmico, sem levar em consideração as condições concretas de vida de cada uma e a dinâmica social que está organizada para reproduzir esta desigualdade. Soa estranho defender a organização do trabalho

---

existentes, de xenofobia e intolerância de diferentes origens em países centrais, diante de uma competição por nichos de emprego antes muito reduzida, ou mesmo inexistente.

<sup>120</sup> Movimento das Comunidades Populares.

em uma fábrica onde a pessoa responsável pela limpeza tenha os mesmos direitos políticos e econômicos de um trabalhador da administração, por exemplo.

Uma nova subjetividade, um novo projeto de sociedade, novas formas de sociabilidade devem ser instituídas, pensadas, vivenciadas para que possamos nos libertar da impossibilidade imposta pelo discurso hegemônico de que o homem, por natureza, é egoísta, de que sem uma compensação ou motivação financeira ele não irá se dedicar a alguma atividade, de que a competição, e não a solidariedade e a cooperação, é o motor do desenvolvimento humano, de que as diferenças devem ser tratadas como desigualdade e, que isso é natural.

Pensar uma nova forma de organização da produção nos obriga a pensar sobre novas formas de consumo e distribuição dos bens e serviços disponíveis. Talvez não seja desnecessário dizer, mas é sempre bom deixar claro, uma sociedade autogerida é uma sociedade onde o Estado e a propriedade privada foram abolidos, por se tratarem de instituições profundamente heterônomas. Desaparecendo a hierarquia de cargos e salários, abolindo-se a propriedade privada e o Estado, estamos diante de uma situação onde a economia de mercado e órgãos centralizadores não mais existem para organizar a produção, o consumo e a distribuição. Nesse sentido, a sociedade, de forma autônoma e coletiva, deve instituir para si, quais são as suas prioridades (em termos de bens e serviços) e de que forma esses bens e serviços serão disponibilizados para os cidadãos.

Uma organização racional da economia de uma sociedade autogerida implica, de fato, enquanto os objetos e serviços produzidos pela sociedade tiverem um 'preço' – enquanto não se puder distribuí-los livremente – e, portanto existir um 'mercado' para os bens de consumo individual, que a produção esteja orientada conforme as indicações deste mercado, isto é, afinal, pela demanda solvável dos consumidores. Pois não existe, para começar, outro sistema sustentável. Contrariamente a um slogan recente, que só se pode aprovar metaforicamente, não se pode dar a todos 'tudo imediatamente'. Por outro lado, seria um absurdo limitar o consumo pelo racionamento autoritário que equivaleria a uma tirania intolerável e estúpida sobre as preferências de cada um: por que distribuir para cada pessoa um disco e quatro entradas de cinema por mês, quando há pessoas que preferem música às imagens, e outras o contrário. (CASTORIADIS, 1983: 225)

É muito difícil, a rigor, é impossível, dizer como serão ou como deveriam ser as instituições e os mecanismos de funcionamento da economia de uma sociedade autônoma, porque os mesmos só podem ser instituídos no momento em que as pessoas vivenciam essa experiência.

O máximo que se pode fazer é propor balizamentos e alguns critérios que contribuam na instituição de uma sociedade autônoma, qualquer formulação, para além disso, é impossível e, mais do que isso, uma contradição com tudo o que foi dito até aqui, afinal a sociedade se institui em um processo e não a partir de formulações feitas em um gabinete ou escritório. No entanto, é possível imaginar outras formas de organização societária onde as pessoas não sejam movidas apenas pelo desejo de uma gorda conta bancária, pela compulsão do consumo, pela conquista de status, pela competição com o outro. É possível imaginar que os homens sejam capazes de instituir entre si relações e mecanismos onde as necessidades fundamentais sejam prioridade, o que não ocorre na sociedade capitalista.

Diante de tais formulações, não é possível aceitar de forma acrítica o uso da categoria de autonomia para qualificar uma gama tão heterogênea e, mais do que isso, tão distante dos princípios e objetivos colocados anteriormente, que são os trabalhadores aqui identificados como o hiperpreariado urbano.

O que diríamos então da espacialidade vivida, produzida e compartilhada por esses trabalhadores no seu dia-a-dia em busca do sustento de sua família e sua sobrevivência? Tanto nas cidades, quanto no campo, os espaços que reproduzem relações de trabalho, sejam essas formais ou informais, definem-se por uma profunda heteronomia. Isto é, são os espaços de *outrem*. Nesses, o trabalhador tem pouco ou nenhum poder sobre as relações e sobre os corpos, inclusive o seu. As estruturas de poder que atravessam esses espaços cerceiam completamente qualquer possibilidade de autogestão, autodeterminação, autonomia. Ainda que esse trabalhador esteja nas ruas, seja um ambulante, um camelô, ou que esteja no campo ganhando seu sustento como temporário (um boia-fria), ainda assim, esse trabalhador está subordinado a um sistema que exerce sobre ele um poder, lhe controla, pois ele não tem total liberdade para discutir as regras às quais está submetido. Na verdade, quanto maior a pretensa “autonomia”, nesse sentido falacioso de “liberdade do não-assalariamento”, maior é o jugo da opressão econômica e, por sua vez, social.

A pressão sobre os pobres, sobre os alienados da própria força de trabalho é ainda maior graças à ameaça do exército de reserva de mão de obra. A competição pela sobrevivência é cada vez maior e se materializa na disputa por trechos das calçadas, por pontos nos sinais de trânsito, números de vagas para automóveis nas ruas, agressões e achaques por parte da polícia etc. Por mais que sejam espaços “públicos”, onde teoricamente todos poderiam atuar livremente (desde

que não estivessem cometendo crimes), a quantidade de obstáculos à autonomia e à autogestão é impressionante. Isso sem falar na opressão imposta pela própria situação social: a necessidade de levar “X Reais” para casa diariamente ou não há comida, não há aluguel no final do mês etc. Nesse sentido, o trabalho autônomo não tem nada de *livre* e é a essa situação que a vemos exposta grande parcela dos trabalhadores brasileiros, parcela essa que vem se tornando maior a cada dia.

No entanto, como dissemos no início, essa não é a única perspectiva em que esse fenômeno da informalização do trabalho pode ser analisado. Mostramos, a partir da citação de SOUZA (2008c: 05), que “*a situação dos ‘autônomos’ não precisa ser vista apenas como limitação; ela pode e deve ser vista, também, em parte, como potencialidade, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas*”.

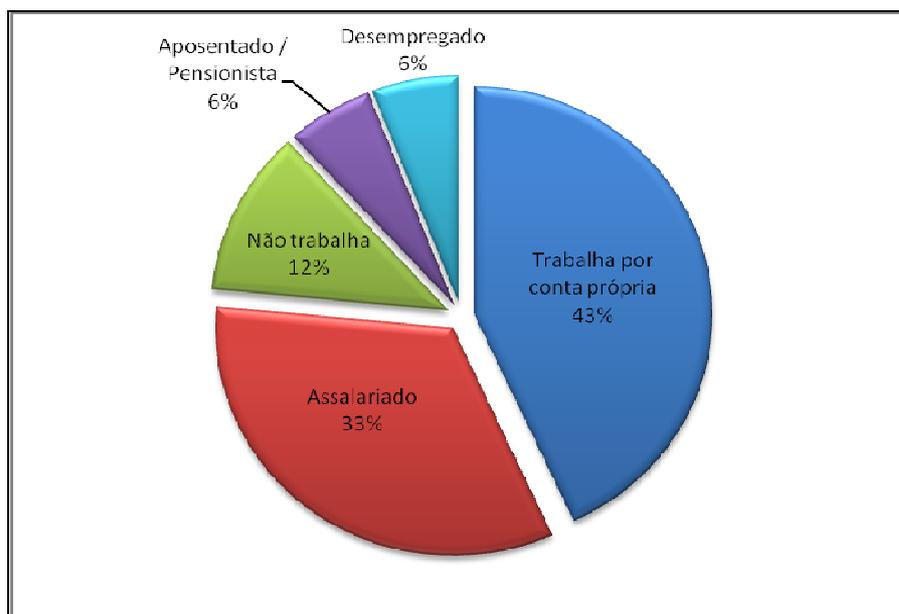
Há outras formas, assim, de se enxergar as fissuras do sistema, nas quais se podem desenvolver estratégias de resistência à heteronomia e luta pela verdadeira autonomia no trabalho e na vida. Repetindo: “*o fato de não terem um patrão, de não estarem submetidos à disciplina de uma fábrica e de poderem, de alguma maneira, organizar seu tempo do modo como lhes parece melhor, merece ser visto como uma possibilidade interessante*” (SOUZA, 2008c: 05). Se tomarmos a situação da perspectiva de uma conquista *em longo prazo*, ou de um horizonte de luta de uma *coletividade*, a expressão ganha outro sabor. Mesmo em uma situação subalterna e que continua a reproduzir uma exploração (que não deixa de ser de classe), o fato de não estar inserido de maneira formal nesse circuito e de não reproduzir certas regras e normas colocadas por outros, já abre uma margem de manobra que *pode*, ao menos, ajudar a alcançar, como coloca SOUZA (2006), *relativos ganhos de autonomia a médio e longo prazos*.

No caso do movimento dos sem-teto e das suas ocupações da variante por coletivo, essa situação de trabalho precário e hiperprecário para a maioria dos moradores é uma realidade, mas a perspectiva de análise e a crítica a essa mesma realidade tem alimentado o movimento e sua luta. A conquista de uma alternativa a esse tipo de trabalho ainda é um desejo não realizado, mas que já foi esboçado algumas vezes.

A partir do mini-censo que nós do NuPeD realizamos na Ocupação Quilombo das Guerreiras em 2009, que resultou na elaboração de um *perfil sócio-espacial desses moradores* realizada por Amanda Cavaliere LIMA em sua monografia de conclusão de curso (2010), podemos visualizar a realidade relacionada ao trabalho e rendimento do hiperprecariado sem-teto.

Nessa pesquisa, foram entrevistados todos os moradores da ocupação maiores de 18 anos totalizando 51 entrevistas. Entre esses entrevistados, se somarmos aqueles que trabalham “por conta própria” aos que estão desempregados e a procura de trabalho chegamos a aproximados 50% dos adultos entrevistados vivendo de atividades precárias.

**Figura 26 - Distribuição percentual dos moradores maiores de 18 anos em atividades e tipo de vínculo de trabalho - Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Rmaos, a partir de dados<sup>121</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009.

Obs.: Dados por pessoa; maiores de 18 anos.

A outra metade divide-se entre uma maior parte de assalariados (*com e sem carteira assinada*), adultos que não trabalham e um funcionário público. Esses dados deixam transparecer a realidade profissional de grande parte dos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro, pois, reafirma a análise feita pelo IPEA com dados da PNAD, de que cerca de 45% dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro viviam em 2007 na informalidade.

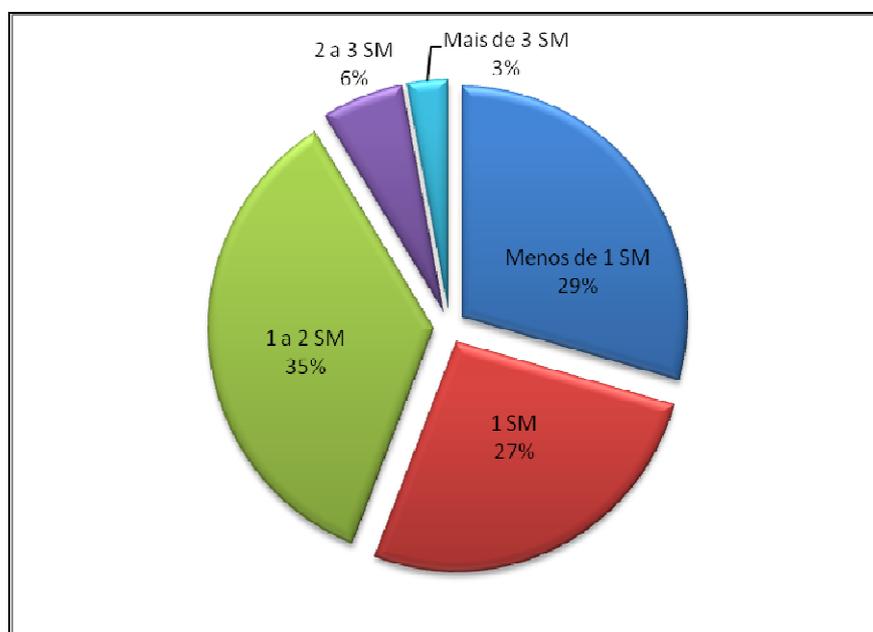
A comparação com os dados coletados na Ocupação Quilombo das Guerreiras, dessa forma, não foge muito dessa realidade, permitindo, inclusive, a extrapolação dessa análise para outras ocupações estudadas e que viviam, até, em situação mais precária. O levantamento dos rendimentos desses trabalhadores também se mostrou baixo, o que corresponde à expectativa

<sup>121</sup> Dados tabulados em planilhas do Br.Office por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia, LIMA (2010).

quanto a realidade de informalidade e precariedade do trabalho e da vida desses moradores. Uma observação importante a ser feita quanto a esse segundo gráfico é que muitos moradores que trabalham por conta própria obtêm um complemento para o seu rendimento em programas assistenciais como o *Bolsa Família* e o *Cartão Família Carioca*, o que incrementa o rendimento familiar e desloca a faixa de rendimento para cima.

Observe:

**Figura 27 - Distribuição percentual dos moradores maiores de 18 anos por faixa de rendimento mensal - Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**



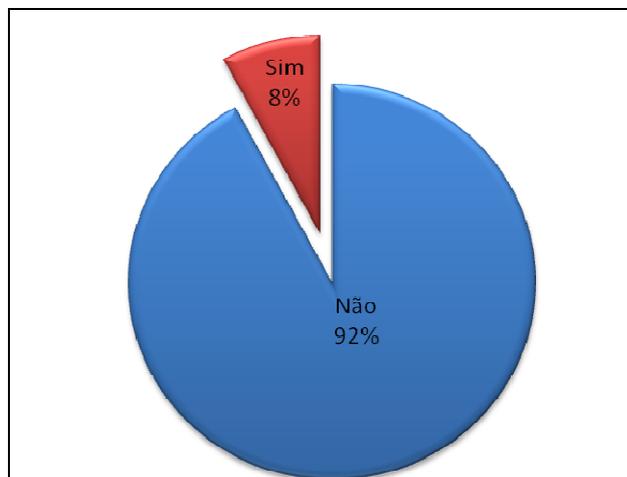
Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>122</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009.

<sup>122</sup> Dados tabulados em planilhas do Br.Office por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia, LIMA (2010).

Apesar dessa difícil realidade de instabilidade no trabalho e na renda, de precariedade e exposição a riscos, do baixo rendimento obtido pela maior parte dos moradores, as alternativas em termos de trabalho coletivo ainda não são compatíveis com as conquistas em termos de avanço na organização política e nos ganhos sócio-espaciais obtidos. Em outras palavras, mesmo vivendo sob um tipo de organização que valoriza e prioriza a democracia em sentido pleno, a horizontalidade nas discussões e a coletividade nas decisões, estender esses princípios para o trabalho ainda tem sido um obstáculo para a ocupação. Mesmo compartilhando uma série de atividades e a organização do espaço em que vivem, o trabalho coletivo ainda não é uma realidade significativa na Ocupação Quilombo das Guerreiras, como não é em outras estudadas.

Uma das perguntas feitas aos moradores nas entrevistas para o mini-censo da Ocupação foi: *Você trabalha junto (ou em sociedade) com alguém da ocupação?* Para qual a resposta da maioria foi negativa, como mostra o gráfico:

**Figura 28 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Você trabalha junto (ou em sociedade) com alguém da ocupação?* - Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

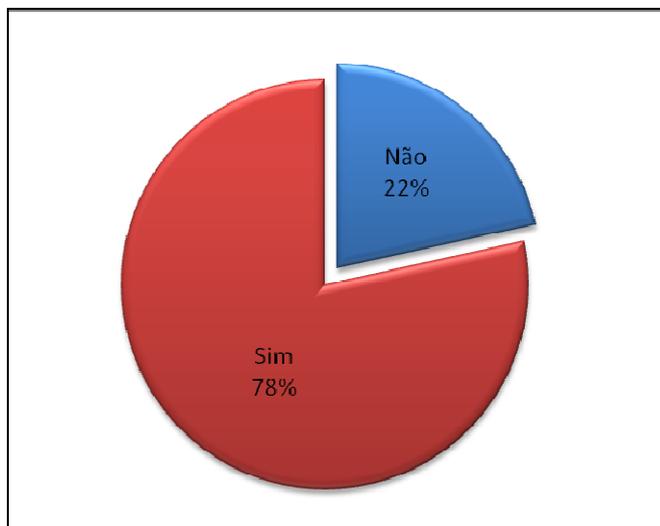


Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>123</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009.

Foi questionado, ainda, sobre o desejo desses moradores de engajarem-se em projetos de geração de renda coletivos, como cooperativas autogeridas, para o que responderam:

<sup>123</sup> Dados tabulados em planilhas do Br.Office por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia, LIMA (2010).

**Figura 29 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Você gostaria de trabalhar em uma cooperativa gerida pelos próprios moradores da ocupação?* - Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>124</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009.

Para essa pergunta a maior parte das respostas foi positiva e com justificativas variadas. “*a sobrevivência passa a ser coletiva*”, disse um morador de 58 anos; “*facilitaria, pois poderia tomar conta dos filhos e trabalhar, tudo no mesmo lugar!*”, argumentou uma jovem mãe moradora; ou ainda “*o trabalho quando é em grupo rende mais. A convivência é importante e se aprende muito*”, disse uma moradora de 54 anos.

Percebe-se que essa organização do movimento dos sem-teto, preocupada com a consistência e durabilidade daquilo que está para além da satisfação da necessidade de moradia, reflete sobre, e almeja, “*a constituição de circuitos econômico-solidários alternativos em seu espírito*” (SOUZA, 2006: 289). A ideia é que esses “circuitos econômicos alternativos” se constituam através de atividades *coletivas* e *autogestionárias* ao estilo das *cooperativas* em seu *sentido de origem* e, dessa forma, reproduzam e estimulem, além de sustentarem (em sentido forte), relações mais solidárias. Não seriam “remendos”, ou simples “alternativas” ao capitalismo que não passam de “mantenedoras de uma temporária paz social”, mas sua importância estaria na manutenção da consciência crítica acerca da produção do espaço urbano e importância dos movimentos sociais nesse processo. Isso faria da *economia popular urbana* diferente de uma simples *atividade informal*, mas uma *economia popular e realmente solidária*.

<sup>124</sup> Dados tabulados em planilhas do Br.Office por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia, LIMA (2010).

O princípio básico que rege a *praxis* dos moradores das ocupações de sem-teto, trabalhadores hiperprecarizados, no momento em que se organizam para a conquista de um direito a moradia na cidade não é só a questão da habitação, mas também uma *legitimação social de certos espaços que não cumprem com sua função na cidade* (cf. Constituição Federal, Art. 182; Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 e MP 2.220/2001).

A criação de espaços de produção e geração de renda dentro das ocupações ajudaria na segurança jurídica da posse (com base na “função social da propriedade”, nas “funções sociais da cidade” a que se referem as leis anteriormente mencionadas), na compatibilização do uso residencial com outros usos e na autogestão dos moradores, já que 10% do que é arrecadado com a comercialização dos produtos das cooperativas seria recolhido para o próprio coletivo, garantindo, assim, a reprodução da própria ocupação em termos de manutenção do prédio, compras emergenciais, ou outras situações definidas pelos próprios moradores.

Atualmente, nas ocupações estudadas, no entanto, muito poucas atividades econômicas (individuais ou coletivas) são realizadas no *interior* dos espaços de moradia, ou mesmo dos espaços de uso coletivo. Quando essas atividades se dão nas unidades domiciliares, ou nos espaços privados da ocupação, a maioria delas está relacionada à alimentação (produção de café, bolo, doces e salgados para a venda em bancas de camelô e ambulantes nas imediações da ocupação), ao artesanato ou algum outro tipo de pequena produção manual (bijuterias, acessórios, utensílios e enfeites para a casa, roupas/costura etc.).

Para os espaços coletivos foram pensadas *cooperativas de trabalho autogeridas*. Há, inclusive, espaços destinados a essa função e que abrigam ou já abrigaram essas atividades nas ocupações, como veremos no próximo capítulo.

Algumas dessas cooperativas chegaram a funcionar, mas encontram-se paradas, ou foram extintas. Outras foram apenas planejadas pelos moradores, e ainda não foi iniciado processo de organização e construção. São elas<sup>125</sup>:

- *Cooperativa de Alimentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga* - Fornecimento de refeições, isto é, produção de “quentinhas” por encomendas para eventos, ou para trabalhadores do entorno da ocupação, na Área Central da cidade. *Em funcionamento*.

---

<sup>125</sup> Retomaremos esse assunto com mais detalhes no próximo capítulo, inclusive com relato de dois desses processos de planejamento e tentativa de regularização das cooperativas que foram acompanhados por nós, do NuPeD.

- *Cooperativa cultural Chiquinha Gonzaga* - Edição de jornais, livros de poesia, artigos escritos pelos moradores ou por apoiadores das ocupações, sobre suas histórias de vida e suas vidas nas ocupações. *Projeto*.
- *Cooperativa de construção civil da Ocupação Chiquinha Gonzaga* – Prestação de serviços de pedreiro, pintor, eletricista e bombeiro. *Projeto*.
- *Cooperativa<sup>126</sup> de Alimentos da Ocupação Quilombo das Guerreiras* – Produção de refeições para eventos. Tem funcionado apenas em ocasião de festas das próprias ocupações, não como uma atividade de geração de renda. *Funcionamento esporádico* (não é a principal, e nem a única, atividade dos moradores envolvidos).
- *Cooperativa de calçados da Ocupação Quilombo das Guerreiras* - Produção de calçados (chinelos e sandálias). *Parada*.
- *Confecção e serigrafia na Ocupação Zumbi dos Palmares* - Produção de camisetas, bandeiras e estampas. Extinta, pois a ocupação foi despejada em fevereiro de 2011. Não era, de fato, uma cooperativa, pois era gerida e organizada por um só morador com a colaboração esporádica de outros. Esse morador tentou, por diversas vezes, montar oficinas de treinamento, cursos, coletivizar o trabalho, mas a urgência em ganhar a vida, em ganhar dinheiro, por parte do próprio e por parte dos demais moradores, sempre se mostrou como um importante obstáculo, para essa e para as demais tentativas citadas. *Extinta<sup>127</sup>*.

O trabalho realizado nas imediações, em locais muito próximos das ocupações (nas calçadas, na esquina, na Rodoviária e na Central do Brasil, por exemplo), como venda de café, bolo biscoitos, em banquetas armadas junto ao portão, ou a comercialização de lanches em carrinhos (pipoca, cachorro-quente, bebidas, milho cozido, churrasquinho etc.), ainda é predominante para os que ganham a vida “trabalhando por conta própria”. Esse tipo de prática e de atividade econômica marca um outro tipo de espacialidade desses trabalhadores: É predominantemente *fora do espaço da ocupação* que se desenvolvem as atividades de produção e geração de renda, e não dentro. Ao menos por enquanto e para a maioria dos moradores. O que não significa que o fato de estarem ali, “compartilhando o mesmo teto”, a mesma moradia, não

---

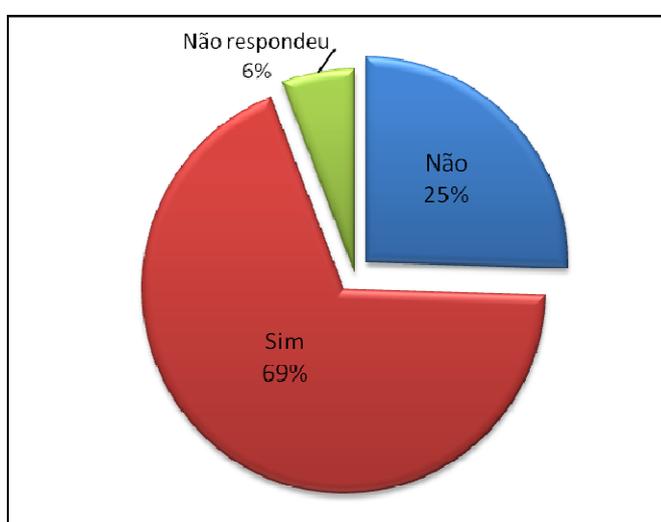
<sup>126</sup> Há ressalvas em considerarmos essa atividade uma “cooperativa”, ainda que o seja enquanto projeto, que retomaremos no capítulo seguinte.

<sup>127</sup> A Ocupação Zumbi dos Palmares foi despejada em fevereiro de 2011.

viabilize ganhos econômicos imediatos e melhorias em termos de qualidade de vida, contribuindo para a organização e a luta coletiva.

Quando perguntamos, nas entrevistas, a respeito da alteração sofrida nos rendimentos dos moradores com a vinda para a ocupação, houve o desdobramento em duas respostas: uma resposta objetiva quanto a essa alteração (sim ou não) e a *qualificação* dessa alteração no caso da primeira ter sido “sim”.

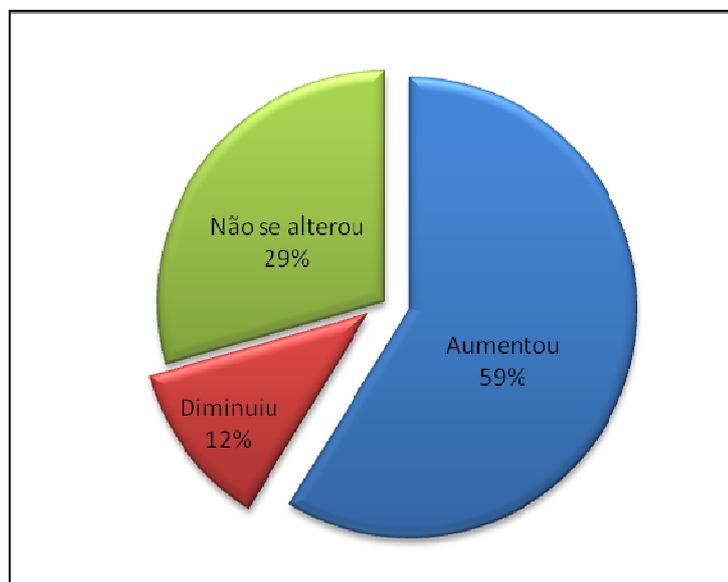
**Figura 30 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Seu rendimento sofreu alteração após a vinda para a ocupação?* - Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>128</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009.

<sup>128</sup> Dados tabulados em planilhas do Br.Office por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia, LIMA (2010).

**Figura 31 - Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Seu rendimento aumentou, diminuiu, ou não sofreu alteração após a vinda para a ocupação?* - Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>129</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009.

Esses dados demonstram que, apesar de ainda não representar uma organização do trabalho coletivo, sob a forma de *experiências econômicas populares e solidárias*, há uma melhora nas condições de vida desses moradores. Essa melhora pode não acontecer por uma transformação direta no trabalho e no seu rendimento, mas acontece de forma indireta, com a maior proximidade do local de trabalho, com a redução dos custos com transporte, com o melhor aproveitamento do tempo que antes era gasto com deslocamentos etc. Pretendemos detalhar melhor os processos e as tentativas de organização de atividades coletivas e cooperativas nas ocupações com as quais colaboramos no próximo capítulo, com dados, relatos e imagens. Nesse capítulo também nos remeteremos ao trajeto percorrido para chegarmos e esse ponto do trabalho: a aproximação, a identificação, as dificuldades e a colaboração.

Para encerrar essa seção com a mesma observação feita nas primeiras linhas acerca da expressão “trabalhador autônomo”, podemos dizer que, hoje, apenas uma *pequena* parcela dos trabalhadores, sejam eles (hiper)precarizados, ou não, dispõe de um relativo grau de autonomia (um intelectual, um artista, um escritor, um professor que trabalhe de forma independente), ainda

<sup>129</sup> Dados tabulados em planilhas do Br.Office por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia, LIMA (2010).

assim, ela é bastante incompleta, se considerarmos as condições a que estão submetidos e o mundo onde estão inseridos, conforme as formulações e os exemplos apresentados até aqui. Nesse momento penso que o trabalhador autônomo, no *sentido libertário*, ainda está para ser socialmente produzido.

## Capítulo 3 – As ocupações e as *ocupações* dos sem-teto

### 3.1 – Plano metodológico: referenciais, estratégias e histórias...

Ainda na fase do projeto de pesquisa, propusemos como metodologia a divisão prática e estratégica do trabalho em dois momentos: a definição e qualificação do tipo de pesquisa que desejávamos e suas etapas específicas de execução. A primeira ajudou a definir o tipo, a estratégia de pesquisa e seus objetivos, algo que sofreu pouquíssimas modificações e reformulações no processo de qualificação e no decorrer da própria pesquisa, o que foi de extrema importância para que o mais próximo possível do cronograma inicialmente desejado.

Nossa pesquisa consistiu de um objeto histórica e geograficamente delimitado do qual se faz uma leitura em escala “macro”, mas que se enraíza empiricamente no estudo do “micro”. Em outras palavras, analisamos e relacionamos dados sobre a percepção das mudanças que atingiram e têm atingido o mundo do trabalho, os empregos, seus aspectos teórico-conceituais e sua aplicação prática nos países centrais e na semiperiferia do capitalismo mundial. Essa análise foi relacionada às teorias sociais e econômicas acerca das práticas econômicas alternativas e solidárias, que poderiam servir de base para a compreensão dos circuitos e práticas econômicas alternativas e informais do *hiperpreariado urbano*. Tendo como objeto empírico as práticas sócio-espaciais de algumas ocupações do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro, passamos então a uma análise pormenorizada de conquistas e fracassos, ganhos já obtidos, oportunidades de (auto)reflexão e compreensão dos obstáculos e derrotas.

Quanto ao *nível* de pesquisa, nossa pesquisa *teórica* foi definida, com base em GIL (1999), como uma pesquisa *exploratória*, visto que esta dependia de um levantamento bibliográfico que recolocasse a questão da *precarização do trabalho* a partir de um outro prisma, isto é, a partir do contexto histórico-geográfico semiperiférico e das estratégias de (re)apropriação do espaço urbano das quais lança mão o próprio *hiperpreariado*.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (...) [S]ão desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de

pesquisa é realizado especialmente quando o tema de pesquisa é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 1999: 43)

A proposta metodológica de geração dos dados primários para o nosso estudo, por sua vez, inscreve-se no campo da *observação participante* (cf. KIDDER, 1987).

Para usar a observação participante como uma técnica de pesquisa, uma pessoa deve ser um membro integralmente participante do grupo em observação ou basicamente um observador, participando apenas de forma eventual. Os observadores participantes, como os antropólogos, inserem-se frequentemente numa situação em que obviamente não são membros autênticos, mas em que podem ser aceitos como amigos e observadores confiáveis. (...) Tal inserção na vida das pessoas que se está estudando é muito diferente da distância mantida pelos experimentadores e investigadores que realizam pesquisas de levantamento. Os últimos frequentemente não sabem nem perguntam os nomes de seus sujeitos de pesquisa tentando, ao invés disso, assegurar-lhes o anonimato e tratar todas as pessoas da mesma forma. Os observadores participantes fazem o contrário; eles tornam-se bem familiarizados com as pessoas que estudam e, conseqüentemente, não tratam duas pessoas da mesma forma. Além disso, os observadores participantes também são envolvidos em interações pelas pessoas que estudam. (KIDDER, 1987: 73)

O que torna esse trabalho fruto de uma pesquisa participante foi o tipo de relação construída entre o pesquisador e o “objeto” de pesquisa, na verdade, outros protagonistas, desde o primeiro contato com o movimento e as ocupações dos sem-teto, até o tipo de relação que temos na atualidade. Esse trajeto não foi curto, tampouco fácil. Demandou disponibilidade, confiança, responsabilidade, acolhimento e, especialmente de minha parte, a compreensão e a aceitação de um outro ritmo e outro tempo de ação e elaboração. Por que? Minha trajetória acadêmica e o tipo de relação que construí com meus objetos de pesquisa nessa trajetória explicam muitas dificuldades enfrentadas (algumas superadas e outras administradas) nesses quase cinco anos de “interação colaborativa”<sup>130</sup> (cf. GRANDI, 2010)<sup>131</sup>.

A tese de doutorado que aqui se concretiza representou muitas mudanças em termos de temas e interesses ao longo de minha formação, desde iniciação científica, passando pelo TCC,

<sup>130</sup> Retornaremos a esse tema um pouco mais a frente.

<sup>131</sup> Essa abordagem vem sendo pensada e adotada como uma característica metodológica por grande parte dos trabalhos realizados dentro do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD/UFRJ) nos últimos anos. O primeiro trabalho a remeter formalmente a tal metodologia foi GRANDI (2010), ainda que tenha surgido a partir de extenso diálogo dentro do Núcleo, motivado pelas reflexões sobre as pesquisas. Essa linha metodológica será analisada em SOUZA (2011) e adotada também em ALMEIDA (2011) e MOREIRA (2011).

dissertação e tese. Minha “origem” em termos de primeiras produções de pesquisa científica está na Geografia Econômica, área em que sempre cultivei interesse pelo tema dos mercados de trabalho e produção. Trabalhei com foco na indústria e regiões industriais por um período relativamente longo. Esse período ajudou a fincar as bases para compreensão e aprofundamento de temas que viriam a ser de extrema importância para a pesquisa atual. O tema da segmentação do mercado de trabalho, a desterritorialização promovida pelos novos arranjos produtivos e as consequências para os trabalhadores, a geografia da reestruturação produtiva no Brasil e no mundo foram temas que permitiram fundamentar as questões colocadas nessa tese. Faço esse breve relato para explicar o porquê das dificuldades citadas acima.

Meu enfoque nessas pesquisas eram os mercados de trabalho que se constituíam e se desfaziam, o processo de desterritorialização causado pela fluidez das novas relações industriais, e não os indivíduos, os trabalhadores como protagonistas. Essa foi uma mudança de grande importância, pois implicou na descentralização da ação analisada e no aprender a lidar com uma diversidade de opiniões, percepções de conjuntura, posições políticas, necessidades e interesses, além de mudar a forma de produção do conhecimento e do “olhar geográfico” sobre o *objeto* que se transforma em *sujeito*. Se antes eu analisava o mercado de trabalho, os arranjos produtivos, as relações industriais, os impactos socioeconômicos, passo agora a trabalhar e tentar compreender os trabalhadores, as suas práticas, identidades, contradições, potencialidades e limites. Essa mudança implica uma profunda transformação na forma de se produzir o conhecimento geográfico, pois nos obriga a construir outros referenciais teóricos e metodológicos e, principalmente, nos conduz a outra forma de olhar, a partir de dentro da ação concreta e cotidiana dos *protagonistas da ação* (conforme a discussão a respeito do protagonismo sócio-espacial desenvolvida por SOUZA, 1988, 2003 e outros; PORTO GONÇALVES, 2002a, 2003 e outros) e não das grandes estruturas sociais.

Quando trabalhamos com objetos da Geografia Econômica, os dados estão relativamente disponíveis em anuários, pesquisas e levantamentos oficiais, as empresas, sindicatos, e órgãos de governo como Prefeituras e Secretarias, possuem serviços especializados que facilitam colher as informações necessárias, ou grande parte delas. As entrevistas são realizadas com maior facilidade, com pessoas que estão, de certo modo, habituadas e esse tipo de abordagem, e até tentam tirar algum proveito disso, fazendo com que os trabalhos de campo sejam realizados com maior rapidez e com menos “inesperados”. Tudo isso muda quando nosso *objeto* passa a ser

*protagonista*: os dados não estão prontos e os trabalhos de campo são imprevisíveis. O levantamento de informações envolve uma dinâmica completamente diferente e cada informação, cada relato obtido, são fundamentais para entender a organicidade dos processos. O envolvimento, a participação e o comprometimento com responsabilidades assumidas são o diferencial nessa pesquisa que constitui uma troca, uma *interação* de fato, por também constituir um aprendizado quotidiano, como ressalta GRANDI (2010: 99):

a preocupação em traduzir as reflexões elaboradas pela pesquisa para a realidade do dia-a-dia do grupo toma nova ênfase (não encontrada diretamente na pesquisa participante ou mesmo na pesquisa-ação). Da mesma forma, conta-se com a busca por, através da pesquisa, colaborar (direta ou indiretamente) para o avanço das conquistas almejadas pela coletividade com a qual se interage.

Esse processo de aproximação e compreensão do funcionamento foi bastante difícil inicialmente. Principalmente a percepção da coletividade e da comunidade na diversidade. Mudar a visão de centralidade e entender que o coletivo também se constrói na divergência, no caos e em meio às diferenças. As primeiras reuniões e atividades do movimento que acompanhei e das quais participei me causaram muita apreensão. As longas e, muitas vezes, intermináveis, discussões, os debates que, para mim, recém-chegada e “por fora” de muitos assuntos pertinentes a cada coletivo e respectivos apoios, pareciam totalmente sem sentido. O longo tempo levado para a tomada de decisões, na definição e concretização dos objetivos, sempre foi uma das grandes ansiedades, mas, também, oportunidade para grande aprendizado. O aprendizado se fundamenta na compreensão de que o tempo-espaço da política na busca de uma democracia plena é bem mais extenso, movediço, instável, e por isso, difícil de atravessar, do que nas decisões centralizadas e nos ambientes empresariais/institucionais formais.

As diferenças em termos de apreensão de dados e participação nas atividades entre as pesquisas que realizei anteriormente e a atual são evidentes. Isso se expressa no ritmo e na velocidade na obtenção de informações e dados que antes estavam pautados na minha capacidade de trabalho e de articulação de fontes de informações e, agora, passa a estar vinculado aos acontecimentos pertinentes ao movimento e suas organizações, do qual eu sou apenas uma colaboradora e que depende, por isso, muito pouco da minha velocidade de trabalho. Posso dizer, por exemplo, que o meu ritmo de trabalho, investigação empírica, coleta de dados e elaboração destes, sempre foi “o ritmo da indústria”, e não o “tempo lento” dos “homens lentos” (cf.

SANTOS: 1996, 2000 e outros) e tive, por isso, que adaptar e aceitar minha nova forma de trabalho de campo.

Com essa pesquisa junto aos sem-teto, tive que aprender muito sobre a *construção coletiva* de ideias, projetos políticos e de propostas de mudança para a sociedade, a vida e o mundo. Sobre como a participação efetiva implica muita comunicação e, conseqüentemente, acordos, convencimento, disputas, conflitos, brigas, colaboração e solidariedade. Esse tem sido para mim, desde então, um exercício – de como o controle, nos projetos que se querem verdadeiramente coletivos, não está no indivíduo, mas no conjunto deles e, desta forma, o tempo de alcance desses projetos não é o que cabe na nossa avaliação, mas o tempo necessário... Estar no movimento para falar a partir de dentro, partilhar muitas propostas, questionamentos e práticas, discordar de outras, e não apenas falar “sobre o movimento”.

Foi difícil estabelecer uma estratégia única de pesquisa para o presente trabalho. Em princípio, optamos pela *pesquisa participante*, por julgá-la importante no estudo e compreensão do conjunto de causas que levam alguns sujeitos ou um grupo social a vivenciar determinadas situações reais que só podem ser compreendidas como tal quando vivenciadas *in loco*. A pesquisa participante sugere ao pesquisador diferentes graus de participação, que podem ir da integração total, a chamada *pesquisa-ação*, à uma observação eventual, que consistiria em um pequeno número de visitas esporádicas e um conhecimento empírico superficial, ou por incorporação de dados secundários.

Dentro desta gama de variáveis optamos por uma situação intermediária: a *pesquisa participante* (cf. BRANDÃO, 1983; THIOLENT, 1985; KIDDER, 1987 e GIL, 1999) e a *interação colaborativa* (conforme formulada e divulgada por GRANDI (2010), com a colaboração prática e analítica de TEIXEIRA, 2009; SOUZA e TEIXEIRA, 2009; ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009; MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009; LIMA, 2010; SOUZA, 2011; ALMEIDA, 2011 e MOREIRA, 2011), que abordaremos na sequência.

Esse método proporcionou a observação em situação natural e aproximação/familiarização por meio de um envolvimento que foi além da observação do espaço, da organização e das práticas da fração estudada do movimento dos sem-teto e seus protagonistas e de cada ocupação de forma singular, também permitiu um envolvimento com as questões que se colocam *no e pelo* movimento/indivíduos, tanto em termos de identificação política com muitos princípios e métodos, quanto em termos de afeto e consideração.

A observação participante difere das outras formas de pesquisa discutidas de forma marcante. Os dados geralmente são qualitativos em vez de quantitativos, e são registrados como notas de campo escritas, em grande parte, de memória. Os observadores participantes se inserem na situação de pesquisa e na vida das pessoas que estudam. Embora as notas de campo e os relatórios de pesquisa usem nomes fictícios, os sujeitos da pesquisa não são anônimos para o observador participante. Eles se conhecem. Os observadores participantes geram e revisam suas hipóteses à medida que coletam os dados, e usam a análise de casos negativos para chegar a conclusões que permanecem verdadeiras para todas as observações, sem exceção. (KIDDER, 1987: 79, 80)

No campo da pesquisa fundada na observação participante, é importante assinalar que a produção do conhecimento não se faz através da relação sujeito e objeto, mas sim *entre dois sujeitos sociais*. Reconhecer o outro como sujeito implica reconhecê-lo como um produtor de conhecimento (cf. CHAUI, 1982). Além disso, a observação participante reconhece a ciência e a técnica como produtos sociais que não são imunes à política, à ideologia e ao poder; ao contrário, a ciência e a técnica são produtos das relações sociais e de poder em determinado contexto sócio-espacial. O *dispositivo*<sup>132</sup> social em que se insere o pesquisador pressupõe determinadas práticas de saber, práticas normativas e, também, práticas de resistência. Saber significa discurso, linguagem e visibilidade. Nesse sentido, o pesquisador carrega valores político-filosóficos e éticos, sejam estes implícitos ou explícitos que, algumas vezes, vão entrar em choque, outras em acordo com o dispositivo que constitui o “objeto” de pesquisa, os sujeitos e suas práticas. Desse encontro resulta uma *des-territorialização*<sup>133</sup> que implica a constituição de um *novo modo de subjetivação* e uma *mudança epistemológica*. Uma nova forma de ver, falar, ser, estar, agir e pensar.

<sup>132</sup> A noção de *dispositivo* de FOUCAULT (2000) vem substituir a noção de “solo epistêmico” que era um argumento especificamente discursivo. Segundo DELEUZE, “[a] novidade de um dispositivo em relação aos anteriores é o que chamamos sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, o que chegamos a ser, quer dizer, o outro, nossa diferente evolução. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do atual*. A história é o arquivo, é a configuração do que somos e deixamos de ser, enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o atual é esse outro com o qual já coincidimos.” (DELEUZE, 1990: 06)

<sup>133</sup> A desterritorialização é o modo pelo qual abandonamos ou destruímos um território, enquanto a reterritorialização é a concomitante retomada ou reconstrução do território, enfatizando sempre que, a partir do momento em que há a desterritorialização, esta *sempre* será acompanhada de um processo de reterritorialização e esta reterritorialização nunca originará um território idêntico ao primeiro, isto é, não será um retorno ao território primitivo, mas sim a criação de um novo (cf. DELEUZE e GUATTARI, s/d). Os autores fazem questão de diferenciar os usos *com* e *sem* o hífen, pois no primeiro caso, com hífen, está implícito o processo de reterritorialização, enquanto no último, não, que significa uma incompletude.

Com relação à *interação colaborativa*, podemos dizer que tal método reflete a presente *estratégia de pesquisa* de forma mais aproximada do que a *pesquisa participante*, puramente, sem que essa última deixe de figurar como nosso referencial metodológico. A *interação colaborativa* acrescenta alguns elementos e propõe diferentes abordagens à chamada pesquisa participante, sem que, para isso, tenhamos que recorrer à pesquisa-ação. Ela transmite, além da noção de uma aproximação entre pesquisador e os protagonistas da pesquisa, também certo compartilhamento de alguns aspectos da vida,

justamente pelo compartilhamento de aspectos que transcenderam aqueles ligados a pesquisa. Foram também além da integração que o compartilhamento de saberes técnico-científicos específicos da formação do pesquisador poderia proporcionar (no âmbito de uma cooperação especializada, por assim dizer). Tratou-se de uma forma de compartilhamento cotidiano também não-especializado, preocupado em estabelecer interações que rompessem radicalmente com hierarquias preestabelecidas (como a que se incrusta no imaginário social atual entre “pesquisador” e “grupo pesquisado”) e, ao mesmo tempo, resguardassem as individualidades dos sujeitos envolvidos nas situações de interação. E nesse sentido que se acredita que esta pesquisa não se encaixa perfeitamente nas acepções de pesquisas participantes típicas, por um lado; por outro, distancia-se também da proposta da pesquisa-ação. (...) Nesse sentido, a *interação colaborativa* parte de um processo de intenso convívio com o grupo sobre o qual a pesquisa trata e com o qual o/a pesquisador/a busca colaborar – radicalizando a aproximação com seu cotidiano através de um compartilhamento intenso (especializado e não-especializado) de diversas dimensões do “mundo da vida”. Ao mesmo tempo, se diferencia de uma pesquisa-ação propriamente dita uma vez que os objetivos da pesquisa não são diretamente discutidos e definidos em conjunto com o grupo com o qual a pesquisa se propõe a interagir. (GRANDI, 2010: 99, 100)

Alguns princípios metodológicos podem ser considerados fundamentais, tanto na *interação colaborativa*, quanto na *pesquisa participante* junto aos movimentos sociais. Para a experiência vivenciada nos últimos cinco anos junto aos sem-teto que resultou no presente trabalho, temos considerado, fundamentalmente, os princípios da *autenticidade e compromisso*, o do *antidogmatismo* e a *restituição sistemática*, como sugerido por BORDA (1999).

A *autenticidade* e o *compromisso* remetem ao fato de que nas lutas populares há sempre um lugar para aos intelectuais, técnicos e cientistas enquanto tais, sem que seja preciso que se utilizem de aparência e interesses que, de fato, não têm, para conseguirem informações e

compreenderem os movimentos. Nesse sentido, os pesquisadores têm apenas que demonstrar honestamente seu *compromisso* com a *causa*, por meio de contribuição específica, ou não específica. É fundamental que os compromissos assumidos sejam, de fato, cumpridos.

Alguns dos integrantes do NuPeD, geógrafos entre os quais eu me incluo, têm procurado colaborar com a luta dos sem-teto no Rio de Janeiro por meio de conhecimentos específicos, no âmbito de uma cooperação especializada, mas, também, por meio de interações quotidianas sem qualquer ligação com uma formação profissional específica. Essa característica tem permitido que a nossa relação com os coletivos e, também, com os indivíduos das ocupações seja uma relação de troca e de confiança, onde eles têm total conhecimento do nosso trabalho, das nossas posições e opiniões e sabem que existe um saber teórico e instrumental ao qual eles podem ter acesso por nosso intermédio. Ao mesmo tempo, a partilha de situações banais, da vida e do dia-a-dia, as comemorações e festas, as alegrias e tristezas, a disponibilidade para partilhar tarefas nesses espaços servem para estreitar laços de confiança, amizade e afastar a imagem de uma relação hierárquica e instrumental entre “pesquisadores e pesquisados”.

No que tange à colaboração especializada, nossa contribuição tem partido, principalmente, do tema da reforma urbana e o direito à cidade por parte das classes populares. A discussão de temas como o planejamento urbano participativo, o auxílio na elaboração de projetos populares para o Centro e Zona Portuária da cidade, na esteira do “projeto de revitalização” proposto pelo governo, a própria discussão sobre o uso de termos como “revitalização”, “requalificação”, “refuncionalização” e “reforma”, entre outros tipos de intervenções nos espaços da cidade, têm sido objeto motivador de fóruns de discussão, encontros de movimentos sociais e ativismos, construção de atos públicos, além de contribuir para a conquista de autonomia por parte do próprio movimento que, com isso, pode ganhar força e consistência para garantir novas conquistas e sustentar aquelas já obtidas.

Como exemplos desse tipo de colaboração especializada de que participamos podemos citar o motivador do primeiro contato que tive com as ocupações do Centro do Rio de Janeiro, no final de 2007, que foi o esforço para regularização e obtenção de financiamento para a Cooperativa de Sandálias e Chinelos da Ocupação Quilombo das Guerreiras (OQG)<sup>134</sup>. Esse contato se deu a partir do ingresso no NuPeD e o contato com seus integrantes que já atuavam junto ao movimento de luta por moradia e realizavam pesquisas relacionadas direta ou

---

<sup>134</sup> Retomaremos esse assunto mais detalhadamente nas próximas seções desse capítulo.

indiretamente a esse tema. Esse primeiro encontro na Ocupação Quilombo das Guerreiras também me apresentou importantes ativistas do movimento dos sem-teto, que iriam se tornar sujeitos de grande significado para a presente pesquisa.

**Figura 32 - Fotos dos calçados produzidos pela Cooperativa da OQG e folhetos de divulgação da mesma, 2007/2008**



Fonte: Arquivo do projeto da Cooperativa da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD (2008).

A experiência com a cooperativa da OQG foi um período de importante aprendizado na economia popular solidária, nos caminhos e obstáculos da regularização fundiária e, como não podia deixar de ser, uma escola para novas experiências de vida. O contato com alguns ativistas do movimento, e da OQG especificamente, transformaram sob vários aspectos, minha forma de ver o mundo e minhas motivações para querer transformá-lo. Ao mesmo tempo, as limitações e

os obstáculos enfrentados pelo coletivo e pelo nosso grupo mostraram que inúmeras são as adversidades e que, infelizmente, as derrotas são mais numerosas que as vitórias, mas isso não pode ser um desmotivador para novas tentativas. Foi um momento de importante coleta de informações e compreensão das estratégias de geração de renda e de sobrevivência dos integrantes do movimento, o hiperpreariado urbano, para a minha pesquisa (ainda no início) e também contribuiu para a produção da monografia de Rafael ALMEIDA (2009)<sup>135</sup>.

Empenhados em auxiliar na organização das atividades de geração de renda nas ocupações, as que já existiam e aquelas que poderiam existir, trabalhamos na organização, em maio de 2008, do *Seminário sobre Economia Popular Urbana na Ocupação Chiquinha Gonzaga*. Nesse seminário foram debatidos temas como trabalho informal, os significados do trabalho e trabalhador “autônomo”, economia popular e solidariedade. Foram discutidas propostas de atividades coletivas para serem realizadas nas ocupações, suas vantagens e desvantagens. Esse seminário rendeu um artigo (SOUZA, 2008c) que destacamos aqui pelas provocações que contém e inquietações que suscita.

**Figura 33 - Seminário sobre Economia Popular Urbana na Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2008**



Foto: Matheus Grandi, 2008. (GRANDI, 2010: 270)

<sup>135</sup> Rafael Almeida, na época (2007 e 2008), era bolsista de Iniciação Científica do NuPeD e estava escrevendo seu Trabalho de Conclusão de Curso. Foi a pessoa com quem trabalhei de forma mais próxima às vésperas de ingressar no doutorado (2007) e no primeiro ano de pesquisa (2008), pelas afinidades temáticas entre o meu projeto de doutorado e o seu TCC. Rafael me ajudou enormemente na pesquisa de dados secundários e primários, nos trabalhos de campo e, por isso agradeço a ele, especialmente.

Outro exemplo desse tipo de colaboração especializada em que podemos destacar a nossa participação foi a realização do *Fórum Contra o Choque de Ordem*, o qual teve início em 13 de janeiro de 2009, com a primeira reunião realizada na Ocupação Machado de Assis, edifício recém ocupado na rua da Gamboa, na Zona Portuária. O Fórum durou até meados de setembro do mesmo ano, totalizando nove meses de diversas atividades em diferentes espaços da cidade. Foram 41 encontros de atividades do Fórum em que estive presente. Essas atividades consistiam em reuniões de planejamento, organização e deliberação, atividades de divulgação e formação, atividades culturais, atos públicos e atividades conjuntas com outras organizações e grupos de trabalho.

Entre as atividades de planejamento, organização e deliberação foram realizados debates e a construção coletiva de um *Projeto Popular de Refuncionalização do Centro e Zona Portuária*, como forma resistência e questionamento, por parte das classes populares, do “choque de ordem”<sup>136</sup> imposto à cidade pelo Prefeito Eduardo Paes no seu primeiro ano de mandato, e das medidas adotadas pelas três esferas de governo no projeto de revitalização do Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro, “*Projeto Porto Maravilha*”.

---

<sup>136</sup> A promoção da política do “Choque de Ordem” foi o primeiro ato do governo Eduardo Paes com a justificativa de que as leis vinham sendo sistematicamente burladas e que a justiça é lenta para dar conta da ordem urbana. Foi adotada uma série de medidas institucionais capazes de viabilizar as ações repressivas, entre elas a criação da Secretaria Especial de Ordem Pública e a redefinição de algumas funções da Guarda Municipal, que resultaram no aumento de suas horas de atuação e na proposta de uso de armas de fogo pelos guardas. Foram lançados também decretos voltados ao controle do crescimento de construções em áreas de preservação (apenas direcionados às favelas, não às áreas de condomínios e casarões de luxo). Dentre as ações repressivas, figuram a apreensão de mercadorias de camelôs [vendedores ambulantes], o recolhimento de moradores de rua para abrigos, a demolição de construções irregulares e despejo de famílias residentes em ocupações e áreas consideradas de risco. Com o início do “Choque de Ordem” as ocupações da cidade do Rio de Janeiro vêm sofrendo constantes ameaças de despejo por parte de Eduardo Paes e do Secretário Municipal de Habitação, Jorge Bittar (PT). Os grandes interesses dessa Prefeitura estão voltados para o lucrativo negócio de entregar à iniciativa privada o Centro e a Zona Portuária, além de compromissos junto ao capital imobiliário em outras partes da cidade, como Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande etc. Exemplos foram os despejos da ocupação Guerreiros do 510 (rua Gomes Freire, Centro) e da ocupação Casarão Azul (rua Rodrigues Alves, 143), integrantes do Fórum Contra o Choque de Ordem. (Texto adaptado de *Passa Palavra*, 30 de março de 2009, “Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro”. Por R.D.P.)

**Figura 34 - Faixas em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro no ato público organizado pelas ocupações de sem-teto do Centro contra o “Choque de Ordem” e o “Projeto de Revitalização do Centro e Zona Portuária”, 2009**



Fotos: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 35 - A manifestação se desloca da Prefeitura para a Central do Brasil pela Av. Presidente Vargas, 2009**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

Esse *Projeto Popular* de moradia e trabalho para Área Central da cidade foi elaborado dentro do Fórum com a participação dos geógrafos integrantes do NuPeD, junto aos integrantes de organizações do movimento dos sem-teto e de outras organizações de movimentos populares como a Rede Contra Violência e o MTD (Movimento do Trabalhadores Desempregados Pela Base).

**Figura 36 - Atividade do Fórum Contra o Choque de Ordem na Casa Amarela, Morro da Providência, 2009 - momento 1**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 37 - Atividade do Fórum Contra o Choque de Ordem na Casa Amarela, Morro da Providência, 2009 - momento 2**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 38 - Material Produzido pelo NuPeD para análise de conjuntura e elaboração do Projeto Popular de Refuncionalização da Zona Portuária, 2009**



Foto Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 39 - Material Produzido pelo NuPeD para análise de conjuntura e elaboração do Projeto Popular de Refuncionalização da Zona Portuária, 2009**

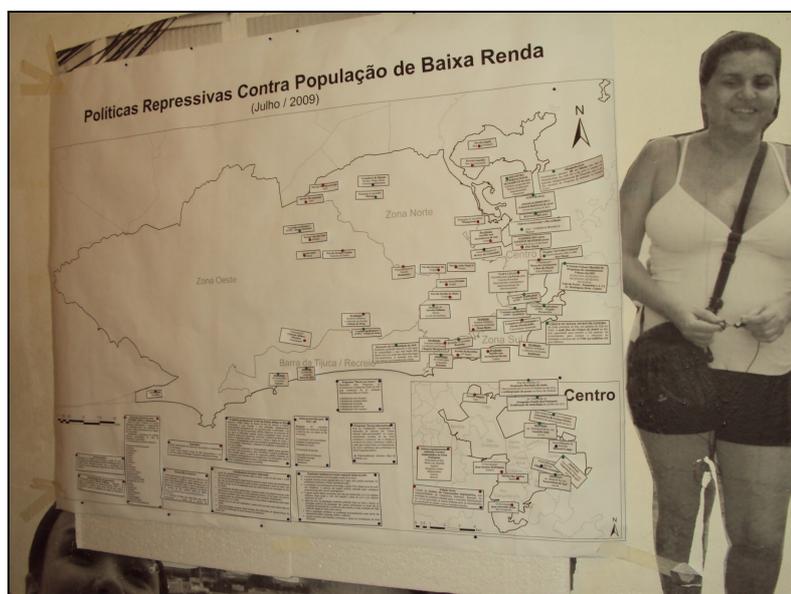


Foto Tatiana Tramontani Ramos

O objetivo do projeto era colocar em pauta a legítima participação popular nos processos de decisão e implementação de transformações para a região do Centro, Zona Portuária e outras áreas da cidade. Isto é, que a população de baixa renda, justamente aquela que está mais exposta aos “contratempos” do poder público, moradores de favelas, ocupações de sem-teto, camelôs e ambulantes, pudessem alcançar uma participação efetiva e estar inseridos de forma ativa nesses tipos de políticas. Algo que se tornou ainda mais preocupante com a eleição da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, acelerando e tornando mais violento o processo de expulsão da população de baixa renda do Centro e Zona Portuária da Cidade.

A produção e divulgação desse *Projeto* pôs em articulação e diálogo cerca de 25 comunidades<sup>137</sup> de várias regiões da cidade (Centro, Zona Norte, Zona Oeste) e da Baixada Fluminense. Os encontros e as discussões se revezaram em 10 comunidades<sup>138</sup> e espaços culturais com atividades e reuniões. Dessa articulação e diálogo resultaram a realização de manifestações públicas de caráter político, como dois atos públicos: um deles realizado na Central do Brasil (março de 2009), e outro em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro (agosto de 2009, mostrado nas fotos anteriores), bem como a adesão do Fórum ao “Grito dos Excluídos” em setembro de 2009.

---

<sup>137</sup> Remetendo a algumas das que registrei nas reuniões do Fórum Contra o Choque de Ordem constam: Ocupação Machado da Assis (Gamboa - despejada), Ocupação Quilombo das Guerreiras (Santo Cristo), Ocupação Zumbi dos Palmares (Saúde - despejada), Ocupação Chiquinha Gonzaga (Centro), Ocupação Guerreiros do 510 (Centro – despejada), Comunidade Anastácia (Centro – despejada), Ocupação Flor do Asfalto (Santo Cristo), Comunidade Portelinha (Centro), Morro da Providência, Ocupação Anita Garibaldi (Centro), Ocupação Manoel Congo (Centro), Ocupação Vila da Conquista (Jacarepaguá), Ocupação Alípio de Freitas (Centro), Ocupação José Oiticica (Centro), Ocupação Joana D’Arc (Centro), Ocupação Rosy Paes Barreto (São Cristóvão), Favela do Metrô (Maracanã/Mangueira- removida), Casarão Azul (Saúde - despejada), Comunidade Campo Belo (Nova Iguaçu), Chapéu Mangueira (Leme), Timbau - Complexo da Maré, Ocupação Constituição 21 (Centro), Ocupação Regente Feijó 23 (Centro), Ocupação Riachuelo 17 (Centro), Ocupação Sacadura Cabral 115 (Saúde), Ocupação Pedro Ernesto 24 (Gamboa), Vila Autódromo (Recreio dos Bandeirantes – parcialmente removida), Vila Taboinhas (Vargem Grande - removida). Após o fim do Fórum Contra o Choque de Ordem perdemos contato com muitas dessas comunidades e não temos todas as informações sobre despejos e remoções sofridas.

<sup>138</sup> Estive em reuniões e encontros para realização de atividades nos seguintes espaços: Ocupação Machado da Assis, Ocupação Quilombo das Guerreiras, Ocupação Zumbi dos Palmares, Ocupação Chiquinha Gonzaga, Ocupação Guerreiros do 510, Comunidade Anastácia, Ocupação Flor do Asfalto, Comunidade Portelinha, Casa Amarela – Morro da Providência, Ocupação Manoel Congo, Centro de Cultura e Sociedade CCS-Vila Isabel, Centro Cultural Ação da Cidadania (Saúde).

**Figura 40 - Participação de ativistas do Fórum Contra o Choque de Ordem no Grito dos Excluídos 2009**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

O Fórum Contra o Choque proporcionou a produção de um documentário sobre quatro das Ocupações aqui estudadas e dele participantes, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Chiquinha Gonzaga e Machado de Assis. O documentário foi intitulado “Justa Causa” e teve grande repercussão entre as atividades do Fórum, motivou reuniões e debates em diversas comunidades e foi exibido, ainda, no projeto “Domingo é dia de Cinema” do *Odeon* (Cinelândia) em abril de 2009 e em um seminário realizado na OAB-Rio, promovido pelo Fórum e pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2009.

**Figura 41 - Seminário realizado na OAB-Rio, promovido pelo Fórum Contra o Choque de Ordem e pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**



**Sentados à mesa, da esquerda para a direita: Eduardo (morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga), Elaine Freitas (apoio das ocupações de sem-teto ex-integrante da FLP), André de Paula (advogado da FIST), Maria Lúcia de Pontes (Defensora Pública do RJ) e Alexandre Mendes (Defensor Público RJ), 2009.**

Foto: Tatiana Tramontani Ramos

As atividades do Fórum ainda se ocuparam de oficinas, atividades culturais e um ato público em desagravo ao despejo da Ocupação Guerreiros do 510 após um misterioso incêndio<sup>139</sup> ocorrido no edifício na rua Gomes Freire em 19 de maio de 2009. Os moradores ainda permaneceram acampados na porta o edifício durante alguns dias, mas foram violentamente retirados pela Prefeitura em 23 de maio de 2009. Alguns desses moradores foram abrigados por outras ocupações integrantes do Fórum, como a Ocupação Quilombo das Guerreiras, Ocupação Machado de Assis, outras ocupações cederam espaço para que fossem guardados os pertences retirados do prédio (Ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares). O despejo da Ocupação Guerreiros do 510 foi uma derrota muito significativa para o Fórum Contra o Choque

<sup>139</sup> Informações apontam a possibilidade de que o incêndio não tenha sido acidental. O incidente motivou a ordem de desocupação por alegação de risco iminente de desabamento por parte da defesa Civil, a despeito do edifício ter estrutura bastante sólida, ser todo em concreto armado, por antes abrigar um estacionamento vertical. Esse despejo causou um abalo muito grande no Fórum Contra o Choque de Ordem, já que os moradores dessa ocupação eram bastante engajados nas atividades. Esse, talvez, tenha sido um dos motivos para o enfraquecimento das atividades do Fórum.

de Ordem, pelo tipo de questionamento que era colocado pelo grupo: as remoções e despejos arbitrários em função de uma “revitalização” de certos espaços da cidade (Centro, bairros da Zona Portuária e Lapa) para as classes altas, a perseguição ao trabalho dos camelôs, às ocupações, às favelas e aos moradores de rua.

O amargo despejo da ocupação da rua Gomes Freire e a falta de opção de moradia para os seus antigos moradores levaram a uma articulação emergencial para um novo processo de ocupação que resolvesse, ainda que temporariamente, o problema daquelas pessoas, especialmente das que estavam na rua. Normalmente um processo de ocupação implica meses de estudo, formação coletiva, cadastramento, preparação e, ainda assim, muitos processos não têm sucesso na primeira, na segunda e nem na terceira tentativa. No entanto, nesse caso, a urgência levou a uma articulação apressada em encontrar um novo prédio para ser ocupado, o que aconteceu em cerca de um mês. Em 22 junho de 2009 foi ocupado um prédio pertencente ao INSS na Rua Mem de Sá, na Praça da Cruz Vermelha. A ocupação não se manteve por uma semana e foi novamente despejada em 26 do mesmo mês, sendo considerada uma das mais violentas já vivenciadas por ativistas experientes e apoiadores.

A desocupação foi feita pela tropa de choque da Polícia Militar do RJ, com apoio da Polícia Federal, mas não havia brecha para qualquer instância de diálogo como a defensoria pública, ou de proteção como o conselho tutelar e corpo de policiais femininas. Houve utilização indiscriminada de balas de borracha, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta, além da prisão de ativistas e apoiadores, os quais foram agredidos por policiais.

**Figura 42 - Prédio ocupado na Rua Mem de Sá, 234, Centro, 2009**



Foto: Chapolim (morador da Ocupação Flor do Asfalto)

Esse novo despejo causou um sentimento ainda mais desolador e contribuiu, de fato, para que o Fórum Contra o Choque de Ordem tivesse seus dias contados, até setembro do mesmo ano. Ainda aconteceram reuniões, mas a preocupação voltava-se para o futuro das demais ocupações do Centro e Zona Portuária, sob ameaças semelhantes à que aconteceu à Gomes Freire e para o futuro daquelas pessoas que não tinham mais onde morar. A preocupação com os casos particulares a cada ocupação e a preparação para uma segunda tentativa de conseguir moradia para os desabrigados da Gomes Freire sugou as energias do Fórum que teve as atividades encerradas em setembro de 2009.

Metodologicamente, talvez o mais importante a registrar em termos de minha participação no *Fórum Contra o Choque de Ordem* tenha sido o contato com pessoas, dados e informações preciosos para a compreensão das *práticas sócio-espaciais do hiperpreariado no Rio de Janeiro*.

Justamente pelo fato do Fórum extrapolar o universo das ocupações com as quais eu trabalho e ganhar uma proporção muito maior em termos de espaços populares diversos na cidade, pude ter contato, vivência e reunir importantes informações sobre esses *trabalhadores*, seu dia-a-dia e principais dificuldades.

O Fórum, em termos gerais, tinha como objeto motivador justamente a questão do *trabalho* e da *moradia*. Fundamentalmente o direito ao trabalho, mas não apenas isso, ao trabalho em determinados espaços da cidade, já que sob determinado aspecto, a luta por moradia no centro se justifica através de uma argumentação calcada na necessidade e disponibilidade de postos de trabalho e oportunidades de serviços nessa área. Os sujeitos diretamente atingidos pela política repressiva do Choque de Ordem da Prefeitura do Rio de Janeiro são os trabalhadores hiperprecarizados da cidade, seja na proibição do exercício de sua profissão, trabalho, ou fonte de renda individual e familiar, seja no cerceamento do seu direito de usufruir da cidade com liberdade como qualquer cidadão. A proibição do comércio de rua, a perseguição aos ambulantes e camelôs, a remoção, ou intervenção em áreas de comércio popular da cidade (Central do Brasil, Uruguaiana, entorno da Rodoviária entre outras) atinge diretamente esses trabalhadores sem oferecer outras possibilidades.

A remoção de favelas e o despejo de ocupações na Área Central, por sua vez, também impedem o trabalhador pobre de morar próximo do seu trabalho ou de oportunidades de trabalho e não cria condições de moradia digna e oportunidades de emprego em outras partes da cidade ou da região metropolitana. Dessa forma, os questionamentos e a indignação tornaram-se evidentes e avolumaram-se, de maneira que alguns encontros do Fórum Contra o Choque de Ordem chegaram a reunir 80 pessoas<sup>140</sup> em ocupações do Centro em reuniões que facilmente passavam das 23 horas e chegavam à meia noite em dias de semana. Esses não são dados desprezíveis. Eram trabalhadores e trabalhadoras ameaçados em seu trabalho, em suas residências, ou ambos, desesperados e que viam naquele espaço, naquelas assembleias, oportunidades de transformar a realidade, evitar o que parecia inevitável, ou simplesmente desabafar.

Pude entender muitas coisas a respeito de *precariedade* e *hiperprecariedade*, *práticas espaciais insurgentes*, *espaços de esperança* e de *exclusão*, nesses e a partir desses espaços de

---

<sup>140</sup> Participei de reuniões na Comunidade Anastácia (Rua General Caldwell), na Ocupação Guerreiros do 510 (Rua Gomes Freire) e na Ocupação Flor do Asfalto (Av. Rodrigues Alves), por exemplo, onde a lista de presentes indicava esse número de participantes.

convivência, durante esse período, convivendo com essas pessoas: sem-tetos, moradores de favelas e ocupações, camelôs, ambulantes, jovens, adultos, crianças e idosos, guerreiros urbanos.

Ainda no ano de 2009, em novembro, foi realizado um grande encontro no município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que recebeu o nome de “(Re)Unindo Retalhos: crise e capitalismo, caminhos para a superação”. A ideia do encontro surgiu de uma confraternização dos leitores do Jornal Voz das Comunidades (JVC), organizações e movimentos sociais atuantes junto às causas populares, realizada na Ocupação Chiquinha Gonzaga em agosto de 2009. Nessa confraternização foi unânime a constatação da importância da realização de um encontro com a finalidade específica de discutir mais aprofundadamente os problemas socioeconômicos vivenciados sob o sistema capitalista, suas causas e alternativas.

A opção pela realização do encontro na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, se deu pela importância desses municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro para a composição da economia do estado, abrigando grande parte da mão de obra que trabalha na produção de riquezas para o país. São cerca de três milhões de pessoas, distribuídas em mais de dez municípios que padecem de falta de infraestrutura, transporte deficiente, baixos salários e indicadores de qualidade de vida bastante insuficientes.

Era sabido que, ao longo de muito tempo, vinham sendo travadas muitas lutas por diversos movimentos e organizações sociais. Alguns desistiram, outros foram derrotados, outros se mantinham há muitos anos (como é o caso do Movimento das Comunidades Populares - MCP) ou bem menos tempo, como as ocupações da variante por coletivo do Centro e Zona Portuária. O isolamento dessas iniciativas não vinha ajudando em suas conquistas e os resultados se mostravam desanimadores diante da perspectiva do Rio de Janeiro sediar megaeventos esportivos e culturais nos próximos anos. Dessa forma, o Encontro *Reunindo Retalhos* teve como objetivo reunir movimentos, ativismos organizações e ativistas, de diferentes origens (bairros da cidade ou outros municípios do estado do Rio de Janeiro), para discutir a crise econômica e propor estratégias de mudanças para as classes populares, com base na identificação de problemas comuns, na comunicação construtiva e na ação conjunta, organizada e articulada.

Apesar das diferenças em termos de organização, procedimentos e bases teóricas, esses grupos aproximavam-se no sentido de constituírem uma parcela da esquerda que rejeita, à princípio, o direcionamento e o aparelhamento partidário, assim como não acredita na democracia representativa como possibilidade de avanço para as camadas populares,

especialmente. Esse encontro se constituía, predominantemente, de ativismos e organizações de base popular na busca do diálogo e do fortalecimento de suas iniciativas particulares a partir da construção de projetos coletivos e do apoio mútuo. O encontro foi um sucesso, reuniu uma centena de pessoas de diferentes organizações<sup>141</sup> e localidades da região metropolitana, durante um dia inteiro, em um feriado, um domingo, em novembro de 2009.

**Figura 43 - Participação do Reunindo Retalhos no Grito dos Excluídos, 2010**



Foto: Centro de Mídia Independente (CMI-Brasil).

---

<sup>141</sup> GIC e UJP da Comunidade Chico Mendes; Sindicato dos Metroviários do RJ; Assembleia Popular; Pré-Vestibular Comunitário do Morro da Providência (RJ); Centro de Mídia Independente (CMI); Ocupações/Movimentos de Luta Pela Moradia; Rede Contra Violência; GIC Campo Belo (Nova Iguaçu); Estudantes Universitários que apóiam as ocupações do Centro e Zona Portuária (UFRJ, UFF e UERJ); Pastorais Sociais Católicas; Grito dos Excluídos; Cáritas; Fist (Frente Internacionalista dos Sem-Teto); MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados); Coletivo Lênin.

**Figura 44 - Participação do Reunindo Retalhos no Grito dos Excluídos, 2010**



Foto: Centro de Mídia Independente (CMI-Brasil).

O Reunindo Retalhos se manteve como um fórum de discussão após o encontro, mas se desmembrou em diferentes grupos de trabalho que focavam questões, afinidades e necessidades específicas. Os GTs organizados foram: Moradia, Comunicação, Transportes e Economia Solidária. No dia do primeiro encontro, em novembro de 2009 e nas primeiras reuniões, no início de 2010, chegaram a surgir propostas para outros GTs como Educação, Saúde, mas nenhum chegou a se constituir e se reunir de fato, a não ser os quatro primeiros.

Esses quatro GTs ocuparam-se de atividades de articulação, informação e divulgação, com produção de folders, cartazes, textos impressos, um blog, um programa na Rádio Pulga, rádio livre transmitida do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), chamado “Comunicando Retalhos” (atividades do GT Comunicação); produção de cartilhas com orientações contra abusos em operações de despejo, oficinas jurídicas para orientação e assessoria de ocupações, apoio às ocupações existentes e organizações para novos processos (atividades do GT Moradia); articulação com o Movimento Passe Livre e reivindicações relacionadas à qualidade e segurança dos transportes públicos (atividades do GT Transportes); e, por fim, o debate em torno da construção de alternativas de trabalho para os moradores de ocupações, favelas e bairros da periferia metropolitana, o hiperpreariado urbano, que vive

predominantemente de atividades informais, bastante precárias, de baixíssimo rendimento e grande instabilidade (atividade do GT Economia Solidária, do qual eu participei durante toda a sua existência). A ideia era que se pudesse chegar a alternativas econômicas que garantissem maior qualidade de vida e maior autonomia para os trabalhadores como, por exemplo, a criação de cooperativas de trabalho autogeridas nas ocupações e o GIC do Reunindo Retalhos.

O projeto do GT Economia Solidária teve a participação, durante todo o tempo, do MCP (Movimento de Comunidades Populares) que trazia uma larga experiência no campo da economia solidária, com atividades de produção, venda, prestação de serviços e investimento coletivo espalhadas em todo o Brasil, como vimos no capítulo anterior. Foi atuando junto ao GT Economia Solidária que tive contato com os ativistas do MCP e com o GIC, o Grupo de Investimento Coletivo mencionado anteriormente.

O GT Economia Solidária promoveu, em maio de 2010, a realização do *I Encontro de Experiências de Economia Solidária*, na Ocupação Chiquinha Gonzaga. Ao todo, 15 experiências<sup>142</sup> em atividades econômicas solidárias se apresentaram no evento, entre atividades de produção, prestação de serviços e investimento coletivo. O Encontro motivou a ideia de se criar um *GIC do Reunindo Retalhos*, inspirado e orientado pelas demais experiências de GICs participantes do evento, e que acabaria se tornando um importante elo entre as comunidades que dele participassem, servindo como mais um elemento motivador de diálogo, projetos conjuntos e apoio mútuo.

---

<sup>142</sup> *Cooperativa de Alimentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, Grupo Faísca* (Cooperativa de divulgação e distribuição de livros libertários do CCS), *Cooperativa de Costura e Customização do CCS, GVC – Mercadinho Chico Mendes* (Grupo de Vendas Coletivas do MCP da Comunidade Chico Mendes/Pavuna), *GTC – Oficina Mecânica Cooperativada da UJP* (Grupo de Trabalho Coletivo da União da Juventude Popular – jovens do MCP, atuam no conserto de máquinas de lavar roupa e outros eletrodomésticos), *GIC – Chico Mendes* (Grupo de Investimento Coletivo do MCP, Comunidade Chico Mendes/Pavuna), *GIC – Metrô, GIC – Campo Belo* (Nova Iguaçu/RJ), *GIC – São Paulo, Cooperativa Manjerição* (cooperativa de alimentação vegetariana), *Associação de Pais e Professores da Escola Leonardo Boff* (Escola autogerida localizada em Petrópolis/RJ), *Cooperativa de Reciclagem de São João de Meriti/RJ, Cooperativa de Coleta de Óleo Vegetal do Complexo do Alemão, Cooperativa de Trabalho e Agroecologia Florear/Feira da Roça* (agricultura familiar de São João de Meriti, e produção/comercialização de produtos orgânicos, de Nova Iguaçu e Queimados), *Coletivo A* (Produção Gráfica e Editora).

**Figura 45 - Abertura do I Encontro de Experiências de Economia Solidária, na Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2010**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 46 - Apresentação do Grupo de Investimento Coletivo (GIC) no I Encontro de Experiências de Economia Solidária, na Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2010**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 47 - Apresentação da Escola Leonardo Boff (Petrópolis, RJ) no I Encontro de Experiências de Economia Solidária, na Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2010**

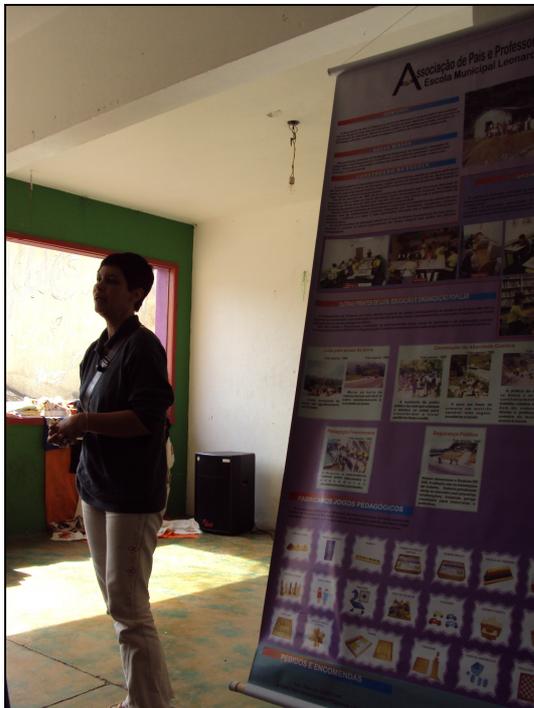


Foto: Tatiana Tramontani Ramos

A ideia teve repercussão positiva entre os participantes e nas ocupações, porém não foi acolhida, na prática, por moradores de nenhuma comunidade ou grupo participante, o que acabou inviabilizando a criação do GIC-RR. A não criação do GIC-RR, por sua vez, criou a oportunidade, ou a alternativa mais viável, que foi a fundação do GIC-Metrô, em agosto de 2009.

Alguns dos ativistas que participaram do Encontro do Reunindo Retalhos em Nova Iguaçu e que aderiram aos Grupos de Trabalho (GTs) do RR pertenciam ao MCP e tinham contato, ou integravam algum GIC (Campo Belo/Nova Iguaçu, Chico Mendes/Costa Barros/Pavuna). Esses ativistas tinham, também, contatos com funcionários da empresa Metrô-Rio (um deles é empregado da empresa) e surgiu, então, a ideia de criar o GIC-Metrô que viria para sanar a necessidade de um GIC como grupo de investimento coletivo popular na Área Central da cidade, que atendesse as comunidades dessa área (especialmente as ocupações e favelas) e, ao mesmo tempo, atendesse, também, os próprios funcionários do Metrô, até então sujeitos apenas aos serviços bancários e às “caixinhas” existentes na empresa. O GIC-Metrô ganhou logo muitos investidores entre os funcionários, alguns de fora da empresa, mas quase nenhum morador de ocupação ou favelas *da Área Central*, como vislumbrava o objetivo inicial.

Nesse ponto nos deparamos com o fato de que nem sempre é fácil construir alternativas de forma *conjunta*, que exijam parcelas de responsabilidades e doação de tempo e esforço. Esse foi, muitas vezes, um dos meus principais questionamentos e esteve entre as situações que mais me acusaram incômodo: o quanto os apoiadores das ocupações (no caso falo das ocupações, pois se tratam especificamente do tema em que mais me aprofundei), entre os quais me incluo, assumem em termos de responsabilidades, tarefas, e até conflitos, e o quanto isso, de fato, é, também, motivo de engajamento para os próprios moradores. O fato de não conseguirmos nenhum morador que se interessasse, se dispusesse, por um período que fosse, a assumir as tarefas do GIC foi apenas um exemplo de tantas outras situações em que apoiadores, ativistas de outros movimentos e organizações assumiram tarefas e responsabilidades que diziam respeito exclusivamente às ocupações. Inúmeras foram as reuniões em que a porcentagem de moradores presentes era de longe superada por não-moradores. Nessas situações eu me perguntava se tudo aquilo era válido, se tinha algum sentido de existir, na medida em que não cumpria um papel elementar que era envolver os próprios *sujeitos* em questão. No entanto, essa é uma questão delicada e na qual incidem diversos elementos. Tentaremos colocar alguns deles.

Os primeiros elementos são o par prioridade/necessidade. O que é prioridade e o que não é em situações de pobreza, ameaças, abusos, medo, entre outros fatores? É sempre muito complicado dosar a nossa medida de “prioridade”, e “necessidade”, enquanto pesquisadores – ainda que envolvidos afetivamente com a causa da pesquisa – de forma que se equiparem à medida dos principais interessados, os moradores das ocupações. O segundo tem um caráter menos prático, e mais político, que é o fato de que nem todos, ou, na realidade, uma minoria dos moradores das ocupações estarem envolvidos e atuantes nas discussões e nas práticas do movimento dos sem-teto. Sua participação se restringe aos momentos de ocupação e de ameaças sofridas pela mesma (despejo, interdição, invasões de estranhos e possíveis ameaças aos moradores), afora essas situações e as assembleias dos coletivos (de periodicidade definida pelo mesmo, que pode ser semanal, quinzenas, mensal etc. e na qual a presença dos moradores é obrigatória), o dia-a-dia desses moradores acaba sendo muito mais voltado para os interesses familiares e individuais, do que do coletivo ou do movimento a que pertencem. Essa falta de interesse pelas questões que demandam uma discussão prévia, debates às vezes inflamados, tempo e energia, ocorre por diversos motivos que vão da destinação do tempo “livre” à família, ao descanso, aos “trabalhos extras”, passam pelos conflitos do cotidiano, como brigas entre

vizinhos, discordância com determinadas práticas e procedimentos de um ou alguns, até o ceticismo em relação a possíveis mudanças e ganhos em curto prazo (o que não esconde uma dose de imediatismo difícil de controlar até mesmo em nós pesquisadores).

Com essa breve observação que não quer ter um tom depreciativo, mas crítico, na medida da constatação de que o pacto político nas questões que norteiam o movimento dos sem-teto, como a luta por moradia, o direito à cidade, o planejamento participativo, entre outros, e o apoio à luta de um movimento social por parte de estudantes de qualquer nível, pesquisadores, organizações sociais e políticas, não substituem a participação dos próprios sujeitos que são parte daquela organização sócio-espacial, a ocupação. Ao contrário, remete ao outro princípio mencionado por BORDA (1999) que é o do *antidogmatismo*, segundo o qual para saber se o trabalho científico com grupos de base é ou não politicamente amparado e é cientificamente útil, precisa-se avaliar a capacidade da própria organização política em assimilá-los e respeitá-los, conferindo a todos a autonomia que lhes cabe.

Não estamos falando de uma total falta de interesse da parte dos moradores, mas é possível dizer que uma minoria deles efetivamente se ocupa, por vontade espontânea, de tarefas, funções e atividades para o coletivo, sejam elas atividades fundamentais como a geração de trabalho e renda para as famílias, ou alguma forma de facilitação econômica, como o GIC do Reunindo Retalhos, que atenderia às ocupações; ou consideradas menos essenciais, como atividades de reforço escolar para as crianças e adolescentes, atividades lúdicas como jogos e brincadeiras etc.

É claro que existe uma nítida diferença entre essas ocupações organizadas por coletivos (da “*variante por coletivo*”, cf. SOUZA e TEIXEIRA, 2009), e as ocupações organizadas e apoiadas por entidades e organizações de movimentos sociais, como a FIST, o MTST, o MSTC entre outros. As primeiras conquistaram, por sua forma de atuação interna e externa, uma participação muito mais democrática por parte de seus moradores no que diz respeito às decisões e medidas adotadas. As últimas são ocupações onde a forma com que são tomadas as decisões e o envolvimento dos moradores nas mesmas diferenciam-se do que entendemos por autogestão. Não queremos dizer com isso que as ocupações da variante por coletivo não vivenciam problemas, conflitos e verdadeiros impasses. Ao contrário, esse é o dia-a-dia desses moradores em suas práticas e reuniões deliberativas. No entanto é necessário reconhecer que a possibilidade de

conquista de uma situação o mais próxima possível da autonomia e da autogestão é muito mais real nessa forma de organização do que nas ocupações de variante hierárquica.

Retomamos esse assunto para reafirmar que a forma de organização horizontalizada pode não ser um passaporte para a plena participação e o engajamento da parte dos moradores – tanto que muitos fracassos tiveram como um dos motivos essa falta de participação – mas mantém um horizonte de possibilidade para esse tipo de iniciativa, enquanto em outras formas de organização o peso da estrutura e da hierarquia pode solapar pequenas iniciativas individuais que serviriam para fertilizar o terreno para experiências maiores e de sucesso.

A aproximação do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e a participação conjunta em atividades entre grupos de pesquisadores, ativistas e moradores mobilizados, ou não, se faz, sempre, no sentido de contribuir naquilo que cabe ao nosso papel enquanto profissionais e cidadãos, nunca no sentido de “aparelhar” ou “instrumentalizar” o movimento, estabelecendo hierarquias, colocando decisões de “cima para baixo”. Ao contrário, a organização horizontal das assembleias, reuniões e coletivos, almeja justamente a autonomia individual e coletiva, pressupondo que a participação é fundamental não só no que tange a “tomada de decisões”, mas no que diz respeito à discussão e ao caminho percorrido que leva até ela. A construção conjunta de conhecimentos e estratégias de trabalho. Viabilizar o acesso à política implica, antes de tudo, a assimilação do que isso significa e quais implicações expressam para a vida em sociedade. Enfim, não há como definir e prever aquilo que é de interesse, que faz parte do rol de prioridades, que agrada, ou tem significado em se tratando de pessoas, que têm uma formação social, política, uma história de vida e uma realidade social e econômica que configuram o que são e o que desejam.

O fórum Reunindo Retalhos foi oficialmente encerrado no dia 11 de setembro de 2011, após quase dois anos de atividades bem e mal sucedidas e muitas experiências acumuladas. Assim como foi com o Fórum Contra o Choque de Ordem, muitas explicações baseadas em vários elementos e correlações podem ser enumerados para o fim dessa organização e dos grupos que dela derivaram, especialmente os fracassos. A dificuldade em dar continuidade aos projetos sem o engajamento das bases (moradores das ocupações, das favelas e comunidades ameaçadas pela violência criminosa, policial e do Estado, trabalhadores desempregados, camelôs e ambulantes, ativistas de movimentos sociais diversos), como foi o caso das tentativas de constituição das cooperativas e do GIC-RR; e, também, o fracasso de duas tentativas de ocupação

realizadas durante esses dois anos, por parte do *coletivo Guerreiro Urbano*, que se constituiu a partir do trabalho dos participantes do GT Moradia do RR, talvez sejam os mais significativos.

A primeira ocupação do Coletivo Guerreiro Urbano foi realizada por 50 famílias em 1º de novembro 2010, em um prédio na Rua Sara número 85, no bairro do Santo Cristo. O prédio pertence ao INSS e está abandonado há mais de 10 anos, descumprindo o princípio da função social da propriedade determinado pela Constituição Federal.

**Figura 48 - Desocupação do prédio da Rua Sara. Coletivo Guerreiro Urbano, 2010**



Foto: Chapolim (morador da Ocupação Flor do Asfalto)

**Figura 49 - Desocupação do prédio da Rua Sara. Coletivo Guerreiro Urbano, 2010**



Foto: Chapolim (morador da Ocupação Flor do Asfalto)

A segunda tentativa se deu em 13 de dezembro de 2010, em outro imóvel do INSS localizado na Rua Mem de Sá 234, edifício este que já havia sido ocupado anteriormente pelos moradores despejados da ocupação da Rua Gomes Freire, 510.

Ambos os processos tiveram duas características marcantes em comum: o fato do tempo entre a ocupação e o despejo ter durado menos de 24 horas e a extrema violência<sup>143</sup> com que os ocupantes foram retirados do imóvel, bem como contra os apoiadores que encontravam-se do lado de fora do imóvel, retratos de um Rio de Janeiro em pleno processo de “limpeza” e “revitalização”, que reproduz a exclusão dos pobres da Área Central, ainda que às custas de muitos abusos e violência.

---

<sup>143</sup> Houve, mais uma vez, o uso indiscriminado, irresponsável e intencionalmente violento de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta e balas de borracha contra os manifestantes e ocupantes, em pleno centro da cidade, à luz do dia (por volta do meio dia). Ruas foram fechadas e a cena lembrava uma guerra: feridos, correria, desespero e prisões arbitrárias. Relatos de ativistas e apoiadores, bem como imagens e vídeos dos despejos podem ser obtidos em <http://pelamoradia.wordpress.com/guerreiro+urbano>.

O processo de organização da Ocupação Guerreiro Urbano envolveu o GT-moradia do Reunindo Retalhos por quase um ano, prolongando-se por todo o ano de 2010, com duas tentativas fracassadas. Essas frustrações associadas ao esmorecimento de outros grupos de trabalho (GT-transportes e GT-comunicação), resumiram o Reunindo Retalhos às atividades do GT-Economia Solidária, durante todo o ano de 2011, o que tirava totalmente o sentido proposto no encontro inicial de novembro de 2009. Após algumas assembleias esvaziadas que tentavam entender os fracassos, traçar rumos e tomar decisões para o grupo decidiu-se pelo encerramento das atividades do Reunindo Retalhos em setembro de 2011, o que não impediu, no entanto, que o grupo que constituiu o GT Economia Solidária continuasse atuando nessa área.

Assim como ressaltai a importância em termos de metodologia da minha participação nos encontros atividades e reuniões durante os nove meses de existência do Fórum Contra o Choque de Ordem, resalto aqui a mesma importância para o Reunindo Retalhos durante quase dois anos. Foi participando do Reunindo Retalhos que aprofundi conhecimentos teóricos (tendo que estudar para desenvolver certas atividades e dar conta de algumas tarefas) e práticos sobre economia popular solidária. Conheci experiências importantes para entender problemas e virtudes, limites e potencialidades, vi tentativas fracassarem e outras florescerem. Aprendi com todas e todas estão aqui contempladas. Talvez o momento mais difícil tenha sido os obstáculos e derrotas das cooperativas das ocupações, mas, ao mesmo tempo, tive oportunidade de conhecer as iniciativas econômicas do Movimento de Comunidades Populares (MCP), como o GIC, e poder participar da construção de um, tornando-me não só uma observadora, mas parte de uma iniciativa que, para mim, é muito importante não porque ilustre uma teoria, mas porque atualiza e torna prática uma esperança de transformação.

Dessa forma, os dois momentos, a participação no Fórum Contra o Choque de Ordem, durante o ano de 2009, e o Reunindo Retalhos, entre 2009 e 2011, foram fundamentais para a constituição e concretização dessa pesquisa, tanto no plano teórico, quanto no empírico. As atividades construídas e compartilhadas nesses dois momentos contribuíram tanto para a organização metodológica dessa pesquisa, quanto, e especialmente, para a sua verificação empírica. O trabalho, desde quando ainda se tratava de um projeto de pesquisa, em 2007, já vislumbrava dois grandes campos de investigação e elaboração: as questões relacionadas à dinâmica do mundo do trabalho e suas transformações, em especial a discussão da precarização e ao recente conceito de hipreprecarização, cunhado por SOUZA (2008); e as práticas dos

trabalhadores hiperprecarizados organizados sob o movimento dos sem-teto, as dificuldades e os encontros que proporcionam alternativas.

O Fórum e o Reunindo Retalhos vieram para contribuir enormemente para esses dois campos de estudo, assim como a minha preparação para o presente trabalho me prepararam para colaborar de maneira mais apropriada com o movimento e as diversas organizações e atividades. A importância da fala do hiperpreariado, suas angústias e ambições, o espaço de debate aberto pelo Fórum Contra o Choque de Ordem foi definitivo para esse trabalho nesse sentido. O Reunindo Retalhos e o GT de Economia Solidária, com a discussão, as iniciativas e o aprendizado acerca da economia popular solidária foram, da mesma maneira, fundamentais e enriquecedores. Posso dizer que, independentemente dos sucessos e fracassos obtidos na caminhada foi um privilégio poder interagir, compartilhar, aprender e contribuir para essas iniciativas e que elas, juntamente a todos os sujeitos que as constituíram, ajudaram de maneira definitiva na construção e finalização desse trabalho.

Outra atividade que demandou um tipo de colaboração especializada da parte do NuPeD foi a realização de um *mini-censo* em uma das ocupações estudadas. A ideia do mini-censo partiu de uma “moradora destacada”<sup>144</sup> da Ocupação Quilombo das Guerreiras em uma reunião realizada em janeiro de 2009, com os integrantes do NuPeD<sup>145</sup>. A demanda por essas informações

---

<sup>144</sup> SOUZA e TEIXEIRA (2009) utilizam a expressão “morador destacado” em contraposição a expressão “morador comum” para, através dela, delimitar o conjunto de moradores que constituem o *coletivo* (instância máxima de deliberação política) da ocupação. Essa distinção é importante, pois, como mencionamos anteriormente, nem todos os moradores participam de atividades que não sejam estritamente necessárias ou obrigatórias, conforme previsão de cada coletivo (tarefas de limpeza, portaria, mutirões etc.). A maior parte, na verdade, tem a sua atuação restrita a esses tipos de atividade, enquanto uma parte pequena desses moradores pode ser considerada como de “moradores destacados”, por seu engajamento político que os torna “ativistas orgânicos” (cf. SOUZA, 2006a). O “morador destacado”, além de ser uma figura que se sobressai dentro do movimento, tornando-se uma referência para informações, decisões, opiniões e debates, torna-se uma referência, e até uma liderança, mesmo que involuntária, dentro da ocupação, apesar de todos os esforços para que esse tema (“liderança”) seja um tema menor em ocupações que optam pela organização sob a forma de coletivos autogestionários como as que aqui mencionamos. O coletivo não apaga as chamadas “lideranças naturais”, não torna invisíveis esses moradores que se destacam por sua oratória, seu poder de articulação e sua disposição para o debate, o que acaba definindo campos de tensão permanente dentro das ocupações, como bem coloca ALMEIDA (2011: 41): “Os ‘moradores destacados’ são lideranças, contudo, é um erro creditá-los um papel de direção. A liderança não conta com uma autoridade formal, separada do restante dos moradores. A liderança tem como ‘arma’ somente o seu prestígio, sua capacidade de persuasão e uma intuição sobre os desejos do grupo. Basta um erro grave para que, sem necessidade de qualquer procedimento formal, o ‘morador-destacado’ torne-se mais um ‘morador comum’. (...) Em suma, os ‘moradores destacados’ não possuem privilégio formal algum nos processos decisórios e, não raro, conformam ‘campos políticos’ que se opõem na disputa pela adesão de outros moradores pertencentes à ‘arena política’ da ocupação.” (Para mais detalhes sobre a “microfísica” do poder dentro das ocupações aqui estudadas buscar ALMEIDA, 2011).

<sup>145</sup> Na época estavam presentes os integrantes do NuPeD envolvidos com o tema das ocupações: o prof. Marcelo Lopes de Souza, Tatiana Tramontani Ramos, Marianna Fernandes Moreira, Rafael Almeida, Matheus Grandi e Amanda Cavaliere Lima.

perpassava dois aspectos: a oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada o perfil do morador dessa ocupação – de onde veio, quais as suas características socioeconômicas, o que almeja, o que pensa do movimento dos sem-teto, do coletivo de que faz parte e do lugar onde mora etc. – além de tais informações terem uma importância grande para o coletivo naquele momento especialmente diante do processo de criminalização dos movimentos sociais (cf. SOUZA, 2008) em face de projetos como o “Choque de Ordem”, “UPP’s”, “Porto Maravilha”, entre outros. Era necessário “se conhecer melhor” para “se apresentar e se defender melhor”. Para a moradora que propôs a nós essa tarefa essa seria, ainda, uma oportunidade de “troca”: nós teríamos acesso a muitas informações fundamentais para as pesquisas desenvolvidas no NuPeD e, ao mesmo tempo, o coletivo da OQG teria acesso a dados sistematizados e passíveis de serem analisados e utilizados de diferentes formas.

A atividade foi submetida à aprovação do coletivo em assembleia, as visitas aos domicílios tiveram início em abril de 2009 e foram concluídas em julho de 2009. Entre o início de fevereiro e o final de março desse ano fizemos várias reuniões para a definição do roteiro que seria utilizado nas entrevistas que deveria atender, em primeiro lugar, às principais demandas<sup>146</sup> da ocupação e depois aos objetivos de pesquisa de cada integrante do NuPeD na medida do possível, dentro das diversidade de temas e questões abordadas<sup>147</sup>. O objetivo desse trabalho era

<sup>146</sup> Dados coletados em campo no dia da reunião realizada entre o NuPeD e a Moradora da OQG em 31 de janeiro de 2009.

DEMANDA DA OCUPAÇÃO:

“Se conhecer melhor” para “se apresentar e se defender melhor”.

“Por que morar no centro?”

VARIÁVEIS:

- Número de moradores;
- Número de adultos/crianças/idosos;
- Número de homens e mulheres;
- Faixa de renda/ renda média;
- Escolaridade;
- Uso de remédios controlados;
- Número de filhos/dependentes por chefe de família;
- Formação/qualificação profissional;
- Situação profissional (empregado, desempregado, ocupado, desocupado);
- Natural de onde;
- Onde morava antes de vir para a ocupação (casa própria/alugada, ocupação, favela, loteamento irregular etc.);
- Se fez parte do processo de ocupação;
- (Caso de negativa da anterior:) Como soube da/veio para a Ocupação;
- Qual a importância dada às lutas que vão além da moradia;
- Opinião sobre formas de organização... (autogestão, direção, associação etc.).

<sup>147</sup> Vide monografia e dissertações aqui citados que tiveram como base, entre outros, os dados desse mini-censo: GRANDI (2010), LIMA (2010), ALMEIDA (2011), MOREIRA (2011), além de artigos em congressos e revista desses mesmos autores.

conhecer um pouco mais detalhadamente as condições de vida dos moradores adultos e suas expectativas, por isso, a abordagem não se deu a partir das unidades habitacionais e seus representantes, mas sim por entrevistas individuais com todos os moradores maiores de 18 anos em condições de serem entrevistados<sup>148</sup>.

O acesso a esse número de moradores, o melhor horário para as entrevistas e a forma de abordagem partiram de sugestões dos próprios moradores, especialmente aqueles que encontrávamos na portaria em nossa chegada e que auxiliavam com indicações de quem se encontrava, ou não, no prédio. Outro procedimento que ajudou muito foram entrevistas realizadas em duas segundas-feiras, cerca de uma hora antes da assembleia semanal do coletivo da OQG. Esses dois momentos foram importantes para termos acesso a um considerável número de moradores, já que a presença nas assembleias é obrigatória, no entanto, percebemos que a nossa presença nesse dia e horário não era apropriada por ser um momento de atividades e deliberação interna, dizendo respeito apenas aos moradores e a nossa presença representava um incômodo para a rotina da ocupação. Decidimos, então, não realizar mais entrevistas às segundas-feiras à noite por esse motivo.

Após alguns ajustes, o roteiro final consistia de 45 perguntas, sendo cerca de 40 destas fechadas (com desdobramentos) e 5 abertas. Nessas entrevistas não foram utilizados gravadores e todas as observações foram feitas por escrito pelos pesquisadores. Essa decisão foi tomada para evitar que alguns moradores ficassem inibidos. Para alguns o gravador não é um fator de constrangimento e inibição, especialmente para aqueles “moradores destacados” que já estão mais habituados a serem abordados por solicitações desse tipo. No entanto, para a maioria (“moradores comuns”) não é nada “natural” ter pesquisadores dentro de casa fazendo perguntas por mais de 40 minutos, ainda mais com gravadores.

Foram realizadas 51 entrevistas e os principais objetivos das entrevistas eram quantificar e qualificar, isso porque muitas respostas fechadas recebiam comentários e complementos da parte dos moradores e esses eram cuidadosamente registrados por nós entrevistadores e garantiam um grau de detalhamento muito superior ao esperado inicialmente. Como afirma KIDDER (1987: 67):

[a pesquisa participante] não contém delineamentos explícitos e as pessoas envolvidas com a observação participante usam um vocabulário

---

<sup>148</sup> Houve poucos casos de moradores adoentados, ou muito idosos que não puderam conceder entrevistas.

diferente. A divisão entre a observação participante e outras formas de pesquisa é algumas vezes caracterizada pelos termos qualitativa e quantitativa, mas eles são descrições imprecisas porque os observadores participantes ocasionalmente usam números e os experimentadores podem usar dados observacionais qualitativos.

Obtivemos, desta forma, dados relacionados a aspectos objetivos (idade, número de moradores por unidade habitacional, número de filhos, renda média etc.) e outros mais subjetivos (de onde veio, por que, o que acha da ocupação, como se sente, o que espera do futuro, qual a importância de estar em uma ocupação e de morar no centro, entre outras). Com o próprio transcorrer das entrevistas, de acordo com a receptividade do entrevistado, pudemos ter acesso a muito mais informações do que esperávamos, com relatos muito interessantes e muito significativos para os nossos trabalhos, o que demandou muitas horas de campo e muitas informações por escrito...

Para poder fornecer citações ilustrativas como estas, um observador participante deve fazer anotações detalhadas, denominadas notas de campo, de tudo que houve e observa. (...) Portanto, a regra é tentar lembrar “tudo” e tomar notas que sejam tão completas quanto a memória permitir. Registrar tudo que é dito é tarefa igualmente árdua. (KIDDER, 1987: 76, 77)

Essa experiência do mini-censo além de gerar dados para as pesquisas aqui já mencionadas tornou-se objeto fundamental da monografia de Amanda Cavaliere LIMA em 2010, intitulada “*O que mudou na sua vida?*”: Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como subsídio para a avaliação da eficácia do *squatting* como estratégia de luta”, aqui já citada e que voltará a ser subsídio de análise nas próximas seções desse capítulo.

A realização dessa atividade e seus desdobramentos nos remetem ao terceiro e último princípio mencionado por BORDA (1999) aqui citado, o princípio, da *restituição sistemática*.

É preciso, pois, aproximar-se das bases da sociedade não apenas com o objetivo de entender a sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico. (BORDA, 1999: 47)

Esse princípio tem por base a ideia de que *pesquisadores participantes* devem partir da noção de que a cultura (ou a tradição) popular não é conservadora como frequentemente se supõe, mas é, de fato, realista e dinâmica e, por isso, há sempre elementos positivos e negativos nessas culturas que são tendências à mudança social, à transformação e à ação. O conhecimento produzido com esses grupos e a partir deles deve sempre ser restituído, ao mesmos através de uma *comunicação diferencial, auto-investigação e autocontrole* por parte do pesquisador.

Descobrimos e aprendemos muitas coisas com essa atividade e tivemos contato com dados primários fundamentais para as pesquisas realizadas no NuPeD. Ao mesmo tempo, tivemos oportunidade de refletir juntos (entre os pesquisadores do Núcleo e com os sem-teto) a respeito de diferentes questões de procedimento e resultados. Afirmamos expectativas e, também, fomos surpreendidos por dados inesperados. Ao final, esse trabalho apresentado por LIMA (2010) foi, também, restituído à Ocupação Quilombo das Guerreiras na forma de um painel intitulado “*Quem somos, como vivemos...*”, que expõe os dados coletados na ocupação aos seus moradores sob a forma de gráficos, textos e reprodução de algumas falas.

**Figura 50 - Divulgação dos produtos das atividades do Fórum Contra o Choque de Ordem (mapas à esquerda) e do Mini Censo da OQG (banner à direita) no Aniversário da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2009**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

O painel foi entregue à ocupação no dia da festa em comemoração dos seus três anos de existência (em outubro de 2009), ficou exposto no salão de reuniões durante um longo tempo para conhecimento de todos e foi retirado, depois, para a biblioteca existente na ocupação. Nesse dia foram expostos, também, cartazes e mapas produzidos para as atividades do Fórum Contra o Choque de Ordem que atraíram bastante atenção dos moradores e visitantes.

Não podemos esquecer que os grupos que compõem o movimento em si, e os próprios indivíduos participantes de cada grupo nas ocupações, ou em diferentes ocupações, são muito heterogêneos. A comunicação *para e com* tais grupos é sempre uma tarefa muito difícil, ao mesmo tempo, muito rica, visto que além da necessidade de um esforço de multiplicação e disseminação das informações, para que a mesma circule e não se torne um “monopólio” de “setores privilegiados”, há a necessidade de adaptar a mesma comunicação à formas diferenciadas de linguagem, apreensão de mundo e desejos e aspirações. As habilidades são múltiplas, as competências diversas e, desta forma, a comunicação, divulgação, publicação não pode estar restrita à um único tipo de parâmetro, mas associada aos diferentes níveis e linguagens. Nenhum intelectual pode determinar sozinho o que será investigado, mas deve chegar a uma conclusão após a consulta aos grupos interessados, considerando prioridades e necessidades desses grupos e não só dos pesquisadores.

Nosso objeto de estudo, bem como o de outros integrantes do NuPeD, não foi construído a partir de uma intenção exclusivamente acadêmica, mas sim a partir de observação e diálogo com o próprio movimento. As questões do trabalho e da moradia estão da “pauta do dia” dos sem-teto e são de grande importância nas discussões relativas à Geografia, às demais ciências sociais e, também, à Economia na atualidade, o que permite a união de saberes e teorias no sentido da afirmação de uma *práxis*.

A proximidade e, até mesmo, a intimidade que caracteriza a relação entre os integrantes do NuPeD e os moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, pelo envolvimento e compromisso desde o início da existência desse espaço, proporcionou essa troca em atenção a uma demanda. Essa relação de reciprocidade, de maneira nenhuma, pode ser confundida com um aparelhamento ou uma tentativa de “pautar” a organização e as demandas do coletivo, mas, ao contrário, é fundamental que esses espaços e seus coletivos se mantenham autônomos no que tange os seus próprios projetos enquanto movimento social. Independentes da necessidade de constantes estímulos externos.

Não é raro que a participação constante de estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores em atividades políticas, reuniões e encontros, supere a participação dos próprios ativistas sem-teto. Em diversas ocasiões participei de atividades onde essa situação se reproduziu, contudo, duas importantes observações devem ser motivo de atenção: 1) *qual a causa do esvaziamento por parte dos ativistas?* Esse pode ser um importante momento de *autocrítica* com

relação a nossa atuação em tais espaços. Esse questionamento pode se desdobrar em outro(s) como a necessidade, a validade e a viabilidade de se insistir naquela determinada atividade, ou o próprio sufocamento causado por uma participação massiva de discursos e tradições pouco familiares; 2) ainda que a questão motivadora dessa atividade/reunião seja de fundamental importância tática, ou estratégica para o movimento, ao menos sob a nossa avaliação, *é válido e se justifica a substituição da participação dos principais interessados pela nossa, ainda que estejamos profundamente motivados e afetivamente envolvidos?* Normalmente temos avaliado que não e, em certas situações, esse foi o motivo do encerramento de algumas atividades.

Estar permanentemente atentos ao grau de compreensão e êxito das práticas colocadas pelo(s) pesquisador(es) junto aos movimentos sociais é uma necessidade para que o conhecimento técnico não se torne um doutrinador, um “cabresto”, ou contribua para o seu esvaziamento. Ao mesmo tempo, a preocupação com a linguagem, com a lógica, com o sentido imprimido às atitudes e aos discursos, não torna menos eficiente ou menos importante o esforço prático e a produção de saberes/conhecimentos ali inscritos.

Tais “agentes externos” [pesquisadores e estudantes], no sentido de terem uma origem de classe e de lugar diferente da esmagadora maioria dos integrantes da base de um movimento popular, podem até se tornar, organizacionalmente, “agentes internos” que assumem posições na direção ou coordenação de uma organização de movimento social (no caso de organizações mais verticais) ou que constituem um “grupo de apoio” organicamente envolvido com o dia-a-dia do movimento (no caso de organizações horizontais mais comprometidas com princípios autogestionários). Não serão, portanto, meros *outsiders*. Mas a cristalização de uma clivagem tal como “grupo de apoio formado por jovens estudantes de classe média”/“base do movimento formada por trabalhadores/moradores pobres” é uma fonte real ou potencial de atritos e... heteronomia. (SOUZA, 2009: 472, aspas e grifos do autor.)

Para SOUZA (2006a, 2009 e outros), “um recuo estratégico pode ser a medida fundamental para um importante avanço”. Exemplos lapidares, no caso dessa pesquisa, foram as tentativas de organização de atividades econômicas e de geração de renda, com os moradores e nas ocupações, como o GIC e as cooperativas. Foram vários os obstáculos e alguns persistem ainda hoje, com todos os avanços e recuos estratégicos.

Percebemos que, especificamente no que se refere às iniciativas econômicas populares e solidárias junto aos sem-teto, não faz sentido investir em práticas coletivas de geração de renda dentro do espaço da ocupação, para os moradores da mesma, se:

1. Não há uma clareza a respeito do que seja uma prática econômica solidária e coletiva;
2. Não estão claras, também, as suas limitações e as suas vantagens dentro da sociedade que temos aqui e agora;
3. Existem entraves que dizem respeito ao modo de vida e existência, a nossa matriz de formação sociocultural, que emergem como correlação de forças e criam resistências. Mudar a forma (de produzir, consumir, usar) não significa, necessariamente, mudar o conteúdo (as relações de poder ali inseridas) e isso não resolve o problema da desigualdade de poder e de renda;
4. Reagir às normas, às instituições formais, às diferentes formas do poder instituído (inclusive à lógica de que normalmente “nadar contra a maré significa se afogar e morrer na praia”) é reagir à razão, logo, reagir à razão é pensar por outras matrizes, problematizar. Mas isso deve se dar *no* sujeito, e não *sobre o* sujeito.
5. As condições objetivas e a conjuntura histórica nem sempre, ou quase nunca, são favoráveis a experimentações, em especial quanto à renda e atendimento das necessidades fundamentais (comer, beber, morar), o que dificulta muito as possibilidades tornar-se “um ponto fora da curva” e não reproduzir o que está dado no que se refere a esse tipo de prática.

A insistência, o retorno, os pequenos ganhos nessas pequenas medidas, como a interiorização da ideia de coletividade, por exemplo, é um esforço *aparentemente* elementar, mas não secundário e, justamente por ser elementar, é decisivo para que outros tipos de práticas alcancem êxito dentro e junto ao movimento. Assim,

A potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Esse tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo. (BORDA, 1999: 60)

O protagonismo, aqui destacado, dos ativistas do movimento dos sem-teto, dos moradores das ocupações, em maior ou menor grau de engajamento, é o grande diferencial que fica registrado de minhas experiências de pesquisa anteriores, justamente por contribuírem dia-a-dia para as rupturas, novas formas de socialização e a construção de outras territorialidades. Quando ressaltamos as limitações, não significa que não há ganhos importantíssimos e capazes de criar

novo fôlego para pensar em novos projetos e horizontes. A potência que constitui esse movimento, ainda que inconstante, desigualmente distribuída entre os seus sujeitos, encontra-se, atualmente, fora de qualquer medida semelhante. Logo, a resistência só sobrevive estando fora da medida, fora do padrão.

Em geral essa já é uma característica e uma prática das ocupações de sem-tetos com quem temos trabalhado, há algum tempo. A organização do movimento é bastante autônoma frente à essa demanda com relação aos intelectuais e à academia. As lideranças dentro do próprio movimento já possuem uma bagagem e iniciativa para resolver, mediar e organizar a maioria dos tipos de problemas e necessidades que surgem nas ocupações ou referentes a elas, estando a prática de “recorrer” à academia, circunscrita a demandas específicas. O movimento dos sem-teto no Brasil já vem atuando de acordo com um modelo que se aproxima de uma “política de escalas”, por meio da qual eles conseguem articular esforços individuais e coletivos em diferentes nichos dentro da sociedade, diferentes espaços e diferentes escalas.

O projeto inicial da pesquisa tinha como referência de análise quatro ocupações localizadas no Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro, como já foi dito anteriormente. Por ordem de antiguidade eram elas, Ocupação Chiquinha Gonzaga, Ocupação Zumbi do Palmares, Ocupação Quilombo das Guerreiras e Ocupação Machado de Assis. Essas ocupações foram motivo de escolha por terem sido, até o final de 2008, apoiadas por uma organização política apartidária e de princípios políticos autogestionários denominada *Frente de Luta Popular* (FLP).

A Frente de Luta Popular (FLP) foi a organização que deu início aos “processos” de ocupação, entretanto, ela cessou suas atividades em 2008, mas pode-se dizer que cumpriu um papel muito importante tanto no que se refere à luta pelo direito à moradia, quanto no que se refere à construção de espaços que acolhem diversos outros ativismos e movimentos, ajudando a estreitar laços e construir parcerias. Além disso, os “processos” de ocupação não cessaram após o término da referida organização. O caráter horizontal implementado pela FLP nas ocupações, e sua insistência de que apenas moradores poderiam votar nas assembleias, fez com que cada ocupação desenvolvesse suas próprias estratégias políticas internas e externas. Assim, apesar de todas as quatro terem formalmente adotado um modelo similar (no qual o Coletivo configura a instância máxima de deliberação), cada ocupação apresentou um desenvolvimento próprio e oscilou entre maiores e menores traços de hierarquia. As quatro ocupações que foram iniciadas por ativistas vinculados à FLP e que adotaram, ao menos formalmente, este modelo inspirado na autogestão, são as seguintes ocupações: Chiquinha Gonzaga

(2004), Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006) e Machado de Assis (2008). (ALMEIDA, 2011: 30, 31)

O fato de pertencerem à FLP, no entanto, não assegurava o mesmo grau de horizontalidade e os mesmos princípios de autonomia a essas ocupações, como afirma ALMEIDA (2011), existem diferentes graus de hierarquia e autogestão na organização interna de cada uma dessas ocupações. Se os sujeitos não são os mesmos, a composição dos coletivos também não será a mesma. Além disso, a conjuntura em que foram criadas e a qual percorreram foi bastante diferente, também.

Retomaremos, mais detalhadamente, as discussões sobre cada uma dessas ocupações em questão na próxima seção, contudo, é importante salientar que o processo de consolidação, amadurecimento e conquistas na direção de uma organização cada vez mais autônoma se deu de forma diferente nesses quatro espaços. Isso acabou, de certo modo, contribuindo para o destino dessas ocupações ao longo desses quase cinco anos em que venho acompanhando seus processos de organização.

Uma delas, a mais recente, a Ocupação Machado de Assis atravessou diferentes momentos em poucos meses de ocupação do prédio: do coletivo coeso e fortemente inspirado nos princípios defendidos pela FLP, da organização horizontal, autônoma, apartidária, aos conflitos relacionados aos moradores de outras ocupações e apoiadores ligados à FLP, por divergências de conduta, procedimentos e objetivos. Consequentemente, a Ocupação, ainda no ano de 2008 se desvinculou dessa rede constituída não apenas de ocupações e seus integrantes, mas de apoiadores externos como estudantes de graduação, pós-graduação, professores, pesquisadores, ativistas de outros movimentos e organizações, que somavam forças na continuidade do processo de manutenção desses espaços e, especialmente, nas dificuldades do dia-a-dia, que são muitas e de vários tipos.

A Ocupação Zumbi dos Palmares, a segunda mais antiga entre as quatro analisadas, também perdeu muito em matéria de coesão do seu coletivo e, somando-se a isso, um assédio permanente por parte das diferentes esferas de governos (Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal) para desocupação do prédio, localizado em uma área de enorme interesse para as obras de “revitalização” da Zona Portuária, a ocupação foi totalmente desmobilizada e o prédio foi desocupado no início de 2011.

Essas duas perdas, somadas ao contexto nada favorável de Copa do Mundo, Olimpíadas e “revitalização” do Centro, Lapa e Zona Portuária, acabaram se refletindo, também, nas ocupações que ainda resistem, em especial, mencionamos aquelas com que temos mais contatos, Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras. A primeira em uma situação jurídica atual muito mais estável do que a segunda, pelo seu tempo de existência (quase oito anos), pelas negociações já realizadas e decisões firmadas. A segunda, apesar de possuir um coletivo politicamente muito mais organizado e coeso, com todos os conflitos pessoais, familiares etc. que isso possa incluir, juridicamente possui bem menos chance de conseguir uma vitória e permanecer no prédio da antiga Companhia Docas, com grande possibilidade de ser reassentada em um conjunto habitacional a ser construído na Gamboa.

Diante desse quadro, nossa extensão de estudo e análise deixou, antes mesmo da qualificação, de ser um universo de quatro ocupações para três, sendo três situações muito distintas e com suas complicações particulares. Em breve esse número cairia para duas.

A formulação da questão de tese teve como pano de fundo a “crise do mundo do trabalho” em escala global e seus reflexos sobre o Brasil, e o objetivo do nosso estudo era examinar como uma base social composta, fundamentalmente, por trabalhadores *hiperprecarizados* (desempregados crônicos, subempregados, trabalhadores informais) – muito diferente, portanto, de um “proletariado” em sentido marxista – consegue transformar-se em uma força social e desenvolver práticas espaciais contestatórias.

A pesquisa partiu de uma delimitação sócio-espacial que visava uma leitura crítica da ideia de “precarização” em escala “macro”, para um enraizamento empírico no estudo da “hiperprecarização” na escala “micro”, isto é, das ocupações dos sem-teto no Centro do Rio de Janeiro. Dessa forma, procedemos com observação de como os problemas relacionados à moradia e ao trabalho se colocam na sociedade, com um olhar especialmente voltado para a população de baixa renda que questiona as causas e consequências de determinadas imposições sociais.

Não buscamos, com esta pesquisa, a avaliação da ação dos sem-teto no Rio de Janeiro como um *produto* de relações sociais injustas e de trabalho mal sucedidas, pura e simplesmente. Desta forma, possivelmente incorreríamos em dois equívocos: o risco de chegar com as “respostas prontas” para as perguntas que ainda iríamos fazer, ou acabar por reduzir a realidade (sempre muito mais complexa) a essas questões que estávamos (nos) colocando.

Nossa questão de pesquisa foi construída a partir da observação empírica, de análises de conjuntura e sua relação com a teoria. Buscamos verificá-la da mesma maneira, a partir do estabelecimento de relações entre variáveis que são, *in loco*, relações não necessariamente simétricas (trabalho/emprego; precarização/hiperprecarização do trabalho; movimento dos sem-teto).

Nas três ocupações dos sem-teto com as quais trabalhamos até o despejo da Zumbi dos Palmares, em fevereiro de 2011, lidamos com uma população que, a princípio, é de difícil estipulação em termos de valores absolutos como número total de moradores<sup>149</sup>. Por isso, utilizamos uma forma de cálculo aproximado da população, a partir de uma estratégia utilizada pelas próprias ocupações como forma de controle que é o *número de famílias* residentes.

Na *Ocupação Chiquinha Gonzaga* há um número aproximado de 66 famílias distribuídas em um edifício de 13 andares com seis apartamentos por andar. Estimando-se uma média de três moradores por apartamento, temos uma população que gira em torno dos 200 moradores. Na *Ocupação Zumbi dos Palmares*, já desocupada, tínhamos em torno de 130 famílias distribuídas em oito andares de apartamentos<sup>150</sup>. Estimamos uma média de quatro moradores por família e uma população total que variava entre 500 e 600 moradores. Por fim, a *Ocupação Quilombo das Guerreiras*, a mais recente das três, possui aproximadamente 36 famílias distribuídas em cinco andares do edifício<sup>151</sup>. Nesta ocupação a média de moradores por apartamento é menor girando em torno de três pessoas, porém, em algumas unidades, há apenas um morador por unidade domiciliar, o que nos permite trabalhar com um número aproximado de 110 moradores. Falamos, então, de um universo de aproximadamente 230 famílias e mais de 800 moradores.

---

<sup>149</sup> Essa é uma dificuldade para as próprias ocupações que, na maioria do tempo, trabalham com um número estimado de moradores, e não um valor absoluto, devido à constante chegada e partida de moradores, nascimentos etc. Normalmente o cálculo é realizado com base no número de famílias que são contadas pelo número de unidades habitacionais ocupadas. No entanto esse é sempre um valor pouco preciso, pois há espaços ocupados por uma única pessoa, outros ocupados por famílias numerosas (com mais de oito crianças). Dessa forma, dirigir-se aos *moradores destacados* das ocupações com intuito de saber quantos ali residem, números de homens, mulheres, crianças, idosos, idade, entre outros questionamentos, não surte muito resultado pela dificuldade do próprio coletivo em obter esses dados. A realização do mini-censo na OQG em 2009 ajudou nesse esclarecimento, mas como o universo é relativamente pequeno, a durabilidade desses números torna-se também, reduzida. Hoje, provavelmente, há modificações não desprezíveis nos dados que coletamos na Quilombo das Guerreiras.

<sup>150</sup> Nesta ocupação o número de apartamentos por andar era variável, bem como o número de moradores por apartamento que, em termos de média, também era maior que o da Ocupação Chiquinha Gonzaga, por exemplo.

<sup>151</sup> Na Quilombo das Guerreiras as unidades de moradia foram construídas a partir da divisão de amplos espaços que constituíam os pavimentos. As divisões foram construídas com tijolos, compensados, *maderit* e outros materiais, pelos próprios moradores, para a delimitação dos apartamentos. Por isso, o número de apartamentos por andar nessa ocupação também não é fixo.

O tipo de amostragem definido para essa pesquisa foi a *amostragem não-probabilística por acessibilidade (ou por conveniência)* que

[c]onstitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (GIL, 1999: 104)

E a *amostragem por tipicidade ou intencional*, pois

[t]ambém constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um grupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. (...) [R]equer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado. (GIL, 1999: 104)

Vale notar que a maior parte das informações aqui contidas, inclusive depoimentos transcritos, foram obtidos a partir de conversas informais e em anotações produzidas em reuniões nas ocupações em que estive presente. Em poucas situações foram realizadas entrevistas formais e com roteiro estruturado ou semi-estruturado.

Essa opção de coleta de dados e informações se deu, basicamente, por *três motivos*. *Primeiro* por se tratar de um tema que não exige uma investigação aprofundada de casos individuais ou de informações detalhadas sobre a percepção dos entrevistados, mas sim de uma pesquisa que tem como objeto de estudo um *grupo social* que se define justamente em características *coletivas* muito visíveis, passíveis de serem identificadas com a convivência e a participação no dia-a-dia desses espaços. Nosso projeto de pesquisa não apontou para a necessidade de uma investigação pormenorizada acerca de histórias pessoais e aspectos relacionados aos discursos individuais. Esses relatos são, sim, importantes, e são referenciais com os quais dialogamos em alguns momentos, mas não consistem na base empírica fundamental. Esta está mais relacionada ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras hiperprecarizados (e as características que os definem exatamente como um grupo), bem como ao conjunto de moradores, ativistas do movimento dos sem-teto. Daí a importância de participar dos momentos

de interação coletiva como reuniões, encontros, eventos e confraternizações, era desses espaços e desses momentos que se podiam extrair mais relatos importantes na delimitação da pesquisa<sup>152</sup>.

A experiência mostrou que conseguimos relatos muito mais significativos e elucidativos quando esses são colhidos de maneira informal, espontânea, em uma conversa e em espaços de debate coletivo. As entrevistas formais foram e são importantes, mas, dependendo do entrevistado, acaba por inibi-lo, passando a reduzir o depoimento, omitir certas posições e opiniões por receio do uso que se possa fazer destas. Há poucos ativistas que se sentem à vontade em tais situações e esses são muito procurados com tal finalidade, o que causa certo desgaste, em grande parte das vezes pela repetição. Por isso o trabalho de pesquisa junto ao NuPeD foi fundamental e conduz ao segundo motivo.

O *segundo* motivo está justamente relacionado ao primeiro a partir da ligação entre diferentes pesquisadores abordando temas correlatos e objetos semelhantes, que pode produzir um fértil campo de discussão e de trocas, mas também de repetição e exaustão no que se refere ao objeto de pesquisa, no caso as ocupações estudadas. No NuPeD, várias pesquisas<sup>153</sup> têm ou tiveram como foco o movimento dos sem-teto e as ocupações da variante por coletivo no Centro do Rio de Janeiro. A atuação enquanto grupo de pesquisa foi de grande importância para a aproximação do movimento, para a coleta de dados, para a realização do censo em uma das ocupações, para a troca de informações e experiências, para a realização de entrevistas entre outros elementos fundamentais nas pesquisas. Essa experiência de participação do NuPeD foi extremamente produtiva para a tese, pois contribuiu e enriqueceu muito o trabalho com conversas, discussões, reuniões e muito aprendizado, mas também foi produtiva para a vida, pois a experiência de pesquisar e trabalhar em equipe é fundamental para ampliar horizontes, dar fôlego novo quando não temos mais onde encontrar, questionar, criticar, enfim, aprimorar.

Em alguns momentos, contudo, era apropriado avaliar em que medida não estávamos abusando da disponibilidade de nossos interlocutores, já que, apesar de diferentes pesquisas e questões, os sujeitos envolvidos eram os mesmos. Para evitar esse tipo de desgaste, em muitos casos e momentos, nós avaliávamos o que poderia ser feito de forma conjunta, ou que atendesse

---

<sup>152</sup> Ao todo foram mais de 200 reuniões e diversas outras atividades coletivas em que estive presente entre o final de 2007 e o início de 2012, que renderam uma grande quantidade de material coletado na forma de registros escritos, fotografias, depoimentos, entrevistas, experiências etc.

<sup>153</sup> Falamos das monografias e dissertações de TEIXEIRA (2009), GRANDI (2010), LIMA (2010), ALMEIDA (2009 e 2011), MOREIRA (2009 e 2011) e dos projetos de pesquisa desenvolvidos por Marcelo Lopes de Souza junto ao CNPq.

às diferentes pesquisas, de forma a evitar sobreposição e repetição de consultas, entrevistas etc., o que resultou em uma grande e proveitosa troca que levou a *interação colaborativa* (GRANDI, 2010) para a nossa própria atuação enquanto núcleo de pesquisa.

Por fim, o *terceiro* motivo diz respeito à sondagem feita junto a uma das ocupações estudadas (Quilombo das Guerreiras) com as entrevistas para o mini-censo. Com esse levantamento percebemos que os dados quantitativos, como renda mensal e, também, algumas informações qualitativas (tipo de ocupação/emprego, a busca pela moradia no Centro, entre outros) que seriam importantes para a pesquisa, repetiam-se de forma recorrente entre os moradores entrevistados, o que demonstrou uma representação do todo na parte que não era desprezível. Dessa forma, julgamos que buscar outras entrevistas individuais de mesmo tipo seria, de alguma maneira, alcançar dados que já estavam postos, mesmo que indiretamente.

Quanto às estratégias sócio-espaciais dos sem-teto para criar alternativas à pobreza, à falta de emprego e dinheiro, à falta de condições dignas de moradia, ou mesmo como forma de subverter a ordem capitalista, como as tentativas de criação de cooperativas e outras iniciativas de investimento e renda nas ocupações foram por nós acompanhados de bem perto, com a participação ativa no planejamento e execução. Dessa colaboração vêm as análises que comporão as próximas seções.

Realizamos, assim, entrevistas de três tipos: 1. *informal*, que teve caráter mais exploratório com intuito de obter uma visão geral do objeto de tese. Essas entrevistas talvez nem possam ser, verdadeiramente, denominadas como tal, pois consistiram mesmo em *conversas* pré e pós-reuniões, em confraternizações etc. onde não havia um “intuito de entrevistar”, mas o resultado da conversa acabava tendo utilidade para a pesquisa. Em geral, relatos, comentários, observações considerados mais relevantes eram transcritos, posteriormente, sob a forma de anotações de campo. 2. *focalizada*. Nesta, havia propriamente um objetivo da parte do entrevistador e o entrevistado estava ciente dessa atividade, contudo, o estilo era livre, sem um roteiro previamente estabelecido, mas com uma diretriz que buscava explorar um pouco mais a fundo algumas experiências vividas em condições precisas. 3. *Estruturada*. Esse tipo de entrevista se restringiu àquelas realizadas para o mini-censo na Ocupação Quilombo das Guerreiras em 2009, em que havia uma relação fixa de perguntas em um roteiro de entrevista. Nesse roteiro constavam perguntas fechadas e abertas, mas foram feitas muitas anotações “extras” de comentários dos entrevistados para além das perguntas feitas.

Em geral as pessoas gostaram de se expressar e serem ouvidas sobre aquilo que pensam, sabem, acreditam, ou desejam, especialmente por se tratar de um trabalho que vinha de uma colaboração entre os pesquisadores envolvidos e o próprio coletivo da ocupação. Essa justificativa ampliou a possibilidade de sucesso do trabalho.

Os dados secundários referentes às estatísticas sobre população, qualidade de vida e análise socioeconômica foram obtidos em pesquisas nacionais do IBGE como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a partir de 2002, chamada Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE/Domiciliar)<sup>154</sup>. Além dos dados obtidos no IBGE, foram importantes também os relatórios RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego e as pesquisas realizadas pelo IPEA. Acreditamos que todas estas informações e dados associados à pesquisa bibliográfica referente ao assunto proporcionam o embasamento para uma pesquisa consistente quanto aos nossos objetivos.

A partir daí tivemos instrumentos suficientes para a formulação de ideias a respeito da relação entre os trabalhadores e sua inserção (hiper)precária no mundo do trabalho (dados secundários) e a possibilidade da constituição de circuitos econômicos alternativos e práticas sócio-espaciais insurgentes por parte de alguns desses trabalhadores (dados primários). Acreditamos que, dessa forma, foi possível realizar uma análise que relacionou a “crise do mundo do trabalho” e um dos seus efeitos que aqui tentamos expressar sob a forma de uma “geografia da pobreza urbana”.

A análise desses dados obtidos em momentos anteriores, tanto *dados primários*, como os aqui mencionados, coletados a partir de conversas, participação em reuniões e planejamento de atividades, projetos e entrevistas, quanto os dados secundários (levantamento bibliográfico, estatístico, por exemplo), consistirá na “costura” dessas informações e na sua elaboração nas próximas seções.

---

<sup>154</sup> Esta abrange informações sobre as características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias e domicílios para o Brasil e grandes regiões, bem como indicadores retrospectivos de rendimento relativos para o conjunto do país, além de estatísticas e comentários analíticos sobre as condições de habitação e posse de bens duráveis, composição e mobilidade populacional, situação do mercado de trabalho, trabalho infantil, sindicalização, cobertura previdenciária e situação dos rendimentos.

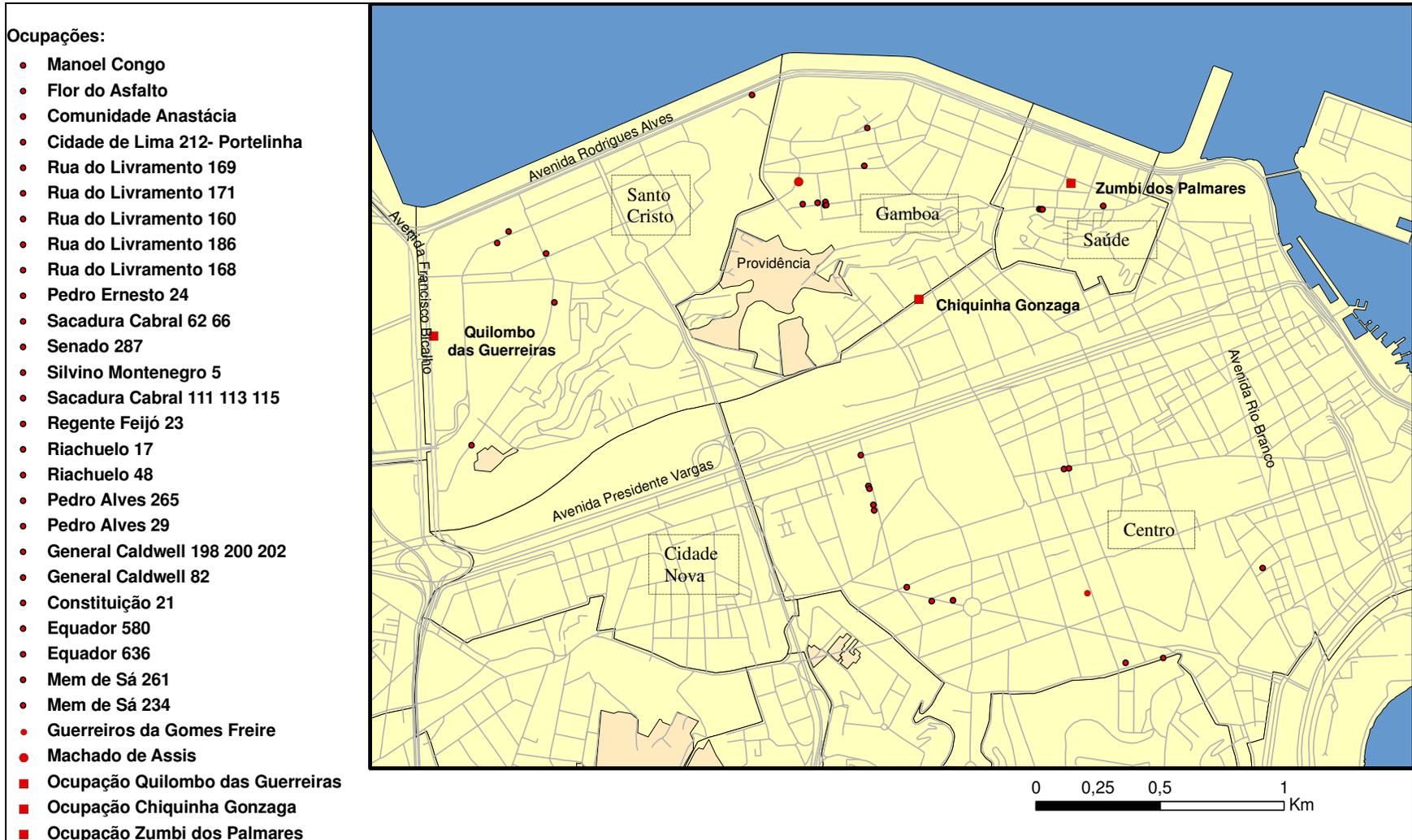
Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>

### 3.2 – As Ocupações dos sem-teto do Centro do Rio

Quando mencionamos o movimento dos sem-teto e as ocupações localizadas no Centro ou Área Central da cidade do Rio de Janeiro é importante ressaltar que o movimento social intitulado movimento dos sem-teto é composto por diferentes organizações, com diferentes escalas e formas de atuação, como mencionamos no capítulo dois. Há organizações do movimento dos sem-teto que possuem uma escala de abrangência bastante ampla, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que atua em diferentes estados brasileiros; outras de atuação local, como o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), em São Paulo (capital). No caso da cidade do Rio de Janeiro não é diferente e não existe apenas uma organização em ação, ou tampouco falamos da existência apenas de “ocupações autônomas”, como aquelas que aqui nos referimos. Inclusive estas, até pouco tempo (2008), tiveram o apoio de uma frente popular que reunia diferentes organizações de luta por moradia e pela reforma urbana, a Frente de Luta Popular (FLP), já citada.

Na Área Central da cidade do Rio de Janeiro atuam, portanto, diferentes organizações apoiando e/ou organizando um grande número de ocupações. Já mencionamos que existem inúmeros imóveis ocupados no Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro, a maior parte deles sem qualquer apoio ou orientação de qualquer organização de movimento social, sustentam-se como cortiços bastante precários onde a forma e o objetivo distanciam-se muito do sentido proposto pelos sem-teto organizados. No entanto, restringindo esses imóveis às ocupações organizadas, ainda assim, temos um número considerável de ocupações apoiadas por organizações de movimentos sociais (como o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, a Frente Internacionalista dos Sem-Teto – FIST, a extinta FLP etc.).

**Figura 51 - Ocupações de sem-teto na Área Central da cidade do Rio de Janeiro (2009), com base no cadastro de ocupações de imóveis do ITERJ (2008) e registros de presença do Fórum Contra o Choque de Ordem (jan/set. 2009)**



Entre as ocupações apoiadas por organizações de movimentos sociais e frentes populares com as quais trabalhamos, ou com que tivemos contato nessa pesquisa, poderíamos citar a Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004), que deu início, podemos dizer, aos processos de ocupação organizados por movimentos sociais na Área Central da cidade, como a mais antiga. Depois dessas, várias ocupações organizadas se sucederam na Área Central e em outros bairros da cidade, como as Ocupações Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006), Flor do Asfalto (2006), Manoel Congo (2007), Machado de Assis (2009), entre outras aqui não mencionadas. Muitas dessas ocupações nasceram, ou passaram a se organizar politicamente, a partir de um evento realizado em 2006, no Circo Voador (Lapa, Rio de Janeiro), chamado “*Encontro dos Movimentos de Sem-Teto: Ocupando o Circo Voador!*”<sup>155</sup>.

Algumas dessas ocupações resistem ainda hoje, outras foram despejadas, entre estas, estão alguns nomes importantes da luta por moradia no Rio de Janeiro, como as Ocupações Nelson Mandela (despejada em 2008), Lima Barreto (despejada em 2008), Confederação dos Tamoios (despejada em 2008), Guerreiros do 510 (despejada em 2009), Guerreiros do 234 (despejada em 2009), Casarão Azul (despejada em 2009), Poeta Xynayba (despejada em 2009), Carlos Mariguella (despejada em 2010), Guerreiros Urbanos (despejada em 2010), Regente Feijó (despejada em 2010), Casarão da Lapa (despejada em 2010), Zumbi dos Palmares (despejada em 2011), Gaya (despejada em 2011). Todos esses processos de reintegração de posse seguidos de despejos levaram mais de mil famílias a perda suas moradias.

Como havíamos mencionado em capítulos anteriores, as ocupações que constituem o foco dessa pesquisa compõem um pequeno e especial grupo por definirem-se a partir de determinadas características em termos de procedimentos, organização (interna e externa) e princípios políticos (inclusive o fato de terem sido apoiadas pela FLP, tanto durante o processo de ocupação, quanto após o mesmo).

Vimos que a forma de organização dessas ocupações e, conseqüentemente os procedimentos adotados pelo conjunto de moradores, contribuem para a definição e delimitação das ocupações da “variante por coletivo” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009). Estas se diferenciam das ocupações da “variante por coordenação” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009) pela expressão objetiva e

---

<sup>155</sup> O *Encontro dos Movimentos de Sem-Teto: Ocupando o Circo Voador!* aconteceu no dia 23 de Setembro de 2006 e reuniu moradores de 22 ocupações sem-teto do Rio de Janeiro e região metropolitana. O Encontro foi, em grande parte, fruto do esforço e da iniciativa de João Barbosa, morador da ocupação Chiquinha Gonzaga, e de Eduardo Tomazine Teixeira e Fernando Mamari, dois geógrafos (na época, estudantes de graduação em Geografia da UFRJ).

subjetiva com que as diferentes formas de poder se manifestam, nesses espaços e na sua relação com o entorno, a cidade.

As ocupações da *variante por coletivo* são organizações em que a distribuição de tarefas e responsabilidades não leva em consideração os cargos de comando ou confiança, mas a real participação de todos os envolvidos no processo. É uma forma de organização que busca ter um caráter o mais horizontal quanto for possível em termos de distribuição de cargos e funções dentro desses espaços e, conseqüentemente, uma outra relação com o poder (heterônomo) nos mesmos.

Apesar de se inspirarem em referenciais e práticas mais horizontalizadas e autogestionárias de organização, é um erro imaginar que, por ser uma ocupação da variante por coletivo, não exista expressão de *poder* ou *relações de poder* nesses espaços. O que acontece, de fato, é que se produz uma forma diferente de fazer circular o poder nos mesmos. Ao invés de uma articulação em que *um* ou *poucos* exerçam poder sobre uma maioria, controlando-os e definindo as regras de conduta e organização, como ocorre nas ocupações da *variante por coordenação*, o que se busca nas ocupações da *variante por coletivo* é uma distribuição mais equitativa desse poder. Dessa forma, a capacidade de agir, ou fazer o outro agir conforme a sua vontade, *não* está relacionada ao tipo de cargo que se ocupa e ao poder sobre este investido, mas, à capacidade de articulação, a uma liderança natural, ao carisma, poder de persuasão, aos interesses e afinidades de grupo etc. Assim, existem relações de poder em ambos os tipos de organização das ocupações (variante por coordenação, ou por coletivo), no entanto, o que as diferencia é a forma como esse poder se concentra, circula, está distribuído, como é utilizado e com que finalidades.

Outro erro comum é confundir o papel das *lideranças* dentro das ocupações da *variante por coletivo* com esse papel nas ocupações da *variante por coordenação*; ou mesmo a ideia da não existência de lideranças dentro das ocupações da *variante por coletivo*. Nessas ocupações existem, sim, moradores ou moradoras que se destacam por sua iniciativa, oratória, capacidade de análise e articulação e que ganham, por isso, um reconhecimento da coletividade que, em muitos casos e situações, depositam nessas pessoas uma confiança, um respeito ou, até mesmo, as veem como exemplo de conduta e forma de pensar. Essa é uma situação que, como em qualquer das relações humanas, se reproduz em diferentes espaços e contextos. No entanto esse papel de “líder” se diferencia muito do papel de um coordenador, diretor ou qualquer outra figura de

autoridade que remeta a uma hierarquia de grupo. Essa liderança se expressa, na maioria das vezes, na figura do “morador destacado” (cf. SOUZA e TEIXEIRA, 2009), aqui já mencionada.

Os “moradores destacados” são lideranças, contudo, é um erro creditá-los um papel de direção. A liderança não conta com uma autoridade formal, separada do restante dos moradores. A liderança tem como “arma” somente o seu prestígio, sua capacidade de persuasão e uma intuição sobre os desejos do grupo. Basta um erro grave para que, sem necessidade de qualquer procedimento formal, o “morador-destacado” torne-se mais um “morador comum”. (...) Em suma, os “moradores destacados” não possuem privilégio formal algum nos processos decisórios e, não raro, conformam “campos políticos” que se opõem na disputa pela adesão de outros moradores pertencentes à “arena política” da ocupação. (ALMEIDA, 2011: 40, 41)

A condição de “líder”, ou o “exercício de um tipo de liderança” por um morador dentro do coletivo da ocupação, não é condição essencial para o funcionamento das tarefas e atividades na mesma, mas está muito mais relacionada à construção de alianças e solidariedade, ou atritos e conflitos que constituem o dia-a-dia nesses espaços. Apesar do “líder” ter condições de influenciar outros moradores, há *espaços e momentos* em que o posicionamento, a deliberação e as decisões passam do plano “individual” ao “coletivo”. Esses espaços e esses momentos são tomados como estratégia do coletivo para tornar as alianças e conflitividades tão evidentes quanto transparentes, ainda que isso represente tempo, energia e, também, desgaste.

Esse papel de “liderança” é, com frequência, atribuído a alguns moradores das ocupações, mas também a *não-moradores* que mantêm uma relação de muita proximidade com as ocupações, e aos assuntos que dizem respeito a elas. Trata-se da figura do “apoio”, ou *grupo de apoio*, que ALMEIDA (2011) detalha nas expressões “apoio interno” e “apoio externo”, em especial nos momentos iniciais do processo de ocupação, em que ainda existe uma “territorialização bastante instável” do coletivo. Passaremos, então, a um breve detalhamento do papel e da importância do *apoio* para a organização das ocupações com as quais colaboramos nesse trabalho.

O “*apoio interno*” é formado por indivíduos que participam da organização do processo de ocupação (fazem parte do “grupo de apoio”), mas que não desejam conquistar uma moradia para si. Estes residem na ocupação por um tempo indefinido, principalmente em momentos de “territorialização instável”, com o intuito de ajudar na organização coletiva da ocupação. O “apoiador interno” pode ser um morador de outra

ocupação que reside em uma nova ocupação durante os meses mais difíceis, ou um ativista não-morador de ocupação. Neste caso, há geralmente uma diferença de classe social entre o ativista não-morador de ocupação e os moradores, o que pode ou não gerar conflitos. Esta categoria é, sem dúvida, a mais polêmica e controversa deste segmento do movimento, pois mesmo sem o direito de votar, participa ativamente das assembleias, mesmo após a territorialização do prédio. Não raro, são reconhecidos pelos moradores como agentes externos a interferir nas decisões internas da ocupação, o que pode gerar uma crise de legitimidade do “apoio interno”. Por outro lado, a formação política dos indivíduos que compõem esta categoria, frequentemente destoa do restante dos moradores e, somado a sua capacidade de persuasão, torna-os, com certa frequência e mesmo que temporariamente, figuras que exercem algum grau de liderança na ocupação.

Já o “*apoio externo*” é conformado por ativistas (integrantes do “grupo de apoio” e do “apoio ampliado”) que permanecem na porta da ocupação durante o período de “territorialização instável”, e cumpre uma série de funções, entre elas: ajudar na organização de manifestações (...), fazer “vigília” (...), garantir a provisão de suprimentos (...) e assessorar as negociações com instituições públicas e privadas. (ALMEIDA, 2011: 37, 38)

Há uma importância muito grande depositada no papel do apoio, pelos contatos que podem ser estabelecidos entre o coletivo da ocupação e organizações e instâncias exteriores como instituições de pesquisa, esferas de governo, universidades, ou outras organizações de movimentos sociais; e também pelo suporte traduzido em orientações e serviços especializados (como orientação jurídica, urbanística, na construção de projetos de uso coletivo do espaço, em atividades ligadas à educação, saúde, apoio técnico na área de infraestrutura etc.).

Essa participação do apoio no cotidiano dos sem-teto é a origem de muitas trocas de fundamental importância para o movimento, mas também de muito desgaste e alguns conflitos, na medida em que nem todos os apoiadores são vistos da mesma maneira pelos moradores e pelos coletivos, nem todos possuem o mesmo grau comprometimento, ou disponibilidade com as ocupações (essa participação pode ser encarada tanto como um excesso, no sentido da violação de algumas fronteiras e da intromissão em assuntos que dizem respeito apenas aos moradores, quanto pode ser vista como um falta de compromisso, displicência, quebra de confiança etc., a gradação é variada), o que gera atritos e polêmicas.

Esses problemas normalmente ocorrem em função de uma participação, muitas vezes, excessiva dos apoiadores em assuntos internos aos coletivos que é vista como positiva por uns, pois significa “apoio especializado”, amizades sinceras, compromisso e dedicação à causa; mas

também pode ser visto como instrumentalização, tentativa de aparelhamento, “vampirização” (especialmente no caso de estudantes e pesquisadores), por outros.

Normalmente essa relação com o grupo de apoio começa a se construir ainda durante a preparação para a ocupação de um imóvel, nas reuniões e momentos de formação política que a antecedem, e pode se estender por muito tempo, mesmo após certa estabilização da ocupação. Esse grupo, constituído de jovens estudantes, ativistas de movimentos sociais diversos, moradores de outras ocupações, professores, pesquisadores, advogados, entre outros, pode continuar sendo uma referência de assistência especializada, ou apenas de amizade e conselho para os coletivos aos quais estão ligados.

Segundo ALMEIDA (2011) a relação entre esse “grupo de apoio” e o coletivo da ocupação costuma estar relacionada ao grau de estabilidade territorial conquistado pela ocupação. Em situações de grande instabilidade, como no ato da ocupação de um imóvel, ou nos primeiros momentos pós-ocupação a participação do grupo de apoio é fundamental e necessita de grande organização, gerando uma intensa relação entre esse grupo e o coletivo de moradores. Muitos apoiadores passam a residir nas ocupações em um primeiro momento, para ajudar na criação das condições para estabilização do coletivo e aguardar o momento de maior segurança jurídica no imóvel, constituindo “apoio interno”.

Esse *apoio interno*, no entanto, não é menos importante do que os *apoiadores externos*, os quais exercem funções diferentes, mas também fundamentais como arrecadar doações, providenciar abastecimento de água, alimentos, ferramentas, entre outros artigos de grande importância para os primeiros momentos da ocupação, em que não se pode sair ou entrar do imóvel. Há, também, o importante papel de articulação com outras organizações e com as próprias instâncias diretamente envolvidas como órgãos públicos, proprietários dos imóveis entre outras atividades, realizado pelo “apoio externo”.

Quando se dá uma maior estabilização dos territórios ocupados, a tendência é que o grupo de apoio reduza a sua atuação e, especialmente, sua interferência junto ao coletivo da ocupação. Esse grupo tende então a se dispersar e se dedicar a tarefas especializadas (como atividades com as crianças nos finais de semana, participação e ajuda na organização de atividades na ocupação como oficinas, encontros, etc.), mobilizando-se apenas em caso de necessidade como situações de ameaça e conflitos.

A fragmentação e a dispersão desse “grupo de apoio” é característica, portanto, de uma territorialização (mais) estável (cf. ALMEIDA, 2011), mas não necessariamente de ausência de conflitividade e de problemas, especialmente no que se refere ao próprio coletivo, fortemente influenciado por diferentes forças e interesses.

Quando o conflito territorial passa para a esfera jurídica e a ameaça de desterritorialização iminente é suspensa (pelo menos temporariamente), a organização espacial muda para se adequar à conjuntura. Neste momento, podemos observar a reorganização dos espaços internos da ocupação (reestruturando e refuncionalizando o espaço). Os moradores passam a se organizar em unidades de moradia e as diferentes funções de cada espaço interno são definidas. O “apoio interno” diminui em número até se extinguir completamente. O “grupo de apoio” desterritorializado se reinventa assumindo outras funções não mais referentes à segurança do território ocupado, passando a desenvolver atividades educativas e culturais. O retorno à rotina habitual do trabalho afasta grande parte dos moradores da prática ativista, com exceção da resolução de problemas vinculados diretamente ao cotidiano da ocupação. Alguns moradores, contudo, permanecem engajados politicamente em questões mais amplas, seja no próprio movimento dos sem-teto ou mesmo em outros movimentos (como no movimento sindical, por exemplo). Além disso, com a consolidação do Coletivo e de seu vínculo com o espaço ocupado, este passa a assumir boa parte (quando não inteiramente) das funções de articulação com as instituições mediadoras. Em suma, a organização territorial se modifica com a redistribuição dos papéis desempenhados pelos atores e com o estabelecimento de novas redes sociais. (ALMEIDA, 2011: 43)

Encerrado esse breve detalhamento, retomamos a delimitação do objeto retratado nas ocupações definidas para a presente pesquisa a partir das diferenças e semelhanças no que diz respeito ao tipo de organização que se estabelece nessas ocupações e quanto às relações de poder que colocam dentro dos seus territórios. As ocupações inicialmente definidas eram: Machado de Assis – OMA, Quilombo das Guerreiras – OQG, Zumbi dos Palmares – OZP e Chiquinha Gonzaga – OCG; mas, ainda em 2009, passaram a ser três (OQG, OZP e OCG) e, desde o início de 2011, com a desocupação da Ocupação Zumbi dos Palmares, tornaram-se apenas duas (OQG e OCG).

Além da forma e expressão das relações de poder no interior dessas ocupações, outra característica as definem como um grupo especialmente interessante para o tema dessa pesquisa pelas novas formas de expressão política e apropriação do espaço da cidade, é o fato desses

espaços, de acordo com SOUZA (2006a, 2008d, 2009b, 2009c, 2010), definir-se-ão como “territórios dissidentes”, isto é, aqueles que se instituem por meio de “práticas espaciais insurgentes” (SOUZA, 2010: 29). É importante notar que SOUZA (2010) define as *práticas espaciais insurgentes* como práticas que derivam, acima de tudo, da “ação direta”, cujo grau de organização, e mesmo de ambição, é muito mais dificilmente definido do que aquele encontrado nos ativismos e, principalmente, nos movimentos sociais (cf. SOUZA, 2006a) como vimos no capítulo dois. No entanto, para esse autor,

aquelas práticas dos movimentos “negociadas” com o Estado, mesmo sem ser diretamente insurgentes, podem ter, sim, conteúdo crítico, e mesmo ser compatíveis com metas estratégicas radicais e insurgentes, desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza e colonize e subverta a estratégia. (SOUZA, 2010: 29)

O autor citado apresenta algumas “ferramentas classificatórias” (SOUZA, 2010: 33, 34) que ajudam a compreender os sentidos das *práticas espaciais insurgentes*. Para ele essas podem ser “*violentas* ou *não-violentas*”; “*duráveis* ou *efêmeras*”; “*imediatamente políticas* ou *imediatamente culturais*”; “*ruidosas* ou *silenciosas*”; “*abertas* ou [às] *escondidas*”; “*local* ou *supralocal*”. Partindo-se dessa classificação resultam sete tipos gerais de práticas espaciais insurgentes que encerram em si uma enorme diversidade de possibilidades e, como o próprio autor menciona, “um sem-número de manifestações empíricas particulares” (*idem*, página 40): *territorialização em sentido estrito*; *territorialização em sentido amplo*; *refuncionalização/reestruturação do espaço material*; *ressignificação de “lugares”*; *construção de circuitos econômicos alternativos*; *construção de redes espaciais*. Esses diferentes tipos de práticas espaciais não são categóricos e incomunicáveis, mas, ao contrário, podem, e frequentemente são, combinados para auxiliar na definição das estratégias de ação e de luta dos ativismos e movimentos.

Ocupações de sem-teto como Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga, localizadas em prédios situados na Zona Portuária do Rio de Janeiro, representam uma combinação de territorialização em sentido estrito com refuncionalização/reestruturação do espaço material e ressignificação de “lugares”. Nelas têm ocorrido, igualmente, tentativas de desenvolver alternativas às relações de trabalho capitalistas (ou seja, tentativas de construção de circuitos econômicos alternativos), sob a forma de cooperativas. (SOUZA, 2010: 41, 42. Grifos do autor.)

As manifestações empíricas que consistem nas ocupações citadas, assim como em outras no Brasil e no mundo, são definidas, assim, neste trabalho, de acordo com SOUZA (2008d), como *territórios dissidentes*. Territórios não apenas porque possuem delimitações claras e próprias, fronteiras estabelecidas por formas de poder expressas na vontade e decisão de seus moradores, mas também e, talvez especialmente, porque definem relações de poder que se diferenciam em muito do que se costuma observar em outros espaços de uso semelhante ou em muitos outros espaços de uso coletivo.

São espaços onde se busca e se tenta praticar a autonomia e a autogestão. Não como “ausência de poder”, ou “poder de ninguém”, mas como produto político de outra forma de manifestação de poder. Tanto na forma individual, na liberdade de se expressar, se manifestar, opinar e participar, quanto na forma do poder coletivo, a força que se expressa na possibilidade de fazer diferente, de fazer junto, e não necessariamente obedecer e cumprir o que é estabelecido por um, ou por poucos. Daí a “*dissidência*” que adjetiva o território. Esses territórios constituem,

ao mesmo tempo, espaços de experimentação sociopolítica (novas relações de poder, menos ou mais horizontais e anti-heterônomas), político-cultural (cultura desalienante, arte engajada, novas formas de socialização) e econômica (circuitos de economia popular solidária). (SOUZA, 2008d: 12)

A trajetória que contribuiu para constituição dessas ocupações e, conseqüentemente, desses *territórios dissidentes*, apesar de ter em comum os traços de experimentação sociopolítica, cultural e econômica, como especifica o autor anteriormente citado, apresenta nuances e especificidades quando tratamos de cada uma das ocupações pormenorizadamente. Cada uma delas teve um processo de territorialização que se deu e se sustentou de formas diferentes tanto em termos de conjuntura (por terem idades distintas e, por isso, terem surgido em contextos sociais, políticos e, também econômicos, diferentes), quanto em termos de opções, articulações, alianças e, até mesmo, interesses externos.

No momento em que foi iniciada essa pesquisa, ainda em fase de preparação do projeto em meados de 2007, existiam três das quatro ocupações que viriam constituir o nosso objeto de investigação. Três ocupações “mais antigas” e, por isso, experientes, viriam dar suporte, em seguida, à quarta ocupação, realizada em 2008. As três ocupações a que nos referimos como “mais antigas” são Ocupação Chiquinha Gonzaga (de 2004), Ocupação Zumbi dos Palmares (de

2005), Ocupação Quilombo das Guerreiras (de 2006) e a quarta e última, Ocupação Machado de Assis (de 2008). Apesar das datas de ocupação dos imóveis que viriam se tornar ocupações parecerem bem próximas, esses momentos representaram *conjunturas distintas* – especialmente quando se refere à escala local –, e as consequências para o futuro desses espaços também seriam.

Outro fator de grande relevância para o futuro e o sucesso de cada uma dessas ocupações seria a própria *localização dos imóveis e sua procedência*, que detalharemos na sequência. Por último, mas não menos importante, as *condições de constituição, a participação dos moradores e a longevidade dos coletivos autogestionários* são, também, elementos fundamentais para a manutenção desses territórios (como) *dissidentes*.

A Ocupação Chiquinha Gonzaga, é a mais antiga das estudadas, mas não é a ocupação mais antiga entre aquelas consideradas organizadas.

A ocupação Jardim Nossa Senhora das Graças, em Campo Grande, foi a primeira grande ocupação organizada no Rio, e dela nasceu o bairro da Carobinha que abriga, hoje em dia, mais de 30 mil residentes. (...) A ocupação Nossa Senhora das Graças permitiu que alguns militantes – que, mais tarde, organizariam a primeira ocupação da variante “por coletivo” (a ocupação Chiquinha Gonzaga) – tivessem sua primeira experiência em ocupações urbanas. A década de 1990 ainda assistiu à entrada do MTST no Rio de Janeiro que organizou algumas ocupações em zonas periurbanas da cidade, principalmente ao longo da Avenida Brasil. Contudo, já no início do ano 2000, a referida organização sofria com sua desestruturação, o que culminou com a saída da organização da cidade. Em 1997, o MNLM (Movimento Nacional de Luta Por Moradia) realizou uma ocupação na Rua Riachuelo (Zona Portuária do Rio de Janeiro) que seria despejada em 2001. A referida ocupação, segundo os relatos, chegou a apresentar, mesmo que brevemente, um alto grau de organização. Contudo, os conflitos internos se acirraram, ao que parece, devido às discordâncias de moradores com seu suposto líder e devido a expulsões de moradores que, segundo relatos, ocorreram de maneira injusta e autoritária. (ALMEIDA, 2011: 121, 122)

A Ocupação Chiquinha Gonzaga foi oficialmente criada em 2004, após uma tentativa anterior, no mesmo prédio, organizada pelo Movimento das Comunidades Populares (MCP) – na

época, chamado Movimento das Comissões de Luta (MCL) – em janeiro de 2001, mas que teve duração de aproximadamente 48 horas, apenas<sup>156</sup>.

O prédio da Ocupação Chiquinha Gonzaga pertencia, formalmente, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas já abrigou um hotel, o que tornava a sua arquitetura interna muito apropriada para o uso residencial. As unidades habitacionais apresentam-se na forma de quartos com banheiro, o que facilitava muito a distribuição das famílias nas unidades de moradia, agilizava a estruturação interna da ocupação, pois não havia necessidade de improvisação de espaços familiares, além de ser mais confortável para os moradores a possibilidade de ter pontos de água em casa (para uso de banheiro e atividades de cozinha).

A segunda tentativa de ocupação se deu em julho de 2004, quando o prédio localizado na Rua Barão de São Félix, próximo à Central do Brasil, foi ocupado por cerca de 40 famílias. Nesse processo, a ocupação teve sucesso.

Os ativistas conseguiram permanecer no prédio por um período superior a 48 horas, que é o chamado “período crítico” pelos próprios ativistas, pois juridicamente é nesse em que ocorre a maioria dos despejos, já que a *ação reivindicatória*<sup>157</sup>, ou a *reintegração de posse*<sup>158</sup> é imediata e pode ser feita pela polícia com uma liminar expedida por juiz por solicitação do proprietário, sem abertura de processo. Geralmente, após esse tempo, o processo para desocupação será arrolado na justiça.

---

<sup>156</sup> Após o despejo, as famílias permaneceram acampadas por vários dias na porta do edifício e a resistência desse acampamento conseguiu pressionar para que alguns representantes dos ocupantes fossem recebidos pelo então Governador do estado do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, que negociou com o movimento a transferência dos acampados para um conjunto habitacional ainda em construção no bairro de Lagoinha, município de Nova Iguaçu. Enquanto as casas populares não foram entregues, os ativistas, antes acampados na calçada em frente ao prédio, ficaram abrigados em um dos galpões da Companhia Docas, no Cais do Porto do Rio. A transferência para o conjunto de casas em Nova Iguaçu se deu no início de março de 2001, dando origem a atual comunidade Campo Belo, onde residem, ainda hoje, ativistas ligados ao MCP e ao movimento dos sem-teto (Informação obtida em entrevista realizada com um dos integrantes do MCP em setembro de 2011).

<sup>157</sup> Ocorre no caso do titular da propriedade, com registro de proprietário legal do imóvel, requerer sua reintegração.

<sup>158</sup> Ocorre no caso do imóvel não possuir título registrado no Registro Geral de Imóveis em nome do requerente da desocupação.

**Figura 52 - Destaque na foto para o prédio da Ocupação Chiquinha Gonzaga, vista do alto do Morro da Providência, 2009**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 53 - Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2009**



Foto: Matheus da Silveira Grandi.

**Figura 54 - Ocupação Chiquinha Gonzaga, moradores trabalhando na calçada como camelôs, 2009**



Foto: *Chiq da Silva*<sup>159</sup>.

O nome da ocupação (Chiquinha Gonzaga), assim como os das demais ocupações estudadas, foi escolhido pelos integrantes do coletivo, durante as reuniões preparatórias e de formação. É natural que, durante esse processo, se defina o nome que irá se tornar a identidade da ocupação a partir de sugestões (e também críticas e defesas dessas sugestões) feitas pelos futuros moradores (os apoiadores não participam desse processo de escolha, apesar de estarem presentes nas reuniões). Os nomes escolhidos possuem sentidos, ou querem transmitir significados que SOUZA e TEIXEIRA (2009: 56) agrupam em duas classes:

a classe das homenagens a indivíduos específicos, via de regra personalidades que, na história do Brasil, exerceram algum tipo de papel de resistência ao *status quo*; e a classe das alusões ou homenagens a sujeitos coletivos. (Grifos dos autores)

<sup>159</sup> Escritório de arquitetura: <http://www.chiqdasilva.com/site/index>.

No caso das ocupações por nós estudadas, por exemplo, temos três que figuram como exemplos do primeiro caso (personalidades importantes) – Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Machado de Assis – e uma que se identifica como o segundo tipo – Quilombo das Guerreiras.

É importante notar que esse tipo de processo para escolha do nome, ou mesmo a própria denominação não cumprem uma regra entre as ocupações. Entre aquelas que conhecemos e com as quais temos contato, temos relatos de que o processo se deu de forma consensual e a partir das sugestões dos moradores. O nome escolhido também não é, obrigatoriamente, o de uma figura histórica que remeta às causas sociais, ou à política, por exemplo. Como mostram SOUZA e TEIXEIRA (2009),

[h]á ocupações que são associadas simplesmente ao seu endereço, como, por exemplo, a famosa ocupação Prestes Maia, no Centro de São Paulo, que já foi retratada em vários documentários. Dessa maneira, pode-se constatar que o batismo das ocupações com nomes como Chico Mendes ou Quilombo das Guerreiras expressa um investimento simbólico que carrega consigo um variado arco de intencionalidades. A primeira e mais evidente é associar o espaço a algum tipo de luta emancipatória, mas outros elementos podem ser elencados. (...) Rompe-se já, através do nome, com a imagem segundo a qual as ocupações e os acampamentos seriam “antros de desordem” e de criminalidade, “invasões” promovidas e habitadas por gente desonesta, desordeira e perigosa. (...) [H]á menção ao vínculo de alguns nomes com as características ou a memória dos espaços onde as ocupações se estabelecem. (...) Diversas ocupações do Rio de Janeiro, como a Zumbi dos Palmares e a Quilombo das Guerreiras, por exemplo, encontram-se em uma área no entorno do CBD carioca, a Zona Portuária, que há séculos concentra uma grande população de negros e mulatos<sup>160</sup>. Outro aspecto importante dos nomes das ocupações diz respeito à diversidade das bandeiras de luta que elas referenciam. Para além daqueles ícones caros à esquerda tradicional, como Lamarca, Marighela e Rosa Luxemburgo, há muitos nomes que fazem referência à luta dos negros – Zumbi dos Palmares, Manoel Congo, João Cândido –, outros às lutas das mulheres – como Chiquinha Gonzaga –, além daquelas que condensam várias dessas bandeiras como, para citar o caso mais

<sup>160</sup> Referência à região chamada de “Pequena África”, a qual inclui bairros da área central e, principalmente, da Zona Portuária da cidade. Recebeu tal denominação pela grande população de origem africana que desembarcava e se concentrava nessa área da cidade nos séculos XVIII, XIX e XX. Como se tratava (e se trata, de certa forma, ainda hoje) do porto, principal centro econômico, político e cultural da cidade, concentrava muita mão de obra – primeiramente escrava – e, depois, negros libertos e seus descendentes que constituíram ali moradia para se beneficiar da proximidade de oportunidades de trabalho e facilidade de deslocamento. Veremos que, de certa forma, essas condições continuam a estimular a luta pela moradia no Centro e Zona Portuária na atualidade e, também, que essa luta por parte dos negros continua sendo extremamente atual.

expressivo, Quilombo das Guerreiras, que a um só tempo resgata o espaço de resistência dos negros à época da escravidão e a luta das mulheres, as quais assumem cada vez mais o protagonismo em vários movimentos sociais dos dias atuais. (SOUZA e TEIXEIRA, 2009: 58, 59. Grifos dos autores)

Com o sucesso da ocupação do prédio da Chiquinha Gonzaga, a permanência dos moradores no prédio por alguns meses deu ânimo e iniciativa para novos processos de ocupação no Centro do Rio de Janeiro.

Esse é o momento de fazermos uma pausa nessas memórias dos processos que levaram às ocupações por nós estudadas para mencionarmos alguns detalhes sobre *a conjuntura em que essas ocupações começaram a se realizar e o porquê da escolha de edifícios na Área Central da cidade para elas*. Consideramos que esse é o momento ideal, pois a Ocupação Chiquinha Gonzaga representa um marco entre as ocupações organizadas. Não só por sua localização e o tipo de relações estabelecidas naquele espaço, mas por ter se tornado uma referência para outras que ainda viriam surgir e pelo apoio que seus moradores sempre dedicaram aos movimentos populares, não apenas de moradia, mas de trabalhadores, contra a violência entre outros.

Como já mencionamos algumas vezes ao longo desse trabalho, a ocupação de prédios abandonados na cidade não é inaugurada, nem é uma iniciativa exclusiva de movimentos sociais e organizações no Rio de Janeiro. Já existiam na cidade, na Área Central e em outras, prédios, terrenos e casas, ocupados por indivíduos ou famílias que não possuíam qualquer vínculo com essas organizações, mas buscavam resolver, de alguma forma, o seu problema de falta de moradia.

O problema que ocorre com frequência nesses casos é que as pessoas que tomam a iniciativa de arrombar e ocupar o imóvel acabam por se tornar o “seu detentor”, decidindo quem entra, quem sai, quem fica e, claro, determinando seu valor (de uso e de comercialização). Ou seja, nesse tipo de habitação a lógica que se produz é a mesma lógica de exploração imobiliária capitalista, porém, de forma subterrânea e, por vezes, violenta. São espécies de cortiços onde a precariedade é generalizada – faltam condições mínimas de higiene, limpeza, sistema de esgoto e coleta de lixo, ou serviços como abastecimento de água, fornecimento de energia etc. – sem contar as situações de violência e criminalidade a que esses espaços estão sujeitos constantemente com a ação de traficantes e outros criminosos.

Essa, enfim, não é uma realidade recente na cidade do Rio de Janeiro, bem como em outras cidades do Brasil e possivelmente do mundo. A literatura acadêmica (CHALHOUB, 1996; FREIRE, 1996; ABREU, 1997; RIBEIRO, 1997; VAZ, 2002; para ficar com alguns exemplos) já trabalha, há bastante tempo, as formas da habitação popular nas cidades, em especial as habitações multifamiliares fixadas em edifícios degradados que se tornaram cortiços ainda no século XIX e início do XX. A literatura brasileira, com outra abordagem e forma, também ilustra a existência desse tipo de moradia na cidade do Rio de Janeiro – esses imóveis e seus moradores são descritos em romances e crônicas de Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Lima Barreto, Rui Castro, entre tantos outros.

No entanto, a diferença que existe e que queremos ressaltar entre esses tipos de “ocupação” e as ocupações que temos estudado, assim como outros antes já sinalizaram, está justamente nos argumentos que justificam e legitimam esse tipo de ação e, também, no tipo de apropriação que se faz desses espaços, expressa nas relações sociopolíticas neles aí implementadas.

Com relação aos argumentos que legitimam a ação dos sem-teto, já havíamos mencionado nos capítulos um e dois que essa é uma questão política, jurídica e ética. *Política*, pois a fração do movimento dos sem-teto com a qual dialogamos questiona uma determinada forma de organização social e propõe uma outra forma de fazê-la, que priorize a participação plena em lugar da representação. *Jurídica*, pois a ação de ocupar um imóvel se embasa em um direito assegurado pela própria Constituição Brasileira, o direito à moradia digna, e se justifica, também de acordo com a Constituição, no cumprimento da função social da propriedade. Se um imóvel não cumpre qualquer função social no espaço onde se insere, isso o torna passível de desapropriação e destinação social. Por fim, uma questão *ética*, pois diz respeito à dignidade humana.

Entre os imóveis ocupados de um modo geral, ao longo de toda a história urbana do Rio de Janeiro, há uma grande diferença entre o sentido amplo de ocupação e os exemplos das ocupações com as quais dialogamos no período dessa pesquisa.

Essas ocupações, em especial as Ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, surgem em um momento político muito especial para a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

Na cidade, elas emergem em meio à chamada “era Cesar Maia”, que vai de 1993 ao final de 2008, com um pequeno interlúdio de Luiz Paulo Conde (1997-2001) que não chega a ser, propriamente, uma mudança nos rumos do governo anterior e posterior. Quanto ao Governo do Estado, surgem na chamada “era Garotinho” que compreende o mandato de Antony Garotinho (1999-2002), de sua vice-governadora, Benedita da Silva (2002-2003) e de sua esposa Rosinha Garotinho (2003-2007).

A “era Cesar Maia” foi um período que se pode tratar como de grande tensão para as camadas de baixa renda da população carioca, a despeito de uma grande aceitação e satisfação das classes média e alta da cidade. Segundo RIBEIRO (2009), em um primeiro momento, ou na sua primeira fase, que consistiu no primeiro mandato Cesar Maia e no mandato do seu Secretário, Luiz Paulo Conde, o então governo municipal

reintroduziu o conceito de projeto urbano no planejamento da cidade e ênfaticamente o discurso da ordem urbana e da gestão financeira eficiente e competitiva como a de uma empresa, articulado a um ‘sistema de ações’ de impacto sobre a cidade para tentar reverter o quadro de ‘crise urbana’, com base na formulação de uma política de intervenção na cidade orientada pelo que Cesar Maia e Luiz Paulo Conde denominaram de ‘urbanismo heterogêneo’, embasado em alguns princípios da Carta do Novo Urbanismo, caracterizado como uma crítica ao urbanismo moderno e ao planejamento global e considerado potencialmente capaz de induzir um processo de amplas transformações na cidade através de intervenções localizadas (...).

(...)

Tal modelo de intervenção urbana adotado pela municipalidade teve forte repercussão na mídia e foi responsável, entre outras iniciativas, pela expulsão dos camelôs das áreas centrais, pelo cercamento das praças públicas e pela criação da Guarda Municipal e teve como principais instrumentos: o Programa Favela-Bairro, que procurou integrar as favelas do Rio de Janeiro ao tecido urbano da cidade, e o Programa Rio-Cidade, cuja proposta era o bem-estar da população aliado à funcionalidade dos serviços públicos, que visavam consolidar a cidade como uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser o centro de negócios no País e no exterior, com base em um reordenamento espacial para preparar o Rio de Janeiro para superar os desafios impostos pelo novo ambiente econômico, particularmente em relação aos diferentes projetos de requalificação urbana, estabelecendo a construção de uma gestão urbana municipal, de acordo com as premissas do modelo de planejamento estratégico de cidades, “tão em moda em cidades como Santo André, Berlim, Lisboa, e seu mais nobre exemplo: Barcelona, em

detrimento de uma política urbana social” (MAGALHÃES; FARIA, 2001). (RIBEIRO, 2009: 156 - 158, 159. Grifos nossos.)

O segundo governo Cesar Maia (que consistiu em dois mandatos sucessivos, 2001-2009), por sua vez, introduziu o discurso das “vocações naturais” da/para a cidade do Rio de Janeiro – vocação cultural, paisagística, econômica, esportiva<sup>161</sup> etc.– e realizou, por isso, vultosos investimentos em obras concentradas, principalmente, na Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste da cidade. O objetivo, segundo o Prefeito, era “fortalecer centralidades antigas e criar novas centralidades por meio do redesenho desses lugares, com base no modelo de planejamento estratégico de cidades” (RIBEIRO, 2009: 185).

Sobre essa perspectiva do planejamento que é adotado pelo governo municipal, o “planejamento estratégico”, SOUZA (2003) traz uma importante contribuição mostrando que, apesar de, por diversas vezes, o “enfoque estratégico” andar associado à “perspectiva mercadofila” de planejamento, seria incorreto tomá-los como idênticos.

O rótulo “planejamento estratégico” tem, ao longo das últimas décadas, recoberto coisas distintas. Não só no Brasil, por conta de experiências bastante badaladas como o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (...), mas na verdade no mundo inteiro, a hegemonia tem sido a de uma tentativa de transposição do *cooporate strategic planning*, surgido no meio empresarial, para o planejamento urbano e regional no setor público (...). Tanto por suas origens quanto pelas motivações e pela tentativa de mimetismo, essa versão do planejamento estratégico, embora comporte várias subversões, caracteriza-se pelo conservadorismo empresarialista. (...)

No ambiente empresarialista, isto é feito de modo acrítico perante o *status quo* capitalista, e as alianças são condicionadas por um viés que é o peso enorme dos interesses empresariais na definição da agenda (o mais das vezes, na verdade, muito pouco resta em matéria de discurso sobre o “interesse público”, no estilo do velho planejamento regulatório; quando muito, o fino véu ideológico caracteriza-se por buscar convencer que o favorecimento dos interesses empresariais, gerando crescimento econômico e melhorando a posição de uma dada cidade em meio à

---

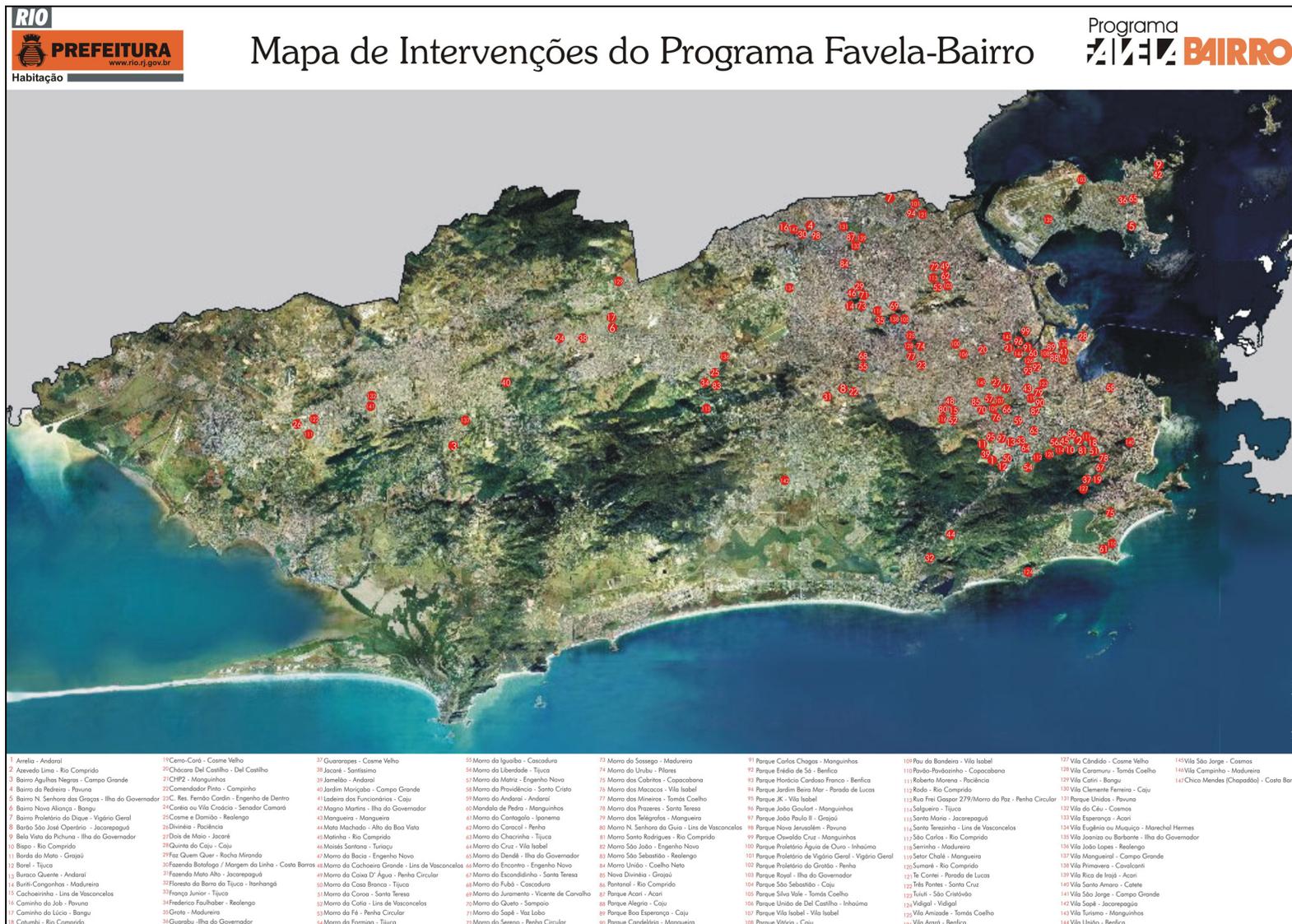
<sup>161</sup> Essa última, já com vistas à realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro (2007), que levará grandes investimentos à Barrada Tijuca como a Vila Pan-Americana que hospedaria os atletas e que depois foi incorporada ao sistema imobiliário, a construção de arenas esportivas como o velódromo, o parque aquático uma arena poliesportiva. Todos esses empreendimentos localizam-se na Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes (bairros da Zona Oeste carioca, em sua porção litorânea e de maior poder aquisitivo). Quase todos, por sua vez, permaneceram praticamente abandonados após os Jogos Pan-Americanos do Rio e começaram a ser recuperados recentemente, com a divulgação do Rio como sede das olimpíadas e 2016, ou mesmo com a incorporação e refuncionalização praticada por grupos de investidores, como é o caso da arena poliesportiva que se tornou a casa de shows e espetáculos HSBC Arena.

competição interurbana, traz benefícios coletivos como a geração de empregos e a maior circulação de riquezas). (SOUZA, 2003: 137, 138)

Dizemos, então, que foi um período de grande tensão para as camadas populares do Rio de Janeiro, pois houve, nessa época, um forte impacto de transformações colocadas em prática tanto no âmbito da habitação – nas principais áreas de habitação popular de baixa renda na cidade, isto é, as favelas –, quanto no âmbito do trabalho e posturas urbanísticas, isto é, nas relações e formas de uso e apropriação do espaço da cidade. O que hoje temos discutido, questionado e criticado no calor do “choque de ordem” instituído no mandato do Prefeito Eduardo Paes, de certo modo, já era inaugurado há mais de uma década por Cesar Maia, com imposições de restrições ao uso do espaço urbano, cerceamento de direitos, em especial de alguns habitantes da cidade.

Com as intervenções urbanísticas promovidas em quase 150 favelas na cidade do Rio de Janeiro, uma série de mudanças na vida desses moradores também passava a acontecer.

Figura 55 - Áreas sob intervenção do Programa Favela-Bairro: Prefeitura do Rio de Janeiro (2003)



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (<http://www.rio.rj.gov.br>)

É certo que ganhos foram obtidos em termos de redução de riscos ambientais, qualidade de vida e acessibilidade, no entanto, todas essas transformações se traduziam, também, em regularização das moradias e dos serviços prestados às mesmas, o que, ao fim e ao cabo, representava um aumento do custo de vida nesses espaços periféricos da cidade. Quando um indivíduo passa a habitar esses espaços da cidade, sozinho ou acompanhado de sua família, o faz, normalmente, por alguns motivos práticos e bastante específicos<sup>162</sup> que, reunidos resumem-se à dificuldade em arcar com o custo de vida em bairros formais da cidade, ou “no asfalto”, como se costuma dizer no Rio de Janeiro. Fora da favela o custo dos aluguéis de imóveis é mais elevado, bem como os serviços prestados, como água, luz, gás, telefone etc., por serem fornecidos diretamente por empresas e concessionárias formalizadas. Além disso, há o pagamento de impostos (IPTU) e, em alguns casos taxas extras como condomínios, rateio de alguns encargos etc. O alto custo mensal de todos esses encargos faz com que o cidadão procure imóveis cada vez mais distantes da Área Central e dos principais centros econômicos e de negócios da cidade, migrando para bairros da periferia mais distante, ou mesmo outros municípios, como aqueles da Baixada Fluminense, parte da RMRJ, e esse distanciamento do CBD, por sua vez, torna os gastos com transportes e o tempo de deslocamento cada vez maiores, aumentando a despesa familiar e o cansaço ao fim de cada dia de trabalho.

O que acontece quando as melhorias urbanas, em termos de infraestrutura e serviços, é implementada nas favelas, como aconteceu com o Favela-Bairro, e como vem acontecendo na atualidade, com o decréscimo da criminalidade, ou a “pacificação” imposta pelas UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora), é que a formalização dos espaços até então “informais” aumenta consideravelmente o custo de vida para aqueles que passaram a viver ali assumindo certos riscos (risco ambiental, violência etc.), justamente por não terem condições financeiras de arcar com esses custos em bairros formais da cidade. E o ciclo se reproduz levando à formação de diferentes estratos de pobreza na cidade que vão qualificar e definir quem irá se submeter às piores condições, num processo a que muitos autores vêm denominando “expulsão branca”.

Muito possivelmente os donos do poder e os atores interessados no monopólio do espaço geográfico induzem a compra dos direitos à ocupação através de solução mais moderna que a desocupação. Sofisticar

---

<sup>162</sup> Pudemos ter contato com relatos que validam essa afirmação nas entrevistas que realizamos com moradores das ocupações com as quais trabalhamos que viviam, anteriormente, em favelas do Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

o equipamento da área até gerar incompatibilidade entre a renda dos ocupantes e o alto custo da terra urbana equipada, causando deslocamento dos moradores para a periferia da cidade<sup>n</sup>.

**Nota** de referência: O fenômeno já vem ocorrendo em várias áreas metropolitanas brasileiras, em decorrência de investimentos em transporte. O princípio que rege esse deslocamento pode ser assim enunciado: “A péssima qualidade do transporte é compatível com o péssimo nível de renda do morador” e, a contra senso, “a melhor qualidade do transporte é incompatível com um péssimo nível de renda”, gerando o deslocamento.

Tal técnica deverá ser a constante para um novo momento no tempo da abertura política. Necessitando dos votos das classes menos favorecidas, as elites de poder, via poder público, certamente não se utilizarão da remoção como forma de obter solo urbano equipado das classes menos favorecidas. Utilizarão método menos cruel e aparentemente indolor. Obter-se-á o deslocamento exatamente através de investimentos públicos incompatíveis com a renda dos moradores, que de bom grado venderão sua posição geográfica geradora da renda fundiária, para sobreviver um pouco mais longe e em condições ainda piores, com alguns recursos financeiros a mais. (PESSOA, 2008: 244, 245)

Muitos moradores, com as melhorias trazidas para as comunidades onde vivem, há muito, ou pouco tempo, passam a não poderem mais arcar com aluguéis, contas e impostos, sendo obrigados a procurar moradia em condições compatíveis com o exíguo orçamento familiar. Nesse sentido, o programa Favela-Bairro foi um catalisador, juntamente com uma piora nas condições de trabalho para aqueles que viviam na informalidade, como ambulantes e camelôs, para as condições que vão impulsionar, de certo modo, as organizações e movimentos sociais na luta por moradia.

É neste contexto que pode ser compreendido, em plenitude, o conceito de espaço herdado proposto por Milton Santos (1996). O espaço não é formado, somente, pela superfície construída pelas últimas trocas intergeracionais e, muito menos, pela última modernização. Ao contrário, o espaço herdado é formado por um contínuo intercâmbio entre mortos e vivos, em que as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial. Os objetos contêm a ação (possível e necessária), da mesma maneira que a ação refaz os usos dos objetos, atribuindo-lhes sistematicidade e atualizando-os. (...) Adquire novas conotações e espessura simbólica, possibilitando a afirmação tendencial de um outro mapa, elaborado por geo-grafias, como propõe Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), das resistências culturais e das lutas políticas

que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram novas territorialidades. Desta maneira, se antes denunciávamos a produção do território alienado, valorizamos, neste momento, as territorialidades não-alienadas, que constituem um dos fundamentos essenciais do “nós eu”. (RIBEIRO, 2005: 02, 03)

Esse trecho anteriormente reproduzido contribui para reforçar a importância do espaço para os movimentos sociais, algo em que SOUZA e PORTO GONÇALVES já insistem e pesquisam desde os anos 1980-90. SOUZA (1997), por exemplo, aponta para a importância de se considerar os vínculos espaciais diante de um fenômeno a ser investigado, em especial quando se tratar de um fenômeno cujo elemento definidor, ou principal, são as relações sociais e seus questionamentos, como no caso dos ativismos e movimentos sociais em sentido forte (cf. SOUZA, 2006a), que mencionamos no capítulo dois. Nesse tipo de ação social há uma íntima relação com a expressão espacial do fenômeno, sua forma de organização espacial, suas diferentes escalas de atuação e abrangência e sua cartografia. Os usos e apropriações que se fazem do espaço implicam, deste modo, o surgimento de novas territorialidades, ou a manutenção daqueles existentes.

Quando falamos da luta por moradia, do movimento dos sem-teto, das organizações que deram origem às ocupações com as quais dialogamos nesse trabalho, não estamos tratando apenas de um substrato material onde se depositam corpos e objetos, a casa enquanto materialidade, mas estamos mencionando, também, todo o dispositivo social (físico-material, emocional, político e cultural) que esse espaço pode carregar.

Como sinaliza RIBEIRO (2005), um espaço “formado por um contínuo intercâmbio entre mortos e vivos, em que as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial”. Essa afirmação permite que possamos compreender, então, as causas que levam a busca por determinados espaços, e não outros, na ação dos movimentos sociais. Aqui, especificamente, por que imóveis na Área Central da cidade do Rio de Janeiro, e não em outros bairros da cidade ou da região metropolitana, afinal, se a questão é “moradia”, teoricamente não haveria restrições para a sua conquista em qualquer parte da cidade. No entanto, voltamos a afirmar, a questão vai além da ideia de “morar”, chega ao “habitar” que inclui todos os vínculos que se estabelecem entre o espaço formal da “casa” e seu entorno, sua vizinhança, o ir e vir, o trabalho etc.

Morar é um direito, mas, para esses ativistas, habitar o centro passa a ser uma conquista que, em meio à especulação imobiliária, às desigualdades e à segregação cada vez mais profundas, tem se tornado um sonho, também, cada vez mais distante. O “centro” não é para os pobres. Mas por que deveria ser?

Entre as ocupações que estudamos há uma clareza bastante grande por parte dos coletivos e dos moradores acerca dos objetivos de cada ação e das estratégias traçadas para alcançá-los. A conquista da moradia no Centro e Zona Portuária não se trata de um objetivo qualquer, de obter “qualquer moradia”, mas tem a justificativa que se vincula essencialmente à questão do *trabalho* e do *custo de vida*. Daí a nossa preocupação em relacionar as *transformações no mundo do trabalho*, em especial a precarização e a *hiperprecarização*, à *dinâmica sócio-espacial dos sem-teto*, isto é, suas estratégias de sobrevivência na cidade, as alternativas criadas para driblar a falta de dinheiro, de emprego, de condições minimamente dignas de sobrevivência.

Percebemos no contato e no diálogo com os ativistas, moradores das ocupações, ou aqueles que participavam de processos para a criação de uma nova ocupação, que a principal preocupação ao buscar a moradia em uma ocupação do movimento dos sem-teto é a redução dos gastos com habitação, especialmente o aluguel, que consome grande parte da renda do trabalhador.

Percebemos que, além da alimentação, os principais gastos dos trabalhadores brasileiros estão na moradia e nos transportes, o que vem ilustrar a justificativa anterior para a necessidade de habitação na Área Central da cidade, em áreas em que estejam concentrados a maior parte dos empregos e ocupações desses trabalhadores.

Quando se trata da opção por uma moradia na Área Central da cidade, essa possibilidade ganha um valor ainda maior.

*Moro aqui porque, além dessa questão de simplesmente querer me mudar de Campo Grande, não era uma questão qualquer. É porque a grande maioria das pessoas que mora fora dos grandes centros na maioria das vezes arruma serviço aqui nos grandes centros. Aí um prédio já no Centro fica muito mais fácil de sobreviver. (...) E é por isso que as pessoas, e é por isso que eu também permaneço aqui. (Entrevista realizada em 16/05/2009, por Matheus da Silveira Grandi, com morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga)*

*Eu pagava quatro passagens, chegava em casa 1h da manhã e às vezes correndo o risco de chegar no meio de um tiroteio, porque a gente*

*morava numa comunidade que é bastante perigosa. Então assim, aqui eu tenho certos privilégios que eu não teria lá. De vez em quando aparece alguma coisinha, entregar um papel... a gente sempre arruma alguma coisinha pra ganhar dinheiro aqui. A gente tem a facilidade de dependendo da onde seja aqui no centro a gente vai até andando. Não precisa nem pagar passagem. Coisa que, se a gente estivesse morando na Zona Oeste a gente pagaria, pra gente vir mal mal mal, pagaria uma passagem. Pra gente vir melhorzinho tinha que pagar duas. (Entrevista realizada em 16/05/2009, por Matheus da Silveira Grandi, com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga)*

Morar nos bairros centrais significa reduzir muito os gastos não apenas com a moradia em si, mas também com transportes, especialmente para ir e vir do trabalho, já que a maior parte desses trabalhadores de baixa renda depende de atividades na Área Central. Sejam eles trabalhadores formais ou informais, grande parte do mercado de trabalho e das oportunidades de geração de renda encontra-se no centro, na Zona Sul e em alguns bairros da Zona Norte. Morar no centro significa, por isso, estar perto das oportunidades de melhora a vida de um modo mais amplo. A redução dos custos de sobrevivência, associada ao maior acesso a oportunidades de trabalho garante maiores ganhos em qualidade de vida.

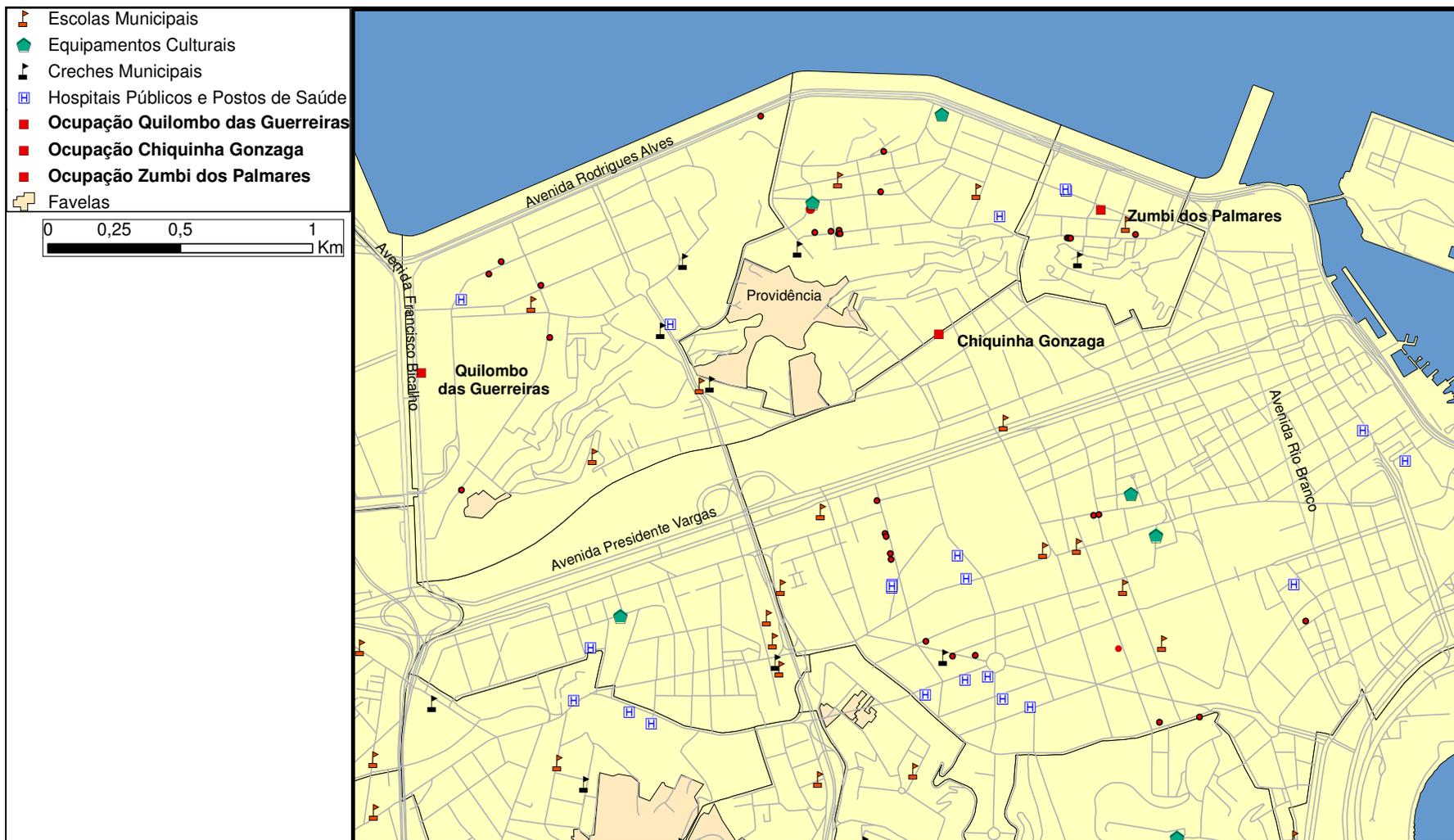
*Aqui a gente tem um pouco mais de acesso a algumas coisas. Mesmo a gente tando desempregado e tal, a gente ainda tem um teatro de graça, tem um CCBB, tem um cinema a um real... Eu tô mais perto da faculdade do que em Campo Grande. (Entrevista realizada em 16/05/2009, por Matheus da Silveira Grandi, com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga)*

*É uma sensação boa. "Como é que pode, eu tô morando na Central". Eu mesmo me falava "eu tô morando na Central, cara!". Eu morava há não sei quantos metros... Mais de 50 quilômetros daqui. Eu nunca me imaginava morando aqui. Nem depois de um mês que eu tava morando aqui, parece que eu ainda não acreditava que tava morando aqui. Essa é uma primeira impressão, né? Um segundo ponto, também, é o seguinte: todo mundo que passa pela Central, ou 90% das pessoas que passam aqui pela Central e que mora distante daqui, olha pra Central assim, com uma aversão muito grande pela Central. Na Central você encontra - com todo o respeito a esse pessoal - você encontra gays, lésbicas, senhoras e senhores, garotos de programas, essas coisas todas que é a profissão deles. Não tô nem fazendo crítica, não tô aqui pra isso. E também muita gente deitada na beira da calçada, dormindo na calçada. É um contraste muito grande, que tem um quartel aqui que é imenso, um quartel 'lindo e maravilhoso'. (...) Grandes comerciantes que tem nessa área também. E, ao mesmo tempo, um contraste do bolo de criança abandonada, de um*

*bolo de pessoas dependentes químicos, enfim. Tudo o que você imagina você encontra nessas áreas. Então tem um contraste muito grande. Quando o cara chega ali a primeira coisa que o cara pensa é "vou ser assaltado ali!". E não é isso! Depois de morar aqui um certo tempo, eu posso provar. Já andei nessas ruas aí de madrugada a dentro. 1h, 2h, 3h, 4h da manhã. Nunca me tocaram. (...) Francamente: hoje eu tenho uma outra visão dessa área. Inclusive boa. Eu pensava que aqui, se matava toda hora, se roubava toda hora. E não é nada disso. Nada a ver isso. (Entrevista realizada em 16/05/2009, por Matheus da Silveira Grandi, com morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga)*

Nesses bairros da periferia da cidade não apenas o acesso ao trabalho é complicado, mas há pouquíssimas opções de lazer, como atividades culturais em cinemas, teatros, shows, exposições, especialmente para a população mais pobre, que não possui veículo próprio e tem que arcar com passagens para vários membros da família. Percebemos nas falas desses moradores que a questão do trabalho é a motivação fundamental, mas não a única, o que reforça aquilo que havíamos comentado anteriormente acerca do conjunto de elementos e aspectos que constitui o “habitar”.

**Figura 56 - Distribuição espacial de serviços básicos e equipamentos culturais na Área Central da cidade do Rio de Janeiro (2000) e localização das Ocupações da Variante por Coletivo (2011)**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados do Censo 2000.

Existe a preocupação com a formação e com a educação, própria e dos filhos e netos; com a segurança diante dos índices de violência muito elevados em determinadas partes da cidade; com a cultura e o lazer, aspecto evidenciado na fala da moradora que se lembra de equipamentos culturais existentes no Centro (museus, teatro, cinema) que podem ser acessados por eles a um custo e um deslocamento muito menores, agora que vivem no centro da cidade.

É interessante perceber que esse aspecto do “tempo livre”, para além do tempo ocupado com trabalho e tarefas domésticas é, também, uma preocupação para esses moradores como para qualquer cidadão. Essa é uma crítica feita por esses ativistas, inclusive, aos programas habitacionais do governo (em diferentes esferas), pois não há uma preocupação em garantir o bem estar das pessoas, mas apenas o teto sobre suas cabeças. A maioria dos empreendimentos destinados a habitação popular encontram-se na periferia da cidade, em bairros como Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Sepetiba, localizados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

[Perguntada se considerava importante a localização da moradia na Área Central da cidade a moradora responde:] *Muito importante! Se oferecessem casa em Sepetiba, minha luta seria em vão; pra mim não tem sentido. Morar lá em cima é muito dificultoso. A minha vida é toda no centro, médico sempre foi aqui! Eu não abro mão de morar aqui no centro.* (Entrevista realizada em 25/08/2009, pelo NuPeD/Mini-Censo OQG, com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras)

*Nas empresas não se quer dar mais de duas passagens. E o tempo de trânsito pode ser investido em descanso. E a moradia precisa ser na cidade: o Centro não pode ficar abandonado.* (Entrevista realizada em 12/07/2009, pelo NuPeD/Mini-Censo OQG, com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras)

Retornamos então para a Ocupação Chiquinha Gonzaga, de onde partimos para essa breve exposição do contexto social e político que vivia o Rio de Janeiro e que, de certa forma e, especialmente sob alguns aspectos, permanece nos dias atuais. Sobre essa ocupação um morador destacado da ocupação relata:

*aqui é uma prova de que o povo tem que estar sempre se organizando e conquistando mesmo, no peito e na raça, o que é dele de direito. Até porque ninguém tá roubando, a gente tá só querendo é viver um pouco melhor. Não é justo que meia dúzia de pessoas tenha tudo, tem lugar pra morar, tem comida, tem tudo, e o resto massacrante da população - praticamente 90% da população -, muitas vezes não tem nem lugar onde morar, não tem nem o arroz e feijão, nem o pão de manhã pra comer.*

*Isso aqui é uma prova de que quando a gente se une a gente fica muito mais forte.* (Entrevista realizada em 16/05/2009, por Matheus da Silveira Grandi, com morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga)

A conquista do prédio na Rua Barão de São Félix, localizado atrás da Central do Brasil, em um ponto de extrema importância econômica, logística, funcional para a cidade e seus habitantes injeta ânimo e esperança nos ativistas que, na época compunham ou recebiam apoio da FLP (Frente de Luta por Moradia), juntamente com membros da CMP (Central dos Movimentos Populares) e outras organizações, estimulando a realização de um novo processo de ocupação, agora ainda maior em número de famílias, e que daria origem à Ocupação Zumbi dos Palmares, como relata Rafael ALMEIDA.

O Apoio foi o iniciador das mobilizações que deram origem à primeira ocupação desta fração do movimento: a ocupação Chiquinha Gonzaga. Na época, o Apoio fazia parte da FLP e da CMP (Central de Movimentos Populares), era composto, predominantemente, por ativistas que não necessitam de moradia para si e alguns ativistas sem-teto que, além de fazer parte das referidas organizações, também se encontravam necessitados de moradia. O grupo se encarregou de reunir as famílias, de planejar a ação e de organizar as reuniões de preparação. O Apoio ocupou o prédio junto com os moradores, acionou contatos para conquistar legitimidade e para dar visibilidade ao movimento e ajudou a mediar as negociações com o Estado. Ainda em 2004, parte do Apoio que se mobilizara em torno da ocupação Chiquinha Gonzaga se deslocou para a organização de um novo “processo”. Interessantemente, alguns moradores (integrantes do Coletivo) da Chiquinha decidiram integrar-se ao Apoio da nova ocupação, posteriormente chamada de ocupação Zumbi dos Palmares. (ALMEIDA: 2011: 34)

O prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares abrigava o antigo Instituto Nacional de Pensionistas da Estiva (INPE), depois foi incorporado ao Instituto de Aposentadorias de Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC). Com a unificação do sistema de aposentadoria nacional, o prédio passou a ser propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

**Figura 57 - Prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010**



Fotos: *Chiq da Silva*<sup>163</sup>

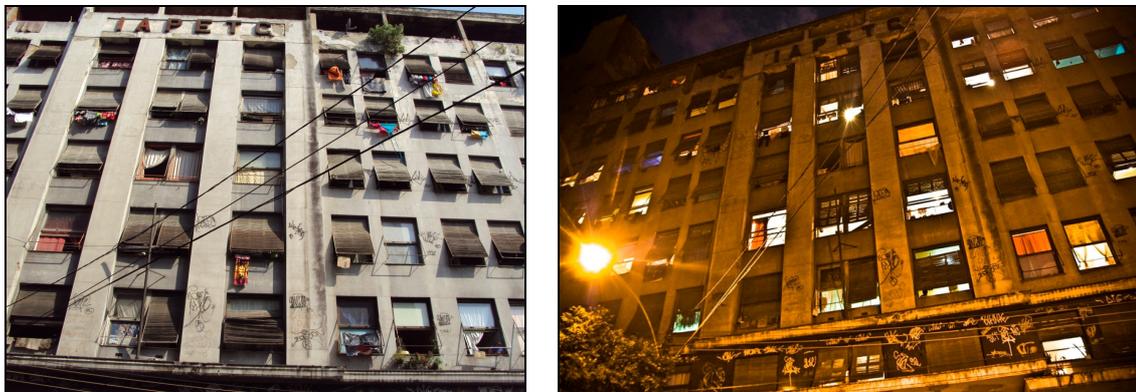
**Figura 58 - Prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010**



Foto: *Tatiana Tramontani Ramos*, respectivamente.

<sup>163</sup> Escritório de Arquitetura <http://www.chiqdasilva.com/site/index>

**Figura 59 - Prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010**



Fotos: Tatiana Tramontani Ramos e Chapolim (morador da Ocupação Flor do Asfalto), respectivamente.

Os primeiros pavimentos do edifício lembravam muito um hospital, ou algum outro estabelecimento de saúde e ficamos sabendo pelos moradores que, além dos escritórios do INSS, existia ali uma clínica de perícia e atendimento médico aos aposentados e pensionistas, o que, inclusive, gerou muita polêmica entre moradores por receio de contaminação<sup>164</sup>.

Com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, na década de 1960, muitas sedes de institutos e órgãos federais deixaram a cidade para serem instalados na nova capital, ou tiveram atuação bastante reduzida no Rio de Janeiro, como vimos no capítulo um. Não foi diferente com o INSS, que passou a ter postos de atendimento no Rio de Janeiro, assim como em outras cidades, mas a maior parte dos grandes escritórios e cadastros concentra-se em Brasília. A conclusão desse processo é que já nos anos 1970 o prédio da Avenida Venezuela, antiga sede do INSS, encontrava-se completamente abandonado.

A ocupação do edifício de sete pavimentos e um terraço que posteriormente também passou a receber famílias, após modificação e construção de novas moradias, abrigou cerca de 130 famílias e, aproximadamente 600 moradores.

<sup>164</sup> Há relatos, inclusive de que havia um grande aparelho de Raio-X no edifício, na época da ocupação, que teve que ser desmontado (não há certeza de que tenha sido por órgão competente, pela Comlurb, ou qual a origem), o que aumentava o medo de problemas com a radiação e contaminação por metais pesados.

**Figura 60- Vão interior do prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010**



Foto: *Chiq da Silva*

**Figura 61 – Corredor no interior do prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela, 2010**



Foto: *Chiq da Silva*

A Ocupação Zumbi dos Palmares aconteceu em um espaço de tempo curto, a contar da primeira ocupação realizada com o apoio da FLP, nos moldes que vinham sendo discutidos até então, isto é, a organização por coletivo e a autogestão. Esse processo em curto espaço de tempo se justifica em parte pela alegria vivenciada entre ativistas e apoiadores com o sucesso da Ocupação Chiquinha Gonzaga, mas também, como aponta ALMEIDA (2011) em sua dissertação, por uma pressão política e social que o próprio movimento passou a experimentar a partir da ocupação da Chiquinha Gonzaga. Havia a responsabilidade sobre os ativistas e apoiadores de manter o que já havia sido conquistado e, ao mesmo tempo, garantir experiências semelhantes e bem sucedidas para tantos outros sem-tetos existentes na cidade e que passavam a querer se engajar no movimento.

*A Zumbi foi, na verdade, uma tentativa inicial de resolver o que íamos fazer com esse monte de gente batendo na porta. Isso é uma preocupação. Quando se ocupa um prédio, como fazer para garantir que os quartos distribuídos serão os quartos das famílias que ocuparam? Existem pressões externas, tanto do tráfico, quanto de famílias que estão na rua, de tentar se juntar para morar ali também. É a coisa do ‘Vamos subdividir esses quartos! A gente quer morar aí também. A gente é da área, a gente é da área, a gente é da área!’ E pra poder conter essa pressão acabou surgindo a necessidade de se fazer uma outra ocupação, não era a intenção fazer outra ocupação, não estava previsto. A intenção era conter uma demanda imensa de pessoas que eram da região central, dizendo: ‘Não! Acho que tem quarto vazio aí, hein! Acho que tem quarto vazio!’ Então chamou-se uma reunião e a gente decidiu que, havendo gente precisando de moradia, nós íamos ajudá-los a conquistar isso. Mas não era o projeto inicial. (Entrevista realizada em 05/05/2011, por Rafael Almeida, com integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por coletivo e ex-integrante da FLP<sup>165</sup>)*

A conclusão desse processo de ocupação que originou a Zumbi dos Palmares foi um coletivo que algum tempo depois se tornou pouco coeso e, conseqüentemente, com pouca interação. Com isso, em pouco tempo as assembleias deixaram de acontecer de forma periódica<sup>166</sup>, havendo apenas reuniões extraordinárias quando da existência de algum problema a ser resolvido no grupo de moradores.

<sup>165</sup> A entrevista encontra-se na dissertação de ALMEIDA (2011: 126).

<sup>166</sup> É de costume que entre as ocupações da variante por coletivo haja reuniões denominadas *assembleias* e que essas reuniões sejam realizadas com uma periodicidade definida pelo regimento, nas primeiras semanas de existência da ocupação, quando o coletivo ainda está se adaptando ao espaço e o regimento ainda não se estabeleceu, as assembleias chegam a ser diárias, mas após um período de estabilização territorial e definição do regimento,

**Figura 62 - Assembleias de moradores na Ocupação Chiquinha Gonzaga**



Fotos: *Chiq da Silva, s/d*<sup>167</sup>

**Figura 63 - Assembleias de moradores na Ocupação Zumbi dos Palmares**



Fotos: *Chiq da Silva, s/d*<sup>168</sup>

normalmente essas passam a ser semanais ou quinzenais. Nessas assembleias é obrigatória a presença de, ao menos, um morador de cada unidade habitacional e a reunião é dividida em três momentos: informes gerais (momento do qual podem participar observadores externos à ocupação, como apoiadores, ativistas de outras organizações de movimentos sociais, moradores de outras ocupações etc.); assuntos relacionados ao coletivo e questões pontuais/individuais. Nas questões deliberativas todos os moradores têm direito a participação e opinião. Quando não se alcança o consenso mais amplo acerca de algum tema ou decisão, inicia-se a votação e, nesse caso, o voto é contado por unidade habitacional, ou seja, um morador de cada residência.

<sup>167</sup> Escritório de arquitetura <http://www.chiqdasilva.com/site/index>

<sup>168</sup> Escritório de arquitetura <http://www.chiqdasilva.com/site/index>

O resultado foi uma dificuldade de se manterem os princípios políticos autogestionários que animavam a organização que deu origem a esses territórios. A ocupação passava a estar muito vulnerável a influência de partidos políticos de esquerda, que desejavam “pegar carona” na iniciativa popular, de organizações outras que divergiam politicamente dos princípios norteadores iniciais, de indivíduos mal intencionados que buscavam tirar proveito do espaço conquistado, ao tentar (pela força, pela violência ou com base em ameaças fundadas e infundadas) ganhar dinheiro com a ocupação (alugando ou vendendo quartos, sublocando espaços, intimidando moradores etc.), até mesmo da criminalidade, como facções criminosas que tentavam territorializar o espaço da ocupação com frequentemente fazem com as favelas cariocas.

*A Chiquinha era uma ocupação de militantes, de gente que já havia tido uma inserção em partidos políticos, associação de moradores ou em outras ocupações urbanas, então quase todos os moradores tinha alguma experiência em militância. Poucos não haviam tido experiências de atuação coletiva. Na Zumbi, não. Não havia quase ninguém com participação comunitária e as ações de grupo eram ações extremamente hierárquicas. Então era muito difícil o convencimento de respeitar intervenção, de conhecer mesmo aqueles mecanismos de reunião. Isso sugou muito as nossas energias. (Entrevista realizada em 05/05/2011, por Rafael Almeida, com integrante do “grupo de apoio” de todas as ocupações da variante por Coletivo e ex-integrante da FLP<sup>169</sup>)*

Apesar de todos os problemas internos, a Zumbi dos Palmares foi uma ocupação extremamente acolhedora, ao menos uma boa parcela dos seus moradores, aos movimentos e organizações populares e, mesmo com todas as dificuldades em sustentar o coletivo e seus princípios, mantinha, na ação de muitos moradores, o *gérmen* da autonomia e da autogestão.

A Zumbi teve, durante anos, um bloco de carnaval organizado pelos próprios moradores (no qual a presença de apoiadores era frequente, mas seu papel era de meros coadjuvantes), e quase todos os problemas de infraestrutura foram solucionados em regime de mutirão. Além disso, a Zumbi sempre se manteve aberta às reuniões de ativismos como, por exemplo, o “Fórum contra o Choque de Ordem” e o “Reunindo Retalhos”, cumprindo um importante papel articulador de ativismos sociais emancipatórios. Nos últimos anos de existência da Zumbi, muitos moradores com quem conversava diziam que gostariam que o Coletivo voltasse a funcionar. (ALMEIDA: 2011, 128)

---

<sup>169</sup> A entrevista encontra-se na dissertação de ALMEIDA (2011: 126, 127).

Esse enfraquecimento do coletivo da ocupação, em seu sentido político, naquilo que diferencia esses espaços de qualquer outra ocupação desorganizada existente em tantas metrópoles, foi o elemento disparador de um processo de esfacelamento que seria difícil de conter nos anos seguintes. Isso porque, com a chegada ao poder do governador Sérgio Cabral Filho, em janeiro de 2007, após quase uma década de governo da “família Garotinho” e, pouco tempo depois, do Prefeito Eduardo Paes, após 16 anos de “era Cesar Maia” e com a formação da coligação “Juntos pelo Rio” (chapa do PMDB, mais 16 partidos), vai conduzir o estado, mas, em especial a cidade do Rio de Janeiro ao papel de “logomarca do Brasil” ou “vitrine mundial”. Nesta análise, SOUZA (2003) contribui com a discussão acerca da expressão “*city-marketing*”. Para esse autor, o problema relacionado a esse tipo de proposta encontra-se muito mais na compreensão que se tem e que se quer da cidade, em si, do que da propaganda que se produz a respeito dela, nas palavras do próprio autor:

o problema que reside por trás do *marketing* urbano é o mesmo que reside em qualquer *propaganda enganosa*, em que as qualidades do produto a ser comercializados são exageradas e possíveis defeitos são escamoteados. A analogia com a propaganda enganosa (*versus* propaganda honesta) é, contudo, ela própria defeituosa e muito limitada. Uma cidade não é um simples produto ou uma mercadoria qualquer, que se possa descrever objetivamente por meio de suas propriedades; uma cidade é um complexo sócio-espacial onde várias leituras e interpretações coexistem, competindo entre si e refletindo interesses divergentes. (...) Nesse plano, o *marketing* urbano “deformado” deve ser considerado como o resultado de uma tentativa de influenciar não apenas investidores e turistas em potencial, mas toda a opinião pública, formando uma imagem de cidade conforme aos interesses e à visão de mundo dos grupos dominantes. (SOUZA, 2003: 302, 303)

O longo tempo de descaso, a falta de investimentos em infraestrutura básica, especialmente nos bairros periféricos, no subúrbio carioca, corrupção (com impressionantes relatos de desvio de verbas públicas, favorecimentos pessoais, nepotismo, superfaturamento de obras etc.) e incremento da criminalidade (especialmente com a territorialização de favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais por facções criminosas e tráfico de drogas) criaram um sentimento de dualidade entre cariocas que também se estendia para outros municípios da região metropolitana.

Ao mesmo tempo em que emergia um anseio por mudanças, por conquistas e transformações mais profundas na cidade, em particular por parte de camadas populares

organizadas sob frentes e movimentos, emergia, também, um sentimento profundamente conservador e reacionário da parte das classes médias e altas, especialmente das classes emergentes que passam a habitar bairros como Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, e da tradicional elite da Zona Sul carioca. Esses grupos passaram a demonstrar todo o seu desprezo pelas classes populares como se os “culpados” por tantos anos de problemas vivenciados pela cidade fossem os pobres que residem em favelas, que “se aliam ao tráfico”, que “recebem auxílios ao estilo assistencialista”<sup>170</sup> por parte do governo e “não contribuem em nada para melhorar o espaço urbano”.

O resultado desses sentimentos foi a ascensão de governos (estado e município) que buscavam “agradar gregos e troianos”, isto é, que mantiveram uma “política assistencialista” em alguma medida (inclusive com apoio irrestrito do governo federal, especialmente após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva), mas, ao mesmo tempo, “faziam o jogo da classe média”, com promessas de limpar e embelezar a cidade, acabar com a criminalidade, recuperar a “auto estima carioca” e, principalmente, revitalizar – leia-se revalorizar – espaços da cidade, como bem sintetiza o seguinte trecho, extraído de SOUZA (2003):

Nesse contexto, o *planejamento*, com um mínimo de sentido público e expresso por meio de um conjunto de normas e regras de alcance geral relativas ao uso do solo e à organização espacial, é eclipsado, negligenciado e, não raro, acudado pela enorme ênfase que passa a ser posta em *projetos urbanísticos*, sejam de embelezamento, “revitalização” ou de outro tipo – ênfase essa que é muito conveniente para o capital imobiliário. (SOUZA, 2003: 138)

Talvez os episódios que mais tiveram importância em todo esse conflituoso entendimento e conseqüentes transformações pelos quais a cidade vem passando na última década foram as decisões acerca dos mega eventos esportivos programados para a segunda década do século XXI no Brasil: a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos Mundiais de 2016. A candidatura do Brasil em 2003, para sede da Copa 2014, e do Rio de Janeiro em 2007 para sediar as Olimpíadas de 2016 foram decisivos para “coroar” a nova fase que estava sendo inaugurada, na cidade, período que traria fortes turbulências para as camadas populares, ativismos e organizações.

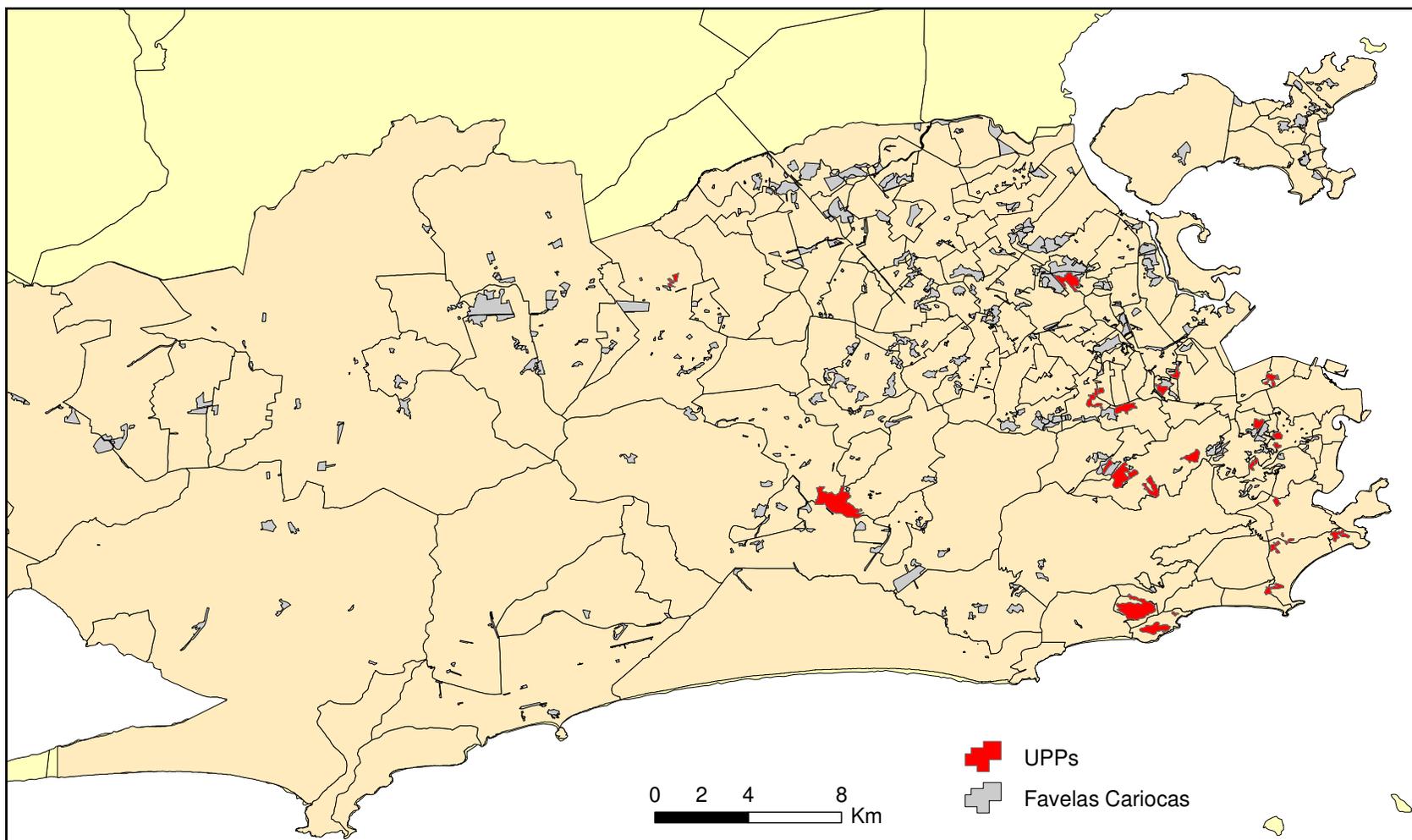
---

<sup>170</sup> Muitas críticas forma e são feitas aos programas como o “Cheque Cidadão” (Estadual), “Nova Escola” (Estadual), “Farmácia Popular” (Estadual), “Restaurante Popular” (Estadual), “Cartão Carioca” (Municipal), além do polêmico programa “Bolsa Família” do governo federal.

Os preparativos para esses eventos começaram antes mesmo de que fossem anunciados os eleitos, tal a certeza de que o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro, passariam a ter, a partir daquele momento, todas as atenções e apostas dos investidores mundiais.

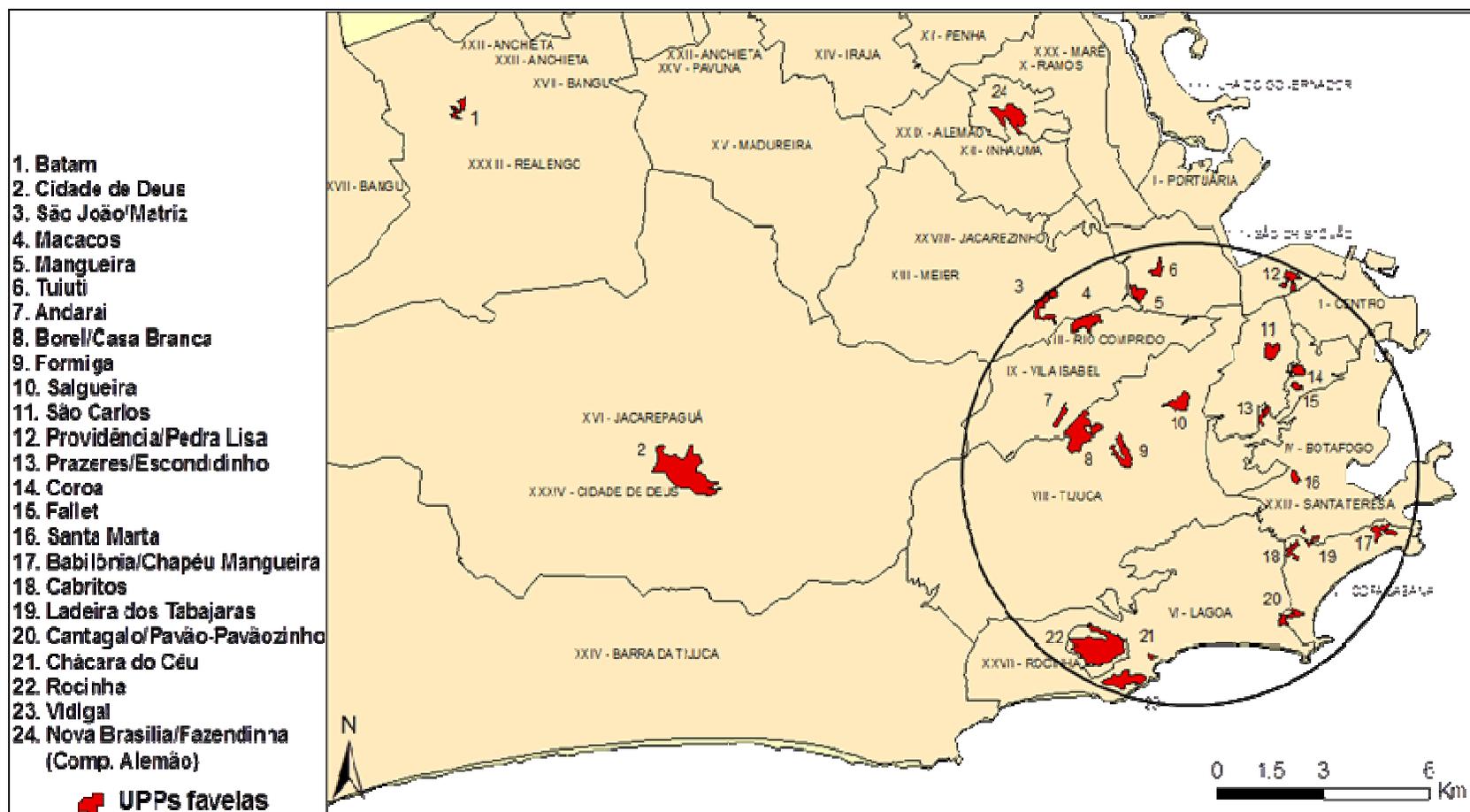
Em novembro de 2008 é inaugurada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da cidade, na Favela Santa Marta, localizada em Botafogo, Zona Sul carioca. Daí em diante, seriam criadas vinte UPP's em favelas da Zona Sul, Centro, Zona Oeste e Zona Norte da cidade.

**Figura 64 - Distribuição espacial das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro (2012)**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, elaborado a partir de dados da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (2012).

**Figura 65 - Concentração espacial dos espaços “pacificados” no Rio de Janeiro:  
90% (aprox.) das UPPs concentram-se em um raio de, no máximo, 6 km**



Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, elaborado a partir de dados da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (2012).

As UPP's, pelo discurso oficial consistem em:

um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades do Morro Santa Marta (Botafogo – Zona Sul); Cidade de Deus (Jacarepaguá Zona Oeste), Jardim Batam (Realengo – Zona Oeste); Babilônia e Chapéu Mangueira (Leme – Zona Sul); Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Copacabana e Ipanema – Zona Sul); Tabajaras e Cabritos (Copacabana – Zona Sul); Providência (Centro); Borel (Tijuca – Zona Norte); Andaraí (Tijuca); Formiga (Tijuca); Salgueiro (Tijuca); Turano (Tijuca); Macacos (Vila Isabel); São João, Matriz e Quietto (Engenho Novo, Sampaio e Riachuelo); Coroa, Fallet e Fogueteiro (Rio Comprido); Escondidinho e Prazeres (Santa Tereza) e São Carlos (Estácio). As UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades.

Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. O governo do Rio está investindo R\$ 15 milhões na qualificação da Academia de Polícia para que, até 2016<sup>171</sup>, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado. (Fonte: <http://upprj.com><sup>172</sup>)

É importante perceber que as UPP's são criadas com um discurso territorialista muito forte que não está relacionado apenas a uma guerra contra os “territórios do tráfico” na cidade, mas também à consolidação de novos territórios que têm como objetivo claro promover um controle do governo sobre determinadas áreas da cidade para fins específicos que são os eventos internacionais realizados na mesma nos próximos anos, isto é, fins empresariais e comerciais. É claro que todas as “benesses” que viriam a reboque foram extremamente bem recebidas pela classe média, como a supervalorização de imóveis na Zona Sul e, especialmente, na Zona Norte da cidade, como a “Grande Tijuca” (Tijuca, Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Maracanã), que tiveram seu valor corrigido em até 148%, segundo o Sindicato da Habitação (Secovi).

Como permite analisar TEIXEIRA (2010), as UPP's surgem a partir de uma demanda que é predominantemente “exterior” aos espaços dominados pelas facções criminosas, ou

<sup>171</sup> Notem que a data constante como “marco” no próprio projeto divulgado no site oficial do programa é o ano de realização do último grande megaevento esportivo na cidade, os Jogos Olímpicos de 2016.

seja, como a “resolução de um problema” que “atrapalha” a vida dos moradores “do asfalto”, mas rapidamente se descobre um imenso filão que são as consequências e os impactos da pacificação também da perspectiva interna a essas comunidades. Não é, simplesmente, a solução de “um problema de violência urbana”, mas

as referidas unidades revestem, efetivamente, uma novidade na política de segurança do Governo do Estado, não pela ocupação permanente das favelas pela polícia – o que já vinha sendo feito pelo Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais em algumas localidades –, mas pela intenção de se levar a cabo um pretendido policiamento comunitário, cujo princípio constitutivo é, em linhas gerais, o contato direto e, em certa medida, solidário, entre os policiais e os moradores para a identificação conjunta dos anseios e dos problemas da comunidade, de maneira a delinear os procedimentos de segurança mais apropriados. (...) a “pacificação” das comunidades, além de permitir a “invasão de serviços” públicos – outrora impedidos de serem prestados alegadamente pela ferrenha determinação dos narcotraficantes –, pavimenta o caminho para uma outra invasão, a de serviços privados (ou, ao menos, a sua regularização). Para isso, já foi criado, por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, um Conselho Empresarial de Parcerias Pró-Formalidade, integrado por representantes da Secretaria da Fazenda (do estado e do município), Secretaria de Segurança e de Ordem Pública, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), das empresas Light (de energia elétrica), CEDAE (de águas e esgotos), do Vivacred (empresa de microcrédito da ONG Viva Rio), da NET (televisão a cabo), além do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGAS), do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, entre outros membros de peso. Com tamanho empenho, os efeitos benéficos das UPPs para a regularização dos serviços prestados nas favelas “pacificadas” já se faz notar: segundo o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (que também é o presidente da Light), o furto de energia elétrica na favela Santa Marta foi reduzido de 70% para 1%. (TEIXEIRA: 2010, para *Jornal Passa Palavra*<sup>173</sup>)

As UPP's servem, portanto, aos mesmos interesses que investem em projetos como o de “revitalização” do Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro, que prevê desde intervenções urbanísticas, até a criação de quadras específicas para edifícios de negócios (escritórios comerciais e de grandes corporações), cultura e lazer (bares, restaurantes, casas de espetáculos, hotéis, museus etc.), habitação ao estilo *vintage*, destinada a uma classe média

<sup>172</sup> Consulta realizada em 04 de janeiro de 2011, 11h40min.

<sup>173</sup> <http://passapalavra.info/>.

“alternativa” e em ascensão econômica, como aconteceu com a Zona Portuária de Nova Iorque (e o surgimento dos *lofts*), Barcelona, Buenos Aires entre outras.

Além dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016, há interesse (público e privado) de se trazer para a cidade eventos periódicos como o “Fashion Rio” e o “Fashion Business”, ambos eventos de moda destinados ao público e/ou investidores; ou transferir para a Zona Portuária eventos e atividades antes realizadas em outras áreas como o evento de música “Noites Cariocas” (que costumava ser realizado no período do verão no Morro da Urca e foi transferido, em 2009, para o Píer Mauá, sob promoção de uma empresa de telefonia que atende o estado do RJ) e o *Cirque Du Soleil*<sup>174</sup>.

Todas essas intervenções e transformações apontam para a reflexão acerca do tipo de cidade que se quer “produzir” e com quais objetivos, que parecem corresponder exatamente ao mesmo “planejamento mercadófilo” que se verificava nos “planos estratégicos municipais” de Cesar Maia, que antecedeu Eduardo Paes. Para SOUZA (2003),

[n]o que diz respeito ao *escopo*, as perspectivas mercadófilas tendem a não ser estritamente físico-territoriais, e sim “abrangentes”, ainda que o motivo condutor e o espírito sejam essencialmente econômicos. (...) Não obstante, as perspectivas mercadófilas tendem a ser, na melhor das hipóteses, semi-apriorísticas; afinal, o que está em jogo não é a realização de intervenções lastreadas em uma análise profunda da realidade social e espacial (demandas, necessidades etc.), mas a captação e decodificação de sinais emitidos pelo mercado ou, simplesmente, o atendimento de demandas específicas, razoavelmente predefinidas, relativas aos interesses do capital imobiliário e outros segmentos dominantes. (SOUZA, 2003: 139)

Essas intervenções na cidade não tiveram como objetivo primordial excluir os pobres do processo de desenvolvimento da cidade, como se esses fossem um obstáculo ao mesmo desenvolvimento. O viés foi outro: alcançar um determinado padrão em termos de infraestrutura, crescimento imobiliário, atrativos turísticos, opções de investimentos que tornassem a cidade uma marca mundial.

Assim como mencionamos que as favelas com os projetos urbanos como o Favela-Bairro, tornarem-se espaços de repulsão inclusive para a população de baixa renda, pois vivenciaram um incremento do custo de vida que inviabilizava a permanência daqueles que

---

<sup>174</sup> O espetáculo que costuma se apresentar de forma itinerante e que tem visitado o país periodicamente, instalando-se na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste da cidade, ambiciona uma sede própria no Rio de Janeiro, na Zona Portuária, em galpões do Cais do Porto. A *sede fixa do Cirque du Soleil* no Rio terá capacidade para receber 3 mil pessoas. Os investimentos para compor a estrutura de instalação e serviços são de US\$ 150 milhões (R\$ 300 milhões). O espetáculo já passou a ocorrer desde 2011 na Marina da Glória e não mais na Barra da Tijuca, possivelmente aguardando negociações e obras para sua transferência definitiva para o Porto.

possuíam a renda mais baixa, ou nenhuma, com a “pacificação” o processo se repete e se intensifica. As favelas, especialmente aquelas localizadas na Zona Sul e no Centro, áreas de maior beleza cênica e carga cultural, começam a se tornar espaços “pitorescos” que atraem turistas, serviços para turistas, abrigar atividades culturais para visitantes e, com isso, a valorização dos imóveis e dos serviços vai expulsando os antigos moradores que ali residem ou residiam por falta de opção, por não ter condições financeiras de morar em outro lugar, convivendo em meio ao tráfico, à violência criminosa e policial, ao risco de desabamentos e deslizamentos, à falta de condições de salubridade etc.

O mesmo, ou talvez de forma mais acentuada e mais acelerada, vem sofrendo as ocupações de sem-teto localizadas no Centro e Zona Portuária da cidade, uma área que, a despeito do discurso da mídia e do governo que tentam convencer a população de outras áreas da cidade de que o Centro não tem vida (e, por isso, precisa ser “revitalizado”), não abriga ninguém (pobres favelados, sem-teto, moradores de rua realmente são invisíveis para certas pessoas), é um local de desordem e transgressões (cheio de camelôs, ambulantes e, também, assaltantes, trombadinhas, viciados etc.) e por isso tem que sofrer fortes intervenções como o “Choque de Ordem” (Prefeitura do Rio) e receber projetos como o “Porto Maravilha” (Consórcio entre capital privado e público com investimentos federais, estaduais e municipais).

Segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP), no entanto, o que pouco se divulga sobre a Área Central é que ela não apenas é habitada, como um terço da população residente vive nos seus bairros há mais de 20 anos. É uma população pobre (73% vive com uma renda mensal de 1 a 3 salários mínimos), de baixa escolaridade e que se dedica, predominantemente, ao trabalho informal, segundo esse instituto.

Mesmo diante desse quadro, os projetos de habitação na Área Central do Rio de Janeiro que vêm recebendo investimentos públicos e privados são, majoritariamente, aqueles destinados a classe média, e não a população pobre. Dois deles são projetos com parceria e financiamento da Caixa Econômica Federal e incluem-se no chamado Programa de Revitalização de Sítios Históricos da Caixa Econômica Federal (PRSH):

*Programa Morando no Centro* - A Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, em parceria com a Caixa Econômica Federal, está lançando empreendimentos habitacionais no centro da cidade e em vários bairros, como Gamboa, Santo Cristo, Saúde, Lapa e Estácio. O objetivo destes empreendimentos é iniciar o processo de retomada da vocação habitacional do centro da cidade, tirando proveito da facilidade de transporte, da proximidade de comércio e serviços e da

riqueza cultural desta região, oferecendo aos cariocas a possibilidade de morar próximo ao seu trabalho, com maior qualidade de vida.

*Projeto Morro da Conceição* - proposta municipal de intervenção urbana que beneficia a área do mesmo nome, localizada próxima à Zona Portuária do Rio, com diversos bens tombados em âmbito federal, estadual ou municipal. A existência da Fortaleza da Conceição - século XVIII, pertencente ao exército, foi o principal fator de impedimento para a favelização do local, que mantém, até hoje, características antigas de moradia (cerca de 1.500 unidades) e ambiência urbana inesperada para o centro do Rio de Janeiro. Acredita-se que a vocação cultural da área atrairá para as velhas casas ateliês de artistas, intelectuais, livrarias, galerias, além de estimular a recuperação de moradias. Foram desenvolvidos estudos de revitalização de habitações com cooperação técnica do Governo Francês e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, e estão em implantação obras de melhorias na infra-estrutura e nos espaços públicos, ficando a CAIXA com a concessão de financiamentos habitacionais para moradores de imóveis unifamiliares ou multifamiliares. (Fonte: Site da Caixa Econômica Federal<sup>175</sup>, grifos meus.)

Outro programa em fase de execução na Área Central do Rio de Janeiro é o Programa “*Novas Alternativas*”, que atua na “reabilitação”, recuperação e construção de imóveis em “vazios urbanos infraestruturados localizados no Centro do Rio”<sup>176</sup>, especialmente moradias de uso misto (residencial e comercial). Isto é, despejam-se moradores de cortiços e ocupações, reforma-se o prédio e vende-se para a classe média com financiamento da CEF e com preferência para profissionais da área de segurança pública<sup>177</sup>.

---

<sup>175</sup> [http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programa\\_des\\_urbano/infra\\_estrutura\\_setor\\_publico/prsh/saiba\\_mais.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/infra_estrutura_setor_publico/prsh/saiba_mais.asp), consultado em 04 de janeiro de 2012, 16h02min.

<sup>176</sup> Conforme Secretaria Municipal de Habitação - <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=125406>, consulta em 04 de janeiro de 2012, 16h09min.

<sup>177</sup> Um dos eixos que integram o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.

**Figura 66 - Divulgação do “Projeto Novas Alternativas”: *Projeto Porto Maravilha*, Secretaria de Habitação e Secretaria de Segurança Pública (2011)**

**LANÇAMENTO DO PROJETO HABITACIONAL “NOVAS ALTERNATIVAS”**



- Potencial de construção imediata de 499 unidades (tipo PAR) na região prioritária a partir da utilização de 24 imóveis degradados na região, que já possuem licença de obras
- Custo estimado:
  - Prefeitura: R\$ 10 MM (aprox. R\$ 20 mil / unidade)
  - CEF: R\$ 24 MM (financiamento aos moradores)

PORTO MARAVILHA 25

Fonte: *Projeto Porto Maravilha*<sup>178</sup>.

O que é fácil perceber é que, se antes desses projetos governamentais de segurança e “revitalização” já havia uma pressão para o despejo dessas ocupações, especialmente motivado por proprietários imobiliários, comerciantes, enfim, pela vizinhança preocupada com a (des)valorização dos seus imóveis e com um destino semelhante a que poderiam estar sujeitos outros imóveis em situação de abandono (entregues à especulação), agora, com a oficialização e institucionalização dessa hostilidade, tudo tornava-se mais fácil.

As ocupações localizadas no Centro, Saúde, Gamboa e Santo Cristo tornaram-se alvo constante de tentativas de despejo por parte de proprietários privados e das próprias instituições públicas. Passaram a receber, constantemente, a visita de oficiais de justiça com pedidos de reintegração de posse, bem como outras táticas oficiais para tentar enfraquecer o coletivo da ocupação e/ou inviabilizar sua permanência no local.

Essas táticas consistem em diversos instrumentos: a visita de assistentes sociais acompanhados de policiais acusando denúncias de maus tratos à crianças, condições de vida e salubridade inadequadas; policiais civis, militares e até federais acusando os coletivos, ou algum morador, de colaboração com o tráfico; Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, sempre

<sup>178</sup> Site [http://www2.rio.rj.gov.br/smu/computr/pdf/projeto\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/computr/pdf/projeto_porto_maravilha.pdf), consulta em 22/03/2012, 17h48min.

acompanhados de policiais militares, apresentando laudos de interdição sob alegação de riscos de incêndio, desabamentos, inadequação entre destinação e uso dos imóveis, ausência de equipamentos de segurança como extintores, grades, telas de proteção, corrimões, escadas etc. Enfim, foi e têm sido um luta árdua e diária com apoio de ativistas, estudantes, professores, advogados que servem às causas populares, arquitetos que auxiliam na argumentação e questionamento de laudos, defensores públicos e muitos outros anônimos que se solidarizam a causa, mas, ainda assim, muitas batalhas são perdidas, como foi o caso da Ocupação Zumbi dos Palmares.

**Figura 67 - Manifestação realizada em defesa da Ocupação Zumbi dos Palmares, em agosto de 2010**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 68 - Manifestação realizada em defesa da Ocupação Zumbi dos Palmares, em agosto de 2010**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

**Figura 69 - Manifestação realizada em defesa da Ocupação Zumbi dos Palmares, em agosto de 2010**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

A Zumbi dos Palmares recebeu inúmeras “visitas” desse tipo, além das investidas do poder público para desarticular os moradores e facilitar a desocupação do prédio, atendendo aos interesses privados voltados para aquela região. A ocupação já se encontrava, há algum tempo, em um processo de enfraquecimento político – como mencionamos anteriormente, o

coletivo não tinha mais coesão, pouco se reunia e as discussões internas eram muito grandes em termos de divergência e pequenas em termos de entendimento –, além disso, em 2011, quase seis anos após a ocupação do prédio, poucos dos moradores ali residentes eram, ainda, aqueles que haviam participado do processo de ocupação em 2005, ou seja, o princípio político e a organização social que originou a ocupação havia, em grande parte, se perdido na história.

Tais fragilidades facilitaram uma desocupação lenta, discreta e que, ao contrário de outras situações em que o despejo dos moradores realizado em massa, com a retirada dos seus pertences por policiais, Defesa Civil e Comlurb, acabou dando mais visibilidade, mais legitimidade e, conseqüentemente, mais força ao movimento<sup>179</sup>.

No caso da Zumbi dos Palmares dizemos que o processo foi lento e discreto, pois alguns dos moradores foram convencidos (após algumas reuniões realizadas no prédio que tinham como tema as ações de despejo recebidas pela ocupação e a inviabilidade da negociação do prédio entre o INSS (proprietário) a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e Prefeitura, por falta de interesse dessa última em adquiri-lo<sup>180</sup>) de que a única alternativa possível ao despejo era aceitar propostas de “indenizações” em dinheiro (vinte mil reais) ou cadastrar-se para receber uma moradia pelo programa Minha Casa Minha Vida, como aponta FREIRE (2011).

Das 133 famílias que residiam na Ocupação, cerca de 15 famílias se mudaram para Paciência, bairro próximo a Santa Cruz. Um número bem maior, de quase 100 famílias, preferiu receber o cheque de vinte mil reais, seguindo por endereços diversos, principalmente os municípios de Caxias e Nova Iguaçu, para as favelas do Borel,

<sup>179</sup> Como foi o caso da Ocupação *Guerreiros do 510* (localizada na Rua Gomes Freire, 510), que não era uma ocupação da variante por coletivo, mas uma ocupação cuja coordenação tinha apoio e seguia orientação da FIST (Frente Internacionalista dos Sem-Teto), mas com a qual tínhamos uma relação próxima pelo fato dessa ocupação ter sido fortemente engajada no Fórum Contra o Choque de Ordem e, posteriormente, muitos dos seus moradores terem permanecido nas Reuniões do Reunindo Retalhos, terem morado por um tempo em ocupações apoiadas por nós, etc. Como relatamos na primeira seção desse capítulo, a ocupação foi despejada de forma extremamente violenta o que motivou a união de seus moradores e apoiadores em mais dois processos de ocupação (*Guerreiros do 234*, na Mem de Sá, 234 e *Guerreiro Urbano*, na rua Sara, 85, no Santo Cristo, ambas despejadas após horas de ocupação).

<sup>180</sup> A prefeitura alegava o estado de degradação do prédio e a inadequação da edificação para fins de moradia (que exigiriam altíssimos investimentos em obras) como empecilhos que inviabilizava a transação, apesar da ocupação ter sido contemplada com recursos do *Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social* (FNHIS). Esse fundo do Ministério das Cidades possui por objetivo apoiar entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltada a famílias de baixa renda (Cf. <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/fnhis>). No caso da Zumbi seria implementada a modalidade “Requalificação de Imóveis”. No entanto, houve mais interesse em negociar o imóveis com investidores privados que intentam estabelecer na região da Praça Mauá imóveis comerciais e edifícios de negócios, conforme o projeto de “revitalização” da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Mangueira, Providência, Falet, Barreira do Vasco, e para bairros da Zona Oeste como Campo Grande, Realengo e Padre Miguel. Apenas 20 famílias, aproximadamente, optaram pelo aluguel social e estão aguardando – a maior parte em cortiços nas proximidades da Central do Brasil – a construção de casas populares integradas ao Programa *Minha Casa e Minha Vida*, na Rua do Livramento, 93. Como estas não têm prazo para serem entregues, ainda que a imensa maioria dos moradores preferisse permanecer na área central da cidade, poucos decidiram — “arriscar” nesta opção, considerada pela maioria dos moradores como a mais insegura. (FREIRE, 2011: 153)

Muitos moradores aceitaram a proposta e foram se comprometendo a deixar o imóvel na Avenida Venezuela. Conforme as indenizações eram pagas, a ocupação foi sendo esvaziada até a sua total desocupação em fevereiro de 2011. Não temos notícias de que as casas prometidas tenham realmente sido, ou se serão entregues. Atualmente a Avenida Venezuela encontra-se bloqueada para obras de grandes proporções tanto de infraestrutura viária (devido a alterações previstas para a região como a demolição do viaduto da Perimetral, construção de galerias e túneis para alteração de vias etc.), quanto de demolição de imóveis, construção e requalificação de outros.

A terceira ocupação que se originou dentro dos princípios políticos que orientavam as duas anteriores – da autogestão dos moradores, e autonomia frente a organizações políticas verticalizadas como partidos e muitas organizações de movimentos sociais – também foi apoiada pela Frente de Luta Popular (FLP) e passou por duas tentativas malsucedidas antes do atual endereço, a Avenida Francisco Bicalho, 49.

O processo que originaria a Ocupação Quilombo das Guerreiras se inicia em 2005, por meio da articulação entre ativistas das outras duas ocupações já existentes – Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares – e apoiadores ligados, ou não, a diversas organizações de movimentos sociais (CMP<sup>181</sup>, MUP<sup>182</sup>, MEL<sup>183</sup>, MEP<sup>184</sup>, FARJ<sup>185</sup>, FIST<sup>186</sup>; alguns deles ligados a frente que compunha a FLP, outros não<sup>187</sup>, como a FARJ e a FIST).

A primeira tentativa de ocupação da Quilombo das Guerreiras se deu, então, ainda em 2005. Há algumas diferenças importantes, contudo, em relação ao processo que deu origem a

<sup>181</sup> Central de Movimentos Populares.

<sup>182</sup> Movimento pela Universidade Popular.

<sup>183</sup> Movimento da Educação Libertária.

<sup>184</sup> Movimento pela Educação Popular.

<sup>185</sup> Federação Anarquista do Rio de Janeiro.

<sup>186</sup> Frente Internacionalista dos Sem-Teto.

<sup>187</sup> “A FLP já contava com a participação do MUP (Movimento pela Universidade Popular), do ARM (Ação Revolucionária Marxista), do Favelania, do MPF (Movimento Popular de Favelas) e do MCL e, posteriormente foi adensada com a participação de anarquistas egressos da Resistência Popular (RP-Rio), do Movimento da

Ocupação Chiquinha Gonzaga, especialmente quanto à organização que originou a ocupação, à localização da mesma, e ao prédio ocupado.

Vimos que a primeira tentativa de ocupação do atual edifício da Chiquinha Gonzaga foi realizada pelo MCL<sup>188</sup>, atual MCP<sup>189</sup>, uma organização que, como vimos no capítulo anterior, possui uma longa experiência de atuação junto às classes populares de diferentes origens: no campo, nas periferias e em favelas. Os princípios políticos que regem a atuação dessa organização, contudo, são bastante divergentes daqueles que orientam as ocupações da *variante por coletivo* que começariam, mais tarde, a se territorializar no Centro do Rio de Janeiro. O MCP, no entanto, apesar das divergências com o movimento orientado pela autonomia e pela autogestão que inspira essas ocupações, sempre foi um aliado e um parceiro de luta importante, compartilhando experiências e momentos bons e difíceis. Dessa forma, podemos afirmar que, nos dois processos, Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga, e suas tentativas de ocupação frustradas, há uma diferença fundamental quanto ao campo político<sup>190</sup> que principiou a ação.

Se nas duas tentativas de ocupação do prédio da rua Barão de São Félix essas foram encaminhadas por organizações distintas que se constituíam, portanto de diferentes campos políticos, na três<sup>191</sup> experiências de ocupação que contam a história da Quilombo das

Educação Libertária (MEL), do MEP (Movimento pela Educação Popular), do Movimento Anarco Punk e outros libertários independentes”. (ALMEIDA, 2011: 125)

<sup>188</sup> Movimento das Comissões de Luta.

<sup>189</sup> Movimento das Comunidades Populares.

<sup>190</sup> Citando ALMEIDA (2011: 70) – Segundo Swartz, o “campo político” é “(...) composto pelos atores diretamente envolvidos no processo em estudo. Seu escopo social e territorial e as esferas de comportamento que ele compreende se modificam quando atores adicionais se inserem nos processos ou quando certos participantes se retiram, e quando eles trazem novos tipos de atividades para a interação [com os demais atores] e/ou se desfazem de tipos mais antigos. Como isso indica, os processos se desenvolvem através do tempo com ou sem expansão ou contração, e nenhum estado em particular pode ser suposto como sendo mais duradouro ou ‘normal’ do que qualquer outro. (...) “Campo” é um conceito que permite tanto a continuidade quanto a mudança nas relações entre os participantes na política, e ele ainda tem a vantagem de não possuir a rígida qualidade trazida por termos bem mais comuns, como ‘sistema político’ ou ‘estrutura política’” (SWARTZ, 1968, p. 6 [tradução livre]).

O referido autor argumenta que o “campo” é definido pelos interesses e o envolvimento dos participantes no processo político e o seu conteúdo inclui os valores, significados, recursos e relações empregadas pelos participantes do processo. Contudo, ele ressalta a utilidade de um segundo conceito, a “arena”, que abarcaria aqueles que estão diretamente envolvidos com os participantes dos “campos”, porém, não se encontram diretamente envolvidos com os processos que definem o “campo”. Assim,

“[o] campo está incluído na arena de modo que os participantes do campo operam em, pelo menos, dois conjuntos de relações: com indivíduos, grupos, e com recursos, regras e valores conectados a cada conjunto” (SWARTZ, 1968, p. 12).

<sup>191</sup> A primeira tentativa de ocupação aconteceu em novembro de 2005, em um prédio no Centro da cidade, localizado na Rua Alcindo Guanabara. O imóvel ocupado pertencia ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas estava emprestado à Justiça Federal desde o início da década de 90, encontrando-se fechado e desocupado na época. Essa ocupação durou apenas algumas horas e sofreu reintegração de posse ao INSS no mesmo dia. A segunda tentativa se deu em julho de 2006, no bairro do Rio Comprido, Zona Norte do Rio de Janeiro, em um imóvel privado localizado na Rua Estrela. Nessa tentativa, novamente o grupo foi despejado no mesmo dia, no final da tarde. A terceira, última e bem sucedida tentativa se deu pouco tempo depois, em outubro

Guerreiras, em imóveis distintos, há um ponto em comum que se define pelo nome de *coletivo*. A existência do coletivo não elimina os campos e nem tampouco os conflitos internos, mas, como afirma ALMEIDA (2011)

como se trata de um formato político-organizativo horizontal, quando um “campo” adquire hegemonia sobre a “arena”, ele não passa a dominá-la. A hegemonia significa que a questão causadora da cisão foi resolvida a partir do convencimento, ou seja, significa que um dos “campos” conseguiu convencer toda ou quase toda a arena de seu ponto de vista. Com isso, novos “campos” surgem a partir de novas discussões e novos temas que, mais uma vez, provocam novas cisões no Coletivo. Mesmo assim, isso não quer dizer que o “campo” derrotado não possa voltar a se articular futuramente. (ALMEIDA, 2011: 181)

ALMEIDA (2011) quer ressaltar que, diferentemente do que se pode imaginar como um ambiente sociopolítico homogêneo, as ocupações da variante por coletivo são, também, territórios de grande tensão e disputa política. Mesmo naquelas em que, como a Quilombo das Guerreiras, há uma disciplina grande com relação às práticas definidas pelo coletivo, ao regimento da ocupação, etc. Nessas ocupações diferentes “campos políticos” atuam e influenciam permanentemente a “arena” hegemonomizando-a, ou não, e sendo assim, capazes de exercer importantes transformações em termos de diretrizes políticas e, também, de procedimentos quotidianos.

Estendemos-nos para esse debate nesse momento, porque pensamos ser importante considerar a diferença entre as tentativas de ocupação nesses dois casos não somente como tentativas levadas a cabo por organizações distintas no primeiro caso e pela mesma organização no segundo caso, mas para fugir da simplificação que reduziria a “duas tentativas; uma ocupação”, ou “três tentativas; uma ocupação”, como se o processo se constituísse somente de “tentativa e erro/acerto”.

A intenção é mostrar, ainda que de forma rápida, que tais processos e sua composição política são bem mais complexos do que normalmente se julga<sup>192</sup>. Com relação a esse assunto, podemos perceber que, de certa forma, as diferentes tentativas de ocupação realizadas pelo coletivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras contribuíram, de alguma maneira, para que essa tenha sido considerada aquela em que existe a maior coesão em termos de coletivo, em comparação com as quatro ocupações dessa variante estudadas. Essa coesão está representada

---

de 2006, na Rua Francisco Bicalho, em um antigo imóvel da Companhia Docas, próximo da Rodoviária Novo Rio, no bairro do Santo Cristo.

na capacidade de diálogo, de articulação e de participação dos moradores nos assuntos da ocupação que não está livre, no entanto, de disputas, conflitos e tensões.

**Figura 70 - Ocupação Quilombo das Guerreiras:  
imagem da primeira tentativa de ocupação, na Rua Alcindo Guanabara, Centro (2005)**



Fotos: *O Globo*<sup>193</sup>

**Figura 71 - Ocupação Quilombo das Guerreiras: fachada da ocupação atual, na Av. Francisco Bicalho (2009)**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos.

<sup>192</sup> Para mais detalhes sobre a dinâmica política interna às ocupações recomendo a leitura da dissertação de Rafael ALMEIDA (2001) indicada na bibliografia dessa tese.

<sup>193</sup> <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL124584-9099,00.html>.

Hoje a situação das ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras é bastante diferente em termos jurídicos e de regularização. A Ocupação Chiquinha Gonzaga possui uma situação de relativa estabilidade jurídica<sup>194</sup>, como resume GRANDI (2010):

O INCRA abriu mão do imóvel com a Portaria n.º 89, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2009 (...), cedendo prédio a União. Quanto à reforma do prédio, a mobilização dos moradores e moradoras e a articulação em escala nacional, conquistou o acesso a recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A Gerência Regional no Rio de Janeiro da Secretaria do Patrimônio da União autorizou (...) o ITERJ (Instituto de Terras e cartografia do Estado do Rio de Janeiro) a iniciar as obras. Porém, até a presente data, o ITERJ tem apresentado entraves para a realização da obra – especialmente pela demora na liberação da verba necessária para o pagamento da contrapartida estadual referente à verba federal. Já em relação ao processo de regularização fundiária, o Ministério do Planejamento e Gestão, responsável pelos imóveis da União, publicou quase cinco meses depois da cessão do imóvel pelo INCRA (...) a Portaria n.º. 233 que cede o prédio ao Estado do Rio de Janeiro para fins de “(...) regularização fundiária de interesse social, beneficiando sessenta e seis famílias de baixa renda ocupantes do imóvel desde 2004.” No entanto, o processo segue estagnado desde então, não tendo sido solucionado até a presente data (janeiro de 2010). (GRANDI, 2010: 223, nota 289)

Diferentemente da Quilombo das Guerreiras que, ao que todos os encaminhamentos indicam, não tem obtido sucesso nas negociações com a Companhia Docas, além de vir sofrendo muita pressão com as obras do projeto de “revitalização” da Zona Portuária, por sua localização.

O imóvel localiza-se em um extenso terreno na Av. Francisco Bicalho, no qual existem vários galpões que deviam ser usados, no passado, como armazéns, um edifício que abriga um teatro (em absoluta degradação) e um edifício de cinco pavimentos onde funcionavam os escritórios da empresa<sup>195</sup>. De toda a extensão do imóvel só é utilizado e,

<sup>194</sup> Quanto à permanência dos moradores no imóvel esse é um importante fator de criação de tensão dentro das ocupações, vide o caso da Ocupação Zumbi dos Palmares que sofreu um grande enfraquecimento político interno, em grande parte, pela insegurança dos moradores em permanecer no prédio. É claro que esses fatores, especialmente no caso da Zumbi dos Palmares, se retroalimentaram, mas a ameaça de despejo permanente é considerado um fator desagregador, principalmente em situação onde já existe uma fragmentação política substancial.

<sup>195</sup> O fato de o edifício ter sido um imóvel comercial/empresarial, assim como o edifício que abrigou a Ocupação Zumbi dos Palmares, foi um elemento que dificultou a organização interna dos espaços da ocupação, nos primeiros momentos. Os cinco pavimentos possuíam poucas salas que poderiam ser utilizadas como unidade habitacional familiar. A maior parte do espaço era composta de amplos salões sem divisões por paredes e portas. Essa refuncionalização do espaço dependeu de muita negociação e trabalho por parte do coletivo dos moradores, que levaram em consideração o tamanho das famílias (solteiros, solteiros com filhos, casais, casais com filhos ou outros parentes etc.) para decidir, assim, a divisão dos espaços nos andares. As unidades habitacionais foram definidas e as divisões erguidas com madeira, compensados e, em poucos casos paredes de tijolo e cimento. Outro problema que se repetia na Quilombo das Guerreiras, assim como foi com a Zumbi dos Palmares era a

afetivamente ocupado, o edifício principal (antigos escritórios) e um espaço imediatamente ao lado (direito) que funciona como um estacionamento para automóveis (quando esses vêm à ocupação) e, principalmente, dos carrinhos dos moradores que trabalham como ambulantes nos arredores. Por só utilizar uma fração do terreno da Cia. Docas, durante as negociações com a empresa o coletivo da ocupação sugeriu, inclusive, o desmembramento do terreno junto à Prefeitura, para que eles permanecessem no prédio e os galpões fossem “devolvidos” à Companhia, mas a proposta foi rejeitada pela mesma.

**Figura 72 - Áreas comuns da Ocupação Quilombo das Guerreiras:  
pátio externo do terceiro andar (salões)**



Fotos: Tatiana Tramontani Ramos

---

falta de “pontos de água e esgoto” espalhados pelos andares, por se tratar de um imóvel comercial. Isso dificultava a instalação de banheiros e cozinha. Os banheiros na Quilombo das Guerreiras, assim como eram na Zumbi dos Palmares, são coletivos. Há dois banheiros por andar, um masculino e um feminino, exceto no pavimento térreo (portaria) e no terceiro andar, onde se localizam dois salões usados para reuniões e festas, a cozinha coletiva e a biblioteca, além de algumas unidades habitacionais. Para mais detalhes sobre a dinâmica e utilização dos espaços privados na Ocupação Quilombo das Guerreiras recomendo a dissertação de Marianna Fernandes MOREIRA (2011), indicada na bibliografia dessa tese.

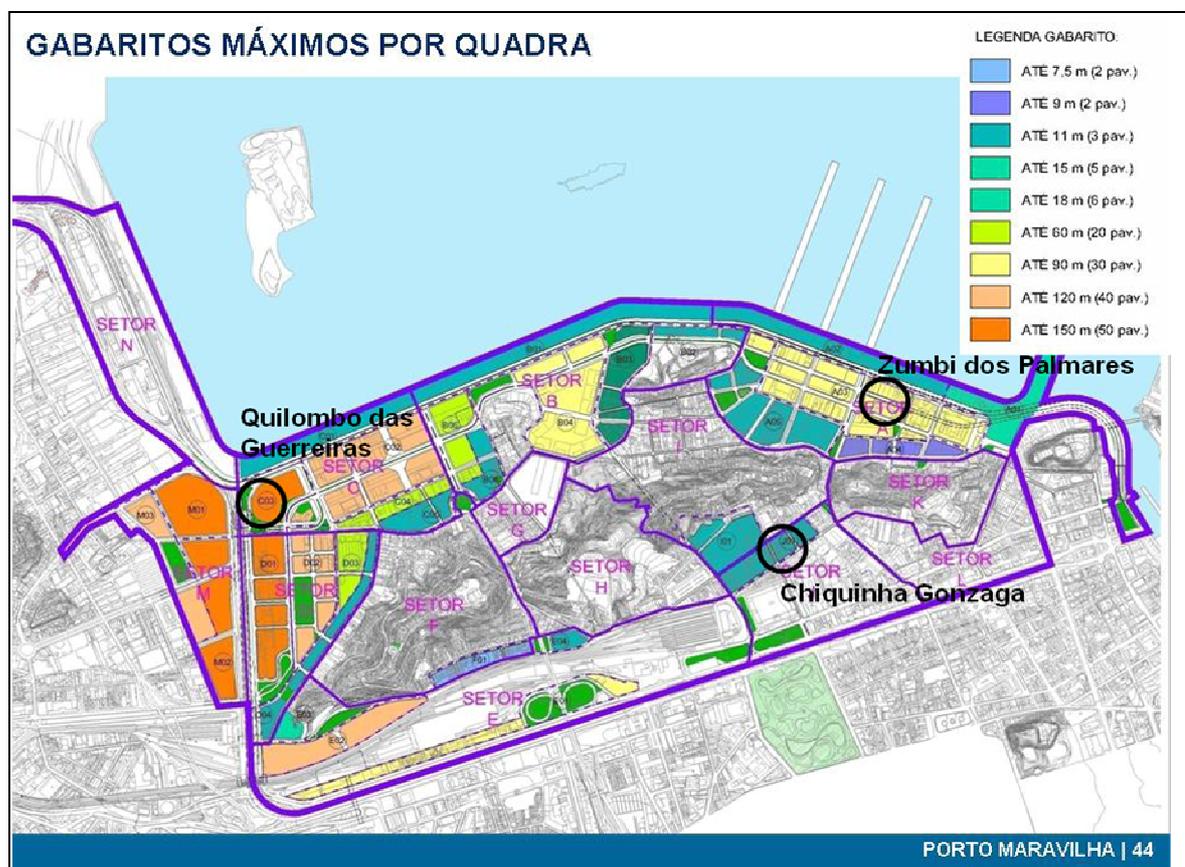
**Figura 73 - Áreas comuns da Ocupação Quilombo das Guerreiras:  
área externa da portaria, 2009.**



Fotos: Tatiana Tramontani Ramos

Hoje residem 36 famílias na Ocupação Quilombo das Guerreiras. Está previsto no *Projeto Porto Maravilha* que toda a área onde se encontra a ocupação (Av. Francisco Bicalho) deverá receber modernos edifícios comerciais e de negócios que serão construídos no local. O gabarito previsto para a área é de até 50 pavimentos (cf. documento final da auditoria pública do *Projeto Porto Maravilha* de 2010).

**Figura 74 - Prancha de divulgação do zoneamento por gabarito na Zona Portuária, de acordo com o Projeto Porto Maravilha: Número máximo de pavimentos construídos chega a 50 na quadra da OQG (2011)**



Fonte: Apresentação institucional do *Projeto Porto Maravilha*<sup>196</sup> com alterações: inclusão de três das ocupações estudadas em áreas com previsão para os respectivos gabaritos.

Além disso, a Rodoviária Novo Rio (Av. Rodrigues Alves) e o terminal de ônibus de linhas municipais (Av. Cidade de Lima), também passarão por obras, com a possibilidade da Rodoviária Novo Rio – ônibus intermunicipais e interestaduais – se transferida para o bairro de Irajá, Zona Norte da cidade (por seu melhor acesso à Avenida Brasil e às principais vias de entrada e saída da cidade, as rodovias como a Presidente Dutra, BR-116 e Washington Luís, BR-040).

<sup>196</sup> Site [http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto_porto_maravilha.pdf), consulta em 22/03/2012, 17h40min.

**Figura 75 - Prancha de divulgação do zoneamento por “vocações” na Zona Portuária, de acordo com o *Projeto Porto Maravilha*: classificação como “área comercial” para a localização de duas das ocupações estudadas, OQG e OZP (2011)**



Fonte: Apresentação institucional do *Projeto Porto Maravilha*<sup>197</sup> com alterações: inclusão de três das ocupações estudadas e a área para onde devem ser reassentadas as famílias da Ocupação Zumbi dos Palmares.

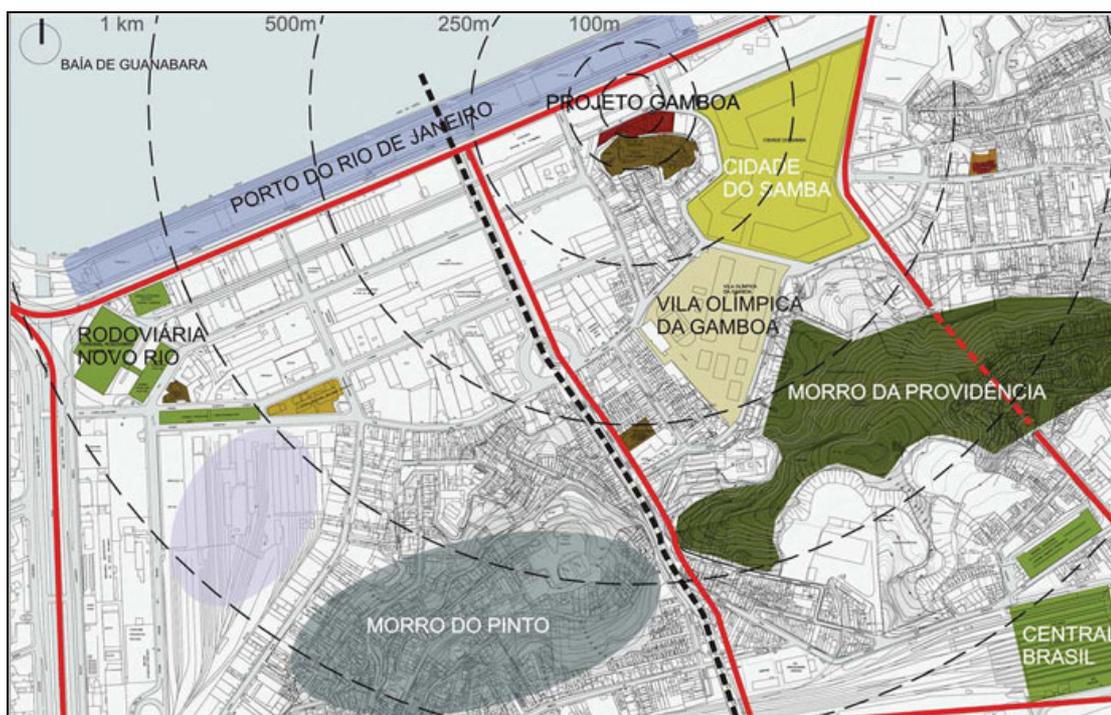
Tais mudanças tendem a alterar a dinâmica comercial e o fluxo de pessoas no local, já que ela serve como importantíssimo nó funcional, especialmente quando se trata da *economia informal* do seu entorno, inclusive para os moradores da Quilombo das Guerreiras, pelo intenso trânsito de pessoas que por ali circulam diariamente.

Toda essa situação que envolve negociações “de peso” com o “mega-projeto de revitalização” da área, pela Prefeitura, e com a empresa Docas, hoje privatizada e com grandes interesses imobiliários na região, leva a crer que a Ocupação Quilombo das Guerreiras deve mesmo passar por um processo de reassentamento em um conjunto habitacional a ser construído na Gamboa, nos próximos anos.

<sup>197</sup> Site [http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/projeto_porto_maravilha.pdf), consulta em 22/03/2012, 17h46min.

Recentemente, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR) conseguiu (em parceria com a CMP), através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), recursos para a construção de um conjunto habitacional na Gamboa (já batizado pelos moradores de Quilombo da Gamboa), no qual a Ocupação Quilombo das Guerreiras será, provavelmente, reassentada. Os moradores da Quilombo das Guerreiras ainda tem alguma esperança de permanecer no prédio ocupado, mas já sediam reuniões mensais junto às diferentes comunidades que irão compor o conjunto habitacional (que inclui moradores de ocupações e favelas na Zona Oeste e no Centro). O projeto foi desenvolvido pela Associação Chiq da Silva e contou com a participação dos moradores em sua elaboração. O grupo de futuros moradores, juntamente com representantes da UNMP<sup>198</sup> e da CMP, se reúnem uma vez por mês, na ocupação Quilombo das Guerreiras, para decidir o regimento interno, discutir organização e conhecer um ao outro. (ALMEIDA, 2011: 221)

**Figura 76 - Localização do Projeto Gamboa: projeto onde está previsto o reassentamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras (2010)**



Fonte: Chiq de Silva Escritório de Arquitetura, 2010.

<sup>198</sup> Referência do autor à *União Nacional por Moradia Popular*.

**Figura 77 - Localização do Projeto Gamboa – vista a partir do Morro da Providência: projeto onde está previsto o reassentamento da OQG (2010)**



**Em destaque no centro da imagem a Cidade do Samba e, indicado com a seta, o terreno que deverá receber o "Quilombo da Gamboa", 2009.**

Foto: Tatiana Tramontani Ramos

Em meio a tal processo de negociação, no qual a crença na possibilidade de permanência no prédio é cada vez menor por parte de moradores e apoiadores, o coletivo da Quilombo das Guerreiras tem mantido certa coesão para enfrentar os desafios que se aproximam. Essa união pode, um dia, enfraquecer e se desfazer, mas hoje, ela tem sido muito mais motivo de conquistas do que de fracassos, se observarmos a história da ocupação. Se tomarmos a experiência da Zumbi dos Palmares, por exemplo, perceberemos que a força do coletivo, com todos os seus conflitos e disputas internas, é decisiva para que haja retornos favoráveis para todos. A fragmentação é sempre a opção menos vantajosa.

**Figura 78 - Produção de faixas e cartazes para manifestação contra o Projeto de Revitalização da Zona Portuária e Choque de Ordem da Prefeitura com crianças da ocupação Quilombo das Guerreiras, 2010**



**Figura 79 - "O que é ordem?" ... "Porto Maravilha não é Porto Popular!"**



**Produção de faixas e cartazes para manifestação contra o Projeto de Revitalização da Zona Portuária e Choque de Ordem da Prefeitura. Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2010.**

Fotos: Tatiana Tramontani Ramos

O coletivo da OQG se mantém unido nas negociações, no diálogo com organizações sociais e órgãos governamentais envolvidos, não apenas porque seus moradores intentam defender objetivos em comum e a ação coletiva é mais eficiente nesses casos, mas porque perceberam que os ganhos com esse tipo de participação e organização política (“por coletivo”) são visíveis e trouxeram resultados extremamente positivos para a formação enquanto cidadãos de direitos, enquanto grupo e, conseqüentemente, ganhos individuais, como relatam os moradores.

A última ocupação que seria analisada nesse trabalho era a Ocupação Machado de Assis. Dizemos que seria analisada, pois era uma ocupação que tínhamos oportunidade de acompanhar sua trajetória desde os primeiros instantes, já que sua criação se deu em novembro de 2008, aproximadamente um ano após o início dessa pesquisa. Vínhamos acompanhando e participando de grande parte da organização para esse processo de ocupação há alguns meses. No entanto, a mesma acabou por não fazer parte do recorte de observação por alguns empecilhos que se colocaram durante o caminho.

O imóvel ocupado pelo coletivo Machado de Assis se constitui de um prédio de quatro andares em precário estado de conservação, três amplos galpões ao fundo e um terreno lateral. O imóvel abrigou uma antiga fábrica de geleia da famosa e centenária confeitaria Colombo, depois passou a pertencer à indústria de alimentos Arisco e, finalmente, à Unilever Brasil Alimentos LTDA a qual, no entanto, mantinha uma extensa dívida em impostos junto à Prefeitura e não havia regularizado a situação jurídica do imóvel que permanecia com documentação em nome da Confeitaria Colombo e da Arisco desde os últimos registros de transferência das décadas de 1940 a 1970. Essa irregularidade fiscal e jurídica permitiu que o imóvel fosse desapropriado e destinado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para fins de habitação popular, como descreve o trecho a seguir extraído do processo que cassa a liminar que solicitava a reintegração de posse do imóvel à Unilever, em 2009:

Remanesce dúvida sobre a posse dos agravantes e a data de seu início, porque somente uma testemunha afirmou tratar-se de posse nova. A testemunha é funcionário de empresa de segurança contratada pela agravada. Além disso, tramitou pela Secretaria de Habitação do Município do Rio de Janeiro processo administrativo que culminou com o Decreto 24.217 de 19.05.04 (fls. 81) onde o Prefeito da Cidade declarou como de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis objeto da reintegração de posse, para que integrem o projeto NOVAS ALTERNATIVAS, no Centro da Cidade. (AGRAVO DE INSTRUMENTO 2009.002.14472 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL, Página 02.)

A ocupação aconteceu no ano em que se comemorava o centenário do escritor Machado de Assis, carioca, morador do Morro do Livramento, Área Central da cidade próxima da Zona Portuária, por isso, foi nomeada Machado de Assis, em homenagem ao escritor, sua obra e sua luta contra o racismo e a escravidão. O processo de ocupação foi organizado, inicialmente, por alguns moradores das Ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi

dos Palmares e foi a última ocupação apoiada pela Frente de Luta Popular (FLP), extinta em 2008.

**Figura 80 - Ocupação Machado de Assis. Gamboa, 2008**



Foto: CMI-Brasil.

**Figura 81 - Ocupação Machado de Assis. Fachada fundos, 2008**



Foto: CMI-Brasil.

**Figura 82 - Perspectiva interior da Ocupação Machado de Assis, 2008**



Foto: *Latuff*, para *CMI-Brasil*.

O prédio que veio a se tornar a Ocupação Machado de Assis chegou a ser cogitado, em 2006, para abrigar a Ocupação Quilombo das Guerreiras, mas optou-se, na época, pelo imóvel na Rua Estrela (Rio Comprido), como relata FREIRE (2011):

Já no dia de ocupar a antiga fábrica da empresa Unilever, dia 22 de Novembro de 2008, estive com minha amiga L. em frente ao bar que abre a esquina da Rua Pedro Ernesto com a Rua da Gamboa. Aconchegados ali, um balde de lembranças banhou nossa confiança. Há quatro anos atrás passeávamos, nós dois, nesta mesma rua, observando o prédio que poderia abrigar a Ocupação Quilombo das Guerreiras. Na época, como membros do operativo desta ocupação, caçando prédios vazios, largados. Apesar de ter pesquisado a situação deste edifício – chegamos, inclusive, a tirar o — “ônus real” do prédio e a conversar com o segurança que lá estava -, escolhemos, para realizar a ocupação, um prédio na Rua Estrela 50, onde os moradores seriam novamente despejados. (FREIRE, 2011: 51)

O imóvel, constituído de vários lotes, localiza-se em um trecho da Rua da Gamboa próximo à rua que dá acesso ao Túnel João Ricardo<sup>199</sup>. Apesar do imóvel se localizar em uma área bastante erma, próximo de edificações muito antigas, e deterioradas, em sua maioria destinadas ao uso comercial ou desocupadas, esse possui vizinhos com grande significado para a história da Área Central e portuária da cidade, como o Morro da Providência, o

<sup>199</sup> Túnel situado sob o Morro da Providência e morro da Pedra Lisa que liga o Centro, área da Central do Brasil, à Gamboa, na Zona Portuária.

cemitério dos Pretos Novos, sem falar nas instalações da “Cidade do Samba”<sup>200</sup>, que apesar de recente, reúne parte da história das Escolas de Samba Cariocas.

Normalmente essa é uma área de pouco movimento, tanto de pedestres, quanto de automóveis. Foi uma área predominantemente industrial da cidade no passado, por sua proximidade dos armazéns e do Porto, no entanto, sofreu um grande esvaziamento dessa atividade durante o século XX, com a transferência de alguma fábricas, o fechamento de outras e a área ganhou um aspecto de abandono, ao estilo “cidade fantasma”, com poucas atividades comerciais como alguns bares no entorno da cidade do samba, poucas residências de classe média baixa em sobrados, alguns trechos de ruas em que se reúnem catadores de material reciclável com suas carroças, para entregar materiais, ou organizá-los, e apenas isso. A ocupação do prédio causou grande impacto na região, atraindo a atenção de moradores, comerciantes e, claro, dos proprietários e instituições públicas.

Alguns problemas contribuíram para que a Ocupação Machado de Assis tenha se afastado dos objetivos e princípios políticos originais e passasse a trilhar o próprio caminho, ainda em 2009. Afastamos-nos dessa ocupação, após poucos meses de instalada e, por isso, definimos que suas experiências não seriam alvo de análise na tese, no entanto, achamos por bem, mencioná-la já que fez parte de uma história que se iniciava em 2004 com a Chiquinha Gonzaga e, aparentemente se encerrava em 2008/2009, com a Machado de Assis e o fim da FLP. Por isso, a incluímos nesse relato.

Por se tratar de uma “frente”, a FLP reunia uma série de organizações de movimentos sociais e ativistas vinculados a diferentes projetos. O que os mantinham engajados em processos comuns nessa frente eram convergências políticas, consenso em relação a algumas propostas e um horizonte de vida e sociedade que aproximava mais do que distanciava. No entanto, quando as diferenças entre tais organizações começou a se tornar maior do que aquilo que tinham em comum, considerou-se que não havia mais sentido a existência dessa frente de luta e a atuação da FLP deu-se por encerrada. Como afirma ALMEIDA (2011), a FLP nunca teve como objetivo “ter ocupações de sem-teto”, como acontece com algumas organizações (FIST, MTST, MNLM etc.), mas apoiá-las no sentido de reunir diferentes esforços em função de um bem coletivo. Ainda assim, sua extinção foi considerada como um impacto importante por muitos ativistas, apoiadores e, talvez, também, para o coletivo da Machado de Assis que

---

<sup>200</sup> Espaço construído pela Prefeitura e administrado pela LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro) para abrigar os barracões de produção de alegorias e fantasias das agremiações.

se desarticulou em pouco tempo e se afastou das demais ocupações da variante por coletivo, trilhando um caminho próprio.

Outro problema que talvez tenha sido de grande importância para as dificuldades enfrentadas pela Machado de Assis, especialmente após o seu afastamento das demais ocupações e apoiadores, foi o novo momento político que a cidade (e o Estado) do Rio de Janeiro começam a vivenciar entre 2008 e 2009. A eleição do Prefeito Eduardo Paes, assumindo o poder em 2009, com total apoio do Governo do Estado, dá início a um novo período de planejamento ao estilo “mercadófilo” (como define SOUZA, 2003) e essa estratégia urbana está imersa em uma política de contensão e coerção social das classes populares velada por um discurso de “segurança” e “inclusão”.

SOUZA (2008) traça um importante panorama e análises sobre as consequências de um assunto sobre o qual esse autor já vinha se dedicando há algum tempo, a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, mas sob a perspectiva do que ele vai chamar de “militarização da questão urbana”, suas consequências e a tendência à “criminalização dos movimentos sociais”.

Um importante alvo nas políticas implementadas pelos governos municipal e estadual, sem que haja, com isso, um recrudescimento de problemas oriundos de políticas anteriores é justamente o *hiperpreariado urbano* em sentido amplo. Se problemas já existiam a partir da própria disputa territorial travada entre diferentes grupos, de diferentes origens e com diferentes intenções, como sinaliza SOUZA (2008)

da perspectiva do “capitalismo criminal-informal”, uma ocupação de sem-teto é – similarmente a uma favela – um ponto de apoio na competição por mercado e, por conseguinte, um território a ser disputado. Até que ponto é possível (ou recomendável) para ativismos de movimentos sociais dialogar ou “negociar” com o “hiperpreariado armado”? (...)

Compreender o papel “estrutural” do “hiperpreariado armado” é um requisito básico para que se possa saber o que esperar (e o que não esperar) dele. (SOUZA, 2008: 130-133)

A “militarização” como proposta oficial para solução da violência, especialmente aquela relacionada ao tráfico de drogas e suas redes (armas, corrupção etc.), acaba por condenar toda uma parcela (ampla) da sociedade, não apenas o “hiperpreariado armado”, mas o hiperpreariado como um todo (incluindo trabalhadores muito pobres que têm na informalidade e até na contravenção, formas bastante precárias de sobrevivência) a uma espécie de regime de exceção. Bem como condena, outra parcela desse hiperpreariado,

aquela que não se resigna à sua condição e se insurge contra o sistema em que se insere, o hiperpreariado que se compõe de ativistas, indivíduos que integram organizações de movimentos sociais como o dos sem-teto, à mesma “classificação” de criminosos, no processo que SOUZA (2009a) vai denominar “criminalização dos movimentos sociais”

Um exemplo bastante significativo desse tipo de situação teve início com a política do “Choque de Ordem”, implantada pelo governo municipal ainda em seus primeiros meses de mandato (2009) e o apoio concedido pelo Governo do Estado com a “nova política de segurança” para a cidade, com as UPP’s (2009), ambos aqui já mencionados. É claro que não foram políticas direcionadas aos ativismos e movimentos sociais, mas atingiram suas organizações na medida em que restringiam cada vez mais seu campo de ação, as possibilidades de diálogo e ampliavam a perseguição a camelôs e ambulantes (mesmo aqueles organizados), ocupações de sem-tetos e favelas. Ambas as políticas inauguram um período muito difícil para os movimentos e ativismos sociais e mesmo para a continuidade das conquistas obtidas. Os preparativos para a implantação da sétima Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência, por exemplo, foi um dos elementos que pode ter contribuído para muitos dos problemas enfrentados na Ocupação Machado de Assis.

A UPP da Providência foi inaugurada em abril de 2010, mas desde o final de 2009 o território vinha sendo preparado para receber a unidade da PM, com constantes incursões da Tropa de Choque e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) na favela, nos seus acessos e arredores. Esse período – do segundo semestre de 2009 e início de 2010 – foi de grande pressão sobre a recente ocupação. Primeiro, constantes denúncias eram realizadas por moradores e comerciantes locais preocupados com esse fato novo na vizinhança uma “invasão” de sem-tetos desconhecidos e, segundo, porque, com a própria desarticulação do coletivo e enfraquecimento dos laços entre apoiadores e a ocupação, seu espaço e seus moradores passaram a ser alvos do assédio tanto de policiais quanto de criminosos atuando na área, fugindo de comunidades próximas.

Ainda que houvesse ganhos com relação à permanência no prédio, mesmo que provisória, como indicam as duas liminares que cassaram os pedidos de reintegração de posse à Unilever em 2008 e 2009, seria muito complicado resistir às investidas policiais e de criminosos atuando na região. Nosso afastamento também foi inevitável, o que foi sentido por todos nós do NuPeD e demais apoiadores com tristeza, por tudo que foi investido e que se esperava dessa ocupação, em um prédio destinado à desapropriação, com ativistas experientes e coletivo, inicialmente, organizado.

Esse difícil período não deixou marcas apenas para a Ocupação Machado de Assis, daquelas aqui mencionadas. São cicatrizes profundas que os territórios populares vêm carregando, invisíveis para uma cidade “tão maravilhosa”, tão cantada em verso, prosa e, ultimamente, muito cifrões. A Ocupação Zumbi dos Palmares também foi vítima, de certo modo, de uma nova cidade que vem sendo construída e introjetada nas mentes cariocas, brasileiras... da qual esse hiperpreariado não faz parte. Na qual este não está previsto.

Passamos a realidade de duas, das três ocupações definidas por suas características já expostas, mas ainda há experiências que ilustram a capacidade organizativa, insurgente e transformadora desses trabalhadores e trabalhadoras. Ainda que muitas dessas experiências tenham sido tentativas inacabadas, frustradas ou equivocadas, elas servem para a memória e aprendizado no futuro.

Vamos nos dedicar a algumas delas na próxima e última seção dessa tese. Veremos que o princípio básico que rege a *praxis* dos moradores das ocupações de sem-teto, o hiperpreariado organizado e engajado politicamente, no momento em que se organizam para a conquista de um direito a moradia na cidade não é só a questão da habitação, mas também uma legitimação social por meio da afirmação de direitos que se inscrevem no espaço, demarcam territórios e condicionam a vida.

### 3.3 – As ocupações do hiperpreariado: Informalidade, autonomia, autogestão e seus limites e potencialidades

Tentamos traçar, ao longo da pesquisa, um panorama que nos permitisse compreender o contexto de origem e formação de uma classe de trabalhadores (hiper)precarizados, as qualificações que os caracterizam, atividades que os identificam, bem como o espaço que ocupam na cidade na atualidade. Vimos, ao recorrer à literatura e aos principais autores das temáticas pertinentes, que é possível compreender a situação da classe trabalhadora em sentido amplo, também, a partir das relações de poder que se constroem na esfera do cotidiano (cf. DE CERTAU, 1996), nas “nanoterritorialidades” (cf. SOUZA, 2006a), em sua “microfísica” (cf. FOUCAULT, 1998a), e não apenas a partir do poder heterônomo das instituições e da política em sentido estrito.

Para nós, entender a dinâmica sócio-espacial dos trabalhadores sem-teto, e tomá-los como uma parte específica e importante do que SOUZA (2008a) denomina *hiperpreariado urbano*, é fundamental por dois motivos. Primeiro, para delimitar esse grupo que se identifica como movimento dos sem-teto, composto de ativistas e que se insere em um grupo muito mais extenso e heterogêneo, o hiperpreariado em geral.

O hiperpreariado ativista compartilha determinadas características de origem e de condição social com o grupo mais amplo onde se insere, no entanto, se diferencia nas práticas sócio-espaciais, em especial, nos objetivos que definem e justificativas a que recorrem para tal. Os sem-teto se caracterizam como um grupo social muito pobre, trabalhadores que têm origem social extremamente humilde (agricultores, gerações de trabalhadores informais de baixíssima qualificação, moradores de rua etc.), cujas perspectivas de acesso à educação, qualificação e mudança de vida são restritas e de difícil acesso, assim como a massa de trabalhadores não organizados que compõe o hiperpreariado em geral e que se ocupa das mais diversas atividades lícitas e ilícitas e que possui pouca ou nenhuma chance de traçar um caminho alternativo a essa condição.

O que os diferencia? A capacidade organizativa, a ação coletiva, a formação política e o horizonte de luta por transformações tanto do aqui e agora, quanto de um horizonte social mais amplo. Se o hiperpreariado em geral possui pouquíssima margem de manobra e perspectivas de mudança, trabalhando para viver “o hoje”; o hiperpreariado sem-teto vê na sua ação e na reflexão que fez sobre esta uma forma de mudar a sociedade para si e para gerações futuras.

O segundo motivo que garante importância para a delimitação desse pequeno grupo de ativistas dentro de um grupo muito mais amplo que é o hiperpreariado em geral é a necessidade de se inverter o sentido da análise quando se busca compreender a problemática social urbana contemporânea. É comum adotar a perspectiva de análise hegemônica para se compreender a pobreza, a desigualdade, a falta de emprego, qualificação, etc. Esta análise trabalha dentro de um “tipo-ideal” que não corresponde à realidade de uma ampla parcela da população e busca compreender o porquê dessa “não-inclusão”. Normalmente temos uma relação de causa-consequência que acaba por, de certo modo, reforçar as relações de exploração, desigualdade, vitimização, ou criminalização. A inversão do sentido dessa análise que se propõe e que vem sendo feita por autores como Marcelo Lopes de Souza, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ana Clara Torres Ribeiro, por exemplo, é aquela que toma o grupo social que aqui delimitamos não como objeto, mas como sujeitos. Se forem tomados como sujeitos, ainda que constituam a parte mais fraca das relações de poder que regem economia e sociedade, podem se fazer protagonistas de ações e transformações, e não meros figurantes, conquistando, com isso, no trabalho, no lar e na reprodução da vida, ganhos de autonomia mesmo nos marcos de uma sociedade heterônoma, como refere SOUZA (2006a).

Sabemos que tais conquistas, no entanto, não se dão sem luta, sem conflito. Não consideramos, portanto, *o conflito* como fonte de dissenso e afastamento, inviabilizador de diálogo e transformação, mas, ao contrário, o tomamos como uma forma de se produzirem novas práticas e relações entre as pessoas, em especial quando tratamos do espaço urbano, esse meio aglutinador e, *conflituoso* por excelência.

Quando nos referimos ao espaço urbano e às características que o definem, é impossível dissociá-lo dos conflitos que se desenvolvem neste contexto sócio-espacial e esse conflitos estão inseridos, em especial, em dois conjuntos: *trabalho* e *segregação sócio-espacial*. Quando elencamos o trabalho como um elemento importante para a análise do urbano não devemos ver nisso um reducionismo ou economicismo, tampouco queremos reduzir a dinâmica social (principalmente os conflitos ensejados por ativismos e movimentos sociais) ao processo de reprodução do capital. Como dissemos em trabalho anterior,

Marx nos ensina que a organização do trabalho é uma forma de apreender a dinâmica das relações sociais e que o *capital* é uma relação social, e não uma relação econômica. Isso significa dizer que propor uma análise do urbano através do trabalho não é reduzi-la a uma análise econômica, mas implica reconhecer e esmiuçar as relações de poder, o papel da técnica, os discursos legitimadores das práticas, as instituições estatais e privadas, as formas de regulação e

controle dos corpos e do território, a gestão, apropriação e predação da natureza, enfim, uma série de elementos que não são redutíveis à análise econômica. (RAMOS, 2003: 18)

Assim como a organização do trabalho e a reprodução do capital (dos seus conflitos e contradições) não podem ser redutíveis à economia, a reflexão acerca da segregação sócio-espacial, também não o é. A segregação, além de sua identificação econômica, relacionada à apropriação de riquezas, também

pode ser caracterizada como uma desigualdade estrutural da apropriação residencial, estética, econômica e política do espaço urbano, na distribuição dos equipamentos coletivos, nas práticas discursivas que legitimam uma série de práticas discriminatórias, racistas, autoritárias e violentas em relação à população mais pobre. (RAMOS, 2003: 19)

Entendemos as práticas sócio-espaciais do sem-teto como práticas motivadas pela *exploração do trabalho* e consequências diretamente relacionadas a ela – baixos salários/rendimentos, condições materiais de existência precárias, falta de acesso a bens e serviços básicos, enfim, questões relacionadas à qualidade de vida da população – e, também, pela *segregação sócio-espacial*, que envolve desde o acesso aos equipamentos de uso coletivo, passando pela questão da acessibilidade, até a luta por uma reforma urbana ampla que considere a participação da população na gestão dos recursos públicos, em projetos de desenvolvimento, segurança e planejamento urbano, enfim, por um verdadeiro protagonismo social.

Marcelo Lopes de Souza e Carlos Walter Porto Gonçalves são referências na Geografia como autores que há anos vêm se dedicando a esse tipo de abordagem, cada um em temas e recortes empíricos específicos, mas com preocupações que se orientam para a importância da espacialidade, da geograficidade, para a compreensão dos conflitos e tensões sociais nas sociedades ao longo dos tempos. Em outras palavras, qual espacialidade ou territorialidade move, orienta o conflito? De que forma os sentidos político, econômico, cultural, simbólico, dessa espacialidade ou territorialidade conduzem a uma análise teórica que permita compreendê-la?

No que diz respeito aos conflitos em que estão envolvidos os sem-teto e sua inscrição territorial, as ocupações, vimos ao longo desse trabalho que sua motivação se traduz em fazer valer direitos fundamentais, individuais e coletivos: a habitação, o trabalho e a dignidade humana. Essa territorialidade possui uma escala que não se refere apenas a área de atuação do fenômeno, de ocorrência do conflito, mas tem um sentido político, se refere à capacidade e à

intensidade com que elementos de ordem política, econômica, cultural são agenciados, à capacidade de articulação e organização dos protagonistas e sua capacidade de diálogo com a sociedade. Não devem se desconsideradas, portanto, as experiências em que a extensão espacial do fenômeno é pequena se relacionada à extensão espacial da sociedade mais ampla onde ela se insere. Como afirma SOUZA (2006a),

deve-se dizer que a temática da espacialidade das rotinas e dos processos de participação popular nos convida a encarar uma necessidade específica no que concerne aos estudos sobre a espacialidade do poder: a urgência de exames acerca das “nanoterritorialidades” e “nanoterritorializações”. (...) Nesses espaços eles exercem, quotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, espacialmente referenciadas, (desejo de ocupar espaço, vontade de possuir objetos inscritos no espaço etc.), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta, seja apenas demarcando e alterando territórios, seja eventualmente alterando o próprio substrato espacial. Os grupos, aqui, são do tipo primário, como a família, mas também agrupamentos de indivíduos que nem, ou mal se conhecem. Estes podem vir a interagir, por um dado momento, esporádica ou regularmente, em um espaço muito pequeno, com consequentes situações de negociação e conflito em torno do desfrute e da apropriação do espaço. (SOUZA, 2006a: 317, 318)

Esses pequenos grupos, em seus pequenos territórios buscam se constituir como protagonistas da própria história, pessoas que constroem estratégias de ação coletiva para se colocarem como sujeitos políticos efetivos, traçando caminhos alternativos à democracia representativa, à exploração econômica traduzida na exploração do trabalho, no acesso à habitação e todos os demais bens materiais e imateriais que desses podem derivar.

O hiperpreariado que se identifica na luta organizada como sem-teto constrói, assim, a sua identidade coletiva, sua subjetividade que se encontra no sofrimento cotidiano, mas também nas alternativas, na organização e na insurgência possíveis.

Ana Clara Torres RIBEIRO (2005) define e sintetiza de forma muito apropriada esses sujeitos com os quais passei a interagir, compartilhar:

Os sujeitos sociais e a ação política apresentam, agora, maior complexidade, confrontando paradigmas que orientaram, até há pouco tempo, os projetos de transformação social. Estes sujeitos propõem novos híbridos institucionais, atuam em várias escalas, exigem a releitura do Estado, defendem diferentes sentidos de nação, rejuvenescem tradições e impedem a sua completa absorção em instituições da modernidade. (RIBEIRO, 2005: 02, 03)

Para isso, esses sujeitos não apenas reivindicam a posse do substrato espacial expressa na moradia, mas as “formas espaciais” que “correspondem à maneira como o substrato espacial se acha modelado e organizado”, e que “refletem as relações sociais em suas diversas dimensões: cultura (...), relações econômicas, relações de poder...” (SOUZA, 2006a: 319). Para o autor citado, a transformação das relações sociais é empreendimento indissociável da transformação nas formas de apropriação do espaço, que se expressam na “ressignificação”, “refuncionalização”, “reestruturação” e “controle” do mesmo.

*Reestruturar* o substrato pode ser algo de difícil alcance para os movimentos, muito particularmente dos urbanos, a não ser em circunstâncias excepcionais ou na escala de “nanoterritórios”; para os movimentos sociais urbanos em sentido forte, sem embargo, *refuncionalizar* formas espaciais é, muitas vezes, um imperativo, e isso não se pode lograr sem se *territorializarem* e *ressignificarem* (“relugarizarem”) os espaços. Por outro lado, não é possível para os movimentos sociais, na prática, dissociar a territorialização e a ressignificação de formas espaciais e áreas da cidade de sua refuncionalização. (SOUZA, 2006a: 363)

O empenho na refuncionalização, reestruturação e ressignificação de espaços e lugares praticados pelos sem-teto evidencia a indissociabilidade entre o espaço e a dinâmica política (cf. SOUZA, 2006a), revela “o condicionamento exercido pela espacialidade” sob a ação dos movimentos sociais urbanos em sentido forte, além de indicar, o que PORTO GONÇALVES (2003: 367) define como “uma mudança (movimento) de lugar (social), sempre recusando o lugar social que lhes são impostos por uma ordem sócio-espacial hegemônica”. É nesse contexto que gostaríamos que fossem compreendidas as experiências de luta de sobrevivência através da economia popular, coletiva e solidária desenvolvidas pelos ativistas sem-teto e aqui relatadas.

A ocupação de imóveis vazios em áreas urbanas vai além do acesso a um bem necessário, que é a moradia, e da solução de um problema que é o elevado custo de vida em relação aos baixos salários da população pobre, mas coloca a importante questão da reforma urbana, do planejamento e gestão do espaço urbano que sejam participativos, o que inclui a revisão dos espaços que não cumprem com sua função na cidade<sup>201</sup>.

As atividades econômicas e a geração de renda são condições fundamentais para a reprodução da vida nos marcos da sociedade instituída e isso não é diferente quando se trata das ocupações de sem-teto e seus moradores. O fato de ocupar um imóvel na Área Central de

---

<sup>201</sup> Cf. Constituição Federal, Art. 182; Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 e MP 2.220/2001, anteriormente citados.

uma grande cidade não resolve, portanto, todos os problemas desses trabalhadores que continuam dependendo da própria força de trabalho para obter o seu sustento e da sua família. A opção por morar em uma ocupação com esse tipo de localização, ainda que para isso existam uma lista de condições, limitações, procedimentos e dificuldades, leva em consideração, sempre, a relação com o trabalho. Seja uma relação, nas palavras de LIMA (2010: 43) à *montante*, isto é, na busca por um emprego e nas oportunidades que podem surgir em termos de ocupação e geração de renda, ou à *jusante*, na qualidade de vida que se pode obter quando se trabalha próximo do local de residência (redução de gastos, tempo de deslocamento, qualidade de vida etc.).

É importante destacar que, para o hiperprecarizado urbano, dificilmente se pode desvincular a moradia da questão do trabalho. Para esses trabalhadores – cujo rendimento é extremamente baixo e as ocupações-trabalho, instáveis – a melhor e, muitas vezes, a única forma de se obter o suficiente para as necessidades imediatas, como se alimentar, é vivendo próximo do local de trabalho. Por não contarem com benefícios como vale transporte e outros auxílios pagos aos formalizados<sup>202</sup>, esses trabalhadores têm que tirar do próprio rendimento os gastos com deslocamentos, o que torna a viagem de ida e volta para casa uma impossibilidade numérica. Especialmente se essa viagem representar um custo de mais de uma passagem.

*Depois da reestruturação produtiva da década de 70 e 80, o cara que tinha um trabalho, às vezes até formal, porém mal remunerado, passou para o informal, o desemprego aumentou, e a alternativa para esse trabalhador era trabalhar na informalidade ou ir para o crime. A maioria esmagadora opta pelo trabalho informal como, no caso das mulheres, a prestação de serviços como o trabalho de doméstica ou diarista (...). Hoje em dia, para você achar um emprego é difícil e entre uma pessoa que mora na Baixada e uma que mora mais perto, o empregador contrata a que mora mais perto porque vai ter que pagar menos passagem. (...) Hoje, a grande alternativa de emprego no mercado informal para os homens é trabalhar como vendedor ambulante. O camelô tem que estar onde há possibilidade de comércio, de compra e venda, de um lugar com alta circulação de pessoas com o potencial de comprar. (Entrevista realizada em 15/09/07, por Rafael Gonçalves de Almeida, com ex-integrante da FLP)*

O que se tem notícias e que tivemos oportunidade de ouvir de moradores das ocupações estudadas é que muitos desses trabalhadores informais (e até alguns formais)

---

<sup>202</sup> Mesmo aqueles trabalhadores que contam com o registro formal de trabalho sofrem para conseguir empregos quando se trata de um deslocamento diário muito grande de casa para o trabalho. A justificativa é que o “custo

dormem nas ruas durante a semana, no Centro, ou outra área próxima do seu local de trabalho, para poupar o dinheiro da viagem e retornam para suas residências no dia de folga, conseguindo com isso, economizar um pouco do dinheiro recebido.

*Eu mesmo dormia na rua. Tinha casa, mas dormia na rua, porque não vencia ficar indo e voltando todo dia. Subindo e descendo. Não tinha condição. Tinha minhas coisas, minha bolsa, minhas tralhas, tomava banho no trabalho e ficava na rua. Só subia no domingo. (Entrevista informal realizada em 25/07/2009, por Tatiana Tramontani Ramos, com um morador da ocupação Chiquinha Gonzaga)*

Tal situação pode parecer extrema e incomum, mas percebemos no diálogo com moradores dessa ocupação e de outras que é um fato muito mais comum do que imaginamos. Nessas situações, o que acaba acontecendo é que o trabalhador se mantém como um morador de rua ocasional, enquanto está trabalhando, e não pretende continuar na rua, pois tem moradia, ou, no caso de conseguir uma atividade um pouco melhor remunerada ou mais regular, tenta encontrar uma moradia em favelas próximas. Alugando uma vaga, construindo um “quarto”, ou algo que o aproxime de sua fonte de renda sem que para isso seu custo tenha que aumentar muito.

Aqui, mais uma vez, não se pode deixar de dar razão à argumentação sociológica de Gilberto Freyre, quando este salienta que a habitação é um problema para mais do que uma única engenharia (FREYRE, 1979: 19). Ou seja, ao lado do enfoque da engenharia física, voltado para o desenho, a estrutura, o sítio, o material de casa, merece igual relevo a perspectiva da engenharia social, que tem com centro de preocupação as relações da habitação com ambientes, espaços – ou seja, a inserção da moradia no contexto socioecológico, socioeconômico, sociocultural. Sem perder de vista, vale notar, de acordo ainda com a análise de Gilberto Freyre, que a engenharia humana – que privilegia a ligação morador-casa ou a relação pessoa-coisas, implicando uma dada casa para cada indivíduo – é parte decisiva do tratamento do problema. (CAVALCANTI, 2008: 250)

A casa é um elemento de extrema importância para o ser humano. Mais do que a visão econômica do bem, da propriedade, e do valor, a casa representa o seu lugar no mundo e, também, o “seu mundo”. Dessa forma o “não ter casa” vai muito além do “déficit habitacional” e encontra a violação, mesma, dos princípios humanos. As soluções para esse problema e para todo o conjunto de problemas que o constitui está, muitas vezes, na conhecida “invasão”, na “autoconstrução”, mas poucas vezes é cogitada ou sequer conhecida

---

desse trabalhador” se torna muito alto, além das elevadas chances de atrasos e faltas motivados por deficiências

a opção da *ocupação* nos moldes aqui discutidos. Nem por isso, a “consciência”, o “peso da moral”, deixam de estar presentes na própria avaliação dos moradores, o que mais uma vez, desmonta a argumentação conservadora e elitista de que as “invasões” (ocupações) são atos de pessoas que desconhecem a lei ou a desrespeitam deliberadamente.

*Bom era todo mundo ter uma casa para morar. Não me incomoda de invadir terra dos outros porque não é só eu que preciso de um terreiro, de uma casinha. E depois, dona, pagar aluguel quando se é biscateiro, é foda. (...) Sei que todo mundo deveria ser dono de um terreiro. [Ser dono] é não se aperrear com aluguel, é ninguém bulir no que é da gente. Nunca disseram que os pobres têm que ter um mocambo para viver. Só dizem que a terra tem proprietário e ninguém pode tomar terra de ninguém. Eu sei que nós estávamos errados [promovendo a invasão], mas me diga onde é que a gente ia morar? (...) Depois, é só uma casinha que a gente quer, e que é minha. (Relato de morador despejado de uma ocupação/loteamento irregular na periferia do Recife, PE – extraído de CAVALCANTI, 2008: 248, grifos meus)*

*Como eu trabalho como guardador de carro ali perto do Campo de Santana, e como eu tava com uns problemas familiares, através da C., que é moradora aqui, eu conheci ela num ponto de carro, e já tinha levado ela para morar lá no Nova Aurora. Ela era camelô e eu guardava carro no mesmo trajeto. Aí ela me falou: ‘Poxa, P., tá havendo reuniões de ocupações’ Aí foi que eu perguntei: como é esse negócio? Ela me disse que é entrada de prédio, mas que é tudo dentro da lei. Aí eu falei: bom, se é assim, eu vou entrar. Aí foi que através dela, eu fui pra reunião (Entrevista realizada em 29/01/2011, por Rafael Almeida, com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras<sup>203</sup>)*

Os próprios trabalhadores hiperprecarizados quando buscam uma alternativa ao aluguel, à distância percorrida nas longas viagens até o local de trabalho, e optam pelas ocupações, têm a preocupação, como pudemos perceber, de que haja uma justificativa não apenas “moral” para a ação que praticam, mas que isso se justifique “nos termos da lei”. Além disso, a preocupação principal, no ato de ocupar um imóvel, um terreno, ou permanecer nesse lugar após algum tempo de ocupado, e não ser despejado, ultrapassa o valor da localização, ou do imóvel, vai aos elementos que dão sentido ao lugar e ao território e que influem na economia familiar direta ou indiretamente:

A assistente social da RFFSA listou oito componentes básicos da valoração feita pelos moradores em relação àquilo que auferem da

---

nos transportes públicos, incidentes no trajeto e outras casualidades de grandes metrópoles.

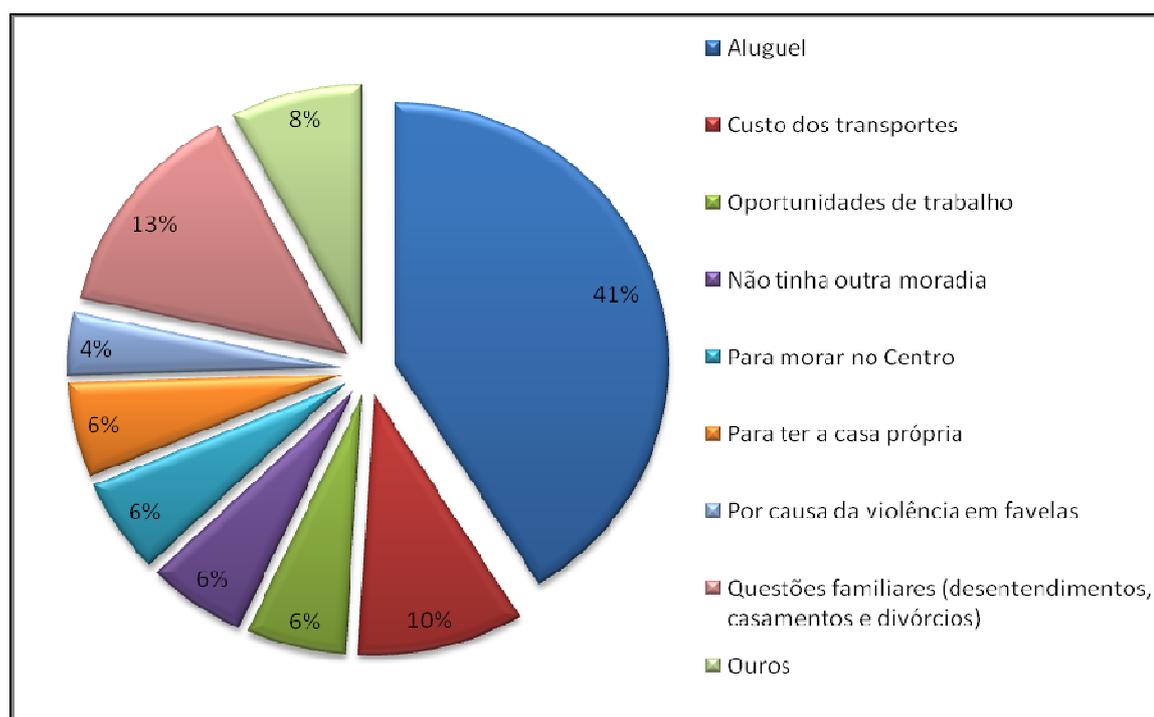
<sup>203</sup> O trecho dessa entrevista encontra-se em ALMEIDA, 2011: 161.

economia em decorrência da ocupação. Nenhum dos itens se refere à terra (mas aos seus reflexos) ou à habitação propriamente dita. São eles: local próximo à mercados; núcleo de mão de obra e empregos em oferta; proximidade da praia; amizades decorrentes do tempo de moradia; proximidade de escola; proximidade de telefone; proximidade de transportes; valor da habitação. (PESSOA, 2008: 240)

Também tivemos a mesma resposta da parte dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, quando realizamos o mini-censo na ocupação. Indagando-os sobre a causa que os levou a buscar uma ocupação no centro para viver e por que permanecer lá.

Dos 51 entrevistados, mais de 20 disseram não poder arcar com o aluguel da moradia anterior como fator principal (alguns listaram outros fatores além desse), mencionaram, também, o custo de deslocamento diário quando residiram em locais mais distantes, as oportunidades de trabalho na Área Central e a preocupação com a violência nas favelas.

**Figura 83 - Tipologia das respostas à pergunta:**  
**“Por que você optou por morar em uma ocupação de sem-teto?” (pergunta aberta)**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>204</sup> do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2009.

Os demais mencionaram fatores ligados a problemas familiares, ao fato de não possuírem qualquer moradia, a preocupação com os filhos, entre outros. De qualquer maneira,

<sup>204</sup> Dados tabulados em planilhas do *Br. Office* por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia (LIMA, 2010).

percebemos que a preocupação mais evidente é a redução do custo de vida e a relação com o trabalho.

Essa preocupação é tanta que ela é pauta de discussão e planejamento já nas reuniões de organização que antecedem a ocupação. É fundamental que o coletivo comece a pensar estratégias econômicas para os moradores que, além de garantirem a sua sobrevivência, sirvam para fortalecer a vida coletiva e segurança jurídica da posse do imóvel.

*Os três principais motivos de adesão ao movimento eram: a questão da moradia, emprego e a possibilidade de fugir das chamadas “áreas de risco”, por medo de represálias, medo dos filhos se envolverem com o tráfico, ou por temer ameaças da polícia ou do tráfico e etc. Queriam reconstruir a vida em outro espaço. (Entrevista realizada em 15/09/07, por Rafael Almeida, com ex-integrante da FLP)*

*Acho que num primeiro momento é mostrar que ninguém está fazendo parte de um ‘processo’, mas ainda achando que está fazendo alguma coisa nada errado, visto que tem leis que não são cumpridas e aí por isso a gente toma essa atitude que é uma ação direta, uma atitude mais rápida. Mas passa por todas essas questões: discutir o Coletivo, forma de organização, escolher o nome, discutir conjuntura, a necessidade de ter uma casa para além da moradia, pensar quais são as propostas que um Coletivo deveria ter, sobre o que as pessoas necessitam, o que eles gostariam, o que pensam como um exemplo de moradia para além da moradia e para essa questão social. Então sempre se discute geração de renda, se discute tudo pré-ocupação. Todos os assuntos que a gente continua discutindo na ocupação e discute pelo resto da vida, a gente discute pré-ocupação. (Entrevista realizada em 15/05/2011, por Rafael Almeida, com moradora destacada da ocupação Quilombo das Guerreiras<sup>205</sup>, grifos meus.)*

A discussão acerca da criação de espaços de produção e geração de renda dentro das ocupações sempre é ponto de pauta tanto das reuniões de planejamento, quanto depois de territorializada a ocupação. Encontrar alternativas, ou atividades complementares ao trabalho informal e individual desenvolvidos pelos moradores é uma forma tanto de dar continuidade às críticas desenvolvidas em outras esferas – na esfera do planejamento urbano, da propriedade imobiliária, do acesso aos equipamentos urbanos etc. –, quanto de desenvolver uma formação em economia-política, que oriente para os mesmos desejos e horizontes, isto é coletividade e, possivelmente, a autogestão.

É importante destacar que, assim como as ocupações que seguem um modelo organizativo mais horizontalizado e voltado para a participação direta e plena dos seus

---

<sup>205</sup> O trecho dessa entrevista encontra-se em ALMEIDA, 2011: 163.

moradores nas decisões, constituem um grupo muito pequeno entre todas as ocupações organizadas e não organizadas existentes na Área Central da cidade do Rio de Janeiro, mesmo em se tratando dessa ocupação, a autogestão e os princípios verdadeiramente autônomos ainda são caminhos a serem trilhados, isto é, estão longe de terem sido totalmente alcançados.

Quando falamos sobre autonomia e autogestão no capítulo dois, vimos que os circuitos econômicos no qual se inserem os trabalhadores hiperprecarizados, em sua maioria, não podem ser tomados como “alternativos” no sentido de uma alternativa ao modelo de trabalho (capitalista, heterônomo) existente, pois, ao contrário, esses trabalhadores *estão* plenamente inseridos em tal mercado. Ao mesmo tempo, fizemos uma crítica à sua classificação como “trabalhadores autônomos”, apontando que diante de todas as necessidades e dificuldades impostas pelo sistema onde esses trabalhadores estão inseridos e para o qual produzem e consomem, a margem de manobra para iniciativas realmente autônomas é muito restrita. O que não inviabiliza, contudo, que a sua informalidade e a sua “liberdade” de trabalhar por conta própria garantam alguma possibilidade de tentar fazer algo diferente ou algo alternativo, que permita pensar a economia de outra forma e com outros objetivos. Para um movimento social urbano em sentido forte, como o dos sem-teto, para quem o espaço é condição e motivação de sua existência (cf., SOUZA, 2006a), em particular sob a forma organizativa dessas ocupações aqui mencionadas, que têm como horizonte a transformação da sociedade, não basta que os trabalhadores tornados ocupantes se insiram no mercado de trabalho capitalista (seja ele formal ou informal). É preciso constituir *circuitos econômicos alternativos* que viabilizem a construção de outros projetos econômicos. Uma “outra economia”, na visão dos que pensam a economia alternativa, popular e solidária.

O que gostaríamos de colocar agora, de uma outra perspectiva, é que também não é fácil iniciar e sustentar projetos autogestionários entre trabalhadores tão fragilizados econômica, política e socialmente, mesmo sob uma consciência de que a continuidade do que está aí, das relações de exploração, só resultará em cada vez maiores e mais profundas desigualdades.

A autogestão concebida para as atividades econômica das ocupações de sem-teto com quem dialogamos durante todo esse tempo, assim como a horizontalidade que caracteriza as relações políticas dentro das ocupações, fazem parte de um projeto de autonomia que não foi plenamente alcançado. Existem muitos problemas e serem superados e muitos deles residem nas contradições que se colocam entre o espaço da ocupação e o mundo onde ela se insere. A autogestão, nesse caso, é aquilo que SOUZA (2006a) trata como um horizonte de luta, uma fonte de inspiração para pequenos ou substanciais ganhos de autonomia. E existe essa

consciência entre os moradores. Tanto entre aqueles que, por sua experiência prática, cotidiana, enxergam os obstáculos a serem enfrentados em um projeto ambicioso como esse, quanto entre aqueles que, por possuírem maior desenvoltura e preparo em termos de formação política, conseguem fazer uma avaliação mais elaborada sobre tais problemas.

*A gente vive falando em autogestão, né. Mas não é autogestão, a gente não vive independente, autogestão é uma utopia, é um sonho, é aquilo que a gente quer conquistar. A gente não se sustenta, a gente não tem uma geração de renda para isso. Mas deixar de usar esse termo é como dizer que nós desistimos dele e a gente não desistiu dele. É o que a gente quer atingir, é o que a gente quer ter como meta. Mas é fundamental estar denunciando mesmo, e quanto menos vínculo nós temos com o governo, mais facilidade a gente tem pra denunciar isso e quanto mais vínculo, mais difícil é de denunciar. (Entrevista realizada em 17/05/2011, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras<sup>206</sup>)*

Quando a moradora expõe “a gente não tem uma geração de renda para isso”, a frase deixa muito claro o reconhecimento das limitações atuais, mas, também mostra que, diferentemente da grande maioria dos trabalhadores de diferentes espaços e origens, existem aqueles que estão *pensando* sobre isso. Nós acompanhamos algumas das experiências colocadas em prática nessas ocupações como formas alternativas de geração de trabalho e renda para os seus moradores e, também, de contribuir para a criação de circuitos econômicos alternativos e para o fortalecimento da própria ocupação.

A existência de atividades econômicas desenvolvidas coletivamente ajuda na segurança jurídica da posse (com base na “função social da propriedade”, nas “funções sociais da cidade” a que já nos referimos anteriormente), na compatibilização do uso residencial com outros usos e na autogestão dos moradores, já que, nesse grupo de ocupações da variante por coletivo é previsto que as ocupações dediquem 10% do que é arrecadado com a comercialização dos produtos das cooperativas para o próprio coletivo, criando uma espécie de caixa, ou fundo social que pode ser utilizado imediatamente, para melhorias, aquisição de algum material, ou guardado para ocasiões de necessidades do coletivo dos moradores.

Todo esse cuidado e planejamento, não garantem, no entanto, que a prática aconteça de forma simples e fácil como se gostaria. Ao contrário, vimos que são experiências bastante difíceis de serem colocadas em funcionamento e de se manterem por vários motivos, como

---

<sup>206</sup> O trecho dessa entrevista encontra-se em ALMEIDA, 2011: 221.

chegamos a comentar no capítulo anterior e detalharemos a partir da exposição de cada caso que acompanhamos.

Nas quatro ocupações de que nos aproximamos, mas em especial em duas delas, Ocupação Chiquinha Gonzaga e Ocupação Quilombo das Guerreiras, existiu, desde o princípio uma preocupação não apenas com o trabalho e a geração de renda, como vimos na fala da moradora da OQG citada anteriormente, mas com a determinação e utilização efetiva de espaços para tais atividades dentro das ocupações. A discussão no coletivo e a destinação de partes das ocupações para essa finalidade – um galpão, um terreno, um pavimento, ou uma sala – são formas de garantir que exista a possibilidade de se construir nesses espaços mais do que um “teto”, mas uma habitação que viabilize a reprodução da vida e da sociedade de forma mais completa, possibilitando assim uma dedicação maior ao coletivo (às tarefas desenvolvidas pelos moradores para organização e manutenção da ocupação), à família e também mais tempo para si próprio e as atividades escolhidas por cada um.

Antonio CATANI (2003), menciona em seu livro *A outra economia*, que diferentes são as formas de trabalho ligadas à unidade doméstica. Segundo o autor, elas podem ser 1. o trabalho do dia-a-dia, que garante a reprodução material e simbólica do lar, sua manutenção, conservação e satisfação dos seus moradores; 2. o trabalho mercantil, que pode se desenvolver por conta própria, com a venda de mercadorias ou prestação de serviços, bem como o trabalho dependente, assalariado; 3. o trabalho de formação que reside no estudo, preparação, ou treinamento para determinadas atividades; e por fim 4. o trabalho comunitário, ou coletivo, como a participação em ações conjuntas, mutirões, a divisão de tarefas para realização de algum serviço etc. No caso das ocupações, como em muitos lares fora delas, coexistem todos esses “tipos de trabalho”, em maior, ou menor, grau de importância e, o último mencionado, mais do que “uma possibilidade”, é uma necessidade e um meio de aproximação que traz benefícios para todos.

O próprio ato de ocupar e transformar antigos edifícios comerciais abandonados em moradia, exige uma reestruturação e refuncionalização dos espaços que vão depender do trabalho e do esforço do conjunto de seus novos moradores. Ocupar, nesse sentido, é mais do que tomar para si um espaço que não era utilizado, mas dar a ele novo uso, nova função, novo valor e, principalmente, novo significado. É transformá-lo em um lugar, efetivamente. Mas tudo isso exige mais do que vontade e planejamento, exige muito suor e trabalho. As transformações realizadas nesses imóveis impressionam tanto pelo estado de degradação em que se encontravam, quanto pelo tamanho da transformação pela qual eles passaram.

**Figura 84 - Ocupação Quilombo das Guerreiras: estado do imóvel no momento da ocupação**



Foto: Ângela de Moraes Sant'Anna, 2006

**Figura 85 - Corredor no interior da OQG atualmente, após a refuncionalização e reestruturação do espaço**

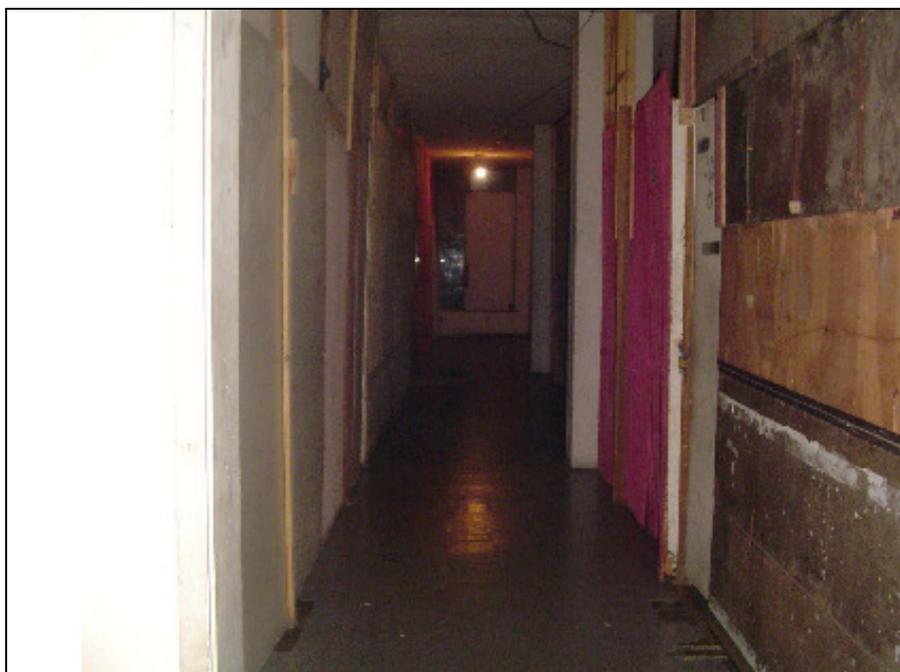
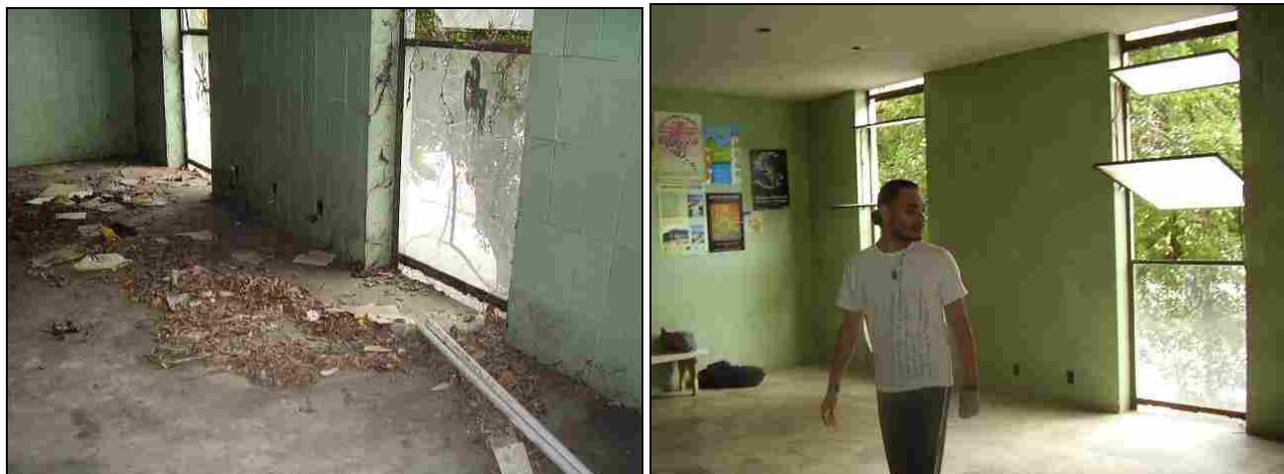


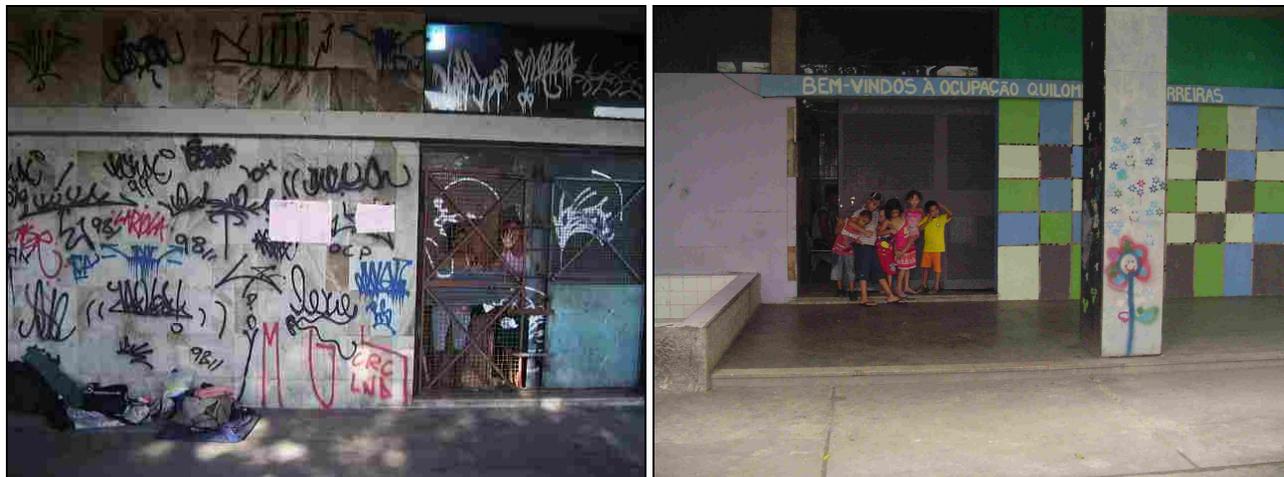
Foto: Rafael Gonçalves de Almeida, 2008 (In MOREIRA, 2011: 65).

**Figura 86 - Fotos da Ocupação Quilombo das Guerreiras:  
refuncionalização e reestruturação do espaço do salão de reuniões do 3º andar**



Fotos: Acervo da OQG, 2006 e Ângela de Moraes Sant'Anna, 2008, (In GRANDI, 2010: 211).

**Figura 87 - Fachada e portaria da Ocupação Quilombo das Guerreiras:  
na época da ocupação e atualmente**



Fotos: Acervo da OQG, 2006 e Ângela de Moraes Sant'Anna, 2008, (In GRANDI, 2010: 210).

**Figura 88 - Ocupação Chiquinha Gonzaga: estado do imóvel no momento da ocupação e após a refuncionalização e reestruturação do espaço**



Fotos: Acervo FLP (2004).

**Figura 89 - Fachada e interior do imóvel ocupado em 2004, Rua Barão de São Félix, 110, Centro**



Fotos: CMI-Brasil (2004)

**Figura 90 - Festa de aniversário de 5 anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2009**



Foto: Matheus Grandi (2009)

Além da preocupação com a reestruturação e refuncionalização do imóvel para atender à necessidade de moradia, existe, também, a questão das atividades de geração de renda que se agregam ao projeto de ocupação desde o princípio e que exigem, igualmente, definições coletivas, obras e adaptações que não são poucas, e nem pouco conflituosas. Se as atividades desenvolvidas dentro dos domicílios vão depender de esforços do próprio morador que vão ao encontro das suas necessidades, quando se tratam de atividades que serão desenvolvidas coletivamente a discussão certamente é mais longa, mais demorada e condicionada a uma série de variáveis.

Esses espaços possuem características mistas de deliberação e não-deliberação. (...) [A]pesar de permitir uma certa liberdade para gerir o espaço de produção, o Coletivo é livre para colocar em pauta nas assembleias e deliberar sobre a utilização indevida de qualquer espaço coletivo. Assim, os grupos de produção apesar de, na prática, terem uma considerável autonomia para deliberar sobre questões que envolvem o espaço sob sua tutela imediata, estão em certo grau submetidos ao coletivo de moradores – que mantém uma certa influência e a legitimidade para interferir em seus espaços. (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009: 81)

O que está definido hoje, dessa maneira, pode ser (e certamente será) revisto, alterado, ou até suspenso amanhã ou depois. Os projetos não são engessados, ou eternizados (até

porque a própria permanência no imóvel não é uma certeza para o coletivo de moradores) e existe uma abertura permanente à revisão dos projetos e atividades existentes.

Existem trabalhos em nosso núcleo de pesquisa em que os autores se dedicam mais aprofundadamente aos diferentes usos e apropriações dos espaços no interior das ocupações, discutindo desde os processos de refuncionalização pelos quais esses espaços passaram até a sua (re)significação cultural e política, são esses TEIXEIRA (2009); SOUZA e TEIXEIRA (2009); GRANDI e TEIXEIRA (2009); MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009); ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009), GRANDI (2010) e MOREIRA (2011). Nosso objetivo não abarca esse detalhamento, que incluiria refletir tanto sobre os espaços de uso público, quanto sobre aqueles de uso privado e todas as suas nuances e particularidades.

Queremos aqui refletir sobre os *espaços de uso coletivo* no interior das ocupações, *para os quais foram pensadas, planejadas e onde chegaram a funcionar cooperativas de trabalho autogeridas pelos moradores*. Além daqueles espaços, também de uso comum, que caracterizam as formas de trabalho desenvolvidas pelo hiperpreariado sem teto na ocupação e na cidade, independentemente do funcionamento das cooperativas.

Entre essas experiências de trabalho coletivo existem aquelas quem nunca chegaram a se concretizar de fato e outras que funcionaram durante algum tempo. Algumas se constituíram antes do nosso contato com as ocupações aqui destacadas. Sobre o conjunto dessas experiências podemos fazer algumas observações mais gerais, antes de passarmos ao detalhamento de cada uma delas.

O que percebemos desde o início com relação às tentativas de constituição de experiências de trabalho coletivo nas ocupações, ou mesmo com relação à possibilidade de inserção nesse tipo de trabalho, foi uma recepção muito positiva por parte dos moradores. A maior parte deles vê nesse tipo de trabalho a possibilidade de obterem ganhos objetivos e subjetivos, por uma série de motivos. Das entrevistas<sup>207</sup> realizadas com moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 2009, por exemplo, aferimos que 78%<sup>208</sup> destes *gostariam de trabalhar em uma cooperativa gerida pelos próprios moradores da ocupação*, com base em diferentes justificativas que variaram entre aquelas mais objetivas, como trabalhar menos e ganhar mais, até as que ilustram uma percepção que extrapola a preocupação econômica e demonstra que o trabalho pode ir além do sentido estritamente

---

<sup>207</sup> Mini-censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD – março a agosto de 2009.

<sup>208</sup> Respondendo à pergunta “*Gostaria de trabalhar em uma cooperativa gerida pelos próprios moradores da ocupação?*”, 40, dos 51 moradores maiores de 18 anos entrevistados, responderam positivamente à pergunta.

prático e ganhar contornos de ordem qualitativa em termos de sociedade, partilha e experiência de vida:

*Faço parte do comércio. Com o Choque de Ordem, fica mais difícil.*

*Já está perto de casa, é gente conhecida, de confiança...*

*Isso dá uma noção de empregado e empregador. Facilita na forma como a gente pode trabalhar para ajudar 'a encher o cofre' dos nossos colegas, e não do patrão.*

*Porque é uma forma de ganhar dinheiro perto de casa.*

*Acho que trabalharia menos...*

*Facilitaria, pois poderia tomar conta dos filhos e trabalhar, tudo no mesmo lugar.*

*Pra mim o que vende é comida. Se as coisas funcionassem mesmo, não gastaria passagem, trabalharia com pessoas que conheço... Então, eu gostaria, sim.*

*Para ajudar e fortalecer a ocupação. Para melhorar ela financeiramente, também.*

*O trabalho quando é em grupo rende mais. A convivência é importante, se aprende muito. Ninguém é dono da verdade, cada pessoa tem uma maneira de enxergar a vida.*

*É uma forma de participar e interagir mais com as pessoas da ocupação.*

(Entrevistas entre abril e julho de 2009, pelo NuPeD, com dez moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras – mulheres e homens)

Aqueles moradores que disseram que *não gostariam de participar de uma experiência como essa (22%)* justificaram sua opção, também de diferentes maneiras:

*Prefiro ganhar o meu próprio dinheiro.*

*Já tenho trabalho, um emprego fixo. Cooperativa é muito importante, mas é na aventura.*

*Por sentir rivalidades entre pessoas, uma achando que é melhor que a outra...*

*Daria apoio, mas não preciso. Já estou aposentado. Daria espaço para quem necessita.*

*Já estou acostumada em trabalhar como doméstica. Não tenho paciência para trabalhar com todos.*

*Por causa do trabalho com carteira...*

*Porque já estou trabalhando. Se estivesse desempregada, sim, como já fizemos.*

(Entrevistas entre abril e julho de 2009, pelo NuPeD, com sete moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras – mulheres e homens)

Percebe-se que existe uma distância entre aquilo que se vê como positivo, como uma possibilidade de construir algo diferente e de experimentar outras formas de reprodução da sobrevivência, e aquilo em que verdadeiramente se acredita e se disporia a colocar em prática na própria vida. É certo que essa distância não se coloca apenas por uma falta de confiança em um projeto coletivo, ou por uma incoerência entre discurso e prática, mas por motivos muito mais significativos como o fato do rendimento do trabalho (seja este qual for) ser o único meio de sustento da família e do qual não se pode abrir mão, sem que haja, para isso, uma segurança nessa troca.

A transcrição das falas dos moradores pode até fazer parecer que aqueles que disseram que gostariam de aderir ao projeto da cooperativa são mais “audaciosos”, mais “empenhados” na luta popular, ou mais participativos e solidários, enquanto os demais seriam mais “individualistas”, ou mesmo “egoístas”. No entanto, se prestarmos bastante atenção aos argumentos usados nas justificativas daqueles que se negariam ao envolvimento nessa prática, veremos que eles refletem a fala de qualquer trabalhador que tem preocupações muito concretas, reais e que, talvez por já terem passado por momentos muito difíceis na vida, são mais cautelosos, mais rigorosos nos critérios, ou até mais inflexíveis. Algo muito justificável. Preocupações com o registro em carteira, com a experiência em um tipo de atividade e não em outros, com a boa convivência entre possíveis colegas de trabalho não são infundadas.

Outra observação de caráter mais geral que gostaríamos de fazer acerca das cooperativas nas ocupações diz respeito a como os moradores (ao menos uma boa parte deles) enxerga a cooperativa e sua função. Ao mesmo tempo em que a ideia da existência de uma cooperativa na ocupação, aberta a todos os moradores, é vista com bons olhos, percebemos que ela dificilmente consegue se desvincular da lógica de mercado (capitalista) e, também, ser vista como a única fonte de geração de renda para os moradores. Esse foi, inclusive, um obstáculo à continuidade de algumas experiências acompanhadas aqui. Em geral, os moradores que se envolvem no projeto (a menor parte dos moradores maiores de idade da

ocupação) dedicam “o tempo que sobra” do seu dia de trabalho à cooperativa, ou buscam a cooperativa nos momentos em que “está sem trabalho”. Tais atitudes dificultam e até impedem a continuidade do trabalho porque não há certeza do número de pessoas envolvidas o que, conseqüentemente, atrapalha a divisão do trabalho, a previsão de gastos, o ritmo da produção ou a quantidade de compromissos assumidos (no caso da prestação de serviços), bem como a forma como o dinheiro gerado será dividido entre os cooperativados.

A transformação dessa visão e desse tipo de postura é algo bastante difícil, tanto do ponto de vista da influência do próprio mercado capitalista – pois vivemos todos em um mundo onde são necessários o dinheiro, os bens, as mercadorias e, para isso, salvo raras exceções, o trabalho –, quanto da perspectiva do tipo de formação política, econômica e cultural que constitui a nossa *psique*. Segundo CATANI (2003),

[o] desafio que se coloca para a “outra economia” é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância, dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas. Da mesma forma, o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à auto-exploração. (CATANI, 2003: 12)

Estamos todos preparados, nesse sentido, para abrir mão de certos projetos individuais, certas ambições e desejos em função de um projeto coletivo? Estamos dispostos a esperar que o coletivo se converta em ganhos, também, individuais? Há viabilidade prática em todo esse processo? São muitas perguntas, em princípio, sem resposta, que tornam esse caminho sempre mais sinuoso do que parece à primeira vista.

Passaremos, então, à apresentação das experiências coletivas que motivaram a criação de atividades econômicas e possíveis circuitos econômicos solidários, dentro e entre as ocupações, respectivamente. Tais experiências passaram a ser pensadas a partir de 2004/2005, anos em que surgiram as Ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares e, junto com elas, a preocupação com o desenvolvimento de uma economia popular alternativa e autogestionária que fosse coerente com as propostas dos coletivos que começavam a se territorializar e “ganhar corpo”, bem como servissem como alternativa ao mercado de trabalho capitalista, extremamente cruel para os trabalhadores hiperprecarizados que constituem os

moradores dessas ocupações. Algumas dessas experiências, como havíamos mencionado no capítulo dois, foram apenas planejadas, mas nunca executadas, outras foram colocadas em prática, mas atualmente encontram-se paradas, outras ainda, possuem um funcionamento esporádico e limitado. São elas:

- *Cooperativa de Alimentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga.*
- *Cooperativa Cultural Chiquinha Gonzaga.*
- *Cooperativa de Construção Civil da Ocupação Chiquinha Gonzaga.*
- *Cooperativa de Alimentos da Ocupação Quilombo das Guerreiras.*
- *Cooperativa de Calçados da Ocupação Quilombo das Guerreiras.*
- *Confecção e Serigrafia da Ocupação Zumbi dos Palmares.*

A primeira experiência de implementação de uma atividade de geração de renda coletiva nas ocupações estudadas foi a da *Cooperativa de Reciclagem da Ocupação Chiquinha Gonzaga*, em 2005, experiência relatada por TEIXEIRA e GRANDI (2008). Segundo os autores, essa atividade surgiu como uma *alternativa de trabalho* para alguns, uma *opção* para aqueles que não tinham nenhuma outra fonte de renda, ou ainda uma *complementação de renda* para outros. Nesse projeto, discutido ainda em um momento de territorialização instável da ocupação, com alguns meses em que o coletivo havia se instalado no imóvel da Rua Barão de São Félix, foram depositadas muitas expectativas. Não apenas expectativas de melhora na renda das famílias, mas também nas condições gerais do prédio, já que a cooperativa ficaria obrigada a contribuir com uma porcentagem sobre os rendimentos para o caixa do coletivo.

O que se viu naquele momento, contudo, foi pouco avanço e muito dissenso. Segundo GRANDI (2010), os resultados não foram positivos como o esperado, pois a proposta de criação e instalação da cooperativa no pavimento térreo do edifício foi levada à assembleia e prontamente recusada pelo coletivo de moradores.

A recusa foi tomada como provocação ou ofensa pessoal por alguns moradores, tornando-se pivô de amplos e acalorados debates por diferentes motivos. Não havia, por exemplo, consenso quanto à definição do espaço que seria utilizado pela cooperativa, bem como aos usos outros espaços coletivos da ocupação. Alguns moradores discordavam do tipo de cooperativa que se pleiteava implantar, uma cooperativa de reciclagem, pois esses moradores não consideravam apropriado manter uma grande quantidade de “lixo” na entrada da ocupação e no primeiro pavimento, por uma série de motivos – entre eles, o aspecto negativo que traria ao prédio, o possível mau cheiro e sujeira que atrairia insetos e roedores, o

risco de acidentes para as crianças que circulavam livremente por todo o prédio, entre outros. As discussões chegaram até questões pessoais relacionadas à falta de confiança entre moradores e problemas de comunicação e o desfecho foi que, após muito desgaste, a cooperativa nem chegou a ser implantada.

A partir desse momento, tornou-se uma questão permanente a criação de uma cooperativa de trabalho na Ocupação Chiquinha Gonzaga, que vai se concretizar na segunda tentativa, com a *Cooperativa de Alimentação OCG*. Essa cooperativa começa a se organizar no ano de 2006 e a atuar, de fato, a partir de 2007. A atividade desenvolvida pela cooperativa era produzir e fornecer refeições prontas para eventos (alguma atividade, ou comemoração, normalmente organizados por entidades ligadas aos próprios movimentos sociais), sob encomenda, e também produzir “quentinhas” (refeições individuais para consumo imediato) para serem vendidas a varejo nas imediações da ocupação – para trabalhadores do comércio da vizinhança, para ambulantes que atuam na região, em obras etc.

A cooperativa de alimentos da OCG chegou a fazer parte da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE/UFRJ, integrando uma rede com mais 37 cooperativas de todo o Brasil.

Tratava-se de uma importante oportunidade para formação, treinamento, aperfeiçoamento e contatos com outras experiências em economia popular solidária e possíveis trabalhos. O processo de incubação tinha duração prevista de três anos e meio (tempo médio estimado pelo ITCP), no entanto, era muito complicado para os moradores participarem das atividades, semanalmente na Ilha do Fundão (Cidade Universitária - UFRJ), onde tinham que passar o dia envolvidos em cursos e reuniões. Um dos envolvidos no projeto, um morador destacado da OCG certa vez relatou-me que para ele era praticamente inviável arcar com os custos das passagens (dois ônibus na ida e dois na volta) e da alimentação na universidade semanalmente, já que isso significava, também, um dia sem trabalhar.

*Para quem vive de bico, de biscate, ou da cooperativa é impossível isso que eles querem. Se eu ficar lá como é que eu vou ganhar o pão para comer no dia seguinte? Como é que eu vou voltar lá no dia seguinte? Com que dinheiro? Não tem uma ajuda de custo, não tem nada! Não é projeto para receber cooperativa de trabalhador pobre... assim... assim não tem menor condição! Lá é ótimo, uma experiência incrível, mas não tem menor condição... (Entrevista informal, realizada em março de 2008, por Tatiana Tramontani Ramos, com um morador destacado da Ocupação Chiquinha Gonzaga<sup>209</sup>)*

---

<sup>209</sup> Anotação de campo produzida a partir de relato informal em uma reunião para discutir possíveis caminhos para a cooperativa de alimentos da OCG, realizada na residência desse morador, na ocupação. Participaram,

O grupo de moradores que constituía a cooperativa de alimentos da OCG acabou por se afastar completamente do projeto de incubação do ITCP/COPPE-UFRJ ainda em 2008 e não concluíram o processo de formação e profissionalização.

A cooperativa funcionou de forma bastante ativa<sup>210</sup>, por cerca de dois anos, chegou a ter 12 moradores envolvidos nas atividades, conquistou, junto ao coletivo, um espaço na ocupação destinado a essa atividade, a *cozinha coletiva*, onde eram produzidos os alimentos e guardados produtos e utensílios. A Cooperativa de Alimentos OCG não teve, desde o início e por motivos diversos (a exemplo daqueles mencionados anteriormente sobre a percepção e aceitação dos moradores sobre trabalho em cooperativas), adesão de todos os moradores, mas apenas de alguns, o que levava, também, a muitas discussões, acusações e conflitos.

Alguns moradores reclamavam de uma espécie de “controle” sobre a cooperativa por parte de algumas famílias que, segundo eles, definiam “quem podia, e quem não podia participar”, controlavam o uso do espaço da *cozinha coletiva da ocupação*, impedindo o acesso de moradores não-cooperativados, entre outras acusações. A cozinha coletiva é um espaço bastante importante no processo de ocupação e bastante polêmico no que se refere à forma de organização dessa variante de ocupação, a variante por coletivo. É importante, pois, nos primeiros dias, semanas e até nos primeiros meses de realizada a ocupação do imóvel, quando ainda há pouca infraestrutura de moradia, ainda há, por isso, muito trabalho a ser feito como providenciar água, luz, fazer limpeza, retirar entulho e, principalmente, não ser despejado, o coletivo ainda é uma prioridade sobre qualquer decisão individual.

A maioria dos espaços, se não todos, nesse período são de uso compartilhado, isto é, coletivo. Dormitório, cozinha, banheiros, sala de reunião, são espaços em que não há uso privado, restrito, mas sempre é comum. Até porque nas primeiras semanas de ocupação não há entrada e saída de ocupantes do prédio, o único contato com o “mundo exterior” é feito através dos apoiadores que ficam praticamente em vigília na porta do imóvel e negociam com a polícia, se necessário, a entrada de água, comida, remédios e o que for absolutamente indispensável.

---

também, da reunião, Prof. Marcelo Lopes de Souza, Matheus Grandi e Rafael Almeida. Nessa reunião também foi discutida a realização do seminário “*O que pode a economia Popular Urbana? Pensando a Produção e geração de renda nas ocupações*”, que se realizaria em maio do mesmo ano na ocupação Chiquinha Gonzaga.

<sup>210</sup> Apesar da pouca experiência profissional dos integrantes que levava a alguns problemas de planejamento, problemas com o não pagamento por parte dos contratantes de serviços entre outros.

**Figura 91 - Despensa com doações de mantimentos, cozinha coletiva nos primeiros dias de ocupação do imóvel. Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2004**



Fotos: CMI-Brasil, 2004.

**Figura 92 - Refeições preparadas nos primeiros dias de ocupação do imóvel. Ocupação Chiquinha Gonzaga, 2004**



Foto: CMI-Brasil, 2004.

A essa convivência intensa GRANDI (2010) denomina “coletivização radicalizada do cotidiano” e, apesar de ser geradora de muitos atritos, também traz recordações positivas de momentos e conquistas, como percebemos na fala da moradora:

*E isso causa uma intimidade muito grande que a gente perde quando vai pro quarto, que a gente perde quando começa a cozinhar só pra si. Quando a gente deixa de saber o que o outro tá comendo, ou como ele tá tomando banho, ou como ele tá dormindo, a intimidade começa a afastar. E loucura isso, pensar isso. Mas é dessa forma que funciona mesmo. Companheiros que a gente dormia do lado, sabia que roncava, no começo de ocupação nos quartos coletivos. Um ronca, outro baba, o outro acorda com o cabelo assim ou assado, outro acorda com a cara inchada, outro acorda e parece que nem dormiu. Essa intimidade que a gente tem no começo de ocupação, quando a gente vai pros quartos a gente vai esquecendo essa intimidade. E é natural quando a gente vai se distanciando. E aí eu acho que começa a acontecer problemas em relação a isso mesmo. Então diversos companheiros passam por necessidades brabas, de não ter o que comer e às vezes a gente não sabe. Porque as pessoas também têm vergonha de dizer as necessidades que passam. E às vezes a gente vai saber numa situação extrema. Ou porque desmaiou, ou porque passou mal, ou porque não aguentou mais e bateu na casa de alguém. E isso é ruim. Viver coletivamente e fechar os olhos pra esse tipo de coisa não é viver coletivamente. Quando a gente perde essa interação... Não de se meter na vida do outro, mas de estar junto. (Entrevista realizada em 04/12/2008, por Matheus Grandi, com moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras<sup>211</sup>)*

As mesmas recordações que trazem saudade de algumas situações, episódios ou formas de se relacionar com o outro, acabam servindo de referência para a forma de apropriação e utilização dos espaços em períodos posteriores ao dessa “coletivização radicalizada do cotidiano”.

---

<sup>211</sup> O trecho dessa entrevista encontra-se em GRANDI (2010: 204).

**Figura 93 - Ocupação Chiquinha Gonzaga: espaço de moradia e conserto em um espaço de uso coletivo, 2004**



Fotos: *Latuff* para CMI-Brasil, 2004

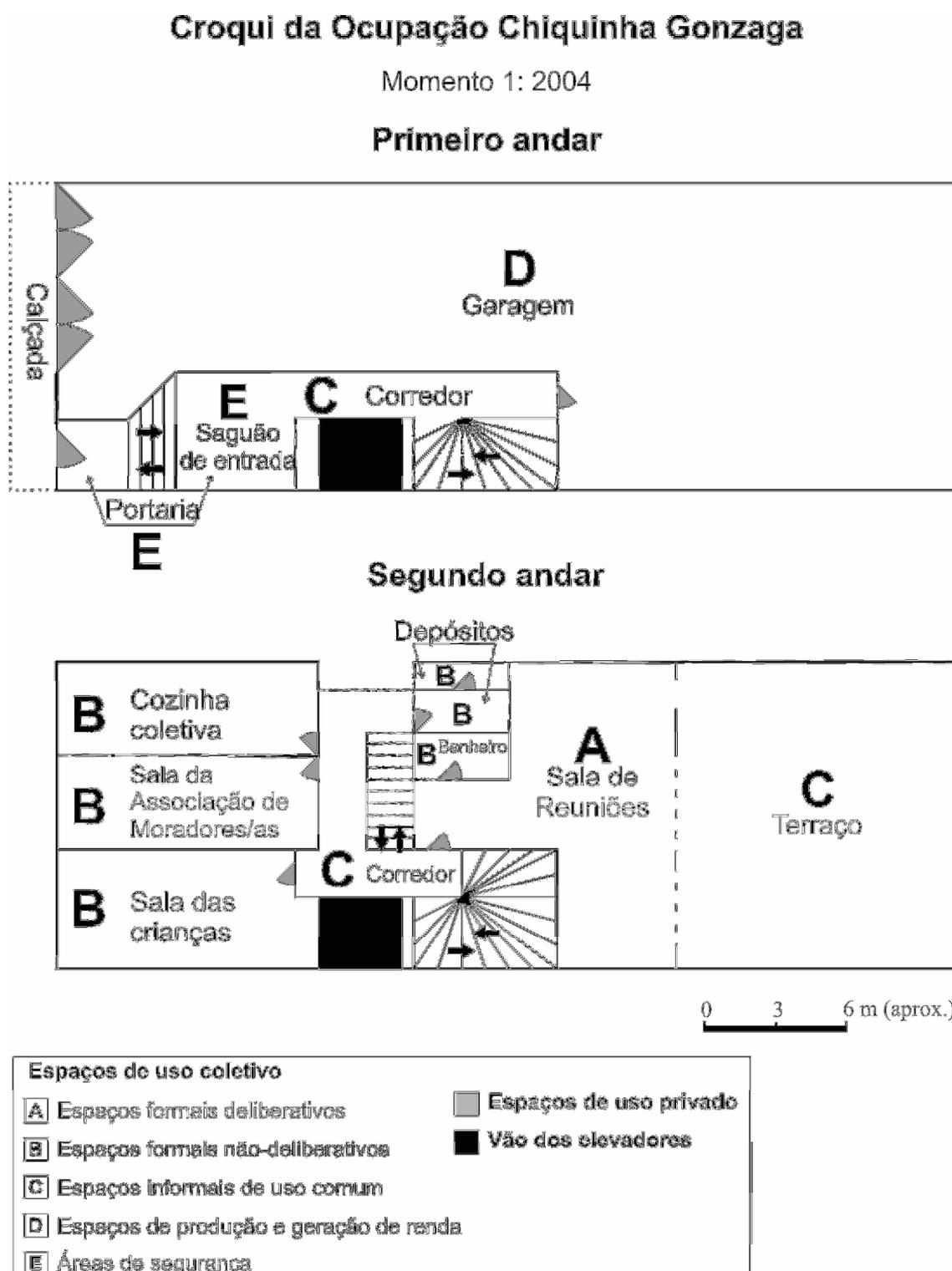
Foi o que aconteceu com a cozinha coletiva da ocupação Chiquinha Gonzaga. A cozinha pouco era utilizada pelos moradores – a não ser em ocasiões de festas e reuniões mais longas realizadas na ocupação – após a divisão dos moradores nos quartos e o encerramento de atividades que era realizadas coletivamente como cozinhar e comer. No momento em que a cozinha passa a ser constantemente utilizada por um determinado grupo que passa a exercer um controle sobre esse espaço, isso traz à tona o argumento dos espaços coletivos e de uma tendência à “privatização” dos mesmos, apontada por alguns moradores.

Esses atritos geravam muito desgaste entre os moradores, especialmente entre aqueles “moradores destacados” que tomavam para si a função de defender, ou denunciar, aquilo em que acreditavam. O uso do espaço e dos objetos ali contidos talvez fosse uma dos maiores problemas enfrentados pela cooperativa e por aqueles que dela não participavam. Como todos os espaços de uso comum na ocupação têm sua destinação definida em assembleia e, normalmente, não são impostas restrições à circulação dos moradores, a não ser em caso de falta de segurança (como locais em que haja risco para crianças, por exemplo), ou à pedido dos próprios moradores de forma consensual, o uso restrito à alguns (membros da cooperativa) do espaço da cozinha coletiva trouxe muitos problemas.

Podemos observar a seguir alguns espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga a partir de croquis produzidos por Eduardo TEIXEIRA e Matheus GRANDI. Neles vemos as diferentes formas de apropriação dos espaços nos diferentes momentos. No primeiro momento, durante o início da ocupação, em 2004, percebemos a predominância dos espaços de uso coletivo, com destaque para espaços “*formais não-deliberativos*”, aqueles com destinação e uso específico, e espaços “*formais deliberativos*”, destinados à realização de reuniões e assembleias de moradores. Devemos atentar, também, para o tamanho da cozinha, que era utilizada por todos os moradores.

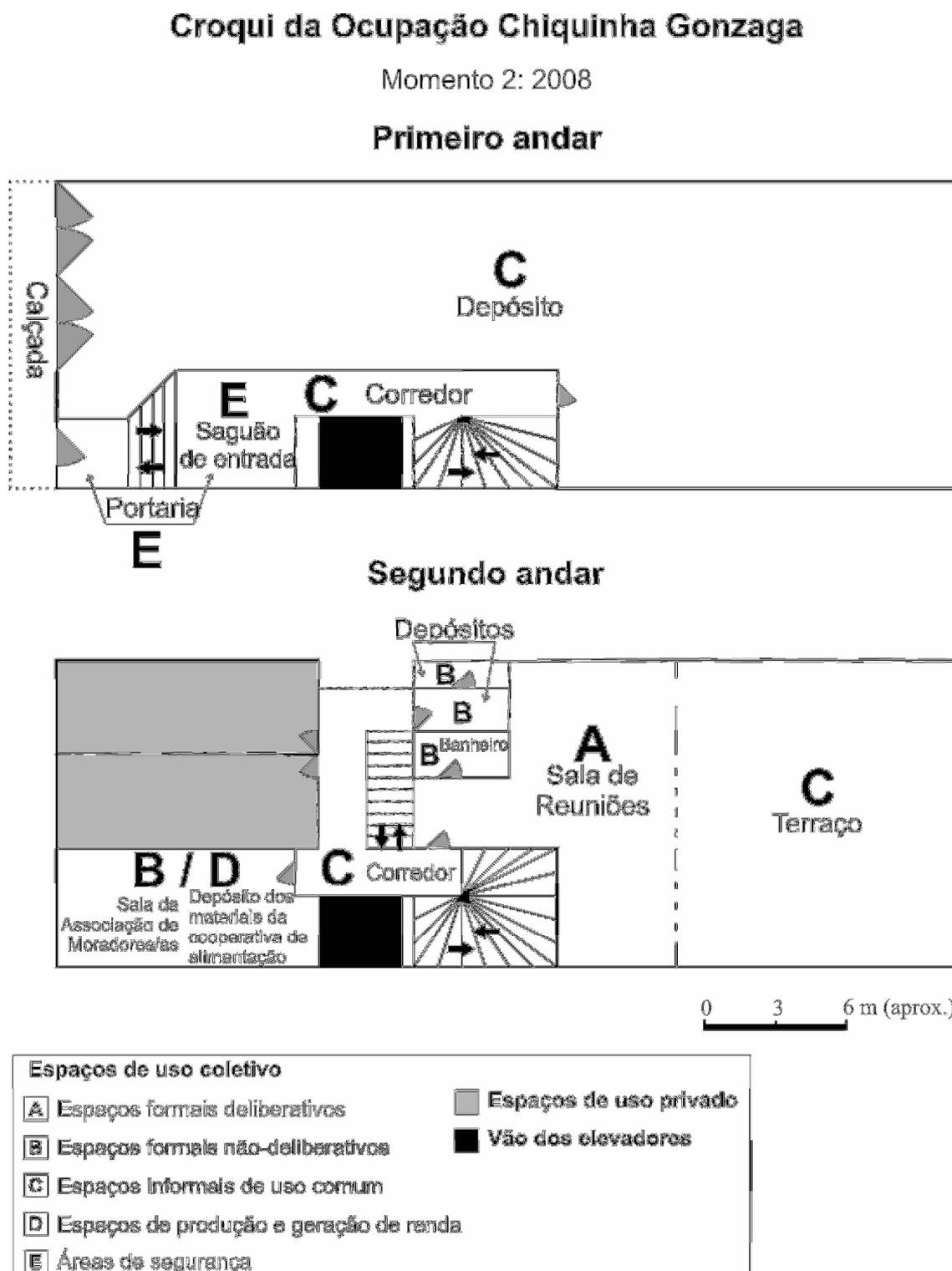
No segundo momento, em 2008, notamos que alguns espaços que antes eram destinados ao uso comum tornam-se espaços privados (quartos), entre eles a cozinha coletiva, que chega a ser extinta por um período. Outros espaços, por sua vez, são refuncionalizados e, posteriormente, passam a abrigar cozinha, depósito e outras atividades.

Figura 94 - Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga



Fonte / Elaboração: TEIXEIRA e GRANDI (2005)  
Adaptação: M. S. GRANDI

Figura 95 - Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga

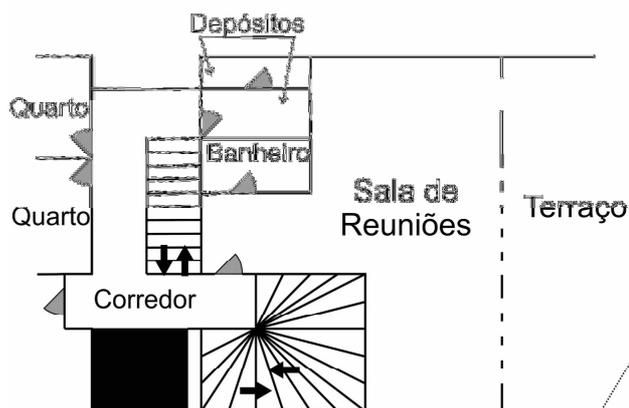


Fonte / Elaboração: TEIXEIRA e GRANDI (2008)  
Adaptação: M. S. GRANDI

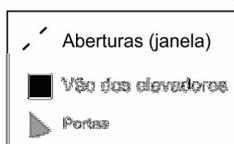
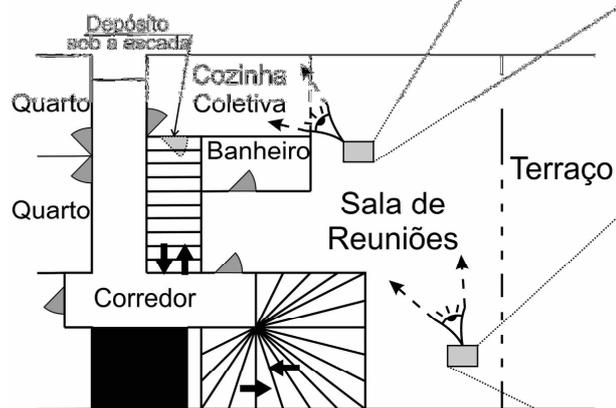
**Figura 96 - Croqui de parte do primeiro andar da Ocupação Chiquinha Gonzaga  
Enfoque na reestruturação espacial (obra para adaptação da cozinha coletiva)  
e refuncionalização de espaços**

### Croqui do primeiro andar da Ocupação Chiquinha Gonzaga

#### Momento 1: Maio de 2008



#### Momento 2: Dezembro de 2009



Fonte / Elaboração: TEIXEIRA e GRANDI (2008)  
Adaptação: M. S. GRANDI

Atualmente o funcionamento da cooperativa de alimentação da Chiquinha Gonzaga é bastante intermitente, mas ela mantém o espaço destinado a essa atividade, bem como os equipamentos e utensílios como fogão, panelas e talheres etc.

Para GRANDI (2010), autor que fez um estudo específico da Ocupação Chiquinha Gonzaga, centrado nas práticas sócio-espaciais dessa ocupação, grande parte dos problemas relacionados ao funcionamento e manutenção dessa experiência remete a diversas origens: o relacionamento conflituoso entre algumas pessoas, a formação de diferentes campos políticos na arena primária que constitui o coletivo da ocupação, as estratégias e formas de articulação de alguns moradores para criar a cooperativa, a restrita divulgação de informações e participação dos demais moradores do projeto, a falta de experiência relacionada à economia popular solidária, são alguns exemplos.

Apesar de todos os problemas e das dificuldades enfrentadas durante o processo de constituição da cooperativa e seu período de atuação mais intensa, a avaliação da maior parte dos moradores é de que a experiência foi válida. Se não pelo ganho em termos de geração de rendimentos para as famílias e para a própria ocupação, ao menos em termos de aprendizado, como erros e acertos.

*Essa cozinha, essa cooperativa que eles trabalhavam, ajudou muito até eles. Até ajudou muito também o prédio, porque eles dava 10% do que eles ganhavam, do pagamento. Então eu acho que foi marcante. Quer dizer: vieram morar aqui, depois viemos morar aqui. E ao mesmo tempo, alguns conseguiram um emprego e tão pagando um dinheirozinho. E ainda ajuda também o prédio, porque davam 10% pro prédio. Então eu acho isso marcante, uma coisa boa. E se arrumou um dinheiro que às vezes não era até de salário mínimo. Foi um pouco mais. Até tanto mais que eles ainda têm um dinheiro ali (...) (Entrevista realizada em 22/08/09, por Matheus Grandi, com Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga<sup>212</sup>)*

Alguns moradores apontam, ainda, a dificuldade que um empreendimento de origem popular e que busca se organizar de forma diferente daquilo com que estamos acostumados a lidar no mercado capitalista, encontra para sobreviver nesse mercado. A falta de estrutura material, de experiência administrativa, de requisitos legais como registros, alvarás, licenças, são alguns obstáculos que tornam o dia-a-dia dessas cooperativas muito difícil e compromete o futuro da experiência.

---

<sup>212</sup> O trecho dessa entrevista encontra-se em GRANDI (2010: 243).

*Eu quero falar principalmente dessa ideia de economia solidária, economia partindo das pessoas, principalmente das dificuldades que a gente têm e que a gente encontra. A principal dificuldade é que a gente tá numa economia capitalista, ultra reacionária, contra o trabalhador e a todo momento que a gente atenta para alguma coisa, ... uma vez foi, um pessoal arrumou uma comida para a gente fazer em um evento lá na UFRJ, mas foi uma luta bem grande do reitor com a cooperativa com umas parada aí... registro recibo... não teve argumento, não teve o que a gente fazer. Na sociedade é o seguinte, quem tem mais, entendeu, tá sempre por cima do outro, pisando no outro... (Entrevista realizada em 23/05/2010, por Tatiana Tramontani Ramos, com morador destacado da Ocupação Chiquinha Gonzaga)*

Hoje existem dois outros projetos de economia solidária *idealizados* para a Ocupação Chiquinha Gonzaga: uma *cooperativa cultural*, que visa edição de jornais e livros com princípios libertários e o de uma *cooperativa de prestação de serviços de reforma e consertos na área da construção civil*, como pedreiro, pintor, eletricista e bombeiro hidráulico. Em ambos os casos a ideia, assim como o relato que me foi passado a respeito delas, partiram da mesma pessoa, um morador destacado da Ocupação Chiquinha Gonzaga que exerce importante papel de liderança sobre um dos campos políticos que atuam na arena primária da OCG<sup>213</sup>. Esse morador é um dos integrantes que mais acreditou e se empenhou na implantação e funcionamento da cooperativa de alimentos e vem investindo em novas propostas de atividades econômicas coletivas para a ocupação desde o seu início.

No projeto da *Cooperativa Cultural OCG*, a ideia seria que os moradores das ocupações, ou seus apoiadores, produzissem artigos sobre conjuntura, poesia, relatos sobre suas histórias de vida, ou sobre a vida nas ocupações e esse material se transformasse em livros e jornais que seriam editados, vendidos e se revertessem em renda para os moradores. Esse projeto ainda parece muito distante por limitações prático-objetivas e, também, questões mais subjetivas.

As limitações práticas relacionam-se diretamente ao sentido e ao apelo que uma atividade econômica coletiva realizada dentro de uma ocupação de sem-teto tem, ou pode ter, para os seus moradores. Quando se fala em geração de renda para trabalhadores hiperprecarizados, que vivem no limite dos seus esforços e do sustento de sua família, há que se trabalhar com possibilidades consideradas por eles “alcançáveis” e que tenham um “retorno” ao menos semelhante àquele conquistado com a sua atividade individual. Nesse caso, a cooperativa cultural dificilmente preencheria algum desses dois requisitos.

---

<sup>213</sup> Para mais detalhes sobre os diferentes campos políticos e sua atuação na Ocupação Chiquinha Gonzaga consultar GRANDI (2010).

Primeiro, não é “natural” para esses trabalhadores ter na produção textual (seja ela em prosa, verso ou histórias) seu meio de vida, seu sustento. Essa atividade pode ser confortável, prazerosa, até fácil para algumas pessoas, mas não para a maioria, e não em volume que permita uma grande variedade de “produtos finais”. Em segundo lugar, a editoração e publicação de livros e periódicos, ainda que sejam muito simples em termos de acabamento, é uma atividade que custa muito caro e exige investimentos elevados em material e infraestrutura. Investir antes mesmo da possibilidade de arrecadar algum dinheiro com atividades em ocupações é algo quase fora de cogitação, pelas condições de vida de seus moradores e seus tipos de trabalho atuais. Assim sendo, pensamos que dificilmente esse projeto será frutífero.

Existe a possibilidade de serem produzidos materiais desse tipo e que os mesmos sejam editados em gráficas já existentes, em parceria, e que os lucros sejam revertidos para a ocupação e seus moradores, como um complemento, como forma de fazer circular sua história de luta, de eternizar algumas memórias na forma de texto, mas não como *única* forma de trabalho e geração de renda.

O outro projeto idealizado por moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga, de uma *cooperativa de prestação de serviços de reforma e consertos na área da construção civil*, como pedreiro, pintor, eletricista e bombeiro hidráulico, teve como motivação justamente do fato de muitos dos trabalhadores residentes da ocupação já possuírem conhecimentos práticos nessas atividades e já realizarem serviços por conta própria nesse ramo de atividades.

A diferença desse projeto em relação aos anteriores é que, nesse caso, a execução da atividade se daria fora do espaço da ocupação. Trata-se do ramo da prestação de serviços, assim como a cooperativa de alimentação, contudo, nessa última, a atividade se realizava em um espaço destinado para a mesma dentro da ocupação, na cozinha coletiva, o que implica uma convivência, na troca, na cooperação de fato e, principalmente, no fortalecimento de laços entre os moradores e o espaço que conquistaram para si. No caso da *cooperativa de reforma e consertos em na área de construção civil* o trabalho teria como vínculo o fato de serem moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga, mas seu ambiente de trabalho estaria fora dela e esse é um importante aspecto que deixaria de ser considerado, o papel da cooperativa, das atividades geradoras de trabalho e renda nas ocupações para a criação e manutenção de uma economia *refletidamente alternativa, autogerida e coletiva* organicamente *vinculada ao seu espaço*. Essa cooperativa também não deixou de ser, nesse momento, um projeto, um desejo de alguns.

Tanto a cooperativa de alimentos, quanto os dois projetos existentes para atividades coletivas na ocupação Chiquinha Gonzaga compartilham vícios e virtudes. São projetos, ou atividades que, de alguma forma, exigem importantes transformações na rotina dos moradores, de suas famílias e do coletivo, por isso, necessitam comprometimento, confiança, acordo e um tipo de formação e conhecimento que, em grande parte das vezes, extrapola o saber de nível prático e vai até o campo teórico, político e cultural.

Como mencionamos anteriormente e já tocamos, também, no capítulo anterior, a formação para a autogestão e para a autonomia não é fácil e dificilmente se encontra nas experiências existentes no mundo que nos rodeia. As contradições que se colocam diariamente entre aquilo que se tenta construir nesses espaços de moradia e trabalho, e o próprio mundo onde esses espaços se inserem, o trabalho do qual se depende para ganhar o sustento pessoal e familiar, a sedução do consumo, tudo isso, contribui para afastar esses trabalhadores hiperprecarizados de projetos que contribuam para a constituição de experiências e circuitos econômicos alternativos em seu espírito, como aponta SOUZA (2006a). Mas o fato dessas tentativas existirem dessa reflexão se apresentar estimula que se continuem buscando outras formas, que se continue acreditando em uma possibilidade.

Outra experiência de atividade econômica coletiva e de cooperativismo, dentro das ocupações de sem-teto com as quais trabalhamos, foi a da *Cooperativa de Chinelos e Sandálias da Ocupação Quilombo das Guerreiras*, pensada desde as primeiras tentativas de ocupação, realizadas em 2005 e 2006, planejada nas assembleias do coletivo ao longo de 2006 e criada em meados de 2007.

A Ocupação Quilombo das Guerreiras, assim como a Chiquinha Gonzaga, passou por algumas discussões e percorreu algumas hipóteses para a geração de trabalho e renda dentro da ocupação antes de chegar à decisão de criar a cooperativa de chinelos e sandálias. Foram levantadas, na época, as possibilidades de cooperativas de reciclagem, como na Chiquinha Gonzaga, serigrafia e estamparia (trabalho com camisetas e bolsas de tecido) e calçados.

A opção do trabalho com material reciclável foi, assim como na Ocupação Chiquinha Gonzaga, rejeitada pelo coletivo nas primeiras reuniões sobre esse assunto, ainda em 2006. As argumentações dos moradores da Quilombo das Guerreiras se assemelhavam àquelas apontadas pelos moradores da Chiquinha Gonzaga, isto é, a sujeira, a falta de cuidado com os materiais acumulados e o risco de infestação de pragas e doenças como os principais problemas, como lembra uma moradora da OQG.

*Reciclagem foi uma produção rejeitada de primeira. Porque as pessoas não acreditam na disciplina do companheiro. Dele pegar a lata, lavar a lata e guardar, dele pegar a garrafa, lavar a garrafa e guardar. Foi como eu falei, no início da ocupação, com a praga de ratos que tinha aqui, essa produção foi vetada logo. Mesmo porque os companheiros que fazem isso pra si... Isso aí foi vetado enquanto produção coletiva, mas o companheiro não é impedido de juntar lata e garrafa no quarto dele, e não lavam a lata, não lavam a garrafa. E acaba causando um impacto. E isso, às vezes, é até questão levantada no coletivo. Alguém que traz alguma coisa de fora pra dentro que pode causar um impacto no coletivo, que pode causar uma epidemia ou coisa assim. Às vezes o companheiro é advertido por água que ele deixa juntar, ou latinha, ou coisa que ele guarda que vai acumulando sujeira, que traz rato... E às vezes se o coletivo tiver que encaminhar que vai abrir a casa pra colocar remédio, ele vai ter que abrir. Então foi uma produção estancada logo de cara, por conta disso mesmo. Por as pessoas acharem que iria causar um impacto ruim no prédio, por as pessoas não terem responsabilidade... (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

Outra crítica colocada por essa moradora a respeito da possibilidade de implantação da cooperativa de reciclagem na ocupação e que revela uma análise interessante a respeito do que se entende efetivamente como cooperativa e trabalho para uma economia solidária refere-se à finalidade, à destinação e ao retorno obtido com essa atividade.

É comum vermos depósitos de coleta de materiais recicláveis (ferro, plástico, alumínio, papel etc.) serem chamados de “cooperativas de reciclagem”, quando, na verdade, não passam de centros de coleta/depósitos que compram materiais desse tipo dos “catadores”, ou “carroceiros” que trabalham por conta própria recolhendo esses materiais na cidade.

Nesse tipo de relação não há nenhuma característica que remeta ao sentido original de *cooperativa*. O material é recolhido por trabalhadores de forma individualizada (e até competitiva) e não há um sentido de cooperação entre eles. Depois esse material é vendido (geralmente por peso) pelos catadores nesses depósitos que, por sua vez, revendem o mesmo (após algum tipo de beneficiamento, ou não) com uma margem de lucro para as fábricas que vão reaproveitá-los como matérias-primas para outros produtos. Não há, na grande maioria das vezes, nesse tipo de relação de trabalho, nenhum elemento que caracterize uma cooperativa, que aponte para relações horizontalizadas, para a partilha de rendimentos, colaboração, ou para o trabalho coletivo. Há alguns depósitos desse tipo localizados na Rua Barão de São Félix, muito próximos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, e para onde alguns moradores dessa ocupação vendem os materiais que coletam no dia de trabalho. Tivemos oportunidade de observar essa atividade ao longo desses anos e não há ali qualquer mudança,

transformação que compartilhe princípios autogestionários ou que, ao menos, colabore para a redução da exploração do trabalho, da desigualdade social e de poder. Ao contrário. Essa observação foi colocada pela moradora e levou à reflexão por parte dos moradores sobre a validade de tal iniciativa.

*Isso não tem nada a ver com reciclagem! Às vezes as pessoas confundem acumular material pra vender com reciclagem. Reciclagem você pega uma latinha ou uma garrafa PET e faz alguma coisa com ela, transforma num sofá, transforma numa vassoura, transforma num abajur. Isso é uma coisa completamente diferente. E não era essa a proposta. A proposta mesmo era juntar material, arrumar uma Kombi de alguém conhecido e vender onde as pessoas pagam mais caro por aquela mercadoria. As pessoas não acreditaram nessa educação, que as pessoas limpariam antes esse material... Alguns chegaram a juntar papelão, o papelão molhava e aí dava lacraia, barata, rato e aí o coletivo vetou e foi uma discussão que quando tenta voltar ao coletivo é uma discussão que já tá vetada na cabeça das pessoas. (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

As opções do trabalho com serigrafia ou com os calçados também encontraram obstáculos inicialmente e os principais eram a falta de abastecimento de água e luz no prédio nos primeiros meses, e a instabilidade desses serviços ao longo dos anos que se seguiriam. Como trabalhar com tintas e cola, sem água? Como utilizar máquinas de corte e costura, sem energia? Tais obstáculos dificultaram, mas não impediram, contudo que em 2007 a cooperativa começasse a trabalhar, com água disponível na cisterna do prédio, nos banheiros coletivos e cozinha do edifício e fornecimento precário de energia elétrica.

O que levou a escolha dos calçados, e não da serigrafia, pelo coletivo, foi a experiência de uma das moradoras da ocupação, que já havia trabalhado alguns anos com essa atividade e a sua disponibilidade para conduzir um treinamento, uma oficina, para os demais moradores que se interessassem pelo trabalho, como foi feito.

Essa cooperativa chegou a envolver integrantes de 12 famílias da ocupação, trabalhando diretamente, e existiam mais oito famílias, pelo menos, interessadas em aderir ao projeto, o que representava uma grande adesão, por se tratar de uma ocupação de aproximadamente 36 famílias. Essa cooperativa também destinava dez por cento da sua receita para atividades do coletivo e manutenção do prédio.

A Cooperativa de Chinelos e Sandálias da Quilombo das Guerreiras, assim como a Cooperativa de alimentos da OCG, foi incluída em 2007, por meio de edital de inscrição, na

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE/UFRJ. Ser admitida para o processo de “incubação” promovido por uma universidade significou um reconhecimento importante dessa atividade e de seus moradores. Eles esperavam, com isso, um apoio e um aprendizado maior sob a forma de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e, principalmente, apoio na elaboração de projetos para aquisição de financiamento junto aos órgãos públicos ou privados. Tal financiamento era fundamental, no início do projeto, pela necessidade de aquisição de material de trabalho, como máquinas, ferramentas e alguns móveis, e também de matéria-prima para dar início à produção.

**Figura 97 - Registro de um dos encontros de formação e aperfeiçoamento do ITCP e duas moradoras da Ocupação Quilombo das Guerreiras, integrantes do projeto**



Fonte: Boletim Informativo ITCP/COPPE-UFRJ – Cooperativas Populares em foco. Impresso (08/11/2007)

Houve, no entanto, um desapontamento dos moradores com relação ao processo de “incubação” por ele não corresponder a essas necessidades.

*Eu pensava que a ITCP era outra coisa completamente diferente do que foi. (...) Quando a ITCP veio e falou que iria abrir inscrições para a geração de grupos que trabalham com geração de renda, cooperativas nas ocupações, os coletivos se interessaram a se inscrever. Só que para os coletivos das ocupações, foi uma decepção. Por quê? Porque os sem-teto, e aí pode forçar, é fodido! Quando ele pensa numa ajuda, ele pensa numa ajuda, assim, não que o cara vá chegar e toma aí cinco mil pra você começar a trabalhar, mas ele precisa da ajuda intelectual de alguém! Se o sem-teto soubesse escrever projeto sozinho ele faria, mas ele não sabe. Então isso ficou claro na primeira reunião da ITCP que a gente participou, que era a necessidade de cada um que estava ali representando a sua ocupação, de ter um projeto para levar a sua produção, aquilo em que acreditava, em frente. E a ITCP não correspondeu à isso, a essa ansiedade. Falaram: “isso não é com a gente”. Mas se ‘isso não é*

*com vocês' eu não sei com quem é, porque como é que a gente vai falar de produção se não tem dinheiro pra produzir, se não dá para comprar o material pra produzir? Mas em virtude deles terem outras cooperativas que já estão quinhentos anos à frente, né? DASPU, PINEL... acho que eles acabaram achando que todas as cooperativas, todos os grupos de geração de renda que eles têm estão no mesmo nível de organização e financeiro. Então houve uma decepção muito grande e a gente parou de ir (...). (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

Foi justamente nesse momento, no início de 2008, passados alguns meses da inclusão da cooperativa da OQG no ITCP/COPPE-UFRJ que alguns integrantes do NuPeD<sup>214</sup> começaram a dar apoio na elaboração de projetos para inscrição da cooperativa em processos e editais para aquisição de fomento junto às instituições públicas, como a FINEP<sup>215</sup> (Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia), e Organizações Não-Governamentais, como a FASE<sup>216</sup>.

A nossa ideia era reunir todas as possibilidades e oportunidades disponíveis. Interessava que a Cooperativa de Sandálias e Chinelos da OQG continuasse incubada no ITCP, mantivesse os contatos e integrasse a rede de cooperativas de economia solidária ligadas a esta instituição, e que nós pudessemos contribuir com o auxílio na elaboração (pesquisas, cálculos, planejamento, argumentação etc.) e redação de projetos para obtenção de financiamento para que a cooperativa pudesse funcionar, algo que os moradores necessitavam e o ITCP não podia oferecer no momento. E isso foi feito.

---

<sup>214</sup> Na época o prof. Marcelo Lopes de Souza, coordenador do NuPeD, e alguns integrantes do núcleo: Tatiana Tramontani Ramos, doutoranda (Geografia UFRJ), Eduardo Tomazine Teixeira, mestrando (Geografia UFRJ) e Rafael Gonçalves de Almeida, bolsista de Iniciação Científica do NuPeD em fase de pesquisa para TCC.

<sup>215</sup> Inscrição de propostas para obtenção de apoio financeiro do Fundo nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, no âmbito do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, da “Chamada Pública MTC/FINEP/MDS – Empreendimentos Solidários”. Tal inscrição seria realizada via UFRJ e os próprios contatos da Cooperativa da OQG no ITCP/COPPE, porém dependia da elaboração de um projeto que os moradores não se sentiam seguros em elaborar.

<sup>216</sup> A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização não-governamental que foi responsável por parte do financiamento que, em 2006, contribuiu para a realização do evento “*Ocupando o Circo Voador: Encontro dos Movimentos de Sem-Teto*”, que mencionamos anteriormente.

**Figura 98 - Capa do Projeto para Apoio e Financiamento das atividades da Cooperativa de Chinelos e Sandálias da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2008**

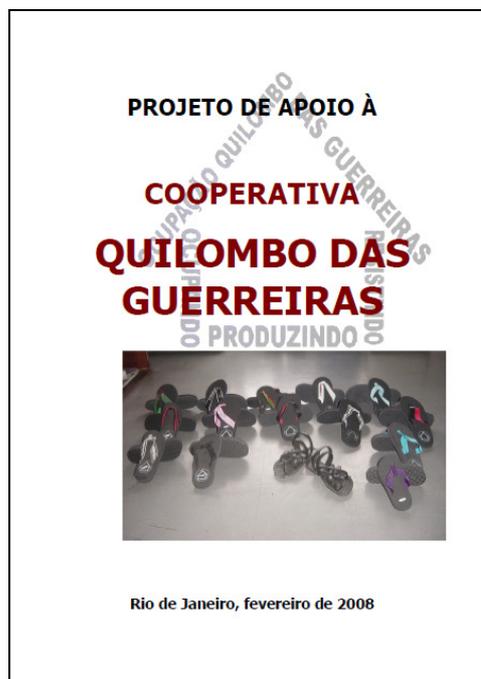


Imagem: Arquivo (Tatiana Tramontani Ramos/NuPeD), 2008.

Passamos alguns meses estudando e elaborando projetos diferentes para diferentes editais de instituições que dispunham de financiamento para iniciativas em economia solidária, como ONG's, empresas e instituições públicas, no entanto, esbarramos em uma série de obstáculos formais, entre eles uma extensa legislação<sup>217</sup> que rege a legalização e funcionamento de cooperativas, a exigência de registros como CNPJ (para emissão de recibos e assinatura de contratos de trabalho e prestação de serviços), alvarás de funcionamento por parte da Prefeitura, laudos e licenciamentos do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, vigilância sanitária etc.

A ocupação até registrou-se formalmente como uma “Associação de Moradores”<sup>218</sup>, como forma de responder e questionar juridicamente, especialmente no que se refere a processos judiciais, mas esse tipo de registro não é suficiente para autorizar o funcionamento de atividades econômicas, de geração de renda dentro do espaço da ocupação. Nesses casos as

<sup>217</sup> No Brasil, a Lei que rege a constituição e o funcionamento das Cooperativas é a Lei de N°. 5.764 de dezembro de 1971 – “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências”.

<sup>218</sup> Nesse caso uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras expõe a seguinte explicação: “A associação foi fundada, mas é pra a gente um corpo fictício dentro do Coletivo. E um companheiro que tem cargo na Associação nunca falou: ‘Eu tenho que me inscrever primeiro porque eu sou coordenador, ou eu tenho mais direito de falar porque eu sou o coordenador de finanças’. Isso nunca existiu e eu acho que nunca vai existir por causa da própria consciência das pessoas.” (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)

exigências são outras. E talvez esse tenha sido o principal problema para que a cooperativa pudesse se inscrever e obter sucesso em editais de financiamento, ele sempre esbarrava nesse tipo de exigência, o que ia tornando cada vez mais inviável o trabalho com a produção de chinelos e sandálias.

**Figura 99 - Produção de Chinelos e sandálias por moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2008**



Foto: Rafael Gonçalves de Almeida

As peças que chegaram a ser produzidas e vendidas foram feitas com doações de matéria-prima, como borracha, espuma, tiras de tecido, linha, tinta etc., ou com a compra desse material a partir da cotização entre os próprios moradores envolvidos no projeto, no entanto, o material não era suficiente para a comercialização em escala que permitisse o sustento da atividade e dos envolvidos. Além disso, havia carência de ferramentas e máquinas para o trabalho, que agilizariam e facilitariam a produção.

Os moradores que chegaram a trabalhar na cooperativa da OQG apontaram, ainda, como um problema, a dificuldade na comercialização dos produtos, tanto sob o aspecto do *tipo de mercadoria*, quanto das *dificuldades de se estabelecer em um local* para expor os produtos, dar explicações sobre este e sua origem para, por fim, vendê-lo.

No que se refere à primeira dificuldade, eles alegavam que sandálias e chinelos não são gêneros de grande “saída” no comércio ambulante, pois têm concorrentes fortes no mercado formal por preços bastante acessíveis aos consumidores em geral. Quem compra esse tipo de produto dos camelôs acaba comprando muito mais pela praticidade/necessidade imediata, ou pela causa política (ser produzido por/em uma ocupação de sem-teto) do que

pelo produto em si. Além disso, são produtos que não se desgastam ou acabam rapidamente, não são produtos “da moda”, logo as vendas são relativamente lentas.

*Mas foi uma discussão que ficou um pouco travada pela questão financeira, né, porque... não só pela questão financeira. Primeiro pela dificuldade de se vender na rua, porque o município do Rio de Janeiro é um município feroz em relação ao camelô, sobretudo aquele que é informal mesmo, aquele que não tem nada, o alvará do município. Isso em primeiro lugar, em segundo, por achar que a mercadoria deveria ser diversificada. A gente não deveria trabalhar só com chinelo, deveria ter chinelos de vários tipos, sandálias, bolsas... Fosse realmente alguma coisa que fosse atrativo, assim, pra todo mundo né? Porque chinelo, só o chinelo não se vendia. Então não houve assim uma crença no produto, chinelo. Porque chinelo a gente só compra quando tem necessidade de comprar né? Então ninguém tem dois, três pares de chinelo. Raramente você vai ver alguém com dois, três pares de chinelo. Exceto minha mãe. (risos) Mas raramente tem alguém que faça isso. E aí, houve um desânimo, mas mesmo assim alguns companheiros juntaram uma grana cada um, compraram material, produziram, foram pra rua. Só que por conta desse produto não ser um produto de primeira necessidade, porque realmente é um produto que só compra quando se tem necessidade de comprar, não foi um produto que vendeu tudo assim, e as pessoas tem necessidade de sobreviver. Então mesmo querendo um projeto maior de sandália, de bolsa, de camisa, começaram a ter que vender sua bala, começaram a ter que montar suas barracas, começaram a ter que sair. Outros começaram a procurar um trabalho formal, porque não dava pra ficar apanhando, né? Era como ficar sonhando. Você achar que com aquele produto a gente conseguiria vender e gerar verba pra chegar a esse projeto maior que era ter uma diversificação maior e um sonho maior até de montar alguma coisa, um ponto que tivesse a produção das ocupações, assim congênere, né? Isso acabou não acontecendo ainda. Por falta de verba. Mas a gente fez um projeto aí, apoiado pelos companheiros e eu tenho fé nesse projeto (risos). (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

A outra dificuldade apontada pelos moradores envolvidos no projeto da cooperativa de chinelos e sandálias, como bem demonstra a fala da moradora anteriormente citada, era a própria conjuntura política em que o Rio de Janeiro passava a mergulhar a partir do início de mandato de Eduardo Paes na Prefeitura e sua aliança com o governador Sérgio Cabral Filho e a nova política de segurança do estado. Nesse momento a economia informal passou a enfrentar dificuldades ainda maiores do que aquelas comuns ao tipo de trabalho.

Os camelôs e ambulantes, que já haviam passado por um longo período de repressão durante o governo de César Maia, prefeito responsável pela *implantação* da Guarda

Municipal<sup>219</sup> na cidade, emendavam esse período, agora, à “era do Choque de Ordem”, iniciada por Eduardo Paes. Essa conjuntura vai dificultar muito a atuação dos trabalhadores que vivem do comércio informal, trabalhando como camelôs, porque passam a sofrer constantes abordagens por parte da Guarda Municipal que, além de coibir esse tipo de trabalho, “recolhe” arbitrariamente carrinhos, caixas de isopor, mercadorias, barracas, ou seja, os poucos meios de trabalho e geração de renda de que dependem essas pessoas.

**Figura 100 - Guarda Municipal recolhendo barracas e mercadorias de camelôs em ação realizada no bairro de Madureira, Zona Norte da cidade**



Foto: Felipe Bottona para o *Jornal Inverta*<sup>220</sup>, 2009.

<sup>219</sup> “Criada pela Lei Municipal 1.887, de 27 de setembro de 1992, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio) foi oficialmente implantada pelo Decreto Municipal 12.000, de 30 de março de 1993” (cf. <http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrrio/>). Durante o governo César Maia (1993-2008) foram realizados cinco concursos públicos para a GM-Rio (1993, 1995, 1997, 2002 e 2008) que conta, atualmente, com um efetivo de quase quatro mil guardas, divididos em 14 grupamentos. Apesar de ser um grupamento policial “desarmado” e desmilitarizado, a Guarda Municipal vem recebendo muitas críticas desde a sua criação por sua postura violenta e pelos excessos praticados por seus policiais, especialmente contra camelôs, vendedores ambulantes, moradores de rua. São inúmeras as reclamações e denúncias de lesão corporal com uso de cassetetes e as chamadas “armas não-letais” (como *spray* de pimenta, usado de forma absolutamente desmedida e aleatória pela GM na cidade), o que já motivou pedidos de afastamento de guardas, prisão e até a solicitação de abertura de CPI na Câmara de Vereadores (“CPI para apurar violência da Guarda Municipal”, Membros da CPI instituída pela Resolução nº 0819/1999, [http://www.camara.rj.gov.br/portransp\\_temporarias\\_cpis\\_descricao](http://www.camara.rj.gov.br/portransp_temporarias_cpis_descricao)).

<sup>220</sup> Acessado em: [inverta.org/jornal/edicao-imprensa/432/movimento/operacao-201cchoque-de-ordem201d-no-rio-de-janeiro,26/03/2012,15:28h](http://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/432/movimento/operacao-201cchoque-de-ordem201d-no-rio-de-janeiro,26/03/2012,15:28h).

**Figura 101 - Agentes da Secretaria de Ordem Pública (Prefeitura do Rio de Janeiro) em ação na orla de Copacabana, Zona Sul da cidade, recolhendo material e barracas dos camelôs**



Fotos: Secretaria de Ordem Pública (SOP)/Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>221</sup>, 2011.

A preocupação com relação aos produtos da cooperativa era a extensão do prejuízo à todos os membros em uma situação como esta. Quando um trabalhador “perde” sua mercadoria, seu meio de trabalho (carrinho, barraca etc.) pela ação da Guarda Municipal, esse é um prejuízo individual. Extremamente problemático, mas é um problema individual. Quando se trata dos produtos da cooperativa, que também são vendidos no comércio popular informal, isto é, barracas de camelô, lonas estendidas no chão em algum ponto da cidade, perder os produtos significa, também, perder o investimento feito por várias pessoas (de tempo, trabalho e material) e causar prejuízo coletivo. Isso preocupava muito os moradores na hora de vender os produtos da cooperativa na rua, como expõe uma das moradoras que trabalhou na cooperativa de calçados da OQG:

*Mas o problema principal era como colocar a mercadoria na rua. Tinha que ver um jeito. Ainda tem umas sandálias aí, mas pra botar na rua não tem como porque com essa crise aí desse Paes que não deixa ninguém em paz... (risos) Se você colocar você corre o risco de perder a mercadoria, entendeu? Se tivesse um lugar assim que você pudesse colocar, expor sua mercadoria...*

*A gente colocava no chão mesmo e vendia. Aí as pessoas vinham e perguntavam: ‘O que é ocupação?’ E a gente falava que é um grupo de pessoas que se une num prédio e montamos uma cooperativa e*

<sup>221</sup> Acessado em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1834679> em 26/03/2012, 15:34h.

*fizemos uma sandália e algumas pessoas gostaram, falaram que o material era muito bom e tal...*

*O que pegava mesmo era isso de botar na rua e correr o risco de perder. (Entrevista realizada em 08/04/2009, por Rafael Almeida, com uma moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras que trabalhou na Cooperativa de Chinelos e Sandálias)*

Além de todos os problemas enfrentados na tentativa de regularização da cooperativa, com a venda dos produtos (relacionada ao tipo de mercadoria e as dificuldades próprias do trabalho informal na cidade do Rio de Janeiro) e com a obtenção de financiamento para o custeio da infraestrutura e materiais da cooperativa de chinelos e sandálias, havia ainda, assim como aconteceu com os trabalhadores da cooperativa de alimentos da Chiquinha Gonzaga, os obstáculos que dificultavam a manutenção da incubação junto à ITCP/COPPE-UFRJ.

Como vimos anteriormente, o processo de “incubação” é longo e se realiza, em grande parte, na Ilha do Fundão. Para quem vive de atividades informais precárias, o dispêndio com passagens e o tempo que deveria ser dedicado à capacitação não podem ser ignorados, a despeito do apoio técnico fornecido pela ITCP.

*(...) porque a gente acabava tendo que ir para lá, pagar passagem e um companheiro lá do Fundão arrumou um dinheiro para custear a nossa passagem. Mas mesmo assim a gente ia para lá para ficar teorizando sobre as coisas. Eram reuniões semanais, num horário que as pessoas saem para vender, saem para trabalhar e não poderiam trabalhar aquele dia para ir para uma reunião que acreditava que não ia dar em nada. Entendeu? A gente acabou ficando desestimulado mesmo porque a gente precisava de um projeto e um companheiro por acaso sabia fazer, porque já tinha feito em outra ocasião e então a gente procurou esse companheiro e ele disse que não podia fazer aquilo e que não era esse tipo de ajuda que ele poderia dar. Então aí a gente saiu, deixamos isso claro para alguns companheiros e depois a gente recebeu o apoio dos companheiros do NuPeD que fizeram o projeto. A ITCP não só pra Quilombo, mas pra Chiquinha também foi muita teoria e teoria é uma coisa que não faz muito parte da vida dos sem-teto. O sem-teto é muito prático, ele leva a sua vida muito na praticidade das coisas, se ele não tem casa, ele vai lá e ocupa um prédio, se ele não tem comida, ele vai catar lata; se ele não tem fogão, ele cozinha com álcool; ele é muito prático, né? Quer dizer, ele não fica resolvendo as coisas na teoria.*

*A gente entendia que para o universo da ocupação a ITCP era uma coisa boa, era bom ser incubado pela ITCP, que ganhou prêmios, acho que até internacionais, que isso era uma coisa positiva para a ocupação, para o nome da ocupação, mas que não foi suficiente. (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

A cooperativa não conseguia reunir todos os esforços de trabalho, aquisição de matérias-primas e equipamentos, o que reduzia muito a sua capacidade de produção e, conseqüentemente, de geração de renda para os envolvidos. Ao mesmo tempo, a “incubação” da cooperativa na UFRJ também não correspondeu às expectativas em termos e aperfeiçoamento do trabalho, geração de recursos, viabilização de projetos e aumento da renda para os moradores, o que acabou decretando o encerramento de suas atividades.

*Houve falta de verba. Eu acho que se tivesse alguém pra ajudar na cooperativa, até hoje ela tava funcionando. (...) Se essa nossa cooperativa tivesse dado certo, pelo tempo que já estava. Pô, ia ser legal, mas a maioria das pessoas foram desistindo. Foi como eu falar pra você, o que nós desistimos mais foi por como nós íamos expor nossas mercadorias. Porque não adianta você produzir uma coisa pra ficar guardada numa caixa. Você precisava de um lugar pra expor a mercadoria, pra vender e pra poder produzir mais. Entendeu? O que pegou mais foi isso mesmo de como a gente ia botar na rua pra vender. Se tivesse isso, acho que a cooperativa teria dado certo. (Entrevista realizada em 08/04/2009, por Rafael Almeida, com uma moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras que trabalhou na Cooperativa de Chinelos e Sandálias)*

Na Ocupação Quilombo das Guerreiras existe, também, uma prática de trabalhos coletivos que não são necessariamente chamados de “cooperativa”, mas que são realizados com base em princípios de cooperação, ajuda mútua, autogestão e horizontalidade. Um exemplo é o que o Coletivo da ocupação denomina como “*comissão de alimentação*”. Essa comissão é constituída por um grupo de moradores que tem afinidades com o trabalho de cozinha (por experiência anterior, ou adquirida posteriormente, na ocupação) e que realiza esse tipo de trabalho esporadicamente, a partir de contatos prévios, encomendas, normalmente para eventos realizados por organizações de movimentos sociais em ocupações ou outros espaços. Para essa atividade os moradores utilizam a cozinha coletiva da ocupação, localizada no terceiro andar do prédio, e materiais adquiridos na época do processo de ocupação (fogão, panelas e demais utensílios), quando a cozinha ainda era utilizada no fornecimento da alimentação para todos os moradores da ocupação.

Diferentemente da Cooperativa de Alimentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, essa comissão de trabalho da Quilombo das Guerreiras não atua no fornecimento de “quentinhas” à varejo. A produção está sempre relacionada a um cardápio encomendado para um evento específico e, normalmente, os alimentos são oferecidos aos participantes do evento na forma de autosserviço. Como essa não é uma atividade regular para os moradores da ocupação, não

é, também, a única. Todos os que trabalham nessa produção coletiva têm outras ocupações de onde retiram o seu sustento, normalmente como trabalhadores informais, como veremos posteriormente.

A comissão de alimentação tem funcionado apenas em ocasião de festas das próprias ocupações e as únicas exigências feitas pelo coletivo com relação à mesma é que os espaços (cozinha, salão etc.) sejam utilizados e entregues conforme encontrados, isto é, limpos, organizados e completos de seus utensílios; e que haja uma colaboração com 10% do que for arrecadado com o trabalho para o coletivo da ocupação

*Como qualquer espaço coletivo que a gente tenha, o espaço de produção é destinado para qualquer morador que queira produzir alguma coisa. Ah! A gente tem outro espaço coletivo também que é a cozinha. Tem uma comissão de alimentação aqui também. Então o que acontece? Você pode utilizar o espaço coletivo para produzir o que você quiser desde que repasse 10% daquilo que você ganhou para o coletivo. Que a gente não chama de lucro, chama... a tua força de trabalho. Então isso consta no nosso... no estatuto da Associação, né? E isso já foi muito discutido no coletivo, de doar 10% de qualquer produção em espaço coletivo. Então isso é muito tranquilo, se alguém tem alguma proposta de montar alguma coisa, tem que chegar para o coletivo e dizer que quer utilizar o espaço, mas ele já vai ao coletivo sabendo que se utilizar o espaço coletivo, ele vai ter que repassar. Mas isso nada tem a ver com as pessoas que produzem alguma coisa dentro dos seus quartos. Tem muito trabalhador informal que faz café dentro do seu quarto, que faz bolo dentro do seu quarto, para vender na rua. Então não tem nada a ver. Mas quando é no espaço coletivo, esse dinheiro tem que ser revertido para o próprio coletivo. (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

O coletivo da Quilombo das Guerreiras destinou desde o início, assim como aconteceu na Ocupação Chiquinha Gonzaga, um espaço para as atividades econômicas dentro da ocupação, demonstrando a preocupação que se reproduz em todas as ocupações, a de que a conquista da moradia não se torne um fim em si mesma, mas contribua na transformação mais ampla da forma de pensar, agir, produzir e consumir, sejam mercadorias ou o próprio espaço urbano.

Tais espaços, reservados ao trabalho e geração de renda dentro da ocupação, também passaram por um processo de avaliação, sobre a viabilidade de instalação de moradia, ou outras atividades, levando-se em consideração a luminosidade, a ventilação, acesso à água, energia elétrica etc. Também passaram, com isso por uma *refuncionalização* que vai além de

um simples *zoneamento*, pois não significa apenas “reservar um espaço para a cooperativa, ou para geração de trabalho e renda”, mas dar novo significado a esse espaço, depositando ali esforço físico, mental, emocional e crença na possibilidade da ultrapassagem dos próprios entraves do capitalismo, como reflete SOUZA (2006a):

O solo urbano pode, para numerosas pessoas, servir também como meio de produção, mediante o qual os trabalhadores e suas famílias obtêm uma renda complementar ou, em alguns casos, extraem a sua renda principal (do pequeno comércio informal em áreas segregadas, muitas vezes em um anexo da própria habitação, ao comércio informal ambulante que se serve dos espaços públicos como pontos de venda). Contudo, o grosso da população trabalhadora urbana é assalariada, e vende sua força de trabalho para sobreviver. Isso não pode ser substancialmente modificado sem uma ultrapassagem do próprio capitalismo. (SOUZA, 2006a: 303, 304)

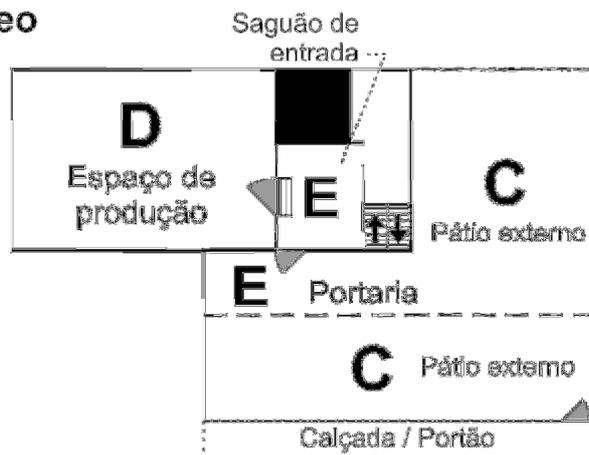
Na Ocupação Quilombo das Guerreiras os *espaços de produção e geração de renda coletiva* localizam-se no pavimento térreo e no primeiro pavimento do edifício, como se pode observar na ilustração a seguir, elaborada por GRANDI, ALMEIDA e MOREIRA (2009). Esses espaços são, hoje, um amplo salão localizado no térreo, do lado direito da portaria da ocupação e a cozinha coletiva, localizada no salão do primeiro pavimento da ocupação.

Figura 102 - Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras no final de 2008

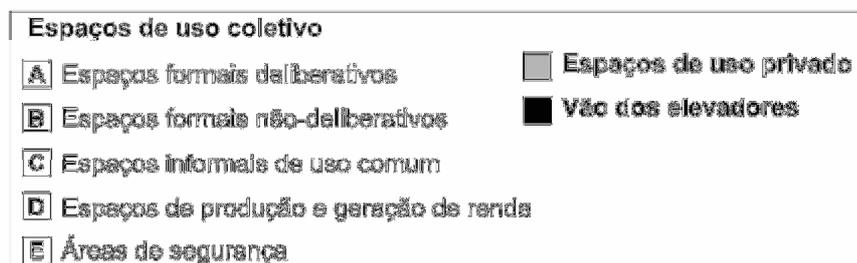
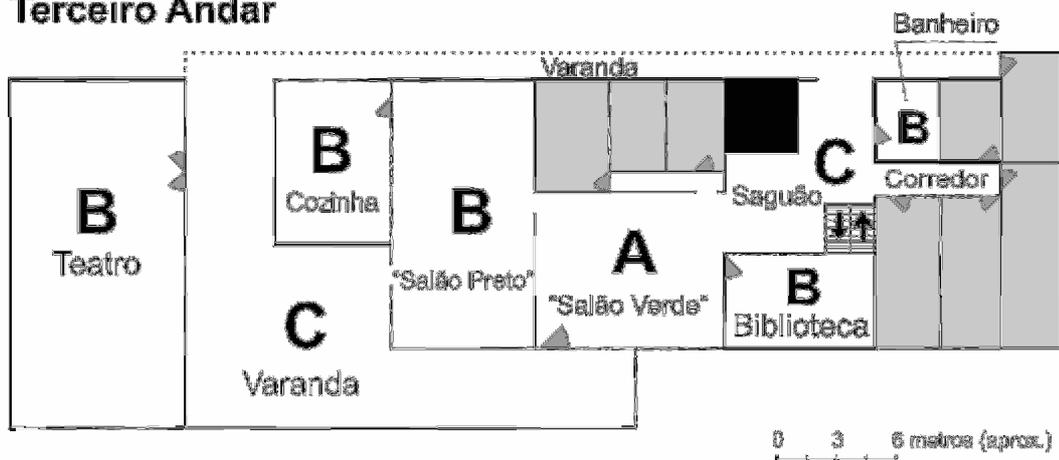
## Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras

(Final de 2008)

### Andar Térreo



### Terceiro Andar



Fonte: ALMEIDA, MOREIRA e GRANDI, 2008.  
 Elaboração: Mariana Fernandes Moreira - Mestrando em Geografia (NuPa/UFRJ)  
 Mathias da Silveira Grandi - Mestrando em Geografia (NuPa/UFRJ)  
 Rafael Gonçalves de Almeida - Mestrando em Geografia (NuPa/UFRJ)  
 Adaptação: M. S. GRANDI.

É possível perceber que os autores classificam o salão localizado no pavimento térreo como um *espaço de produção e geração de renda*, diferente da classificação da cozinha, que é definida como um *espaço formal não-deliberativo*. Essa diferença acontece porque o salão do andar térreo foi, desde o princípio da ocupação do imóvel, um espaço destinado às atividades de produção e geração de renda na ocupação, e não para moradia<sup>222</sup>. Sua localização, ao nível da rua, torna-o um ambiente bastante barulhento e empoeirado, afinal, a Av. Francisco Bicalho é uma via de grande movimentação de automóveis, ônibus e caminhões<sup>223</sup>. O acesso a este espaço é feito por uma porta que possui uma soleira elevada (cerca de 50cm) onde foi improvisada uma escada de madeira com dois degraus. A porta da sala possui um tamanho menor do que o padrão, para o qual um adulto tem que se curvar ao atravessar, o que dá a entender que antes da desativação dos escritórios da Cia. Docas, esse espaço devia ser uma espécie de depósito, ou almoxarifado. Por fim, a ventilação da sala não é adequada à divisão com paredes, pois haveria cômodos que ficariam sem qualquer saída de ventilação exterior.

Essas características descartaram a possibilidade divisão dessa sala em espaços de moradia e contribuíram para defini-lo como um espaço de uso comum, destinado a abrigar as atividades econômicas na ocupação. Para essas atividades não seria necessária a construção de paredes e divisórias, tornando-o mais tolerável à permanência durante o tempo de trabalho.

*Desde o primeiro dia o coletivo já tinha destinado ali... antes de dividir os quartos, antes de fazer a proposta de divisão de quarto, ele já tinha destinado as áreas que seriam áreas de produção. Então era a única coisa que estava definido no coletivo. A área lá de baixo que seria a área de produção geral, que seria produção de sandália, chinelo, camisa... que seria uma área, a princípio para ser dividida em quatro porque é um salão muito grande. (...) Outras áreas foram pensadas como creches, outras áreas foram pensadas como biblioteca... (Entrevista realizada em 31/10/2008, por Rafael Almeida e Marianna Moreira, com uma moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

O espaço da cozinha coletiva (terceiro andar), por sua vez, é definido como um *espaço formal não-deliberativo* basicamente por dois motivos. Primeiro porque é um espaço coletivo, isto é, aberto a todos os moradores da ocupação, no entanto seu uso está condicionado a

<sup>222</sup> Esse salão chegou a abrigar alguns moradores após o despejo da Ocupação Guerreiros do 510, mas foi uma utilização temporária oferecida pelo Coletivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras para que os moradores da ocupação despejada que estivessem com crianças pequenas, idosos etc., e não tivessem para onde ir, se abrigasse e guardassem seus pertences.

<sup>223</sup> É uma importante via de acesso ao viaduto da Perimetral, que liga o centro da cidade à Zona Sul, Ponte Rio - Niterói e Av. Brasil.

determinadas normas de conduta e funcionamento da ocupação, definido pelo regimento interno e estatuto da associação de moradores. O uso desse espaço não é privado, ele não pode servir aos moradores de forma individualizada, mas como benefício (direto ou indireto) de todos. Por isso a utilização da categoria “formal” em sua definição.

Quando acontecem festas, encontros, reuniões na ocupação, a cozinha é utilizada na prestação de serviço *a todos*, na produção e armazenamento de alimentos, refrigeração de bebidas etc. Quando o espaço da cozinha é utilizado *por um grupo pequeno de moradores* para prestação de algum serviço, há a exigência da destinação de 10% do lucro obtido com o serviço ao caixa da ocupação. A esse “caixa” os moradores denominam “finanças”, é de responsabilidade do tesoureiro e sua utilização é variada. Vimos que pode ser utilizado para manutenção do prédio, mas também a partir de deliberação específica do coletivo, como mostra a fala da moradora.

*Eu acho que além do dinheiro das finanças, se tivesse mais o dinheiro da cooperativa seria bom, porque no caso de se um morador precisasse como já ocorreu aqui do G. perder a mercadoria dele, a C. também precisou, entendeu? E aí, no caso se tivesse uma cooperativa, o Coletivo ia poder ajudar muito mais ainda.*

*(...) Tipo assim, pra ele poder comprar de novo mercadoria pra poder levar pra rua. Porque ele perdeu a carroça, perdeu tudo. Quer dizer, ele ficou sem nada e tinha um rapaz aqui, que tinha uma barraquinha e emprestou pra ele, só que ele tava sem dinheiro pra investir pra comprar batata, óleo, essas coisas... Aí ele chegou na reunião e pediu se o Coletivo aceitaria emprestar tanto e aí depois ele pagava. Aí todo mundo concordou. E com a cooperativa isso seria mais um adianto também. Seria mais uma renda também.*

[R.A.: Isso só aconteceu uma vez ou aconteceu outras vezes de alguém pedir dinheiro emprestado para o Coletivo?] *Ah! Teve outras pessoas, também! Mas umas pra gás, outras pra comprar remédio, entendeu?*

[R.A.: Coletivo dá um prazo para o pagamento?] *Não. A pessoa mesmo que dá o prazo. Mas se chegar o dia e o dinheiro não der, aí você vai lá e explica de novo. Explica por que não dá pra fazer o pagamento no dia.* [R.A.: Já aconteceu de alguém pegar o dinheiro e não pagar de volta?] *Não. Isso nunca aconteceu.* (Entrevista realizada em 08/04/2009, por Rafael Almeida, com uma moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras que trabalhou na Cooperativa de Chinelos e Sandálias)

O segundo motivo da classificação da cozinha como um “espaço formal não-deliberativo” diz respeito ao segundo termo da expressão. A cozinha é um espaço onde não se fazem reuniões de planejamento e tomada de decisões a respeito da ocupação e de seu coletivo, não é destinado a essa finalidade. Os espaços destinados a esse tipo de atividade são

aqueles onde acontecem as assembleias e reuniões do coletivo de moradores, no caso da OQG, o chamado “salão verde”, identificado no croqui com a letra “A” (*espaço formal deliberativo*).

Para finalizar esta parte, referente às experiências das ocupações estudadas com atividades econômicas coletivas de geração de renda, passamos agora à Ocupação Zumbi dos Palmares. Nesta ocupação existiu, durante algum tempo a atividade de *Confecção e Serigrafia Ocupação Zumbi dos Palmares*, que costurava e estampava camisetas, bandeiras e bonés.

**Figura 103 - Fachada da Ocupação Zumbi dos Palmares coberta por uma imensa bandeira estendida em comemoração pelo dia da consciência negra (20/11/2009)**



**Produção do banner: Chiq da Silva Escritório de Arquitetura.**  
Foto: Chiq da Silva, 2009.

Essa atividade econômica nunca teve a importância e o destaque que outras atividades anteriormente apresentadas tiveram em seus coletivos. Primeiro, pois nunca se tornou, de fato, uma cooperativa de trabalho; depois, porque mesmo quando essa atividade envolvia um grupo de moradores e se utilizava do nome da ocupação em seus produtos, isso não se revertia em rendimento para o coletivo da ocupação. Muitas são as justificativas e abundantes os detalhes que cercam a atividade de confecção e serigrafia na Zumbi dos Palmares, mas de modo geral, esses elementos orbitam a relação conturbada entre os moradores e a falta de coesão e organização do seu coletivo.

A atividade mencionada foi sugerida por um morador destacado da Ocupação Zumbi dos Palmares, pois este morador já trabalhava com esse tipo de produção antes de ingressar no coletivo da ocupação. Em uma entrevista aberta o morador me relatou grande parte da sua história de vida e de luta junto aos movimentos sociais.

Sua história na luta por moradia, bem como seu trabalho com serigrafia, começam quando ainda vivia em uma favela na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Nesse espaço o morador relata ter passado por muitas dificuldades e até risco de morrer, devido à violência imposta à comunidade pela facção criminosa do tráfico de drogas que dominava a área.

Quando passou a integrar o coletivo da Ocupação Zumbi dos Palmares e ocupar o prédio da Avenida Venezuela, o morador destacado decidiu resgatar a atividade a que já se dedicava anteriormente como forma de gerar trabalho e renda dentro do espaço da ocupação, contribuir para a união dos moradores e, conseqüentemente, do coletivo, em torno de uma atividade que traria benefícios materiais e, também, em termos de formação política. No entanto, as coisas não aconteceram de forma simples e nem tampouco como previsto. A ideia de trazer a atividade para a ocupação não mobilizou o coletivo, formado, como dissemos anteriormente, por um conjunto de moradores que tinham pouca ou nenhuma trajetória de luta social e política. Esses moradores, em sua maioria, dedicavam-se a atividades informais, constituíam um hiperprecariado que se ocupava das mais diversas atividades, mas tinham pouca experiência em termos de ação coletiva e atividades políticas. Essa realidade dificultou muito, também, a implantação de uma atividade de geração de renda na ocupação que servisse e fosse de interesse dos seus moradores.

Esse tipo de atividade pouco se discutia nas assembleias e poucas vezes era tema de mobilização na ocupação, que demonstrava uma falta de interesse no trabalho que remeta à coletividade, ao conjunto dos moradores, por uma provável falta de experiência, de confiança, de entrosamento entre os moradores, entre outros fatores.

*Você sabe que eu pra ficar nesse quarto aqui, pra ter esse espaço da oficina não foi fácil e todo dia tem que ouvir umas coisas e justificar umas coisas... Não foi por falta de convite, de oportunidade que eu sempre tive vontade de tocar a atividade com o coletivo da ocupação para produzir as camisas, mas é tudo muito difícil. As pessoas ao invés de achar que você tá fazendo por elas, por todo mundo, pelo lugar que a gente mora, acha que você quer tirar vantagem. Cansei de ouvir comentário de canto no corredor que eu tava explorando o nome da ocupação e não dava nada pra ninguém, que eu tava com latifúndio aqui dentro, que eu não podia fazer isso e aquilo. Muito complicado... se eu te contar... muito complicado, mesmo! E eu nunca fechei a porta pra ninguém. Ao contrário, já ajudei muita gente aqui.*

*Pessoal que fica sem trabalho, que perde material aí na rua, que tá sem serviço vem pra cá e pede pra fazer alguma coisa pra vender. Eu nunca disse que não. Eu ensinei muita gente, teria ensinado mais, mas sabe como é... também tenho que sobreviver, tenho meus filhos, não dá para ficar á disposição, esperando a hora que todo mundo pode e quer... tem que ver o meu lado. (...)*

*A ocupação já me deu e já me tirou muita coisa. Apreendi muito e perdi muito aqui. Quase perdi a vida... Pra eu estar aqui nesse quarto hoje, minha família tá lá embaixo, amanhã não sei onde vai estar... são problemas que só quem passa entende. Fico aqui, durmo aqui, trabalho aqui, trabalho lá fora, mas pra quê isso tudo? Pra ter isso que eu to passando? (Entrevista realizada em 14/10/2010, por Tatiana Tramontani Ramos, com morador destacado da Ocupação Zumbi dos Palmares)*

Por diversas vezes esse morador da Zumbi dos Palmares tentou, com a colaboração esporádica de outros, montar oficinas de treinamento e coletivizar o trabalho, no entanto, diversos problemas inviabilizaram o projeto coletivo, os quais remetem, de certa forma, a alguns fatores semelhantes àqueles ocorridos na ocupação Chiquinha Gonzaga, envolvendo, brigas, disputas, desconfiança, além da tradicional urgência em ganhar a vida, em ganhar dinheiro, por parte do próprio e por parte dos demais moradores.

O próprio fato desse morador viver, inicialmente, em uma unidade habitacional da ocupação com sua família e, ao mesmo tempo, ocupar o espaço de outro cômodo (que poderia abrigar outra família) em outro andar da ocupação para abrigar a oficina de costura e serigrafia/*silk screem*, gerava muitos problemas para esse, sua família e muita insatisfação por parte de alguns moradores. A maioria justificava sua insatisfação com o argumento de que a oficina não era coletiva, mas sim, de um indivíduo, por isso sua existência não seria legítima, pois não havia “espaço sobrando” para que todos os moradores pudessem desenvolver atividades econômicas individuais na ocupação. Além disso, que a oficina não revertia nenhum rendimento para o coletivo e “usava o nome do coletivo”. Ao mesmo tempo, o morador em questão contra-argumentava que muitos moradores que o acusavam de manter “propriedades” dentro da ocupação e exercer atividade econômica sem “remunerar o coletivo” faziam parte de uma segunda, terceira geração de moradores e não dos primeiros moradores a ocuparem o prédio, por isso, não conheciam os motivos que o levaram a usar aquele espaço. Além disso, dizia ele, “todos são convidados, a porta está aberta, mas eu não vou ouvir desaforo...”.

Esse morador seguia desenvolvendo a atividade em uma das unidades domiciliares da ocupação, mas essa também não era sua única fonte de renda e de sustento. A oficina

funcionou de forma precária até que a ocupação Zumbi dos Palmares foi definitivamente despejada, em fevereiro de 2011, e as atividades foram encerradas.

*Não dá pra fazer só camisa. Mesmo fazendo camisa, fazendo bandeira, estampa de boné, não dá pra viver. É muito caro... tem o material, tem as tintas, tem as máquinas... Aqui nem sempre dá pra trabalhar por causa da luz, da água, do barulho que o pessoal reclama... tem que ter um material que nem sempre dá pra comprar, tem as máquinas. Você faz por encomenda e o pessoal te paga, se não é pra encomenda, vende mais é bandeira, mesmo, de time e tal... pros camelô, mesmo, mas bom mesmo é algum evento, alguma encomenda. Se não for não vende, é mais difícil... Minha máquina de costura eu to sem, ela quebrou, vou ver pra um conhecido consertar, mas a gente tem que ir se virando com outras coisas... se ficar esperando... dá não... Faço bico, trabalho na oficina lá no Borel, faço o que aparece. (Entrevista realizada em 14/10/2010, por Tatiana Tramontani Ramos, com morador destacado da Ocupação Zumbi dos Palmares)*

A ocupação Zumbi dos Palmares não possuía um espaço de produção coletiva definido pelo coletivo, diferentemente da Chiquinha Gonzaga e da Quilombo das Guerreiras. Na Zumbi dos Palmares havia, como nas anteriores, dois espaços do lado esquerdo e direito da entrada da portaria, no pavimento térreo, que eram utilizados coletivamente, onde eram guardados materiais de trabalho dos moradores como carroças (chamados de “burro sem rabo” pelos catadores de materiais recicláveis), triciclos, carrocinhas de lanches (sanduíches, pipoca etc.), isopores, caixas entre outros materiais de maior volume que não eram guardados nas casas dos moradores.

**Figura 104 - Salão localizado ao lado (direito) da portaria do prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares**



**O espaço é utilizado para guardar material de trabalho dos moradores como carrinhos, bicicletas, isopores etc.**

Foto: *Chiq da Silva*, 2009.

**Figura 105 - Salão OZP ocupado com faixas contra o despejo da ocupação**



**Faixas que foram utilizadas na manifestação contra a ordem de despejo da ocupação em 2010**

Foto: *Tatiana Tramontani Ramos*, 2010.

Um outro salão parecido, localizado do outro lado da portaria (esquerdo), chegou a abrigar, também, uma espécie de centro cultural que homenageava o cantor e compositor de sambas Zé Kéti, levando o seu nome. Nesse espaço guardavam-se os instrumentos e realizavam-se ensaios e atividades do bloco carnavalesco da ocupação Zumbi dos Palmares.

**Figura 106 - Salão localizado ao lado (esquerdo) da portaria do prédio da Ocupação Zumbi dos Palmares: “Espaço Cultural Zé Kéti”, com faixas que foram utilizadas na manifestação contra a ordem de despejo da ocupação em 2010**



Fotos: Tatiana Tramontani Ramos, 2010.

Atualmente, nas ocupações existentes entre aquelas definidas como nosso objeto de estudo, muito poucas atividades econômicas são realizadas *no interior da ocupação*, tanto no que se refere às atividades propriamente *coletivas*, como as cooperativas, quanto aquelas realizadas nos espaços de uso coletivo, por um *grupo* menor de moradores. As atividades econômicas que são realizadas nas ocupações se dão no interior dos espaços de moradia, como a pequena produção de alimentos para comercialização, artesanato etc.

Entre essas atividades realizadas nos espaços das moradias, estão aquelas ligadas à alimentação como a produção de café e bolos, além de doces e salgados produzidos para a venda por encomenda, alguns são vendidos em bancas e carrinhos nas proximidades da ocupação e no entorno da Rodoviária Novo Rio (no caso dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras), ou nas proximidades da Central do Brasil, do Terminal Rodoviário Américo Fontenelle (no caso dos moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga). Há, também, a pequena produção artesanal de bijuterias, objetos de decoração com material reciclado, entre outros.

**Figura 107 - Moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras trabalhando como camelôs na entrada da ocupação, janeiro de 2010**



**Figura 108 - Camelôs atuando nas imediações da Ocupação Chiquinha Gonzaga, janeiro de 2010**



**Na imagem, esquina da Rua Barão de São Félix com Rua Bento Ribeiro (Túnel João Ricardo), no Centro, atrás da Central do Brasil. Terminal Rodoviário Américo Fontenelle ao fundo.**

As unidades de moradia abrigam, também, o estoque de produtos que são comprados para serem comercializados em bancas de camelô e carrinhos de ambulantes – nas imediações da ocupação, no Centro da cidade, na Lapa<sup>224</sup>, na praia (Zona Sul da cidade<sup>225</sup>), no sambódromo, entre outros espaços de grande circulação ou concentração de pessoas a trabalho ou lazer – como latas de bebidas, biscoitos, balas e doces.

**Figura 109 - Material de trabalho dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras que atuam como camelôs e ambulantes nas imediações, 2009**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

<sup>224</sup> A Lapa é um bairro boêmio na área central da cidade do Rio de Janeiro onde existem muitas opções de bares, restaurantes, shows em casas fechadas, mas também há muita circulação e concentração de pessoas nas ruas, em eventos abertos e nas portas dos estabelecimentos. Isso atrai muitos vendedores ambulantes para o bairro.

<sup>225</sup> Apontamos as praias da Zona Sul, em especial, pois são aquelas onde normalmente há maior atuação de trabalhadores informais vindos da área central da cidade pelo acesso mais diversificado via diferentes linhas de ônibus, além do metrô. As praias da Zona Oeste, como Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, são menos acessíveis para esses moradores pela deficiência nos transportes públicos para esses bairros da cidade, recebendo trabalhadores de bairros de menor poder aquisitivo da própria região como Campo Grande, Santa Cruz, algumas áreas da “Grande Jacarepaguá” além de áreas favelizadas como Cidade de Deus, Rio das Pedras, entre muitas outras.

**Figura 110 – “Triciclos” e isopores dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras que atuam como camelôs e ambulantes nas imediações, 2009**



Foto: Tatiana Tramontani Ramos

Em termos de definição de tipos de trabalho a que se dedicam esses moradores das ocupações estudadas, grande parte dos entrevistados para o censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, por exemplo, ganha a vida trabalhando “por conta própria”, o que significa que normalmente não possuem um patrão, nem relações formais de trabalho. Esses trabalhadores relataram que os investimentos para o início do negócio vieram de seus próprios esforços e da ajuda da família, com trabalho e dinheiro.

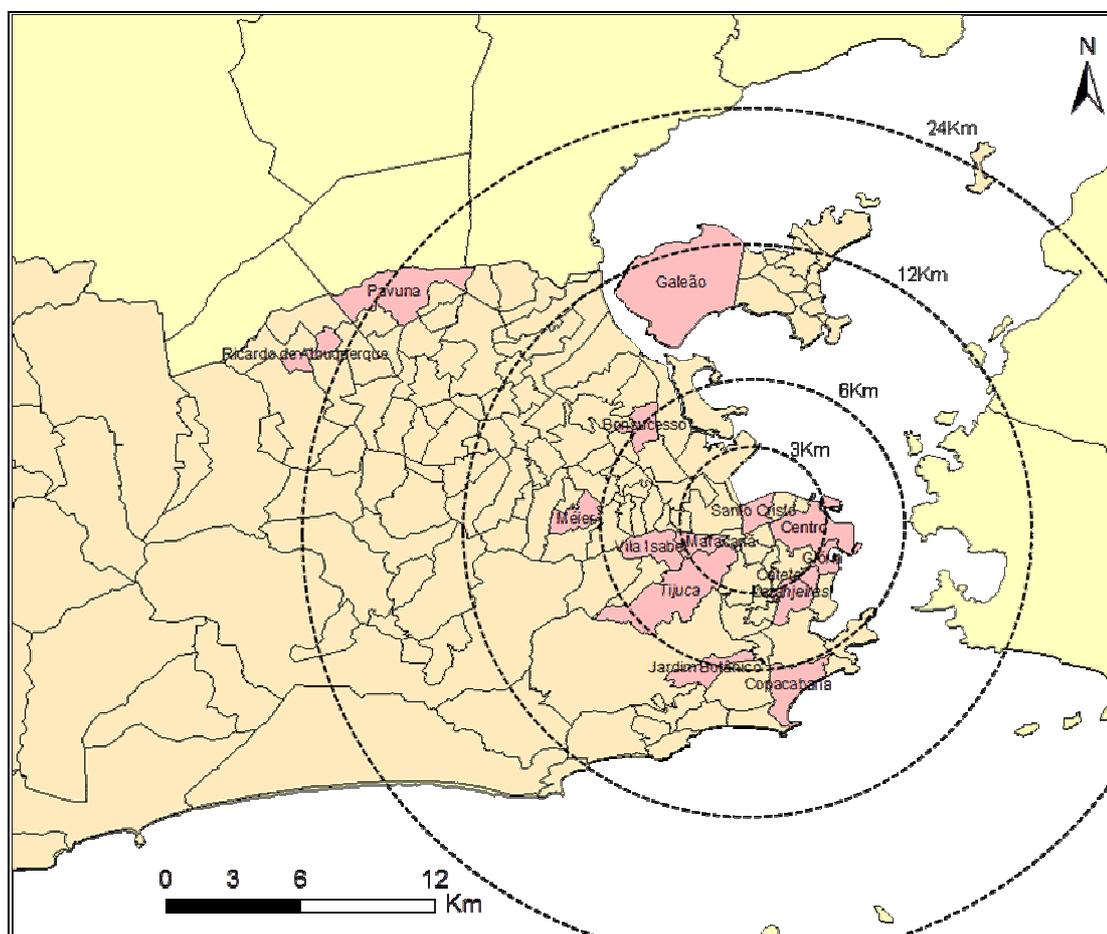
A maioria deles, como vimos no capítulo anterior, trabalha sozinha<sup>226</sup> e não possuem patrão ou empregados. 70% dos trabalhadores residentes na Ocupação Quilombo das Guerreiras disseram realizar seu trabalho no mesmo bairro onde residem (Santo Cristo) ou bairros próximos<sup>227</sup>.

---

<sup>226</sup> Dos 51 entrevistados, 44 trabalham atualmente ou estão sem nenhuma ocupação, mas à procura de trabalho (6). Destes 44, apenas *quatro* disseram trabalhar junto com alguém, ainda que esporadicamente.

<sup>227</sup> Centro, Gamboa, Lapa, Glória, Catete e Maracanã.

**Figura 111 - Distâncias médias<sup>228</sup> dos deslocamentos casa-trabalho dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2009**



**Deslocamento mínimo: Santo Cristo (bairro da Ocupação)**

**Deslocamento máximo: Pavuna/Ricardo de Albuquerque**

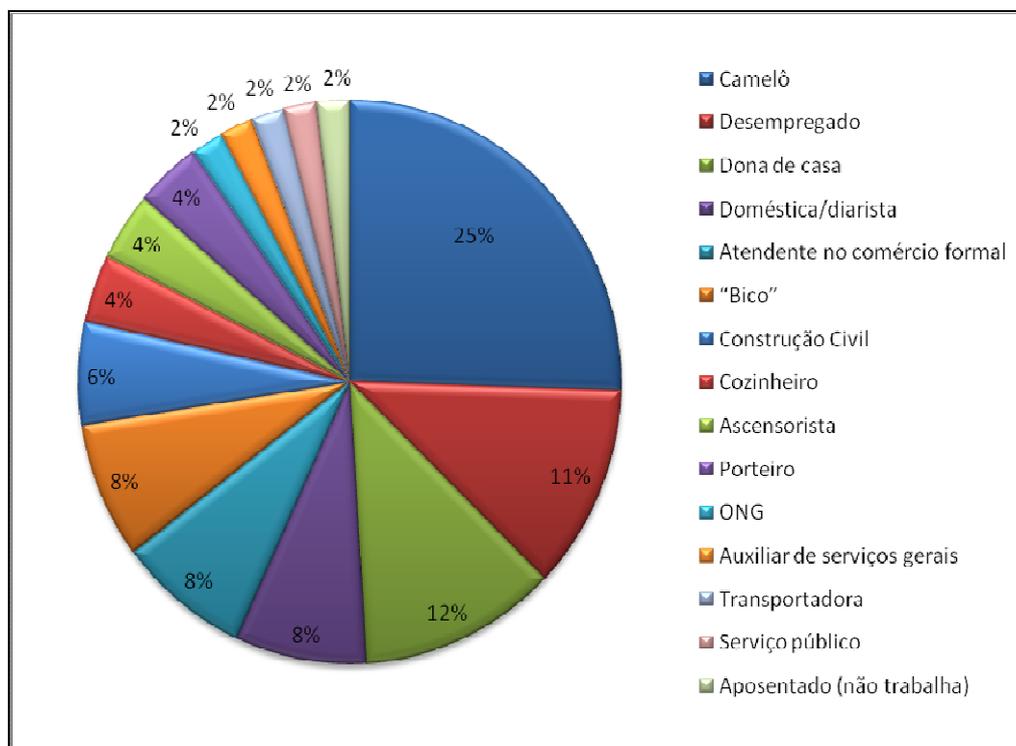
Cartografia: Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>229</sup> do Mini-Censo da OQG, 2009 - Respostas à pergunta aberta “em qual bairro você trabalha atualmente?”.

A renda da maioria desses trabalhadores (97%) encontra-se na faixa de um a três salários mínimos, sendo que a *metade* dos que se encontram nessa faixa vive com um salário mínimo ou menos sendo esta a única renda da casa, ou seja, a renda *per capita* nesta ocupação (OQG) é bem inferior a um salário mínimo, já que foram entrevistados apenas os maiores de 18 anos. Desses que trabalham “por conta própria”, a maioria atua como camelô/ambulante e de bicos, como vemos no gráfico a seguir.

<sup>228</sup> É importante destacar que as distâncias mencionadas tratar-se-iam de deslocamentos em linha reta, o que, em condições urbanas atuais, sabemos ser impossível. Contudo, o gráfico permite ter uma ideia da importância da relação entre o local de trabalho e de moradia.

<sup>229</sup> Dados tabulados em planilhas do *Br.Office* por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia (LIMA, 2010).

**Figura 112 - Ocupação principal dos moradores maiores de 18 anos da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2009**

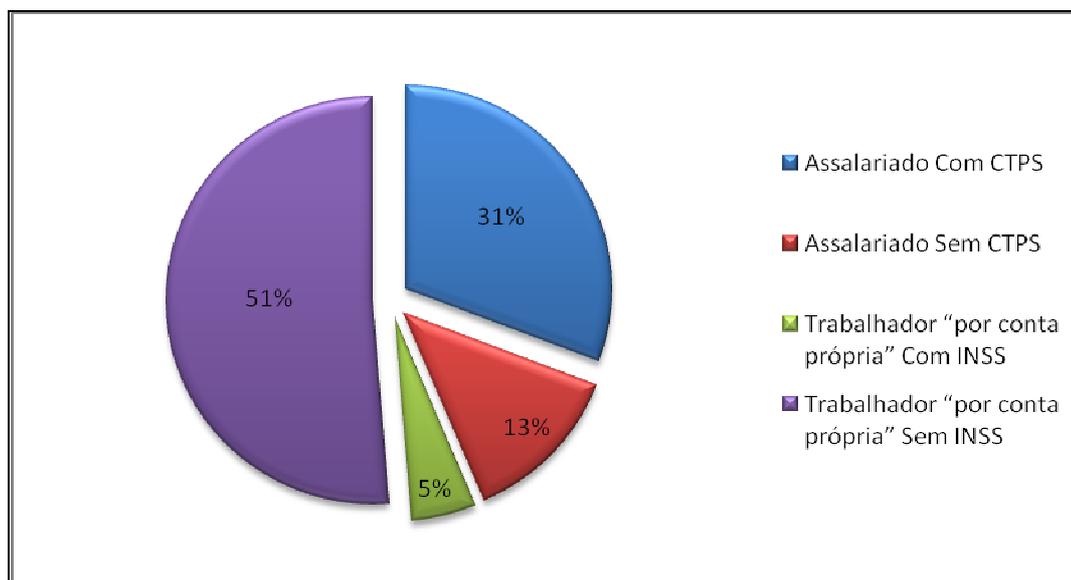


Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>230</sup> do Mini-Censo da OQG, 2009 - Respostas à pergunta aberta "trabalha em que atualmente?" (Os dados aqui apresentados foram agrupados por tipo de ocupação).

Se somarmos aos trabalhadores "por conta própria" aqueles que se encontram desempregado/desocupados (não estão trabalhando, mas à procura de trabalho) e os que trabalham de forma assalariada, mas que não são regularizados (sem carteira assinada e sem recolhimento de INSS), perceberemos que a proporção salta de 43%, para 56%.

<sup>230</sup> Dados tabulados em planilhas do *Br. Office* por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia (LIMA, 2010).

**Figura 113 - Situação profissional dos moradores maiores de 18 anos da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2009**



Fonte: Elaborado por Tatiana Tramontani Ramos, a partir de dados<sup>231</sup> do Mini-Censo da OQG, 2009 - Respostas à pergunta fechada “qual a sua situação profissional atual?; seguida das opções acima”.

Esses dados apenas corroboram observações feitas no final dos anos 1970 por Milton Santos em seus estudos sobre a informalidade e precariedade da economia e do trabalho no Brasil e em outros países semiperiféricos e sua contribuição para a compreensão do espaço urbano atual.

Os ambulantes, a mesmo título ou ainda melhor que os pequenos comerciantes, são ao mesmo tempo um produto da pobreza e dos novos modelos de consumo, e uma solução provisória que permite aos pobres ter acesso ao consumo tanto de produtos de primeira necessidade como de outros bens. (SANTOS, 2003: 99)

Os dados trazidos por esse autor na época, em um artigo sobre economia periférica que tem como estudo de caso a cidade de Lima, no Peru, mostram que há muitos anos, e em muitos aspectos, temos algumas semelhanças com o nosso vizinho sulamericano.

A acreditar-se nos próprios vendedores, na grande maioria dos casos (68%) eles se instalam com seus próprios fundos. Mas isso não significa forçosamente que se trata de um investimento pessoal direto; muitas vezes trata-se de uma questão de financiamento. Vinte e seis por cento deles emprestam de sua família e somente 2% tiveram acesso a alguma cooperativa. Noventa por cento dos ambulantes trabalham sozinhos. Os 10% restantes são ajudados por pessoas da família. Mas eles jamais têm empregados. Os alimentos constituem o

<sup>231</sup> Dados tabulados em planilhas do *Br. Office* por Amanda Cavaliere Lima, para sua monografia (LIMA, 2010).

essencial de suas vendas (62%). Porém, eles também vendem roupas novas (11%) e usadas (1%), assim como utensílios domésticos (8%) e mais uma infinidade de outros artigos, cujo rol varia com a estação ou com a oscilação da demanda. (SANTOS, 2003: 99)

As atividades individuais ou familiares dos ambulantes e camelôs, diferentemente das atividades das cooperativas das ocupações, marcam um outro tipo de espacialidade desses trabalhadores. Se as cooperativas e as atividades coletivas realizadas nas ocupações traduzem práticas sócio-espaciais que se convertem em uma territorialidade bastante específica e consistente, isto é, dotada de intencionalidade, projeto político-econômico, pois é complementar a um projeto de reforma urbana e planejamento urbano participativo, as práticas sócio-espaciais individuais e familiares constituem uma territorialidade fragmentária, dispersa e instável, ou seja, altamente sujeita a desterritorialização. Desse modo, em ambos os tipos de atividade, há uma forma espacial na ação do hiperpreariado sem-teto que define não apenas suas estratégias de sobrevivência, mas uma parte da geografia da pobreza urbana no Brasil.

Não se trata apenas de uma lógica econômica informal e, por isso, de menor importância por parte desse setor da economia, mas ao contrário, como apontava Milton SANTOS já em 1979, trata-se de um circuito econômico que é parte de um todo que dá consistência e funcionalidade ao urbano. Não apenas porque, sendo um “circuito inferior”, isto é, composto por atividades de pequena escala e envolvendo, predominantemente, a população pobre, permite a essa população acesso a determinados produtos e serviços do circuito superior, dando-lhe mais fluidez, mas também porque a própria urbanização é condição e também resultado de uma economia espacial que depende do trabalho desses sujeitos.

Suas [do circuito inferior] ligações funcionais com o circuito superior da economia lhes atribuiu particularmente uma função de correia de transmissão para os produtos modernos e mais geralmente um papel de coletor da poupança popular, reenviada para o circuito moderno nacional ou estrangeiro por intermédio de atacadistas e, depois, dos bancos. Com efeito, a circulação do capital é assimétrica: para baixo ela é fraca mas é substituída pela circulação dos bens; para o alto a circulação do capital é importante depois que as mercadorias revendidas a preço muito mais elevado asseguram uma taxa de lucro excessiva aos intermediários. (SANTOS, 2003: 99)

Assim sendo, a territorialidade fragmentada do trabalhador hiperprecarizado, como o caso aqui colocado dos sem-teto, ajuda a definir, de certo modo, espaços dotados de funcionalidade específica e, conseqüentemente, à definição de diferentes geografias da cidade.

Os espaços do comércio informal, as próprias especificidades do comércio informal – comércio de alimentos e guloseimas em áreas de grande circulação de trabalhadores indo e vindo do trabalho, a venda de bebidas em grandes eventos como shows e jogos de futebol, o comércio de produtos “piratas”, normalmente de origem estrangeira em pontos da cidade que se tornaram referência para esse tipo de consumo, e diversos outros exemplos – mostram que a ação dos ambulantes em determinadas áreas e pontos específicos do espaço urbano não são práticas sociais definidas ao acaso, mas claramente associadas à uma lógica espacial que com ela se define dialeticamente. Como mostra o relato de uma importante liderança do movimento dos camelôs, moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

*Engraçado... tem ponto que vende mais, tem ponto que tem a mercadoria certa de vender, entendeu? Assim, tem lugar que você não consegue vender o que eu to vendendo aqui hoje... Também, até porque você vai num lugar e você não vendeu nada, você num volta mais, né?*

(Entrevista realizada em setembro de 2009, para o programa *Aglomerado/TV Brasil*, com ativista do Movimento Unificado dos Camelôs – MUCA – e moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga<sup>232</sup>)

Existe, portanto, de forma explícita ou implícita, uma territorialidade dos trabalhadores sem-teto que vai além do espaço da ocupação, mas que está, como vimos anteriormente, intimamente relacionada a este, numa espécie de rede funcional, ou de um *território-rede* (SOUZA, 2000).

Tanto a localização das ocupações na Área Central da cidade se justificam pelas práticas laborais e necessidades desses trabalhadores, normalmente anteriores à sua entrada na ocupação, quanto essas mesmas práticas explicam a sua precariedade habitacional, sua luta por uma vida mais digna e suas necessidades imediatas.

O trabalho como ação coletiva *dentro* dos espaços das ocupações ajuda na concentração de força para um projeto político de transformação sócio-espacial, na sua manutenção econômica e, de certo modo, na segurança jurídica de algo que é questionado em sua legitimidade, o direito a moradia digna. No entanto, não menos importante é o trabalho *fora* das ocupações, o trabalho individual ou familiar para sustento destas, como é o caso dos

---

<sup>232</sup> Entrevista para o quadro "Guerreiros e Guerreiras" do programa *Aglomerado* (TV Brasil), transmitida em 30/09/2011.

camelôs e ambulantes, pois esse trabalho possui múltiplos significados para as mesmas ocupações e o mesmo projeto político: expressa a necessidade estrutural de melhora das condições de trabalho e de vida nas cidades, corrigir a desproporção e a desigualdade na distribuição de bens, serviços e riqueza, bem como a desigualdade no acesso ao espaço público, a despeito dos investimentos que têm sido feitos no sentido dessa continuidade.

*Vimos que é predominantemente fora do espaço da ocupação que se desenvolvem as atividades de produção e geração de renda para os moradores na atualidade, e não dentro, ao menos por enquanto. O que não significa que o fato de estarem ali, “compartilhando o mesmo teto”, a mesma moradia, não propicie a organização e a luta coletiva.*

Talvez o que diferencie esses trabalhadores – iguais e diferentes de tantos outros camelôs, ambulantes, “biscateiros”, flanelinhas existentes no Rio de Janeiro e em outras cidades – seja o fato deles terem se dado conta de sua condição em um tamanho compatível com sua vontade de mudar tal estrutura. Como sintetiza SANTOS (2003: 33) “essa tarefa não é fácil, considerando-se a desproporção entre as forças em jogo e a complexidade de suas formas de intervenção. Mas isto não significaria que os oprimidos deste mundo nunca perceberão que são oprimidos?”. Vemos que não...

Quanto à origem desses trabalhadores, tanto em termos do seu lugar de origem, quanto à função profissional ou atividade desempenhada antes da vida na ocupação, pode-se dizer que os elementos desse conjunto são variados, mas, de certo modo, remetem a algumas características em comum.

Uma parte desses trabalhadores hiperprecarizados, moradores das ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras possui/possuía alguma qualificação profissional específica e tem ou já teve algum tipo de ocupação formal (emprego). O que não significa que essa seja uma realidade predominante nas ocupações. Mesmo de uma ocupação para outra há diferenças perceptíveis quanto ao conjunto de moradores.

A Ocupação Chiquinha Gonzaga, por exemplo, possui um coletivo de moradores com características gerais que os aproximam mais de trabalhadores informais como ambulantes, camelôs, carroceiros e biscateiros, por exemplo, com uma especificidade: muitos desses moradores vinham de outras organizações de movimentos sociais, da luta sindical, de associações de moradores de favelas, enfim, de algum tipo de organização política que os preparava, de certo modo, para as condições que passariam a enfrentar. Não que todos os trabalhadores e famílias que integraram o processo de ocupação da Chiquinha Gonzaga fossem militantes engajados em algum tipo de ativismo, mas muitos deles tomaram contato

com o processo da ocupação, com a FLP, ou com seus membros através de engajamentos que eram anteriores à ocupação. Isso garantia alguma formação política e alguma experiência de diálogo, discussão e deliberação coletiva.

A primeira das quatro ocupações da variante por coletivo do centro do Rio de Janeiro desde o início foi uma referência que atraía trabalhadores pobres, desempregados que buscavam na atividade informal, em especial o comércio, mas também a prestação de serviços, uma alternativa de sobrevivência na cidade. Tanto que essa ocupação se tornou uma referência de resistência para os camelôs por ser a residência da fundadora e coordenadora do Movimento Unificado dos Camelôs (MUCA) e de alguns importantes integrantes dessa organização política cuja base é formada pelos trabalhadores que atuam como camelôs e ambulantes no Rio de Janeiro.

O Movimento Unificado dos Camelôs (MUCA) foi criado em 2003, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e tem como principal bandeira de luta o direito do camelô ao trabalho na cidade e a oposição à violência da Guarda Municipal contra esses trabalhadores.

O fato de o MUCA ser uma organização de classe ligada à CUT, uma central sindical, é motivo, desde o início, da formação de um campo político que diverge dos princípios políticos que inspiram a organização por coletivo e que têm orientado esta ocupação, isto é, avessa às coligações e aparelhamentos com/por partidos políticos, sindicatos, e outras organizações civis como igrejas e algumas organizações de movimentos sociais. As divergências políticas entre aqueles que aderem aos diferentes campos políticos motiva intensos debates e mesmo conflitos na ocupação, dificultando o consenso sobre muitos aspectos nas decisões tomadas na ocupação.

Essas características e influências políticas tornam a Chiquinha Gonzaga, além de uma referência para os sem-teto, por ser a primeira ocupação desse tipo de variante e por sua existência há quase uma década, também uma referência de luta política para os trabalhadores informais (camelôs e ambulantes), por sua proximidade com o MUCA, o envolvimento de vários moradores nessa organização etc. É possível perceber com facilidade a relação entre moradia e trabalho, bem como o seu grau de importância e as referências pelas quais, direta ou indiretamente, a Ocupação Chiquinha Gonzaga é tomada, no depoimento da moradora e coordenadora do MUCA:

*A gente tem uma Prefeitura e um Governo do Estado que tá massacrando os trabalhadores, você não pode trabalhar, você não tem emprego, você vem pra rua trabalhar como camelô você sofre... Na verdade eu sou camelô, também. Eu sou coordenadora do*

*Movimento Unido dos Camelôs e, é... na verdade todos os camelôs acabam sendo sem-teto. Porque você não tem dinheiro pra pagar aluguel, você vai e ocupa um prédio pra poder morar... Mas assim, a política do governo municipal e do estado é massacrar os trabalhadores e a gente não tá conseguindo. A gente tá aqui hoje tentando fazer um ato, porque na semana passada, é dia 13, a gente fez uma ocupação de um prédio<sup>233</sup> que tá vazio, que já foi ocupado três vezes e continua vazio, e até hoje a prefeitura, o governo do estado, o governo federal, não deu uma solução pra essas famílias que tão se reunindo porque precisam de um teto. E tem o programa Minha casa Minha vida que... é um programa que não acolhe essas pessoas que não tem renda, entendeu? Esse programa acolhe mais as pessoas que têm renda. E aí a gente escuta o secretário de habitação dizer que está despejando as pessoas, mas tem um lugar pra essas pessoas irem. A gente tem uma obra aqui, de um presídio que demoliram pra fazer moradia, você olha lá e você não vê nada! Casa pra pobre é muito difícil de fazer. Agora casa pra rico, é muito rápido! Quando vai fazer uma casa pra rico, vai fazer um condomínio, geralmente eles urbanizam tudo, bota árvore, agora pra pobre não. É a gente tá sendo jogado mesmo... e se a gente não se unir, e não lutar pelos nossos direitos... (...) Engraçado que é assim: você é despejado, aí você vai pra rua, mas você não pode morar na rua. Vai morar aonde?! É muito engraçado essa política, né? Abrigo, também, você pode ficar três meses, não pode ficar diretamente no abrigo. Não tem emprego, não pode ficar ali e não pode ficar na rua. Então eu não sei! (Entrevista realizada em 21/12/2010, durante a manifestação *Natal Com Teto*, ocorrida no Centro do Rio de Janeiro, com a coordenadora do MUCA, moradora da ocupação Chiquinha Gonzaga<sup>234</sup>)*

Essa condição dos moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga difere (levadas em consideração alguma especificidades) do que predominou entre os moradores da ocupação Zumbi dos Palmares. Vimos que a Zumbi dos Palmares foi uma ocupação cujo processo se concluiu pouco tempo depois da ocupação do prédio da Chiquinha Gonzaga por questões que envolviam tanto uma pressão social na região, uma demanda de outros trabalhadores pobres, hiperprecarizados por uma moradia no centro, quanto uma pressão política, por parte dos ativistas e organizações que integravam, na época, a FLP.

*Quando a gente organizou a Chiquinha, começou lá no processo, começou a chegar muita demanda. Quando viram que a gente tinha ocupado lá o prédio, tinha muita gente procurando. E começamos a fazer um cadastro com as pessoas que gostariam de participar de um*

<sup>233</sup> Referência à tentativa de ocupação de um prédio na av. Mem de Sá, 234, pelos moradores que foram despejados da Ocupação Guerreiros do 510, na rua Gomes Freire. Esses moradores se organizaram sob a forma de um coletivo e tentaram mais dois processos de ocupação além desse, todos sem sucesso.

<sup>234</sup> O ato foi um protesto pela moradia digna, denunciando os prédios abandonados da cidade que servem apenas à especulação imobiliária.

*processo. Na época, a história da Chiquinha ainda era muito recente, tinha muita coisa para ser feita. Aí eu assumi, quer dizer, tiraram uma comissão lá, na qual eu fazia parte, como eu falei, por causa da minha entidade e tudo... e um pessoal começou a tocar o processo da Zumbi. A ideia era ocupar, mas era um passo para a formação para, a partir daí partir para outra ocupação. O problema é que a demanda foi tão grande que fez com que partíssemos logo para outra, mas sem que a gente formasse efetivamente as pessoas. É maravilhoso ver companheiros da Chiquinha participando de outro processo, mas não houve tanta formação. A gente ficou muito voltado para a participação da ação do que da formação. Formação que eu digo é no dia a dia. Mas é aquilo, né? A Chiquinha teve uma base mais forte. A Zumbi, eu fico triste que muita gente acabou abandonando a Zumbi, mas depois parte pra outra. Aí veio a Quilombo que, por incrível que pareça, consegui dar uma certa formação. (Entrevista realizada em 15/01/2010, por Matheus Grandi e Rafael Almeida, com integrante da Central de Movimentos Populares – CMP<sup>235</sup>)*

Tal situação proporcionou que se constituísse na Zumbi dos Palmares um coletivo muito maior – pois o prédio da OZP era muito maior que o da OCG, conseqüentemente o número de famílias e de moradores –, porém com menos experiência nas lutas sociais e coletivas. Os moradores da Zumbi dos Palmares organizaram-se para esse processo de ocupação muito mais por sua situação de hiperprecariedade no trabalho e, conseqüentemente, nas suas condições de vida, do que por outras motivações, como a questão política.

*Primeiro lugar, isso torna cada família participante, cada família cúmplice mesmo da ocupação e da manutenção. Quando a gente começa a ocupação é que a gente começa a perceber o alcance disso. Começam a aparecer alianças e recursos de onde a gente não imaginava. E a gente começa a ver que a capacidade de auto-sustentação das pessoas é muito maior do que a gente imagina, mesmo em situação mais miserável. Na verdade a gente percebeu isso mais na Zumbi do que na Chiquinha. (...) Na Chiquinha ainda teve, pela novidade da situação e tudo mais, teve muito apoio de sindicato... no início teve bastante dinheiro de sindicato pra comprar material. (...) Mas isso demonstra que se a pessoa se sente cúmplice, participante e dona realmente do processo, ela tá disposta, inclusive, a comprometer mesmo seus recursos muito escassos na construção aquilo. Isso a gente percebeu tanto na Chiquinha como na Zumbi. Mais na Zumbi, na verdade. Esse aspecto. Na Chiquinha, a gente percebeu um aspecto que prosperou mais que na Zumbi é a questão da vida... vamos dizer assim, vida cultural da ocupação. A própria ocupação construindo sua própria vida cultural. (Entrevista realizada em 20/01/2010, por Matheus Grandi e Rafael Almeida, com ativista da Rede Contra Violência<sup>236</sup> e ex-integrante da FLP)*

<sup>235</sup> Entidade que compunha a FLP e que apóia as ocupações do movimento dos sem-teto ainda hoje.

<sup>236</sup> Entidade que apóia as ocupações do movimento dos sem-teto hoje.

O que percebemos nos relatos dos ativistas de entidades que apoiam as ocupações aqui mencionadas é que a situação de hiperprecariedade econômica de seus moradores e a sua falta de formação política, por diferentes motivos, contribuíram para prejudicar a solidez do coletivo da Ocupação Zumbi dos Palmares e sua continuidade.

Tratava-se de trabalhadores muito pobres, miseráveis, e como nos diz a própria definição do hiperpreariado (SOUZA, 2008a) *com poucas chances, por suas condições materiais, físicas e psicológicas, de conseguir por seus próprios meios, modificar sua realidade de vida*. Isso não quer dizer que, se esse coletivo fosse mais coeso e atuante a ocupação não teria sido despejada. Provavelmente os interesses do mercado imobiliário e institucional que impuseram a situação de despejo continuariam exercendo maior força e a desocupação aconteceria de qualquer forma. No entanto, a possibilidade desse coletivo se manter unido para outros processos de ocupação, ou para o reassentamento em outra área, seria maior, como parece refletir o processo de reassentamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras para o conjunto habitacional Quilombo da Gamboa.

A Ocupação Quilombo das Guerreiras não será a única comunidade a ser reassentada nesse conjunto habitacional, como já mencionamos anteriormente, no entanto, o coletivo dessa ocupação têm demonstrado grande interesse e esforço para manter-se não apenas unido, mas politicamente coeso. As reuniões para planejamento, negociações e participação nas decisões a respeito desse processo de reassentamento vêm acontecendo, em sua maioria, na Ocupação Quilombo das Guerreiras, com ampla participação dos moradores e de alguns apoiadores.

A Ocupação Quilombo das Guerreiras acabou ganhando um certo destaque entre as ocupações da variante por coletivo por ser uma ocupação que, apesar de “mais jovem” que as “irmãs”, apresenta um grau de maturidade política que vem produzindo ganhos perceptíveis aos seus moradores.

Vimos que a Quilombo das Guerreiras é a menor ocupação entre as demais em termos de números de famílias. Isso facilita, ao menos um pouco, sua organização interna e a continuidade de seu processo de formação e autoconhecimento. Entre as três é a ocupação em que o maior número de moradores que integraram o processo de ocupação do prédio, proporcionalmente, permanece como morador na atualidade. Isso estimula a interação, a solidariedade e a união de seus moradores.

Outro fator a ser observado entre os moradores da Quilombo das Guerreiras é um diferencial em termos de qualificação dos seus trabalhadores, em relação aos demais

trabalhadores sem-teto moradores de outras ocupações estudadas. Não é nada desprezível, em se tratando dos moradores dessa ocupação, a quantidade de trabalhadores do setor formal, ou mesmo trabalhadores informais, mas que possuem algum tipo de especialização profissional e exercem atividades regulares com rendimentos igualmente regulares e pagamento de INSS. Esses trabalhadores, bem como outros tantos moradores de ocupações, favelas, loteamentos irregulares etc., são trabalhadores *pobres*, vide a média do rendimento familiar da ocupação que não ultrapassa um salário mínimo. Muitos deles *muito pobres*, mas ainda assim, em termos gerais, há uma diferença se comparados aos moradores de outras ocupações.

Vimos no censo dessa ocupação que a maior parte desses moradores que trabalham possuíam uma “formação” profissional, uma experiência mais consolidada em algum ramo de trabalho, mesmo que estivesse se dedicando a outra atividade por dificuldades em conseguir trabalho na sua área. Há muitos registros de mudança de estado (migração interestadual e inter-regional), de pessoas que trabalhavam na agricultura, ou em cidades muito pequenas do interior de estados do norte e nordeste e há, também, é claro, aqueles que sempre residiram na região metropolitana do Rio de Janeiro, em favelas na cidade, ou na Baixada Fluminense, subsistindo de atividades informais e precárias, como vimos anteriormente, e como define uma moradora destacada da OQG.

*Sem-teto é aquele que ou paga aluguel ou come, ou compra remédio ou paga aluguel, que está vivendo de favor na casa de um parente, ou ‘tá morando em péssimas condições, num espaço que vai cair em cima de mim a qualquer momento. O sem teto, para mim é aquele que tem espaço de moradia, mas o espaço tem que ser digno. Tem que ter dignidade, tem que lutar pela dignidade, serviços essenciais de água, luz e benfeitorias mesmo no seu espaço. Não é um espaço qualquer. Um espaço qualquer, sem querer menosprezar, tem os companheiros que moram em comunidades, que foram empurrados pros morros e gastam uma “baba” subindo de moto ou de kombi porque não têm condições de subir com uma bolsa de compras. São felizes com sua moradia? São, mas não têm um espaço digno. Eu não considero um espaço digno. Sei que é o amor da vida deles, aquele espaço, mas um espaço digno seria aquele que ele poderia subir sem esforço, que uma senhora poderia ir para a pracinha com o neto, poderia andar tranquilamente. Essa geografia da comunidade, do morro, é uma geografia para os novos – e olhe lá! Porque a gente, eu que já não sou nova, você que é uma menina, para subir a pé, pega aqui a Providência para dar uma voltinha na casa do companheiro, bota a língua para fora. (Entrevista realizada em 24/07/2009, por Marianna Moreira, com moradora destacada da Ocupação Quilombo das Guerreiras)*

Hoje a maior parte desses trabalhadores vive de atividades que suprem o suficiente para uma vida com muitas restrições e o mínimo indispensável à sobrevivência (ao estilo “vender o almoço para comprar o jantar”). Associado a esse histórico de um longo tempo e muitas gerações na informalidade está o difícil acesso às inúmeras exigências do mercado de trabalho formal atual, como nível de escolaridade, cursos profissionalizantes, experiência no tipo de atividade pleiteada, documentação completa etc. Isso faz com que dificilmente esse trabalhador tenha condições ou oportunidade de se (re)inserir no mercado de trabalho formal.

## Conclusão

No presente trabalho, tentamos, a partir do contexto de reestruturação da produção e do capital e suas consequências sociais, entender a ampliação e o aprofundamento de uma problemática urbana muito específica: a delimitação de um grupo social, política e economicamente marginalizado, porém, ao mesmo tempo, integrado ao contexto social em que se inscreve a que SOUZA (2008a, 2009a, 2009b) denominará “*hiperpreariado urbano*”.

Retomando o panorama histórico, político e social que introduz e contextualiza essa discussão, colocamos a questão: qual a relação entre a crise do modelo de produção e consumo que vai levar às transformações do mundo do trabalho, isto é, a crise do fordismo e o surgimento de um conjunto de trabalhadores hiperprecarizados que, a partir da construção de circuitos e práticas econômicas alternativas, informais e solidárias, produz estratégias sócio-espaciais que põe em questão não só o problema do emprego e do acesso à moradia, mas também, questões mais amplas como o direito à cidade e a reforma urbana, questão principal do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil.

A questão era entender como o advento do modelo pós-fordista não só contribuiu para mudanças no processo produtivo dentro da fábrica e para sujeitos diretamente relacionados a ela (os operários), como também acarretou transformações em outras esferas da economia, da política e da sociedade. Como vimos no trabalho, e em tantas análises de conjuntura divulgadas na atualidade, anunciando e qualificando crises e recessões, tais transformações começaram na fábrica, mas não se restringiram a ela, ao contrário, seus efeitos foram disseminados por todo campo social, o que resultou em mudanças de formas de organização sócio-espaciais, isto é, mudanças bem mais amplas, que atingem, no dizer de SOJA (1993:34) “*as três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser*”.

É importante salientar que o processo de precarização do mundo do trabalho que vem sendo discutido nos países centrais desde os anos 1980, é visceralmente diferente da *hiperprecarização* em curso na semiperiferia do capitalismo mundial, a despeito de todo um conjunto de transformações que atingiram a estrutura produtiva e a dinâmica do aparelho de Estado, como por exemplo: 1. da globalização/mundalização econômica que vai ampliar a escala de produção, comercialização e investimentos à escala mundial; 2. da reestruturação do modelo de produção fordista em ampla medida e sua transição (ainda que gradual e em curso) para o pós-fordismo de tipo “flexível” como forma de “driblar” problemas que, em sua

essência, dizem respeito a questões mais profundas e caras ao sistema capitalista, como o mercado de trabalho, o mercado consumidor, a relação oferta-demanda etc.; 3. dos “planos de ajuste estrutural” propostos pelos países centrais (muitas vezes junto com “pacotes” de “ajuda” financeira em momentos de crise) e assimilados por muitas economias semiperiféricas como estratégias de administração e superação de crises e recessões econômicas.

As expressões *hiperprecarização* e *hiperprecariado* são utilizadas para destacar a diferença de *natureza* das condições de existência entre os trabalhadores dos países centrais e dos países semiperiféricos. Nesses, as condições de vida e de trabalho da maioria dos trabalhadores *sempre* foram precárias e não sofreram perdas sucessivas e graduais como os trabalhadores dos países centrais (SOUZA, 2008: 131, 132, 133).

O motivo que vai levar a uma diferenciação entre os processos de *precarização* e *hiperprecarização* no mundo do trabalho em países centrais e (semi)periféricos está associado, justamente, a questões mais profundas e possui uma justificativa que remete às características *da essência e da natureza* desse hiperprecariado (o já existente e aquele em expansão).

Em outras palavras, os países centrais do capitalismo mundial têm apresentado perdas em temas de conquistas sociais bastante consolidadas no que diz respeito, principalmente, ao mundo do trabalho e às questões trabalhistas, o que representa um retrocesso social e uma queda na qualidade de vida em sociedades identificadas como “desenvolvidas” justamente por tais características (distribuição de renda, acesso às necessidades básicas de sobrevivência, indicadores sociais elevados etc.), o que define a chamada precarização do trabalho. Os países periféricos e semiperiféricos, por sua vez, por sempre terem apresentado uma parcela de trabalhadores (hiper)precários no mercado de trabalho e ali inseridos, veem essa situação se agravar diante das crises conjunturais e estruturais do sistema capitalista que não se limitam ao setor industrial, mas repercutem nos setores primário e terciário da economia tão ou mais fortemente.

Nosso objetivo maior era aprofundar a compreensão acerca de um grupo específico de trabalhadores urbanos precarizados e que passam por uma hiperprecarização, ou mesmo aqueles que nunca estiveram em condições de serem chamados “precários”, mas sempre fizeram parte do “hiperprecariado urbano”.

Vimos que o “hiperprecariado”, enquanto grupo social, possui um espectro muito amplo de atividades, formas de atuação política e espacialização – já mencionamos os moradores de favelas, de ocupações, os *sem-teto* enquanto movimento social organizado, mas

existem ainda os moradores de rua, os que vivem temporariamente na rua para conseguir pequenos trabalhos, os que vivem de atividades ilícitas, como pequenos crimes e delitos, enfim, um grupo muito heterogêneo em suas condições, em sua origem e em suas expectativas. No caso dos moradores de ocupações de sem-teto, mesmo aquelas mais organizadas e cujo coletivo funciona de maneira mais coesa, como no caso da Quilombo das Guerreiras, permitindo que esses compartilhem desejos, críticas e propostas, ainda assim, trata-se um grupo profundamente heterogêneo.

Existem aqueles moradores que são profundamente engajados e que assumem a sua condição de sem-teto, de trabalhador hiperprecarizado, produzindo uma identidade coletiva que lhes permite engendrar formas de luta política. Mas nem todos *são*, ou *agem* dessa forma. Na verdade, se tomarmos o universo de moradores como um todo, a menor parte assume esse papel.

Parte desses moradores tem uma defasagem muito grande em termos de formação política e, além disso, sua ambição e seu horizonte de luta são muito restritos; quando muito, levam em conta possíveis ganhos individuais. O que está longe de ser condenável, levando-se em conta as condições objetivas de existência, que tornam o cotidiano uma luta incessante pela sobrevivência imediata, o que dificulta e, no limite, impede a elaboração de uma perspectiva a médio e longo prazo, fazendo com que o *agora* seja sempre mais importante do que o futuro.

A observação feita não se trata de uma crítica, mas sim de uma constatação “obtida a partir de dentro”. Essa situação, todavia, não é e não precisa ser imutável. Muito pelo contrário. O desejo é que a parcela engajada, ativa, politicamente, consciente e potente, se amplie, contamine todos os espaços e atinja a todos os que compartilham dessa situação.

Vimos que as dificuldades práticas para a implantação, funcionamento e rendimento de uma cooperativa nas ocupações são muitas, no entanto, nos perguntávamos por que não havia uma parceria, ou melhor, uma cooperação consistente entre moradores, se as atividades desenvolvidas por eles em seu dia-a-dia são, muitas vezes, semelhantes. As causas principais destas dificuldades são as dificuldades e carências materiais, a necessidade de conseguir ganhos imediatos, escassez de capital para investimento, a dificuldade de pensar formas de organização do trabalho fora dos marcos da subjetividade capitalista. Nesse sentido, é ilustrativa a fala de um dos apoiadores das ocupações sobre a ambição e potencial transformador desses territórios:

*Eu vejo que, por si só, ocupação não é nada revolucionário não. Você pode, dentro da ocupação, iniciar um processo revolucionário, nem que seja dentro do comportamento da vida de cada um ali. Mas se você acredita que a ocupação, por si só, é revolucionária, você não vai iniciar esse processo. É um erro que muitos companheiros caem. De achar que esse processo por si só é revolucionário. Que só de você juntar pessoas para ocupar um teto, é revolucionário. Mas não é! Demora pra conseguir convencer as pessoas pra se juntar a uma luta revolucionária. (Entrevista realizada em 15/01/2010, por Matheus Grandi e Rafael Almeida, com integrante da Central de Movimentos Populares – CMP)*

Mencionamos anteriormente que as razões que dificultam, ou até impedem o trabalho cooperativo e autogestionário entre os sem-teto, parte do hiperpreariado urbano, são várias. Tendo em vista que a iniciativa praticada por esses ativistas faz parte do que SOUZA (2006: 305) classifica como “um indício de ‘inteligência sistêmica’, que propicia a sobrevivência da economia urbana e da ordem social vigente”, podemos notar que existe uma resistência que se expressa nas alternativas econômicas que se agarram aos princípios solidários e da ajuda mútua, como forma de enfrentar e sobreviver em um modo de produção excludente e competitivo. Mas, ao mesmo tempo, existe uma organicidade nesse mesmo sistema que incorpora e tira proveito desse hiperpreariado, tornando-o parte de uma economia *subterrânea, subalterna e necessária*.

*Subterrânea*, pois é uma economia de “rejeitos”, de práticas que se reproduzem em permanente des-territorialização, que não é reconhecida, nem visualizada, mas, de alguma forma, está presente, tem utilidade e dá sustentação a indivíduos que interligam-se a outras práticas. É *subalterna*, porque, no que tange às relações de poder que instituem a sociedade, exerce muito pouco dos seus direitos, participa muito pouco das decisões e disso resulta uma apropriação do espaço que está condicionada à sua própria força de organização, mas também aos interesses políticos, econômicos de outros grupos sociais. Por fim, é uma economia *necessária* não apenas para dar sustento àqueles que a praticam, garantindo a sua sobrevivência, mas como Milton SANTOS (1979) já havia sinalizado, a cidade só pode ser entendida a partir de uma teoria do espaço que englobe o conjunto da economia urbana, e não apenas uma parte dela. Ou seja, “[a] análise econômica e, no seu fluxo, a análise geográfica há muito tempo confundem o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo” (SANTOS, 2003: 173), quando seria fundamental examinar o funcionamento do conjunto como forma de interpretar a realidade e pensar soluções para problemas correspondentes.

Para SOUZA (2006a),

[a] informalidade da economia dos pobres é dialeticamente útil para a economia capitalista urbana, em última análise por representar ocupações para as pessoas que, de outra forma, vegetariam no desemprego e se desesperariam, e por propiciar a produção e a comercialização de bens baratos que os pobres possam comprar. (SOUZA, 2006a: 305)

Entendemos, assim, trazendo a análise para o contexto das ocupações e das práticas sócio-espaciais dos sem-teto no Rio de Janeiro, que as atividades por eles desempenhadas, sejam essas coletivas, ou individuais, constituem um sub-sistema do sistema capitalista e do sistema urbano sem o qual esses não podem ser compreendidos.

A criação de circuitos econômicos alternativos, como as cooperativas de trabalho coletivo nas ocupações e as experiências econômicas solidárias (os *grupos de investimento, produção e venda*, ligados ao MCP) aqui apresentadas, permitem ir além de uma simples adaptação intersticial e passam a constituir “válvulas de escape”.

Mais do que trabalhar na cidade, ou constituir grupos econômicos alternativos e solidários, esse hiperpreariado, esses trabalhadores sem-teto, tem ajudado a colocar em discussão, por meio de saídas formais ou informais, perante o Estado de direito, a sociedade e sua forma espacial urbana.

Essas pessoas tornam-se protagonistas de um movimento social e de sua própria história na medida em que deixam de apenas se conformar ou abandonam uma indignação inerte, e passam a, articuladamente, lutar por uma causa, a reforma urbana e o direito ao trabalho e a vida na cidade.

O “hiperpreariado” não se organiza na fábrica, mas sim, principalmente, *no* local de moradia (...). E é *a partir* do local de moradia, ou até mesmo da própria rua, que tais movimentos refinam e ampliam todo um repertório de práticas espaciais insurgentes, que inclui desde ocupação de imóveis ociosos até manifestações em espaços públicos de grande visibilidade e força simbólica, passando por bloqueios de ruas e estradas. (SOUZA, 2009b: 470, grifos meus.)

Se daqui a alguns anos ainda existirem a Ocupação Chiquinha Gonzaga, a Ocupação Quilombo das Guerreiras, ou o Quilombo da Gamboa, e outros *territórios dissidentes* (SOUZA, 2006a, 2008d, 2009b, 2009c, 2010), juntamente com todas as práticas sócio-espaciais que se desenvolvem *nas e a partir das* ocupações, teremos cada vez mais forte a constituição e ampliação desse tipo de dissidência, insurgência e potência para influenciar o entorno.

Considerando, no entanto, a atual conjuntura política e econômica da cidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a dinâmica do movimento sem-teto no Rio de Janeiro, não é desprezível um impacto que se caracteriza por uma significativa desmobilização e enfraquecimento das experiências populares de caráter autogestionário. O aprofundamento da segregação sócio-espacial, fruto de um processo de modernização de tipo conservadora da cidade (em função dos megaeventos, particularmente da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 e do novo tipo de política urbana adotados pelo Estado), torna cada vez mais distante a possibilidade de se alcançar o *desenvolvimento urbano* (SOUZA, ) almejado e estrategicamente planejado pelos ativismos sociais aqui expostos.

O cenário mais provável talvez seja o do enfraquecimento desses ativismos sociais e, com isso, a redução da margem de manobra política desta parcela do hiperprecariado, o que significa, concretamente, a redução do seu protagonismo e de sua capacidade de intervenção na dinâmica urbana, principalmente em relação às políticas habitacionais, práticas de planejamento e (auto)gestão e do mundo do trabalho. Apesar de identificarmos a potencialidade pedagógica, política e econômica do movimento sem-teto do Rio de Janeiro, é necessário reconhecer que o cenário mais realista é o da redução do seu potencial, ainda que o nosso desejo seja exatamente o contrário, como já foi dito, de que a parcela engajada, ativa, politicamente, consciente e potente, que sabemos ser hoje pequena, contamine outros espaços e que o(s) nosso(s) trabalho(s), enquanto colaboradores, tenham, ao menos, contribuído para ajudar nisso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. “Contribuição do estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 577-585, out/dez, 1981.
- \_\_\_\_\_. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, v. 1, nº 2, jan./abr. 1986.
- \_\_\_\_\_. “A cidade do Rio de Janeiro: evolução urbana, contradições do espaço e estratificação social”. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro: UFRJ/CCMN/Depto. de Geografia, 1987a.
- \_\_\_\_\_. “A Periferia de ontem: processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870/1930)”. *Espaço de Debate São Paulo*, n. 21, p. 12-35, 1987b.
- \_\_\_\_\_. “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio”. *Espaço&Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Pensando a cidade no Brasil do passado”. In: SILVA, José Borzacchiello da (org.). *A cidade e o urbano: temas para o debate*. Fortaleza: EUFC, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997b.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a memória das cidades”. *Território*. Rio de Janeiro, UFRJ/Laget, v. 3, n. 4, p. 5-26, jan./jun., 1998.
- AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy. 1979.
- AHLANDER, Ann-Mari Sätre. “The social economy: new co-operatives and public sector”. *Annals of public and cooperative economics*. P. 413-433, 72: 3. Published by Blackwell Publishers, Oxford, 2001.
- ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. *A “economia popular solidária” e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia /UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A “microfísica” do poder instituinte e sua espacialidade: “campos”, territórios e redes no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2011.
- ALMEIDA, Rafael; GRANDI, Matheus e MOREIRA, Marianna. “Óikos, Ágora e Ekklesia: Uma introdução às fronteiras, pontes e “áreas de sombra” de um espaço ocupado por

- sem-teto (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro)”. Em *Revista Cidades*, v.6, n.9, Presidente Prudente, 2009.
- ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. “A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização”. In. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AMATO NETO, João. *Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. “A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. In ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Construção e desconstrução da legislação social no Brasil”. In ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Dimensões da precarização estrutural do trabalho”. In DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.
- APPAY, Béatrice. “Précarisation sociale et restructurations productives”. In: APAY, Béatrice e THÉBAUD-MONY, Annie. *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: IRESCO, 1997.
- ARBIX, Glauco. *A reestruturação produtiva e o surgimento de um novo estilo de ação sindical na indústria automobilística*. Relatório no. 13/1996, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas/NPP. Série Relatórios de Pesquisa, 1996.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ARRUDA, Marcos. “Socioeconomia Solidária”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

- ASSEBURG, Hans Benno e GAIGER, Luiz Inácio. “A economia solidária e a redução das desigualdades”. O trabalho resulta de estudos do *Grupo de Pesquisa em Economia Solidária* (www.ecosol.org.br), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (www.unisinos.br), com apoio do CNPq, da FAPERGS e da UNESCO. s/d.
- AURELIANO, L. e DRAIBE, S. “A Especificidade do Welfare State Brasileiro”, in *Economia e Desenvolvimento 3*, MPAS e CEPAL: Brasília, 1989.
- BADIE, B. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.
- BARBIER, Jean-Claude. “A survey of the use of the term *précarité* in French economies and sociology”. In: CEE, Document de Travail, no. 19, nov. 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Globalização: As consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BEHRING, Elaine Rossetti. “Fundamentos de Política Social”. *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. Disponível em [www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto1-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf) . 2000.
- BENKO, George. “Os novos espaços industriais: a lógica locacional” in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VII, nº 1, Abril, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Economia Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro Edição da Autora, 1983.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BEYNON, H. “The changing practices of work”. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: a reestruturação produtiva na Inglaterra e Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- BLOIS, K. J. “Vertical quasi-integration”, *Journal of Industrial Economics*. Vol. 20; pp.253-272, 1972.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, Ed. UNB: 2000.

- BODY, Martin. “Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica” in VALLADARES, L. & PRETENCEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BONDUKI, Nabil. “Crise da habitação e luta pela moradia no pós-guerra”. In. KOWARICK, Lúcio. (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BORDA, Orlando Fals. “Aspectos teóricos da pesquisa participante: Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos* (Coletânea, 1973-74). Buenos Aires: SIAP, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit habitacional no Brasil 2008*. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. ISBN: 978-85-7958-019-2. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.
- BUENO, Ricardo & FARO, Luiz Cesar (org.). *Capital & Trabalho: Os melhores depoimentos do cenário sindical*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- CACCIA, Giuseppe. “Modelos empresariais e figuras do trabalho no nordeste da Itália” in COCCO, G. et al. (org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CACCIAMALI, Maria Cristina *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela. A produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARLOS, Ana Fani A. “Uma leitura sobre a cidade”. *Cidades*. V.1, n.1, pp.11-30, São Paulo, 2004.
- CARPI, Juan A. Tomás. “The prospects of the social economy in a changing world”. *Annals of public and cooperative economics*. P. 247-279, 68: 2. Published by Blackwell Publishers, Oxford, 1997.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim. “Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos”. Publicação. *Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro. 18 (3), 1988.

- CASTEL, Robert. “De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso”. *Justice sociale et inégalités*, Esprit, París, 1992. Trad.: *Archipiélago*, nº 21, Barcelona, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Mexico: Siglo Veinteuno, 1974.
- \_\_\_\_\_. *The city and the grassroots*. Berkley: University of California Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto III. O mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto IV. A ascensão da insignificância*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. *As encruzilhadas do labirinto VI. Figuras do Pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CAVALCANTI, Clóvis. “Escolhas autocráticas e vida de horrores: o caso da política habitacional”. In. FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito e direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras: 1996.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. “O discurso competente”. In. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.
- CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.
- COLLETIS, Gabriel; WINTERHALTER, Felix. “O exemplo alemão”. *Ensaio FEE*. Fundação de Economia e Estatística - RS, Porto Alegre, Ano 14, n. 1, p. 76-93, 1993.

- CORAGGIO, Jose Luis; “Los complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación”. Colección Textos N.2, Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito, 1987.
- \_\_\_\_\_. “El trabajo desde La perspectiva de La economía popular”. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario sobre los impactos territoriales de la reestructuración laboral en la Argentina, San Carlos de Bariloche, 27-30 de mayo 1996.
- \_\_\_\_\_. “Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa”. Presentación en el *II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad*, Québec, 9-12 octubre 2001.
- \_\_\_\_\_. “Economia do Trabalho”. In CATTANI, Antonio Davi (org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Sustentabilidade y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria”. Ponencia presentada en el Seminário: “Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação”, organizado por CAPINA (Cooperação de Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) – Universidade Católica de Salvador. Salvador - BA, 5 e 6 de dezembro de 2006.
- CORIAT, Benjamin. “Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção”. In. Schmitz, H. e CARVALHO, R. Q. *Automação, competitividade e trabalho: experiência internacional*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Ohono e a escola japonesa de gestão da produção. Um ponto de vista de conjunto”. In HIRATA, H. (org.). *Sobre o modelo japonês*. (79-91) São Paulo: Edusp, 1993.
- CORÒ, G. “Distritos e sistemas de pequena empresa na transição” in COCCO, G et al. (Org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Editora Ática, Série Princípios, 2ª ed., 1989.
- \_\_\_\_\_. “Processos espaciais e a cidade”. In *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Espaço: Um conceito-chave da Geografia”. In CASTRO, I., GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2000.
- \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- D' ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAMIANI, Amélia D. “A propósito do espaço e do urbano”. *Cidades*. V.1, n.1, pp.79-95, São Paulo, 2004.
- DECCA, Edgard. “Nunca temos tempo para sonhar” in idem, *O nascimento da fábrica*. São Paulo: Editora Brasiliense, s.d.
- DE CERTAU, Michel. *A invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.
- DELEUZE, Gilles. “¿Que és un dispositivo?” pp. 155-161. In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Conversações 1925-1990*. Trad. Peter Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Giles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim (s/d)
- DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Trad. Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/ Brasília, DF: Ed. da UNB, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O ócio criativo; Entrevista a Maria Serena Palieri*. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DIAS, Mário Caldeira. “Economia Social e o Estado Providência”. *Sociedade e Trabalho*. Número 25, 2005.
- DINIZ, Clélio Campolina. “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização”. *Nova Economia*, v.3, n.1. Belo Horizonte: UFMG/FCE/DCE, 1995.
- DINIZ Filho, Luiz Lopes. “Para onde vão as indústrias?” In. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (Org.) *Que país é esse?* São Paulo: Globo, 2006.
- DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DUPAS, Gilberto. “A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto”. *Estudos Avançados*, v.12 no. 33 São Paulo: 1998a.
- \_\_\_\_\_. “A lógica da economia global e a exclusão social”. *Estudos Avançados* v. 12, no. 34. São Paulo: 1998b.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton University Press: New Jersey, 1990.
- EUROSTAT, *Statistic in Focus*. ANTUOFERMO, Méline & DI MEGLIO, Emilio. *Population and social conditions*, 9/2012.

- FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito e direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Movimentos socioterritoriais do campo brasileiro: Contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses”. In: OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.
- FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. [Tese] *A emergência do Teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2003.
- FIORI, José Luís. “Estado do Bem-Estar Social: Padrões e crises”. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)*. Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos). 1997.
- FOUCAULT, Michel. “Of Other spaces”. *Diacrities*. Vol. 16, nº. 1. Baltimore, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Outros Espaços”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.): *Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 1998a.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1998b.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FRANÇA Filho, Genauto Carvalho. “Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”. *Bahia: Análise e Dados*. Salvador, SEI v. 12, no. 01. P. 9-19. Junho de 2002.
- FREEMAN, Christopher. “Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico”. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, 5(1):5-20, 1984.
- FREIRE, Pedro Guilherme Mascarenhas. *Porto dos Desterros: Morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

- FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano. Uma breve história do século XXI*. Trad. Cristina Serra Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- GAIGER, Luis Inácio. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. São Leopoldo: UNISINOS (relatório de pesquisa), 2002.
- \_\_\_\_\_. “Eficiência sistêmica”. In: CATTANI, Antonio Dadid. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- \_\_\_\_\_. “A Economia Solidária e o Projeto de *Outra Mundialização*”, *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 47, no 4, pp. 799 a 834, 2004.
- \_\_\_\_\_. “A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.
- \_\_\_\_\_. “A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional”. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, abril de 2007.
- GERARDI, Lúcia Helena e SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Quantificação em Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1981.
- GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos sociais, Ongs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOMES, Paulo Cesar da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GRANDI, Matheus da Silveira. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2010.
- GRANDI, Matheus; RAMOS, Tatiana Tramontani; ALMEIDA, Rafael e MOREIRA, Marianna. “Guerreiros do 510, do 234, da rua...”. *Parra Palavra*, 30 de julho de 2009 (<http://passapalavra.info>).
- GRANDI, Matheus da Silveira. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. “Espacialidade Cotidiana e Sociedade Instituinte: Uma Reflexão Sobre os Espaços de Compartilhamento da

- Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro”. Florianópolis: Anais do XIII ENANPUR, 2009.
- GUATTARI, Felix e NEGRI, Toni. *Os novos espaços de Liberdade*. Trad. Centelha. Coimbra: Centella, 1987.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; AMORIN, Ricardo e ALDRIN, Ronnie (Orgs.). *Trabalhadores urbanos: Ocupação e queda na renda*. São Paulo: Cortez, 2007.
- GURUSATTI, P. “O nordeste italiano: Nascimento de um novo modelo de organização industrial” In. COCCO, G. et al. (org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. “Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão”. in CASTRO, Iná E. (et al.) (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo” in HAESBAERT, Rogério (org.), *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 2001-a.
- \_\_\_\_\_. “Território, cultura e des-territorialização.” In: ROSENDHAL, Z. (org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001-b.
- \_\_\_\_\_. “Concepções de Território para entender a Desterritorialização”. in *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério e TRAMONTANI, Tatiana. “O mito da desterritorialização econômica”. In *GEOgraphia*. Ano VI, n.12 (25-48), Niterói, UFF/EGG, 2004.
- HARRIS, Richard. “Residential segregation and class formation in the capitalist city: A review and directions to research”. *Progress in Human Geography*. V.8, n. 1, pp. 26-47, London, 1984.
- HARVEY, David. “The geography of capitalist accumulation: A reconstruction of Marxian theory”. *Antipode*. No. 7, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Huitec, 1980 [1973].

- \_\_\_\_\_. “The geopolitics of capitalism” in GREGORY, D. & URRY, J. (orgs.). *Social Relations and Spatial Structures*. Londres: Mac Millan, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Class structure and the theory of residential differentiation”. In *The urban experience*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail U. Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- HIRATA, Helena e PRÉTECEILLE, Edmond. “Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: O debate das ciências sociais na França”. *Caderno CRH*, Salvador, no. 37, Julho a Dezembro, 2002.
- HYMAN, Richard. “Que son las Relaciones Industriales?” in idem. *Relaciones Industriales: Una introducción marxista*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Economia Informal Urbana 2003*. ISBN 85-240-3807-1 (CD-ROM), Rio de Janeiro, 2005.
- ICAZA, Ana Mercedes S. e TIRIBA, Lia. “Economia Popular”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ILO, International Labor Organization. *Industrial Relations, democracy and social stability*. Genebra, Word Labor Report, 1997-1998.
- ILO, International Labor Organization – International Labor Office. “Working out of poverty”. *Report of the Director-General, International Labor Conference, 91<sup>st</sup> Session*, Geneva, 2003.
- IPLAN-RIO. *Favelas cariocas: alguns dados estatísticos*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Favelas cariocas: índice de qualidade urbana*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos no Brasil*. BIB, no. 9, pp. 22-30, 1980.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996 [1984].
- KALLEBERG, Arne L. “O crescimento do trabalho precário. Um desafio global”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, no. 69, fevereiro, 2009.
- KESSELMAN, Donna. “Trabalho precário e precarização institucional nos Estados Unidos”. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010.

- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad.: CRUZ, Mário Ribeiro. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- KIDDER, Louise. “Observação participante”. In SELLIZ, WRIGHTSMAN e COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Volume 1: delineamentos de pesquisa*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 1987.
- KLINK, Jeroen. “Os limites da metrópole”. In *Global Brasil*, no 4, Publicação: Rede Universidade Nômade, Do Lar Design Ltda., DP&A Editora. Novembro, dezembro e janeiro, 2005.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, vol. 18, número 51, Fevereiro de 2003.
- KOYANAGI, Raquel. “Programa seguro-desemprego: combinação de eficiência econômica e seguridade social”. Dissertação. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília – UNB, 2010.
- LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade*. Trad. Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. “Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial” in VALLADARES, L. & PRETENCEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Maria de Andrade e Sérgio Martins Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Cidade do Capital*. Trad. Maria Helena R. Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Trad. Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LIMA, Amanda Cavaliere. “O que mudou na sua vida?": Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como subsídio para a avaliação da eficácia do *squatting* como estratégia de luta. Monografia de

- Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Curso de Geografia. UFRJ, 2010.
- LIMA, Jacob Carlos. “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 19 Nº. 56, outubro de 2004.
- LIMONAD, Ester. *Os Lugares da Urbanização: O caso do interior fluminense*. São Paulo: [s.n.], 1996.
- \_\_\_\_\_. “Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização”. *GEOgraphia*. Ano 1, n.1 (71-91), Niterói, UFF/EGG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Anual CNPq 2001*. Referente aos dois primeiros anos da pesquisa “Reestruturação produtiva, redes empresariais e dinâmicas locais e regionais no Sul Fluminense” - Projeto integrado ao CNPq no período de 1999-2002, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Rumo a um novo paradigma da organização do espaço de produção industrial*. Anais XIII ENG, João Pessoa-PB, 2002a.
- \_\_\_\_\_. “Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. in *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002b.
- LIPIETZ, Alain. “New tendencies in the international division of labor regimes of accumulation and modes of regulation”. In SCOTT, A. e STORPER, M. (orgs.). *Production, work, territory: The geographical anatomy of industrial capitalism*. Bostom: Allen & Unwin, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana” in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VIII, no. 1, 1994.
- LIPIETZ, Alain. & LEBORGNE, D. “O Pós-fordismo e seu espaço” in *ESPAÇO E DEBATES*. Ano VIII, no. 25, (12-29), 1988.
- \_\_\_\_\_. “Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial”. In VALLADARES e PRETECEILLE (coord.). *Reestruturação urbana: Tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.
- LISBOA, Armando de Melo. “Economia popular”. In: ENDERLE, G. et al. *Dicionário de ética econômica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Solidariedade”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

- \_\_\_\_\_. “Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano”. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Disponível em [www.sep.org.br/artigo/9\\_congresso\\_old/ixcongresso101.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso101.pdf). Uberlândia, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites”. *Revista de administração de empresas*. v. 45, n. 3, São Paulo, setembro de 2005.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MAMARI, Fernando Gonzalez Cruz de. *Se morar é um direito, ocupar é um dever! As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MARCUSE, Peter. “Cities in Quarters”. In *A companion to the city*. London: Blackwell Pub., 2002.
- MARICATO, Ermínia. “Reforma urbana: limites e possibilidades de uma trajetória incompleta”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (Org.). *Globalização fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2. ed., p. 309-327. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Metrópole, legislação e desigualdade”. *ESTUDOS AVANÇADOS*, no. 17, v. 48, 2003.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MÉNDEZ, R. “Innovación Tecnológica, Sistema Productivo y Territorio”. in idem, *Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997.
- \_\_\_\_\_. “La nueva división espacial del trabajo” in idem, *Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997-b.
- MISHRA, R. “The Welfare State in Capitalist Society: Policies of Rentrenchment and Maintenance” in *Europe, North America and Australia, Studies in International Social Policy and Welfare*. Harvester/Wheatsheaf: London, 1990.
- MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOREIRA, Marianna Fernandes. *Do difícil habitacional aos domicílios vagos: dados e controvérsias*. Monografia de Final de Curso. Instituto de Geociências, Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Um Palacete Assobradado”: da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de “lar” em uma ocupação de sem-teto no

- Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MOREIRA, Marianna F., GRANDI, Matheus da S. e ALMEIDA, Rafael G. “Xadrez Urbano: Uma Introdução às Peças e Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto”. *Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. XI SIMPURB. ISSN 2175-3830. Brasília, 01 a 04 de setembro de 2009.
- MOREIRA, Ruy. “Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho” in *Ciência Geográfica*. Ano IV, no. 16, v.2, (4-8), AGB/Bauru, 2000.
- \_\_\_\_\_. “As categorias espaciais na construção geográfica das sociedades” in *GEOgraphia* - PPGG-UFF, Ano III, no. 5, (19-41). Niterói, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação” in *GEOgraphia* - PPGG-UFF, Ano IV, no. 7, (32-52). Niterói, 2002.
- MOUHANNA, Christian. “A política francesa de segurança diante das ‘banlieues’”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 2 - no 5-6 – Julho a Dezembro de 2010.
- MYRDAL, Gunnar. *Challenge to Affluence*. Random House, 1963.
- NABUCO, M.R.; NEVES, M.A. & NETO, A.M.C. Indústria Automotiva. A geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. *Global. Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NERI, Marcelo. “Informalidade”. *Ensaio Econômico*, no. 635. EPGE - FGV. Dezembro de 2006.
- NORONHA, Eduardo G. “Informal, illegal and unfair: perceptions of labor markets in Brazil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* p.111-129. vol. 18 n. 53, São Paulo: Oct. 2003.
- NUNES, Edison. “Inventário dos quebre-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro (1977-1981)”. In. MOISÉS, José A. et al. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Cedec, 1985.
- O'BRIEN, R. *Global financial integration: The end of Geography*. New York: The Royal Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations Press, 1992.
- OCDE. “*The Welfare in Crisis*”. Paris, 1981.
- OFFE, C. “Advanced capitalism and the Welfare State”. In: *Politics and Society*, v. 4, p. 479-488, 1972.

- OFFE, C. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” In: OFFE, C. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.1., 1989.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e o seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.
- Ó TUATHAIL, G. “Political Geography III: dealing with deterritorialization”. in *Progress in Human Geography*, 22 (1), 1998.
- PACE, João Henrique. *O Kanban na prática*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
- PEARLMAN, Janice *O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PESSOA, Álvaro. “O uso do solo em conflito”. In FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito e direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- PIORE, Michael J. “The Emergent Role of Social Intermediaries in the New Economy”. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 72:3, Published by Blackwell Publishers, Oxford, 2001.
- PIORE, M. e SABEL. C. *The second industrial divide: Possibilities of prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- POCHMANN, Márcio. *O Emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. “A territorialidade seringueira”. *Geographia*. Ano 1, no. 2. Niterói: UFF/EGG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Geo-Grafias: Movimentos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Guadalajara: Siglo Veintiuno editores, 2002a.
- \_\_\_\_\_. “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (orgs.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002b.
- \_\_\_\_\_. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista*. Brasília: IBAMA/MMA, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PRETECEILLE, E. & VALLADARES, L. “A desigualdade entre os pobres - favela, favelas”. In: Henriques, R. (Org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. p.459-85. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

- QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?” In: SANTOS, B. (org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro, 2002.
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. “A indústria automobilística no Rio de Janeiro: Relações de trabalho em um contexto de desenvolvimento regional”. in NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda A. e CARVALHO NETO, Antônio M. (org.) *Indústria automotiva: A nova Geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. IPEA, Nota Técnica. Mercado de Trabalho, conjuntura e análise. ([http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_0191.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_0191.pdf)); s/d.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. “Geografia do Conflitos sociais na América Latina”. In: CLACSO. (Org.). Informe final del concurso: *Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Reestruturação produtiva e des-territorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense*. Dissertação. Mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- \_\_\_\_\_. “A dimensão espacial das lutas sociais: a experiência do movimento dos sem-teto”. In: *XIII Encontro Nacional da ANPUR (XIII ENAnpur): Planejamento e Gestão do Território: Escalas, conflitos e incertezas*. Florianópolis, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro”. In *Polis – Revista Acadêmica Universidad Bolivariana*, sítio: <http://www.revistapolis.cl>; ISSN 0718-6568. Número 27. Colômbia, dezembro de 2010.
- RAMOS, Tatiana Tramontani e RODRIGUES, Glauco Bruce. “Trabalhador autônomo ou “trabalhador autônomo”? Do o trabalho como prática heterônoma nos espaços de outrem, ao trabalho como prática de resistência e criação de espaços insurgentes”. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crise, Praxis e Autonomia: espaços de resistência e de esperanças*. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, julho de 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Movimentos sociais urbanos – Algumas reflexões*. Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos. Rio de Janeiro: AGB, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Outros territórios, outros mapas”. In: *OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005)*, ISSN 1515-3282. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

- \_\_\_\_\_. “Um diálogo interdisciplinar: Espaço e movimentos sociais”. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* “Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método”. In. IPPUR/UFRJ. *Planejamento e território- ensaios sobre a desigualdade*. DP& A. Rio de Janeiro, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Brasileiros. Livro I – Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. “Economic globalization from below”. *Etnográfica*, Vol. X (2), pp. 233-249, 2006.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR/UFRJ, FASE, 1997.
- RIBEIRO, Viviani de Moraes Freitas. *A (des)construção do espaço carioca na ‘era César Maia’ (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados ‘Pentágono do Milênio’*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009.
- ROBERTSON, R. “Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity”. In FEATHERSTONE, M. *et. al.* (orgs.) *Global Modernities*. Londres: Sage, 1995. Edição Brasileira: ROBERTSON, R. *Globalização – Cap. 12*, Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. “Orçamento participativo e movimento hip hop: duas formas distintas de protagonismo sócio-espacial”, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/textosestrutura.html>
- \_\_\_\_\_. *Geografias insurgentes: um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano a partir das práticas do movimento hip hop*. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2005.
- RODRIGUES, Glauco Bruce e PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. “Geografia e movimentos sociais: o caso do movimento hip hop”. *CD-ROM do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002.

- RODRIGUES, Glauco Bruce e RAMOS, Tatiana Tramontani. "A categoria da autonomia e o pensamento geográfico crítico brasileiro". In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Crise, Praxis e Autonomia: espaços de resistência e de esperanças*. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, julho de 2010.
- ROLNIK, Raquel. "Planejamento Urbano nos Anos 90: Novas Perspectivas para Velhos Temas". In: Ribeiro, Luiz César de Queiroz e Orlando Alves dos Santos Jr. (Org.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*, p. 351-360. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. "O Estado, o direito e a questão urbana". In FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito e direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *O uso do solo e o município*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Iban), 1990.
- SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva *et al.* *Quando a rua vira casa*. São Paulo. Projeto Arquitetos Associados, 1985.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial". In *Território*, LAGET/UFRJ. Ano IV, nº 6 (jan/jun 1999). Rio de Janeiro: Garamond, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SAULE JR., Nelson e ROLNIK, Raquel. “Estatuto da Cidade – novas perspectivas para a reforma urbana”. *Cadernos Polis*, número 4. São Paulo: Polis, 2001.
- SCOTT, A.J. & STORPER, M. “Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica” in *ESPAÇO E DEBATES*, Ano VIII, no. 25 (30-44), 1988.
- SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L.S. & COOK, S.W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais. V.1 Delineamentos de pesquisa. V.2 Medidas na pesquisa social*. (2ª ed. bras.) Coord. J.R. Malufe e B.A. Gatti. São Paulo: EPU, 1987.
- SEIBEL, Erni. J. “O declínio do *Welfare State* e a emergência do estado prisional. Tempos de um novo puritanismo?” *Civitas*. Porto Alegre. V. 5, n. 1. Jan-Jun, 2005.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, Éder Roberto. *O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil / Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2003. – São Carlos: UFSCar, 2003.*
- SILVA, José Borzacchiello. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: Uma abordagem geográfica*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- SILVA, Selma Cristina. “A terceirização via cooperativas de trabalho: Precarização ou autonomia?” In. DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SINGER, Paul. “A estratégia da sociedade civil no combate ao desemprego”. *Cadernos do CEAS*, n. 101, 1986.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Economia Solidária”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Laura T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. (da 2ª ed. inglesa) Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SONODA, Katerine da Cruz Leal. *Violência urbana e mal-estar psíquico: Uma investigação com líderes comunitários residentes na cidade do Rio de Janeiro*. Monografia. Instituto de Psicologia/Departamento de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Ativismo social como possibilidade de enfrentamento da violência urbana*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social”. In. *Território/UFRJ*, no.3, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. in CASTRO, Iná E. (et al.) (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- \_\_\_\_\_. “Together with the state, despite the state, against the state: Social movement as ‘critical urban planning’ agents”. *City*, Vol. 10, No. 3; 2006b.
- \_\_\_\_\_. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.
- \_\_\_\_\_. “Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira”. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008b.

- \_\_\_\_\_. *O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro*. Texto produzido e oferecido pelo autor para em uma reunião de discussão para criação e manutenção de cooperativas populares nas ocupações do Centro da cidade do Rio de Janeiro. *Reunião realizada em 25 de maio de 2008 na Ocupação Chiquinha Gonzaga*. 2008c.
- \_\_\_\_\_. “A hora e a vez do pensamento libertário na Geografia”. *Geografares*. No 6, pp. 15 – 33, 2008d.
- \_\_\_\_\_. “Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and ‘micro-level warlords’ as challenges for emancipative urban struggles”. *City*, Vol. 13, No. 1; 2009a.
- \_\_\_\_\_. “Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas”. In: MENDONÇA, Francisco (et al.Orgs.). *Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, Curitiba: ADEMADAN, 2009b.
- \_\_\_\_\_. “A ‘nova geração’ de movimentos sociais urbanos – E a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto”. *Revista Cidades – Ativismos Sociais e Espaço Urbano*. Volume 6, número 9, 2009c.
- \_\_\_\_\_. “Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta”. *Revista Cidades – Formas Espaciais e Política(s) Urbana(s)*. Volume 7, número 11, 2010.
- \_\_\_\_\_. “A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano”. In: CARLOS, Ana Fani (et al) (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes de e RAMOS, Tatiana Tramontani e MOREIRA, Marianna Fernandes. “Rio de Janeiro 2016: ‘sonho’ ou ‘pesadelo’ Olímpico?” *Passa Palavra* (Disponível em: <http://passapalavra.info>). Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de e TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. “Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e ‘lugares’ do movimento dos sem-teto”. *Revista Cidades – Ativismos Sociais e Espaço Urbano*. Volume 6, número 9, 2009.

- SOUZA, Paulo R. *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese, 1980.
- STORPER, Michael. “A industrialização e a questão regional no terceiro mundo (Lições do pós-imperialismo; perspectivas do pós-fordismo)” in VALLADARES, L. & PRETENCEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas”. In: Lavinias, L., Carleial, L. e Nabuco, M.R. (org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- \_\_\_\_\_. Globalization and knowledge economy: leveraging global practices. In: Dunning, J. (ed.) *Regions, Globalization and the Knowledge-based economy*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2000.
- SWARTZ, Marc J. *Local level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968.
- SWYNGEDOUW, E. “Neither global nor local: ‘Glocalization’ and the politics of scale”. in COX, K. *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local*. Nova York: Guilford Press, 1997.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? - 1.<sup>a</sup> Parte”. *Passa Palavra* (passapalavra.info). 25 de Junho de 2010.
- \_\_\_\_\_. “Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? - 2.<sup>a</sup> Parte”. *Passa Palavra* (passapalavra.info). 25 de Junho de 2010.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine e GRANDI, Matheus da Silveira. “*O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*”. Disponível no sítio eletrônico do NuPeD: [http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agircomunicativo\\_e\\_espacialidad.pdf](http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agircomunicativo_e_espacialidad.pdf). Texto original de 2008.

- TAVARES, H. M. “Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço” in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano VII, no. 1, (39-52), Rio de Janeiro, 1993.
- THÉUBAUD-MONY, Annie e DRUCK, Graça. “Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil.” In. DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (Orgs.) *A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- TITMUS, R. *Essays on the Welfare State*. Allen & Unwin, Londres, 1963.
- TOLEDO, Enrique de La Garza (org.) *Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina*. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, grupo de trabajo: Trabajo, Sujetos y Organizaciones Laborales. Buenos Aires: CLACSO Gráficas y Servicios, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. *El regreso del actor. Los movimientos sociales: ¿Objeto particular, o problema central del análisis sociológico? s/d*.
- \_\_\_\_\_. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Pour la sociologie*. Paris: Seuil, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes”, In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). *Classes médias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TRAJANO, Ana Rita C. e CARVALHO, Ricardo Augusto A. “Identidade e Trabalho Autogestionário”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- UGÁ, Maria Alicia Dominguez. “Gasto, acesso e condições de saúde: tendências nos países da OCDE”. *Revista da Associação Médica Brasileira*. (Print version: ISSN 0104-4230). Volume 47, número 3. São Paulo: Julho a Setembro de 2001.
- URANI, André, COCCO, Giuseppe, GALVÃO, Alexander Patez (Org.). *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”. In: *Corporativismo e Desigualdade: a Construção do Espaço Público no Brasil*. (Renato R., Boschi, org.),

- pp. 81-112, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Fund Editora, 1991.
- VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VAZ, Lillian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WOMACK, James P. *A mentalidade enxuta nas empresas*, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

## ANEXO

## Tabelas dos Gráficos

Figura 1  
Evolução da Taxa de Desemprego por país (1990-2002): PEA de 15 a 24 anos

Ano	Taxa de Desemprego (PEA de 15 a 24 anos) <sup>237</sup>							
	Alemanha	Espanha	Itália	RU	Argentina	Brasil	México	EUA
1980	-	25,3	25,2	-	-	-	-	14,9
1981	-	30,9	25,8	-	-	-	-	17,8
1982	-	34,7	28,0	-	-	-	-	17,2
1983	-	37,6	30,5	-	-	-	-	13,9
1984	-	41,8	32,9	19,7	-	-	-	13,6
1985	-	43,8	33,9	17,8	-	6,3	-	13,3
1986	-	42,8	34,5	17,9	-	4,5	-	12,2
1987	-	40,1	35,5	15,8	-	6,7	-	11,0
1988	-	37,3	34,5	12,8	-	7,2	-	10,9
1989	-	32,2	33,6	10,0	-	5,5	-	11,2
1990	-	30,2	31,5	10,1	13,0	6,7	-	13,4
1991	5,4	29,0	30,8	13,6	11,2	-	5,4	14,2
1992	6,2	32,4	32,7	15,5	12,6	11,9	5,4	13,4
1993	7,6	41,0	28,8	17,4	19,8	11,5	5,4	12,5
1994	8,2	42,9	30,5	16,2	22,8	-	7,1	12,1
1995	8,2	40,4	31,9	15,3	11,9	11,4	9,6	12,0
1996	9,4	39,9	32,2	14,8	33,2	12,6	7,7	11,3
1997	10,2	37,2	32,1	13,5	24,2	14,4	6,4	10,4
1998	9,0	33,9	32,1	12,4	23,3	17,2	5,4	9,9
1999	8,6	28,3	31,1	12,3	24,0	18,3	3,4	9,3
2000	8,4	25,3	29,7	11,8	25,9	-	4,4	10,6
2001	8,3	20,8	27,0	10,5	31,8	17,9	4,1	12,0
2002	9,7	22,2	26,3	11,0	-	-	4,9	-

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*, 1960 a 2004<sup>238</sup>.

<sup>237</sup> Taxa de desemprego em % da PEA.

<sup>238</sup> Fonte: <http://devdata.worldbank.org/query/default.htm>.

Figura 2  
Evolução da Taxa de Desemprego por país (2003-2009): Faixa etária de 25 a 74 anos

Taxa de desemprego por faixa etária (entre 25 e 74 anos)							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alemanha	9,2	9,5	10,2	9,4	8	6,9	7,1
Espanha	9,1	8,7	7,7	7,3	7	9,8	15,9
França	7,7	7,9	7,9	7,7	7	6,5	7,8
Itália	6,8	6,5	6,2	5,5	4,9	5,6	6,4
Reino Unido	3,6	3,3	3,3	3,8	3,6	3,9	5,5
Estados Unidos	6	5,5	5,1	4,6	4,6	5,8	9,3

Fonte: Elaborado a partir de Eurostat, 2010<sup>239</sup> e U.S. Bureau of Labor Statistics, 2010<sup>240</sup>.

Figura 7  
Estados Unidos:  
Percentual da população desempregada e  
Percentual da população abaixo da linha de pobreza (1990-2009)

Ano	Percentual da força de trabalho desempregada	Percentual da população abaixo da linha de pobreza (todas as raças)	Percentual da população abaixo da linha de pobreza (Negros)
1990	5,6	13,5	31,9
1991	6,8	14,2	32,7
1992	7,5	14,8	33,4
1993	6,9	15,1	33,1
1994	6,1	14,5	30,6
1995	5,6	13,8	29,3
1996	5,4	13,7	28,4
1997	4,9	13,3	26,5
1998	4,5	12,7	26,1
1999	4,2	11,9	23,6
2000	4,0	11,3	22,5
2001	4,7	11,7	22,7
2002	5,8	12,1	
2003	6,0	12,5	
2004	5,5	12,7	
2005	5,1	12,6	
2006	4,6	12,3	
2007	4,6	12,5	
2008	5,8	13,2	
2009	9,3		
2010			

Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics, "Employment and Earnings Online". January, 2010.

<sup>239</sup> <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tsdec460>

<sup>240</sup> "Employment and Earnings Online" January 2010, <http://www.bls.gov/opub/ee/home.htm>

Figura 8  
**Europa: Taxa de crescimento do emprego por país (1992-2010)**

<b>Europa: Taxa de crescimento do emprego</b>											
País/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
UE (27 países)	1,6	0,9	0,4	0,4	0,6	1	1,6	1,8	1	-1,8	-0,5
Alemanha	1,7	0,3	-0,6	-0,9	0,3	-0,1	0,6	1,7	1,2	0	0,5
Espanha	5,1	3,2	2,5	3,2	3,6	4,1	4	3	-0,2	-6,7	-2,6
França	2,6	1,5	0,5	0,1	0,1	0,7	1,1	1,4	0,5	-1,2	0,1
Itália	1,9	2	1,7	1,5	0,4	0,6	2	1,3	0,3	-1,6	-0,7
Portugal	2,1	1,8	0,6	-0,6	-0,1	-0,3	0,5	0	0,5	-2,6	-1,5
Finlândia	2,1	1,3	0,9	0,1	0,4	1,4	1,8	2,2	2,6	-3,5	-1,4
Suécia	2,5	2,1	0	-0,6	-0,7	0,3	1,7	2,3	0,9	-2	1,1
Reino Unido	1,3	1,1	0,7	1,1	1	1,3	1,1	0,7	0,3	-1,7	-0,7
Noruega	0,6	0,3	0,4	-1,2	0,5	1,3	3,5	4,1	3,2	-0,4	-0,1

Fonte: Elaborado a partir de dados do Eurostat, 2010 - *Employment growth by gender. Annual percentage change in total employed population (1992-2010)*.

Figura 9  
**Europa: Percentual de pessoas sob risco de pobreza ou exclusão social (2004-2010)**

<b>Europa: Pessoas sob risco de pobreza ou exclusão social (percentual da população)</b>							
País/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
UE (27 países)	-	25,7	25,3	24,4	23,6	23,1	23,5
Alemanha	-	18,4	20,3	20,7	20,1	20,0	19,7
Espanha	26,1	24,2	23,9	23,1	22,9	23,4	25,5
França	19,9	19,0	18,8	19,0	18,6	18,4	19,3
Itália	26,4	25,0	25,9	26,1	25,3	24,7	24,5
Portugal	27,5	26,1	25,1	25,0	26,0	24,9	25,3
Finlândia	17,2	17,2	17,1	17,4	17,4	16,9	16,9
Suécia	16,9	14,4	16,3	13,9	14,9	15,9	15,0
Reino Unido	-	24,8	23,7	22,6	23,2	22,0	23,1
Noruega	15,8	16,2	16,8	16,5	15,0	15,2	14,9

Fonte: Elaborado a partir de dados do Eurostat, 2010. Pessoas sob risco de pobreza ou exclusão social (percentual da população).

Figura 10  
**Brasil: emprego e condições de vida (1995-2009)**

Brasil: emprego e condições de vida			
Ano	Taxa de desemprego (%)	Grau de informalidade (%)	Taxa de pobreza (%)
1995	11,4	60,3	35,08
1996	12,6	59,6	34,73
1997	14,4	60,6	35,18
1998	17,2	60,8	33,97
1999	18,3	60,5	35,26
2000	-	60,1	-
2001	17,9	60,8	35,17
2002	12,6	59,8	34,4
2003	12,3	59,8	35,79
2004	11,5	58,8	33,7
2005	9,8	57,8	30,82
2006	10,2	57	26,75
2007	9,7	55,4	24,24
2008	7,8	-	22,59
2009	8,1	-	21,42
2010	6,7	-	-

Fonte: Elaborado a partir de dados do *Ipeadata* – Taxa de Desemprego (1995-2010) – Taxa de Pobreza (1995-2009) – Grau de informalidade - definição I<sup>241</sup> - Total (1995-2009). (%)

<sup>241</sup> Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no *Ipeadata* com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Fonte: Disoc/Ipea

Figura 11  
**Brasil: variação das admissões, demissões e saldo (2000-jan/2012)**

<b>Data</b>	<b>Admissões</b>	<b>Demissões</b>	<b>Saldo</b>
2000	757.207	726.009	31.198
2001	909.984	861.188	48.796
2002	776.512	732.284	44.228
2003	822.277	786.792	35.485
2004	850.198	750.092	100.106
2005	980.620	864.648	115.972
2006	1.049.445	962.829	86.616
2007	1.144.043	1.038.575	105.468
2008	1.308.922	1.166.001	142.921
2009	1.216.550	1.318.298	-101.748
2010	1.410.462	1.229.043	181.419
2011	1.650.372	1.498.281	152.091
2012.01	1.711.490	1.592.595	118.895

Fonte: Elaborado a partir de Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (MTE/CAGED).

Figura 12  
**Variações por produtos selecionados (em %):  
 Alimentação, habitação, transportes e inflação (2001-2012)**

<b>Variações de preços por produtos selecionados (em %)</b>				<b>Inflação IPCA (% a.a)</b>	<b>Varição do Salário Mínimo</b>
<b>Ano</b>	<b>Alimentação</b>	<b>Habitação</b>	<b>Transporte</b>		
2001	1,0713	-3,0673	0,5644	7,673	7,8%
2002	3,729	0,9296	1,5951	12,530	-3,1%
2003	0,7068	-0,0727	0,1364	9,299	9,2%
2004	0,2729	0,3273	2,0931	7,600	2,1%
2005	0,2373	0,1345	0,8405	5,689	11,2%
2006	0,1447	0,1472	3,0489	3,141	13,7%
2007	2,68	0,2278	1,2709	4,457	2,9%
2008	-0,2026	0,1094	0,0472	5,902	2,3%
2009	0,0205	-0,0645	0,2762	4,312	8,0%
2010	1,5383	0,283	0,4744	5,909	1,9%
2011	1,4181	0,1402	0,0474	6,503	-
01.2012	0,6063	1,9943	-0,1603	-	-
<b>Acumulado</b>	<b>119,2%</b>	<b>74,1%</b>	<b>77,7%</b>	<b>92%</b>	<b>63%</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados do Dieese, Banco de dados do Índice do Custo de Vida (ICV).

Figura 20  
**Evolução do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE**  
**Índice geral e Percentual mensal (1960-2005)**

Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE. Índice geral		
Mês	Nº Índice	Mensal (%)
jan/60	0,00	3,36
jan/61	0,00	2,14
jan/62	0,00	4,76
jan/63	0,00	10,70
jan/64	0,00	6,88
jan/65	0,00	6,53
jan/66	0,00	7,55
jan/67	0,00	2,60
jan/68	0,00	2,73
jan/69	0,00	1,25
jan/70	0,00	0,69
jan/80	4,47	4,45
jan/81	4,71	5,30
jan/82	5,00	6,18
jan/83	5,44	8,84
jan/84	6,05	11,18
jan/85	6,84	13,05
jan/86	8,13	18,82
jan/87	9,19	13,09
jan/88	10,64	15,79
jan/89	14,24	33,78
jan/90	24,82	74,30
jan/91	30,88	24,43
jan/92	39,95	29,38
jan/93	52,07	30,33
jan/94	73,67	41,50
jan/95	74,35	0,92
jan/00	122,05	1,19
jan/05	190,24	0,91

Fonte: Elaborado a partir de dados do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE. Índice geral.

Figura 21  
**Estrutura do orçamento doméstico (1958-1995):**  
**Distribuição percentual da renda familiar para finalidades diversas**

Estrutura do orçamento familiar										
	Alimentação	Habitação	Transportes	Saúde	Vestuário	Educação e leitura	Equipamento doméstico	Despesas pessoais	Recreação	Despesas diversas
1958	45,0	33,0	2,0	4,0	10,0	1,0	3,0	1,5	0,5	-
1969-70	39,0	25,2	8,8	3,6	7,5	3,5	7,1	5,2	0,1	-
1982-83	28,1	24,9	19,3	5,0	6,5	4,8	4,9	4,7	1,6	0,2
1994-95	27,4	23,5	13,6	8,2	7,9	6,9	6,1	4,0	2,1	0,3

Fonte: Dieese; Estrutura do orçamento doméstico, Pesquisa de Orçamento Familiar, 1958 a 1995, Município de São Paulo.

Figura 23  
Evolução do custo mensal da cesta básica (em Reais - \$)

ANO	Cesta básica (Custo em R\$)
1994	66,22
1998	94,03
2002	146,59
2006	171,39
2010	221,80
2011	249,02

Fonte: Dieese, 2011

Figura 24  
Evolução do valor do salário mínimo nominal e necessário em Reais – 1994 a 2011

ANO	Salário mínimo nominal (R\$)	Salário mínimo necessário (R\$)
1994	64,79	590,00
1998	130,00	857,00
2002	200,00	1.378,00
2006	350,00	1.536,96
2010	510,00	2.227,53
2011	540,00	2.194,18

Fonte: Dieese, 2011

Figura 25  
Benefícios emitidos pela Previdência Social por faixas de salário com base no Salário Mínimo Nacional (1999 – 2005)  
(Valor total gasto em Reais X Ano)

Ano	1 SM (R\$)	de 1 a 2 SM (R\$)	de 2 a 3 SM (R\$)	total (R\$)
1999	1.637.344.800	398.295.802	393.345.226	4.759.916.997
2000	1.892.237.021	467.452.293	466.208.165	5.379.331.065
2001	2.334.899.160	596.054.333	574.855.019	6.219.505.006
2002	2.689.155.400	734.526.701	714.275.828	7.320.837.626
2003	3.295.050.480	945.064.075	909.341.305	9.141.648.914
2004	3.766.702.420	1.106.326.875	1.081.111.994	10.466.701.645
2005	4.565.345.100	1.348.894.521	1.291.516.675	11.975.522.723

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, MPAS (1999-2005)  
Acessado em [http://www.mpas.gov.br/pg\\_secundarias/previdencia\\_social\\_13.asp](http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_13.asp)

Figura 26  
**Número total de ocupados, no trabalho principal e em qualquer trabalho, em comparação com o número de contribuintes para a Previdência Social (1992 - 2004)**

Ano	Total de ocupados	No trabalho principal		Em qualquer trabalho	
		Contribuintes	Não Contribuintes	Contribuintes	Não Contribuintes
1992	65.395.491	28.347.541	37.033.573	28.488.976	36.891.121
1993	66.569.757	28.511.065	38.045.838	28.655.659	37.900.619
1995	69.628.608	29.820.663	39.797.043	29.988.615	39.628.602
1996	68.040.206	29.571.464	38.436.377	29.723.504	38.282.060
1997	69.331.507	30.189.122	39.136.808	30.359.968	38.965.461
1998	69.963.113	30.846.244	39.105.609	30.988.889	38.962.450
1999	71.676.219	31.017.271	40.652.032	31.171.920	40.497.945
2001	76.098.344	34.627.359	41.462.887	34.795.700	41.294.546
2002	78.958.866	35.509.983	43.446.000	35.685.651	43.270.115
2003	80.163.481	37.003.433	43.159.088	37.180.990	42.981.531
2004	82.816.911	38.953.360	43.861.946	39.145.945	43.669.561

Fonte: IBGE/PNAD, Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência, no trabalho principal e em qualquer trabalho segundo sexo e grupos de idade.

Figura 27  
**Distribuição percentual dos moradores maiores de 18 anos em atividades e tipo de vínculo de trabalho Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

Tipo de ocupação e vínculo (Números absolutos)	
Trabalha por conta própria	22
Assalariado	17
Não trabalha	6
Aposentado / Pensionista	3
Desempregado	3

Fonte: Dados do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009; LIMA, 2010.

Figura 28  
**Distribuição percentual dos moradores maiores de 18 anos por faixa de rendimento mensal Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

Faixa de rendimento mensal (Números absolutos)	
Menos de 1 SM	10
1 SM	9
1 a 2 SM	12
2 a 3 SM	2
Mais de 3 SM	1

Fonte: Dados do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009; LIMA, 2010.

Figura 29

**Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Você trabalha junto (ou em sociedade) com alguém da ocupação?***  
**Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

(Números absolutos)

<b>Não</b>	47
<b>Sim</b>	4

Fonte: Dados do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009; LIMA, 2010.

Figura 30

**Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Você gostaria de trabalhar em uma cooperativa gerida pelos próprios moradores da ocupação?***

**Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

(Números absolutos)

Não	11
Sim	40

Fonte: Dados do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009; LIMA, 2010.

Figura 31

**Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Seu rendimento sofreu alteração após a vinda para a ocupação?***  
**Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

(Números absolutos)

Não	13
Sim	35
Não respondeu	3

Fonte: Dados do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009; LIMA, 2010.

Figura 32

**Distribuição percentual das respostas dos moradores maiores de 18 anos para a pergunta: *Seu rendimento aumentou, diminuiu, ou não sofreu alteração após a vinda para a ocupação?***

**Ocupação Quilombo das Guerreiras (2009)**

(Números absolutos)

Aumentou	30
Diminuiu	6
Não se alterou	15

Fonte: Dados do Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, NuPeD, 2009; LIMA, 2010.

Figura 84  
**Tipologia das respostas à pergunta: “Por que você optou por morar em uma ocupação de sem-teto?” (pergunta aberta)**  
 (números absolutos)

Aluguel	21
Custo dos transportes	5
Oportunidades de trabalho	3
Não tinha outra moradia	3
Para morar no Centro	3
Para ter a casa própria	3
Por causa da violência em favelas	2
Questões familiares (desentendimentos, casamentos e divórcios)	7
Ouros	4
<b>Total</b>	<b>51</b>

Fonte: Mini-Censo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2009.

Figura 85  
**Ocupação principal dos moradores (maiores de 18 anos) da Ocupação Quilombo das Guerreiras**  
 (números absolutos)

<b>Ocupação Atual</b>	<b>Número de moradores</b>
Camelô	13
Desempregado	6
Dona de casa	6
Doméstica/diarista	4
Atendente no comércio formal	4
“Bico”	4
Construção Civil	3
Cozinheiro	2
Ascensorista	2
Porteiro	2
ONG	1
Auxiliar de serviços gerais	1
Transportadora	1
Serviço público	1
Aposentado (não trabalha)	1
<b>Total</b>	<b>51</b>

Fonte: Mini-Censo da OQG, 2009 - Respostas à pergunta aberta “trabalha em que atualmente?” (Os dados aqui apresentados foram agrupados por tipo de ocupação).

Figura 114  
**Situação profissional dos moradores maiores de 18 anos da Ocupação Quilombo das  
 Guerreiras, 2009**  
 (números absolutos)

<b>Situação Profissional</b>		<b>Quantidade de moradores</b>
Assalariado	Com CTPS	12
	Sem CTPS	5
Trabalhador “por conta própria”	Com INSS	2
	Sem INSS	20
Desempregado		3
Não Trabalha		6
Aposentado/Pensionista		3

Fonte: Mini-Censo da OQG, 2009 - Respostas à pergunta fechada “*qual a sua situação profissional atual?; seguida das opções acima*”.

## Roteiros de entrevistas

### Roteiro de entrevista

#### *Mini-Censo Ocupação Quilombo das Guerreiras*

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial – NUPED/UFRJ

Coordenador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza  
 Tatiana Tramontani – Doutoranda em Geografia  
 Marianna Fernandes Moreira – Mestranda em Geografia  
 Matheus da Silveira Grandi – Mestrando em Geografia  
 Rafael Gonçalves de Almeida – Mestrando em Geografia  
 Amanda Cavaliere – Graduada em Geografia  
 Daniel Monteiro de Jesus – Graduando em Geografia

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** Esta pesquisa é exclusivamente para fins acadêmicos. A identidade do entrevistado será preservada. O entrevistado tem a liberdade de deixar de responder qualquer pergunta.]

1. Apartamento: \_\_\_\_\_

2. Cor auto-declarada: \_\_\_\_\_

3. Tem filhos? S ( ) N ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

4. Você **participou** do processo de **ocupação** do prédio? S ( ) N ( )

5. Mora há quanto tempo? \_\_\_\_\_

6. Onde morava **antes** de vir para a ocupação?

10a. ESTADO: ( ) RJ ( ) Outro:

10b. CIDADE: ( ) Rio ( ) Outra:

10c. BAIRRO:

10d. TIPO DE MORADIA: ( ) Favela ( ) Asfalto

( ) Casa própria ( ) Cômodo ( ) Abrigo do Estado

( ) Casa alugada ( ) Favor ( ) Rua

( ) Casa de parente ( ) Outra Ocupação

7. Por que optou por morar em uma ocupação de sem-teto?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Você está satisfeito com a sua vida aqui na ocupação? S ( ) N ( )

9. Se surgisse uma oportunidade **você deixaria** a ocupação? S ( ) N ( ) Por quê?

---

---

10. Onde você costuma permanecer mais tempo **conversando** aqui na ocupação? [PERGUNTA ABERTA]

- ( ) Portaria
- ( ) Sua casa
- ( ) Casa de outra pessoa
- ( ) Calçada / Portão
- ( ) Sala de reuniões
- ( ) Pátio externo do prédio
- ( ) Corredor do \_\_\_\_\_ andar

11. Mencione três lugares da ocupação onde você se **sente bem**. [PERGUNTA ABERTA]

- ( ) Portaria
- ( ) Sua casa
- ( ) Casa de outra pessoa
- ( ) Corredor do \_\_\_\_\_ andar
- ( ) Calçada / Portão
- ( ) Sala de reuniões
- ( ) Pátio externo do prédio
- ( ) Salão Preto
- ( ) Biblioteca
- ( ) Outro \_\_\_\_\_

12. Sua vida mudou com a vinda para a Ocupação?

- S ( ) Muito ( ) Médio ( ) Pouco ( )  
N ( )

13. Você faz o trabalho doméstico da sua casa:

- ( ) ... TODO SOZINHO
- ( ) ... AJUDO
- ( ) ... TENHO AJUDA
- ( ) ... NÃO FAÇO

14. Realiza algum trabalho para o coletivo da ocupação?

- S ( ) Que tipo? \_\_\_\_\_  
N ( )

15. Na sua casa, quem frequenta as assembleias?

- ( ) ESPOSA
- ( ) MARIDO
- ( ) SOLTEIRO – H ( ) M ( )
- ( ) FILHO – H ( ) M ( )

16. Acha importante a moradia no Centro da cidade? S ( ) N ( ) Por quê?

---

---

17. O lugar onde morava antes era violento / perigoso? S ( ) N ( )

18. Considera a ocupação um lugar violento / perigoso? S ( ) N ( )

19. Função profissional: \_\_\_\_\_

20. Trabalha em que atualmente? \_\_\_\_\_

21. Trabalhava com a **mesma** atividade **antes** de vir para a ocupação?

S ( )

N ( ) Em quê? \_\_\_\_\_

22. Trabalha quantas horas por dia atualmente? \_\_\_\_\_

Turno: Manhã ( ) Tarde ( ) Noite ( )

23. Quantos dias por semana? \_\_\_\_\_

24. Seu rendimento é **fixo**? N ( ) S ( )

( ) POR HORA

( ) POR DIA

( ) POR SEMANA

( ) POR QUINZENA

( ) POR MÊS

( ) POR SERVIÇO

25. Sua renda é a **única** da casa? S ( ) N ( )

Quantos trabalham? \_\_\_\_\_ Quem? \_\_\_\_\_

26. Seu rendimento sofreu alteração após a vinda para a ocupação?

S ( ) Aumentou ( ) Diminuiu ( )

N ( )

27. Em que local da cidade você trabalha atualmente?

33a. BAIRRO(S): \_\_\_\_\_

33b. RUA(S): \_\_\_\_\_

---

28. O fato de morar no Centro **interfere** no seu trabalho?

Ajuda ( ) Atrapalha ( ) Indiferente ( )

**29.** Você **trabalha junto** (em sociedade) com alguém da ocupação?

S ( ) N ( )

Em quê? \_\_\_\_\_

**30.** Você gostaria de trabalhar em uma **cooperativa** gerida pelos próprios moradores e na própria ocupação?

S ( ) N ( )

Por quê?

---

---

---

**31.** Você utiliza **transportes públicos** para trabalhar? S ( ) N ( )

**32.** Quanto gasta por dia (em dinheiro ou passagens)?

---

**33.** Quanto gastava **antes** de vir morar na ocupação (em dinheiro ou passagens)?

---

**34.** Costuma sair do Rio para trabalhar?

S ( ) N ( ) ONDE? \_\_\_\_\_

**35.** Onde você costuma fazer compras?

BAIRRO: \_\_\_\_\_

**36.** Costuma comprar no camelô:

( ) SEMPRE

( ) MUITAS VEZES

( ) ALGUMAS VEZES

( ) POUCO

( ) NUNCA

**37.** Ficou incomodado com algum questionamento? Qual?

---

---

**38.** Você gostaria de dizer algo que não foi perguntado?

---

---

**39.** Observações adicionais do **entrevistador**:

---

---

**Roteiro de entrevista**  
***Histórico da Ocupação Chiquinha Gonzaga***  
 Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial – NUPED/UFRJ  
 Autor: Matheus da Silveira Grandi

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

**Identificação do(a) entrevistado(a)**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Sexo: ( ) M ( ) F

Profissão: \_\_\_\_\_

Andar da moradia: \_\_\_\_\_

1. Você poderia contar rapidamente *quem é você, como chegou* até a Ocupação Chiquinha Gonzaga e *por que ainda mora* aqui?
2. Quais foram suas primeiras impressões da Ocupação Chiquinha Gonzaga?
3. Você lembra de detalhes da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga? Poderia me contar algum que lhe venha à cabeça?
- 4a. Você lembra dos primeiros grandes debates coletivos dos quais você participou na ocupação? Sobre o que eles tratavam?
- 4b. E hoje, existem grandes debates sendo feitos na ocupação? Sobre o que?
5. O que mudou da ocupação que você conheceu quando chegou para a ocupação na qual você vive agora?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

Observações adicionais do entrevistador:

---

**Roteiro de entrevista**  
***Militantes FLP e CMP***

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial – NUPED/UFRJ

Autores: Matheus da Silveira Grandi e Rafael Gonçalves de Almeida

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

**Identificação do(a) entrevistado(a)**

Nome: \_\_\_\_\_

Organização: \_\_\_\_\_

- Você poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória política até o início da FLP?



- Como surgiu a idéia de fundar da FLP?
- Quais eram as principais atividades da FLP até o envolvimento com o movimento dos sem-teto?



- Por que houve a aproximação com o movimento dos sem-teto?



- Quem é o “sem-teto” para você? E qual é a importância deste movimento?
- Agora gostaríamos de saber um pouco sobre alguns dos problemas que a FLP teve com outros movimentos sociais que compunham a frente, mas que depois, devido a divergências, acabaram rompendo. Contudo, não queremos colocá-lo em uma posição de ter que criticar outros movimentos. Então, gostaria de saber, resumidamente, quais foram os principais pontos de divergência. Qual foi a natureza dessas divergências?
- Outras experiências do movimento dos sem-teto na cidade (como a ocupação Revolta dos Malês e algumas ocupações da Zona Oeste e da Baixada) trouxeram pontos positivos e negativos que foram levados em conta durante a organização do processo da Chiquinha Gonzaga? Pode nos falar um pouco sobre essas referências?
- Nas suas palavras, em que a organização política das ocupações que foram apoiadas pela FLP e por seus integrantes se difere da organização política de outras ocupações do movimento dos sem-teto que você conhece?



- Por que se optou pela autogestão nessas ocupações?
- Na sua opinião, no que o cotidiano dos moradores e das moradoras de uma ocupação autogerida se diferencia no cotidiano de uma ocupação que se organize politicamente de outra maneira? Isso influencia a proposta e o alcance político da ocupação?
- Mesmo considerando as vantagens da autogestão, não basta a FLP fazer a ocupação e sair de lá achando que os moradores irão se auto-organizar. Autogerir uma ocupação não é algo que se aprende da noite para o dia e mesmo com toda a preparação anterior ao dia da ocupação em si, deve haver um mínimo de acompanhamento por parte da FLP após a ocupação do prédio. Qual era o papel da FLP após a ocupação do prédio?
- Como era a participação dos moradores na FLP? Todos se engajavam no movimento?
- O que é o “apoio”? Me parece que o “apoio” tem um papel diferenciado nas ocupações vinculadas a FLP já que participam ativamente do movimento, mas não das decisões internas à ocupação. Como ele foi pensado e como funciona?
- Se você tivesse que fazer um balanço geral da relação entre os militantes da FLP que moravam nas ocupações e os moradores não-militantes, qual seria? Era uma relação muito ou pouco conflituosa e por quê?
- Agora vamos falar um pouco sobre a Chiquinha Gonzaga. Como foi o processo da Chiquinha? Quais eram os movimentos que compunham a frente?
- Houve algum tipo de planejamento para a preparação da Chiquinha? Você lembra de detalhes do que era conversado nas reuniões de preparação?



- E sobre a divisão dos usos dos espaços internos, como os espaços de produção e os espaços coletivos: Existiu alguma preocupação em se conversar sobre isso nas reuniões de preparação da Chiquinha? Se houve, quais eram essas preocupações?



- E no caso da Zumbi? Como isso aconteceu?



- Na sua opinião, como essas preocupações se relacionam ao projeto político da autogestão de alguma forma?
- Houve algum tipo de “regimento interno” ou “carta de intenções” acordada entre os ocupantes *antes* da entrada no prédio?
- Houve repressão policial no dia da ocupação da Chiquinha? Como foi e quem fazia a

negociação com a polícia e com outras instituições do Estado?

- A Chiquinha Gonzaga, particularmente, possui um número considerável de moradores envolvidos em outros movimentos sociais que, inclusive, não adotam o modelo autogestionário em sua organização, como a CUT e o MUCA. Essa diversidade já era notada nas reuniões de preparação da ocupação?



- A abertura da ocupação para cadastro de novos moradores aumentou essa diversidade?



- Como foi a relação entre a FLP e esses moradores?



- Como você acha que essa diversidade afetou o desenrolar do processo político da ocupação?
- Você pode tentar nos descrever passo a passo como foram os primeiros dias dentro do prédio da Chiquinha?



- Sobre o que tratavam os primeiros grandes debates coletivos na ocupação?
- Já no início os usos dos espaços da ocupação geravam discussões, não? Tanto que os andares foram sendo liberados para o uso um de cada vez, e muitos moradores lembram de fortes debates sobre o uso dos espaços coletivos. Era um momento no qual as atividades eram bastante coletivizadas. Como eram essas discussões sobre o uso dos espaços do prédio? Você lembra como e com quais critérios eles começaram a ser divididos?
- Como eram os espaços da Chiquinha no momento em que a Zumbi foi concretizada? O espaço da cozinha coletiva e da sala da associação, por exemplo, já tinham virado quartos?
- Qual você acha que foi o papel da Ocupação Chiquinha Gonzaga para o movimento dos sem-teto do Rio?



- Na sua opinião, quais foram os principais erros e acertos do processo da Chiquinha?
- Quais foram os movimentos que compuseram a frente no caso da Zumbi dos Palmares?
- No processo da Zumbi, moradores da Chiquinha se engajaram junto aos militantes da FLP na organização e planejamento da ocupação. Quais foram as principais diferenças entre o processo da Chiquinha e o processo da Zumbi?

- Como foi a repressão policial na Zumbi e como foi a negociação com o Estado?
- A Zumbi é hoje talvez a ocupação (entre as três: Chiquinha, Zumbi e Quilombo) que possui um coletivo menos coeso e com uma menor frequência de reuniões, mesmo demonstrando alguma capacidade de mobilização com a realização de mutirões. Por que você acha que isso ocorreu? O que difere a Zumbi das outras ocupações? Há algum complicador?
- Quando você se afastou de fato da Zumbi? O que determinou esse afastamento?
- Em entrevistas anteriores notamos que houve divergências internas à FLP quando se decidiu ocupar a Quilombo. Quais eram os motivos dessas divergências?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

---

Observações adicionais do entrevistador:

---

**Roteiro de entrevista**  
***Militantes MCP e GIC***

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial – NUPED/UFRJ

Autora: Tatiana Tramontani Ramos

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

**Identificação do(a) entrevistado(a)**

Nome: \_\_\_\_\_

Organização: \_\_\_\_\_

1. Você é natural de que estado/cidade?
2. (Mora aqui há quanto tempo?)
3. (Veio para o Rio por quê?)
4. Qual o tipo de moradia? (casa própria?)
5. Sempre morou na Pavuna/São João de Meriti?
6. Na mesma comunidade? (Chapadão)
7. O que acha da vida nessa comunidade?
8. Gostaria de sair?
9. Moraria em uma ocupação? S/N, por quê?
10. Acha importante a luta pela moradia no Centro?
11. Acha que as favelas e ocupações são ambientes que estimulam de alguma forma a militância e o ativismo social? Por quê?
12. O GIC e o MCP são atividades importantes na sua comunidade? Como?
13. Atua em quantos e quais movimentos sociais?
14. Quando foi o primeiro contato com o MCP e com o GIC?
15. Qual a importância que você vê no GIC para a sua vida/família?
16. E da sua sociedade?
17. Você acha que o GIC é um tipo de iniciativa popular **contra** o sistema capitalista ou uma forma de viver **no** capitalismo, apesar dele?

18. Tem sido uma iniciativa de sucesso? Por quê?
19. O que você entende por uma economia **popular**?
20. É o mesmo que economia **solidária**?
21. Qual a sua profissão?
22. Já trabalhou em outra coisa? O quê?
23. A maior parte das pessoas que atuam com você no MCP são trabalhadores formais ou informais?
24. Quantos GICs existem no Brasil?
25. As experiências dos GICs existem tanto no **campo** quanto nas **cidades**?
26. Há alguma predominância (campo/cidade)? Por quê?
27. Hoje existem cooperativas que foram criadas e mantidas a partir do apoio do MCP e do GIC? Quantas? Envolvem quantas pessoas mais ou menos?
28. O que você entende por cooperativismo/cooperativa?
29. O cooperativismo é uma boa alternativa ao assalariamento? E ao desemprego?
30. Os serviços e produtos de cooperativas são parte do seu dia-a-dia?
31. Você dá prioridade à compra com cooperativas?
32. As **cooperativas** e o **GIC** são exemplos de experiências econômicas de **autogestão**?
33. O que você entende por autogestão?
34. O trabalho informal como o do camelô e dos prestadores de serviço (bicos) fazem parte da economia **popular**, para você?
35. Como você vê o futuro da economia popular? Quais são os caminhos a serem percorridos?

**Roteiro de entrevista**  
***Integrantes da Cooperativa de Chinelos e Sandálias OQG***  
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial – NUPED/UFRJ  
Autor: Rafael Gonçalves de Almeida

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

**Identificação do(a) entrevistado(a)**

Nome: \_\_\_\_\_

Organização: \_\_\_\_\_

1. Primeiro eu vou perguntar sobre os trabalhos que são feitos aqui na ocupação. Como são divididos os trabalhos?
2. Mas quantas comissões são ao todo?
3. A comissão de quarto é o que?
4. E existe alguma rotatividade dos moradores que vão participar das comissões?
5. E todo o morador precisa participar de alguma comissão?
6. Mas aí o morador participa de uma comissão ou participa de mais de uma comissão?
7. Quem é responsável pela comissão de finanças?
8. Há também alguma rotatividade, tipo quem quiser participar da comissão de finanças, pode?
9. E no caso de haver alguma queixa contra a pessoa da comissão?
10. E quanto o morador tem que pagar para as finanças?
11. E para usar o dinheiro da comissão de finanças, primeiro tem que tirar em assembleia?
12. E se o morador não tiver dinheiro para pagar?

13. Por que você acha que tem essa diferença entre a organização da Quilombo e a organização de outras ocupações?
14. Eu vejo essa união dos moradores aqui e vejo também que grande parte dos moradores são vendedores ambulantes, né? E não existe, assim, algum tipo de cooperação na hora do trabalho, por exemplo, comprar mercadoria junto, algum tipo de ajuda?
15. Mas você acha que é melhor assim ou seria melhor pensar em coisas juntos? Será que daria, por exemplo, para você cooperar com a Cida?
16. Antes havia uma cozinha coletiva aqui né? Mas, antes, deixa eu te perguntar... você tá aqui desde o início?
17. Chegou a ocupar o outro prédio também?
18. E como funcionava essa cozinha coletiva aqui?
19. Mas como funcionava? Assim, quem era tirado pra cozinhar, pra fazer as coisas?
20. Por que você achava que era tão complicado?
21. Pra trabalhar na cozinha, você tá dizendo, né?
22. Mas por que você acha que as pessoas não queriam cozinhar?
23. Mas chegou a funcionar durante um tempo aqui. Como era na hora de comer? Todos se reuniam onde?
24. A cozinha era no segundo andar? Onde?
25. Mas comiam onde?
26. A cozinha era grande?
27. E durou quanto tempo?
28. Na sua opinião era uma coisa boa ou uma coisa ruim?
29. Mas, na sua opinião, se houvesse uma cozinha coletiva hoje na ocupação, ela funcionaria melhor?
30. De quem foi a idéia de formar a cooperativa de sandálias e chinelos?
31. E como tudo começou?
32. Quem quis?

33. E quem deu o dinheiro para iniciar isso?
34. E qual foi o acordo entre os associados em relação à divisão dos ganhos...?
35. Como era feita a distribuição? Quem levava pra rua?
36. Como eram tomadas as decisões na cooperativa?
37. Você acha importante a formação de cooperativas na ocupação?
38. E de que maneira você acha que a cooperativa poderia ajudar na luta dos sem-teto?
39. Mas o dinheiro das finanças serviu para ajudar ele?
40. Isso só aconteceu uma vez ou aconteceu outras vezes de alguém pedir dinheiro emprestado para o Coletivo?
41. Mas aí essas pessoas tem que pagar de volta e o Coletivo dá um prazo para o pagamento?
42. Já aconteceu de alguém pegar o dinheiro e não pagar de volta?
43. Quais foram os principais obstáculos para a formação da cooperativa?
44. Mas como é que você está trabalhando então?
45. Mas quando vocês saíam pra vender as sandálias vocês saíam pra vender só as sandálias ou essas outras mercadorias também?
46. Sim, mas você não poderia pegar algumas sandálias e colocar ali junto das outras mercadorias?
47. Mas quando você falou que saía para vender as sandálias, vocês montavam barraquinha?
48. O que é uma cooperativa pra você? O que significa uma cooperativa pra você?
49. O que você acha que tem que acontecer para que outros grupos de produção comecem a aparecer na ocupação?
50. Que perspectivas você tem para o futuro da cooperativa?